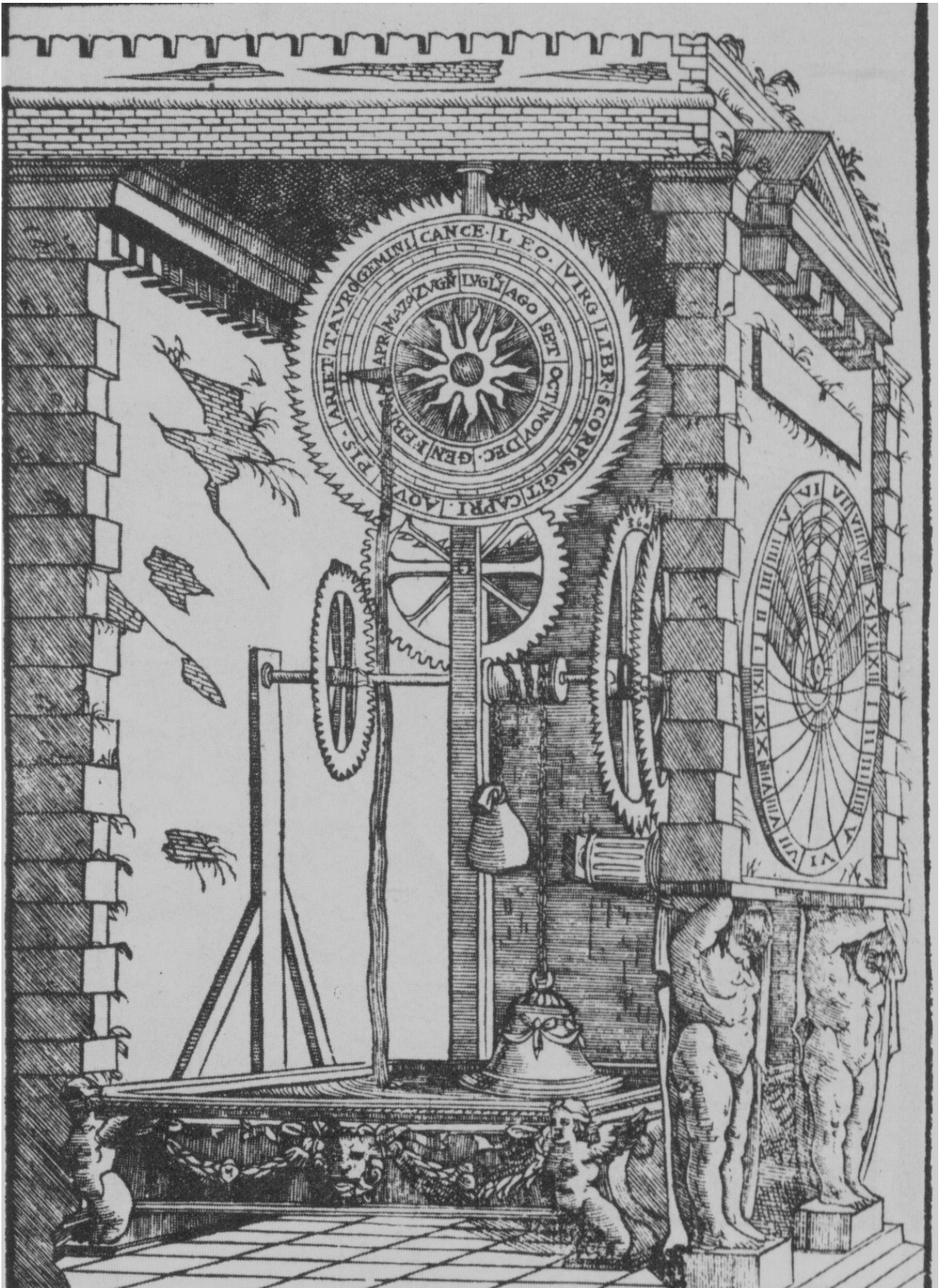


ALBERTO CORDIVIOLA



BAHIA: TEMPO, CIDADE, ARQUITETURA

FAUFBA - PPGAU

ALBERTO CORDIVIOLA

BAHIA: TEMPO, CIDADE, ARQUITETURA

Em Torno às Transformações da “Nova Bahia”.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – PPG/AU – para a obtenção de grau de Doutor. Área de concentração: Urbanismo.

Orientadora: **Prof^a. Dr^a. Esterzilda B. de Azevedo**

SALVADOR
2005

Faculdade de Arquitetura - Biblioteca

Cordiviola, Alberto.

C795 Bahia: tempo, cidade, arquitetura : em torno às transformações da nova Bahia / por Alberto Cordiviola. - 2005.
343f. : il.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Esterzilda B. de Azevedo.

Tese(doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Fac. de Arquitetura, 2005.

1. Crítica arquitetônica - Bahia. 2. Urbanismo - Crítica. 3. Arquitetura - Crítica. I. Título.

CDU : 72.01(813.8)

Para Susana, Guilherme, Mariana e Marina,
companheiros de todas as viagens.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os amigos que fizeram possível a realização desta tese: a Esterzilda pela sua paciência na orientação, a Isaias que mostrou o caminho do ensino como modo de vida e a Quetglas que ensinou o pensar como arte; a Aurélio e Yolanda, Sílvio e Lia, Orlando e Cristina, Pedro e Mariana, Moritaka e Mieko, Luiz e Guiomar, que são meu Porto Seguro na Bahia; a Horácio e Chuchi, Xico e Lucinha, Oyón e Monclús, que fizeram, de diversos modos, com que Barcelona fosse também a minha casa; e às novas gerações que me fazem acreditar que valeu a pena: Olívia, Rosana, Ticiane, Carlinha, Pato, Tanísia, Sílvio, Joãozinho, Lanussi.....

RESUMO

Contribuição à análise de conceitos básicos, que interferem na ação sobre a sociedade urbana, no intuito de pôr em evidência os mecanismos de poder que encerram. A partir do slogan político, surgido no início dos anos 70 do século passado – *Aqui a Bahia constrói o seu futuro sem destruir o seu passado* – que serve como mote das radicais transformações na estrutura urbana de Salvador nas três décadas finais do século, analisam-se em profundidade os conceitos de Tempo e Cidade. Símbolos conceituais de um alto nível de síntese e instrumentos de pouca ou nenhuma possibilidade de modelagem por parte das pessoas comuns que a eles se submetem cotidianamente, constituem, portanto, instrumentos privilegiados como operadores culturais e ferramentas de poder. Por outra parte, analisa-se a arquitetura como arte que, por uma parte, outorga materialidade aos discursos de transformação da cidade e, por outra, funda os novos cenários dessas transformações. A análise sobre os conceitos Tempo e Cidade iniciam, respectivamente, com as *Confissões* e a *Cidade de Deus* de Santo Agostinho, obras que formularam, magistralmente, o conceito do Tempo linear da Divina Providência e a Cidade Ideal como Cidade Celestial. Estuda-se a transformação histórica do tempo da Providência para o tempo do Progresso e da Cidade Celestial para a Cidade Ideal da modernidade e a sua técnica específica: o urbanismo. A aproximação ao conceito da Arquitetura compreende uma análise das discussões das últimas décadas do século XX. Estas análises são, finalmente, utilizadas na construção de uma visão das transformações recentes de Salvador – desde a década de 70 ao final do século – como instauração de uma dinastia de poder que utiliza Tempo, Cidade e Arquitetura como seus instrumentos.

ABSTRACT

Contribution to the analysis of basic concepts, that intervene with the action on the urban society, in intention to put in evidence the mechanism of power that they contain. From the slogan politician, appeared in the beginning of years 70 of the last century - the Bahia constructs its future without destroying its past here - that it serves as mote of the radical transformations in the urban structure of Salvador in the three final decades of the century, analyzes in depth the concepts of Time and City. Conceptual symbols of one high level of synthesis and instruments of little or no possibility of modeling on the part of the common people who they submit themselves daily, constitute, therefore, privileged instruments as cultural operators and tools of power. For another part, it is analyzed Architecture as art that, for one has left, grant materiality to the speeches of transformation of the city and, for another one, it establishes the new scenes of these transformations. The analysis on the concepts Time and City initiates, respectively, with the *Confessions* and the *City of God* of Saint Augustin, workmanships that they had formulated, skillfully, the concept of the linear Time of the Divine Providence and the Ideal City as Celestial City. It is studied historical transformation of the time of the Providence for the time of the Progress and the Celestial City for the Ideal City of modernity and its specific technique: urbanism. The approach to the concept of the Architecture covers an analysis of the quarrels of the last decades of century XX. These analyses are, finally, used in the construction of a vision of the recent transformations of Salvador - since the decade of 70 to the end of the century - as instauration of a dynasty of power that it uses Time, City and Architecture as its instruments

SUMÁRIO

<i>BAHIA: TEMPO, CIDADE, ARQUITETURA</i>	1
RESUMO	7
ABSTRACT	7
LISTA DE FIGURAS	12
APRESENTAÇÃO	13
NOTÍCIA DA ESTRUTURA.....	13
<i>Tempo</i>	14
<i>Cidade</i>	14
<i>Arquitetura</i>	15
<i>Tempo, cidade, arquitetura na Nova Bahia</i>	16
<i>Uma ausência de destaque</i>	16
INTRODUÇÃO	19
BREVE RELATO DE UM LONGO PERCURSO	20
NOTA METODOLÓGICA.....	23
<i>Manual de navegação</i>	24
<i>Influência epistemológica</i>	27
CAPÍTULO 1. TEMPO	31
O TEMPO DA PROVIDÊNCIA: SANTO AGOSTINHO	37
UMA VISÃO HISTÓRICA; LE GOFF	40
PROVIDÊNCIA E PROGRESSO	44
TEMPO E PROCESSO CIVILIZADOR: NORBERT ELIAS	52
<i>“Um ancião inteligente...”</i>	56
TEMPO, PODER, ESPETÁCULO: GUY DEBORD	57
TEMPO, HISTÓRIA, PROGRESSO: A QUESTÃO DA PREVISÃO.....	62
<i>A História, os homens e o tempo</i>	64
<i>A previsão nas ciências sociais</i>	66
<i>Historia e ciências sociais</i>	68
<i>Ciência histórica = ciência social</i>	75
TEMPO E CESURA : WALTER BENJAMIN	77
<i>A onicronia em Antonioni</i>	80
<i>Uma Partida de futebol</i>	81
NEXO PRIMEIRO	84
CAPÍTULO 2. CIDADE	87
UMA DIFÍCIL DEFINIÇÃO	89
CIDADE E HISTÓRIA.....	90
<i>“De Civitate Dei”</i>	93
<i>Da Igreja como Cidade de Deus ao “Bom Governo”</i>	97
<i>Do “Bom Governo” à Cidade Ideal</i>	106
<i>Da Cidade Ideal à idéia de cidade</i>	111
<i>Cidade, problemas urbanos e urbanismo</i>	115
URBANISMO: SEPARAR, ORGANIZAR, FUTURIZAR.....	128
NEXO SEGUNDO	145
CAPÍTULO 3. ARQUITETURA	147

PÓS-MODERNISMO: UMA PÁGINA VIRADA?.....	147
<i>Um efêmero “fin de siècle”</i>	147
<i>A agenda pós-moderna</i>	149
ARQUITETURA PÓS-MODERNA	160
<i>Modernismo e Pós-Modernismo</i>	170
<i>Pós-Estruturalismo e Deconstrutivismo</i>	176
ARQUITETURA E SIGNIFICADO	181
<i>Retomando uma questão</i>	181
<i>O limite do significado</i>	193
<i>Sentido e Significado</i>	199
ARQUITETURA E CRÍTICA	208
HISTERESE E HISTERIA	212
NEXO TERCEIRO	214
CAPÍTULO 4. TEMPO, CIDADE E ARQUITETURA NA “NOVA BAHIA”	217
A FORMAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA	218
AS TRANSFORMAÇÕES NO SÉCULO XX	220
O CASO DE SALVADOR DE BAHIA	222
<i>A formação da cidade histórica</i>	223
<i>A cidade especulativa</i>	223
<i>A cidade e suas dificuldades</i>	224
A NOVA BAHIA	224
<i>Uma dedicatória e um prefácio</i>	224
<i>“AQUI A BAHIA CONSTROI O SEU FUTURO SEM DESTRUIR O SEU PASSADO”</i>	228
<i>Planejamento Urbano da “Nova Bahia”</i>	234
<i>A migração do valor de localização</i>	238
A ARQUITETURA INSTITUCIONAL.....	251
<i>O Centro Administrativo</i>	251
<i>O DESENBANCO</i>	256
A ARQUITETURA COMERCIAL	267
<i>As Avenidas de Vale</i>	268
<i>O Novo Centro</i>	269
O “NOVO” CENTRO HISTÓRICO	275
<i>Um Parêntese</i>	276
(UM DOCUMENTO DINÁSTICO).....	277
<i>Um Catálogo de Obras</i>	277
<i>“EM QUATRO ANOS, A BAHIA FEZ MUITA COISA QUE NÃO CONSEGUIU EM QUATRO SÉCULOS”</i>	278
<i>O Registro das obras: fotos e maquetes</i>	279
<i>O Retrato do Poder</i>	282
UMA ANALOGIA DISTANTE NO TEMPO.....	290
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	293
1º Nível.....	294
2º Nível.....	294
3º Nível.....	295
4º Nível.....	296
5º Nível.....	297
6º Nível.....	298
7º Nível.....	298

E DAÍ?	298
BIBLIOGRAFIA	303
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	303
BIBLIOGRAFIA NÃO REFERIDA NA TESE.....	318
ANEXO 1.....	333
“ <i>Teses</i> ”.....	335

Modelos de Bruch e de “Arminius” segundo Eberstad	245
Modelo do EPUCS	245
Maquete comparando o modelo do EPUCS e o modelo de Fritsch	245
EPUCS, Interpretação do modelo	245
Mapa rodoviário da Bahia (1954)	245
O Centro da Cidade de Salvador (M.Santos, 1958)	246
O Centro Industrial de Aratú, na suposta fase final de implantação	246
Rodovias na Região (CIA 67)	247
Acessos rodoviários a Salvador (CIA 67)	247
Transportes coletivos (CIA 67)	247
Mudança do Centro Administrativo (CIA 67)	247
Diagrama de desenvolvimento urbano (CIA 67)	248
Transporte coletivo e abastecimento (CIA 67)	248
Enfoque regional (CIA 67)	248
A Avenida Paralela; cortes e aterros	249
O CAB Centro Administrativo, em sua configuração recente	249
A migração do Centro Urbano	250
Desejo de viagens transporte coletivo (1985)	250
Desejo de viagens transporte particular (1985)	250
Nucleação de atividades do PLANDURB	250
A topografia do CAB	258
As três fases de implantação do CAB	258
Os platôs ampliados do CAB (vista)	259
O plano do CAB (vista)	259
Secretaria de Planejamento	260
Vistas da SEPLANTEC	260
A pirâmide do hall da Assembléia Legislativa	261
A Assembléia Legislativa	261
Secretaria dos Transportes	261
Vistas do Conjunto da Secretaria dos Transportes	262
Secretaria da Fazenda	263
Secretaria de Recursos Hídricos	263
Secretaria de Agricultura	263
A Balança, porta de entrada simbólica do CAB	264
Vistas das Plataformas	264
Detalhes das Plataformas	265
O prédio do DESEMBANCO, vistas	266
Páginas iniciais do documento “BAHIA...” maquete e obras do COPEC	286
Vistas da Bahia histórica e turística no documento “BAHIA...”	287
O mural do plenário da Assembléia Legislativa	288
Detalhe do mural	288
Magalhães e o povo	289
A dupla representação: obras e maquetes	289
Efeitos do Bom Governo, Ambrogio Lorenzetti	291
O Bom Governo, Ambrogio Lorenzetti	292

APRESENTAÇÃO

Notícia da estrutura

A produção do texto que compõe esta tese, realizada num percurso muito longo, foi descontínua e fragmentada. Transformar uma série de escritos dispersos e outra maior de pensamentos longamente aprofundados e não escritos – ou escritos superficialmente – numa tese única, foi tarefa complicada cujo resultado pode estar longe de ser satisfatório.

A diferença de idades entre as partes superam a dezena de anos e carregam portanto, além das naturais diferenças de estilo, graus diversos de segurança sobre os conceitos e categorias com que trabalha. Muitos foram re-escritos mas alguns se mantiveram tal qual foram elaborados muito tempo atrás. As razões para esta manutenção são duas : por uma parte as possibilidades que o processador de textos coloca nas nossas mãos faz com que o aproveitamento, total ou parcial, de textos antigos seja uma prática incorporada na nossa forma habitual de escrever, e esta facilidade não é desprezível frente a tarefa a se enfrentar na realização de uma tese doutoral; por outra parte, textos nossos bastante antigos soam, as vezes, como escritos por outro e a manutenção da escrita original assume uma conotação de respeito autoral. No entanto, freqüentemente estes textos antigos foram fragmentados e re-arrumados para melhor se ajustarem a uma outra forma de discurso sem perder totalmente a estrutura original. Processo semelhante à fragmentação das cerâmicas que faz Gaudí para poder ajustá-la à forma tridimensional, ainda que, obviamente, sem os brilhantes resultados dele.

Muitos desses escritos anteriores correspondem a aulas, palestras, conferências, artigos ou participações potenciais, frustrados a maioria, apresentados uns poucos. Todos eles intensamente conversados e discutidos com um pequeníssimo e seletivo grupo de colegas e re-escritos incessantemente.

Essa contingência levou a uma estrutura em que as partes são fracamente encadeadas linearmente. Os capítulos sobre Tempo, Cidade e Arquitetura possuem uma franca autonomia um do outro pois são “suportes conceituais” que somente adquirem unidade no capítulo seguinte : Tempo, cidade e arquitetura na Nova Bahia. Funcionaram como “portulanos” para a viagem; instrumentos de apoio à habilidade do piloto.

Por esta razão foram incorporados, ao final de cada capítulo, uns “nexos” cuja função é tornar menos fragmentária a leitura. A palavra “nexo” foi cuidadosamente escolhida e utilizada nas suas duas acepções: *conexão, ligação, união, vínculo* por uma parte, e por outra: *indivíduo que , na Roma Antiga, servia como escravo ao seu credor, até salvar a dívida*. Estes nexos, igualmente, ficam escravos do texto até a sua leitura completa, após a qual não possuem nenhuma servidão.

Tempo

Partir de Santo Agostinho, no limiar do século V da nossa época, para falar do tempo parece não precisar de explicação : é a manifestação inicial e mais cabal da nossa concepção corrente de tempo; desde a perplexidade inicial *Quid ergo est tempus?* até a descoberta de que “*O que agora está claro e patente é que não existe nem o futuro nem o passado, nem se pode dizer com propriedade que há três tempos : o passado, o presente e o futuro. Quiçá seria mais exato dizer que os três tempos são : o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras. Estas são três coisas que há dentro da alma e fora dela não as vejo. O presente das coisas passadas é a memória. O presente das coisas presentes é a visão. E o presente das coisas futuras é a espera.*” (Agostinho De Hipona, 1999) p. 303. Concepção de tempo que, embora tão natural ao nosso entendimento, exigiu de um clérigo convertido ao cristianismo, mas formado na concepção circular do tempo da antiguidade, o esforço intelectual digno das suas *Confissões* para enunciar os primeiros passos do tempo linear; com uma origem e um fim.

Continua com a visão histórica do tempo da mão de Le Goff no intuito de compreender as transformações da visão cristã, principalmente nas contradições que a nascente burguesia capitalista e sua visão mercantil do tempo impunha à igreja.

Passa-se então para o processo de transformação da concepção linear do tempo da Divina Providência para a idéia de Progresso operada na maturação mercantil da Renascença, com seu tempo-mercadoria mensurável e automático.

A partir daí, a incursão no papel do tempo como conceito simbólico de alto nível sintético levantado por Norbert Elias e as suas relações com o processo civilizatório e, mais adiante, o tempo espetacular do poder, da mão de Guy Debord.

Chega-se finalmente à relação do tempo com a História tomando como base o livro inacabado que Marc Bloch escreveu no fim da sua vida na prisão: *Metier d'historien* ou *Introdução à História*. A partir da estrutura dos capítulos não escritos, intenta responder-se às questões por ele enunciadas numa busca sobre a previsão nas ciências sociais passando por um rápido confronto apoiado em Wiener, Chaunu, Langlois e Seignobos, Pierre Vilar, Popper (vs. Marx), Lucien Febvre, Norbert Elias e Apel para, finalmente, insinuar uma epistemologia que se desvincule do futuro.

Caminho que conduz à concepção benjaminiana de tempo e cesura, apoiado na análise das *Teses*, com a sua visão do “materialismo histórico”.

Finalizam o capítulo dois pequenos e antigos ensaios sobre o tempo benjaminiano escritos por mim ainda em Barcelona, de caráter gráfico e didático.

Cidade

O capítulo sobre a cidade começa também com Santo Agostinho depois de iniciar expondo as dificuldades de definição e a premissa de que a idéia de cidade está sempre associada a uma realidade e uma idealidade : a uma cidade real e

uma cidade ideal. O início desta dualidade seria a Cidade de Deus contraposta à cidade terrena. Há uma clara correspondência entre esta visão e o tempo agostiniano entre a criação e o juízo final.

Passa-se à lenta transformação do imaginário medieval em que a igreja é vista como representante na terra da Cidade de Deus, à possibilidade de uma cidade terrena melhor mediante o “bom governo”; a secularização da cidade para o qual as ordens mendicantes tiveram papel fundamental. Bom governo que chega ao ápice no quatrocentos de Florença nas experimentações políticas, econômicas e sociais da Toscana, para ir transformando-se, paralelamente às frustrações da república, em Cidade Ideal. E deste modelo à idéia de cidade como autônoma, como racionalidade independente de um processo histórico concreto, que tem na conquista e colonização americana o campo de expansão de todo seu potencial.

A independente idéia de cidade conduz à idéia da existência de problemas urbanos independentes da estrutura social concreta e, conseqüentemente, à criação de uma disciplina do urbano : o urbanismo. A crítica que se tece a esta disciplina prende-se, preferencialmente à sua temporalidade e, como conseqüência, à polaridade novo-antigo, progresso-conservação, com destaque para a expansão urbana e o Centro Histórico; categorias urbanísticas da visão progressista.

Arquitetura

O capítulo que trata de arquitetura se inicia com uma discussão antiga à qual me recusei a participar durante muito tempo : a discussão sobre a arquitetura de agora, entendida desde a primeira crise do movimento modernista até as propostas programáticas do fim do século XX. Isto é, da arquitetura pós-moderna até os movimentos pós-estruturalistas e deconstrutivistas.

Inicialmente pretende esclarecer os pós-modernismos : o da teoria literária e da epistemologia e o arquitetônico que são, para o próprio Jenks, opostos. Percorrem-se os textos clássicos de Jameson, Anderson, McLeod, Jenks, Habermas, Huyssen, etc. como introdução a outra polêmica, a questão do significado em arquitetura, polêmica que antecedeu a do pós-modernismo e que alimenta o *simbolismo esquecido da arquitetura*, deste. A polêmica dos anos setenta leva à questão colocada por Eugenio Trias da arquitetura e a música como artes pré-significantes. Nesta trilha chega-se à questão de sentido e significado para passar à crítica da arquitetura ou à arquitetura e a crítica, em termos de Tafuri.

A extensão e aridez deste capítulo decorrem, em grande medida, de ter-se constituído num diálogo comigo mesmo; de um lado e do outro da prancheta, pensando a arquitetura desde as idéias mas em referência permanente com a prática do projeto e do ensino que, embora ausentes no texto, estiveram a me acompanhar permanentemente durante todo o processo de elaboração do mesmo. É, por outra parte, uma longa advertência para não entender equivocadamente o capítulo seguinte. Separando sentido e significado pode-se melhor interpretar o papel programático de uma arquitetura e o seu valor artístico.

Tempo, cidade, arquitetura na Nova Bahia

O capítulo final constitui a análise da situação particular de origem : Salvador nos últimos decênios do século XX e as transformações que constituem o projeto dinástico de Antonio Carlos Magalhães. Começa com uma descrição convencional da inserção da cidade na estrutura social e urbana do país e do Estado e relata rapidamente as grandes transformações intra-urbanas acontecidas a partir da década de 70 depois de uma breve introdução da formação da cidade histórica e as suas dificuldades para a modernização.

A partir desta introdução, começa a analisar-se a formação da idéia da NOVA BAHIA e a estrutura do slogan político que a sustenta : “*Aqui a Bahia constrói...*” iniciando com a leitura crítica de um livro que trata da história da derrubada da Sé na década de 30, mas que traz, no seu prefácio, a primeira apologia à obra de Magalhães na formação de uma “nova Bahia”. Articula-se aqui o primeiro contato do construir o futuro sem destruir o passado. Depois de uma análise do urbanismo da Nova Bahia e do processo de migração do valor locacional necessário ao processo de especulação, se realiza a leitura de uma publicação de propaganda governamental de 1975 que constitui, a meu ver, cabal testemunho do projeto dinástico de Magalhães.

Mas o capítulo constrói, também, um traço de continuidade entre a história urbana e a história da arquitetura; incorpora, dentro de uma mesma lógica, o que acontece na cidade e na sua arquitetura. Critica-se, então, a arquitetura deste processo a partir das diferenças fundamentais existentes entre a arquitetura institucional e a arquitetura comercial – situadas no Centro Administrativo da Bahia e nos novos “centros” da Cidadela e da Av. Tancredo Neves – com ênfase na modelagem do tempo que estas arquiteturas encerram.

Encerra a tese o capítulo com as considerações finais.

Uma ausência de destaque

Seria pedante omitir uma referência, nesta introdução, sobre uma ausência de destaque. Tratar, numa tese apresentada num programa de pós graduação em arquitetura e urbanismo, de tempo, cidade e arquitetura sem ter mencionado explicitamente o espaço requer uma nota, senão de explicação, de confissão.

O espaço é constitutivo da arquitetura. Como se verá adiante, no capítulo referente à arquitetura, música e arquitetura são, segundo Trias, artes pré-significantes, artes que constituem a “casa da linguagem” na medida em que oferecem as condições necessárias a uma seqüência discursiva : o aqui (arquitetura) e o agora (música) sem o qual o discurso significativo carece de sentido.

Provavelmente por causa desta condição de matéria prima da arquitetura e das artes, ciências e técnicas urbanas – até o urbanismo – o espaço tem sido estudado até a exaustão. Arquitetos, urbanistas, sociólogos, economistas e, principalmente, geógrafos, elaboraram as mais variadas e, freqüentemente, consistentes teorias sobre o espaço. Mas, no que me consta, há uma certa indigência quanto ao estudo do tempo.

Indigência que coloca questões epistemológicas preocupantes.

Tempos atrás, o programa de pós-graduação desta faculdade organizou um seminário sobre o tempo convidando conferencistas de diversas áreas : física, filosofia, história, literatura (são as que lembro)¹, mas sequer se tangenciou nas profundas transformações epistemológicas que implicam as novas aproximações à idéia de tempo em todas as áreas; ainda que tenham sido lembradas insistentemente as concepções temporais de Prigogine e a *Nova Aliança* (Prigogine e Stengers, 1991).

Existe uma razoável visão crítica de como é modelado o espaço, os mecanismos e a lógica que comandam esta modelagem. Não temos a mesma visão sobre a modelagem do tempo.

Qualquer sociólogo, economista, arquiteto, urbanista ou geógrafo – ou as variações combinatórias que as pós graduações em uma e outras áreas permitem – pode fazer uma demorada análise das estruturas espaciais segregadas da cidade de Salvador com razoável consistência. A absoluta maioria deles considerará o tempo do calendário como invariável e aplicável a toda a realidade urbana.

Fogem a esta generalização, por dever de ofício, os historiadores para os quais o tempo é matéria prima. Para eles – no mínimo desde Braudel – existem diferenças fundamentais de durações.

Mas o PPGAU que faz com certa frequência dissertações e teses de caráter “histórico” carece, até hoje, de uma disciplina sobre historiografia – ou filosofia da história – que ajude a discernir sobre a concepção de tempo que estrutura a própria construção histórica. Exemplo disto é o recente projeto, no seu âmbito, de elaboração de uma “cronologia do urbanismo” em que a trama de suporte cronológico é o calendário, como se obras de arquitetura, prêmios, planos urbanísticos, legislação, reformas urbanas, etc. estivessem submetidas a uma única, linear e homogênea estrutura temporal.

Há ainda outra razão para ter “omitido” a categoria espaço nesta tese. A Bahia, a Nova Bahia, a cidade e a arquitetura, dos quais falo, são fenômenos que se dão concretamente no espaço.

O espaço está presente como a talagarça onde se borda a lógica do texto.

Vício de arquiteto talvez.

¹ Pepe de física, Romélio Aquino de filosofia, um professor de história cujo nome esqueço e Eneida Leal, de letras.

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce instigado por um slogan de publicidade política que resume uma transformação radical na cidade de Salvador de Bahia : “*Aqui a Bahia constrói o seu futuro sem destruir o seu passado*”. O slogan trata de tempo (*futuro e passado*), de cidade (*a Bahia*, entendida mais como a cidade Bahia que como Estado) e está ligado indissociavelmente à arquitetura (*constrói... sem destruir*).

O tema não é original pois já foi tratado em trabalho anterior com muito mais profundidade. Em *Centralidade Urbana, Espaço & Lugar : Esta questão na cidade do Salvador*, Isaias de Carvalho Santos Neto aprofunda a análise factual e as questões que encerra o motivo do slogan : a criação do Centro Administrativo da Bahia – CAB e a centralidade, e descentralização, de Salvador.

Não teria sentido, portanto, retornar com um trabalho de menor fôlego, de escassa informação documental e menos rico em interpretação categórica, sobre as transformações de Salvador na segunda metade do século XX. Mas, apoiado nessa riqueza, a tese que aqui se apresenta buscou questionar os conceitos fundamentais do referido slogan : tempo, cidade e arquitetura, no intuito de pôr em evidência os mecanismos de poder que encerram.

Quetglas apontou que há uma arte mais difícil e profícua daquela de descobrir bichos, rostos, objetos ou cidades nas nuvens que miramos : é a arte de ver o nebuloso nas cidades, nos objetos, nos animais.

É esta arte que aqui se persegue : a diluição dos conceitos que se nos apresentam como claros e definidos para pensar nos seus interstícios.

Mostrar que os dois primeiros conceitos – tempo e cidade – são símbolos conceituais de um alto nível de síntese² e, portanto, instrumentos de pouca ou quase nenhuma possibilidade de modelagem por parte das pessoas comuns que a ele se submetem cotidianamente sem deles terem concepção cabal. Instrumentos privilegiados, por consequência, para o domínio e controle.

Quanto à arquitetura, procurou-se evidenciar como pode transformar-se em manifestação a serviço de determinada concepção temporal e de determinada idéia de cidade dando materialidade a estas.

A principal dificuldade metodológica para esta viagem consiste em navegar “desde dentro” destes conceitos; tentar detectar o que encobrem conceitos que fundamentam nosso pensamento cotidiano. Pensar estes símbolos conceituais de alto nível de síntese com um raciocínio por eles condicionado. É necessário, então, abdicar de um sistema de pensamento que possa capturar criticamente “desde fora” os referidos símbolos conceituais porque qualquer sistema estará composto por uma concepção a eles referida.

² Ver, (Elias, 1989)

Breve relato de um longo percurso

Esta tese de doutorado começou já faz muito tempo. Em 1988 solicitei uma bolsa de estudos ao CNPq para fazer doutorado na *Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona*, da *UPC – Universidad Politécnica de Cataluña*, onde permaneci estudando, ininterruptamente, durante quatro anos. O projeto com o qual obtive a bolsa de estudos frente ao CNPq e a aceitação no doutorado da Seção de História do Departamento de Composição Arquitetônica da UPC, tratava do Centro Histórico de Salvador e de possíveis processos de revitalização que levassem em consideração os aspectos estruturais da degradação das áreas antigas das cidades.

Era uma antiga preocupação com um aspecto esquecido da preservação de áreas históricas : a sua inserção na lógica capitalista das transformações da cidade³. O projeto em questão levantava a hipótese de que a degradação do C.H. correspondia a um processo de “desvalorização imobiliária” e que poderia ser revertido com um sistema de fundo de valorização imobiliária com garantia do estado e constituído por diversos sistemas que, hoje, são amparados pelo Estatuto da Cidade. A idéia constitui-se numa versão dinâmica do solo criado ou transferência do direito de construir que vincula o título de valorização à manutenção do imóvel de interesse histórico ou monumental.

Era necessário para tanto estudar técnicas de valoração imobiliária e valoração urbanística, assuntos de complexidade razoável mesmo em países com moderada inflação ou mesmo sem inflação aparente; estabelecer séries de razoável credibilidade de valores imobiliários com processos inflacionários absurdos como os que o Brasil padecia resultava tarefa bastante árdua. Mas o trabalho se inseria, de fato, dentro da História Urbana embora o seu resultado tivesse um caráter operacional.

Apresentei, portanto, o trabalho na Seção de História que possuía – acho que ainda se chama assim – programa de doutorado intitulado História da Arquitetura, História Urbana⁴.

Nesta Seção de História de então conheci um clima de investigação conceitual de intensidade para mim absolutamente desconhecida.

A complexidade do tema que estudaria abriu desde o início em três linhas diferentes de atuação:

³ Anos antes já tinha manifestado essa preocupação num artigo que teve repercussão limitada (Cordiviola, 1986). Um projeto de pesquisa sobre o assunto também tinha sido apresentado à FINEP e negado. O processo continha um excelente parecer, contrário ao projeto, que destacava a falta de conhecimento para enfrentar o problema. Parecia portanto um bom tema para estudar e não para fazer uma pesquisa, razão pela qual apresentei o projeto para o CNPq para realizar o doutorado, o que foi aceito.

⁴ A escolha não foi sem profundos temores. Ligado visceralmente à área de projeto, como aluno, como profissional e como professor, tinha o temor e encontrar as tradicionais “incompreensões” entre a área de projeto e a área de história. Ao chegar à *Seção de História do Departamento de Composición*, no sétimo andar da Escola de Arquitetura de Barcelona, pensei ter-me enganado de porta : a sala estava cheia de maquetes de obras de arquitetura parecendo mais um escritório ou uma sala de ateliê do que um Departamento de História.

- em primeiro lugar e como cerne do doutorado, a historiografia sob a orientação de Josep Quetglas⁵;
- em segundo lugar, por conta de tratar de Centro Histórico, o curso de especialização em Formas de Análise e Intervenção no Patrimônio Histórico dirigido por Salvador Tarragó;⁶
- em terceiro lugar, pelo caráter de história urbana da tese, com o grupo de história urbana do programa de doutorado representado por José Luis Oyón e Francisco Javier Monclús, do Departamento de Urbanismo⁷; Oyón foi, durante todo esse tempo (e até muito depois de eu retornar ao Brasil) o meu orientador.⁸

Além destas linhas e em função das questões técnicas de valoração imobiliária, realizei dois cursos de especialização sobre este assunto dirigidos por Josep Rocca i Cladera⁹

Foram quatro anos de intenso estudo, mas, mais do que isso, de intensa atividade intelectual. Refiro-me, em primeiro lugar, à invulgar acolhida, aberta e igualitária da maioria dos professores a que me referi tanto no nível pessoal quanto no nível profissional; em segundo lugar, à qualidade e intensidade das discussões, conversas, leituras, trabalhos, viagens etc. de que fui partícipe.

É impossível valorar com justiça a contribuição que cada um deles, e de outros – professores e colegas de estudo – deram nesse processo de enriquecimento intelectual. Mas foi a presença cotidiana junto a Quetglas que significou uma das mais importantes revoluções no meu pensamento.

É evidente que, ante tal impacto, o meu projeto de estudo e de tese sofreria uma radical mudança.

Nos recorrentes cursos de Historiografia¹⁰ percebi a falácia do meu projeto : imaginar que havia um “erro” no aparato de conservação do patrimônio dentro do sistema capitalista de exploração urbana. De fato, a idéia subjacente ao projeto era a existência de uma “incoerência” entre os modos de tutela do patrimônio histórico e a exploração capitalista da localização urbana. Incoerência que se pretendia corrigir com mecanismos do próprio sistema de valorização.

⁵ Um dos mais instigantes críticos de arquitetura e historiador da arquitetura moderna da atualidade.

⁶ Figura mítica da defesa do patrimônio da Espanha, da Cataluña y de Barcelona.

⁷ Dois professores que, juntamente com Manuel Guardia e Alberto Garcia Espuche, constituem o núcleo de história urbana de Barcelona tido em alta consideração mundialmente.

⁸ Sob a sua orientação e a seu convite, com a colaboração de Monclús, realizei uma pesquisa, dentro do Departamento de Urbanismo da ETSAV, de história urbana de Nou Barris, em Barcelona, com o objetivo de revisão da catalogação patrimonial da área.

⁹ Autoridade indiscutível na Espanha sobre a questão, pesquisador dos valores imobiliários de Barcelona.

¹⁰ Realizei o curso de Historiografia como aluno no primeiro ano e como colaborador de Quetglas nos três anos seguintes.

Numa análise crítica do projeto de tese, pode-se perceber, sem muita dificuldade, a crença na suposta contradição entre a conservação do patrimônio e a expansão da cidade e a migração central (ou a substituição por novos edifícios) dentro da lógica que Lavedan (Lavedan, 1930) tinha manifestado da existência de um “urbanismo demolidor” versus um “urbanismo conservador”, ou Choay (Choay, 1979) numa oposição entre “culturalistas” e “progressistas”.

Partia-se da conservação do patrimônio e do Centro Histórico como dado “a priori” e sem discussão para um discurso “competente” de análise de “por que se degrada o patrimônio e o Centro Histórico” e “como evitar essa degradação”. No aprofundamento de esta mesma análise ficava evidente a necessidade de descobrir o significado mesmo da conservação do patrimônio dentro da lógica geral do urbanismo moderno e da estrutura econômica, social e política que lhe outorga sentido.

Este caminho conduzia a estudar o conceito de Centro Histórico (dentro do conceito mais amplo de conservação patrimonial) o que redundou num pequeno seminário denominado “Centro Histórico, história de um conceito”. O estudo do século de debate sobre o assunto ia, gradativamente, esfumando os contornos dos limites entre as posições supostamente antagônicas. A contradição urbanística do NOVO x ANTIGO ia tomando forma de uma falsa questão.

Paralelamente, o curso de Historiografia se aproximava a um conceito da história alicerçada na Nova História de Lucien Febvre e nas “Teses” de Benjamin. E, crescentemente, focada na concepção de tempo destes dois autores que, para Quetglas, era de particular semelhança.

No limiar da catástrofe do século XX, a lucidez limite de Febvre e Bloch por uma parte, e de Benjamin por outra, davam à relação presente-passado uma nova dimensão conceitual e operacional. Lucidez que para Bloch e Benjamin custaria a vida. Para a civilização a perda de dois dos mais brilhantes pensadores do século.

O conceito de tempo passou a ocupar o lugar central dos meus estudos e do meu pensamento em relação à tese – sempre centrada nas transformações recentes da cidade de Salvador-Bahia.

Do caráter inicial de crítica instrumental, a idéia da tese foi ganhando um caráter de crítica radical à lógica urbanística do “novo” e do “antigo”. Daí ter começado a ressoar, como estribilho que não quer silenciar, o slogan : *“Aqui a Bahia constrói o seu futuro sem destruir o seu passado”* e o seu autor, o recorrente governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães.

Ao retorno à Faculdade de Arquitetura da UFBA todo este campo conceitual seria posto em pauta e questão permanente na sala de aula. Primeiro no curso de Teoria III e depois, de forma mais indireta, na prática de projeto; nos trabalhos finais de graduação e nos ateliês. Desde o IV ELEA – Encontro Latino-americano de Estudantes de Arquitetura, em 1993, o corpo desta análise foi sendo elaborada até o presente em diversas oportunidades e diversos níveis de profundidade. As urgências que as vicissitudes da vida acadêmica nos colocam sem chance de opção foram adiando a sua formulação em forma de tese, o que somente agora se apresenta.

De fato, a oportunidade de transformação da estrutura de ensino de arquitetura da nossa faculdade, vislumbrada desde 1994 na portaria 1770 do MEC e a necessidade de adaptação à mesma até 1996, determinou prioridades muito claras que, ao longo desse decênio, foram confirmando a certeza da escolha.

Já muito afastado, por essas circunstâncias, do fluxo de idéias de Barcelona – embora tenha mantido e mantenha permanente contato epistolar e intercâmbio de livros, artigos e filmes com Quetglas – e na presença de um Programa de Doutorado na FAUFBA, decidi transferir a conclusão desse longo processo para nossa escola. Aspectos de caráter prático – o mais relevante deles, mas não o único, o nosso corroído salário frente à moeda europeia – somaram-se à vontade de concluir minha formação acadêmica onde a iniciei, tendo agora como orientadores meus colegas de graduação.

Solicitei a orientação de Esterzilda B. de Azevedo por razões óbvias; sua formação constitui, dentro do PPGAU, um perfil único em que a análise histórica e a formulação crítica independente se aliam a uma compreensão da arquitetura desde a prática concreta. Além do que, mais de trinta e cinco anos de convívio e amizade fazem de Ester uma das poucas pessoas com capacidade de suportar as minhas dificuldades de temperamento. Foi a possibilidade de retomar, no nível da pós graduação, o diálogo de Barcelona.

Diálogo e questionamento, aliás, nunca interrompidos em função do contato cotidiano com Susana e, no mínimo, semanal com Isaias. Eles constituem o oxigênio constante desta permanente discussão.

Este relato, que não pretende transformar-se em página de agradecimentos, deve por fim manifestar que tudo isto tem por início e por fim – por causa e por finalidade – os insubstituíveis alunos sem os quais todos estes esforços e devaneios careceriam de sentido. Eles são, na medida em que representam o que ainda não é, o cerne de toda vida acadêmica.

Nota Metodológica

É muito difícil descrever um método utilizado num processo tão demorado e complexo. A esta dificuldade soma-se o fato de que grande parte do processo foi uma sucessão de descobertas, se não inteiramente ocasionais, em grande medida aleatórias : conversas, aulas, livros encontrados ao acaso numa prática permanente de visita a bibliotecas, livrarias e sebos.

Mas é impossível esconder as influências mais evidentes. Febvre, Bloch, Le Goff, Pierre Vilar me introduziram no mundo da construção histórica da primeira *Annales* que deixou ao longe meu encantamento anterior por Braudel. E a releitura de Benjamin dentro de uma perspectiva radical me fez, finalmente, começar a perceber a luz que surge, como relâmpagos, dos seus textos que me eram tão obscuros.¹¹

¹¹ No curso de Historiografia com Quetglas foram analisadas as *Teses* durante os quatro anos com alunos diversos a cada ano, permitindo uma familiaridade com o texto que creio indispensável para ler Benjamin.

Adicionalmente, a descoberta de Norbert Elias foi o convite ameno para entrar na compreensão epistemológica da sociologia e os textos de Debord para manter acessa a lúcida indignação com o absurdo cotidiano.

Santo Agostinho, finalmente, deu a “profundidade no tempo” do pensamento que deveria desmontar.

Apoiado em textos tão díspares e diversos arrisquei-me à difícil tarefa de desfazer a minha compreensão do mundo.

Navegar sem mapas, viajar sem rumos.

Manual de navegação

Qualquer navegante que se aventure no mar, sabendo seu destino, programa seu GPS e fica atento para a chamada de correção de rota. As probabilidades de perder-se são remotas pois a margem de erro do aparelho é muito menor do que pode conter o campo visual do mais desatento dos pilotos. O uso desta tecnologia implica num espaço homogêneo e, principalmente, conhecido e controlado (o GPS teve a sua divulgação a partir da guerra do Golfo). A triangulação por satélite não é, em si, uma revolução conceitual na navegação mas apenas um aprimoramento de extrema precisão no sistema de rumo e percurso, usado, pelo menos, desde o início do segundo milênio. Sabendo o rumo, a velocidade e o tempo percorrido, sabe-se a posição.

O mundo representa-se numa carta mais ou menos precisa; mais ou menos conhecida. E nessa carta podemos situar a qualquer momento. Mas essa carta não é uma simples representação; é também uma concepção de mundo : um sistema de coordenadas que definem o espaço que, juntamente com o tempo, nos dão o “aqui e agora” necessários à nossa viagem. Mas, como veremos melhor adiante, falta a este conjunto de quatro coordenadas uma quinta coordenada, variável na história e geografia : a concepção que cada sociedade, na sua cultura específica, possui daquelas outras quatro (Elias, 1989). O GPS seria de inteira inutilidade para um andarilho medieval ou para um índio atual da Amazônia; e também para irmos ao supermercado ou visitar um amigo dentro da nossa cidade¹².

Em função de cada atividade, nossas coordenadas variam; nossa concepção de mundo varia. Kevin Lynch (Lynch, 1982) dividiu as vias, segundo o movimento do usuário : fosse este “usual”, “ocasional” ou “potencial”, e observou que o percurso é a principal percepção de cidade para a maioria das pessoas; para cada uma destas cidades – usual, ocasional e potencial – temos um “mapa” diferente e uma navegação diferente : uma concepção de mundo que se adapta a cada um. E como cada pessoa ou grupo de pessoas têm hábitos distintos e conhecimento potencial da sua cidade distinto – mesmo dentro da mesma cidade, do mesmo bairro, da mesma casa –, existem inumeráveis cidades “usuais”, “ocasionais” e “potenciais”. A Paris do turista coincide muito vagamente com a do parisiense.

¹² Embora possa prestar algum auxílio no loteamento Itaigara...

Não é difícil admitir que cada tipo de viagem possui suas ferramentas adequadas. Porém, em determinadas ocasiões, a concepção de mundo impõe uma cartografia, um tipo de confecção de mapas, que não somente não ajudam mas dificultam, mesmo, determinadas viagens.

Parece-me um bom exemplo disto a cartografia medieval.

Como é sabido, a cartografia medieval era prisioneira da concepção teológica do mundo ou, ao menos, tentava facilitar os percursos no mundo espiritual mais do que no físico; descrevia a criação de Deus antes de ajudar a percorre-la (Haslam, 1989; Lecoq, 1989) (Wolf, 1989) (Cuevas, 1991) (Woodward, 1989). Desta forma, a cartografia cristã durante longo período inscreveu-se nos mapas T-O que tratavam de representar os conhecimentos geográficos das sagradas escrituras – terra circundada por água – deixando de lado os avanços dos conhecimentos matemáticos e astronômicos requeridos pela cartografia científica elaborada, entre outros, por Ptolomeu desde o século II. Desprovidos de uma concepção de mundo “útil” para os deslocamentos, os navegantes lançaram mão de livros de navegação : detalhadas descrições de rumos e percursos e de todos os indícios dos mares; principalmente de um mar de cujas costas não se perde nunca a vista : o Mediterrâneo. Estes livros de navegação, os portulanos, herdeiros dos “périplos” gregos e romanos, deram todo o conhecimento da crescente navegação do segundo milênio enquanto a cartografia descrevia o paraíso e o inferno e os perigos da vida terrena.

O mundo árabe, livre da visão cristã do mundo, construiu sua cartografia, que hoje achamos “prodigiosa” pela sua precisão, culminando com o famoso mapa de *El-idrisi*, do século XII, e sua precisa descrição do mediterrâneo “cabeça para baixo”.

É provável que os navegantes cristãos tivessem conhecimento da cartografia árabe, mas a eventual posse destes mapas, assim como os valiosos portulanos, eram segredos guardados a sete chaves pelos pilotos¹³.

Um portulano é um livro de viagem : o relato de um percurso pela descrição detalhada e precisa de todos os elementos que possam interessar para alguém que pretenda uma viagem igual ou semelhante. Ainda que pouco se conheçam, supõem-se como precisos relatos escritos e não cartas de navegação, embora se chamem, equivocadamente, de cartas portulanos ou mesmo portulanos às primeiras cartas de rumo. Estas são tardias : começam no século XIV com a cartografia maiorquina; a carta náutica de Angelí Dulcert, de 1339 e, pouco depois, com o famoso Atlas Catalão de Elies e Jafudá Cresques, realizado em 1375, descrevendo o mundo conhecido : Europa, África e Ásia incluindo os detalhes aportados pelas descrições de Marco Pólo (Blanes, 1969) (Cuadrado, 1990) (Cuevas, 1991)..

Mas a vida dos portulanos haveria de permanecer ainda durante bastante tempo, pois os problemas de projeção de uma esfera num plano tornam as cartas de difícil manejo fora dos limites do Mediterrâneo e, principalmente nos

¹³ James Clavell, faz uma vívida descrição deste segredo no seu romance *Xogum*.

deslocamentos a leste, onde a localização por estrelas não é de muita ajuda sem uma correta medição do tempo; medição que somente chegou no século XVIII com o primeiro cronômetro marinho do relojoeiro inglês John Harrison, de 1735.

Alvarez de Toledo aponta indícios instigantes de que a navegação atlântica a poente era conhecida durante a primeira viagem de Colombo e de que o novo continente seria já freqüentado anteriormente ao seu “descobrimento” (Alvarez De Toledo, 1992). É importante lembrar que, no Atlas Catalão dos Cresques, na margem do desenho, encontram-se as “ilhas fabulosas” : Brasil (já com esse nome pela existência do pau Brasil na provável borda leste do continente americano) e Till (esta, seguramente, Islândia).

O portulano prescinde da visão de mundo que dificulta a navegação; interessado pelas viagens que levam a lugares “fabulosos” – além do mundo reconhecido – indica correntes, ventos, cor das águas, aves, contornos do litoral. A fidelidade da descrição deve ser total, pois é ela que conduz ao destino na ausência de uma visão “global” do universo e de instrumentos precisos de localização. O acaso e a hipótese – povoados de naufrágios – constroem os limites deste mundo conhecido por percursos; linearmente, como o selvagem que se adentra na floresta ou o pastor primitivo que arrisca novas transumâncias.

Trilhas incertas no mutante mar.

Berger apontou, num célebre ensaio, que, à diferença dos animais, para o homem a realidade do mundo não é dada, mas precisa ser produzida a cada instante ¹⁴. A produção dessa realidade, como toda produção, é suscetível de apropriação e, portanto, de transformar-se em ferramenta de poder. Aqui, e somente aqui, o artista se aproxima do revolucionário : na destruição da realidade produzida pela mídia. Ou em palavras de Sklovsky : o estranhamento do mundo (Sklovskij, 1968).

Trato deste assunto, aparentemente tão distante deste trabalho, como uma analogia metodológica.

Este trabalho não tem “mapas”. Não se situa num “aqui e agora” pautado numa situação temporal e espacial conhecida. Não pretende ser um trabalho dentro de um “estado da arte”, um “ajornamento” ou uma “atualidade” intelectual. Ao não possuir uma metodologia re-conhecida (um mapa), apresenta, por honestidade, os seus portulanos : os diversos textos que deram a cor do mar, a corrente, os indícios de uma compreensão de um processo recente.

Por isto estes portulanos são recheados de citações que se referem a leituras que interpreto apenas o necessário para poder navegar, deliberadamente,.

Reconheço que o processo de leitura pode ser tedioso. Mas é o que mais fielmente descreve o meu percurso.

O que eu tenho a dizer, efetivamente, é o que se apresenta no último capítulo em que me refiro especificamente à cidade de Salvador nos anos

¹⁴ “Para um animal, seu entorno e habitat natural são algo dado; para o homem, apesar da fé dos empiristas, a realidade não é algo dado : há de ser procurada continuamente, tem de ser pega; quase me sentiria tentado a dizer *ser salva*.” (Berger, 1990b) p.259.

recentes. Ali falo do tempo, da cidade e da arquitetura da "Nova Bahia" e o que significa como processo de dominação e de construção de uma dinastia de poder.

Os capítulos que precedem esta contribuição são apenas uma síntese dos portulanos que utilizei nesta demorada viagem.

Influência epistemológica

É natural que esta tese tenha uma inspiração epistemológica, na ausência de uma metodologia consistente. E é natural que esta inspiração tome como fonte os autores que marcaram a perplexidade inicial em que se pauta.

Mas é a minha, ainda escassa, compreensão de Benjamin que se faz mais presente, ainda que de forma defeituosa, simplificada e sem brilho, na forma de abordar este trabalho.

Na apresentação de “Origens do Drama Barroco Alemão”, Sergio Paulo Rouanet, referindo-se à teoria do conhecimento em Benjamin, diz :

“As reflexões metodológicas de Benjamin, condensadas em sua defesa do tratado como paradigma do texto filosófico, decorrem de sua epistemologia. Elucidada esta, aquelas reflexões se tornam transparentes. Cabe apenas uma palavra sobre a aplicação desse método ao corpo do livro. Essa aplicação é inequívoca. O primado do fragmentário sobre o sistemático, a constante retomada dos mesmos temas, a passagem brusca, sem transição, de um tópico para outro : se são essas as características do tratado, não resta dúvida de que o livro é um tratado. Benjamin quer ser lido como um mosaico, mas até certo ponto esse mosaico tem de ser construído pelo leitor. Nem sempre as peças são ordenadas. O livro tem grandes articulações, dentro de cada capítulo, mas não existem parágrafos, dentro de cada articulação. Cabe ao leitor separar e juntar os fragmentos. O livro é um mosaico também em outro sentido : é, em grande parte, um conjunto de citações. Elas têm uma função precisa : são estilhaços de idéias, arrancadas do seu contexto original, e que precisam renascer num novo universo relacional, contribuindo para a formação de um novo todo. Já é, em embrião, a técnica da montagem, que chegaria à sua plenitude nas Passagens de Paris. É tudo isso que torna tão hipnótica a leitura do livro. A excentricidade da forma está estreitamente ligada à originalidade do conteúdo, e esta não é a menor sedução deste livro extraordinário.” (Rouanet, 1984)

A noção epistemológica do mosaico é cativante : construir com fragmentos um novo todo, mas que insinue claramente a montagem e, portanto, a possibilidade de outras montagens. O material mantido no seu estado original, porém em pedaços, conserva – ao menos em desejo, em curiosidade, em convite – vestígios do todo de origem e sugere a possibilidade de outras arrumações.

À subtração cromática do sistema o mosaico contrapõe o brilho da adição.

“O conceito de sistema, do século XIX, ignora a alternativa à forma filosófica, representada pelos conceitos da doutrina e do ensaio esotérico. Na medida em que a filosofia é determinada por esse conceito de sistema, ela corre o perigo de acomodar-se num sincretismo que tenta capturar a verdade numa rede estendida entre vários tipos de conhecimento, como se a verdade voasse de fora para dentro. Mas o universalismo assim adquirido por essa filosofia não consegue alcançar a autoridade didática da doutrina. Se a filosofia quiser permanecer fiel à lei de sua forma, como representação da verdade e não como guia para o conhecimento, deve-se atribuir importância ao exercício dessa forma, e não à sua antecipação, como sistema. Esse exercício impôs-se em todas as épocas que tiveram consciência do Ser indefinível da verdade, e assumiu o aspecto de uma propedêutica. Ela pode ser designada pelo termo escolástico de tratado, pois ele alude, ainda que a forma latente, àqueles objetos da teologia sem os quais a verdade é

impensável. Os tratados podem ser didáticos no tom, mas em sua estrutura interna não têm a validade obrigatória de um ensino, capaz de ser obedecido, com a doutrina por sua própria autoridade. Os tratados não recorrem, tampouco, aos instrumentos coercitivos da demonstração matemática. Em sua forma canônica, só contêm um único elemento de intenção didática, mais voltada para a educação que para o ensinamento : a citação autorizada. A quintessência do seu método é a representação. Método é caminho indireto, é desvio. A representação como desvio é portanto a característica metodológica do tratado. Sua renúncia à intenção, em seu movimento contínuo : nisso consiste a natureza básica do tratado. Incansável, o pensamento começa sempre de novo, e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas. Esse fôlego infatigável é a mais autêntica forma de ser da contemplação. Pois ao considerar um mesmo objeto nos vários estratos de sua significação, ela recebe ao mesmo tempo um estímulo para o recomeço perpétuo e uma justificação para a intermitência do seu ritmo. Ela não teme, nessas interrupções, perder sua energia, assim como o mosaico, na fragmentação caprichosa de suas partículas, não perde a majestade. Tanto o mosaico como a contemplação justapõem elementos isolados e heterogêneos, e nada manifesta com mais força o impacto transcendente quer da imagem sagrada, quer da verdade. O valor desses fragmentos de pensamento é tanto maior quanto menor sua relação imediata com a concepção básica que lhes corresponde, e o brilho da representação depende desse valor da mesma forma que o brilho do mosaico depende da qualidade do esmalte. A relação entre o trabalho microscópico e a grandeza do todo plástico e intelectual demonstra que o conteúdo de verdade só pode ser captado pela mais exata das imersões nos pormenores do conteúdo material. Em sua forma mais alta, no Ocidente, o mosaico e o tratado pertencem à Idade Média. Sua comparação é possível, porque sua afinidade é real.” (Benjamin, 1984)p.50-51.

A longa cita de Benjamin intenta explicitar o impacto que esta proposta metodológica causou neste trabalho ainda que os resultados tenham-se mantido muito longe dos resultados obtidos por ele tanto nas *Origens* quanto nos trabalhos posteriores, como cita Rouanet. Sem pretender, portanto, fazer da concepção epistemológica e do método de Benjamin uma metodologia para esta trabalho, devo reconhecer que, sob esse impacto, procurei alguns caminhos que, ainda que formais, me aproximassem à ela.

O primeiro é em relação à abundância de citações que não são adotadas como interpretações minhas dos autores citados mas como fragmentos dos textos originais que “iluminam” o discurso ou que, freqüentemente, o constroem. São, de alguma forma, os “portulanos” ou os fragmentos de portulanos a que me referi anteriormente. É óbvio que me coube a fragmentação, a ruptura, a descontextualização e a incorporação num novo texto. Mas este caráter na construção do texto não quis esconder sob o “sistema” da minha assimilação as particularidades do selecionado. A maioria destas citas é de trechos lidos e relidos, sublinhados, escritos e rescritos e fazem parte, portanto, de momentos muito intensos dentro do longo percurso de elaboração deste trabalho. Além das conotações metodológicas ou epistemológicas, a apresentação das citações tal qual foram impressas, lidas, sublinhadas e marcadas com o “post-it”, tem um caráter sentimental ou afetivo : formam o esforço de manter no texto a lembrança do intenso momento da descoberta na leitura, na discussão, na conversa, da mesma forma que se intenta manter na memória os detalhes mais insignificantes das vivências que não desejamos perder.

Um segundo aporte epistemológico de Benjamin nesta tese corresponde a sua concepção de mônada tal qual a apresenta nas *Teses*.

“O materialista histórico vai a um objeto unicamente e só entanto que se lhe apresenta como mônada. Nessa estrutura reconhece o signo de uma detenção messiânica do acontecer, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária na luta pelo passado oprimido. A colhe em verdade para fazer saltar uma época determinada fora do curso homogêneo da história; assim, salta uma vida determinada fora da época, uma obra determinada fora da obra de uma vida. O resultado do seu proceder é que fica conservada e recolhida, na obra, a obra completa de toda uma vida (Lebenswerk), na obra completa de toda uma vida, a época e, na época, o curso geral da história. O fruto nutriente do historicamente captado tem em seu interior, como semente preciosa mas carente de sabor, o tempo.”

Deste aporte a tentativa de tirar do slogan político “Aqui a Bahia constrói....” o amplo caráter de uma época de Salvador, que, desgraçadamente *não há cessado de vencer.*

CAPÍTULO 1. TEMPO

*Quid ergo est tempus? Si nemo ex me quaerat, scio,
si quaerenti explicare velint, nescio.¹⁵
Agostinho de Hipona (400)*

O dicionário, aliado inicial, aponta : **tempo** : medida de duração dos fenômenos da existência;/ **duração** : espaço de tempo que uma coisa dura. Substituindo termo a termo : **tempo** : *medida do espaço de tempo dos fenômenos da existência*; **duração** : *espaço da medida de duração que uma coisa dura. (??!!)*

Falar sobre o tempo oscila entre falar trivialidades ou aproximar-se de heresias. Próximo tanto da banalidade do “sol ou chuva” como da assustadora eternidade, a frase de Santo Agostinho, tão citada e comentada, permanece com toda sua verdade : falar do, com ou sobre o tempo é simples e o fazemos cotidianamente; pensar sobre ele é tarefa complicada.

Mas o tempo, e a forma específica de compreender e usar o tempo, é o substrato de um conjunto muito amplo de conceitos do nosso cotidiano e “matéria prima” de um notável número de técnicas correntes : desde o cálculo dos juros do cheque especial ao urbanismo.

Categoria central na compreensão da vida e do pensamento, é natural que o tempo tenha sido preocupação permanente da filosofia. Natural também que, por causa dessa centralidade, a concepção do tempo esteja longe de uma visão unificada próxima de consenso.

Apresentaremos um resumo, necessariamente esquemático, da visão de tempo da filosofia (e da física) antes de entrar nos aspectos de nosso específico interesse.

Aparentemente, a primeira problematização do tempo corresponde a Zenão, no século VI a.C, e a sua postulação sobre a impossibilidade lógica do movimento frente à infinita divisibilidade do tempo¹⁶. Heráclito, em contraposição aos eleatas, sustenta a tese da mobilidade e a multiplicidade do ser. Compreendendo a natureza como processo, a mobilidade e o tempo como estofos da realidade, o absoluto como vir-a-ser e unificação dos contrários.

Os gregos tinham duas palavras para o tempo : αἰών e χρόνος sendo o primeiro “tempo da vida”, “duração da vida” e, a partir daí, “vida” ou “destino”. Já χρόνος tinha o significado de “duração do tempo” ou seja “tempo em todo o seu conjunto” ou mesmo “tempo infinito”. Esta diferença entre “parte do tempo” e “tempo geral” foi transformada depois, com a transformação do significado de

¹⁵ O que é, então, o tempo? Se ninguém me pergunta, sei. Se quem me pergunta quer uma explicação, não sei.

¹⁶ Representado pelo paradoxo de Aquiles e a tartaruga.

αιών em eternidade. Assim o entende Platão quando afirma que χρόνος – o tempo – é a imagem móvel de αιών – eternidade. Aristóteles teria transformado αιών em “idade do céu inteiro” e daí a “eternidade”. Assim, para Platão, o tempo é a imagem móvel de uma Presença que não passa, “imitação móvel da eternidade”. Deve levar-se em conta que para Platão a eternidade que é o “original” do tempo é uma idéia, mas uma idéia da qual se tem uma cópia imediata que é o perpétuo movimento circular das esferas celestes. Mas esse *“tempo que imita a eternidade se desenrola no círculo”* ainda segundo Platão. O tempo é circular com o dia e as estações que retornam.

Antes de Platão, Porfírio, interpretando os ensinamentos de Pitágoras afirmava que de acordo com certos períodos os seres recomeçam, assim como o próprio mundo, a sua vida anterior. É a idéia do “eterno retorno” de inspiração pitagórica que rege a concepção do tempo grego.¹⁷

Aristóteles procura a aproximação ao tempo sem submetê-lo a ser uma cópia ou sombra de uma “realidade verdadeira” servindo-se para tal conceito de movimento. Tempo e movimento percebem-se juntos, portanto, o tempo deve ser algo relacionado com o movimento; como não é o movimento, tem que ser o outro; isto é : o relacionado com o movimento. Como todo movimento somente faz sentido em relação ao um antes e um depois, para Aristóteles *“o tempo é o número (a medida) do movimento segundo o antes e o depois (o anterior e o posterior) (Phys., IV, II, 220 a)*. Esta relação de tempo e movimento é tão estreita que torna-os interdefiníveis : medimos o tempo pelo movimento mas também medimos o movimento pelo tempo.

Plotino retoma a idéia de Platão e afirma que o tempo não pode ser somente número mas possui existência própria. Antes da medida, o tempo existe pois a alma vive no tempo; e este repousava no ser. O tempo é, para Plotino, *“prolongação sucessiva da vida da alma”*.

A concepção cristã do tempo encontra-se explicitada nas Confissões de Santo Agostinho, ao qual nos referiremos posteriormente. Esta concepção, no entanto, transcende a sua época de tal forma que Husserl se expressa da seguinte maneira sobre ela:

*“Os capítulos 13 e 28, do XI livro das Confissões, devem ainda hoje ser estudados a fundo por quem se ocupa com o problema do tempo. Pois, nessa matéria, a época moderna tão orgulhosa do seu saber, nada produziu de muito amplo e que vá muito além desse grande pensador, que se debateu seriamente com a dificuldade.”*¹⁸

Para Agostinho o tempo faz parte da eternidade; não é uma cópia ou corrupção daquela mas apenas uma parte constitutiva da criação, com começo e fim portanto. Uma concepção que rompe definitivamente com qualquer possibilidade de tempo circular do “eterno retorno”.

¹⁷ Não é difícil entender esta concepção de tempo circular numa cultura em que os ancestrais formam um conjunto com as deidades e que o sentimento da morte é relativizado por essa mediação.

¹⁸ Citado na enciclopédia Mirador, p. 10828.

Na idade moderna o tempo se “espacializa”, adota, aproximadamente, as características do espaço. Como ele, pode-se conceber a) como realidade em si mesma, b) como propriedade das coisas, e c) como uma relação. Destas três formas de concepção do espaço, a segunda – como propriedade das coisas – é a que teve menos possibilidade de adotar-se no tempo. O tempo como propriedade das coisas ajusta-se mais ao conceito de duração e portanto particulariza excessivamente a universalidade necessária ao tempo espacializado. Ficam as outras duas concepções que podem ser tratadas como “absolutista” e “relacional”. Estas posições foram assumidas, respectivamente, por Newton e Leibnitz. Para o primeiro *“O tempo absoluto, verdadeiro e matemático, por si mesmo e por sua própria natureza, flui uniformemente sem relação com nada externo e se chama também duração”*¹⁹; conceitua o tempo relativo apenas como medida sensível do tempo absoluto.

Este tempo que não cambia, pois o que cambia são as coisas no tempo invariável, configurará as coordenadas descritivas do mundo.

Para Leibnitz, ao contrário, assim como o espaço é uma ordem de coexistências, o tempo é uma ordem de sucessões. Retomando o conceito agostiniano, Leibnitz considera que sua concepção relacional é a única que permite que a imensidade de Deus seja independente do espaço e que a eternidade de Deus seja independente do tempo. Pois ambos conceitos são relações das coisas da criação.

Para Kant, espaço e tempo são as formas *a priori* que tornam possível a física e a matemática. O tempo é subjetivo, pois é possível a sua concepção sem acontecimentos sendo, no entanto, impossível conceber os acontecimentos interiores ou exteriores fora do tempo.

É importante, a esta altura da breve notícia sobre a concepção filosófica do tempo, indagar a concepção científica do mesmo, já que, ao dizer de Prigogine:

“Da mesma forma que a arte e a filosofia, a ciência é, antes de toda a experimentação, criadora de questões e significados. Tal como a filosofia, ela não poderá dizer-nos o que “é” o tempo, mas tal como a filosofia, a ciência tem como problema o tempo, a criação de uma coerência entre a nossa experiência mais íntima, que é a do tempo, e as nossas formas de descrever o mundo e nós próprios, que emergimos deste mundo.” (Prigogine e Stengers, 1990).

Copérnico, Galileu, Kepler e Newton constroem a ciência moderna que adquire no racionalismo de Descartes a sua formulação anti-historicista. Perspectiva na qual a *res extensa* e a *res cogitans*, coincidindo uma com a outra, tornam possível a ciência da natureza como ciência físico – matemática.

A concepção temporal desta ciência não agrega muita coisa à concepção aristotélica. O tempo permanece em tranqüilo matrimônio com o espaço como absolutos, indiferentes ao acontecer das coisas que neles se situam e desenvolvem.

Esta concepção traz, intrinsecamente, a noção da reversibilidade característica da dinâmica : o mundo funciona como uma máquina ou conjunto de

¹⁹ Citado em (Ferrater Mora, 1983). p. 725.

máquinas compostas de causas e efeitos que, em última instância, podem inverter-se logicamente tornando, o que era efeito, causa. A facilidade de um mundo explicável de forma físico-matemática pode então contrariar a mais evidente noção de irreversibilidade do tempo. É surpreendente que esta noção tenha dominado (se é que ainda não domina) durante tanto tempo a descrição mais prestigiosa ou prestigiada do mundo.

A irreversibilidade veio, cientificamente, na forma da segunda lei da termodinâmica com seu caráter pessimista descrito magistralmente por Borges.

“A primeira lei da termodinâmica declara que a energia do universo é constante; a segunda, que essa energia propende à incomunicação, à desordem, ainda que a quantidade total não decresce. Essa gradual desintegração das forças que compõem o universo é a entropia. Uma vez igualadas as diversas temperaturas, uma vez excluída (ou compensada) toda ação de um corpo sobre outro, o mundo será um fortuito concurso de átomos. No centro profundo das estrelas, esse difícil e mortal equilíbrio tem sido logrado. A força de intercâmbios o universo inteiro o alcançará e estará morno e morto.

A luz vai-se perdendo no calor; o universo minuto por minuto, se faz invisível. Se faz mais leve, também. Alguma vez já não será mais que calor : calor equilibrado, imóvel. Então, terá morto.” (Borges, 1974c)

A apavorante descrição de Borges foi enfrentada por Boltzman; em palavras de Prigogine:

“A situação com a qual Boltzmann se encontrou confrontado era profundamente dramática. Já dissemos que Boltzmann estava convencido de que compreender o universo é compreender o seu caráter histórico e de que a irreversibilidade definida pelo segundo princípio da termodinâmica tinha, por conseguinte, um sentido fundamental. Mas ele era também herdeiro da grande tradição dinâmica. E descobria que essa tradição entrava em conflito com toda a tentativa para dar um sentido intrínseco à «seta do tempo»”. (Prigogine e Stengers, 1990)p.34.

A solução que Boltzmann encontra para o seu drama é, do ponto de vista da própria ciência, curiosa, pois, de alguma forma, abdica de enfrentar, num mesmo universo, duas teorias que conflitam; cria então duas dimensões desse universo.

“Podemos escolher entre dois tipos de representação. Ou supomos que todo o universo está actualmente num estado muito improvável, ou então colocamos a hipótese de as eras que medem a duração desse estado improvável e a distância daqui a Sírio serem ínfimas, comparadas com a idade e a dimensão de todo o universo. Num tal universo, que, no seu conjunto, está em equilíbrio térmico, e portanto morto, regiões relativamente pequenas, com as dimensões da nossa galáxia (a que podemos chamar “mundos”), poderão afastar-se de maneira significativa do equilíbrio térmico durante intervalos de tempo relativamente curtos a essas escalas. Por entre esses mundos existirão alguns cujos estados têm probabilidade (isto é, entropia) crescente, assim como outros cujos estados têm probabilidades decrescentes. Mo meio de todo o universo, as duas direções do tempo não podem ser distinguidas, tal como no espaço não existe nem alto nem baixo...Parece-me que esta é a única maneira de considerar as coisas que nos permite compreender a validade da segunda lei e a morte térmica de cada mundo individual sem invocar uma mudança unidirecional de todo o universo de um estado inicial para um estado final.”²⁰

²⁰ Citado em (Prigogine e Stengers, 1990)p. 40.

Como se sabe, o que Boltzmann não quer invocar é, hoje, teoria razoavelmente aceita como *História do Tempo*²¹

Prigogine destaca o caráter platônico da física e a necessidade de superar este constrangimento da realidade à sua idealidade :

“Mas a física, desde Galileu até hoje, foi também guiada por um ideal de perfeição, aquele que Leibnitz baptizou com o nome de “princípio da razão suficiente”. Da mesma maneira que o círculo grego, a igualdade reversível entre causa e efeito constitui uma limitação quase invisível, fio condutor que leva da física galilaica à mecânica quântica e à relatividade, tal com o círculo leva de Ptolomeu a Copérnico. Kepler renovou o ideal de inteligibilidade da astronomia : ele ousou “quebrar o círculo” e criar a matemática que permite compreender os fenômenos que a astronomia tradicional apenas preservava. Quebrar o círculo da razão suficiente, criar uma linguagem matemática que torne inteligíveis os processos e os acontecimentos irreversíveis que a física tradicional apenas “preservava” por aproximações fenomenológicas : foi finalmente a esse desafio que um de nós foi conduzido devido ao seu interesse pela questão do tempo.” (Prigogine e Stengers, 1990)p.209-210.

A partir do estudo do tema da instabilidade do acontecimento, pode-se determinar que o acontecimento cria uma diferença entre o passado e o futuro, o que a razão suficiente dava como equivalentes. E, ainda, que o acontecimento é o produto inteligível de um passado do qual não podia ser deduzido. Ou seja, o acontecimento se abre para um futuro histórico onde se decidirá a insignificância ou o sentido das suas conseqüências.

No pensamento de Prigogine, tem uma grande influência o trabalho de Bergson, *L'Évolution Créatrice*. Trabalho que, inconformado com a ausência da direção do tempo na ciência, se propôs a criar, em contraposição àquela, um sistema de investigação tão preciso como o que guia a ciência para dar resposta ao “sentimento que temos da nossa evolução de todas as coisas numa duração pura”. De fato esse sistema não chegou a realizar-se, mas, Prigogine adota o princípio que o originou como motor para uma “outra” ciência que tome como ponto de partida a intuição da duração concreta.

A partir daí, para Prigogine a termodinâmica não é mais uma ciência utilitária mas uma ciência fundamental, *onde se experimentam novas questões, não mais dirigidas a objetos passivos e manipuláveis , mas antes a uma realidade susceptível de história, susceptível de nos permitir compreender o que a física tradicional julgava ilusório : a emergência do novo.*

Cito, apenas a título de curiosidade, que, segundo Bachelard, a concepção de Bergson não se ajusta muito bem a emergência do novo, sendo esta a característica justamente da visão contrária de Roupnel (à qual Bachelard adere).

“Para M. Bergson, a verdadeira realidade do tempo é sua duração; o instante não é senão uma abstração, sem realidade alguma. Ele é imposto desde o exterior pela inteligência que não compreende o devir senão descobrindo os estados imóveis. Representaríamos bem, portanto, o tempo bergsoniano por uma reta negra, onde nós teríamos colocado, para simbolizar o instante como um nada, como um vazio fictício, um ponto branco.

²¹ Este é o sugestivo nome de um livro de enorme sucesso. (Hawking, 1988)

Para M. Roupnel, a verdadeira realidade do tempo é o instante; a duração não é senão uma construção sem alguma realidade absoluta. Ela é feita desde o exterior, pela memória, potente de imaginação por excelência, que quer sonhar e reviver, mais não compreender. Nós representaríamos, portanto, muito bem o tempo roupneliano por uma reta branca, cheia de potência, de possibilidade, onde subitamente, como um acidente imprevisível, viria a se inscrever um ponto preto, símbolo de uma realidade opaca...²²

Pode-se dizer que, de alguma forma, Nietzsche tinha intuído este caráter instantâneo do tempo.

“Observa o rebanho que pasta sob teus olhos : ele não sabe o que é ontem nem hoje, ele brinca, pasta, descansa, digere, brinca novamente, e assim da manhã à noite e dia após dia, estreitamente ligado ao seu prazer e seu desprazer amarrado ao instante e não conhecendo, por esta razão, nem melancolia nem desgosto. É um espetáculo sofrível para o homem que mira o animal do alto de sua humanidade, mas inveja, no entanto, sua felicidade – pois ele não deseja outra coisa que isso : viver como um animal, sem desgosto nem sofrimento, mas ele o deseja em vão, pois ele não o deseja como o animal. O homem pergunta um dia ao animal : “Por que não me falas da tua felicidade, por que ficas aí a me olhar?” O animal gostaria responder e lhe dizer : “Isso provém de que esqueço imediatamente o que queria dizer” – mas ele esquece também esta resposta e fica mudo – e o homem se assombra.”²³

Uma nova situação emerge : do tempo filosófico e do tempo científico para o tempo histórico. Mas as contradições não terão acabado ainda, pois, dentro da história a concepção de tempo ainda estará sujeita a uma cosmologia determinada.

Após a breve e imperfeita notícia sobre a concepção filosófica e científica, a aproximação ao conceito tempo que se segue, tem a pretensão de aproximar-se criticamente da concepção de mundo que encerra.

²² “Pour M. Bergson, la vraie réalité du temps, c’est a durée ; l’instant n’est que’une abstraction, sans aucune réalité. Il est imposé de l’exterieur par l’intelligence que ne comprend le devenir que’en repérant des états immobiles. Nous représenterions donc assez bien le temps bergsonien par une droite noire, où nous aurions placé, pour symboliser l’instant comme un néant, comme un vide fictif, un point blanc.

Pour M. Roupnel, la vraie réalité du temps, c’est l’instant ; la durée n’est qu’une construction, sans aucune réalité absolue. Elle est faite de l’exterieur, par la memoire, puissance d’imagination par excellence, que veut rêver et revivre, mais non pas comprendre. Nous représenterions donc assez bien le temps roupnelien par une droite blanche, tout entière en puissance, en possibilité, où soudain, comme un accident imprévisible, diendrait s’inscrire un point noir, symbole d’une opaque réalité...” (Bachelard, 1992). p. 25.

²³ “Oberve le troupeau qui paît sous tes yeux : el ne sait ce qu’est hier ni augourd’hui, el gambade à nouveau, et ainsi du matin au soir et jour après jour, étroitement attaché par son plaisir et son déplaisir au piquet de l’instant, et ne connaissant pour cette raison ni mélancolie ni degout. C’est là un spectacle éprouvant pour l’homme, que regarde, lui, l’animal du haut de son humanité, sans envie néanmoins son bonheur – car il ne désier rien d’autre que cela : vivre comme un animal, sans dégout ni souffrance, mais el le désire en vin, car il ne le désire pas comme l’animal. L’homme demanda peut-être un jour à l’animal “<<Pourquoi ne me parles-tu pas de ton bonheur, pourquoi restes-tu là à me regarder?>> L’animal voulut répondre, et lui dire “<<Cela vient de ce que j’oublia aussi cette réponse, et resta muet – et l’homme de s’étonner” (Nietzsche, 1990). p. 95

O tempo da Providência: Santo Agostinho

Começar por Santo Agostinho parece normal : foi quem explicitou o conceito de tempo que rege o desenvolvimento do pensamento do mundo ocidental; quem separa a visão temporal do cristianismo daquela do judaísmo; afastadas do tempo circular do mundo helênico.

A separação entre o tempo judaico e o tempo cristão decorre do Novo Testamento : da presença de Cristo. Em palavras de Le Goff:

“Para os primeiros cristãos a eternidade não se opõe ao tempo, não é, como para Platão, por exemplo, “a ausência do tempo”. Para eles a eternidade não é mais que a dilatação do tempo ao infinito, a “sucessão infinita dos aiônes”, para usar um termo do Novo Testamento, tanto dos “espaços de tempo delimitados com precisão” como uma duração ilimitada e incalculável.” (...)

Em relação ao pensamento judaico, o Novo Testamento aporta, ou precisa, um novo dado. A aparição de Cristo, a realização da promessa, a Encarnação dão ao tempo uma dimensão histórica, ou melhor, um centro. Desde então, “desde a criação até Cristo, a história inteira do passado, tal como é relatada no Antigo Testamento, forma já parte da história da salvação”

(...)

Daí o fato de que o cristão deve, a um tempo, renunciar ao mundo, que não é mais que sua morada de trânsito, e optar por ele, aceitá-lo e transformá-lo, dado que é a oficina da história presente da salvação.” (Le Goff, 1983)p. 47-48.

Agostinho²⁴, na sua prosa inigualável, coloca a questão da eternidade a partir da pergunta herética : Que fazia Deus antes de criar o mundo? Pergunta que, à época, encontrava a resposta : “preparava o inferno para quem faz este tipo de perguntas”²⁵.

Mas eu digo, meu Deus, que sois o Criador de tudo, o que foi criado. Se pelo nome de “céu e terra” se compreendem todas as criaturas, não temo afirmar que antes de criardes o céu e a terra não fazíeis coisa alguma. Pois, se tivésseis feito alguma coisa, que poderia ser senão criatura vossa? Oxalá eu soubesse tudo o que me importa conhecer, como sei que Deus não fazia nenhuma criatura antes que se fizesse alguma criatura!”

(...)

Mas se a célere fantasia de alguém anda vagueando por tempos imaginários anteriores à criação e se se admira de que Vós, Deus Onipotente, Criador e Mantenedor de todas as coisas, Artífice do céu e da terra, antes de empreenderdes essa empresa, Vos tenhais abstido, durante inumeráveis séculos, da realização de tão grande obra, esse que atenda e considere quão falso é o objeto da sua admiração.

²⁴ Borges anota, brilhantemente, a diferença entre a eternidade arquetípica da antiguidade, a eternidade de Plotino, e a cristã de Santo Agostinho. A primeira mais pobre do que o mundo a segunda vasta e inconcebível. Narra, por outra parte, a necessidade desta eternidade a partir da impossibilidade da “temporalidade” da Trindade inferida pelos agnósticos, que dissolvia a Trindade; a geração do Filho pelo Pai e a emissão do Espírito por ambos, não teria acontecido no tempo mas na eternidade. (Borges, 1974b) p.353-367 .

²⁵ Agostinho, que cita a pergunta e a suposta resposta, não deixa de aproveitar a ocasião para mostrar um pouco do seu método filosófico : “Uma coisa é ver a solução do problema e outra é rir-se dela. Não darei essa resposta. Gosto mais de responder : não sei – quando de fato não sei – do que apresentar aquela solução, dando motivo a que se escarneça do que propôs a dificuldade e se louve aquele que respondeu coisas falsas.” (Agostinho De Hipona, 1999) p. 320. Recomendável rigor para nossa academia...

Como poderiam ter passado inumeráveis séculos, se Vós, que sois o Autor e o Criador de todos os séculos, ainda os não tínheis criado? Que tempo poderia existir se não fosse estabelecido por Vós? E como poderia esse tempo decorrer, se nunca tivesse existido?

Sendo, pois, Vós o obreiro de todos os tempos – se é que existiu algum tempo antes da criação do céu e da terra –, por que razão se diz que vos abstinheis de toda a obra? Efetivamente fostes Vós que criastes esse mesmo tempo, nem ele podia decorrer antes de o criardes! Porém, se antes da criação do céu e da terra não havia tempo, para que perguntar o que fazíeis então? Não podia haver “então” onde não havia tempo. Não é no tempo que Vós precedeis o tempo, pois, de outro modo, não seríeis anterior a todos os tempos.

Precedeis, porém, todo o passado, alteando-Vos sobre ele com a vossa eternidade sempre presente. Dominais todo o futuro porque está ainda para vir. Quando ele chegar, já será pretérito. “Vós, pelo contrário, permaneceis sempre o mesmo, e os vossos anos não morrem.”

Os vossos anos não vão nem vêm. Porém os nossos vão e vêm, para que todos venham. Todos os vossos anos estão conjuntamente parados, porque estão fixos, nem os anos que chegam expulsam os que vão, porque estes não passam. Quanto aos nossos anos, só poderão existir todos, quando já todos não existirem. Os vossos anos são como um só dia, e o vosso dia não se repete de modo que possa chamar-se cotidiano, mas é um perpétuo “hoje”, porque este vosso “hoje” não se afasta do “amanhã”, nem sucede ao “ontem”. Vosso “hoje” é a eternidade. Por isso gerastes coeterno o vosso Filho, a quem dissestes : “Eu hoje te gerei”.

Criastes todos os tempos e existis antes de todos os tempos. Não é concebível um tempo em que possa dizer-se que não havia tempo.” (Agostinho De Hipona, 1999)p. 320-322.

Desta forma Agostinho define o começo do tempo como começo da criação, introduz Cristo “coeterno” dentro do tempo, e o fim dos tempos. O tempo é também “um vestígio de eternidade”²⁶ entendida por ele como um espaço em que os anos não passam e o dia é um permanente “hoje”. Mas tempo nenhum é coeterno de Deus, pois Ele é imutável, e se os tempos assim permanecessem, não mais seriam tempos. Daí a pergunta do epígrafe, daí a perplexidade de não poder explicar o tempo, de uso tão freqüente em qualquer conversa.

Agostinho leva a questão da existência do tempo em seus aspectos parciais : o passado e o futuro:

“De que modo existem aqueles dois tempos – o passado e o futuro –, se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, já não seria tempo, mas eternidade. Mas se o presente, para ser tempo, tem necessariamente de passar para o pretérito, como podemos afirmar que ele existe, se a causa da sua existência é a mesma pela qual deixará de existir?”

O tempo pode ser “longo” ou “breve” tanto no passado quanto no futuro. Cem anos passados seria um tempo passado longo, dez dias um tempo passado breve; e igualmente no futuro. Mas como pode ser longo ou breve algo que já não é ou algo que ainda não foi? Somente o presente pode ser longo ou breve; mas é impossível um presente de cem anos. Mas há a evidência da existência de fatos

²⁶ Neste ponto Agostinho cede à eternidade arquetípica de Plotino, transformando o tempo em cópia, ou vestígio, da eternidade. “Esquecia-me de outro arquétipo que compreende todos os arquétipos e os ressalta : a eternidade, cuja despedaçada cópia é o tempo” Borges, Op. Cit. p.357.

pretéritos e futuros. Ante a evidência da medição do tempo, Agostinho reconhece que o tempo é uma certa “distensão”, não usando “extensão” nem sequer “dimensão”. Nega-se também a confundir o tempo ao movimento; não satisfaz a periodicidade do movimento do Sol e dos astros : *Ninguém me diga, portanto, que o tempo é o movimento dos corpos celestes. Quando, com a oração de Josué, o Sol parou, a fim de ele concluir vitoriosamente o combate, o Sol estava parado, mas o tempo caminhava*” (Agostinho De Hipona, 1999) p. 331 . O recitar de um poema, ou mesmo a pronuncia de uma palavra, oferecem a Agostinho o caminho para a sua compreensão do tempo:

“Mas essa voz ressoa e ressoará, pois a parte que esmoreceu sem dúvida já ressoou e o que resta soará ainda. Vai assim emudecendo pouco a pouco, enquanto a presente atenção do espírito vai lançando o futuro para o passado. Com a diminuição do futuro, o passado cresce até o momento em que seja tudo pretérito, pela consumição do futuro.” (Idem. P. 336).

Este fluxo de futuro para passado, no entanto, somente pode acontecer fora das suas realidades, já que aquele ainda não existe e este já não existe mais. Somente no espírito, onde este processo se realiza mediante “expectação, atenção e memória” : *“Aquilo que o espírito espera passa através do domínio da atenção para o domínio da memória.” (Idem 337)* Resolve assim Agostinho a questão do dimensionamento do tempo : *...o futuro não é um tempo longo, porque ele não existe : o futuro longo é apenas a longa expectação do futuro. Nem é longo o tempo passado...*” etc.

Assim expressa com um simples exemplo a sua concepção do tempo:

“Vou recitar um hino que aprendi de cor. Antes de principiar, a minha expectação estende-se a todo ele. Porém, logo que o começar a minha memória dilata-se, colhendo tudo o que passa de expectação para o pretérito. A vida deste meu ato divide-se em memória, por causa do que já recitei, e em expectação, por causa do que hei de recitar. A minha atenção está presente e por ela passa o que era futuro para se tornar pretérito. Quando mais o hino se aproxima do fim tento mais a memória se alonga e a expectação se abrevia, até que esta fica totalmente consumida, quando a ação já toda acabada, passar inteiramente para o domínio da memória.

Ora, o que aconteceu em todo o cântico, isso mesmo sucede em cada uma das partes, em cada uma das sílabas, em cada ação mais longa – da qual aquele cântico é tal vez uma parte – e em toda a vida do homem, cujas partes são os atos humanos. Isto mesmo sucede em toda a história “dos filhos dos homens”, da qual cada uma das vidas individuais é apenas uma parte.” (Idem 337).

Resta, obviamente, saber o hino. Mas não escapa ao bispo de Hipona a questão:

“Se realmente existe um espírito dotado de tão grande ciência e presciência que conheça todo o passado e futuro – como eu sei um cântico dos mais vulgarizados – esse espírito é extraordinariamente maravilhoso e vertiginosamente estupendo.

Com efeito, nada se lhe esconde nem do passado nem dos restantes séculos, assim como, quando então aquele cântico, não se me escapa o número de estrofes proferidas desde o início, nem as que faltam para chegar ao termo.” Atento à possibilidade de cometer heresia, Agostinho completa : *Mas longe de mim pensar que Vós, Criador do Universo, Criador das almas e dos corpos, longe de mim pensar que conheceis assim todos os segredos dos futuros e passados. O vosso conhecimento diverge muito do nosso. É extraordinariamente mais admirável e incomparavelmente mais misterioso.*

Quando se canta uma melodia conhecida, o afeto varia e o sentimento espraia-se com a expectativa dos sons que estão para vir ou com a recordação dos que passaram. A Vós, que sois imutavelmente eterno, isto é, verdadeiramente eterno Criador das inteligências, não sucede o mesmo. Assim como, sem variar de ciência, conhecestes “no princípio o céu da terra”, assim também “criastes no princípio o céu e a terra”, sem modificação alguma da vossa atividade. (Agostinho De Hipona, 1999)p. 339-340.

Explica, assim, o tempo da Providência Divina sem correr o risco da heresia de outorgar alguma temporalidade a Deus.

Esta visão cristã, no entanto, está longe de permear a concepção do tempo na idade média; o Antigo Testamento, *“domina ainda os espíritos e opõe, a uma concepção flexível do tempo, o duplo obstáculo da visão judaica de uma eternidade enrijecida e de um simbolismo que, sistematizado como método de busca e de explicação, além do paralelismo Antigo-Novo Testamento, faz esfumar-se toda a realidade concreta do tempo da história”.* (Le Goff, 1983) p. 51.

Ainda que, de alguma forma, prematuro, o tempo, tal qual Santo Agostinho descreve, é linear, mensurável e previsível. Linear tal qual o cântico que flui do futuro ao passado transformando o presente num fugidio ponto de uma reta, mensurável e infinitamente divisível pois pode-se aplicar a cada palavra o fluir do futuro ao passado como ao cântico todo, e previsível pois “devo saber” o cântico para que exista o futuro em forma de espera. Ainda que este “saber” do futuro seja divino.

Por estas características, o tempo torna-se “igual para todos”, superando seu caráter subjetivo, ou melhor, superando, ao seu caráter subjetivo, um tempo de referência igual para todos, pois é mensurável. O domínio desta medida será, então, o domínio do tempo cotidiano; e o domínio da previsão – o saber do futuro – o domínio do próprio tempo.

Este tempo, que aqui o apresentei em termos de Santo Agostinho, opõe-se ao tempo primitivo. Oposição que se dá, principalmente, na diferenciação passado/presente.

Uma visão histórica; Le Goff

Le Goff (Le Goff, 1988) – incansável estudioso do tempo – aponta para esta diferenciação como elemento essencial para a concepção do tempo. Citando Piaget, lembra que, para a criança, compreender o tempo é liberar-se do presente; e, alertando que o tempo da história não é o tempo psicológico nem o tempo lingüístico, aponta para o fato destas duas ciências confirmarem que a oposição passado/presente não é um dado natural mas uma construção. Por outra parte, a percepção do tempo não se restringe à separação do passado e o presente mas comporta um terceiro elemento : o futuro. Le Goff lembra que é Santo Agostinho quem descreveu de forma profunda esta triplicidade do tempo como dimensões do presente. Na psicologia, a oposição passado/presente decorre de uma educação que insere o indivíduo numa liberação do presente, não somente de uma antecipação do porvir em função de regularidades inconscientemente estabelecidas no passado mas também no desenrolar de uma série de estados

dessemelhantes e cuja relação não é evidente (Piaget). Compreender o tempo é essencialmente fazer um ato de reversibilidade. Nas sociedades a distinção do passado, do presente e do futuro implica também um remontar à memória e esta liberação do presente que supõe uma educação : a constituição de uma memória coletiva além da memória individual. A ênfase que, na criança, tem a memória pessoal, tem na memória social a tradição e o ensino. Embora na nossa memória pessoal, construída na infância, exista uma marcante presença da memória coletiva (a formulação da memória de acordo a uma linguagem, por exemplo, como veremos em relação à lingüística). O comportamento “normal” das atitudes humanas é constituído pelo equilíbrio entre a consciência do passado, do presente e do futuro. A ênfase do foco em qualquer uma destas divisões constituem “patologias”.

Do ponto de vista da lingüística, destaca-se que a divisão entre passado, presente e futuro que nos é familiar está longe de ser universal. Desde Saussure tinha-se notado que a distinção dos tempos que são habituais é estranho a algumas línguas : o proto-germânico não tem uma forma própria para o futuro e as línguas eslavas distinguem regularmente dois aspectos do verbo : o *perfectivo* representa a ação na sua totalidade e o *imperfectivo* a mostra enquanto feita e sobre a linha do tempo. Tornamos a encontrar a distinção do passado/presente como construção e não como dado neto. Diversas situações específicas mostram como os tempos verbais das diversas linguagens respondem a necessidades sociais específicas de determinadas sociedades. A gramática histórica põe em evidência a evolução do emprego dos tempos de verbo e das expressões lingüísticas temporais como reveladores da evolução das atitudes coletivas com relação ao passado, fato social e histórico. Le Goff aponta ainda a diversa significação que a linguagem apresenta num mesmo tempo e língua em relação às diferentes classes sociais:

“Paul Imbs, da mesma forma, sublinha que a linguagem, ao longo da Idade Média, ao menos na França, se faz cada vez mais clara, cada vez mais diferenciada para exprimir a coincidência, a simultaneidade, a posterioridade, a anterioridade, etc. Ele repara também as formas diferentes de conceber e de expressar a relação passado/presente segundo as classes sociais : o tempo dos filósofos, dos teólogos e dos poetas oscila entra a fascinação do passado e o impulso para a salvação futura – tempo de decadência e de esperança, o tempo do cavaleiro é um tempo da velocidade mas que gira facilmente em círculos, confundindo os tempos, o tempo do camponês é um tempo da regularidade e da paciência, de um passado no qual buscamos manter o presente, o tempo do burguês é, bem entendido, aquele que distingue cada vez mais presente/passado/ futuro e que se orienta deliberadamente para o futuro.”²⁷

²⁷ “Paul Imbs de même souligne que le langage, au cours du Moyen Age, en France du moins, devient de plus en plus Clair, de plus en plus différencié pour exprimer la coïncidence, la simultanéité, la postériorité, l’antériorité, etc. Il repère aussi des façons différentes de concevoir et d’exprimer le rapport passé/présent selon les classes sociales : le temps des philosophes, des théologiens et des poètes oscille entre la fascination du passé et l’élan vers le salut futur – temps de décadence et d’espérance, le temps du Chevalier est un temps de la vitesse mais que tourne facilement en rond, confondant les temps, le temps du paysan est un temps de la régularité e de la patience, d’un passé dans lequel on cherche à maintenir le présent, le temps du bourgeois étant bien entendu celui qui distingue de plus en plus présent/passé/futur et que s’oriente plus délibérément vers le futur. (Le Goff, 1988).p. 38-39

No pensamento selvagem, a distinção entre passado/presente é apresentada, por Le Goff, como mais débil e diferente. Mais débil porque a referência essencial ao passado é a um tempo mítico, à criação, idade de ouro e o tempo transcorrido entre a criação e o presente é extremamente raso. E diferente enquanto o pensamento selvagem é, via de regra, intemporal : *“Ele deseja apreender o mundo simultaneamente como totalidade sincrônica e diacrônica”*²⁸.

Ou ainda:

*“Pelos mitos e os rituais, o pensamento selvagem estabelece uma relação particular entre passado e presente : “a historia mítica oferece o paradoxo de ser simultaneamente unido e desunido em relação ao presente... Graças ao ritual, o passado “desunido” do mito se articula, por uma parte com a periodicidade biológica e sazonal, por outra parte, com o passado “unido” que liga, ao longo de todas as gerações, os mortos e os vivos”*²⁹

São inúmeros os casos que se podem narrar sobre esta relação temporal no pensamento selvagem ou primitivo. Voltaremos, ainda, tratando da concepção temporal afro-baiana.

Continuando com Jacques Le Goff, podemos acompanhar a relação passado/presente na consciência histórica. Historicamente, o passado é considerado como o período anterior aos acontecimentos que o individuo pode lembrar pessoalmente. A maior parte das sociedades considera o passado como modelo para suas ações presentes, mas existem interstícios nesta devoção ao passado pelos quais infiltram-se o câmbio e as inovações. Fora as seitas que se amarram firmemente ao passado, a maioria dos grupos sociais que consideramos resistentes às mudanças possui uma propensão à mudança do que soemos acreditar. Mas, ainda que se admitam mudanças, a maior parte das vezes o sentimento da evolução da história é considerado como uma degradação, uma decadência, e as inovações apresentam-se sob a forma de um “retorno ao passado” : o que é a idéia força dos “renascimentos”.

É freqüente os movimentos revolucionários referirem-se como herdeiros diretos de um passado perdido e mais ou menos distante assim como situações que tendem a instaurar uma ordem, de fato, nova – como o nazismo e o fascismo – entendem-se a si mesmas como arcaizantes e tradicionalistas.

“Quando e como as palavras “novo” e “revolucionário” transformaram-se em sinônimos de “melhor” e “mais desejável”? Dois problemas especiais dizem respeito ao tempo com genealogia e como cronologia. Os indivíduos que compõem uma sociedade experimentam desde sempre a necessidade de terem ancestrais e este é um dos papéis dos grandes homens. Os costumes e o gosto artístico do passado são freqüentemente imitados e adotados pelos revolucionários. Quanto à cronologia, ela fica essencial para o significado moderno, histórico do passado, onde a história é uma mudança orientada. As

²⁸ *“elle veut saisir le monde à la fois comme totalité synchronique ed diachronique” (Le Goff, 1988), p. 40. citando Lévi-Strauss, Cl. La Pensée Sauvage, Plon, Paris, 1962.*

²⁹ *“Par les mythes et les rituels, la pensée sauvage établit une relation particulière entre passé et présent : “l’histoire mythique offre le paradoxe d’être simultanément disjointe et conjointe par rapport ao présent... Grace ao rituel, le passe “disjoint” du mythe s’articule, d’une part avec la périodicité biologique et saisonnière, d’autre part avec le passe “conjoint” que unit, tout au long des générations, les morts et les vivants” (Lévi-Strauss, ibid. p. 313). (Le Goff, 1988), p. 40.*

*cronologias históricas e não históricas coexistem e é necessário admitir a persistência de formas diversas do sentido do passado. Nadamos no passado como os peixes dentro d'água e não podemos escapar-lhe (Hobsbawm). François Chatelet, por seu turno, estudando o nascimento da história na Grécia antiga, tem previamente ensaiado definir os traços característicos do "Espírito historiador".*³⁰

Chatelet, ainda segundo Le Goff, apresenta o passado e o presente como categorias simultaneamente diferentes e iguais. Iguais na medida em que são, ambas, reais.; o espírito historiador deve acreditar na realidade do passado, na sua natureza igual à do presente. Não lhe é permitido tratar aquilo que tem passado como fictício ou irreal; a não atualidade do acontecido não deve identificar-se com a não-realidade do mesmo. Mas, por outro lado, o passado é, necessariamente, diferente do presente na medida em que cada situação acontecida é diferente de qualquer outra : a idéia da repetição na história, do "não há nada de novo sob o sol", ou mesmo da existência de lições do passado somente podem fazer sentido numa mentalidade não historiadora. Finalmente, a história, ciência do passado deve ter recursos e métodos científicos de estudo desse passado.

É importante destacar este duplo caráter do passado : como genealogia e como cronologia; no primeiro caso originando o sentimento de perda de um passado "glorioso"³¹, no segundo, como câmbio orientado, originando o sentimento de "progresso". E, simetricamente, o futuro tanto como declínio quanto como "evolução". Este tema será recorrente ao longo deste estudo.

*"Podemos esquematizar as atitudes coletivas em consideração ao passado, ao presente (e ao futuro) dizendo que na Antigüidade camponesa predominou a valorização do passado com a idéia de um presente decadente, que na Idade Média o presente é concebido entre o peso do passado e a esperança de um futuro escatológico, que na Renascença o investimento se faz, ao contrário, no presente e que, do século XVII ao XIX, a ideologia do progresso inverte a valorização do tempo para o futuro."*³²

³⁰ "Quand e comment les mots "nouveau" et "revolutionnaire" sont-ils devenus synonymes de "meilleur" et "plus désirable"? Deux problèmes speciaux concernant le passé comme généalogie et comme chronologie. Les individus qui composent une société éprouvent presque toujours le besoin d'avoir des ancêtres et c'est un des rôles des grands hommes. Les moeurs et le goût artistique du passé sont souvent singés et adoptés par les révolutionnaires. Quand à la chronologie elle demeure essentielle pour le sens moderne, historique du passé, car l'histoire est un changement orienté. Des chronologies historiques et non historiques coexistent et il faut admettre la persistance de formes diverses du sens du passé. Nous nageons dans le passé comme des poissons dans l'eau et ne pouvons lui échapper (Hobsbawm). François Chatelet, de son côté, étudiant la naissance de l'histoire dans la Grèce antique, a préalablement essayé de définir les traits caractéristiques de "l'Esprit historien". (Le Goff, 1988), p. 44.

³¹ "Cuan presto se vá el placer/ como después de acordado da dolor/ como a nuestro parecer, cualquiera tiempo pasado fue mejor" *Coplas a la muerte de mi padre* de Manrique. Parece evidente que a consciência da morte inevitável alimenta este sentimento, assim como o mito criador do qual o tempo nos "afasta".

³² "On peut schématiser les attitudes collectives à l'égard du passé, du présent (et de l'avenir) en disant que dans l'Antiquité païenne prédominait la valorisation du passé avec l'idée d'un présent décadent, que'au Moyen Age le présent est coincé entre le poids du passé et l'espérance d'un futur escatologique, qu'à la Renaissance l'investissement se fait au contraire sur le présent et que du XVII^e au XIX^e siècle, l'idéologie du progrès renverse la valorisation du temps vers l'avenir." (Le Goff, 1988), p. 46.

No século XX, a crise do progresso que se esboça, entranha novas atitudes em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Por uma parte o apego ao passado toma formas obsessivas, exasperadas, freqüentemente reacionárias; e na segunda metade do século, preso entre a angústia atômica e a euforia do progresso técnico-científico, volta-se simultaneamente para o passado com nostalgia e para o futuro com temor ou esperança.

O culto reacionário ao passado tem sido um elemento essencial das ideologias de direita (e do fascismo e nazismo). Mas este culto ao passado não se restringe nem se identifica exclusivamente com estas ideologias.

*“Por outro lado, a aceleração da história tem conduzido as massas das nações industrializadas a se apegar nostálgicamente às suas raízes; de onde a moda retrô, o gosto pela história e a arqueologia, o interesse pelo folclore, a onda da etnologia, a paixão pela fotografia criadora de memória e de lembranças, o prestígio da noção de patrimônio”.*³³

Noutros domínios, a atenção ao passado tem assumido um lugar importante na literatura, na filosofia e na nova ciência : a psicanálise. Também em outras novas ciências, como a sociologia e o estruturalismo, a busca de “constantes” atemporais buscam esvaziar o passado; ainda que sociólogos e antropólogos o investiguem, a sua busca é caracterizada pelo caráter anti histórico. Mas é também na concepção da história, a partir de Marc Bloch e Lucien Febvre e a escola de *Annales*, numa construção do passado a partir do presente, onde se manifestam vigorosamente as transformações da relação passado/presente no século.

Nas últimas décadas, uma proliferação de “pós” isto ou “pós” aquilo, confirma, mais do que nega, o caráter ambíguo de fé no “novo” e nostalgia pelo passado. Mas veremos isto adiante mais detidamente.

Providência e Progresso

Voltemos à concepção agostiniana do tempo como “cântico”; o tempo da Providência Divina e a sua gradativa transformação.

John Bury, pioneiro a estudar a “idéia de progresso”, situa o nascimento da mesma no Iluminismo. Embora reconheça antecedentes importantes, considera que *“O socavamento da teoria da Providência está intimamente ligado com nosso tema já que, justamente, a teoria de uma Providência ativa era o que a teoria do Progresso ia a substituir. Os homens não puderam formular uma teoria do Progresso até que não se sentiram independentes da Providência.”* (Bury, 1971).

Penso que a oposição proposta por Bury é apenas verdadeira. Verdadeira no sentido em que a idéia do Progresso é, de alguma forma, laica.

³³ “D’un autre cote, l’accélération de l’histoire a amené les masses des nations industrielles à se raccrocher nostalgiquement à leurs racines; d’où la mode *retrô*, le goût pour l’histoire et l’archeologie, l’intérêt pour le folklore, fa vogue de l’ethnologie, l’engouement pour la photographie créatrice de mémoire et de souvenirs, le prestige de la notion de *patrimoine*.” (Le Goff, 1988), p.53.

Mas, se entendemos com Le Goff que : “O confronto entre antigo e moderno terá sido menos o combate do passado e do presente, da tradição e da novidade, que o de duas formas de progresso, o progresso pelo ressurgimento e eterno retorno, o progresso circular que coloca a Antigüidade no alto da roda, e o progresso por evolução retilínea, o progresso linear que privilegia aquilo que se afasta da Antigüidade”³⁴, estamos mais frente a uma transferência da linearidade temporal da Providência, dominada por Deus, à linearidade temporal do progresso, dominada “pelo homem”³⁵, do que à aparente oposição exposta por Bury.

Ele próprio reconhece:

“A crença na Providência poderia compartilhar-se, como de fato aconteceu numa idade posterior, com a crença no Progresso, dentro de um mesmo espírito, mas os postulados fundamentais de ambas eram incongruentes e a doutrina do Progresso não poderia germinar enquanto a doutrina da Providência se encontrasse numa supremacia indiscutida

(...)

Mas tem alguns aspectos da teoria medieval que não podemos ignorar. Em primeiro lugar, a pesar de que manteve a crença na degeneração, respaldada pela mitologia hebraica, abandonou a teoria cíclica grega. Reconheceu-se que a história da terra era um fenômeno único no tempo, não tornaria a acontecer nunca nem nada que se lhe assemelhasse. O mais importante de todo é o fato de que a teologia cristã construiu uma síntese que pela primeira vez tratou de dar um significado preciso à totalidade dos acontecimentos humanos, uma síntese que representa o passado como algo que leva para um fim definido e desejável no futuro. Uma vez que se adotou generalizadamente esta crença, e depois de ter prevalecido durante séculos, os homens puderam abandoná-la junto com a doutrina da Providência, sobre a qual se apoiava, mas não podiam contentar-se com voltar às idéias que tinham satisfeito os antigos para quem a história humana, apreendida como um todo, era uma fábula insignificante. Tinham que buscar uma nova síntese que pudesse substituí-la.” (Bury, 1971), p. 30-31.

É evidente que o Progresso, como corpo teórico hegemônico, necessita um crescente afastamento da idéia da Providência. Principalmente da providência da vida cotidiana da Idade Média que, como vimos, “achata” a história.

Mas vimos também como nesta mesma Idade Média o conceito de tempo varia de determinado segmento social a outro. Seguramente, o tempo do camponês está amarrado a um passado imutável que impede qualquer noção de progresso, mas o tempo do burguês orienta-se claramente ao futuro; e não é ao futuro da Providência Divina mas ao futuro dos seus negócios especulativos.³⁶

³⁴ “Le combat d’antique et de moderne sera moins le combat du passé et du présent, de la tradition et de la nouveauté, que celui de deux formes de progrès, le progrès par ressourcement e éternel retour, le progrès circulaire que met l’Antiquité au haut de la roue et le progrès par évolution rectiligne, le progrès linéaire que privilégie ce qui s’éloigne de l’Antiquité.” (Le Goff, 1988) p. 66

³⁵ a rigor, por alguns homens; neste sentido diz Hopper : ““Progress” once had a goal in human community; but technology has now claimed “progress” for itself and is leading the community ever closer to global death... Meanwhile, the corporate-technological complex moves on to introduce ever new innovations in pursuit of economic advantages and power” (p. 126). (Hopper, 1991) 153 p p.

³⁶ Ver nota 27.

Tentarei uma explicação de esta transferência do tempo linear da Providência ao tempo linear do Progresso.

Num belo livro, Le Goff (Le Goff, 1987) descreve a situação do usuário medieval e a concepção teológica do tempo e como se resolve a contradição que daí deriva. Aproveitarei os seus argumentos como subsídio para tentar entender como se processou a transição da temporalidade da Providência à temporalidade do Progresso.

Entre o final do século XI ao século XIII transforma-se a concepção de pecado e penitência : espiritualiza-se, interioriza-se. A gravidade do pecado passa a medir-se pela intenção do pecador. Muda portanto a confissão, de coletiva e pública, de cerimônia excepcional e reservada aos pecados mais graves, passa a privada e relativamente freqüente; torna-se obrigatória para homens e mulheres pelo menos uma vez por ano. *“O confessor deve mais lavar a uma pessoa do que castigar uma falta.”*

Isto produz uma mudança de hábitos, a contrição e o exame de consciência passam a ser necessários para o penitente. A introspecção que disto resulta constitui o começo da modernidade psicológica.

“O confessor terá que fazer as perguntas apropriadas para que seu penitente distinga, na série de pecados, os graves, que serão mortais se não há contrição nem penitência, e os mais leves, os veniais, que podem redimir-se. Os pecadores que morram em estado de pecado mortal irão ao lugar tradicional da morte, do castigo eterno, o inferno. Aqueles que morrem carregados somente de pecados veniais passarão um tempo mais ou menos prolongado de expiação num lugar novo : o purgatório, e uma vez purificados, purgados, abandonarão o purgatório para entrar na vida eterna, o paraíso... a mais tardar no momento do juízo final.” (Le Goff, 1987), p. 17.

Pelos *exempla*, relatos estruturais dos sermões, à época o grande médio de comunicação que chega, em princípio, a todos os fiéis, sabemos que a usura é pecado.

Le Goff estrutura assim o seu questionamento:

“A usura é um pecado. Por que? Que maldição alcança a essa bolsa que o usurário enche, que entesoura, da qual não pode separar-se assim como Harpagon não pode separar-se do seu cofre e que o leva à morte eterna? Para salvar-se, terá que soltar a sua bolsa? Ou bem se encontrará para ele um médio que lhe permita conservar a bolsa e a vida, a vida eterna? Esse é o grande combate que se livra no interior do usurário : o combate entre a riqueza e o paraíso, entre o dinheiro e o inferno.” (Le Goff, 1987), p. 21.

Nas escrituras existem pelo menos cinco manifestações explícitas contra a usura; quatro no antigo e uma no novo testamentos. No Deuteronômio se explicita : *“Não exigirás ao teu irmão interesse de prata nem usura de comestíveis, nem usura de nenhuma outra coisa de que soem exigir usura. De alguém de terra estranha, poderás exigí-la, mais não exigirás ao teu irmão”*. Curiosamente, este mando funcionou no sentido dos judeus para com os cristãos mas não a inversa, pois enquanto os judeus consideravam os cristãos como estrangeiros, para os cristãos da idade média, os judeus não eram estrangeiros. Não assim os inimigos considerados, estes sim, como estrangeiros. De onde *“Onde impera o direito de guerra, impera o direito de usura”*.

Embora exista uma longa tradição cristã de condenação da usura, a reduzida importância do uso e circulação de moeda numa economia contraída, tornava secundário o problema da usura.

“Por outro lado, são os mosteiros os que, até o século XII, subministram o essencial do crédito necessário. A finais do século o papa lhes proíbe a forma preferida do crédito dos mosteiros : o mort-gage , “empréstimo garantido por um imóvel do qual o provedor de fundos percebe as rendas.

Quando a economia monetária se generaliza durante o século XII, quando a roda da fortuna gira mais rapidamente para os cavaleiros e os nobres assim como para os burgueses das cidades que formigam em meio do trabalho e os negócios e se emancipam, a senhora Usura se converte numa grande personagem. A Igreja se subleva por isso, o direito canônico nascente e pouco depois o escolasticismo, que se esforça por conceber e ordenar as relações da nova sociedade com Deus, tratam de conter a inundaçã usurária.” (Le Goff, 1987), p. 34.

Considerada roubo, pois se vende o que não foi produzido, ócio, pois nada se produz, avareza, injustiça... a usura é também um perigo : pois supõe o risco das pessoas pararem de trabalhar atraídos pelas facilidades de ganância da usura.³⁷

“Fenus pecuniae, funus est animae”³⁸

Mas semelhante condenação não supõe o abandono da prática; primeiro porque somente se aplica aos usurários cristãos, já que os judeus, proibidos da produção primária e secundária, adotaram a usura como meio de subsistência, depois porque a prática torna-se extremamente atraente num mundo de economia de dinâmica crescente. Desta forma, o usurário cristão passa a ser considerado pior do que o judeu, e é contra ele que se concentram os esforços de condenação.

O usurário é, essencialmente, um ladrão. Mas não um ladrão comum, mas um ladrão de Deus, pois vende o tempo que a Ele pertence.³⁹

Assim, em palavras de Le Goff:

“Este roubo do tempo é um argumento particularmente urticante para os clérigos tradicionais entre o século XII e XIII num momento em que se modificam os valores e as práticas sócio-culturais, em que alguns homens se apropriam de porções das prerrogativas divinas, em que o território dos monopólios divinos se reduz. Deus também deve conceder aos homens que certos valores do seu céu desçam à terra, deve outorgar-lhes “liberdades”, “franquias”.

(...)

É bem estranha a situação do usurário medieval. Numa perspectiva ampla, o historiador atual lhe reconhece a condição de precursor de um sistema econômico que, a

³⁷ Qualquer semelhança com as taxas (usurárias) de juros atuais no Brasil e, de resto, em vários países “emergentes”, não é mera coincidência.

³⁸ “O rendimento do dinheiro é a morte da alma”. Fórmula pronunciada desde meados do século V pelo papa São Leão I o Grande. (Le Goff, 1987) p. 45.

³⁹ Breve no tempo, existiu semelhança em relação aos intelectuais (professores) que “fora das escolas monásticas ou catedrais, ensinam na cidade a estudantes de quem recebem um pato, *la collecta*. São Bernardo, entre outros, os fustigou e os chamou “vendedores, mercadores de palavras” . E que vendem estes homens? A ciência, a ciência que, como o tempo, somente pertence a Deus”. (Le Goff, 1987). p. 60.

pesar de suas injustiças e seus defeitos, inscreve-se no Ocidente na trajetória de um progresso : o capitalismo. E, na sua época, esse homem foi denegrido desde todos os pontos de vista do seu tempo.” (Le Goff, 1987), p. 60-61.

Pois o usurário recebe condenações de todos os lados :

“O usurário, a pior classe de homem de negócios, é alcançado por várias condenações convergentes : o manejo – particularmente escandaloso – do dinheiro, a avareza, a preguiça e, como já vimos, a estas agregam-se as condenações por roubo, por pecado contra a justiça e por pecado contra a natureza. O expediente judiciário do usurário é abrumador.” (Le Goff, 1987), p. 70.

Em permanente estado de pecado mortal, o usurário teme a morte e, principalmente, a morte súbita que o levaria sem contrição nem penitência diretamente ao inferno. Mas não é somente o arrependimento que libera ao ladrão, mas a restituição do roubo. Restituição que pode ser herdada pelos seus amigos ou familiares. São inúmeros os relatos sobre mortes súbitas, loucuras, mudez ou mesmo impossibilidade de contrição e penitência.

“O usurário típico é aquele usurário francês de que fala Eudes de Sully, bispo de Paris desde 1196 a 1208. “Houve em França um usurário cujo servidor chamava-se Inferno e cuja servente chamava-se Morte. Faleceu subitamente, seus únicos coveiros foram Inferno e Morte.” (Le Goff, 1987), p. 91.

Os donativos dados em vida à igreja para comprar orações e outros privilégios são perdão incerto. Existem relatos de usurários que regressam em forma de aparições a vingar-se dos monges que não evitaram sua ida ao Inferno a pesar do muito dinheiro aceito para enterrá-lo na sua igreja.

Uma vida de riquezas e uma morte eterna no Inferno. Este é o panorama do usurário na Idade Média. As opções que a Igreja e o poder laico colocam a esta personagem são de escolha : “a bolsa ou a vida” – a vida eterna, bem entendido. O seu desejo : “a bolsa e a vida”.

Em torno ao primeiro milênio produziram-se mudanças significativas na Idade Média, o que os historiadores chamam de “feudalismo”. Nestas transformações a cristandade passa por uma grande mudança: enquanto anteriormente havia uma nítida distinção entre o mundo do mosteiro onde imperava a cristandade; clérigos e monges estavam obrigados ao cumprimento dos mandamentos. Mas o mundo laico, apenas toscamente cristianizado, possuía uma clara diferença entre a vida terrena, marcada pela decadência, e a vida eterna, o que determinava práticas inteiramente diferentes às práticas “efetivamente” cristãs na vida cotidiana. Os pecados tinham códigos de penitências pré-estabelecidas inspiradas nas leis laicas bárbaras. *Não se emendava o pecador; lavava-se a sua falta.* O ideal monástico era o desprezo do mundo, mas para o mundo laico, superficialmente cristianizado, Deus estava muito longe e o mundo muito perto. A idéia de um mundo que se acaba fomenta a obsessão pelo deleite das poucas vantagens da vida. Deus e o Juízo Final estão presentes como o castigo final; Deus não se diferencia dos antigos deuses furiosos e sedentos que adoraram seus antepassados a quem deviam satisfazer com oferendas semelhantes àquelas oferecidas antigamente. Submissos como eram, os camponeses aceitaram a pesada oferenda do dízimo aos representantes de Deus : os Santos e a Igreja. No novo milênio a igreja opta por uma

cristianização “completa” da sociedade esforçando-se verdadeiramente para isto conforme os métodos usuais dos poderosos, a esperança e o castigo : a cenoura e o porrete.

“O porrete foi Satanás. Chegado desde o longínquo e profundo Oriente, o diabo foi racionalizado e institucionalizado pela Igreja e foi uma figura que funcionou bem em torno ao ano mil. O diabo, azote de Deus, general de um exército de demônios bem organizados, amo em seus territórios, o Inferno, foi o diretor de orquestra do imaginário feudal. Mas o diabo podia somente oferecer – já que Deus no paraíso forçosamente não admitia mais do que uma minoria de perfeitos, de santos – um além sem esperanças a uma sociedade que lograva cada vez menos pensar segundo o modelo estritamente antagônico dos bons e dos maus, do branco e do preto.

A sociedade implacável e maniqueísta da alta Idade Média fazia-se intolerável. As massas impuseram à Igreja (a qual o impôs à aristocracia e aos príncipes que tratavam de utiliza-lo em proveito próprio) o movimento de paz.” (Le Goff, 1987), p. 99.

A vida na terra não podia ser outra coisa que um “vale de lágrimas” antes do Apocalipse. No novo milênio a terra, melhor cultivada rendia mais, diversas tecnologias começavam a permiti-lo. Esta produção e o seu comércio exigiam uma aritmética que instaurou, lá pelo ano 1200, uma verdadeira mania de contar⁴⁰. Ainda que isto ainda não tivesse o nome de progresso, o crescimento era evidente. A idéia da vida terrestre como um mundo de degradação e miséria não era mais compatível com este crescimento, com esta contribuição do homem à criação de Deus. A vida na terra podia passar a ser o começo, a aprendizagem de uma ascensão a Deus. A salvação podia começar, desde então, aqui embaixo. A cenoura (a esperança) foi o purgatório.

“Era aqui embaixo, colaborando em sua (de Deus) obra de criação – de outra maneira, por que haveria Deus criado o mundo, o homem e a mulher? – onde a humanidade podia salvar-se. A cenoura foi o purgatório. O purgatório nasce ao final desta grande transformação querida pela Igreja como uma modificação de toda a sociedade : a reforma gregoriana.” (Le Goff, 1987), p. 99-100.

O usurário se encontra, nesta nova circunstância, de forma mais cômoda para obter o seu desejo de bolsa e vida eterna. Algumas questões melhoram a sua situação, principalmente a *moderação* na sua prática – o limite dos ganhos dentro de taxas de juros consideradas normais para outros tipos de transações – e a aparição de *novos valores* que a vida econômica introduz : as primeiras de

⁴⁰ É a época em que um grande número de cidades são fundadas na Europa Central a partir da ligação dos dois núcleos importantes de comércio : o mar do Norte e o Mediterrâneo em torno das cidades do norte da Itália. “Segundo B.H. Slicher van Bath, a partir de 1150, Europa saiu do “consumo agrícola direto” (do autoconsumo) para passar ao “consumo agrícola indireto”, nascido da circulação dos excedentes da produção rural. Ao mesmo tempo, a cidade atrai a toda a atividade artesanal, cria um monopólio da fabricação e a venda de produtos industriais. (...) Em resumo, “a vida econômica predomina, especialmente a partir do século XIII, sobre o aspecto agrário (antigo) das cidades”. E em vastos espaços realiza-se o passo, decisivo, da economia doméstica a uma economia de mercado. Em outros termos, as cidades descolam do seu entorno rural, desde então olham além do seu próprio horizonte. É uma “enorme ruptura”, a primeira que criará a sociedade européia e a lançará aos seus êxitos futuros. (...) Repitamos, seguindo a Gino Luzzatto e Armando Saporì, que foi então quando Europa teve seu verdadeiro Renascimento (apesar da ambigüidade do termo), dois ou três séculos antes do tradicional Renascimento do século XV.” (Braudel, 1984b).

caráter indenizatório, o *damnum emergens* dano devido a um atraso no reembolso do dinheiro e o *lucrum cessans* ou lucro cessante, o impedimento de um lucro maior destinando o dinheiro emprestado a outro empreendimento; em terceiro lugar, a remuneração de um suposto trabalho (*stipendium laboris*) de administração tanto da arrecadação do dinheiro como do processo de empréstimo; finalmente duas últimas excusas decorrentes do risco.

“Este novo risco é de ordem econômico, financeiro, e assume a forma do perigo de perder o capital emprestado (periculum sortis), o perigo de não ser reembolsado, seja porque o devedor é insolvente, seja a causa da má fé do devedor. O segundo caso é o mais interessante (e como o anterior é posto em tela de juízo por certos teólogos e canonistas) : trata-se do cálculo de insegurança (ratio incertitudinis). Esta idéia – influenciada pelo pensamento aristotélico que penetra na teologia e no direito canônico depois do 1260 – reconhece ao seguro e ao inseguro (na previsão, no cálculo econômico) um lugar que desempenhará uma grande parte no estabelecimento do capitalismo.” (Le Goff, 1987), p. 106.

Mas a verdadeira esperança encontra-se nesta terceira possibilidade que a Igreja outorga à sociedade no final do século XII: o purgatório. O além não fica reduzido à opção entre o Paraíso e o Inferno; incorpora-se uma ante-sala do Paraíso na qual se sofrem os tormentos do Inferno para penitenciar o que não se penitenciou em vida.

“Se antes de morrer arrependem-se sinceramente, se somente pesam sobre eles pecados veniais e restos de pecados mortais dos quais tenham-se arrependido ainda que não estejam inteiramente apagados pela penitência, ditos pecadores não estão condenados à perpetuidade mas o estão somente durante um tempo. Durante certo período permanecerão num lugar chamado purgatório onde sofrerão penas comparáveis às do Inferno e infringidas também por demônios.

A duração dessa penosa estada no purgatório não depende somente da quantidade de pecados que pesam ainda sobre eles no momento de morrer, mas também do afeto dos seus próximos. Estes – padres carnisais ou padres artificiais, confrarias das quais os pecadores formavam parte, ordens religiosas das que eles tinham sido benfeitores, santos pelos que tinham manifestado uma particular devoção – podiam abreviar a permanência no purgatório mediante orações e oferendas, mediante sua interseção : acrescentada solidariedade dos vivos e dos mortos.” (Le Goff, 1987), p. 110.

E o purgatório em uma única saída : o Paraíso, e um prazo final : a mais tardar, o Juízo final.

Por este caminho a vida eterna do usurário passa a depender não somente do seu passado mas também do futuro no purgatório e da boa vontade dos que ficam; a bolsa – o dinheiro acumulado numa vida de usura – passa então a ter uma importância fundamental na diminuição dos sofrimentos no purgatório assim como teve durante a vida terrena.

A viúva do usurário passará a ter, então, grande importância neste processo de obtenção de bolsa e vida, podendo até, eventualmente, pagar com sua contrição a falta de contrição do usurário já que marido e mulher são somente um.

O grande crescimento do comércio no novo milênio encontrou na doutrina canônica um entrave, um incômodo, ao desenvolvimento do crédito indispensável. Pouco a pouco a proibição transformou-se em controle, admitindo aos cristãos a prática limitada a judeus, e abrindo passo à criação de bancos privados e grandes

financistas de grande importância na vida dos Estados e na política internacional (Jacques Coeur, os Médici, os Fugger). Mais adiante os bancos públicos e as bolsas completando um complexo sistema financeiro que permitiria a formação do novo sistema econômico. (Lajugie, 1960).

“Mas uma andorinha não faz verão. Um usurário no purgatório não faz o capitalismo. Um sistema econômico substitui outro somente ao fim de uma longa corrida de obstáculos de todas classes. A história são os homens. Os iniciadores do capitalismo são os usurários, mercadores de dinheiro, mercadores do tempo que, no século XV, Leon Batista Alberti definirá com o dinheiro. E esses homens são cristãos. O que os retém nos umbrais do capitalismo não são as conseqüências terrestres das condenações da usura pela Igreja, mas o medo, o medo angustiante ao Inferno. Numa sociedade na que toda consciência é uma consciência religiosa, os obstáculos são em primeiro termo – ou em última instância – religiosos. A esperança de escapar ao inferno graças ao purgatório permite ao usurário fazer progredir a economia e a sociedade do século XIII para o capitalismo.” (Le Goff, 1987), p. 134.

Com todas as regras e rigores, com todos os seus horrendos castigos, o purgatório abre as portas da eternidade ao *livre arbítrio*. O futuro a Deus pertence... mas também aos usurários, os mercadores do tempo.

O sino medieval que marca a jornada desde o mosteiro foi cedendo passo aos sinos da meia jornada, as *verkglocke* – sino dos operários, como comenta Le Goff, que conclui:

“O tabu do tempo que a Idade Média opôs ao mercador levanta-se ao nascer do Renascimento. O tempo que não pertencia mais que a Deus é, em diante, propriedade do homem. Deve-se reler com cuidado aqui o texto célebre de Leão Baptista Alberti:

GIANOZZO: Há três coisas que o homem pode dizer que lhe pertencem em propriedade: a fortuna, o corpo...

LIONARDO: E qual será a terceira?

GIANOZZO: Ah!, uma coisa extremamente preciosa. Mais do que estas mãos e estes olhos.

LIONARDO: Maravilha! O que é?

GIANOZZO: O tempo, meu querido Lionardo, o tempo, filhos meus.

Daí em diante o que conta é a hora-medida nova da vida... não ‘perder nunca uma hora do tempo’

A virtude cardinal do humanista é a temperança, à qual a nova iconografia dá, desde o século XIV, como atributo o relógio, no sucessivo medida de todas as coisas.” (Le Goff, 1983), p. 74-75.

Práticas de mercadores que implicariam em novas formas contratuais e desenvolveriam uma nova técnica : a contabilidade. Contratos como as *societas maris* ou *commenda*, originários de associações temporárias entre mercadores e capitalistas, as vezes para o financiamento de uma única viagem, registram-se desde 1157, em Genova (Amzalak, 1985), são os antecedentes da contabilidade italiana, ou *Doppia scrittura*, engenho que irá revolucionar as escritas comerciais. Se, de acordo com Beckmann (Beckmann, 1985), em 1495, Luca di Borgo publicou um tratado sobre o assunto, é impensável que, na prática, a dupla escritura não tivesse sido já utilizada com freqüência.

Um redemoinho de encadeamento de excedente de produção, comércio, desenvolvimento de técnicas – contábeis, de navegação, de produção –

permitiram que se restaurasse a confiança na razão humana e que se reconhecesse que a vida na terra possuía um valor independente de qualquer temor ou esperança relacionados com uma vida ultraterrena e deram a base da dinâmica do processo científico que permite as bases do progresso (Bury, 1971)(p. 37).

Para Francis Bacon, o tempo é o grande descobridor e a verdade é filha do tempo e não da autoridade e, se evitarmos o erros do passado, poderemos ter esperanças no futuro. Finalmente, a história nos permite perceber que, a medida que as sociedades avançam, o conhecimento cresce, “a propriedade essencial do tempo consiste em descobrir cada vez mais verdade.” Princípio que Fontenelle irá tomar, no século XVIII, como o progresso do saber (Bury, 1971) (p.95 e seguintes)..

A referência ao cântico, com que Santo Agostinho exemplifica o tempo da Providência que somente Deus sabe em termos de passado, presente e futuro, torna-se, agora, uma cantiga infantil do tipo: *um elefante incomoda muita gente/ dois elefantes incomodam, incomodam muito mais/ três elefantes.... etc.* A esperança no progresso futuro é automática.

O saber, a história, o homem em fim, progridem; mas:

“remember that time is money”.⁴¹

Tempo e Processo Civilizador: Norbert Elias

Do ponto de vista do conjunto social e da vida terrena dos indivíduos, ao menos dos menos pobres, a passagem do tempo da Providência para o tempo do Progresso não traz problemas; esperança em ambos casos, a riqueza material e o avanço sem fim do conhecimento humano derrubando mistério trás mistério.

Mas a cultura do progresso corrompe paulatinamente a importância, e posteriormente a própria fé, na vida além da morte. O tempo da Providência já tinha afastado os homens do tempo cíclico e da relação próxima com os ancestrais mas outorgava a esperança da vida eterna num possível Paraíso. Paraíso do qual o progresso o afasta lentamente. A idéia da morte individual se agiganta a medida em que se constitui a “sociedade dos indivíduos”⁴².

⁴¹ Franklin, Benjamin, *Advice for a Young Tradesman*. 1748

⁴² Uso aqui a expressão de N. Elias no sentido que ele descreve: “Existe hoje uma padronização muito difundida de autoimagem que induz o indivíduo a se sentir e pensar assim: “Estou aqui, inteiramente só; todos os outros estão lá, fora de mim; e cada um deles segue seu caminho, tal como eu, com um eu interior que é seu eu verdadeiro e puro, seu puro ‘eu’, e uma roupagem externa, suas relações com as outras pessoas.” Essa atitude perante sim mesmo e os outros afigura-se inteiramente natural e óbvia àqueles que a adotam. Não se trata nem uma coisa nem outra. Ela constitui a expressão de uma singular conformação histórica do indivíduo pela rede de relações, por uma forma de convívio dotada de uma estrutura muito específica. O que se veicula através dela é a autoconsciência de pessoas que foram obrigadas a adotar um grau elevadíssimo de refreamento, controle afetivo, renúncia e transformação dos instintos, e que estão acostumadas a relegar grande número de funções, expressões instintivas e desejos a enclaves privativos de sigilo, afastados do olhar do “mundo externo”, ou até os porões de seu psiquismo, ao semiconsciente ou inconsciente. Numa palavra, esse tipo de autoconsciência corresponde à

“Aparentemente, o aferrar-se a uma crença sobrenatural, que promete uma proteção metafísica frente aos imprevisíveis revezes do destino e, sobretudo, frente à própria caducidade, continua sendo uma atitude muito mais apaixonada entre aquelas classes e grupos nos quais a duração da vida é mais incerta e escapa em maior medida ao seu próprio controle.” (Elias, 1987), p. 15.

O maior controle sobre a morte, tanto ao nível dos indivíduos (por razões de poder, renda, cultura) quanto ao nível social (em função do estágio de desenvolvimento do processo civilizador de um determinado grupo social), diminui a necessidade de uma crença numa vida futura.

“Existem várias possibilidades de enfrentar o fato de que toda vida, e portanto também a das pessoas que nos são queridas e a própria vida, tem um final. Pode-se mitologizar o final da vida humana, ao que chamamos morte, mediante a idéia de uma vida posterior em comum com os mortos no Hades, em Valhalla, no Inferno ou no Paraíso. É a forma mais antiga e freqüente do intento humano de se entender com a finitude da vida. Podemos intentar evitar o pensamento afastando de nós quanto seja possível sua indesejável presença: ocultá-lo reprimi-lo. Ou quiçá também mediante a firme crença na imortalidade pessoal – “outros morrem, mas não eu” – , para o que há uma forte tendência nas sociedades desenvolvidas de nossos dias.” (Elias, 1987), p. 7.⁴³

Na medida em que a sociedade incorpora crescentemente nos indivíduos sistemas de autocontrole os torna solitários frente à morte ao contrário do que acontece em sociedades em que existe uma maior identificação entre o ser individual e o corpo social; incluídos os ancestrais. Numa passagem de *Things Fall Apart*, Chinua Achebe narra o temor de Okonkwo ao ver seu filho adotando a religião do homem branco:

“E se, quando ele morresse, todos seus filhos homens decidissem seguir o exemplo de Nwoye (filho convertido) e abandonar seus antepassados? Okonkwo sentiu um calafrio ante uma perspectiva tão horrorosa, como a perspectiva da aniquilação. Viu-se a si mesmo e a seus antepassados amontoados ante seu santuário ancestral esperando em vão a adoração e o sacrifício e sem achar mais nada que as cinzas dos dias do passado, enquanto seus filhos rezavam ao deus do homem branco.” (Achebe, 1986).

É que na sua aldeia:

estrutura psicológica estabelecida em certos estágios de um processo civilizador. Ela se caracteriza por uma diferenciação e uma tensão especialmente intensas entre as ordens e proibições sociais inculcadas como auto-domínio e os instintos e inclinações não controladas ou recalçadas dentro do próprio ser humano. É esse conflito no interior do indivíduo, essa “privatização” ou exclusão de certas esferas de vida da interação social, e a associação delas com o medo socialmente instilado sob a forma de vergonha e embaraço, por exemplo, que levam o indivíduo a achar que, “dentro” de si, ele é algo que existe inteiramente só, sem relacionamento com os outros, e que só “depois” se relaciona com os outros “do lado de fora”. Por mais autêntica, por mais verdadeira que seja essa idéia, enquanto expressão da estrutura especial da consciência e dos instintos dos indivíduos num certo estágio do movimento da civilização, ela é uma expressão sumamente inadequada da verdadeira relação existente entre os seres humanos. O abismo e o intenso conflito que as pessoas altamente individualizadas de nosso estágio de civilização sentem dentro de si são projetados no mundo por sua consciência. Em seu reflexo teórico, eles aparecem com um abismo existencial e um eterno conflito entre indivíduo e sociedade.” (Elias, 1994) p. 32.

⁴³ Em relação à imortalidade que inventamos para nós a todo momento, lembre-se a tendência a “culpar” a morte dos outros (“fumava muito”, “erro médico”, “bebia exageradamente”, “andava sozinho altas horas da noite”...) de forma a criarmos na nossa volta uma proteção: se não cometermos os mesmos erros do morto, estamos a salvo.

“A terra dos viventes não estava muito afastada do domínio dos antepassados. Entre ambos mundos havia constantes idas e vindas, especialmente nos festivais, e também quando morria um ancião, porque os anciãos estavam muito perto dos antepassados. A vida de um homem, desde o nascimento até a morte, era uma série de ritos de transição que o aproximava cada vez mais a seus antepassados.”(Idem, p. 121)⁴⁴

Estas divagações sobre o envelhecimento e a morte que, aparentemente, nos afastam da nossa questão, introduzem a concepção sociológica do tempo como entendida por Norbert Elias:

“No curso desta investigação aparecerá talvez com maior clareza que esta coação do tempo é exercida pela multidão sobre o indivíduo e é, portanto, uma coação social junto com coações naturais que derivam do envelhecimento. (...)

(...)Já Horácio escrevia : “Ai de nós, Póstumo / como se escorrem, fogem os anos...!”

O lamento do poeta pela cascata dos fugazes anos no chega desde a Antiguidade com frescura integral. Já ele atribuiu aos símbolos humanos do tempo – os anos – as propriedades do fluir e do perecível, que, na realidade, pertencem ao fenômeno natural, ordenado socialmente através de símbolos reguladores, do transcurso da vida individual em direção à morte.”(Elias, 1989), p. 31-32.

Estudar os problemas do tempo, para Elias, significa enfrentar e compreender algumas coisas sobre a humanidade e sobre a própria pessoa, coisas que antes não se compreendiam : questões de sociologia e ciências humanas em geral, que a teoria em vigor não permitia compreender. Enquanto isso, os físicos continuam a afirmar que medem o tempo : variável matemática da sua compreensão do mundo. Mas o tempo não pode ver-se nem sentir-se, nem ouvir-se nem se gostar nem cheirar-se. Como pode-se medir? Mas, não medem os relógios o tempo? É evidente que os relógios são engenhos que permitem, com seu pulsar regular, comparar a duração de coisas que não podem ser comparadas diretamente como o espaço percorrido por aviões em lugares diferentes – determinando a sua velocidade – ou ações que transcorrem em modo sucessivo – como um discurso e sua réplica. Fica ainda por pesquisar qual é a razão pela qual os homens fazem isto. Que tipo de impulso os leva a passar de *médios conceituais de orientação situados em planos de síntese relativamente baixos, chegam a elaborar instrumentos de orientação situados num plano de síntese superior.*

Os relógios servem aos indivíduos como médio de orientação na sucessão dos processos sociais e naturais em que se encontram imersos. Por eles regulam sua conduta com os outros e com os processos naturais que não governam.

Perceber os relógios como instrumentos não é difícil; compreender o caráter instrumental do tempo é mais difícil pois percebemos como ele “passa” por nós. E a linguagem, único instrumento para falar – e pensar – o tempo, contribui para esta dificuldade : *pois o tempo parece o numinoso cuja medida determinam os relógios, instrumentos de fatura humana.*

E os intentos por solucionar filosoficamente a questão evidenciam a dificuldade de instauração de uma teoria compartilhada do tempo.

⁴⁴ O escritor nigeriano descreve uma cultura que nos é particularmente próxima.

Elias resume a discussão filosófica sobre a natureza do tempo a duas posturas enfrentadas ; o tempo como fato objetivo da criação natural ou, pelo contrário, de uma peculiaridade de toda experiência humana. Situa paradigmaticamente no primeiro grupo a Newton, e no segundo a Kant, para quem o tempo e o espaço representavam uma síntese “a priori”.

“Em forma pouco sistematizada, esta concepção superou, aparentemente, amplamente sua contrária. Afirma, em linguagem simples, que o tempo é, simplesmente, uma espécie de forma inata de experiência, isto é, um dado inalterável da natureza humana.” (Elias, 1989), p. 14.

Objetivo ou subjetivo, o tempo apresenta-se, em ambas teorias, como dado “natural”, como algo óbvio, um ponto de partida universal, o início do conhecer.

Elias propõe-se, ao contrário, contribuir ao empenho de uma teoria do saber humano em estreito contato com o desenvolvimento observável do mesmo e parte da idéia de que o saber humano é o resultado de um processo longo de aprendizado da humanidade que não conhece princípio. Neste sentido, destaca a diferença entre seres de nossa sociedade desenvolvida em que todo indivíduo conhece sua idade, com seres de sociedades mais simples carentes de calendário, nas quais resulta impossível comparar de uma maneira direta a duração de um período da vida com a de outro. Sem a definição socialmente normalizada de períodos recorrentes, a idade de cada um carece de sentido. É o calendário – cujos dias, meses e anos são o modelo repetível da irrepitível seqüência dos fatos – que determina a possibilidade da nossa idade; assim como a regulação de todos os tratos inter- humanos.

A passagem para unidades de integração social cada vez maiores e a cadeias de imbricação social cada vez mais longas vincula-se com transformações cognitivas e, entre elas, a ascensão a planos mais altos de síntese conceitual. As vantagens destes câmbios cognitivos é evidente para as sociedades que se direcionam neste sentido. As interdependências passam a ser mais globais e complexas, tanto na sociedade quanto em relação à natureza. Vistas de conjunto e perspectivas mais amplas de tempo e espaço diminuíram o conteúdo fantástico e aumentaram a congruência do saber humano permitindo um controle humano sobre a natureza não humana *“e, em conseqüência, uma diminuição do nível do perigo neste campo, ainda quando, em ocasiões, contribuiu a elevar o risco que os mesmos homens constituem uns para os outros.” (Elias, 1989)(p. 196)*

Mas há perdas, também, nesse desenvolvimento. Uma delas consiste em ir perdendo a relação destes símbolos ou palavras que contem um alto nível de síntese com algo palpável : *com uma síntese conceitual que outorgue razão dos aspectos observados. Sem uma vinculação reconhecível com estes últimos, os símbolos de um nível alto de síntese são, freqüentemente, pouco mais que palavras. A tendência a perder-se num labirinto de símbolos deste tipo é um dos perigos constantes da vida em sociedades com uma acervo de saber rico em símbolos de um alto nível de síntese.” (Elias, 1989)(p. 197).*

Estes símbolos incorporam, muito mais do que cargas semânticas, complexos processos de compreensão do mundo. O que assume uma importância ainda maior numa sucessão de dinastias de dominação.

Dentro da concepção de Elias do processo civilizador, como a introjeção das coações sociais, a introjeção de um conceito de tempo, que traz uma visão de mundo dominado (digamos, pelos donos do tempo : aqueles que lucram com ele), torna-se particularmente perigosa na medida em que passamos a viver imersos num fluxo cuja síntese conceitual não entendemos.

A este respeito, Guy Debord, traz contribuições importantes que veremos adiante; mas, antes, me permitirei uma breve divagação.

“Um ancião inteligente...”

Norbert Elias começa o Prólogo do seu livro *Sobre o Tempo* da seguinte forma : “*Um ancião inteligente me disse um dia : ‘quando ninguém me pergunta que é o tempo, sei o que é; se alguém o inquire, o ignoro’. Por que, então, insisto em fazer esta interrogação?’*” (Elias, 1989)(p. 11). Não faz menção de que a conhecida reflexão é de Santo Agostinho.

Existem numerosas interpretações para esta surpreendente omissão no exato começo. Enumero as mais óbvias e/ou as que mais me interessam:

- Norbert Elias lembrou da frase, ou a idéia, mas não a autoria; e inventou um *ancião inteligente* para esta suposta conversa;
- Norbert Elias não quis, e existem razões para isto, começar seu prólogo com uma cita de Santo Agostinho mas necessitava da idéia e a colocou deliberadamente na boca de um *ancião inteligente*;
- Norbert Elias “ouviu o galo cantar e não sabe onde”;
- Norbert Elias conversou com Santo Agostinho, quem lhe disse que “*quando ninguém pergunta que é o tempo...*”, os motivos para não dar o nome de Santo Agostinho são razoáveis... e referir-se ao *ancião inteligente*, uma elegância.

Somente lembro uma referência a Santo Agostinho em todo o livro⁴⁵; Le Goff se refere abundantemente a S. Agostinho em *Histoire et Memoire*, e, igualmente, Stephen Hawking em seu *A Brief History of Time*, para citar dois muito diferentes e famosos escritos sobre o tempo. Norbert Elias neste seu livro, somente faz essa referência, aparte a do prólogo, obviamente⁴⁶.

O trabalho de Norbert Elias tem como uma das idéias básicas a caracterização do tempo como coação social sobre o indivíduo:

“*No curso desta investigação, aparecerá, talvez, com maior clareza que esta coação do tempo é exercida por uma multidão sobre o indivíduo e é, portanto, uma coação social junto com coações naturais que derivam do envelhecimento*” . (Elias, 1989)(p. 30-31).

⁴⁵ “*Ya en la Antigüedad, hombres como Agustín, cavilaban sobre el tiempo.*” p. 192.

⁴⁶ O fato de não haver nenhuma menção a Santo Agostinho, aparentemente, apóia por igual as quatro hipóteses.

Conseqüentemente, sendo social e histórica, esta coação é variável ao longo do desenvolvimento de uma civilização e através de diferentes culturas.

“Se mantendo a imagem destas sociedades muito diferenciadas, volta-se o olhar novamente a sociedades mais simples, talvez se entenda melhor a maneira em que, também aqui, o macrocosmos do grupo e o microcosmos do indivíduo particular dependem em sua estrutura reciprocamente e, em maior ou menor grau, se coordenam entre si. No caso de estados rurais relativamente autárquicos que, as vezes, guerreiam (...), as cadeias de interdependência que se entrecruzam no individual são, comumente, curtas, escassas em número e poucos diferenciadas. A inevitável recorrência da mesma pauta de um processo – digamos, no curso das estações – destaca-se dentro do saber humano neste estágio, geralmente, com maior nitidez que a sucessão dos anos que não voltam nunca. Da mesma forma, o indivíduo não possui, habitualmente, uma consciência própria tão claramente definida como um homem único e peculiar que o faça sobressair da cadeia das gerações, como acontece nas sociedades muito diferenciadas de estádios posteriores. É possível que um homem ao dizer “quando construí esta casa”, esteja referindo-se ao seu avô.” (Elias, 1989)(p. 17).

No mundo das idéias, das leituras, da construção de um saber; no estabelecimento destas genealogias, podemos sentir uma “consciência própria” que nos permita “sobressair da cadeia das gerações”?

Ou dito de outra forma : Não é isto das leituras, ou erudição, “cultura” quiçá, uma tradição dentro de outra tradição? Tradição na qual estamos ainda em estádios primitivos que nos impedem ser “um homem único e peculiar”?

“Assim se explica que em sociedades sem calendário e, portanto, sem símbolos precisos para designar a seqüência dos anos irrepetíveis, o indivíduo não pode ter um conhecimento definido de sua própria idade.” (Idem).

Explica-se assim também que, sem conhecimento de sua própria idade (sem conhecimento de nossa própria idade), Norbert Elias tenha conversado com Santo Agostinho, quem lhe falou : *“Quid ergo est tempus? Si nemo ex me quaerat, scio; si quaerenti explicari velim, nescio.”*

Tempo, Poder, Espetáculo: Guy Debord

Na medida em que reconhece que a apropriação pelo homem da sua própria natureza é a sua captação do desdobramento do universo, Debord (Debord, 1974) afirma que o homem é idêntico ao tempo. Embora a história tenha existido sempre, não sempre existiu sob sua forma histórica, já que a temporalização do homem, através da mediação de uma sociedade equivale a uma humanização do tempo. *“O movimento inconsciente do tempo manifesta-se e se faz verdadeiro na consciência histórica”.*⁴⁷

Mas a formação da natureza. a real do homem real, isto é, a natureza que nasce no ato gerador de uma sociedade humana, sociedade que tem dominado

⁴⁷ Idem, p. 129. Note-se que Debord usa, talvez deliberadamente, a palavra tempo como tempo social, humano, e como movimento ou “acontecer natural”. *“Le mouvement inconscient du temps se manifeste et devient vrai dans la conscience Historique.”*

então uma técnica e uma linguagem, embora seja já produto da sua própria história, mantêm-se num presente perpétuo. O conhecimento limita-se à memória dos mais anciãos e à comunicação entre vivos. O tempo permanece imóvel, como espaço fechado.

“Quando uma sociedade mais complexa chega a tomar consciência do tempo, sua tarefa é, ao contrário, negá-lo, porque no tempo não vê o que passa, mas o que retorna. A sociedade estática organiza o tempo segundo sua experiência imediata da natureza, no modelo do tempo cíclico.” (Debord, 1974)(p. 130).

Tempo cíclico que existe desde os povos nômades, associado a um espaço também cíclico, e que se torna maduro no passo à agricultura sedentária dominada pelo ritmo das estações. A eternidade cotidiana do permanente retorno do mesmo. As “sociedades frias” que tem moderado em extremo sua parte de história mantendo em equilíbrio constante sua oposição ao ambiente natural e humano tanto quanto às oposições internas.

O nascimento do poder político, que parece corresponder às últimas grandes revoluções da técnica, como a fundição do ferro, sem alterações muito profundas até a chegada da indústria; é também o momento em que a relação social supera a consangüinidade permitindo a superação do puro ciclo natural para a sucessão das gerações. Superação que permite uma sucessão orientada: sucessão de poderes. Em contraposição ao tempo cíclico, o tempo irreversível é o tempo de quem reina; e *as dinastias são sua primeira medida (idem, p. 132)*. E a escrita sua arma; a memória impessoal da administração que, segundo Novalis : *“Os escritos são os pensamentos do Estado; os arquivos, sua memória”*.

“A crônica é a expressão do tempo irreversível do poder, e também o instrumento que mantém a progressão voluntarista deste tempo a partir do seu traçado anterior, já que esta orientação do tempo deve afundar-se com a força de cada poder particular, recaindo no esquecimento indiferente do mero tempo cíclico conhecido pelas massas camponesas que, na derrubada dos impérios e cronologias, jamais cambiam. Os possuidores da história têm colocado no tempo um sentido : uma direção que também é um significado; mas esta história se desdobra e sucumbe aparte, deixa imutável a sociedade profunda, porque é precisamente o que permanece separado da realidade comum. Neste sentido, a história dos impérios orientais remete-se para nós à história das religiões : estas cronologias em ruínas não hão deixado mais que a história aparentemente autônoma das ilusões que as envolviam. Os amos que detêm a propriedade privada da história, sob a proteção do mito, a detêm, por sua vez, em primeiro lugar, de um modo ilusório : em China e em Egito monopolizaram durante muito tempo a imortalidade da alma; igual que suas primeiras dinastias reconhecidas são a organização imaginária do passado; mas esta possessão ilusória dos amos é também toda a possessão possível, neste momento, de uma historia comum e de sua própria história. O alargamento do seu poder histórico efetivo vai acompanhado por uma vulgarização da possessão mítica ilusória. Todo isto deriva do simples fato de que, na mesma medida que os amos encarregaram-se de garantir miticamente a permanência do tempo cíclico, como nos ritos sazonais dos imperadores chineses, puderam liberar-se relativamente dele.” (Debord, 1974), p. 132-133.⁴⁸

Desta forma, o raciocínio sobre a história é, inseparavelmente, raciocínio sobre o poder. Em Grécia, este tempo se separa : história para as classes que

⁴⁸ Observe-se, a esse respeito, o “esquecimento” da história da civilização árabe e a conseqüente tolerância com a destruição atual de Bagdá, até por aqueles que reclamam indignados tentando proteger qualquer ruína de cabeceira de ponte medieval.

vivem, ou seja, as que não trabalham; ficando o tempo cíclico, e mítico, para aquelas que produzem.

“As religiões monoteístas têm sido uma transação entre o mito e a história, entre o tempo cíclico que dominava a produção e o tempo irreversível em que se enfrentam e recompõem os povos. As religiões derivadas do judaísmo são o reconhecimento universal abstrato do tempo irreversível que aparece democratizado, aberto a todos, mas no ilusório. Todo o tempo é orientado para um único acontecimento final : “O reino de Deus está próximo”. Estas religiões nasceram do solo da história, e nele se estabeleceram; mas ainda ali mantêm sua oposição radical à história. A religião semi-histórica estabelece um ponto de partida qualitativo no tempo, o nascimento de Cristo, a fuga de Mahoma, mas seu tempo irreversível – ao introduzir uma acumulação efetiva que poderá apresentar-se no Islam como conquista, ou no cristianismo da Reforma como um acréscimo de capital – inverte-se de fato no pensamento religioso como uma conta regressiva : a espera, no tempo que diminui, do acesso ao outro mundo verdadeiro, a espera do juízo final. A eternidade sai do tempo cíclico; é o seu além.” (Debord, 1974), p. 135.

Como Le Goff, Debord reconhece que é a idade média, *mundo inacabado cuja perfeição residia fora dele*, o momento em que o tempo cíclico é corroído finalmente pela história, embora ainda regule a parte principal da produção. Mas é no Renascimento que rompe com a eternidade : seu tempo irreversível é o da acumulação infinita de conhecimentos e a confirmação do poder do Estado.

O monopólio da vida histórica pelo Estado da monarquia absoluta é a forma de transição para a dominação completa da classe burguesa; manifesta, de fato, o que é o tempo novo e irreversível da burguesia. Tempo de trabalho liberado do cíclico.

“A burguesia é a primeira classe dominante para a qual o trabalho é um valor; e suprimindo todo privilégio, não reconhecendo nenhum valor que não derive da exploração do trabalho, identificou precisamente com o trabalho seu próprio valor como classe dominante, e converteu o progresso do trabalho em seu próprio progresso. A classe que acumula mercadorias e capital modifica continuamente a natureza ao modificar o trabalho mesmo, desencadeando sua produtividade. (...)

A vitória da burguesia é a vitória do tempo profundamente histórico, porque este é o tempo da produção econômica que transforma a sociedade, em permanência e de cima abaixo. Enquanto a produção agrária segue sendo o trabalho principal, o tempo cíclico que permanece presente no fundo da sociedade alimenta as forças coligadas da tradição, que deterão ao movimento. Mas o tempo irreversível da economia burguesa extirpa estas sobrevivências em toda a extensão do mundo. A história, aparecida até então como mero movimento dos indivíduos da classe dominante, e escrita então como história de acontecimentos, é compreendida agora como um movimento geral, e neste severo movimento são sacrificados os indivíduos.” (Debord, 1974), p. 138.

Assim, o trunfo do tempo irreversível constitui sua transformação no *tempo das coisas*, desde que a arma da sua vitória foi a produção em série de objetos segundo as leis da mercadoria. A raridade luxuosa da história transforma-se em consumo corrente, mas somente entanto história do movimento abstrato das coisas que domina a totalidade da vida.

“Enquanto que o tempo cíclico anterior tinha mantido uma parte crescente do tempo histórico vivido por indivíduos e grupos, a dominação do tempo irreversível da produção tenderá a eliminar socialmente este tempo vivido.” (Debord, 1974), p. 139.

A burguesia impõe o tempo histórico irreversível a toda a sociedade, mas é um tempo impossível de ser usado. Pela primeira vez o trabalhador, situado na

base da sociedade, não se situa fora da história pois a sociedade move-se irremediavelmente pela base.

O desenvolvimento do capitalismo unifica mundialmente o tempo irreversível e a história universal converte-se em realidade na medida em que o mundo todo reúne-se sob o desenvolvimento deste tempo unificado; tempo agora homogêneo e simultâneo da produção econômica que nega a sua própria historicidade: o tempo irreversível unificado do mercado mundial, essencialmente, medida das mercancias.

“Assim pois, o tempo que se afirma oficialmente em toda a extensão do mundo como o tempo geral da sociedade, como expressa somente os interesses especializados que o constituem, não é mais que um tempo particular.” (Debord, 1974), p. 140.

Lembremos que Marx tinha definido em *Miséria da Filosofia* :

“O tempo de trabalho, como medida do valor, supõe, pelo menos, que os dias são equivalentes e que o dia de um vale o dia do outro? Não.

Pensemos por um momento que o dia de um joalheiro equivale a três dias de um tecelão : sucederá sempre que qualquer mudança do valor das jóias relativamente aos tecidos, a menos que seja o resultado passageiro das oscilações da procura e da oferta, deve ter por causa uma diminuição ou um aumento do tempo de trabalho empregado por um lado ou outro na produção. Se três dias de trabalho de diferentes trabalhadores estiverem entre si como 1, 2, 3, qualquer mudança no valor relativo dos seus produtos será uma mudança nesta proporção de 1, 2, 3. Assim, pode-se medir os valores pelo tempo de trabalho, apesar da desigualdade do valor dos diferentes dias de trabalho; mas, para aplicar uma tal medida, precisamos de ter uma escala comparativa dos diferentes dias de trabalho : é a concorrência que estabelece esta escala.

A vossa hora de trabalho vale a minha? Esta é uma questão que se discute através da concorrência.

*A concorrência, segundo um economista americano, determina quantos dias de trabalho simples estão contidos num dia de trabalho complexo. Esta redução de dias de trabalho complexo a dias de trabalho simples não supõe que se toma o próprio trabalho simples por medida do valor? Considerando apenas a quantidade de trabalho como medida de valor, sem tomar em consideração a qualidade, supõe, por sua vez, que o trabalho simples se tornou a base da indústria. Supõe que os trabalhos se igualaram pela subordinação do homem à máquina ou pela divisão extrema do trabalho; que os homens se eclipsaram perante o trabalho; que o pêndulo do relógio se tornou a medida exata da atividade relativa de dois operários, como o é da velocidade de duas locomotivas. Então, não é preciso dizer que uma hora de um homem vale uma hora de outro homem, mas, antes, que um homem de uma hora vale um outro homem de uma hora. **O tempo é tudo, o homem nada; é, no máximo, a carcaça do tempo.** Não há mais problema de qualidade. Unicamente a quantidade decide tudo : hora por hora, dia por dia; mas esta igualização do trabalho não é, de modo nenhum, obra da eterna justiça do Sr. Proudhom; é, simplesmente, o resultado da indústria moderna.*

Na oficina automática, o trabalho de um operário não se distingue em quase mais nada do trabalho de um outro operário : os operários não podem mais distinguir-se entre eles senão pela quantidade de tempo que gastam a trabalhar. Contudo, esta diferença quantitativa torna-se, sob um certo ponto de vista, qualitativa, na medida em que o tempo a gastar no trabalho depende, em parte, de causas puramente materiais, tais como a constituição física, a idade, o sexo; em parte, de causas morais puramente negativas, tais como a paciência, a impassibilidade, a assiduidade. Finalmente, se há uma diferença de

qualidade no trabalho dos operários, é, quando muito, uma qualidade da última qualidade, que está longe de ser uma especialidade distintiva.” (Marx, 1978), p. 56-57.⁴⁹

É este tempo-mercadoria que Debord opõe ao tempo como “campo de desenvolvimento humano”. E este tempo possui um aspecto complementar que é o *tempo consumível* um tempo *pseudo-cíclico*.

Tempo pseudo-cíclico que não é outra coisa senão o disfarce consumível do tempo-mercadoria; a transformação do tempo restante da produção em tempo de consumo. Mantêm os traços essenciais do tempo de produção : as unidades homogêneas intercambiáveis sem propriedades qualitativas; dominado para ocupar o espaço da vida cotidiana concreta, encontra-se carregado de pseudo-valores e se apresenta com uma sucessão de momentos falsamente individualizados.

“O tempo pseudo-cíclico é o do consumo da subsistência econômica moderna, a subsistência aumentada, onde o vivido cotidiano fica privado de decisão e submetido, já não à ordem natural, mas à pseudo-natureza desenvolvida no trabalho alienado; e então este tempo reencontra com toda naturalidade o antigo ritmo cíclico que regulava a subsistência das sociedades pre-industriais. O tempo pseudo-cíclico apóia-se sobre os vestígios naturais do tempo cíclico, e, simultaneamente, compõe com eles novas combinações homólogas : dia e noite, trabalho e descanso hebdomádios, volta dos períodos de férias.” (Debord, 1974), p. 142.

Nos *Manuscritos* Marx tinha chamado a atenção para a inversão produzida no trabalho alienado : de viver para trabalhar a trabalhar para *sobreviver*⁵⁰. A pseudo-compensação desta inversão é o consumo; inclusive o consumo do “tempo livre”.

O tempo pseudo-cíclico tem sido transformado pela indústria : baseado na produção de mercadorias é, por sua parte, uma mercadoria. A produção e venda de *blocos de tempo “totalmente equipados”* como mercadoria unificada que integra uma certa quantidade de mercadorias diversas. Assim aparece em expansão nas mercadorias de serviços e do ócio : a indústria do “lazer”. Todo o que se subtrai à vida vivida – deslocamentos, cultura, sociabilidade, comodidade – apresenta-se como mercadoria : pseudo-deslocamentos, consumo cultural, encontros e festas programadas, habitat espetacular; e é vendido “tudo incluído” , a crédito, como forma de incorporá-lo dentro do próprio tempo do trabalho.

⁴⁹ O destaque em negrita é nosso para destacar a cita de Debord.

⁵⁰ “Da mesma forma que, na religião, a atividade própria da imaginação humana, do cérebro humano e do coração humano influi sobre o indivíduo independentemente dele mesmo, quer dizer, como uma atividade alheia, divina ou diabólica, também a atividade do operário não é uma atividade própria. Pertence a outro, é a perda de si mesmo./ E se cria assim uma situação na que o homem (o operário) sente-se livremente ativo somente ao cumprir suas funções animais – comer, beber, procriar – e, no melhor dos casos, ao instalar-se na sua habitação, ao adornar-se, etc., enquanto que em suas funções humanas somente sente-se animal. O que é próprio do animal erige-se em destino do homem, e o humano converte-se no que é próprio do animal.” (Marx, K., 1989b) p. 59.

Este tempo pseudo-cíclico consumível é o tempo espetacular. Transforma o ator em espectador, a ação em expectativa⁵¹. Todo o que fugir ao consumo do espetáculo é “perda de tempo”. Desde a lógica do consumo do turismo durante as férias até a pressa diária para dedicar horas a fio à programação da televisão : consumo de imagens A vida real tem sido substituída, mediante o tempo pseudo-cíclico – tanto ao nível do diário, hebdomadário ou anual (a novela, o futebol, as férias) – , em espetáculo.

Trabalho e descanso, que no tempo cíclico histórico correspondiam a produção e festa como “gasto luxuoso da vida”, desaparecem em favor de pseudo-festas vulgarizadas, *“paródias do diálogo e o presente, incitam um gasto econômico adicional, não oferecem mais que decepção sempre compensada pela promessa de uma nova decepção”*

O trabalho da produção se apresenta no descanso do consumo.

“O que sempre é novo no processo da produção de coisas não reaparece no consumo, que continua sendo o retorno ampliado do mesmo. O trabalho morto continua dominando o trabalho vivo; por isso, no tempo espetacular o passado domina o presente.” (Debord, 1990), p. 144.

A impossibilidade de inserir a vivência individual no tempo irreversível oficial, na história, tanto como a insignificância, para esta, dos aspectos individuais como o desgaste da própria vida, no tempo intercambiável, levam a que a consciência espetacular *“já não conhece sua vida como um trânsito para sua realização e sua morte.”* A publicidade, praticamente, proíbe envelhecer; cada um tem um “capital-juventude” a administrar. *“Esta ausência social da morte equivale à ausência social da vida.” (Debord, 1990)(p. 145).*

Debord sugere, ainda, que *“O projeto revolucionário de uma sociedade sem classes, de uma vida histórica generalizada, é o projeto de suprimir a medição social do tempo, em benefício de um modelo lúdico de tempo irreversível de indivíduos e grupos, modelo no qual estão simultaneamente presentes tempos independentes federados. É o programa de uma realização total, no entorno temporal, do comunismo que suprime “todo o que existe à margem dos indivíduos”. (Debord, 1990) (p.146).*

Tempo, História, Progresso: a questão da Previsão

“Papai, me explica para que serve a história” . Assim começa um dos livros sobre a história mais lidos e comentados. Na prisão, Marc Bloch parece ter-se defrontado duplamente com a sua circunstancia: de um lado, o balanço de sua própria vida frente à situação limite da perda da liberdade e o risco da sua morte, de outro, a importância da atividade a que ele, e muito dos seus mais queridos

⁵¹ “Supõe-se que o espectador o ignora tudo, que não merece nada. Quem sempre mira para saber a continuação, não atuará jamais: e esse deve ser o espectador.” (Debord, 1990) p. 34.

mestres e colegas, dedicara sua vida, frente à situação que o mantinha preso: a situação política absurda em que Europa, e a França em particular, tinham caído.

Marc Bloch se propõe a dar a resposta, como ele diz: “porque não alcanço imaginar elogio maior para um escritor que saber falar por igual aos doutos e aos escolares.” Na verdade, responder-se a si próprio como homem comum e como historiador.

O nome do pequeno livro: “*Apologie pour l’Histoire ou métier d’historien*” parece ter sido dado por Lucien Febvre o grande historiador e íntimo colega de Bloch encarregado da sua publicação depois da morte do amigo fuzilado pela sanha nazista. O nome da tradução ao espanhol à qual me refiro aqui, “Introdução à história”, parece-me igualmente justo: uma referência à intenção de Marc Bloch de escrever com Febvre, um “Langlois e Seignobos”⁵² para seus discípulos.

O livro inacabado tem um tom simples e didático; como as coisas que verdadeiramente importam nas situações limites. Está composto por quatro capítulos escritos por Bloch, um quinto capítulo sem nome nem estrutura apenas insinuado em poucas páginas mas que, certamente, trata da causalidade na história, e dois capítulos estruturados mas jamais escritos: o VI, que trata sobre “a explicação na História”, e o VII, sobre o “problema da previsão”.⁵³

⁵² O livro de Langlois e Seignobos, mestres tanto de Bloch quanto de Febvre, intitula-se “introdução aos estudos históricos”.

⁵³ A estrutura da obra de Bloch :

Introdução

- I. *A história, os homens e o tempo*
 - a. *A eleição do historiador*
 - b. *A história e os homens*
 - c. *O tempo histórico*
 - d. *O ídolo das origens*
 - e. *Os limites do atual e do inatual*
 - f. *Compreender o presente pelo passado*
 - g. *Compreender o passado pelo presente.*
- II. *A observação histórica*
 - a. *Caracteres gerais da observação histórica*
 - b. *Os testemunhos*
 - c. *A transmissão dos testemunhos*
- III. *A crítica*
 - a. *Bosquejo de uma história do método crítico*
 - b. *A perseguição da mentira e do erro*
 - c. *Ensaio de uma lógica do método crítico*
- IV. *A análise histórica*
 - a. *Julgar ou compreender?*
 - b. *Da diversidade dos fatos humanos à unidade das consciências*
 - c. *A nomenclatura*
- V. *.....*
- VI. *A explicação na história*
 - a. *A maneira de introdução: a geração dos escépticos (e científicos)*
 - b. *A noção de causa. Destruição da causa e do motivo (o inconsciente). O romantismo e o espontâneo.*
 - c. *A noção do azar*

O primeiro capítulo do livro prende-se ao objeto da história, o segundo e terceiro às questões de método; o quarto, e a parte do quinto incompleto, possuem um caráter claramente epistemológico.

A História, os homens e o tempo

Bloch busca neste capítulo definir o objeto da história definindo-se contrário à corrente crença de que “a história é a ciência do passado”. Para Bloch a história é, antes de mais nada a ciência do homem no tempo:

“Por trás dos rasgos sensíveis da paisagem, das ferramentas ou das máquinas, por trás dos escritos aparentemente mis frios e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as têm criado, a historia quer apreender aos homens. Quem não o logre não passará jamais, no melhor dos casos, de ser um operario manual da erudição. Ali onde cheira a carne humana, sabe que está a sua pressa.” (Bloch, 1952) (p.25)

Ou ainda:

“O historiador pensa não somente o humano. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração.

É difícil, sem dúvida, imaginar que uma ciência, seja a que for, possa fazer abstração do tempo. Não obstante, para muitas ciências que, por convenção, dividem o tempo em fragmentos artificialmente homogêneos, este apenas representa algo mais que uma medida. Pelo contrário, o tempo da história, realidade concreta e viva, abandonada ao seu impulso irreversível, é o plasma mesmo em que se banham os fenômenos e algo assim como o lugar de sua inteligibilidade.” (Bloch, 1952) (p.20)

O tempo, neste trecho, foge do caráter de dimensão abstrata, de quarta dimensão, para assumir uma materialidade própria da duração, da permanência ou da ruptura: *“Agora bem, este tempo verdadeiro é, por sua própria natureza, um continuo. É também câmbio perpétuo. Da antítese destes dois atributos provém os grandes problemas da investigação histórica.” (Bloch, 1952) (p.27).*

Dentro desta perspectiva, Bloch ataca definitivamente o “ídolo das origens”, enquanto explicação, tão caro à historiografia corrente: *“No vocabulário corrente as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Ali reside a ambigüidade, aí está o perigo” (Bloch, 1952) (p.28).* Em suma, o fenômeno histórico não pode ser explicado nunca totalmente fora do estudo do

-
- d. O problema do individuo e do seu valor diferencial. Acessoriamente, as épocas documentalmente sem indivíduos. É a historia somente uma ciencia dos homens em sociedade? A historia-massa e as minorias.
 - e. O problema dos atos ou fatos “determinantes”.
- VII. O problema da previsão
- a. A previsão, necessidade mental
 - b. Os erros ordinários da previsão: a conjetura econômica, a historia militar
 - c. A antinomia da previsão em matéria humana: a previsão que se destrói pela previsão; papel da toma de consciência.
 - d. Previsão a breve prazo
 - e. As regularidades
 - f. Esperanças e incertezas.

seu momento. Citando o provérbio árabe: “*Os homens são mais parecidos a seu tempo que a seus pais.*” (Bloch, 1952) (p.32)

A compreensão do presente pelo passado não pode-se constituir numa relação causal direta onde a proximidade no tempo adquire uma hierarquia, pois, finalmente, “*Na duração como no céu, a eficácia de uma força não se mede exclusivamente pela distancia*” (Bloch, 1952) (p.37).

Mas se todo momento da duração, por remoto que seja, tem uma possibilidade de repercussão no nosso presente; constatada esta “solidariedade das idades”, ela deverá ter mão dupla. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, *mas não será, quiçá, menos vão esforçar-se por compreender o passado se não se sabe nada do presente?*”

Bloch finalmente define o objeto da história:

“Não há, pois, mais do que uma ciência dos homens no tempo e essa ciência tem necessidade de unir o estudo dos mortos com o dos vivos. Como chamá-la?” (Bloch, 1952) (p.40)

Os capítulos seguintes concentram-se em aspectos de método.

Ainda que de extrema importância para a compreensão do que é a história enquanto ciência e dos alcances e limitações da mesma, estes aspectos pouco têm a contribuir com a questão inicial: para que serve a história?

Já no quarto e quinto capítulos, as questões epistemológicas apontadas por Marc Bloch nos apontam para a questão inicial. A primeira questão colocada é o dilema: Julgar ou Compreender? Como julgar com padrões que são, eles mesmos, objeto da história? A busca da verdade para o historiador é necessariamente diferente da busca da verdade para o Juiz. Este tem padrões aceitos universalmente para julgar (tem?). Cabe ao historiador apenas a compreensão. Para ele a busca da verdade tem por objetivo a compreensão:

“Uma palavra domina e ilumina nossos estudos: “compreender”. Não digamos que o bom historiador está por cima das paixões; ao menos tem essa.” (Bloch, 1952) (p112)

Problema semelhante constitui para a história a questão da nomenclatura, a que Bloch dedica parte do quarto capítulo: como falar da história com uma linguagem que é, ela própria, objeto da história?

“Nossa ciência não dispõe, como a matemática ou a química, de um sistema de símbolos à parte de todo idioma nacional. O historiador fala exclusivamente com palavras, com as palavras do seu país. Se se encontra com realidades que somente se expressam numa língua estrangeira tem, por força, que traduzir.” (Bloch, 1952) (p.125)

Novamente aqui, Bloch aponta para uma questão epistemológica central: estamos sempre muito próximos (ainda que distantes no tempo, muito próximos no interesse) do objeto da ciência histórica.

No inacabado quinto capítulo, Bloch se aproxima mais da nossa questão inicial (para que serve a história). Tratando da causabilidade, tenta destruir toda possibilidade de uma causa única na história, possibilidade que aproxima o historiador do juiz, quer dizer, do juízo de valor.

As frases finais, com as necessárias reticências do texto inacabado, são extremamente elucidativas:

“Para expressar todo numa única palavra, as causas, na história mais que em qualquer outra disciplina, não se postulam jamais. Se buscam...” (Bloch, 1952) (p.151)

Acho que é evidente que os capítulos seguintes, estruturados apenas mas não escritos, deveriam conter a resposta à questão inicial que Marc Bloch escolheu para iniciar seu estudo. Tratar da “explicação na história” como questão epistemológica final e prenuncio da efetiva “utilidade” da história: o problema da previsão.

É o que abordarei na melhor das companhias que me foi possível conseguir.

A previsão nas ciências sociais

A primeira dúvida que se apresenta é de aspecto operacional e se refere à possibilidade de fazer previsões de caráter científico em campos tão próximos a nós mesmos. Esta dúvida tem sido suscitada mais ou menos sistematicamente por alguns científicos e filósofos da ciência.

Wiener

Wiener o trata da seguinte maneira:

"Há outro grupo formado pelos que não veem nada bom no caos da sociedade moderna e que, pelo seu convencimento otimista de que tem que existir uma saída, tem chegado a sobreestimar os possíveis elementos homeostáticos da sociedade. Por muito que simpatizemos com estes indivíduos e compreendamos o dilema emocional que lhes aflige, não podemos atribuir valor a esta classe de bons desejos. É o tipo de pensamento dos ratos enfrentados ao problema de colocar o guizo no gato. Que dúvida cabe que seria muito agradável para nós, ratos, que os gatos predadores deste mundo tivessem guizo, mas, quem o coloca? Quem nos assegura que o poder despiadado não se abrirá caminho para voltar às mãos dos que mais o cobizam?"

Menciono isto com motivo das esperanças notáveis, e falsas acredito eu, que alimentam alguns amigos meus com respeito à eficácia social das novas formas de pensamento que este livro possa conter. Eles estão convencidos de que nossa capacidade de controle do entorno material tem sobrepassado enormemente o controle que exercemos sobre o entorno social e nosso conhecimento do mesmo. Portanto, consideram que a incumbência principal no futuro imediato é ampliar aos campos da antropologia, a sociedade e a economia os métodos das ciências naturais, com a esperança de lograr um êxito equiparável no campo social. Por acreditá-lo necessário chegam a crê-lo possível. Nisto, insisto, mostram um otimismo desmedido e um desconhecimento da natureza do progresso científico.

Todos os grandes logros científicos concretos tem tido lugar em campos nos quais existe um alto nível concreto de isolamento do fenômeno respeito ao observador. Temos visto, no caso da astronomia, que isto pode ser consequência da enorme escala de certos fenômenos em relação ao homem, pelo que os ingentes esforços humanos, e não falemos já da simples observação, não podem causar a mais mínima impressão visível no firmamento. Pelo contrário, na física atômica moderna, a ciência do indefinivelmente diminuto, é certo que qualquer coisa que façamos exerce uma influência sobre muitas partículas individuais que é grande desde o ponto de vista de essa partícula. Mas nós não vivemos na escala dessas partículas nem no espaço nem no tempo, e os acontecimento que podem ser de enorme importância desde o ponto de vista de um observador de acordo com sua escala, parecem-nos – certo que com algumas exceções, como acontece nos

experimentos na câmara de neblina de Wilson – tão somente efeitos promédio massivos nos que intervêm enormes populações de partículas. No que respeita a estes efeitos, os intervalos de tempo correspondentes são grandes desde o ponto de vista da partícula individual e suem movimento, e nossas teorias estatísticas contem neles com uma base muito adequada. Em resumo: somos demasiado pequenos para influenciar no curso das estrelas e demasiado grandes para preocuparnos tão somente dos efeitos massivos de moléculas, átomos e elétrons. Em ambos casos chegamos a uma compenetração o suficientemente ambígua com os fenômenos que estudamos para poder dar um resumo gerla exaustivo da mesma, apesar de que dita compenetração não seja o suficientemente ambígua que nos permita ignorá-la totalmente.

É nas ciências sociais nas que a interação entre os fenômenos observados e o observador é sumamente difícil de minimizar. Por um lado, o observador pode exercer notável influência nos fenômenos que se le apresentam. Com todo respeito para a inteligência, habilidade e honradez de olhar de meus amigos antropólogos, não posso admitir que qualquer comunidade das que eles tenham investigado seja a mesma depois da experiência. Muitos missionarios tem fixado sua própria interpretação incorreta de uma lingua primitiva como lei eterna ao reduzi-la a um processo escrito. Tem muitas coisas nos hábitos sociais das pessoas que se diluem e ficam distorcidos pelo simples fato de se colocar perguntas sobre eles. Num sentido distono do que geralmente quer entender-se por traduttore traditore.

*Por outro lado, o científico social não possui a vantagem de contemplar aos seus sujeitos desde a altura intangível da eternidade e ubicuidade. Pode que haja uma sociologia de massa do animal humano, observado num frasco com se faz com as populações de *Drosophila*, mas não é uma sociologia na qual nós, que somos animais humanos, estejamos particularmente interessados. Não nos preocupam demasiado os altos e baixos humanos, os prazeres e sofrimentos, sub especie aeternitatis. Vossos antropólogos informam sobre os costumes associadas à vida, a educação, a profissão e a morte de pessoas cuja escala vital é muito igual à sua. Vossos economistas mostram sumo interesse em predizer os ciclos econômicos que se produzem no tempo inferior a uma geração, ou que, ao menos, têm repercussões que afetam a um individuo diferencialmente em distintas fases de sua carreira, mas poucos filósofos ou políticos atuais limitariam suas investigações ao mundo das idéias de Platão.*

Noutras palavras, nas ciências sociais temos que tratar series estatísticas curtas e também não podemos estar seguros de que parte considerável do que observamos não seja um artefato de nossa própria criação. Uma investigação sobre a bolsa seguramente comocionará a bolsa. Estamos demasiado condicionados pelos objetos que investigamos para ser cientificamente objetivos. Em resumo, independentemente de que nossas investigações em ciências sociais sejam estatísticas ou dinâmicas – e opino que se deveria empregar um método combinatório –, nunca terão maior valor do que uns decimais e unicamente podem facilitar-nos uma quantidade de informação verificável e significativa que possa comparar-se com o que temos aprendido a esperar das ciências naturais. Não podemos descartá-las mas também não devemos alimentar exageradas esperanças sobre suas possibilidades. Temos que deixar muito, gostemos ou não, em mãos do método narrativo a-«científico» do historiador profissional.”(Wiener, 1985)⁵⁴

Wiener referia esta passagem aos antropólogos Gregory Bateson y Margaret Mead. Outro antropólogo, Claude Lévi-Strauss, manifesta-se de acordo aos postulados de Wiener, ainda que com a exceção da linguística estrutural: *"De todos os fenômenos sociais, somente a linguagem parece presentemente suscetível de um estudo verdadeiramente científico, que explique a maneira pela*

⁵⁴ As aspas em «científico» de Wiener devem-nos alertar acerca do que ele próprio considerava científico; ou melhor, a relativização da correspondência do científico às ciências naturais, e, em especial às ciências regidas ou regíveis pela matemática.

qual ela se formou e preveja certas modalidades de sua evolução ulterior"(Levi-Strauss, 1985).

Historia e ciências sociais

A referência ao "historiador profissional"⁵⁵ nos remete à opinião que um "historiador" tem a respeito. E especificamente um historiador tratando da questão da ciência histórica e as matemáticas.

Chaunu

Pierre Chaunu define a função desta historia que invoca Wiener:

"La historia, ciencia auxiliar, da así a las ciencias del hombre del presente este espesor en el tiempo que, cuando está verdaderamente integrada, constituye el sustituto más seguro de una imposible experimentación." (Chaunu, 1987).

Já não se pode falar de causa e efeito na mesma medida que nas ciências da natureza. Ainda existe, para Chaunu, a perspectiva de uma ciência histórica, auxiliar, útil ferramenta das ciências sociais.

Langlois & Seignobos

Util ferramenta quer dizer para Chaunu historia útil, mas não no sentido das utilidades que Langlois e Seignobos, a finais do século passado, detectavam na historia:

"Mas o mérito principal da história consiste em ser um instrumento de cultura intelectual; e o é por vários modos – Em primeiro lugar, a prática do método histórico de investigação, cujos princípios tem-se esboçado na presente obra, é muito saudável para o espírito, ao que cura da credulidade. – Em segundo lugar, a história, porque mostra grande número de sociedades diferentes, prepara para compreender e aceitar usos vários. Fazendo ver que as sociedades tem-se transformado freqüentemente, acostuma à variação das formas sociais e cura o temor às transformações – Finalmente, a experiência das evoluções passadas, fazendo compreender o processo das transformações humanas pelos câmbios de hábitos e a renovação das gerações, preserva da tentação de explicar por analogias biológicas (seleção, luta pela existência, herança dos hábitos, etc.), a evolução das sociedades, que não se produz sob a ação das mesmas causas que a evolução animal." (Langlois e Seignobos, 1913).

A escola de Langlois e Seignobos, mal chamada de positivista e melhor classificada como metódica (Dosse, 1988), coloca no método, não somente seu instrumental, mas o próprio mérito da historia.

Pierre Vilar vs. Chaunu: historia útil ou utilidade da historia

Não estamos, nisto, muito longe do feliz enunciado de Pierre Vilar:

"Compreender o passado é dedicar-se a definir os fatores sociais, descobrir suas interações, suas relações de força, e a descobrir, por trás dos textos, os impulsos (conscientes, inconscientes) que ditam os atos. Conhecer o presente equivale, mediante a aplicação dos mesmos métodos de observação, de análise e de crítica que exige a história,

⁵⁵ Não sei se no original se mantém esta forma de expressão em relação ao "historiador profissional" e não ao cientista histórico ou simplesmente ao historiador.

a submeter a reflexão a informação deformante que nos chega através dos mídia. «Compreender» é impossível sem «conhecer». A história deve ensinar-nos, em primeiro lugar, a ler um periódico.” (Vilar, 1982).

Não é esta a utilidade de Chaunu: ela reside na elaboração de séries capazes de definir e compreender comportamentos passados para permitir, à própria história ou às ciências sociais que ela auxilia, a previsão de comportamentos futuros:

“Uma história que deseja ser útil. Esta afirmação fará sorrir ou escandalizará; ademais, corre o risco de ser mal compreendida pelos que serão, talvez, levados a admiti-la num primeiro impulso. Uma história útil. Na média, obviamente, em que é fonte de sabedoria? Fonte de sabedoria como todo conhecimento? Nesta perspectiva, o adjetivo infundado é pleonasmo ou mentira.

Uma história que deseja ser útil é, concretamente, no ponto de união do primeiro e do segundo decênio do segundo século XX, uma história serial. Uma história que se interessa menos pelo fato individual (fato político, naturalmente, mas ademais cultural ou econômico) que pelo elemento repetido, pelo tanto integrável numa série homogênea, suscetível, em seqüência, de ser objeto dos procedimentos matemáticos clássicos da análise das séries; suscetível, sobretudo, de enlaçar-se com as séries que utilizam habitualmente as outras ciências do homem. É ali, provavelmente, onde reside a característica essencial desta história serial, mas que se pode, também, chamar simplesmente útil. Ela se volta para o passado, com suas próprias técnicas postas ao serviço de problemáticas emprestadas. Não se proíbe reconstruir, no seu interior, as atmosferas mentais passadas, decidida a não supor nada para não deixar escapar nada. Mantem-se preservada, pois, dos a priori perigosos.

Neste sentido sente-se total. Mas sobretudo, busca nos testemunhos extraídos do passado respostas aos interrogantes maiores das ciências sociais do presente. Esses interrogantes que são simplesmente requerimentos de séries.”

En este sentido, se siente total. Pero sobre todo, busca en los testimonios extraídos del pasado respuestas a los interrogantes mayores de las ciencias sociales del presente. Esos interrogantes que son simplemente requerimientos de series.” (Chaunu, 1987). p. 15-16.⁵⁶

Mas aqui retornamos ao modelo de ciência social rejeitado por Wiener (com o apoio de Levi-Strauss): as séries são curtas e a observação interessada e modificadora do observado.

A que historiador profissional refere-se Wiener? Não existem dúvidas de que Chaunu, Langlois e Seignobos, Pierre Vilar se encontram bem na categoria...

Chaunu não deixa dúvidas de suas preocupações; uma história útil para projetar e administrar o futuro:

⁵⁶ A isenção de Chaunu não está longe da de Fustel de Coulanges e a sua utilidade lembra a de Lavissee: "Se o estudante não leva consigo a viva lembrança de nossas glórias nacionais, se não sabe que seus antepassados combateram por nobres causas em mil campos de batalha, se não compreendeu quanto sangue e quantos esforços custou a unidade nacional e portanto a obtenção de leis que nos fazem livres do caos de nossas instituições envelhecidas, se não se converte num cidadão, provisto de seus deveres e um soldado que ama seu fusil, então o mestre terá perdido seu tempo." Cit. in: DOSSE, F.Op. Cit. A utilidade de Lavissee é para a política e a guerra e se faz com glórias do passado; a de Chaunu, para uma economia e uma sociologia prenhes de futuro, se faz com séries.

"O problema mais importante que a economia política pode e deve hoje ajudar-nos a resolver é, evidentemente, o da harmonização dos crescimentos de uma e outra parte da grande fronteira geográfica, ideológica e espiritual, em torno da qual se organiza o setor dominante do mundo, quer dizer: Europa e seus dilatados limites em América do Norte e na Rússia soviética". (Chaunu, 1987), p. 20.

Estamos muito próximos à prática da "ciência" urbanística. Segundo esta visão, a sociedade, incapaz de resolver seus problemas de crises cíclicas, necessita da antecipação da "ciência social" de turno para evitar o "caos". Seu território não é o passado, como apreciaria a história clássica, nem o presente vigoroso de Lucien Febvre e Marc Bloch, mas o futuro. E, rigorosamente, esta história, é ciência auxiliar do futuro.

Podemos contrapor a esta história-projeto a história útil para *"...someter a reflexión la información deformante que nos llega a través de los media"*, cuja função é *"...enseñarnos, en primer lugar, a leer un periódico."* de Pierre Vilar. O tentarei mais adiante.

O conselho de Wiener não nos serve de muita coisa aqui; o *historiador profissional* a que nos remete parece estar longe de um consenso sobre a história e sua utilidade.

Popper

Popper tem sido mais radical no seu cepticismo sobre a possibilidade de previsão do futuro social no seu ataque ao que chama de "historicismo" (Popper, 1973)⁵⁷

Mas este cepticismo se refere exclusivamente a uma previsão total do futuro, a uma visão "holística". Ao contrario, Popper defende a "engenharia social fragmentaria" e aqui Celson Ferrari pode encontrar em Popper um aliado famoso. Os argumentos são consideravelmente semelhantes ainda quando se pode acusar o urbanismo, em particular o defendido por Ferrari, de uma certa tendência que Popper consideraria "holística". O próprio Popper é o suficientemente confuso como para que, em determinados momentos, se aproxime, e em outros combata, um certo grau de "totalidade" ou de "fragmentariedade" determinados. A preocupação de Popper é defender o sistema económico social vigente e o "cientificismo" de seus critérios de distinção entre "holismo" y "fragmentarismo" não tem por que ser maior que o de suas opiniões políticas:

"Não acredito que se possa oferecer nenhuma crítica correspondente do método fragmentário. Este método pode ser usado, mas particularmente, para buscar e combater os males maiores e mais urgentes de nossa sociedade, em vez de buscar e combater por um bem último (ao que se inclinam os holistas). Mas uma luta sistemática contra agravos

⁵⁷ Não resulta nem fácil nem claro entender o que Popper define como "historicismo", não servindo portanto muito esta nova categoria que, seguramente, não se assemelha com o conceito de "história historizante" combatida pelos integrantes da Nova História, nem à história historicista a que se refere Benjamin. A forma de Popper estabelecer este conceito de "historicismo" se dá a partir da defesa que ele mesmo faz desta suposta visão das ciências sociais. Não é muito claro a quem Popper se refere como historicista e ele se atribui um papel de vanguarda como defensor da teoria historicista que combate; com o que nunca se sabe muito bem quando Popper discute com ele próprio nem por que deveria estar interessado em defender uma teoria que combate.

definidos, contra formas concretas de injustiça e exploração e sofrimentos evitáveis, como a pobreza e o desemprego, é uma coisa muito diferente do intento de realizar um modelo ideal e distante da sociedade. O êxito e o fracasso se apreciam aqui mais facilmente, e não há razão inerente para que este método conduza a uma acumulação de poder e a supressão da crítica. Ademais, uma luta de esta classe contra males concretos e perigos concretos, encontrará o apóio da grande maioria mais facilmente que uma luta pelo estabelecimento de uma utopia, por ideal que pareça aos planificadores. Isto quiçá ilumine o fato de que em aqueles países democráticos que se estão defendendo contra uma agressão se poderá encontrar apóio bastante para as medidas de grande alcance que sejam necessárias (e que inclusive poderão ter a aparência de planificação holística) sem supressão da liberdade de crítica, enquanto que em aqueles países que preparam um ataque ou estão levando adiante uma guerra de agressão, a liberdade de crítica normalmente tem que ser suprimida, com a finalidade de que o apóio público possa ser mobilizado, apresentando a agressão como defesa.” (Popper, 1973).⁵⁸

O comentário à cita de Popper poderia ser extenso e rico em ironias mas nos levaria longe de nosso assunto central. Popper considera que a previsão e o planejamento social não somente é possível mas realmente desejável desde que feito a "pequenas doses" de forma a garantir que tudo permaneça como está. Giuseppe Tomasi de Lampedusa colocou estas palavras em boca de Tancredi no "Gatopardo": *"Se quisermos que todo fique como está é necessário que todo mude"*, e essa técnica ficou conhecida desde então como "gatopardismo". Popper a adota como sua epistemologia das ciências sociais. A tentativa de considerar que os males evitáveis, como a pobreza e o desemprego, são elementos constitutivos da sociedade como um todo, dentro de um sistema específico de produção, será combatido por ele como manifestação de um absurdo "holismo". Mas com argumentos que nada tem a ver com a questão específica da pobreza e o desemprego, mas com a impossibilidade da análise do "todo" exaustivo ou "gestaltico". Não se entende muito bem por que as relações de produção são, para Popper, "holísticas" enquanto a corrida armamentista nuclear, que efetivamente pode mandar "tudo" pelos ares, é fragmentaria.

Se deve concordar com Edward Hallett Carr em que Popper tem esvaziado de todo significado o termo "historicismo" usando-o como designativo de qualquer opinião sobre a história com a que não concorde⁵⁹. Não é menos arbitrária sua opinião sobre a epistemologia das ciências sociais.

O que sim é evidente em Popper é a temporalidade de sua visão epistemológica. Sua obsessão pela previsibilidade e, portanto, pelo futuro, impedem-lhe ler corretamente a Marx⁶⁰. Popper é prisioneiro do tempo físico: espacializado, linear, homogêneo e "cientificamente" previsível.

⁵⁸ Não é difícil ver aos "ameaçados" Estados Unidos *defendendo-se* com milhares de toneladas de bombas contra Irak para salvar a "sociedade aberta" do Kuwait ou do Afeganistão...

⁵⁹ Citado em (Ferrater Mora, 1983)

⁶⁰ Obviamente não é somente sua obsessão com o futuro mas também seu compromisso com o presente quem impede uma leitura "científica" de textos que ameaçam a estabilidade do mundo estabelecido que defende. O título do livro que comentamos aqui é transparente.

Popper e Marx

Desde o título do seu ensaio, "*A miséria do historicismo*", Popper demonstra obsessão por identificar seu pouco claro conceito de historicismo com o "marxismo"; cita, por exemplo, a Marx atribuindo-lhe uma visão preditiva:

"Acho agora com que o método historicista implica numa teoria estranhamente semelhante a esta: a teoria de que a sociedade mudará necessariamente, mas ao longo de um caminho pré-determinado que não pode mudar, por etapas que pré-determina uma necessidade inexorável.

«Quando uma sociedade há descoberto a lei natural que determina seu próprio movimento, nem ainda então pode pular as fases naturais de sua evolução nem fazê-las desaparecer do mundo de um golpe. Mas isto sim pode fazer. Pode encurtar e diminuir as dores do parto. » Esta formulação, devida a Marx, representa excelentemente a posição historicista. Ainda que não proponha nem inatividade nem verdadeiro fatalismo, o historicismo afirma a inutilidade de qualquer intento de alterar os câmbios futuros pendentes; uma peculiar variedade de fatalismo, um fatalismo em certo modo referido às tendências da história." (Popper, 1973)

Se formos ao prefácio do *Capital* do onde foi retirada a cita feita por Popper, veremos que Marx está referindo-se especificamente às posições relativas na história capitalista de Inglaterra e da Alemanha (e França e os Estados Unidos). Marx não está fazendo prospecções de futuro mas explicando por que sua análise da situação inglesa, numa etapa mais avançada do capitalismo, diz respeito a todos os países capitalistas, ainda que não possam "*saltarse las fases naturales de su evolución*". Marx, nem no trecho citado, nem no prefácio do *Capital*, prediz; apenas constata, interpreta:

"Não devemos nos enganar. Assim com a guerra norte-americana pela independência, no século XVIII, tocou a rebatida para a classe média europeia, a guerra civil norte-americana do século XIX fez outro tanto com a classe operária europeia. Na Inglaterra o processo de transtorno é tangível. Ao alcançar certo nível, terá de repercutir no continente. Revestirá ali formas mais brutais ou mais humanas, conforme o grau de desenvolvimento alcançado pela classe operária mesma. Prescindindo de motivos mais elevados, pois, seu próprio e particularíssimo interesse exige das classes hoje dominantes a remoção de todos os obstáculos legalmente fiscalizáveis que entrem o desenvolvimento da classe operária. É por isso que neste tomo tenho designado um lugar tão relevante, entre outras coisas, à história, o conteúdo e os resultados da legislação fabril inglesa. Uma nação deve e pode aprender de outras. Ainda que uma sociedade tenha descoberto a lei natural que preside seu próprio movimento – e o objetivo último desta obra é, em definitivo, tirar à luz a lei econômica que rege o movimento da sociedade moderna –, não pode pular as fases naturais de desenvolvimento nem as abolir por decreto. Mas pode abreviar e mitigar as dores do parto." (Marx, 1975/1981)

Não creio que seja necessário enfatizar a diferença entre o que Popper sugere que diz Marx na cita que faz e o que se pode ler em Marx, mas se pode aproveitar para descobrir o que existe na forma de ler Marx de Popper que conduz a semelhante diferença. Popper lê a Marx projetando para o futuro, mas este futuro está na cabeça dele em forma de "engenharia social" e não na preocupação de Marx, que é "*tirar à luz a lei econômica que rege o movimento da sociedade moderna*". Tirar à luz, descobrir, detectar, não implica em predizer, nem sequer admitir a possibilidade de predição; implica somente a vontade de transformação: "*Para nós o comunismo não é um estado que deva ser instaurado, um ideal pelo qual a realidade efetiva tenha que se guiar. Chamamos comunismo o movimento*

efetivo *que supera o estado de coisas de hoje. As condições deste movimento resultam dos pressupostos existentes agora.*" (Marx e Engels, 1983). Voltaremos a este conceito mais tarde.

Popper lê em Marx⁶¹ uma predição que não existe. Foge a Popper que Marx escreveu o *Capital*, e não o *Comunismo* (Quetglas, 1975), sobre o efetivamente dado, desde a vontade de transformação do mundo, numa direção do presente ao passado que não estranharia a L. Febvre e que Benjamin captou sutil e radicalmente. Tirar à luz é desmascarar para combater; sua lei não está vinculada a uma predição mas, indissociavelmente, a uma ação transformadora (redentora) inelutável⁶². A cita de Marx que Popper faz para condená-lo de "ativista": "*Os filósofos somente tem interpretado o mundo de diversas formas: a questão, no entanto, é mudá-lo*" não se explica pela crença numa sociedade humana em desenvolvimento inexorável, como Popper pretende, mas pela constatação de uma situação atual efetiva que é necessário mudar.⁶³

A aporia de Popper

O argumento central de Popper para a impossibilidade de previsão do futuro social ou histórico, fundamenta-se em que, em algum determinado grau, o comportamento da sociedade depende do saber, do conhecimento humano; e tal conhecimento é imprevisível. Sua refutação do "historicismo" resume-se, segundo ele mesmo, aos seguintes 5 pontos:

"1 – O curso da história humana está fortemente influenciado pelo crescimento dos conhecimentos humanos. (A verdade desta premissa tem que ser admitida ainda pelos que vêem nossas idéias, incluídas nossas idéias científicas, como o sub-produto de um desenvolvimento material de qualquer classe que seja).

2 – Não podemos predizer, por métodos racionais ou científicos, o crescimento futuro de nossos conhecimentos científicos (Esta afirmação pode ser provada logicamente por considerações esboçadas a seguir).

3 – Não podemos, portanto, predizer o curso futuro da história humana.

4 – Isto significa que temos de rejeitar a possibilidade de uma história teórica; quer dizer, de uma ciência histórica e social da mesma natureza que a física teórica. Não pode haver uma teoria científica do desenvolvimento histórico que sirva de base para a predição histórica.

5 – A meta fundamental dos métodos historicistas (...) está, portanto, mal concebida e o historicismo cai pela base." (Popper, 1973)

De acordo com sua própria definição das dificuldades de predição histórica, é difícil entender a superação destes mesmos pressupostos na "tecnologia social

⁶¹ É provável que não seja o único a ler desta forma esta passagem do prefácio do *Capital*.

⁶² A tendência a ver em Marx a um acadêmico barbudo preocupado com teorias e predições é tão freqüente quanto equivocada. Esquecer por um instante a condição de revolucionários de Marx e Engels é um perigoso caminho de incompreensão da teoria que elaboraram. Ver (Fernandes, 1983)

⁶³ Tal vez dificilmente perceptível num laboratório acadêmico mas evidente nas ruas de uma cidade industrial europeia da metade do século XIX.

fragmentaria" que propõe como caminho para a ciência social. Popper parece crer que a predição, e os projetos ou experimentações sociais equivalentes, quando são de pequena proporção, não entram em conflito com a importância do aprendizado imprescindível e imprevisível dos homens (argumento dos pontos 1 e 2 definidos pelo próprio Popper contra o historicismo). Esta tecnologia *em processo*, tão freqüente e conhecida do discurso urbanístico posterior aos primeiros fracassos, que também é traduzida como "tecnologia gradual", deverá: i) desconhecer os novos conhecimentos adquiridos ou adquiríveis pelos homens, ou ii) operar sem levá-los em consideração. Em ambos os casos perde o caráter "racional" exigido à ciência social pelo próprio Popper.

O paradigma preditivo, a futuridade da racionalidade positiva, junto à impossibilidade lógica da antecipação do conhecimento humano, aprisionam Popper numa aporia que a escala dificilmente possa superar; o que se agrava consideravelmente quando o *fragmentário* pode ter a dimensão de uma corrida armamentista nuclear ou um programa do tipo "guerra das estrelas" e o *holístico* a de uma mudança de relações de produção ou uma economia planificada, ou ainda uma política baseada na propaganda estatal e não na propaganda de mercado.

Lucien Febvre

É natural que esta aporia nos remeta novamente à história. Não somente porque ainda não superamos a questão que nos coloca Wiener, mas principalmente porque, à medida que nos aprofundamos nas questões epistemológicas das ciências sociais, mais nos aproximamos à necessidade de trabalhar sobre o efetivamente dado. E o efetivamente dado é necessariamente passado.

A história como a procura de compreensão de nossas inquietações, de nossas vontades atuais, presentes, a nossa "eleição" como determinou Lucien Febvre:

"...toda história é eleição. (...) E o é, principalmente, pelo fato de que o historiador cria seus materiais ou os recria, se se quer; o historiador não vá rondando ao azar através do passado, como um trapeiro em busca de despojos, senão que parte com um projeto preciso na mente, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar. Dizer que "isso não é uma atitude científica", não é por de manifesto, simplesmente, que se sabe muito pouco sobre a ciência, das suas condições e dos seus métodos? O histólogo que mira pelo ocular do seu microscópio, capta fatos isolados de uma maneira imediata? O essencial do seu trabalho consiste em criar, por assim dizer, os objetos da sua observação, com ajuda de técnicas freqüentemente muito complicadas. E depois, uma vez adquiridos esses objetos, em "ler" suas provetas e preparados. Tarefa singularmente árdua; porque descrever o que se vê, ainda vai, mas ver o que se deve descrever, isso sim é difícil." (Febvre, 1986).

Ver o que se deve descrever... caminho absolutamente subjetivizado⁶⁴ e no entanto rigorosamente científico. A história perpetuamente re-escrita e re-lida, na permanente busca de ver o que se deve descrever...

⁶⁴ Subjetivizado pois quem se não o próprio historiador pode determinar "o que se deve descrever", quem, se não ele pode determinar as urgências, as eleições, os caminhos?

Ciência histórica = ciência social

Ciência histórica, ciência social por excelência, ciência ao serviço da transformação social desde Marx, este caminho, de Febvre, de Vilar (e de tantos outros), descrito com vibrante urgência por Benjamin, abre uma outra perspectiva para o saber histórico oposta a historia útil: a historia a contrapelo (Benjamin), usada como ferramenta de viabilização da única invariável humana: a mutabilidade social (Elias, 1982). Ciência que se aproxima das "genealogias" de Foucault mas que em vez de negar o saber científico o reverte; o vira pelo avesso como a uma meia, o coloca de "ponta cabeça".

Processo que abdica, necessariamente de toda futuridade para liberar a potencialidade de mudança: o aparecimento do novo, do surpreendente, do efetivamente imprevisível. A partir desta visão da historia, não mais ciência auxiliar das ciências sociais como quer Chaunu, mas ciência única como quer Marx, toda previsão foge de seu âmbito; toda previsão torna-se dogma ao serviço de um poder que intenta impedir o novo, a mutabilidade; canalizar em seu proveito qualquer produção para transformá-la em re-produção. Construção do já construído, produção do já produzido.

Historia ciência única; já que não existe outro campo de investigação para a ciência do homem que o passado em tanto que presente; entanto que constituinte do hoje.

Norbert Elias

Assim como Galileo rompe com a linguagem substantiva para poder enfrentar o mundo da natureza com uma linguagem própria, Elias propõe a ruptura desta nova exigência que as ciências naturais impõem às ciências sociais.

"No processo de cientifização do pensamento em torno do que hoje, entanto que inter-relações da natureza inerte, delimitamos netamente das inter-relações humano-sociais, tem-se produzido uma transferência de terminoa e conceitos, inicialmente acunhados no contexto da investigação científica das realidades naturais fisico-químicas, que têm-se difundido e têm entrado a formar parte do léxico e do fundo conceitual cotidianos da sociedade européia. Assim, palavras e conceitos que obtiveram seu perfil atual primariamente na investigação dessas realidades naturais, são, amiude, transferidas, sem o menor reparo, à exploração das inter-relações humano-sociais. Iguamente que as diversas formas de manifestação do pensamento mágico-mítico, contribuem também por sua parte à manutenção da inadequação, reiteradamente observada, de muitos modos de pensamento e de expressão de curso corrente para a compreensão dos problemas das ciências humanas e ao bloqueio do desenvolvimento de um pensamento e uma linguagem mais ajustado à específica peculiaridade das figurações humanas.

Assim, entre as tarefas da sociologia se conta não somente a investigação e a explicação das regularidades específicas a que se encontram submetidos os homens em determinadas sociedades ou grupos empiricamente observáveis, ou nas sociedades em geral, mas também livrar o pensar e o falar acerca de tais regularidades de suas amarrações a modelos heterônomos e desenvolver, pouco a pouco, em substituição da terminologia e conceitualização acunhadas atendendo a representações mágico-míticas ou bem a representações científico-naturais, outras que se ajustem melhor à peculiaridade das figurações sociais formadas por individuos." (Elias, 1982)

Entre elas e não a menos importante, a noção de previsibilidade como a única possibilidade de status científico. Ao contrário, Elias contrapõe-se a esta idéia sem admitir uma ruptura necessária da "continuidade ontogenética" das ciências aos diversos níveis ou "planos de integração".

"Mas a unicidade do homem em relação com outros seres vivos mostra-se já no fato de que a palavra "natureza", quando se aplica aos homens, desde certos pontos de vista, tem um significado distinto ao que se utiliza noutros contextos. Em outros contextos se entende por "natureza" o que não varia, o eterno, o imutável. Conta-se entre as peculiaridades do homem o fato de que por natureza pode mudar de maneira específica. Sua integração na sociedade o mostra eloqüentemente. Uma boa e séria pergunta de exame, que ainda se formula ainda que muito raramente, seria: quais são as peculiaridades estruturais do homem que fazem possível a história? Ou, para formulá-lo com maior precisão sociológica: que peculiaridades biológicas são premissas da variabilidade e particularmente da capacidade de desenvolvimento das sociedades humanas? (Elias, 1982), p. 127

Animais de uma espécie determinada formam sempre sociedades do mesmo tipo; e cada mudança social deve aguardar ou corresponder a uma mudança biológica da espécie. Ao contrário, o homem muda radical e rapidamente a sua formação social independentemente de mudança biológica. Seu comportamento social decorre de sua condição biológica para o aprendizado. Estamos novamente próximos das observações de Wiener e até mesmo de alguns conceitos de Popper: o caráter "apreendido" do comportamento humano. Elias enfatiza algumas questões sociológicas deste caráter, tão freqüentemente esquecido. A própria linguagem européia, segundo o próprio Elias, conduz a uma identificação entre o verdadeiro e o imutável: extremos com "o vento sopra" e "o rio corre", como se fosse possível um vento parado, estável, quieto ou um rio que não corresse. Mas mesmo num conceito em que o movimento é absolutamente indispensável como o vento, a linguagem força-nos a imaginá-lo parado para, depois, soprar. Esta concepção feita de substâncias que agem, substantivos e verbos, sujeitos e predicados, torna-se inadequada à descrição de uma realidade que é necessariamente móvel, mutável e relacional.

Apel

Epistemologia que Apel propõe semelhante às técnicas da psicanálise:

"Penso que este modelo metodológico da mediação dialética da compreensão comunicativa, mediante o método da explicação causal, proporciona, de fato, o modelo para uma compreensão filosófica de todo tipo de ciências sociais críticas, cuja relação com a praxis da vida não radica na manipulação da sociedade mas na provocação da auto-reflexão pública e na emancipação dos homens com sujeitos. À luz desta idéia vejo eu especialmente a crítica ideológica fundada por Marx. No trânsito da reconstrução da vida pessoal à da vida da sociedade surgem, naturalmente, muitos problemas novos e candentes; inclusive as analogias metodológicas são sacudidas. No marco deste trabalho somente posso citar um ponto que Habermas tem acentuado no seu livro Conhecimento e Interesse. A psicanálise não pressupõe, tão pouco (igualmente que a crítica, no sentido de Marx, como pressuposto teórico), um modelo nomológico-dedutivo, que a ciência natural procurou desde Newton como ideal da ciência. Pressupõe, ao contrário, a construção de uma história auto-alienada e sua possível emancipação, tanto ao nível da vida pessoal como a história humana, e estas histórias não podem marchar uma detrás da outra mas, ao contrário, têm que ser compreendidas mediando-se uma com a outra." (Apel, 1991).

Se insiste na necessidade de subjetivação de esta posição epistemológica já que parte de uma vontade de liberação (seja a nível individual ou social) que fundamenta a possibilidade de auto-objetivação. Se o caminho é necessariamente desconhecido: "*Caminante, no hay camino, se hace el camino al andar*", a necessidade de caminhar é inadiável.

Crítica radical do hoje que rompe, necessariamente, com a idéia de progresso, segundo a visão de Walter Benjamin.

Tempo e Cesura : Walter Benjamin⁶⁵

Há uma imagem de Klee que se chama Ángelus Novus. Nela está representado um anjo, que parece como se estivesse a ponto de afastar-se de algo que mira fixamente com espanto. Seus olhos estão desorbitados, sua boca segue aberta e suas asas estão desdobradas. O anjo da história deve ter este aspecto. Tem o rosto voltado para o passado. Onde ante nós aparece uma cadeia de acontecimentos, ali ele vê uma única catástrofe, que amontoa incessantemente ruína sobre ruína e as joga aos seus pés. Bem quisera deter-se, acordar os mortos e recompor o destruído. Mas desde o paraíso sopra uma tempestade que está emaranhada nas suas asas e é tão forte que o anjo não as pode dobrar. Essa tempestade o leva irrefreavelmente para o porvir, ao que dá as costas, enquanto o monte de ruínas cresce ante ele até o céu. O que chamamos o progresso é essa tempestade.
Walter Benjamin

Nas suas conhecidas *Teses sobre o conceito da história*, Benjamin funda um conceito de tempo cuja estrutura pretende-se abordar a seguir.⁶⁶

Benjamin escreveu suas *Teses* em alemão e em francês. No Brasil existem duas traduções bem conhecidas (Benjamin, 1985) (Benjamin, 1986b)⁶⁷ e sobre as quais não pesam dúvidas⁶⁸. Não obstante, aqui será usada uma versão de uma tradução "arqueológica" ao espanhol, tanto do alemão como do francês,

⁶⁵ Tomo emprestada a expressão do último capítulo *História e Cesura* (Gagnebin, 1994)

⁶⁶ Durante o período de quatro anos de estudos em Barcelona, na Escola Técnica de Arquitetura de Barcelona, participei, o primeiro como aluno e os três restantes como auxiliar do professor – Josep Quetglas, no curso de Historiografia em cuja estrutura participavam, sempre, as *Teses sobre o conceito da História*, de Benjamin e alguns escritos de Lucien Febvre. Para Quetglas, a concepção de tempo dos mesmos é idêntica. Devo a este período, e especificamente ao professor Quetglas, a minha busca de compreensão sobre o tempo; e a minha dificuldade de abstrair, as enormes lacunas nesta compreensão. As quatro divagações que se apresentam adiante, correspondem a uma tentativa de compreensão "tangencial", por meio de exemplos, destes conceitos; exemplificação necessária à minha dificuldade de abstrair. Gostaria de ter evitado o epígrafe, já tão usado; mas considero a nona tese uma síntese do conteúdo de tempo expresso nas *Teses*.

⁶⁷ Existe uma tradução "inédita, mas literal, de Marcos Lutz-Müller e Jeanne Marie Gagnebin" ; segundo GAGNEBIN. Op. Cit. p. 111.

⁶⁸ Não assim na tradução ao castelhano: (Benjamin, Walter., 1973)

organizada por Josep Quetglas para o curso de Historiografia do Programa de Doutorado de História da ETSAB. A razão para esta opção é a seguinte: o texto de Benjamin possui uma forma literária particularmente complexa e rica que permite uma deleitosa fruição literária; a busca de uma tradução fiel a este estilo, como seguramente são as duas traduções brasileiras, corre o risco de nos induzir a supervalorizar esse deleite. A tradução arqueológica de Quetglas, no entanto, pela sua própria dureza, faz ressaltar as idéias políticas das *Teses*.

Cito, como exemplo, o início do trecho do epígrafe:

- Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. (Rouanet)
- Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Nele está representado um anjo que parece querer afastar-se de algo a que ele contempla. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão prontas para voar. (Kothe)
- Há uma imagem de Klee que se chama *Angelus Novus*. Nela está representado um anjo que parece como se estivesse a ponto de afastar-se de algo que olha fixamente com espanto. Seus olhos estão desorbitados, sua boca permanece aberta e suas asas estão desdobradas. (Quetglas, do alemão)
- Há um quadro de Klee denominado *Angelus Novus*. Nele se vê um anjo que tem o aspecto de afastar-se de alguma coisa à que sua mirada parece ficar encalhada. Seus olhos estão desorbitados, sua boca está aberta e suas asas desdobradas. (Quetglas, do francês).

Na tradução de Quetglas, sem pretensão literária, a idéia de impotência do anjo é muito mais marcante : enquanto Rouanet e Kothe traduzem “*parece querer afastar-se*”, Quetglas traduz “*parece como se estivesse a ponto de afastar-se*” ou “*tem o aspecto de afastar-se de alguma coisa*”⁶⁹.

Este aspecto “arqueológico” da tradução ressalta o radicalismo das *Teses*⁷⁰. De fato, a vontade do Anjo está expressa logo a seguir : pois ele gostaria de deter-se, acordar os mortos e recompor as ruínas; mas está impedido porque a tempestade o imobiliza e afasta.

Na nona tese (a do epígrafe) Benjamin apresenta, de modo gráfico, a sua concepção da história e, conseqüentemente, o conceito de tempo que nela subjáz. A história é o amontoado de ruínas aos pés do anjo, impedido de interferir neste acúmulo de ruínas pela tempestade do progresso. Quebrar esta continuidade do progresso é a tarefa do materialista histórico.

Os elementos que Benjamin apresenta nas teses são :

⁶⁹ Em francês: “...un ange qui a l’air de s’écarter de quelque chose...”

⁷⁰ Chamar de “arqueológica” a tradução é idéia do próprio Quetglas; a observação de que esta tradução ressalta o caráter radical das *Teses*, é de José Luis Oyón. A minha versão portuguesa desta tradução é anexada a esta tese. A propósito, deve-se lembrar a importância que Borges dá à tradução literal, como estranhadora do texto.

- 1) a redenção do passado e o débil poder messiânico de cada geração (tese II);
- somente esta redenção, ou seja, a humanidade redimida, pode determinar a importância dos acontecimentos passados (t. III);
 - os fatos passados orientam-se aos fatos que acontecem no horizonte da história por um “heliotropismo misterioso” (t. IV);
 - a verdadeira imagem do passado é dependente, portanto, de cada presente (t. V);
 - o passado se articula historicamente a partir de um “momento de perigo” presente e não no reconhecimento do “que realmente aconteceu” (t. VI);
 - reviver o passado esquecendo tudo aquilo que aconteceu depois daquele passado (Fustel de Coulanges) significa abdicar do poder de redenção do passado e, portanto, estar em empatia com a situação de hoje tal qual está; conseqüentemente, empatia com os dominadores de hoje, herdeiros dos dominadores de sempre (t. VII);
 - ao contrário do historicismo, que se contenta com estabelecer nexos causais entre diversos momentos da história, para o historiador materialista cada acontecimento se converterá em histórico postumamente mediante acontecimentos separados daquele por milênios (Apêndice A).
- 2) a idéia de progresso é que impede a redenção do passado (t. IX) :
- a social-democracia, na sua crença no progresso, trai, de diversas formas a classe operária, alimentando a idéia de um futuro melhor (redenção das *futuras* gerações) e desaprendendo tanto o ódio quanto a vontade de sacrifício, “*Pois ambos nutrem-se da imagem dos antepassados submetidos, não do ideal dos netos liberados*” (t. X; XI; XII; XIII);
- 3) a história como construção cujo lugar não é o “tempo homogêneo e vazio” do historicismo, mas o tempo “presentificado” (Jetztzeit⁷¹), (t. XIV);
- a classe revolucionária, no momento da sua ação, possui a consciência de socavar o continuum da história; o presente revolucionário detêm o tempo homogêneo e vazio (t. XV);
 - o presente não é o ocaso de uma sucessão mas um conceito do tempo que chega a deter-se; a imagem historicista do passado é eterna; para o materialista histórico, uma experiência única (t. XVI)
 - ao contrário do historicismo, que adiciona as inumeráveis coisas do passado para preencher o tempo homogêneo e vazio, o materialista

⁷¹ Composição de Jetzt = agora, no presente + Zeit = tempo. Quetlas traduz para o espanhol como “tiempo presentado”; Rouanet, para o português, como “tempo saturado de “agoras” “. Como o verbo presentear tem significação própria em português, uso o neologismo “presentificado”, tentando aproximar-me da versão espanhola de Quetglas.

histórico “*va (de encontro) a um objeto histórico unicamente entanto que se lhe apresente como mônada*”; isto é, onde ele vê uma constelação de tensões em detenção. Como mônada, ele vê conservada “*na obra, a obra completa de uma vida; na obra completa de uma vida, a época; e na época, o curso geral da história*”. (t. XVII e XVIII); “*Considera seu dever escovar a história a contrapelo*” (t. VII)

- tanto o tempo do oráculo, nem a proibição de investigar o futuro para os judeus constituíam um tempo homogêneo nem vazio; no primeiro, na lembrança está contido o tempo completo; na Thora no futuro, *cada segundo era a pequena comporta pela qual podia entrar o messias*. (Apêndice B).

Estes três atributos da história, e do correspondente conceito do tempo, definem a ação do “materialista histórico” para Benjamin. Possuímos um débil poder messiânico para redimir o passado, que nos é paralisado pela idéia de progresso (que favorece a visão do presente como mero ocaso e consequência dos fatos encadeados no tempo vazio e homogêneo e estabelece uma empatia com os ganhadores) ao qual devemos opor um processo de cesura : *escovar a história a contrapelo*.

Para Benjamin, só a revolução, que detêm o tempo, pode redimir o passado, desemaranhar as asas do Anjo da História, permitir-lhe ressuscitar os mortos e recompor as ruínas. Eis o “tempo presentificado”, o *Jetztzeit*.

Como humilde contribuição para esta concepção de tempo, utilizei duas pequenas narrativas : uma, a visão de um filme de Antonioni; a outra, banal, sobre uma (famosa) partida de futebol.

A onicronia em Antonioni

Uma explosão sem fim. Este é o final do filme *Zabriskie Point*, de Michelangelo Antonioni. Uma, duas, três, incontáveis vezes a casa no penhasco explode e torna a explodir. Dezesseis câmaras nos relatam igual número de vezes a mesma deflagração de destroços. A partir da quinta ou sexta vez, o abrupto acontecimento para; sai do tempo pois confunde o passado, o presente e o futuro num mesmo episódio : o que lembramos que foi, o que estamos vendo e o que sabemos que virá são a mesma coisa. Com artifício tão elementar, Antonioni faz do tempo uma paisagem, confirmando o cinema como estupendo descritor do tempo.

"ZABRISKIE POINT"

"THIS IS AN AREA OF ANCIENT LAKE BEDS DEPOSITED FIVE TO TEN MILLIONS YEARS AGO. THESE BEDS HAVE BEEN TILTED AND PUSHED UPWARD BY EARTH FORCES, AND ERODED BY WIND AND WATER. THEY CONTAIN BORATES AND GYPSUM. THE TALL YELLOW PINNACLE IS MANLY BEACON."

É o que consta, no filme, na placa do lugar : “*five to ten millions years ago*” ; de repente, do turbilhão do atual, da tensão da fuga, da discussão da revolução, da violência da repressão, da notícia (seria *news?*), somos levados ao tempo

geológico (tempo geológico?!). É como se Antonioni nos quisesse arrancar da marcação temporal da vida quotidiana, da vida da civilização, para pôr-nos na ínfima dimensão de nossas existências efêmeras frente às idades geológicas : cinco a dez milhões de anos...

A cena que se segue é uma longa e múltipla cena de amor nas dunas de “boratos e gesso” de Zabrisky Point. A relação começa mediatizada por uma pedra : através da aproximação de um cristal translúcido ao que ela tem passado a língua. Ao passo que eles começam a aproximar-se, a olhar-se, a própria geografia se transforma : se torna erótica. As formas dos corpos e das dunas se assemelham, se imitam. Os seres humanos regridem e atuam como lagartos comandados pelo seu sistema nervoso dorsal. O contato com o pó deixa de ser incômodo, deixam de sacudir-se o pó para entregar-se à festa das nuvens de talco que eles próprios produzem.

As dunas povoam-se de amantes porque eles estão amando; os rostos e os corpos participam do mesmo gozo indissolúvelmente fundidos.

É como se Antonioni nos dissesse que quando amamos não somos “eu”, sequer um, ou dois; somos muitos ou todos : espécie. Que nosso tempo reclama então toda a espécie que beija e acaricia; que cada toque é múltiplo e infinito, que nele ressoam todos os toques de todos os que antes amaram.⁷²

"THE TALL YELLOW PINNACLE IS MANLY BEACON."

Uma Partida de futebol⁷³

No Brasil, 1950 é um ano de triste memória; em Uruguai, de glória. Sabe-se a razão : uma partida de futebol. Uruguaios que nasceram quinze ou vinte anos depois recordam passo a passo os 90 minutos dentro dessas quase dois hectares de grama verde no 16 de julho. Os brasileiros ainda hoje fazem um esforço por esquecer, mas lembram.

O Maracanã é o maior estádio de futebol do mundo ainda hoje, quase meio século depois da sua inauguração. Sua imponente presença ressalta à vista dos turistas que vão ao Corcovado a retratar-se junto ao Cristo Redentor. Ali, desde o alto, pode ver-se a simplicidade da sua forma e a desproporção do seu tamanho. Sua capacidade é um número incerto que varia entre os mais de cem mil espectadores ao quase duzentos mil que alguns asseguram que abrigou em tal ou qual circunstância. Quando alguma coisa é descomunalmente grande, a comparação com o Maracanã torna-se indispensável. Foi construído especialmente por ocasião do campeonato do mundo de 1950 para servir, na equilibrada metade do século, como moldura da glória de um Brasil campeão. Desde o início da Copa escreveram-se nele páginas promissoras da vitória auriverde : seis gols no time sueco e outro tanto aos espanhóis.

⁷² “E a arte de Antonioni não deixará de desdobrar-se em duas direções : uma assombrosa utilização dos tempos mortos da banalidade cotidiana; depois, a partir de *O Eclipse*, um tratamento das situações-limite que as lança a paisagens desumanizados, espaços vazios que, dir-se-ia, tem absorvido personagens e ações até deixar deles tão somente uma descrição geofísica, um inventário abstrato.” (Deleuze, 1987) p. 16.

⁷³ Este item corresponde à tradução de um artigo meu publicado em 1992 (Cordiviola, 1992):

O 16 de julho enfrentaram-se, na final, Brasil e Uruguai; o primeiro com a vantagem do empate. Sua brilhante campanha o deixava nesta situação de privilégio. Ou seja : começou ganhando. O brilhante passado de vencedor, onde se incluía sua condição de dono da casa e a construção do enorme estádio, o habilitava como virtual campeão. A campanha dos seus adversários não tinha sido, sequer, boa. “Nós havíamos empatado com Espanha dois a dois com um gol que eu fiz sobre a hora, esses gols que saem de sorte; a segunda partida tínhamos ganhado da Suécia três a dois, não mais.” Mas o tramite final da partida devia ser realizada de qualquer forma.

Para Uruguai, chegar à final era uma situação de honra que somente poderia ser maculada como uma humilhante goleada. “Lembro que um dirigente uruguaio chamou a Oscar Omar Míguez, o centreforward do time, pouco antes de sair ao campo e lhe disse que ficássemos tranquilos, que os dirigentes se conformavam se perdêssemos somente por quatro gols. Disse que com chegar à final já devíamos estar satisfeitos e que se tratava, agora, de evitar o fiasco, de não engolir uma goleada muito grande.” Era o clima em que começou a partida : estava todo feito : o futuro não era mais que o tempo a transcorrer no sentido que o passado prenunciava. E 150 mil torcedores brasileiros nas arquibancadas a lembrá-lo com os gritos, assobios e fumaças da paixão e da glória antecipada “... eu disse aos rapazes : ‘Saíam tranquilos. Não olhem para cima. Nunca mirem para cima. Nunca mirem a tribuna; a partida se joga embaixo’.”

O primeiro tempo foi tenso e lento como somente sabem ser esses momento do esporte marcados pela certeza cronometrada de um juízo final. A previsão confirmada : o zero a zero consolidava o Brasil campeão, apesar da frustração da falta de gol para os 150 mil de corpo presente e, além, por todo o Brasil, as dezenas de milhões dependurados aos transmissores de rádio. O gol veio, finalmente, aos seis minutos do segundo tempo pela graça de Friaca, atacante do Brasil. Explodia a glória como o seguro parto que segue a uma calma e tranqüila gestação. Se o resultado do stato quo garantia a glória de campeão, o gol colocava-lhe assinatura, nome próprio. Ademais, afastava o fantasma do gol accidental, de sorte ou por pênalti duvidoso; essas coisas do futebol. Não faltava nada a Brasil para consagrar-se campeão mundial de futebol, senão o simples transcorrer normal, isto é, linear, encadeado e previsível, de uns poucos 39 minutos até que o juiz levantasse seus braços e apitasse os três apitos finais.

Um jogador uruguaio, capitão do time, 33 anos, talhado em pedra, imponente centromédio – center half – quer dizer, da estirpe extinta dos número cinco, moreno de sonoro nome : Obdúlio Varela, sob o estrondo unísono dos petardos dos torcedores dentro do estádio que se repetia por todo Rio de Janeiro y, além, por todo Brasil, dirigiu-se à sua meta vencida, pegou a bola e a segurou sob o braço direito. Caminhou muito mais que lentamente “e o mundo teve que aguardá-lo três minutos para que chegasse ao meio do campo e enfiara ao juiz dez palavras em incompreensível espanhol.” Pediu um intérprete, teve intérprete e uma conversa demorada e incompreensível entre Obdúlio e o juiz. Os 150 mil espectadores do Maracanã, e os milhões de brasileiros dependurados em seus aparelhos de rádio começaram a se perguntar : “mas, o que acontece? Por que não jogam? E Obdúlio continuou até que o estrondo do festejo se transformasse em absoluto silêncio, sem importar-se dos insultos ou eventuais cusparadas. Em silêncio, Brasil estremeceu, e, quiçá pela primeira vez, compreendeu que podia perder a Copa do Mundo, quando estava mais próximo dela : a dois gols de vantagem.

O primeiro veio pela ação de Schaffino e, a nove minutos do final, o gol redentor de Gigghia. Os perdedores tinham vencido. Obdúlio Varela os tinha conduzido à vitória.

Suponho que serão incontáveis as páginas escritas sobre a partida, sobre a atitude de Obdúlio Varela e sobre o gol de Gigghia. Quem queira conhecer a opinião do próprio Obdúlio a encontrará nessa espécie de confissão, da pena de Osvaldo Soriano que se intitula Obdúlio Varela. El reposo del centrojás (Soriano, 1990) , crônica do diário Opinión creio que do 16 de julho de 1972, 22 anos depois da partida, de onde foram tiradas as citações aqui expostas.

Portanto, todas as explicações devem ter sido ditas. Todas as verdades sobre o fato explicitadas. Todos os valores éticos e patrióticos exaltados devidamente. Todas as comparações a mostrar novamente Davi e Golias no campo e na geografia... Essas coisas tão caras aos aproveitadores de sempre.

Afortunadamente, Obdúlio Varela, poucas horas depois da partida, estava bebendo, e provavelmente também chorando, em Rio de Janeiro em companhia de novos e antigos amigos brasileiros, compartilhando o luto que lhe tocou viver, já que a alegria de sua vitória estava distante, em Uruguai, e já para sempre em mãos de outros. E deixou constância de seu arrependimento para que nenhuma noção de “pátria” ou da “celestes” possam sujar o extraordinário de seu gesto. “Se agora tivesse que jogar outra vez essa final, me faço um gol contra, sim senhor.”

Retomarei a história deste troço de partida de futebol somente como um exemplo, uma metáfora da redenção do passado.

Entre o gesto de Obdúlio Varela e o gol de Gigghia transcorreram 30 minutos; meia hora de luta e tensão em que Schiaffino marcou sua participação subordinada; subordinada à ação anterior de Obdúlio, e mais : à necessária e posterior ação redentora de Gigghia. Média hora constituída de frações aparentemente irreversíveis. A ação de Obdúlio oscilou, nesses trinta minutos, entre a glória e a palhaçada, entre o indispensável e o supérfluo, entre a arrogância e a genialidade, entre a necedade e a inteligência. Somente o gol de Gigghia pode dar seu caráter definitivo ao gesto. Resgatá-lo da mediocridade dos gestos obscuros e comuns. Sob este aspecto é Gigghia quem “constrói” a Obdúlio Varela. A moral desta história é que o passado está aberto até o juízo final, que em futebol está limitado a noventa minutos de jogo e definido por um gesto incompreensível de dois braços em alto com as mãos paralelas e três apitos longos e consecutivos do juiz. Sim, a glória de Obdúlio foi construída, de trás para a frente, por Gigghia no minuto 36 do segundo tempo. Este passado foi feito por um gol posterior, e por nove minutos mais que impediram um novo empate que devolveria a vitória a Brasil.

É Gigghia o herói da partida? É possível o gol de Gigghia sem a ação de Obdúlio Varela?

Vejamos : Obdúlio Varela se dirige a sua meta vencida por um mais do que esperado gol do brasileiro Friaca; pega a bola e a segura embaixo do braço. O mundo é uma enorme, intensa, extensa explosão ensurdecadora de júbilo por sua derrota; e ele está só contra milhares, milhões de vencedores. Mas Obdúlio Varela descobre que nesta bola redonda e úmida que tem sob o braço está o tempo, e o detém. Se apropria dele e enquanto caminha lentamente, eternamente, até o meio do campo, se dá conta que está rompendo seu inimigo : que já não é mais o time brasileiro que joga a sua frente, muito menos os 150 mil espectadores que o insultam, ainda menos a fervente audiência do rádio que leva aos confins do Brasil os resultados. Percebe que está rompendo essa falsa linearidade causal do tempo que os abruma desde que Brasil começou a construir o enorme Maracanã para emoldurar sua vitória. Entende que enquanto ele está com essa coisa dura e úmida embaixo do braço direito freia o oráculo, destrói os desígnios da história. O coração agitado e a cabeça fria fazem-lhe compreender que o passado somente é irreversível para favorecer aos que estão vencendo. E, se ele tem conseguido deter o tempo, romper seu tirânico fluir, pode cambiar o rumo do passado.

“Mas, que acontece? Por que não jogam?” perguntam-se inquietos milhares e milhões de brasileiros que têm visto, pedra por pedra, erguer sua glória desde o início da construção do gigantesco Maracanã. Na insólita atitude deste moreno de nome insólito descobrem, pela primeira vez, a fragilidade do futuro que tinham-lhes fabricado... e tremem.

A semente do gol de Gigghia, do de Schiaffino, estão ali. O pior inimigo, aquele que impede a novidade do que virá, está vencido.

Obdúlio Varela é o vencedor. De muito mais do que uma partida de futebol.

Nexo Primeiro

Conceitos com alto nível de síntese constituem instrumentos poderosos para o domínio da relação do homem com a sociedade e com a natureza não humana. É o que acontece, por exemplo, com as postulações pitagóricas das relações geométricas : uma formulação sintética de processos já conhecidos, e usados largamente, constitui um avanço. Mas passa-se a vivenciar os casos específicos como particularidades da formulação geral que, freqüentemente, é somente compreendida na sua totalidade por um grupo relativamente pequeno de pessoas. Esta constituição de um saber que, ao dizer de Santo Agostinho, “*se alguém quer explicação, não sei*”, coloca-nos num grau de dependência deste alto nível de síntese do qual somos prisioneiros. Estes conceitos passam a ser operadores culturais, ao serviço, portanto, da estrutura de poder desta mesma cultura, possuidores desse saber.

Noções como irreversibilidade, simultaneidade, futuro, e tantas outras relacionadas ao conceito de tempo, estão prenhes de intenções e poderes. Irreversibilidade para quem? Obviamente para os ganhadores. Simultaneidade para quem? Obviamente para os mercados. Futuro para quem? Obviamente para os juros.... e assim por diante. Este tipo de tempo que regula o nosso mundo de trabalho enquanto produtores, regula também o nosso mundo de descanso enquanto consumidores.

A ruptura desse tempo “homogêneo e vazio”, proposta como inadiável por Benjamin, é função da “revolução”. Esgarçar sua trama, tarefa impostergável do trabalho intelectual.

A percepção de um “tempo presentificado” (jetztzeit) como proposto por Benjamin nas *teses*, exige uma construção crítica e um esforço intelectual permanentes. Cada situação, das mais banais às mais complexas e importantes, é suscetível de uma análise que revele a sua concepção de tempo e a servidão que contêm.

No Capítulo 2, Cidade, se verá como esta concepção de tempo e a sua transformação – de tempo da Providência em tempo do Progresso – corresponde à Cidade de Deus, enunciada pelo próprio Agostinho, e a concepção de uma cidade ideal como mecanismo do “bom governo”. A futurização da cidade se incorpora também no urbanismo nas suas duas vertentes: o progresso com ideal e a futurização do passado como conservação. O urbanismo é, então, estatuído como técnica de tempo, de previsão, de antecipação, desde a “cidade Ordenada” do Renascimento às técnicas do “Urbanismo Moderno” desde Cerdá.

No Capítulo 3, Arquitetura, se discutirá a questão da arquitetura e dos movimentos ou “estilos” recentes e sua forte carga temporal – pós-modernismo, pós-estruturalismo – decorrentes de uma visão evolutiva.

Discutir-se-á também o duplo caráter da arquitetura : como parte de “discursos” temporais e como fundadora do espaço de uma época. O caráter ambíguo da arquitetura enquanto arte: como produto de uma determinada

circunstância histórica dada – e portanto a serviço da sua temporalidade – e como estranhamento dessa mesma circunstância; os seus significados e o seu sentido.

Finalmente, no capítulo 4, Tempo, Cidade e Arquitetura na Nova Bahia, a questão temporal tratada neste primeiro capítulo é analisada a partir da história recente de Salvador e, em particular, no slogan político “AQUI A BAHIA CONSTRÓI O SEU FUTURO SEM DESTRUIR O SEU PASSADO”. Esta análise mostrará como a idéia de progresso da “Nova Bahia” constitui-se num modelo, o “sonho de uma ordem” a ser seguido determinando o futuro e como, no mesmo discurso dinástico, se incorpora o passado.

A linearidade homogênea do tempo tem permitido ao dono do poder imiscuir-se no passado e no futuro da Nova Bahia fundando a sua dinastia.

CAPÍTULO 2. CIDADE

*atrocaducapacaustiduplielastifelifero fugahistoriloqual
ubrimendimultipliorganiperiodiplastipublirapareciprorustisaga
simplitenaveloveravivaunivoracidade
city
cité*

“Cidade”⁷⁴ Augusto de Campos

O poeta concebe a cidade como sufixo (não como jogo de palavras); como qualidade : qualidade do atroz até o voraz em redemoinho. Fragmenta, dilui, confunde o conceito de cidade e a ela se aproxima como imagem total iluminada, indiscretamente, por um fugaz relâmpago noturno; como o indefinível Aleph (Borges, 1974a),.

"HAMLET: Reparou que esta nuvem tem forma de camelo?

POLONIO: Efetivamente, parece um camelo.

HAMLET: Ainda que, se olhas bem, agora parece um sarigüé.

POLONIO: Sim, converteu-se num sarigüé.

HAMLET: Agora uma baleia...

POLONIO: É exatamente uma baleia.

Com que parece aquela nuvem? Essa é uma pergunta que todos recordamos de alguma ocasião e que não altera, portanto, a consistência de nossa imaginação. É melhor inverter a pergunta. Porque existe uma arte – a preferida pelo príncipe da melancolia e por alguma personagem de Baudelaire – de reconhecer figuras nas nuvens : figuras devanescentes, consumidas, fugidias : figuras do moderno. É certo. Mas há outra arte, análoga e inversa, mais misteriosa, mais pervertida, que não deixa o consolo da memória, mas que mantém sempre aberta a pontada da surpresa : a arte de reconhecer a nebulosidade do quieto, a arte de saber ver, não o estável no fugidio mas o fugidio no estável : saber ver um desvanecimento, um envelhecimento, uma transição, um câmbio – que aparece já embaralhando a imagem. Que nuvem há neste camelo, nesse sarigüé, naquela baleia? Quanta nuvem é esta cidade, essa arquitetura, aquele rosto? Essa é uma questão mais difícil. Até aqui, o signo – a palavra, a forma – tinha sido o rasto débil de um conteúdo forte, reservado e soberbo, inalterável, inatingível senão por traduções. Agora, um signo definitivo e forte se esgarça em múltiplas referências para conteúdos tornassolados, desconfiados de si mesmos, para associações que mantêm celibatário o signo

.(...)

As palavras que usamos têm a mesma mobilidade vaporosa que as nuvens. Acreditamos que designam figuras fixas somente porque o som ou o traço de suas letras se mantêm igual ou parecido desde gerações, mas aludem a figuras movediças, instáveis, indeterminadas. Que nuvem é “cidade”? “(Quetglas, 1989).

⁷⁴ In: Tom Zé. *Tom Zé*, São Paulo, Discos Continental, 1972.

Como tentamos pôr em evidência na análise do tempo, conceitos com alto nível de síntese se imiscuem no nosso pensamento com uma concepção de mundo pré-definida da qual nos é difícil fugir. Daí a célebre afirmação de Santo Agostinho sobre o tempo. Nosso espírito é, assim, prisioneiro de conceitos que não consegue pensar : “*se quem me pergunta quer uma explicação, não sei o que é*”.

Acontece, com o termo “cidade”, coisa semelhante.

Que conceito é esse que permanece ao longo de mais de quatro mil anos designando as mais diversas estruturas humanas? Que palavra é esta que se refere tanto a Nova Deli, Paris ou Nova Iorque, quanto a Xique Xique ou Quixeramobim⁷⁵?

A que “campo” se contrapõe esta cidade cada vez menos urbana rodeada de um território cada vez menos rural? Qual seu estatuto diferencial, e em que momento se instaura?

E, finalmente, qual a razão para ter uma única palavra para designar tanto Nova Iorque como Quixeramobim?

Sabemos que quanto mais familiaridade uma cultura possui com um determinado elemento, mais palavras designam esse elemento desdobrando-o nos seus diversos estados. Os nomes próprios dos diversos ventos nas navegadoras culturas mediterrâneas são um testemunho⁷⁶; mais evidente é a conhecida situação entre os esquimós : no seu idioma existem seis palavras designando diversos estados diferentes da neve, que, para nós, é, somente e sempre, neve (Aranha e Martins, 1986). Seria portanto natural que uma cultura extremamente urbana tivesse diversos nomes para diversos estados do urbano. Imagino que as variedades do urbano sejam significativamente maiores do que as variedades de estado da neve para os esquimós. No entanto, uma única palavra continua a designar todos os estados da sociedade urbana: cidade.

Proponho que esta permanência da palavra cidade sobre realidades tão diversas se deve a que, historicamente, o conceito de cidade incorpora uma cidade ideal e outra real, degradação daquela. A que muda, a que está sujeita aos avatares da história, a que fica pequena como Xique-Xique ou se agiganta como Nova Iorque, é a cidade real. A cidade ideal permanece como referência intocada; imaginada a priori, como parto da razão – grande ou pequena, portuária ou mediterrânea... – recorrente na sua idealidade.

Relega assim qualquer particularidade, qualquer traço de identidade construído na história da sua vida, aos atributos adjetivados : cidade antiga, cidade medieval, cidade pré-industrial, cidade pobre ou rica, cidade industrial ou, ainda, metrópole – cidade mãe. Permanece inalterada a substância : cidade.

⁷⁵ Escolho Quixeramobim, entre as centenas de pequenas cidades do interior brasileiro, sem nenhuma conotação pejorativa. A pequena cidade cearense foi celebrizada em música de Chico Buarque.

⁷⁶ O *siroco* ou o *mistral*, são mais do que um vento sul ou nor-noroeste; o seu nome próprio agrega outros atributos difíceis de denotar com adjetivos.

Uma difícil definição

Em criteriosa abordagem do conceito *cidade*, Roncayolo (Roncayolo, 1986), mediante uma cuidadosa revisão bibliográfica sobre o assunto, levanta as dificuldades de uma definição.

Agrupando a vasta literatura sobre o urbano produzida no século XX, tenta aproximar-se ao conceito de cidade segundo um conjunto de sete categorias: 1) os aspectos numéricos da população; 2) os aspectos funcionais; 3) a cultura urbana; 4) a forma da cidade; 5) a divisão social e funcional do espaço urbano, 6) as relações entre a cidade e a política e, finalmente, 7) as relações entre cidade e ideologia. Neste vasto leque de capítulos, Roncayolo pode percorrer a literatura que tentou, ao longo do século, aproximar-se a um evento que se avoluma e cujos limites físicos e conceituais se transformam e esfumam constantemente.

Forma que admite conteúdos variáveis – como Roncayolo aponta – mas forma igualmente variável no percurso histórico e na diversidade do espaço. *"No termo 'cidade', mais do que o rigor de um conceito, acumula-se uma grande soma de experiências históricas."* (Roncayolo, 1986) (p.397). Experiência aparentemente indissociável do conceito de centralidade, centralidade que pode manifestar-se *"na escolha de um centro de culto permanente por grupos humanos até ali separados, no estabelecimento dum mercado permanente, na concentração dos órgãos de decisão ou de gestão dum sociedade industrial, na afirmação de uma cidade como capital de um Estado."* (Idem. p.396).

Mas esta associação entre o conceito de cidade ao de centralidade não está marcado pela hegemonia de um tipo de cidade? Ou, inclusive, de um tipo de visão do espaço como mero receptáculo da teoria da localização, herdeira por sua vez da teoria econômica neo-clássica? Diferentes das cidades latino-americanas que Braudel aponta como cidades "anteriores" ao campo; verdadeiros enclaves num mundo que não centralizam mas, ao contrário, agridem e do qual se defendem.⁷⁷

Ou dito de outra forma : não é a compreensão funcionalista da cidade como centro uma visão de cidade ideal que corresponde à visão do mundo como mercado?

As quatro dimensões quantificáveis aceitas correntemente como definidores da cidade – número de habitantes, densidade do assentamento, proporção das ocupações não agrícolas e diversidade das ocupações (De Vries, 1987) – dão conta somente daquilo que não é considerado cidade mas não ajuda à aproximação do conceito cidade como coisa imaginável.

⁷⁷ "Confesso também que me fascina a história dessas cidades americanas que progridem antes que os campos, ou, ao menos, ao mesmo tempo que eles. Permitem imaginar, sob outro aspecto, o grande e decisivo avanço urbano da Europa dos séculos XI e XII, no qual a maior parte dos medievalistas não querem ver mais que o fruto lentamente desenvolvido de um progresso agrícola e não mercantil urbano. E no entanto!..." (Braudel, 1984c). p 334.

Cidade e História

Vimos anteriormente como a história tem servido, ao longo de muitos anos, como aval de existência; prova de identidade. As histórias nacionais tiveram, ao lado da geografia que lhes outorgava a delimitação e a descrição de um território, importância decisiva na formação das nações. Um estudante conhece a história e geografia do seu país, do seu Estado, antes de mais nada : heróis e mapa constituem a sua referência básica com o contexto social, que se transformará, imediatamente depois, em bandeira. Vale lembrar a cita de Lavissee no capítulo anterior⁷⁸.

A história da cidade não foge à regra; o surgimento de uma categoria histórica específica, a história urbana, corresponde ao momento de enfraquecimento das identidades nacionais na Europa do segundo pós-guerra e ao surgimento da valorização das cidades como instrumento de identidade coletiva⁷⁹.

Embora obras clássicas como *La cité antique* de Fustel de Coulanges de 1864, ou, mais recentemente, *Les Villes et les institutions urbaines*, de Henri Pirenne, de 1939, tenham ocupado lugar importante dentro da história moderna, é a partir do século XX, com a definitiva urbanização do mundo – a constituição de “o mundo urbano”⁸⁰ – que a história da cidade assume identidade e protagonismo.

Tanto a cidade assume um papel importante na história e noutras disciplinas das ciências humanas – geografia, sociologia, antropologia, etc. – , quanto a história da cidade passa a ter crescente importância nos estudos arquitetônicos e urbanísticos. Esta dupla associação criou, ao longo do século XX, uma gigantesca produção literária que seria inútil enumerar. Basta lembrar o reconhecimento de uma “revolução urbana” nos estudos antropológicos⁸¹, o aparecimento de uma “história urbana” mencionada acima, uma “geografia

⁷⁸ Nota de pé de página 56.

⁷⁹ A disciplina adquire autonomia nos trabalhos de H.J. Dyos (1921-1978), que promoveu o Urban History Group em 1960, surgido da British Economic History Society, e suas conferências anuais; o primeiro simpósio, na universidade de Leicester, realizou-se em 1966, e os seus resultados publicaram-se, posteriormente sob o nome de *The Study of Urban History*. Dyos tinha defendido sua tese doutoral em 1952 intitulada: *The Suburban Development of Greater London, South of the Thames, 1836-1914*.

⁸⁰ John Palen, inicia o prefácio ao seu livro, *O mundo urbano* de 1975, com as seguintes palavras: “Hoje em dia mais de setenta por cento da população norte-americana vivem nas cidades. A imensa maioria dos leitores deste livro morou a vida toda em uma cidade e está atualmente na universidade preparando-se para profissões e ocupações urbanas. Podemos, portanto, prever com razoável certeza que passarão o resto da vida em regiões urbanas. Existem, por conseguinte, motivos práticos e intelectuais para que procuremos conhecer o máximo possível a respeito das cidades e de como as regiões urbanas têm evoluído no passado e deverão evoluir no futuro”. (Palen, s.f.).

⁸¹ Expressão usada por Childe, (Childe, 1955) e aceita universalmente.

urbana”⁸² e uma “sociologia urbana”⁸³ assim como a importância dada por Braudel à cidade, na obra que muitos consideram a maior obra de história do século (Braudel, 1984a).

De outra parte, os estudos especificamente arquitetônicos e urbanísticos assumiram a história da cidade como seu fulcro de compreensão; os manuais de história de arquitetura passaram a fundar-se na história das cidades⁸⁴ e o urbanismo passou de técnica de solução de problemas existentes ou previsíveis à compreensão histórico-projetiva das cidades⁸⁵.

Há, no entanto, uma diferença fundamental entre o estudo da cidade como objeto da história e esta “historização” da cidade do século XX. Se tomarmos como exemplo a Cidade Antiga (Fustel De Coulanges, 1984) vemos que o objeto desta história é a organização da antiguidade através da sua cidade. Embora o caráter historiográfico de Fustel de Coulanges tenha sido devidamente criticado por Benjamin (Benjamin, 1991), o que importa a Fustel neste livro é muito menos a cidade antiga, mas a sociedade antiga vista através da organização da sua cidade.

Na visão de Fustel, a cidade antiga não é universal. Constitutivamente ligada à religião, cada cidade deverá ter os seus próprios Deuses ancestrais que

⁸² A Geografia Urbana tem um pai reconhecido em Pierre George (George, 1982) e uma vasta descendência de prestígio ímpar: toda a obra de Milton Santos assim como a de David Harvey constituem passagem obrigatória para o entendimento do mundo urbano atual.

⁸³ A sociologia urbana, como é natural, possui uma vasta literatura de enfoques diferentes, desde Max Weber e Lewis Mumford a Henry Lefevre e os diversos Castells. Nesta área a produção local é importante tendo mantido, no período entre 1981 e 2001, o melhor da produção brasileira sobre a cidade na revista *Espaço & Debates*.

⁸⁴ Desde Zevi: “Pero la verdadera redención del siglo XIX se realiza en los espacios externos, es decir, en el urbanismo. Afrontando los grandes fenómenos que siguen a la revolución industrial, principalmente el fenómeno migratorio hacia las ciudades y el advenimiento de los nuevos medios de locomoción, el siglo XIX se enfrenta con los problemas del espacio ciudadano, irrumpe más allá de las murallas antiguas, crea nuevos barrios periféricos, formula los temas sociales del urbanismo en el sentido moderno de la palabra, construye ciudades-jardín. La grandeza de esta aportación es tan decisiva que, si nosotros hubiésemos intentado esbozar aquel “saber ver el urbanismo” que el público necesita tanto, este despreciado siglo XIX, contra el cual se encarnizan historiadores y críticos, constituiría quizás el mayor capítulo en la historia de las edades sucesivas de los espacios externos.” (Zevi, 1951). p. 81, a Pevsner: “Science, technology, mass locomotion, mass production and consumption, mass communication – in the field of the visual arts which is our field in this book, that means the predominance of architecture and design over the beaux-arts, it means the predominance of the city over the small town and the country, and it means the concentration on architecture and design for the masses and on what new materials and new techniques can do for them.” (Pevsner, 1986) p. 8; de Benévolo, que dedica a primeira parte da sua história da arquitetura moderna ao “nascimento e desenvolvimento da cidade industrial” (Benevolo, 1974) p.33, a Frampton, que na sua História Crítica da arquitetura moderna dedica, também o capítulo 2 da primeira parte às “transformações territoriais: desenvolvimento urbano 1800-1909” (Frampton, 1985b) p.20, a historiografia “oficial” da arquitetura moderna está, ainda que parcialmente, “fundamentada” na história da cidade.

⁸⁵ A obra de Cerda . (Cerda, 1968) é, neste como em outros aspectos, surpreendentemente pioneira se comparada aos manuais alemães de Baumeister e Stübgen ou mesmo ao pequeno livro de Camilo Sitte.

lhes darão o caráter, a forma social, as leis. Se podem ser estudadas em conjunto é porque formam um conjunto tipológico, não pela sua universalidade. A concepção religiosa confere elementos tipológicos que permitem o seu estudo em conjunto; mas cada cidade é, para seus cidadãos, única.

Fustel de Coulanges, descreve na vida de um jovem ateniense a palingenese da cidade antiga:

“A criança é admitida primeiramente na família pela cerimônia religiosa que se celebra dez dias após do seu nascimento; anos depois entra na fratria por uma nova cerimônia, que descrevemos anteriormente. Finalmente, à idade de dezesseis ou dezoito anos, apresenta-se para ser admitido na cidade; ante um altar e as carnes fumegantes da vítima, pronuncia um dia um juramento comprometendo-se, entre outras coisas, a respeitar sempre a religião da cidade. A partir desse dia está já iniciado no culto público e se converte em cidadão. Se observamos a este jovem ateniense elevando-se de degrau em degrau, de culto em culto, se terá a imagem das etapas pelas que a associação humana passou antanho; a marcha que este jovem viu-se obrigado a seguir é a que antes seguiu a sociedade.” (Fustel De Coulanges, 1984) p.145.

As características de cada cidade destas estão ligadas a um tempo circular que, se não é estranho para nós na Bahia por conta da presença da cultura afro-brasileira, é quase incompreensível na cultura ocidental.⁸⁶ É impossível compreender esta estrutura cidadã sem uma relação de culto aos mortos como culto aos deuses e a passagem dos vivos como “eterno retorno”.

A cidade é, desta forma, lar de uma família transformada em fratria que comunga, antes de mais nada, da veneração dos seus mortos – seus deuses; próprios e intransferíveis.

A ruptura desta concepção de cidade será posta de manifesto, tal qual a ruptura do conceito de tempo circular para o tempo linear, por Agostinho. A cidade deixará de ser um fato de constituição histórica concreta com antepassados únicos e deuses particulares para ser parte de uma história universal e exclusiva com origem e final únicos para toda a humanidade⁸⁷.

Não é por outra causa que Deus impõe ao povo judeu a diáspora por todo o mundo:

“Sobre sua dispersão pela superfície da terra, onde quer que se encontre a Igreja, pode-se ler a profecia, em um dos salmos expressa nos seguintes termos: Meu Deus me prevenirá com sua misericórdia. Meu Deus me há de mostrá-la em meu inimigos, dizendo-me: Não acabes com eles, para não esquecerem tua lei. Dispersa-os com teu poder. Deus, por conseguinte, mostrou à Igreja, em seus inimigos, os judeus, a graça de sua misericórdia, porque, como diz o Apóstolo, seu pecado oferece às nações a oportunidade necessária para se salvarem. E não os matou, quer dizer, neles não destruiu o judaísmo, embora vencidos e subjugados pelos romanos, de medo que, esquecidos da lei de Deus, não pudessem oferecer-nos testemunho do que tratamos. Em consequência, não se

⁸⁶ Vale lembrar que Pasolini buscou na África os subsídios para filmar a Odisseia.

⁸⁷ Em livro recente Le Goff expõe a sua visão de que a ruptura entre a cidade antiga e a cidade medieval é mais significativa que as mudanças entre esta e a cidade contemporânea. Fora a natural tendência de um medievalista a enxergar afinidades entre a cidade medieval e a da nossa época, é importante notar que Le Goff é um meticuloso investigador do tempo; não é de estranhar que destaque, como elemento morfológico fundamental da cidade da idade média, o aparecimento do campanário, precursor do relógio. (Le Goff, 1998).

contentou com dizer: Não acabes com eles, para não esquecerem tua lei, mas acrescentou: Dispersa-os. Porque, se com esse testemunho das Escrituras permanecessem apenas em sua terra, sem serem dispersos por todas as partes, a Igreja, espalhada pelo mundo todo, não poderia tê-los em toda parte como testemunhas das profecias que precederam Cristo.” (Agostinho, 2003b) p. 365-66

A diáspora do povo judeu é a antítese da Igreja universal: da Cidade de Deus peregrina na terra.

“De Civitate Dei”

No ano 410, Roma foi conquistada por Alarico. Foi um breve domínio pois a falta de provisões forçou o Rei dos Visigodos a uma retirada ao sul; mas a queda de Roma abalou o Império. *“Todos, cristãos e não cristãos, acusavam o Cristianismo: o Deus do amor e da caridade não serve para institucionalizar, isto é, organizar e defender uma civilização e uma cultura. 410 é a demonstração prática da fraqueza política do Deus dos cristãos.”* (Leão, 2003), p. 17.

A cristandade confronta-se, pela primeira vez, com a história. Todo tipo de questão levanta-se em relação à fé cristã : a relação entre a fé cristã e o tempo, que já tinha sido objeto de preocupação de Santo Agostinho nas Confissões, de 400; a relação histórica da fé cristã, e, principalmente: *De que modo a fé Cristã lida com o poder em si e fora de si mesma?* (idem).

Santo Agostinho escreveu, entre 413 e 426, *De Civitate Dei*: uma interpretação do mundo à luz da Fé Cristã; uma primeira teologia e filosofia da história.

É ao que Lewis Mumford se refere quando diz que *“A Roma cristã encontrou uma nova capital, a Cidade Celestial; e um novo laço cívico, a comunhão dos santos. Ali estava o protótipo invisível da nova cidade.”* (Mumford, 1991), p. 267.

Esta obra trata de todos os assuntos da vida cristã à luz da sua aguda interpretação das escrituras e estabelece o significado da Fé. Mas neste esforço, instaura-se, também, a cidade dual. De onde a importância para nosso estudo.

Posto que a beleza do universo está na oposição de contrários:

“Deus não criaria já não digo anjos, mas nem mesmo homem algum, se lhes previsse a depravação futura, caso não soubesse, ao mesmo tempo, como os faria servir os interesses dos justos, encarecendo, assim, pela antítese, o sublime poema dos séculos. As chamadas, em retórica, antíteses constituem adorno dos mais brilhantes do discurso. Chamá-las-íamos, em latim, oposições ou, falando com maior propriedade, contrastes. Tal palavra não é corrente entre nós, embora também o latim use semelhante ornamento na locução; mais ainda, é usado em todas as línguas.

(...)Assim como a oposição desses contrários dá tom de beleza à linguagem, assim também a beleza do universo resulta de eloqüente oposição, não de palavras, mas de coisas. O Livro do Eclesiástico expressou-o com meridiana clareza na passagem que diz: O bem é contrário ao mal, a vida, contrária à morte; assim o pecador é contrário ao justo. E observa que todas as obras do Altíssimo vão de duas em duas, uma contrária à outra.” (Agostinho, 2003a), p.37.

A dualidade é, portanto, inerente ao mundo da criação; ao universo. Mas esta dualidade não faz parte da Criação; não foi Deus quem criou o mal, mas somente criou a bondade. É a defecção da bondade, tanto dos anjos quanto dos

homens, que produz o mal. Não há, portanto, princípio mau mas afastamento da bondade. Assim, falando dos anjos bons:

"Encontram-se separados da companhia dos outros anjos precisamente porque se mantiveram na boa vontade, enquanto os outros, afastando-se dela, se tornaram de má vontade, consistente em declinar da boa, coisa que não fariam, se realmente não quisessem."

.....

"Donde se segue a necessidade de crer que os santos anjos não existiram nunca sem a boa vontade, quer dizer, sem o amor a Deus. E os outros, concriados com os bons, tornados maus por sua má vontade, obra não da natureza boa, mas de sua livre "defecção" do bem, pois a causa do mal não é o bem, mas a "defecção" do bem, (...). (Agostinho, 2003b), p. 69/70.

E são os participantes desse bem que formam *"sociedade santa com Aquele a quem se unem e entre si e constituem a Cidade de Deus, e sacrifício vivo e templo vivo dele."* (Idem. p. 71)

E não há outra causa para esta defecção afastando-se do ser supremo senão o fato de terem-se voltado para si mesmos, *que não são em grau supremo. Que outro nome recebe semelhante vício senão o de soberba?"*(Ibidem.p.66).

"Quanto ao homem, chamado, por criação, natural, a ocupar lugar entre os anjos e os irracionais, Deus criou apenas um. Criou-o, porém, de tal forma, que, se sujeito a seu Criador, como a verdadeiro Senhor, lhe cumprisse piedosa e obedientemente os preceitos, passaria sem morrer, em companhia dos anjos, a gozar de imortalidade feliz e eterna, mas se, pelo contrário, usando soberba e desobedientemente do livre arbítrio, ofendesse o Senhor seu Deus, seria sujeito à morte e viveria bestialmente escravizado pela libido e destinado depois a suplício eterno." (Agostinho, 2003b), p. 88

É claro que o Criador não poderia deixar de saber que o homem iria pecar e que, sujeito à morte, a propagaria aos mortais. Previu Deus a situação de penúria dos homens, cujas lutas entre si nenhuma outra espécie de irracionais abrigaria.

Desde a criação do primeiro homem coloca Agostinho a dicotomia entre o bem e a defecção do bem como estrutura do mundo humano:

"...consideremos que no primeiro homem, o primeiro criado, tiveram origem, não à luz da evidência, é certo, mas, pelo menos, segundo a presciência de Deus, duas sociedades de homens ou duas espécies de cidades. Dele haviam de proceder os homens; uns seriam, por oculto, mas justo juízo de Deus, companheiros de suplício dos anjos maus; outros, companheiros dos bons na glória, porque, como está escrito que todos os caminhos do Senhor são misericórdia e justiça, nem sua graça pode ser injusta nem sua justiça cruel." (Agostinho, 2003b), p. 93-94.

O primeiro homem traz em si o bem na medida em que está em comunhão com Deus e a defecção deste bem se dá por causa da soberba, pois a desobediência deve ser, antes de mais nada, atenção em si próprio; *O princípio de todo pecado é a soberba.*

Distingue assim Agostinho com clareza, desde a criação do primeiro homem, a Cidade de Deus e a sua defecção, a cidade da soberba, aquela que se funda no amor próprio, a cidade terrena.

As duas cidades constituem corolário do pecado original.

"Dois amores fundaram, pois, duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a celestial.

Gloria-se a primeira em si mesma e a segunda em Deus, porque aquela busca a glória dos homens e tem esta por máxima glória a Deus, testemunha de sua consciência. Aquela ensoberbe-se em sua glória e esta diz a seu Deus: sois minha glória e quem me exalta a cabeça. Naquela seus príncipes e as nações avassaladas vêem-se sob o jugo da concupiscência de domínio; nesta, servem em mútua caridade, os governantes, aconselhando, e os súditos, obedecendo. Aquela ama sua própria força em seus potentados; esta diz a seu Deus: A ti hei de amar-te Senhor, que és minha fortaleza. (Agostinho, 2003b), p. 169-170)

Abel e Caim representam claramente o caminho do bem e do mal – cidade terrena e cidade celestial. Mas esta divisão não é, para Agostinho, uma divisão simétrica, dois caminhos ou galhos derivados de um mesmo tronco. Posto que não há simetria entre o bem e o mal, mas apenas o mal como defecção do bem, não pode haver uma cidade terrena simétrica à cidade celestial, mas ser aquela apenas defecção desta.

"Diz a escritura que Caim construiu uma cidade e Abel, como peregrino, nenhuma ergueu. Porque a Cidade dos santos está no céu, embora cá na terra gere cidadãos, em quem peregrina até chegar o tempo de seu reinado. Então, congregará todos os ressuscitados com seus corpos e lhes dará o reino prometido. E nele reinarão eternamente com seu príncipe, o Rei dos séculos.

(...)

Na terra houve, realmente, sombra e imagem profética de tal cidade, mais propriamente sinal que representação. Apareceu quando convinha. Chamaram-na também Cidade Santa, em homenagem a seu ser de imagem, e não à realidade que expressava, ao como deve ser. (...)

Parte da cidade terrena veio a ser imagem da Cidade celeste, não simboliza a si mesma, mas a outra e, portanto, serve-a. Não foi fundada para ser figura de si mesma, mas da outra, e a cidade que prefigura foi por sua vez prefigurada por outra figura anterior. (...) Encontramos, pois, na cidade terrena duas formas: uma, que ostenta sua presença; outra, que é, com sua presença, imagem da Cidade celeste." (Agostinho, 2003b), p. 174-175.

A cidade de Deus é peregrina na terra pois *"os bons usam do mundo para gozarem de Deus; os maus, ao contrário, querem usar de Deus para gozarem do mundo." (Idem, p.181)*

Não pertencendo a este mundo, a Cidade celeste tem na mortalidade somente representação. Na genealogia do homem, desde Adão e seus filhos até o Dilúvio, aparecerá sempre a defecção do bem e aqueles que se mantêm dentro da bondade de Deus.

Pois " desenvolvendo-se e crescendo o gênero humano em posse do livre-arbítrio, operaram-se, mediante comunicação de iniquidade, a mistura de uma espécie de confusão de ambas as cidades." (Ibidem, p.206)

Mistura e confusão que desperta a "ira de Deus" que *não é, nele, turbação de ânimo, mas juízo pelo qual castiga o pecado." Ira que culminará com o castigo do Dilúvio.*

A partir do Dilúvio se processa uma intervenção da Cidade de Deus na cidade dos homens para Agostinho. À mistura dos homens bons com a cidade terrena corresponde uma reação de intervenção nesta: primeiro com o seu extermínio, mas, mais do que isso, na sua continuidade, a permanência da

presença Divina. Na arca de Noé, se apresenta, em forma de premonição, a vinda do Redentor.

"O mandar Deus a Noé, (...) que construa uma arca para nela escapar à devastação do dilúvio com os seus, com a mulher, filhos, noras e os animais que por ordem de Deus também fez entrar na arca, é, sem dúvida, figura da Cidade de Deus peregrina neste mundo, quer dizer, da Igreja, que se salva pelo lenho de que pendeu o Mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus. As medidas de seu comprimento, largura e altura são símbolo do corpo humano, em cuja realidade veio aos homens como fora predito. Com efeito, o comprimento do corpo humano, do alto da cabeça aos pés, é seis vezes a largura que vai do lado direito ao esquerdo e dez vezes a altura, medida no lado, das costas ao ventre. Assim, se medes alguém, estendido de braços ou de costas, o comprimento, da cabeça aos pés, é seis vezes maior que a largura, da direita para a esquerda ou da esquerda para a direita, e dez vezes que a altura, do solo ao vértice. Por isso, a arca foi feita de trezentos côvados de comprimento, cinqüenta de largura e trinta de altura.

A porta aberta no costado da arca significa, sem dúvida, o ferimento aberto pela lança, ao atravessar o lado do Crucificado. Os que vêm a Ele entram por ele, porque dele manaram os sacramentos, com que os crentes são iniciados. O mandar construí-la de tábuas de madeira quadradas significa a vida plenamente estável dos santos, porque o quadrado, para qualquer lado que o vires, fica sempre firme. Em suma, todas as coisas que se fazem notar na estrutura da arca são sinais de futuras realidades na Igreja.

Seria muito demorado explicá-los agora e, além disso, já o fizemos na obra intitulada Contra Fausto Maniqueu, que negava existisse nos livros dos judeus alguma profecia acerca de Cristo. Pode ocorrer que alguém o exponha com mais competência que eu (...) mas tudo quanto se diga deve relacionar-se com a Cidade de Deus de que falamos, viajora em meio deste mundo corrompido como em meio ao dilúvio,..." (Agostinho, 2003b), p. 212-213)

A Cidade de Deus não é mais somente a fé e o amor a Deus contrários à defecção do bem – a cidade dos homens – mas também a partir do dilúvio, entendido como premonição de Cristo e da sua igreja, realidade dentro de e em contraposição à cidade dos homens. Tal como Davi, *"o profeta Rei, profetizou sobre Cristo e sua Igreja, quer dizer, sobre o Rei e sobre a Cidade por Ele fundada"* (Idem, p.300).

A própria vida de Cristo, do milagre do nascimento de virgem à ressurreição, em peregrina salvação na terra, se constitui em mônada da Cidade de Deus, entre o Paraíso e o Juízo final.⁸⁸

A ressurreição dos corpos – a abolição da morte – será então o prêmio dos cidadãos da Cidade de Deus: *"Suficientemente espalhada a semente do santo Evangelho, sua presença corporal padeceu, morreu e ressuscitou, mostrando com sua paixão o que devemos suportar pela verdade e com sua ressurreição o que devemos esperar na eternidade,"* (Ibidem, p. 369).

⁸⁸ *"...nasceu em Belém de Judá, homem visível, nascido humanamente de virgem, e Deus oculto, divinamente gerado por Deus Pai. Assim o predissera o profeta: Sabei que uma virgem conceberá e dará à luz um filho e lhe chamarão Emanuel, que quer dizer Deus conosco. E Ele, para evidenciar suas divindade, operou muitos milagres. Deles os Evangelhos recolheram alguns, os suficientes para provar-lhe o intento. O primeiro milagre foi seu admirável nascimento o último, a gloriosa ascensão ao céu com o corpo ressuscitado."* (Agostinho, 2003b),p. 365.

Resta finalmente ao texto fundacional resolver a questão do merecimento; os cidadãos da Cidade de Deus não são iguais, a cada qual, segundo o seu merecimento, corresponderá um grau diferente. Como compreender esta desigualdade na vida eterna? A resposta de Agostinho oferece uma clara idéia do conteúdo da cidade modelo:

“Quanto ao mais, quem se sente com forças para exprimir se não as tem para imaginar sequer, os graus que, em proporção com o merecimento, haverá de honra e de glória? Não se pode pôr em dúvida que haverá graus. Um dos grandes bens da venturosa Cidade será ver que ninguém invejará ninguém, nem o inferior ao superior, como agora os anjos não têm inveja dos arcanjos. Ninguém desejará possuir o que não recebeu, apesar de perfeita e concordemente unido com quem o recebeu, como no corpo o dedo não quer ser o olho, embora o olho e o dedo integrem a estrutura do mesmo corpo. Cada qual possuirá seu dom, um maior e outro menor, de tal sorte que terá, por cima, o dom de não desejar mais do que tem.” (Agostinho, 2003b), p. 586.

A Cidade de Deus é, assim, modelo de estrutura desigual e conformada; com inferiores e superiores, merecimentos maiores e menores, mitigados pelo dom maior da aceitação de não desejar mais do que se tem.

Modelo da Cidade venturosa que irá reger os cidadãos, enquanto peregrinos na terra, suportando as misérias da cidade dos homens.

Assim como na concepção de tempo de Agostinho, o futuro é o que resta da canção que estou cantando e cuja letra conheço ou é por Deus conhecida – a Divina Providência – a Cidade de Deus é também uma visão de futuro; encaixa-se perfeitamente na linearidade do tempo agostiniano. Da mesma forma que o tempo agostiniano rompe com o tempo circular do “eterno retorno” que caracteriza a sociedade antiga dando lugar a uma concepção linear com um objetivo último e permitindo a passagem para a concepção do progresso e a crescente futuridade do mesmo, a Cidade de Deus universaliza o conceito de cidade descolando-a dos *manes* e da sua particularidade fazendo-a perseguir um ideal único e universal que também se transforma facilmente na cidade ideal que, a partir da renascença, irá dominar todo pensamento de e sobre a cidade.

À passagem da Divina Providência para a idéia do Progresso, a qual nos referimos no capítulo anterior, corresponde a transformação da Cidade de Deus em Cidade Ideal.

Peregrina na terra, a Cidade de Deus concretiza-se na Igreja de Cristo e se corporifica durante séculos na estrutura social da Europa Ocidental numa figura que conhecemos sob o nome de “cidade medieval”⁸⁹.

Da Igreja como *Cidade de Deus* ao “Bom Governo”

Peregrina na terra, a Cidade de Deus transita igualmente na estrutura debilitada do império quanto na recente ocupação bárbara. E tal qual Roma,

⁸⁹ A idéia de Cidade Medieval é tão incerta quanto a idéia de uma Idade Média. À infundável discussão sobre a existência de uma idade média ou de diversas idades médias corresponde a diversidade de divisões da idade média: Alta ou Baixa, Inicial, Alta e Tardia, etc. Uma categoria tão vasta no tempo e no espaço deverá enfrentar tamanha ambigüidade.

abandonada por Constantino na fundação do Império Romano Oriental⁹⁰, se transformou em centro da cristandade, a Igreja calçou suas circunscrições religiosas nas circunscrições administrativas do Império. A correspondência entre a diocese e a *civitas* permitiu que, não sofrendo quase nenhuma alteração na época das invasões, a organização eclesiástica mantivesse seu caráter municipal nos novos reinos fundados pelos conquistadores germânicos. “*O qual é de tal forma certo que, a partir do século VI, a palavra civitas adquire o sentido especial de cidade episcopal, de centro diocesano. Sobrevivendo o Império no qual se tinha fundado, a Igreja contribuiu amplamente a salvaguardar a existência das cidades romanas*” (Pirenne, 1972) (p.13.).

Estas circunscrições religiosas, as *cités* que Pirenne contrapõe aos burgos da alta idade média, constitui, de certa forma, a materialização da Cidade de Deus, sua representação na vida terrena. A Igreja não somente é mensageira de uma ordem celestial como é, também, a sua representação na terra.

Ainda na visão de Pirenne, a decadência da vida comercial conseqüente à perda do Mediterrâneo – que foi a base estrutural do Império romano – para o Islã, transformou a Europa ocidental durante um longo período de tempo numa civilização essencialmente agrícola onde as estruturas urbanas tiveram a sua importância fortemente diminuída. Pensada a cidade como um núcleo de população cujas atividades centram-se essencialmente no comércio e na indústria e não em atividades agrícolas, pode-se dizer que o século IX não teve propriamente cidades. Chega-se a mesma conclusão pensando-se na personalidade jurídica das cidades da época.

Não obstante, carentes destes dois atributos essenciais às cidades da Idade Média e dos tempos modernos – população burguesa e organização municipal – entendidas como centros de administração e de defesa, o império carolíngio possuiu uma estrutura urbana semelhante às épocas subseqüentes.

“Já se viu como a Igreja tinha estabelecido suas circunscrições diocesanas sobre as cités romanas. Respeitadas estas pelos bárbaros, continuaram mantendo, depois do seu estabelecimento nas províncias do Império, o sistema municipal sobre o que tinham-se fundado. A desaparecimento do comércio e o êxodo dos mercadores não tiveram nenhuma influência na organização eclesiástica. As cités onde habitavam os bispos foram mais pobres e menos povoadas, sem que por isso os bispos se vissem prejudicados. Pelo contrário, quanto mais declinou a riqueza geral, foram-se afirmando cada vez mais seu poder e sua influência. Rodeados de um prestígio tanto maior quanto que o Estado tinha desaparecido, colmados de doações pelos fieis, associados pelos carolíngios ao governo da sociedade, conseguiram se impor simultaneamente por sua autoridade moral, sua potencia econômica e sua ação política.” (Pirenne, 1972), p. 92.

⁹⁰ “...quando, no curso do século IV, a *cité* eterna (Roma) deixou de ser capital do mundo. Ao ser substituída por Rávena e, mais tarde, por Constantinopla, os imperadores a entregaram ao papa. O que já não foi mais para o governo do Estado, seguiu sendo para o governo da Igreja. A *cité* imperial converteu-se em *cité* pontifícia. Seu prestígio histórico realçou o do sucessor de São Pedro. Isolado, deu a impressão de maior grandeza e, ao mesmo tempo, chegou a ser mais poderoso. Somente a ele prestou-se atenção e somente a ele, em ausência dos antigos chefes, obedeceu-se. Ao continuar habitando em Roma, esta se fez *sua* Roma, como cada bispo fez da *cité* na que vivia *sua cité*.” (Pirenne, 1972) , p. 44

O século posterior ao afundamento do império de Carlomagno não diminuiu a importância urbana da igreja mas, ao contrário, a aumentou. Os príncipes feudais que arruinaram o poder real não ameaçaram a igreja mas buscaram nela a sua legitimação.⁹¹

Na sociedade agrária em que se constituíam estes feudos, a sede do Estado era, naturalmente, o campo. Os príncipes do período carolíngio situam seus palácios, sem exceção, no campo. Mas sequer estes palácios são sedes do poder do Estado; “*O centro da administração não era sua residência mas sua pessoa*”. (Pirenne, 1972), p. 43.

Não obstante, estes príncipes sentiram também necessidade de assumir as funções de defesa, cobrindo o território de fortalezas que não tardaram em tornar-se burgos, residência fixa de cavaleiros que constituíam a base dessa defesa. Inicialmente de caráter exclusivamente militar não tardou o burgo em assumir tarefas administrativas.

De baixíssima importância populacional, sem atividade comercial ou industrial, burgos e *cités*, aos quais se somaram os mosteiros, constituíram a base estrutural sobre a qual se desenvolveu o mundo urbano subsequente ao renascimento econômico que começou a prefigurar-se a partir do século X.

Até então, a *cité* representa, num mundo hostil e incerto, o refúgio: premonição do mundo ideal prometido pela cristandade.

Se aceitarmos a discutida tese de Pirenne, é a partir da retomada do Mediterrâneo pelas cruzadas que começa o reflorescimento comercial que modificou toda a estrutura urbana da Idade Média transformando burgos e *cités* em verdadeiras cidades comerciais e industriais onde começou a gerar-se a nova classe – os burgueses – que iria dar início à modernidade⁹². Pensar a cidade

⁹¹ É importante ressaltar o destaque que possui, neste vasto período, o conceito de império; o mundo é compreendido como uma unidade, um cosmos único. O império pontifício significa, neste momento e dentro desta concepção, o único poder legitimador. Segundo Mumford: “Na Europa ocidental, após a queda do Império Romano, a única instituição poderosa e universal era a Igreja, Ser membro dessa associação era teoricamente voluntário e praticamente obrigatório. Ser desligado de sua comunhão era castigo tamanho que, até o século XIV, os próprios reis tremiam diante da ameaça de excomunhão. Da menor das aldeias, com sua igreja paroquial, à maior das cidades, com sua catedral, suas numerosas igrejas, seus mosteiros e santuários, a Igreja estava visivelmente presente em todas as comunidades : suas torres eram o primeiro objeto que o viajante divisava no horizonte e sua cruz era o último símbolo levantado diante dos olhos do agonizante.” (Mumford, 1991), p. 290

⁹² Não são poucos os autores que detectam neste florescimento mercantil do Mediterrâneo o início da formação do capital e do Capitalismo. Cito Braudel: “Todas as cidades mercantis da Idade Média estavam orientadas para a obtenção do benefício, foram modeladas por este esforço. Pensando nelas, Paul Grousset chega a dizer: “O capitalismo contemporâneo não inventou nada”, “Não se pode encontrar nada – pondera Armando Sapori – , sequer hoje, o *income tax* incluído, que não tenha tido seu precedente na genialidade de uma república italiana.” E é verdade; letras de cambio, crédito, emissões monetárias, bancos, vendas a prazo, finanças públicas, empréstimos, capitalismo, colonialismo e também perturbações sociais, sofisticação da força de trabalho, luta de classes, crueldades sociais, atrocidades políticas, tudo já está em marcha. E muito cedo, em Genova ou em Veneza, não menos que nas cidades dos Países Baixos, ao menos desde o século

medieval num e noutro contexto – até o século X e posteriormente às cruzadas – parece ser pensar em duas realidades completamente diferentes. Ingressar na análise desta profunda diferença nos levaria longe da nossa preocupação; baste destacar a importância que a Igreja possuía numa e noutra cidade.

Até o império carolíngio, a *cit* é a própria igreja; esta assume a cidade herdada do império como seu lócus e representa a Cidade de Deus, peregrina no mundo rural do território que, eclesiasticamente, polariza. Na nova cidade medieval, posterior ao renascimento comercial, que se povoa de funções e profissões laicas, é a igreja – o edifício monumental da igreja – que representa esta cidade peregrina.

Mas seria esquemático demais considerar uma única Idade Média num território mundial. Em Constantinopla, que não sofreu o isolamento comercial imposto pelo Islã ao mundo medieval ocidental, e que manteve portanto todas as características de uma grande cidade comercial no império bizantino, o templo como referência à Cidade Celeste está presente, pelo menos, desde a construção de Santa Sofia por Justiniano nos anos 532-37 e a reconstrução da sua cúpula em 558.

Hanno-Walter Kruff refere que Procópio, jurista e historiador contemporâneo de Justiniano, em detalhado escrito sobre os edifícios no qual narra a abundante produção do imperador descreve Santa Sofia:

“Assim é como a igreja oferece a mais soberba das vistas...; o templo se eleva quase à alturas celestiais e, como suspenso por encima dos demais edifícios, saúda desde o alto o resto da cidade. A igreja de Santa Sofia pertence à cidade e é por isso seu ornato mas, por sua vez, é também ela embelezada, já que como parte da cidade e culminação soberba alcança tais alturas que pode-se abarca-la como desde uma atalaia.” (Kruff, 1990), p.38.

São vários os escritos da época que glorificam a beleza de Santa Sofia e relacionam a sua construção com míticas revelações ao Imperador. Mas o que Kruff destaca com particular importância é um aspecto que perduraria ao longo de toda a Idade Média e até o Barroco: a sua relação com o Templo de Salomão em Jerusalém:

“Em relação com as descrições de Santa Sofia tem de se mencionar outra referência arquitetônica que por primeira vez adquire aqui uma forma clara e que haveria de ser de extraordinária importância para a concepção da arquitetura durante a Idade Média, a Contra-reforma e o Barroco ainda sem que sua significação seja hoje de todo compreensível : a referência ao Templo de Salomão em Jerusalém, tal como se conhecia pelas descrições do Antigo Testamento (1. Livro dos Reis, 5 e 6; Eclesiastes 40-42). (Idem, p. 39).

De forma análoga, nos séculos posteriores ao império carolíngio, o imaginário urbano medieval continuará girando em torno à Jerusalém.

“Ela (a cidade) pode ser Sodoma e Gomorra...

...a cidade má que Deus destruiu quando seus habitantes pecaram para além do que era tolerável. O imaginário urbano medieval movimentava-se entre a imagem de Jerusalém, a “boa” cidade, e a de Babilônia, a “má”. (Le Goff, 1998).

XII, se regulam grandes pagos em dinheiro vivo. Mas logo o crédito pisa seus calcanhares.” (Braudel, 1984d), p. 67.

E são freqüentes as associações da arquitetura religiosa com esta compreensão teológica. Lembre-se que Santo Agostinho diferencia a Jerusalém terrena da celeste: *“Na terra houve, realmente, sombra e imagem profética de tal cidade, mais propriamente sinal que representação. Apareceu quando convinha. Chamaram-na também Cidade Santa, em homenagem a seu ser de imagem, e não à realidade que expressava, ao como deve ser.”* (...) *“Parte da cidade terrena veio a ser imagem da Cidade celeste; não simboliza a si mesma, mas a outra, e a cidade que prefigura foi por sua vez prefigurada por outra figura anterior.”* (Agostinho, 2003b), (p. 74-175).

E, ainda, mais adiante quando fala da profecia de Jeremias : *“Depois de chegar o referido tempo, diz o Senhor, lhes imprimirei na mente minhas leis, no coração lhas gravarei, os verei, serei seu Deus e serão meu povo. Trata-se, fora de dúvida – diz Agostinho – de profecia relativa à Jerusalém celeste, cuja recompensa é Deus e cujo soberano bem é possuí-lo e pertencer-lhe. Tal profecia, porém, refere-se a ambas, porque chama Jerusalém à Cidade de Deus e nela profetiza a futura casa de Deus; essa mesma profecia, entretanto, cumpriu-se, ao que parece, quando o rei Salomão edificou o soberano templo. Tais acontecimentos, segundo a História, sucederam na Jerusalém terrena e figuraram a Jerusalém celeste.”* (Idem, p. 276). Assim como em Jerusalém começa a penitência e a remissão dos pecados a partir do padecimento e a ressurreição de Cristo: o começo da igreja cristã.

Lembra De Seta que, no *Apocalipse* de João, a Jerusalém celeste está descrita com altos muros e doze portas.⁹³ *“A cidade celeste é a alegoria da salvação eterna, os muros compactos são baluartes para sua defesa: mas também as portas são alegoria do livre arbítrio. Por elas pode-se fugir à descoberta do mundo: o imaginário medieval é dominado por esta tentação, ainda mais intensa por causa da transparência dos materiais dos quais são construídos muros e portas.”* (De Seta e Le Goff, 1989) (p. 11). A muralha como símbolo de proteção do caos que representa a vida fora da cidade – mais do que no campo – no território temível da floresta, é uma imagem que encontra correspondência absoluta com a Jerusalém celeste na terra, representada em toda a cartografia medieval como centro do mundo (umbigo do mundo para De Seta); além da cinta urbana domina o caos.

“Dentro das muralhas se encontra a salvação eterna, ao seu refugio encontra-se mais mundana defesa: o mundo medieval tardio laiciza o próprio universo, torna visível e concreta a forma física da cidade. O símbolo se faz representação topográfica, mais ao longe convive este modelo mental até o início do século XV e além: se se tem em conta que a própria tratadística do mil e quinhentos dedicada à construção da cidade e das suas muralhas privilegia figuras centradas: essa é também a extrema herança da cidade símbolo.” (De Seta e Le Goff, 1989), p. 12⁹⁴

⁹³ “Le mura sono costruite con diaspro: e la città è di oro puro, símile a terso cristallo. Le fundamenta delle mura della città sono adorne di ogni specie di pietre preziose... E le dodici porte sono dodici perle; ciascuna porta è formata da uma sola perla: e la strada della città è di oro puro, como crstallo trasparente (XXI,19-21) (De Seta e Le Goff, 1989), p. 11.

⁹⁴ “Tra le mura c’è la salvezza eterna, al loro riparo si trova piú mondana difesa: il tardo mondo medievale laicizza il proprio universo, rende visibile e concreta la forma fisica della città. Il simbolo

A cidade ideal, ao longo dos séculos da Idade Média, transforma-se de um símbolo teológico de refugio e salvação numa morfologia ideal crescentemente concretizada à medida da laicização do imaginário cristão.

A total oposição entre cidade de Deus e a cidade terrena de Agostinho vai cedendo passo a uma cidade terrena mitigada; as ordens mendicantes têm importância fundamental nesta transformação. Em palavras de Le Goff:

“O grande teólogo e pregador dominicano alemão, Alberto, o Grande, que ensinou em Colônia e em Paris, um homem típico da cristandade em suma, prega em Augsburg, na Baviera, uma série de sermões durante uma semana, organizados em torno de um único tema, a cidade. Eles constituem um elogio da cidade, mas, ao mesmo tempo, fornecem uma definição daquilo que deve ser o ideal urbano. Alberto, o Grande, parte de uma frase de Cícero que já havia sido retomada por Santo Agostinho, e que mostra mais um ideal do que uma realidade: “Uma cidade não é constituída de pedras, mas de homens, de cidadãos”. Note-se que é um dominicano que diz isso. Insisto em pensar e dizer que há uma Idade Média antes das ordens mendicantes e uma Idade Média depois dessas ordens. Ora, as ordens mendicantes são as cidades! Elas é que primeiro desenvolvem uma verdadeira imagem daquilo que deve ser a cidade, imagem de paz, de justiça, de segurança. Aquilo que não são sempre as ruelas sombrias, estreitas, sujas. Alberto, o Grande, compara as ruelas ao inferno, porém elas desembocam em praças que são o paraíso. O paraíso do claustro monástico foi transportado para o paraíso das praças urbanas.” (Le Goff, 1998), p. 90.

Não parece haver consistência na idéia de um longo parêntese urbanístico entre a antiguidade e a modernidade (idéia que se manifesta na própria denominação de idade “média”; idade no meio de outras) caracterizada por “espontaneidade” ou “naturalidade”, em contraposição à racionalidade das épocas que ela “separa”.⁹⁵

Contradizendo a afirmação de Giovannoni, (Giovannoni, 1995) que contrapõe à cidade “pensada”, característica da cidade antiga ou da cidade renascentista, uma cidade “espontânea” – oposição entre uma cidade “fundada” e uma “acontecida” – representada esta última pela cidade medieval, Piero Pierotti alerta para a falsidade de considerar alguma diferença fundamental entre a “fundação” e o crescimento a partir de um núcleo pré-existente como forma de diferenciação entre tipos de cidade, alertando da existência de ambos casos na cidade medieval. O que caracteriza um “plano” pré-concebido, para Pierotti, é a lógica econômica, social e política que rege a gênese urbana. Para isso, utiliza o exemplo da cidade contemporânea para explicar a lógica da cidade medieval:

“Estamos, pois, num período de livre e espontânea expansão urbanística. No entanto somos todos convictos que a desordem da cidade não se deve a causas imateriais, metafísicas, mas à precisas razões de caráter econômico: o primeiro de todos a especulação sobre as áreas e o espaço construído. Nos resultados urbanísticos se poderá ver a desordem e o caos, mas certamente nos planos de investimentos das sociedades

si fa rappresentazione topográfica, ma a lungo convivono questi modelli mentali fino alle soglie del XV secolo ed oltre: se si tien conto che la stessa trattatistica cinquecentesca dedicata alla costruzione della città e delle sue mura privilegia figure centrate: sono pur esse l'estrema eredità della città-simbolo.”

⁹⁵ A título de exemplo, lembra-se que, contrastando com as quarenta páginas dedicadas ao urbanismo antigo, e as quatro do urbanismo renascentista, Arnold Whittick omite um urbanismo medieval, pulando, simplesmente, um milênio de cidade. (Whittick, 1975).

imobiliárias não encontraremos senão ordem e rigorosa programação. E dado que a programação da edificação, ainda que se feita pela sociedade imobiliária, faz parte da programação urbanística, é por consequência que o dito caos urbanístico é simplesmente a forma urbanística do nosso tempo. O urbanismo de hoje – o urbanismo real, entende-se, não aquela dos inventores de cidades hipotéticas – se manifesta assim precisamente porque assim se manifesta a nossa sociedade economicamente, socialmente, politicamente. E o fato de que isto não agrade não significa que não seja verdadeiro.

*Vamos agora aos centros medievais. Em que sentido poderemos entender a “espontaneidade” do seu desenvolvimento? É claro, neste ponto, que ao máximo se poderá falar de casualidade por certos limitados aspectos da topografia urbana, mas sempre tendo presente que tal casualidade é, via de regra, efeito de circunstâncias econômicas, sociais, políticas historicamente definíveis e, por isso, nada inteiramente casual.” (Pierotti, 1972), p.33.*⁹⁶

E o que Mumford chama de planejamento orgânico que se caracteriza pela resposta a sucessivas exigências históricas.⁹⁷

A cidade ideal, a cidade “projeto” em senso lato, remonta ao primórdio da idade média. A transformação do ideal – de cidade de Deus à cidade do bom governo – não deve enganar-nos em relação a permanente dualidade.

A secularização da cidade fica evidente nos famosos afrescos de Ambrógio Lorenzetti (c.1290 – c.1348) pintados em Siena entre 1337 e 1340. Nestes afrescos Lorenzetti mostra as características do “bom governo” e as do “mau governo” estabelecendo uma espécie de “manual” de governo, mas mostra também, no afresco “os efeitos do bom governo”, as características da cidade (e do território) quando bem governadas. Estamos frente a um claro antecessor do “estado do bem-estar” onde “bem” e “mal” encontram-se secularizados, afastada da cidade de Deus, peregrina na terra.

Formam a corte do “bom governo” as seis virtudes: Magnanimidade, Temperança, Justiça, Paz, Fortaleza e Prudência, sentadas três a três ao lado do rei, figura ainda com fortes traços de figuras sábias da história ou mesmo figuras bíblicas.

⁹⁶ “Siamo dunque in un periodo di libera e spontanea espansione urbanistica. Eppure tutti siamo convinti che il disordine delle città no è dovuto a cause immateriali o metafisiche, ma a precise ragioni de carattere economico: prima fra tutte la speculazione sulle arre e sui fabbricati. Nei risultati urbanisichi si potrà vedere il disordine e il caos, ma certamente nei piani d’investimento delle società immobiliari non potremo trovare che ordine e rigorosa programmazione. E poiché la programmazione edilizia, anche se fatta dalle società immobiliari, fa parte della programmazione urbanistica, ne consegue che il cosiddetto caos urbanistico è semplicemente la forma urbanistica dei nostri tempi. L’urbanistica di oggi - l’urbanistica reale, s’intende, non quella degli inventori di città ipotetiche – si esprime così appunto perchè così si esprime la nostra società economicamente, socialmente, politicamente. E il fatto che questo non ci piaccia non significa che nos sia vero.

Veniamo ora ai centri medievali. In cha senso potremo intendere la “spontaneita” del loro sviluppo? È chiaro, a questo punto, che a massimo si potrà parlare di casualità per certi limitati aspetti della topografia urbana, ma sempre avendo presente che tale casualità à, di regola, effetto di circostanze economiche, sociali, politche storicamente definibile e quinde niente affatto casuali.”

⁹⁷ “No planejamento orgânico, uma coisa conduz a outra, e o que começa com a tomada de uma vantagem acidental pode trazer à baila no desenho um elemento forte, que uma planta *a priori* não poderia antecipar e que, com toda probabilidade, seria deixado de lado ou eliminado.” (Mumford, 1991) p. 329.

O mau governo, afresco em parede oposta ao do bom governo, é representado por uma figura cuja referência ao demônio é evidente; sua corte são os vícios: Crueldade, traição, maldade, furor (no sentido de furto ou roubo), a divisão e a guerra. A seus pés, o mau governo possui um animal de estimação: um bode negro, outra marca do mal. Sobre sua cabeça, como escolta alada, “potências de confusão”: Avareza, Soberba e Vanglória.

É evidente que o imaginário agostiniano ainda está presente nestes afrescos da baixa idade média (a cidade terrena como defecção do bem por soberba e amor a si próprio em lugar de amor a Deus); mas o seu conteúdo se apresenta “traduzido” para uma cidade real de pessoas, de pedra e cal.⁹⁸

Isto fica patente nos “efeitos do bom governo” onde Lorenzetti descreve os méritos da cidade bem governada. Lá se encontra tudo que traduz a boa cidade terrena; não há anjos nem demônios neste afresco, mas os efeitos do bom governo apresentam uma visão próxima da perfeição e não muito distante da descrição da cidade de Deus. Voltaremos mais adiante sobre esta análise iconográfica e a sua permanência.

Destaque-se que os afrescos referidos encontram-se na Sala dei Nove, no Palácio Comunal de Siena, tratando-se de imagem estritamente laica desde a origem da encomenda.

“A República de Siena era uma das mais prósperas cidades da Itália não-pontifical. Os sienenses haviam acabado de promover uma verdadeira revolução política: em 1262, os popolari – a gente nuova oriunda do efervescente comércio, mas até então sem nenhuma representatividade política – estabeleceram um “Conselho do Povo” (popolo), presidido pelo capitano del popolo, líder eleito diretamente.

Em 1287, este Conselho tomou o poder do podestà (funcionário público que costumeiramente era indicado pelas famílias nobres mais ricas), e, logo a seguir, exilou da cidade boa parte da nobreza, insalando uma “junta de Nove Governantes”, chamada Governo Oligárquico dos Nove, uma oligarquia de banqueiros e marcadores que governou até 1355 – desde 1192 tem-se notícia de corporações de mercadores, artesãos e banqueiros na cidade.(...)Florença e Siena disputavam a Via Francesa (Florença apoiava o papado, Siena o Imperador).” (Costa, 2003)

O próprio Palácio Comunal de Siena foi construído imediatamente após a transformação política mencionada.

É a *Revolução Comunal* à que se refere Le Goff (Le Goff, 1998) (p. 96), em violenta reação à violência feudal, produzida – segundo a hipótese de Pirenne – pelo intenso crescimento do comércio nas cidades a partir da retomada do Mediterrâneo.

Crescentemente, a cidade começa a incorporar as personagens, as normas e os preços do mercado como protagonistas: “... os grandes escolásticos o disseram, quase todos estudaram isso que chamaríamos de problemas econômicos; eles definiram uma noção, a de preço justo. Essa noção foi elaborada essencialmente com base naquilo que se passa na cidade. O justum

⁹⁸ Ver (Le Goff, 1998). Para uma descrição e interpretação mais detalhada dos afrescos: (Costa, 2003) <http://www.ricardocosta.com/pub/lorenzetti.htm>.

pretium é o pretium in mercato, o preço de mercado. A Igreja abdicou diante do mercado.” (Le Goff, 1998)(p. 111). De forma semelhante àquela com a qual absorveria a usura mediante a invenção do purgatório.

O poder urbano impõe à cidade uma forma adequada a duas das suas preocupações principais: a de ordem militar e a de ordem estético-ideológica. A defesa com suas muralhas e a imagem de ordem mediante os traçados, os regulamentos de higiene e urbanismo que se multiplicam a partir do século XII, e a cultura urbanística que se desenvolve e reproduz a partir da construção, por Suger, da nova igreja da abadia de Saint-Denis que inaugurou a arquitetura gótica (Le Goff, 1998) (p. 113-114).

Não parece, portanto, haver evidência da espontaneidade da cidade medieval, como proposto por Giovannoni (e refutado por Pierotti, como vimos acima), nem do caráter inicial do urbanismo no renascimento, como é correntemente aceito por influência de um texto de Choay.⁹⁹

Manifesto ou não, existe um “plano” a constituir a cidade aproveitando circunstâncias favoráveis e superando dificuldades¹⁰⁰; igualmente, existe um conceito de valor da cidade, um ideal de cidade boa (Jerusalém) e cidade má (Babilônia) desde que a Cidade de Deus, peregrina na terra, comanda o imaginário da cidade europeia na sua gradativa secularização até a cidade do bom governo.

Esta concepção não está isenta de uma “teoria”, entendida como um corpo de idéias que regem a ação sobre as coisas da arquitetura e da cidade. O que se manifesta com singularidade desde o abade Suger de Sanit Denis (1081-1151).

“Tem-se feito especial finca-pé na importância da filosofia escolástica e seus condicionantes para a compreensão científica e teológica da arquitetura no século XIII.

⁹⁹ “Para captar a força de transgressão e de ruptura que anima os escritos teóricos do urbanismo, é preciso tentar apreender seu projeto fundador antes das datas convencionadas, em seu aparecimento verdadeiro e ignorado, no alvorecer da primeira Renascença italiana. Nesse caso, como em muitos outros, uma formação discursiva e uma prática cuja paternidade se atribui ao século XIX, e que se localiza numa configuração epistêmica que teria começado a definir-se na virada dos séculos XVIII e XIX, apenas consagram rupturas já operadas e organizam domínios já definidos no Quattrocento.

Foi então, com efeito, que os tratados de arquitetura italiana estabeleceram com o espaço edificado uma relação inaugural. A certidão de nascimento dessa nova relação é datada precisamente pelo primeiro e mais magistral deles, o *De re aedificatoria*, que Leon Battista Alberti apresentou ao Papa Nicolau V...” (Choay, 1985), p.3. Não se pretende aqui uma polêmica com o texto de Choay – pois este se restringe, explicitamente, ao campo do texto e da leitura semiótica dos mesmos, mas à concepção corrente da cidade ideal como originária do “Renascimento”.

¹⁰⁰ “Alcune delle differenze e delle testimonianze di abilità inventiva esibite dalla pianta urbana derivano da un conflitto tra una situazione favorevole e un sito difficoltoso. Tipicamente, de città sorgevano in corrispondenza di un incrocio o del guado di un fiume, in una baia protetta, o ai piedi di un valisco; spesso veniva addirittura cercata una topografia difficile, per il suo valore difensivo: un acquitrino (Venezia) o la cima di una collina (Langres) potevano ben servire allo scopo. Si note anche che un castello fortificato costituì spesso il nucleo della città, cio che conferma ulteriormente il primato dei fattori strategici. Quando poi la città acquisì sicurezza e prosperità, spesso il sito si dimostrò inadatto, ma per consentirne l'espansione vennero realizzati prodigiosi capolavori di ingegneria civile, fino ad esaurirne la possibilità di sviluppo” (Hohenberg e Lees, 1987)

Trata-se, neste caso, do papel da geometria e da aritmética na interpretação do cosmos. A significação dos números como um princípio ordenador foi formulada na antiguidade pela filosofia pitagórica, a platônica e a neoplatônica. De esta tradição se nutre Santo Agostinho em seu tratado “De Musica”, onde demonstra a regularidade matemática das “modulações” musicais. Na concepção de Santo Agostinho, a música e a arquitetura são irmãs, ambas se baseiam nos números, os que constituem a fonte da perfeição estética. Em seu escrito “De Libero Arbitrio”, Santo Agostinho chega a caracterizar a forma como um resultado dos números: Formas habent, quia numeros habent. Através de Santo Agostinho e de Boécio, que desenvolveu ainda mais esta teoria, a estética baseada nas relações numéricas adquiriu um caráter vinculante para a Idade Média. A partir do segundo quarto do século XII, as matemáticas e a geometria chegaram a ser um princípio de interpretação teológica na escola da catedral de Chartres. Thierry de Chartres explica o mistério da Trindade com uma demonstração geométrica do triângulo equilátero; a relação de Deus pai com o filho foi interpretada mediante o quadrado. Para os teólogos de Chartres, o cosmos era uma obra de arquitetura e Deus seu arquiteto. Os coeficientes matemáticos do cosmos, da música e da arquitetura são os mesmos. O poeta e filósofo cisterciense Alanus Ab Insulis (c. 1120-1202), cujos pontos de vista eram próximos à escola de Chartres, descreveu Deus como mundi elegans architectus, como o universalis artifex que construiu o palatium mundiale. A imagem de Deus como arquiteto do universo também difundiu-se como representação visual. Assim, a catedral gótica pode ser interpretada como “modelo do universo medieval” (Otto von Simson).” (Kruft, 1990), p. 43.

A *cit*é como lugar de peregrinação da Cidade de Deus; a Igreja, dentro do burgo, como modelo da cidade ideal; a catedral gótica como modelo do universo medieval e, na crescente secularização, a importância das normas para o bom governo caracterizadas nos “espelhos de príncipes”, dão conta de uma longa tradição de “regras e modelos” que regeram, junto às contingências específicas do sítio e às necessidades prosaicas de água, caminhos e defesa, a conformação da cidade ao longo de quase mil anos.

Do “Bom Governo” à Cidade Ideal

A Siena de Ambrogio Lorenzetti se encontra numa realidade social, política e econômica fundamentalmente diferente do que se entende correntemente como característico da Idade Média. A Toscana, após o crescimento comercial decorrente da retomada do Mediterrâneo, tem passado pelas “revoluções comunais” referidas por Le Goff, e suas cidades – em florescente crescimento comercial – estão permanentemente à procura de uma estrutura política que se ajuste adequadamente à realidade econômica e social em constante transformação.

Os “espelhos de príncipes” e a preocupação com o “bom governo” são prenúncios de uma demanda nova : já não é suficiente a nobreza ter a força e a propriedade, é necessário saber governar, evitar as permanentes revoltas do povo; esse novo segmento possuidor de poder que a fragmentação das classes altas – o aparecimento de uma classe de cidadãos ricos, a burguesia, freqüentemente em contradição com a nobreza – permitiu.¹⁰¹

¹⁰¹ Le Goff cita o caso célebre de Étienne Marcel, o burguês rico a serviço da igualdade em Paris e a grande revolta de operários têxteis em Florença em 1378. (Le Goff, 1998), p. 104. E também Braudel: “Já que, se como tem se falado, as cidades são “comunidades”, com suas tensões, suas guerras fratricidas : nobres contra burgueses, pobres contra ricos (popolo magro contra popolo

Estas são, também, as condições para o aparecimento de uma classe capaz de dar forma e conteúdo à nova demanda; o bom governo necessita de ciência, técnica e arte em dimensões até então desconhecidas.

“Quando em Florença surgem Brunelleschi e Ghiberti, a oligarquia patricia ostenta já o poder desde faz mais de vinte anos trás ter saído vitoriosa das lutas civis do século XIV; a grande crise econômica do trezentos conclui e o governo das Artes maiores tem estendido a senhoria florentina no interior, promovendo contemporaneamente uma política econômica de incremento produtivo e comercial : todas as disciplinas, as ciências e as artes são chamadas a desenvolver seu próprio papel de sustentáculo dessa linha política tendente a restaurar o prestígio econômico e cultural da cidade. (...) Como em toda Europa, as instituições feudais estão em plena crise e os movimentos pré-humanísticos no campo das letras já tem criado a exigência de uma nova sistematização completa das convenções, capaz de legitimar, a um tempo, o individualismo empreendedor da nova elite no poder e a racionalidade funcional que informa as premissas.”

(...)

A revolução levada a cabo no interior das relações de produção é a resposta mais conseqüente que a arquitetura podia dar à ideologia humanística. O intelectual-arquiteto se separa da produção colegiada. Reivindicando a autonomia de seu próprio papel, coloca-se na vanguarda das novas classes no poder; com tanto poder que até entra em conflito com ele aí onde este não está disposto a ser conseqüente até o final com suas próprias premissas (e isto explica os contrastes entre Brunelleschi e Cosme de Médicis). (Tafari, 1978), p. 11-12.

Profunda ruptura que se transforma em constante no que será, a seguir, a profissão do arquiteto elevado também à condição do profissional urbano. Entendendo-se, por este viés, a colocação de Choay em relação ao caráter inicial de Alberti.

“<A cidade é o lugar das arquiteturas>. Este enunciado clássico formulado por Leon Battista Alberti, um teólogo neoplatônico filosofando sobre a arte na época de quatrocentos, abre o conceito de arquitetura que passou a dominar o nosso milênio, o qual tem como princípio fundamental o primado da forma sobre a matriz organizativa das cidades e como resultado a total coincidência de valores entre espaço arquitectónico e espaço urbano. Assim, falar da arquitetura é falar da cidade e a história da arquitetura confunde-se com a história da cidade, uma vez que esta se compreende pela leitura dos processos arquitectónicos.

A partir daqui, as notícias da arquitetura são as notícias das transformações do espaço físico que têm lugar no quadro da civilização ocidental. Este processo de conceber a forma pelo desenho, ou pelo exercício mental de projectar a intenção ou vontade de forma expressa visualmente com recurso ao desenho, não é apanágio de outras civilizações.(...)” (Tavares, 2002), p. 07.

Mas deve ter-se em consideração que o caráter do humanismo no referente à cidade é essencialmente realista. Em contraste com a concepção escatológica do pensamento medieval sobre a cidade, o humanismo reconhece e *“reafirma o caráter concreto, social e economicamente determinado da vida urbana e dos desenvolvimentos urbanos. A “cidade perspectiva” de Brunelleschi e Alberti é a cidade real, com toda a complexidade da sua estratificação histórica : nela, os novos “objetos” perspectivados estão chamados a introduzir um novo*

grasso). As lutas de Florença, mais que conflitos à romana (a Roma antiga, por suposto), tinham já, em profundidade, o estilo de nosso primeiro século XIX industrial. O drama dos Ciampi (1378) o demonstra por si só.” (Braudel, 1984b) p. 448.

comportamento urbano – laico e racional – muito mais que uma proposta de re-estruturação física global.” (Tafuri, 1978) (p. 113).

Tafuri chama a atenção de que o humanismo não constitui um período definido por si mesmo mas que constitui um “momento” da longa história do *moderno intelectual europeu e de sua ideologia : o mito da Razão.* Veremos adiante como esta racionalidade está intimamente ligada à própria constituição do capitalismo até nossos dias.

Durante o quatrocentos a racionalidade em relação à cidade constitui a própria ciência do “bom governo” apoiado com toda a força por uma intelectualidade consciente de seu papel transformador. Florença, que quase dois séculos antes cunhara a moeda que iria ser reproduzida por todo o mundo – o florim de ouro – tornara-se o laboratório do humanismo em todos os níveis. Política, arte, ciência e tecnologia em permanente experimentação alimentados pelos florescentes negócios da *Arte de la lana* e da *Arte de Calimala*.

O próprio Tafuri assinalara que, na Florença de Lorenzo o Magnífico, a *ratio* urbana como exemplo do “bom governo” aparece como idéia de suporte dos projetos laurenzianos. (Tafuri, 1989) (p. 16).

A teoria perspectiva de Alberti será finalmente aplicada em toda a sua potência urbanística fora de Florença ou Roma. Pienza e Urbino são, neste início do século XV, as experiências em grande escala da intervenção arquitetônica que impõe à cidade pré-existente o espaço perspectivo. O ensaio de Pienza será realizado de forma a tentar pôr de acordo espaço perspectivo, espaço natural e cidade antiga.

A construção do palácio Piccolomini em Pienza encomendado pelo papa Pio II Piccolomini em 1459 como instrumento de reestruturação do seu povoado natal, e o palácio Ducal de Urbino, encomendado por Federico de Montefeltro que toma o poder em 1444, constituem os experimentos mais ajustados da “cidade perspectiva” de Brunelleschi e Alberti. Mas, como aponta Tafuri:

“Em Pienza, portanto, teoria e praxis se encontram finalmente enfrentadas. Aquilo que não se alcança a fazer em grande escala em Roma, em Nápoles ou em Florença, pode-se fazer a pequena escala, conquanto não se invista ao novo conjunto urbano de novas funções e de novas estruturas. Pienza se transforma pelo novo espaço perspectivo, mas o preço da operação é altíssimo : Pio II e Rossellino demonstram, sem desejá-lo, que a cultura humanística somente é aproveitada ao máximo de suas possibilidades para criar um oásis evasivo. Enquanto em Milão Filarete abre o filão das utopias urbanísticas, em Pienza, e quase contemporaneamente em Urbino, a cultura classicista encontra a forma de entrar em contato com uma clientela homogênea a ela, inclusive se não se trata já da alta burguesia mercantil mas de um papa ou de um “príncipe” como Federico de Montefeltro. O novo poder, ao qual os intelectuais se dirigem, põe suas próprias condições de um modo claro. A arte pode gozar ainda de uma elevada autonomia e ser valorado como norma de comportamento, mas seus fins civis devem colocar-se em segundo plano respeito às abstratas exigências de celebração, ou, ao menos, devem limitar-se a puras instâncias literárias até encostar nos fundos da utopia.” (Tafuri, 1978), p. 23-24.

Em Urbino se põe de manifesto as especiais circunstâncias necessárias para a realização da experiência. Por uma parte, a longa presença de Federico de Montefeltro no poder e a sua particular lucidez substituindo a consistência teórica do processo urbanístico; em segundo lugar, a grande dimensão da intervenção do

palácio ducal frente à pequena dimensão da cidade. A brilhante experiência é, portanto, dificilmente utilizável em circunstâncias diversas daquelas.

Paralelamente a estes limites da cidade perspectiva albertiana, que começam a ficar evidentes na segunda metade do quatrocentos, surge em Milão a Sforzinda de Filarete prenunciando a formulação explícita de uma cidade ideal.

É evidente que a cidade de Filarete constitui uma proposta de realização ao poder dos Sforza de Milão que ele próprio pretendia construir. Mas a particular configuração das edificações que desenha, como o castelo de Sforzinda circundado por um labirinto e uma torre desproporcionada em sua altura, como acentuando o seu caráter utópico, são *indicativos de uma primeira crise semiconsciente do intelectual do quatrocentos frustrado em seus ideais historicistas e universalistas*.

Enquanto isto, o papado em Roma assume como seu dever readaptar a cidade como capital da Igreja. A cidade encontra-se entre os mais desagregados conjuntos urbanos e a necessidade de por ordem é imperiosa. As sistemáticas intervenções, ainda que sem caráter orgânico, começam a partir de Nicolas V. Obras que adquirem um explícito valor simbólico chamados a cumprir novas tarefas ideológicas. A renovação urbana passa a cumprir um papel persuasivo:

“A massa da população – teria afirmado o papa – é ignorante de coisas literárias e falta de cultura; e embora se ouve afirmar muito aos doutores e aos eruditos quão grandíssima é a autoridade da Igreja... tem necessidade ainda de ser comovida por espetáculos grandiosos, porque de outro modo, apoiada como está sobre bases instáveis, sua convicção acabaria, com o tempo, por reduzir-se a nada.” (Tafari, 1978), p. 39.

Complementam-se restauração urbana com a ideologia do “monumento”. Os instrumentos de comunicação da cultura do humanismo começam a ser apropriados pelo universalismo pontifício.

Em Florença, perdidas definitivamente as liberdades republicanas a partir de 1530, Cosme I procura continuar com a vida cultural da cidade mas já não mais como instrumento de promoção civil mas como cobertura ideológica do despótico paternalismo granducal. *“Habilidade, eficiência, argúcias e fasto são as novas componentes a exaltar, em lugar do revolucionário racionalismo do primeiro 400.” (Idem, p. 64)¹⁰²*

O destino da efervescência revolucionária que culminara no quatrocentos em Florença se delineia com clareza a partir das contradições do capitalismo emergente; e a classe dos intelectuais arquitetos, que fervorosamente mobilizou a cultura que foi instrumento principal daquela efervescência, encontrou-se gradativamente afastada do papel que lhe foi permitido sonhar.

As possibilidades abertas pelos novos instrumentos culturais e políticos se afastaram gradativamente das iniciativas concretas do poder ante as quais os intelectuais ficam apreensivos.

¹⁰² e ainda: *“Não podendo nem querendo estabelecer uma continuidade ideal com o Humanismo, traído em suas mais profundas aspirações libertárias, Florença se retrai agora sobre a celebração, superficial e artificiosa, de sua própria história convertida em mítica e evasiva.”*

“Somente neste momento é quando, por reação, o realismo humanista se concentra, por um lado, na elaboração de modelos para as únicas iniciativas concretas dos novos assentamentos urbanos – nasce, como ciência autônoma, a investigação sobre as fortificações e as cidades militares –, e se projeta, por outra parte, na antecipação utópica.

(...)

Bellucci poderá portanto ironizar cruelmente sobre o papel dos arquitetos convidando-os a limitar seus próprios estudos às superestruturas formais : agora é o teórico militar, e somente ele, o novo “científico” dos fenômenos urbanos.

O ocaso definitivo das ideologias superestruturais do Humanismo fica assim sancionado. Nos séculos sucessivos não restará mais que aceitar o papel de retaguarda reservado à arquitetura nas confrontações das transformações urbanas, ou cobri-lo com o frondoso mas patético florescer de uma evasiva civilização das imagens.” (Tafuri, 1978), 114-115.

Toda a rica experiência do intenso século XV terá deixado um vasto repertório formal e intelectual ao serviço do mundo mercantil em expansão sem precedentes. Mas o programa humanístico da cidade laica do homem é substituída agora pela realidade política manifesta sem piedade por Maquiavelo : *ao ocaso da cidade ideal responde o cínico realismo das “cidades máquinas de defesa do Príncipe.*

Dentro deste repertório, o modelo de cidade tem um lugar de destaque. Os aspectos de defesa militar que ele incorpora mostram uma clara virada na idéia do Bom Governo : ele não mais representa um ideal “intra-urbano” para colocar-se na defesa da cidade como máquina de poder. Não é por acaso que, quase único modelo urbano a realizar-se, Palmanova se instale, a partir de 1539, na fronteira oriental da república veneziana. (Chueca Goitia, 1989)

Mas não é somente o caráter militar defensivo o que define a proliferação de cidades ideais a partir do século XVI. A idéia de racionalidade do plano aplicada tanto nos modelos teóricos de cidades – desde a interpretação da cidade vitruviana e a pioneira Sforzinda de Filarete, às propostas de Vasari, Durero, Maggi, de’Marchi, Speckle, Scamozzi, etc – quanto nas intervenções concretas na cidade funcional para os interesses da alta burguesia financeira ao nível do setor urbano e sobre a base de mecanismos especulativos de acumulação privada nos processos de expansão urbana.

Ferrara, a contrário que Pienza e Urbino, onde a presença da arquitetura é chamada a reformar a estrutura urbana incorporando o espaço perspectivo, é reformada no final do século XV, dentro de uma outra perspectiva:

“Em Ferrara, a transformação do organismo urbano se desenvolve em duas fases: delineiam-se os muros e as ruas, mas não se realizam em tempo os edifícios. Deste modo, a intervenção de Hércules I não produz uma nova cidade completa, mas um desenho em duas dimensões, que pode ser completado dentro de algum tempo, de muitas maneiras diversas. Em Pienza e em Urbino, a nova cultura artística intervêm numa pequena cidade e acredita poder transformá-la numa cidade moderna com uma série de intervenções arquitetônicas de alto nível. Agora, ao contrário, esta cultura – que se tornou mais ambiciosa e mais exigente – tenta pela primeira vez regular o desenvolvimento de uma grande cidade, e mede plenamente o contraste entre os dois tipos de ambiente urbano; de fato, propõe-se construir uma cidade nova ao lado da antiga, mas não consegue conservar a coerência entre o plano urbanístico e a realização arquitetônica. Assim, experimenta pela primeira vez um novo método – que distingue o plano urbanístico dos projetos de

construção – sem ainda conhecer suas oportunidades e seus perigos.” (Benevolo, 1983), p.440.

É natural, portanto, que esta idéia de racionalidade tenha constituído a pauta da pródiga fundação urbana da recente América.

Da Cidade Ideal à idéia de cidade

"Desde a remodelação de Tenochtitlan, logo depois de sua destruição por Hernán Cortés em 1521, até a inauguração, em 1960, do mais fabuloso sonho de urbe de que foram capazes os americanos, a Brasília, de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a cidade latino-americana veio sendo basicamente um parto da inteligência, pois ficou inscrita em um ciclo da cultura universal em que a cidade passava a ser um sonho de uma ordem e encontrou, nas terras de Novo Continente, o único lugar propício para encarnar." (Rama, 1985), p. 23.

Assim começa Angel Rama o seu livro sobre a cidade da América Latina, *A Cidade das Letras*.¹⁰³

A afirmação é recorrente; a cidade que se funda, a partir do descobrimento, na América, corresponde a uma idéia de ordem longamente decantada na história da cidade europeia mas que teve pouca ou quase nenhuma possibilidade de aplicação no próprio território da Europa moderna.

É bem conhecida a recorrência da trama reticular desde a Mileto de Hipodamo na antiguidade de Grécia e Roma. Trama que se repete nas “bastides” da idade média e que ressurge como ideal de cidade no Renascimento. Gesto de traçado por excelência, a retícula parece intimamente associada à idéia de cidade; ao gesto fundacional da cidade.¹⁰⁴

Mas a cidade americana está já longe desta compreensão mítica da retícula; mais de mil anos de cidade superposta por circunstâncias históricas diversas que apagaram ou atenuaram os traços das *civitas*, e uma escatologia que não mais vê na natureza a ordem do universo, fazem incompreensível a orientação do *cardus* e o *decumanus*.

A retícula que se impõe na alvorada do século XVI ao continente americano é objeto de outra racionalidade; império de outra ordem.

A Cidade Ordenada

Desde a fundação de Santo Domingo, ainda no ocaso do século XV, a regularidade reticular se faz presente sem que se modifique nas sucessivas fundações de Havana, Guatemala, Campeche, Panamá; posteriormente México e a provável influência de Tenochtitlan. As *Leyes de Indias*, acaso a primeira legislação urbanística posta em prática no mundo (Chueca Goitia, 1989), chega

¹⁰³ A excelente tradução de Emir Sader para o português escolhe “cidade das letras” ao contrário do título original “Ciudad Letrada”. {RAMA, 1984 #624. Provavelmente para não dar ênfase ao segundo capítulo do livro que se intitula “cidade letrada”, Sader prefere chamar o livro como Cidade das letras.

¹⁰⁴ Sobre este aspecto ver: {RYKWERT, 1985 #1260}. A organização do *cardo* e do *decumanus* é uma forma de articular a cidade com o movimento solar e, portanto, com o universo. Origem mítica e técnica da cidade, a orientação na cidade corresponde à orientação cosmológica.

em 1573 para dar forma letrada à prática corrente da fundação urbana espanhola na América.

Esta legislação irá perdurar por todo o processo de conquista e colonização hispânica estabelecendo regularidade e homogeneidade na sua fisionomia urbana. A lei de Filipe II possui um caráter de controle duplo : a ordem, plasmada na forma da cidade que institui (que é prática anterior à codificação), e a letra : o fato de constituir-se, num universo analfabeto, numa explícita ordem escrita. Funda assim duas realidades de domínio : o plano e a escrita com seus técnicos e escriturários.

A lógica do código filipino corresponde àquela da expansão de Ferrara; não é um plano de obras para fundar uma cidade mas um plano para lhe submeter o futuro:

“...o plano, com suas praças, ruas e lotes deve ser traçado no terreno por meio de cordas e piquetes, começando da praça principal de onde as ruas devem correr para as portas e as principais ruas forâneas, e deixando suficiente espaço aberto, de maneira que a cidade, devendo crescer, possa estender-se sempre do mesmo modo... O tamanho da praça será proporcional ao número dos habitantes, tendo presente que as cidades das Índias, sendo novas, estão sujeitas a crescer; e entende-se justamente que irão crescer.

(...)

Nas cidades do interior a igreja não deve ficar no perímetro da praça, mas a uma distância tal que se apresente livre, separada dos outros edifícios de modo a ser vista de toda parte; desta forma resultará mais bela e imponente. Deverá estar um tanto soerguida do solo, de maneira que as pessoas tenham que subir uma série de degraus para alcançar sua entrada... O hospital dos pobres onde estão os doentes não contagiosos será construído no lado norte, de modo a resultar exposto ao sul... Os lotes edificáveis ao redor da praça principal não devem ser concedidos a particulares, mas reservados para a igreja, os edifícios reais e municipais, as lojas e as moradias dos mercadores, que devem ser construídas em primeiro lugar...

Os restantes lotes edificáveis serão distribuídos ao acaso para aqueles colonos que estejam capacitados a construir ao redor da praça principal. Os lotes não-atribuídos devem ser conservados para os colonos que poderão chegar futuramente, ou então para dispormos deles ao nosso bel-prazer.” Cit. In (Benevolo, 1983), p. 487.

Organização central em torno a uma praça principal hierárquica nas suas funções, preocupação simbólica com a localização da igreja e, principalmente, preocupação particular com o crescimento futuro em ordem. Isto materializado num plano. O código determina a existência de um plano. Plano que pronto se transformará em planta da cidade.

A famosa planta de Tenochtitlan da relação do Conquistador prenuncia a abundância de imagens de planos de cidades da colônia.

A força instrumental da cidade ordenada, foi assim descrita por Rama :

“Ao cruzarem o Atlântico (os conquistadores), não somente haviam passado de um continente velho a um supostamente novo, mas haviam atravessado o muro do tempo e ingressado no capitalismo expansivo e ecumênico, ainda carregado do missionerismo medieval. Ainda que preparado pelo espírito renascentista que o desenha, este molde da cultura universal que se desenvolve no século XVI somente adquiriria seu aperfeiçoamento nas monarquias absolutas dos Estados nacionais europeus, a cujo serviço militante se somaram as Igrejas, concentrando rigidamente a totalidade do poder numa corte, a partir da qual se disciplinava hierarquicamente a sociedade. A cidade foi o mais

precioso ponto de inserção na realidade desta configuração cultural e nos deparou com um modelo urbano de duração secular: a cidade barroca." (Rama, 1985), p. 23-24.

Assim, para Rama, a cidade passa a assumir na América o protagonismo de um domínio cultural produto do nascente capitalismo, ou economia-mundo capitalista, que se expande. Mas neste domínio crescente a cidade não é, somente, o fortim de uma nova fronteira, uma máquina de uma guerra de conquista, mas principalmente uma forma de cultura em que a razão se impõe, seja em forma de ordem, seja em forma de Divina Providência.

O urbanismo se constitui em operador de uma cultura

A América latina nasce de uma ordem, de uma palavra ordenando que é antes de mais nada palavra escrita. Mas é ordem também no sentido de uma organização do universo, de uma cosmologia. Daí que a palavra escrita prevaleça à palavra falada: vinda de um saber superior *"Esta palavra escrita viveria na América Latina como a única válida, em oposição à palavra falada que pertencia ao reino do inseguro e do precário."* Mas se este discurso de ordem da palavra escrita é onipresente na fundação e gestão da cidade latino-americana, sobre ele se articulava um segundo discurso: o do desenho gráfico.

"O plano foi desde sempre o melhor exemplo do modelo cultural operativo. Atrás de seu aparente registro neutro do real, insere o marco ideológico que valoriza e organiza essa realidade, autorizando todo tipo de operações intelectuais a partir das suas proporções, próprias de modelo reduzido. É o exemplo a que recorre Clifford Geerts quando busca definir a ideologia como sistema cultural, mas inicialmente, assim o estabeleceu a logique, de Port Royal, em 1662, quando estabeleceu a diferença entre "as idéias das coisas e as idéias dos signos", codificando já a concepção moderna. Também apelou para o modelo privilegiado de signos que representam os mapas, os quadros (e os planos), em que a realidade é absorvida pelos signos:

«Quando se considera um objeto nele mesmo e no seu próprio ser, sem levar a visão do espírito àquilo que ele pode representar, a idéia que se tem dele é uma idéia de coisa, como a idéia da terra, do sol. Mas quando se vê um objeto somente enquanto representação de um outro, a idéia que se tem dele é uma idéia de signo, e esse primeiro objeto se chama signo. É assim, normalmente, que se olha para as cartas e os quadros. Assim, o signo encerra duas idéias, uma da coisa que representa, outra da coisa representada, e sua natureza consiste em excitar a segunda através da primeira.»

Para sustentar sua argumentação, Arnould-Nicole devem pressupor uma primeira opção. que consiste em perceber o objeto como signo, típica operação intelectual que não tem melhor apoio que os diagramas, os quais, ao mesmo tempo que representam, como não imitam, adquirem uma autonomia maior. Nas máximas que extraem, Arnould-Nicole devem logicamente concluir que o signo ostenta uma perenidade que é alheia à duração da coisa. Enquanto o signo existe está assegurada sua própria permanência, ainda que a coisa que represente possa haver sido destruída. Desse modo, fica consagrada a inalterabilidade do universo dos signos, pois eles não estão submetidos ao decaimento físico, mas somente à hermenêutica.

«Pode-se concluir que, já que a natureza do signo consiste em excitar nos sentidos através da idéia da coisa figurante a da coisa figurada, enquanto tal efeito subsistir, ou seja, enquanto essa dupla idéia permanece excitada, o signo subsiste, mesmo que essa coisa seja destruída em sua própria natureza.»

A partir dessas condições, é possível inverter o processo: em vez de representar a coisa já existente mediante signos, estes se encarregam de representar o sonho da coisa, tão ardentemente desejada nessa época de utopias, abrindo o caminho a essa futuridade que governaria os tempos modernos e alcançaria uma apoteose quase delirante nos

tempos contemporâneos. O sonho de uma ordem servia para perpetuar o poder e conservar a estrutura sócio-econômica e cultural que esse poder garantia. E, além disso, se impunha a qualquer discurso opositor desse poder, obrigando-o a transitar, previamente, pelo sonho de outra ordem." (Rama, 1985), p. 29-32.

A cidade passa, desta forma, a ter uma vida dependente da idéia de cidade, o urbanismo é anterior à cidade real:

"De conformidade com esses procedimentos, as cidades americanas foram remetidas desde as suas origens a uma dupla vida. A correspondente à ordem física que, por ser sensível, material, está submetida aos vaivéns da construção e da destruição, da instauração e da renovação, e, sobretudo, aos impulsos da invenção circunstancial de indivíduos e grupos segundo seu momento e situação. Acima dela, a correspondente à ordem dos signos que atuam a nível simbólico, desde antes de qualquer realização, e também durante e depois, pois dispõem de uma inalterabilidade a que pouco concernem os avatares materiais. Antes de ser uma realidade de ruas, casas e praças, que só podem existir e ainda assim gradualmente, no transcurso do tempo histórico, as cidades emergiam já completas por um parto da inteligência nas normas que as teorizavam, nos atos fundacionais que as estatuíam; nos planos que as desenhavam idealmente, com essa regularidade fatal que espreeita aos sonhos da razão e que depararia um princípio que para Thomas More era motivo de glorificação, quando dizia em sua Utopia (1516): "Aquele que conhece uma das cidades conhece-as todas, de tal forma elas são exatamente iguais, exceto no que a natureza do terreno impede". (Idem)

Traço inicial que se perpetua na onipresente legislação urbanística que se reproduz incessantemente ao longo de toda nossa história.

Embora de caráter diferente, como bem explica Murillo Marx (Marx, M., 1989), particularmente em função das relações entre igreja e Estado em Espanha e Portugal, a colonização lusitana não foge ao caráter "ordenado"; embora a legislação eclesiástica tenha tido influência muito maior na constituição urbana do Brasil, contribuindo para uma estruturação urbana diversa, o caráter instrumental de operador cultural se manteve:

"Ambas as formas de ordenar espacialmente os instrumentos de controle social revelam – e as exceções num caso e outro acentuam – a existência duma lógica. Mas uma lógica própria em cada uma. É grande o paralelismo da empresa colonial, de seu pretexto espiritual, das tradições culturais e institucionais (Rama, p. 38); é distinta, contudo, a convivência formalizada entre o braço espiritual e o braço temporal de cada Coroa. Esta convivência diferente se expressa do ponto de vista urbanístico logicamente de uma determinada forma em cada caso." (Idem, p. 23).

Ainda que a determinação destas diferenças seja de fundamental importância no estudo concreto dos espaços urbanos de uma e outra colonização, e ainda que os projetos colonizadores português e espanhol tenham sido distintos, o que se pretende caracterizar, para nosso estudo, é o caráter de imposição no campo da ordem no espaço – qualquer ordem no espaço – , e no campo da ordenança escrita, eclesiástica ou secular, a governar o mundo do possível urbano, a instituir-se como cidade desde antes e para depois da própria vida urbana.

Choay aponta como a colonização e, principalmente, o trabalho missionário produzem detalhados levantamentos e análise das condições de vida dos aborígenes; estudos que servirão de base à mudança necessária à evangelização. Exemplificando com a *História natural de las Indias* de 1590 do Pe. J. Acosta e as relações do padre Lejeune interpreta a importância das transformações espaciais:

“O proselitismo do missionário leva-o a privilegiar o quadro construído com garantia do funcionamento do modelo social. Esse quadro se torna para ele pedra angular do processo de evangelização. É preciso destruir a organização espacial que aloja e corrobora os comportamentos a erradicar, e substituí-la por um modelo tomado à – ou concebido pela – sociedade cristã, ou ainda impor-lhe um ex-nihilo, nos casos de miséria quando se tem contato com povos em estado natural” (Choay, 1985), p. 65-66¹⁰⁵

A cidade “parto da razão”, idéia por excelência, instrumento de imposição cultural, signo que se perpetua além da existência da coisa que representa ou, ainda, que oculta toda realidade que não se submete à sua ideação obrigando a uma dupla vida e construindo uma “cidade invisível” nos interstícios da sua “ordem”. A isto voltaremos adiante.

Cidade, problemas urbanos e urbanismo

“Supondo que a mesma impressão que eu sentia em aqueles momentos teriam sido experimentadas por outros antes, e que alguns destes teria quiçá se ocupado em estudar filosoficamente todo o alcance da influência transformadora que aqueles grandes e novos elementos da ação e de vida, postos à disposição do individuo, teriam de exercer no fundo da sociedade humana e, sobre tudo, nas grandes cidades que a última civilização converteu em outros tantos focos de vida social e que, publicando o resultado de suas elucubrações, teria aconselhado aos governos que se apressassem a preparar os povos para receber a nova ordem de coisas, que ia já lenta mas sensivelmente introduzindo-se; examinei os catálogos de todas as livrarias nacionais e estrangeiras decidido a reunir uma coleção de todos os livros que de tal matéria tratassem. Qual seria no entanto minha surpresa ao encontrar que nada, absolutamente nada tinha sido escrito acerca deste assunto de tanta magnitude e transcendência?

Então, à vista disto foi quando surgiu em minha mente a primeira idéia de consagrar a esta matéria todos os intervalos que, na minha situação de engenheiro ao serviço do governo, me deixassem livres as atenções desse mesmo serviço, a fim de reunir dados e adquirir conhecimentos que pudessem ilustrar tão vital assunto.

Este primeiro passo, cujo alcance não distingui naqueles momentos de entusiasmo, e de que não tenho me arrependido jamais, foi o que decidiu a sorte da minha vida inteira. Minas primeiras investigações acerca das exigências da nova civilização cujo caráter distintivo são o movimento e a comunicatividade, pondo-las em comparação com o que poderiam oferecer para satisfazê-las nossas antigas cidades em que tudo é estreito e mesquinho, me deixaram vislumbrar novos horizontes, dilatados, imensos, um novo mundo para a ciência, para o qual resolvi dirigir meu rumo a todo transe. Os descobrimentos que nessa minha viagem de exploração científica ia fazendo todos os dias, aguilhoavam minha curiosidade, alentavam-me e comunicavam-me novo vigor para continuar adiante apesar dos obstáculos com que freqüentemente tropeçava. Reconhecendo, não obstante, que a colossal empresa que tinha acometido já que não fosse superior aos esforços de um só individuo, exigia, ao menos, a consagração de todo meu tempo, de todas as minhas faculdades e que, por isso mesmo, sua continuidade era incompatível com qualquer outra ocupação séria, tomei (em 1849) a determinação de fazer esse sacrifício em obséquio da idéia urbanizadora.” (Cerdá, 1968), T. 1, p. 8-9.

Com estas palavras de assombro, Cerdá destacava, na metade do século XIX uma necessidade e uma carência; e se dispunha a construir o segmento da ciência que tratasse dos problemas da urbanização com antecipação que permitisse aconselhar “aos governos que se apressassem a preparar os povos

¹⁰⁵ Alerta no entanto a autora, que a comparação da vida dos indígenas com os costumes europeus estão, freqüentemente, carregados de críticas a estes.

para receber a nova ordem de coisas, que ia já lenta mas sensivelmente introduzindo-se.”

A decisão de Cerdá fora originariamente motivada pelo impacto das revoluções da mobilidade de pessoas e mercadorias mediante o uso em difusão da máquina de vapor, mas é o motor elétrico que o convence a dedicar sua vida aos estudos da “urbanização”. Cerdá constata que *“enquanto continuam cada dia com maior animação os debates, a doença social vá continuando e fazendo maiores progressos, crescendo cada dia em extensão e intensidade”*. E a razão deste avanço consiste em que ninguém achou, até então, a causa *originária e fundamental* dessa doença de que sofrem as sociedades modernas.

Cerdá mergulha os *abismos horrorosos* da cidade em busca do mal para poder remediá-lo :

“Convencido cada dia mais, na proporção que tenho aprofundado em meus estudos e investigações, de que a urbanização é uma verdadeira ciência e compreendendo, por isso mesmo, a necessidade de inquirir, estabelecer e fixar as bases e princípios sobre que dita ciência há de se levantar com o fim de encher com o maior acerto possível esta difícil tarefa que desde logo me impus, achei que era o mais conducente e adequado começar por fazer uma análise detida e a mais minuciosa possível de todos quantos elementos constituem os centros urbanos; já que depois de conhecer profundamente o que é de fato uma urbe, aparece mais fácil, ou melhor, menos difícil, definir o que, para o melhor serviço e contentamento de todos, deveria ser em teoria.” (Idem), T. II; p. 1.

Após de um minucioso estudo da situação urbana de Barcelona que se constitui na análise da Urbe ou CONTINENTE, a população ou CONTEÚDO, das relações entre conteúdo e continente ou FUNCIONAMENTO e *“dos Resultados imediatos deste funcionamento, pelo que diz respeito à essência e valia do continente, à existência e gravames do conteúdo e às conseqüências lógicas que disso derivam”*, Cerdá elabora, finalmente, uma Monografia da classe operária.

A *“Monografia Estadística de La Clase Obrera de Barcelona en 1856 : Espécimen de una estadística funcional de la vida urbana, con aplicación concreta á dicha clase”* não é original; tal tipo de trabalhos têm origem na Comissão de Pobres quando a nomeação de Edmund Chadwick e os seus relatórios de 1842¹⁰⁶ que foram decisivos para a regulamentação da salubridade urbana inglesa como também para fundamentar as críticas ao sistema de Frederico Engels na sua famosa obra (Engels, 1974). As recorrentes epidemias de cólera foram o impulso em toda Europa.

Mas o relatório de Chadwick, assim como as utopias iniciais de Owen, embora de uma e outra forma traduzam idéias que hoje reconhecemos como urbanísticas, trabalham ao serviço de um programa social geral e com instrumentos de carácter físico : uma nova legislação da construção de moradias e restrições higiênicas num caso ou uma estrutura ideal de sociedade produtiva, habitação, educação, etc. no outro.

¹⁰⁶ *Report on the Sanitary Conditons fo the Labouring Population, 1842.* segundo Benevolo, (Benevolo, 1981), p. 96.

Cerdá, ao contrário, “descobre” que os males da sociedade decorrem de problemas especificamente urbanos e que, conseqüentemente, a ciência da urbanização pode e deverá resolver, mediante seus instrumentos, este males. E, como toda ciência, carece de uma “Teoria Geral” que ele elabora. Pensa ter chegado a uma solução científica capaz de superar a contradição entre a espantosa vocação de desenvolvimento da sua época e os horríveis entraves para a sua plena realização.

“... vi clara e distintamente que esse organismo com os defeitos capitais de que padece, incompleto em seus médios, mesquinho em suas formas, sempre restritivo, sempre compressor, aprisiona e mantém em constante tortura à humanidade, que orgulhosa com os médios e elementos de ação de que dispõe, e ávida de seguir adiante pelo caminho do seu aperfeiçoamento, que o dedo de Deus, agora com mais força que nunca, parece lhe indicar, forceja sem cessar para romper essas tirânicas cadeias de alvenaria que a aprisionam.” (Cerdá, 1968), p. 12-13.

A cidade concreta, física, de alvenaria, inadequada às transformações velozes da sociedade, a cidade herdada do passado, é a causa dos males que afligem a sociedade.

A descoberta justifica todo o esforço e o sacrifício que Cerdá se impôs : finalmente, tinha descoberto a ciência capaz de remover os problemas e entraves de uma sociedade tecnologicamente em avanço sem precedentes históricos.

A metodologia científica de Cerdá é clara : o estudo profundo da cidade e de seus componentes e a sua história, daria elementos de previsão para a cidade do futuro.

Pensar que esta recém nascida ciência pudesse resolver os problemas sociais da cidade industrial do meados do século XIX pode parecer ingênuo hoje. Mas perdura até hoje, no cerne do urbanismo, esta ilusão; ainda que com métodos inteiramente diferentes daqueles que Cerdá imaginou e colocou em prática em Barcelona.

Ainda que não tenha usado a palavra (chamou seu tratado de *Teoria General de la Urbanización*) Cerdá fundou o urbanismo tal qual o concebemos cento e cinquenta anos depois.¹⁰⁷

O caráter científico do urbanismo tem sido amplamente questionado. Benevolo, em trabalho clássico o coloca da seguinte forma:

¹⁰⁷ Não se pretende aqui ingressar na polêmica sobre o nascimento do urbanismo moderno. Buscar uma origem única é ficar condenado a ser superado pelo encontro de outra origem anterior. É claro que a atividade urbanística antecede a obra de Cerdá e parece óbvio que, como engenheiro de Portos, pontes e caminhos, ele conhecia as principais intervenções do século XIX. É improvável que Cerdá não conhecesse os concursos que foram habituais desde a Place de la Concorde em Paris, em 1748. As guerras napoleônicas, por outra parte, tinham demonstrado a ineficácia das muralhas e, principalmente, dos “campos de tiro” em volta da cidade. As apinhadas cidades intra-muros rodeadas de campos livres e a distância de núcleos já totalmente integrados a sua vida urbana, encontraram via livre para as expansões do século XIX, das quais a de Barcelona, de Cerdá, faz parte. Não obstante, uso Cerdá como paradigma pelo enunciado em forma de tratado ou “Teoria General”; os escritos importantes de Reinhard Baumeister e de Joseph Stubben começam na década de 70. Sobre o nascimento do urbanismo, ou urbanismo moderno como querem alguns, ver: (Sica, 1981a); (Sutcliffe, 1980); (Collins e Collins, 1988).

“Owen e Chadwick, se bem que apegados a uma idéia primitiva da planificação urbanística, mostraram-nos esta simples verdade: que a urbanística é uma parte da política, necessária para concretizar qualquer programa operativo e simultaneamente não redutível às fórmulas programáticas gerais.

Para melhorar a distribuição territorial das actividades humanas é necessário melhorar as relações económicas e sociais de que dependem essas actividades; por outro lado, não basta melhorar as relações económicas e sociais para que as espaciais fiquem automaticamente corrigidas.” (Benevolo, 1981), p. 11.

O raciocínio de Benevolo é um tanto óbvio. Poderia dizer-se a mesma coisa da economia, da sociologia, da demografia, etc. Todas as técnicas que atuam sobre a vida social dos homens fazem parte da política, se admitimos que a política é a técnica de controle e governo da sociedade. Mas a afirmação de que *“não basta melhorar as relações económicas e sociais para que as espaciais fiquem automaticamente corrigidas”*, admite, implicitamente, a existência de um saber urbanístico autônomo; uma técnica “não política”, portanto. Técnica que exigiria, ainda que emprestada de outras disciplinas, uma teoria pré-existente¹⁰⁸. A posição de Benevolo é condizente com a sua posição historiográfica em geral e foi polemizada radicalmente por Piero Pierotti; basta aqui lembrar o carácter óbvio que este destaca : aceitando-se, dentro do pensamento marxista, que a idéia dominante de uma época é sempre aquela da classe dominante, é impossível aceitar, e muito menos exigir, que a participação de artista, arquiteto ou urbanista tenha um carácter “democrático”. Pierotti afirma que não existe arquiteto ou urbanista democrático como não pode existir rei ou ditador democrático (Pierotti, 1972) (p.183 em diante)¹⁰⁹

Jean-Paul Lacaze afirma categoricamente que o urbanismo *“por não ser nem uma ciência nem uma técnica, não pode pretender uma coerência interna que baste para justificar a escolha das soluções tomadas” (Lacaze, 1993) (p. 11)¹¹⁰*. A partir desta simples constatação, submete o urbanismo a uma dependência quase absoluta ao poder, já que *“a única coisa que permite distinguir o domínio do urbanismo do domínio da geografia urbana é ... a existência de uma vontade de ação e portanto a perspectiva de exercer um poder que modifique o espaço da cidade”*. As obras de Haussmann em Paris, a Brasília de Lucio Costa, são situações particulares tanto em relação aos seus “autores” quanto aos seus “promotores” – Napoleão III e J. K. As decisões nestes casos incorporam situações políticas e sociais particulares que não podem estender-se à toda a prática urbanística.

Ainda para Lacaze, a característica central da disciplina urbanismo é a de oferecer subsídios à necessária *arbitragem política*. E especifica que, em urbanismo, *o modo de decisão tem finalmente muito mais importância que a*

¹⁰⁸ Entendido aqui teoria como corpo coerente de leis que regem processos concretos.

¹⁰⁹ A crítica de Pierotti coincide de alguma forma com a clássica afirmação de Tafuri segundo a qual não existe arquitetura de classe mas crítica de classe à arquitetura.

¹¹⁰. Seria interessante saber qual a ciência ou técnica de ação sobre as questões sociais que possui essa coerência interna. Ver o comentário de Wiener sobre o assunto no capítulo anterior.

natureza da decisão. O que induz o autor a manifestar clara simpatia pela *democracia* interna ao “processo participativo”.

“E o objetivo principal dos processos participativos é permitir uma transição suave e não traumatizante entre as condições dos lugares antes e depois da conduta de urbanismo prevista.” (Lacaze, 1993), p. 19.

Não fica esclarecido se essa transição suave se dá por escolha ou por convencimento ou, ainda, por simples e mera propaganda. Mas voltaremos mais adiante sobre o “urbanismo participativo”. O importante é que Lacaze, malgrado a sua postura inicial, deve finalmente :

“Reconhecer a natureza fundamentalmente política da decisão final em nada reduz, muito pelo contrário, a necessidade de preparar essa decisão por estudos específicos e detalhados. O mesmo ocorre quanto às decisões referentes aos equipamentos urbanos, trate-se de superestruturais ou de infra-estruturais.” (Idem)

Estamos muito próximos da posição de Benevolo; já que se admite que a decisão política final estabelece a necessidade de estudos específicos e detalhados pelo urbanismo, admite-se que essa decisão política não é suficiente para *corrigir automaticamente* as questões do espaço urbano.

As críticas à ciência cerdaniana oriundas da tentativa de reconhecimento da autonomia da disciplina urbanística são essencialmente inócuas. A prática urbanística cobriu um século consolidando-se como indispensável à vida urbana

111

“Da «questão social» aos «problemas urbanos»”

Com este título sugestivo e esclarecedor, Topalov publicou o conteúdo de sua participação na Conferência “Espaço, poder e representação” na Universidade de California, Berkeley, em 1986 (Topalov, 1990)¹¹².

Topalov traz à luz que a idéia da existência de problemas urbanos é recente : sua origem é no começo do século XX nos reformadores da habitação e os primeiros urbanistas e filantropos e trabalhadores sociais em confronto com os problemas das grandes metrópoles do mundo industrial. *“Mudar a cidade para mudar a sociedade e, em particular : o povo, tal era sua visão estratégica” (Idem, p. 337)..*

Analisando as políticas de seguro desemprego e de reforma da habitação, na Inglaterra de início de século a primeira e no primeiro decênio da França a segunda, Topalov destaca:

“Podemos ver assim que duas políticas sociais progressistas (o seguro desemprego e a reforma da habitação) têm a sua origem num projeto educativo relativo aos trabalhadores urbano e não nas exigências destes. Essas políticas sociais contrariavam dois hábitos bem arraigados nas classes populares : a mobilidade e intermitência do emprego assalariado e a preferência pelas habitações baratas dos seus bairros tradicionais.” (Topalov, 1996), p. 339.

¹¹¹ Houston, Texas, orgulhosamente, gaba-se de não ter, nem nunca ter tido, plano urbanístico. Esta afirmação deve-se à falta de qualquer *zoning* na cidade que se rege, quanto ao uso do solo, pelas normas de mercado.

¹¹² Publicado no Brasil (Topalov, 1996)

A grande transformação em relação aos começos da revolução industrial consiste em que, nela, as “classes perigosas”, como eram referidas as classes operárias das grandes cidades eram tratadas como caso de polícia dentro de um modelo disciplinar-repressivo e os problemas que estas classes traziam à sociedade eram concebidos sob o conceito amplo de problemas sociais ou questão social. A partir de 1890, as “classes perigosas” deixam de ser consideradas em bloco para as diferenciar, primeiramente numa classe operária respeitável e numa massa humana empobrecida classificada numa série de categorias específicas. O alcoolismo, a indigência, a loucura, a criminalidade, não são mais atributos gerais de uma “classe perigosa” mas especificidades de problemas específicos tratados de forma específica também. A “questão social” desdobra-se, igualmente em “problemas” específicos a resolver para fazê-la desaparecer. Cada problema requer um âmbito de saber específico e técnicas apropriadas de intervenção.

Desta forma, problemas específicos e suas respectivas ciências e saberes passam a fazer parte da administração. Doenças como a tuberculose deixam de ser problemas do homem (e do seu trabalho) para fazer parte dos problemas de higiene da habitação; o alcoolismo é consequência da taberna (que é o local de sociabilidade do operário).

“Cada disciplina retém, do encadeamento causal, os elementos transformáveis pela prática reformadora especializada à que proporciona uma linguagem, e deixa fora os elementos que escapam ao seu âmbito.

Esta divisão implica simultaneamente um conhecimento e um mascaramento das realidades da vida popular. Esta dupla operação de saber e não saber desarticula as práticas que têm uma coerência para os diferentes grupos populares e assina aos elementos, convertidos em autônomos, um sentido alheio.” (Idem, p. 344).

Novamente uma classe intelectual assume papel fundamental no “bom governo” constituindo um cerco fechado à compreensão dos problemas em sua totalidade. Assim é possível, inclusive, a abertura para a participação popular desde que restrita aos campos disciplinares previamente transformados em campos de saber autônomos.

“A ciência e a administração modernas estão em mãos de homens novos. O notável ilustrado, generalista da reforma social, cede seu lugar ao experto. Cada nova profissão elabora uma tecnologia que lhe é própria, reivindica uma legitimidade científica específica e se afirma com a criação de associações que apregoam sua autonomia e de institutos de formação que organizam sua reprodução.” (Idem, 346).

O urbanismo participativo torna-se agora possível na medida em que conduz a participação ao campo disciplinar devidamente ordenado segundo um saber específico e desassociado dos outros campos disciplinares em que foi dividida a compreensão da realidade social.

A única totalidade possível é a política, mas esta também encontra-se prisioneira de discursos letrados.

Os desdobramentos desta fragmentação disciplinar que traz no seu bojo o papel crescente do urbanismo como ciência, tecnologia, prática, obriga a ver a cidade através das suas lentes que se constituem em verdadeiras estruturas de

compreensão do urbano e tornando qualquer prática externa a esta estrutura como inexistente ou invisível.

A Cidade Invisível

Não nos referimos aqui a “o que não se vê” da cidade segundo coloca Murillo Marx (Marx, 1980) (p. 118); não são os sistemas ocultos o que constitui a cidade invisível aqui referida, nem as áreas saneadas nem os sucessivos aterros que se incorporam sem visibilidade. É a cidade “outra”, essa que está aí à nossa vista mas que nos parece alheia ou, no máximo, cenário; pitoresco ou deplorável.

“A vista chega antes das palavras. A criança olha e vê antes de falar” (Berger, Blomberg *et al.*, 1987) (p. 12); mas ainda não se estabeleceu a relação precisa entre o que vemos e o que sabemos.

Descartado o ato da reação mecânica a estímulos físicos da percepção visual no seu instante de passagem na retina, ver é um complexo processo intelectual.

A visibilidade percorre uma operação cognitiva: “Aquilo que sabemos ou aquilo que julgamos afeta o modo como vemos as coisas. Na Idade Média, quando os homens acreditavam na existência física do Inferno, a visão do fogo tinha certamente para eles um significado muito diferente do que tem hoje para nós. No entanto, a sua idéia de inferno dependia muito da visão do fogo que consome e das cinzas que permanecem, bem como da experiência dolorosa das queimaduras.” (Idem, p. 11).

A invisibilidade - descartada a ausência de reações mecânicas na nossa retina aos efeitos da luz sobre os objetos – pode ser entendida, portanto, como uma ausência de conceitos, uma impossibilidade de nomear aquilo que passa pela nossa visão¹¹³.

A cidade invisível pode ser produto de uma ocultação (ou ignorância) ou de uma construção. Ou, ainda, de uma ocultação construída.

Um exemplo próximo no espaço e no tempo, a Salvador atual, pode ser esclarecedor.

Em relação à visibilidade, Salvador é excepcional. À par da sua beleza e da claridade da sua atmosfera, Salvador se abre à vista de uma forma peculiar: morfologicamente permite ser observada sem se ocultar por trás de si mesma, como a maioria das cidades se oculta; seus morros, sua encosta, oferecem centenas de atalhias que descortinam ângulos sempre variados, sempre surpreendentes. Encarapitada por cima de si mesma no seu frontispício e na sua configuração enladeirada transforma-se a todo o momento em arquibancada e cenário: espetáculo visível.

Mas, além destas características físicas das quais poderíamos passar horas falando, a vida que pulsa no seu interior é reconhecidamente visível.

¹¹³ De alguma forma, todo conceito ilumina e oculta; a própria idéia de cidade torna visível uma miragem de unidade ocultando a fragmentação e descontinuidade próprias da vida “urbana”.

Qualquer viajante, até um turista, o percebe. Decorre desta visibilidade o seu maior encanto. Não há percurso no qual seus aspectos sócio-culturais não se exponham de forma explícita.

A cidade dos pobres que até a década de 50 se manteve escondida por trás das ruas de cumeada, que constituía a cidade ocupada pelos ricos e menos pobres, a que Milton Santos se refere¹¹⁴, não mais se oculta: a conquista das avenidas de vale pelos setores “formais” da cidade a deixaram escancaradamente à mostra.

No entanto existe em Salvador uma cidade invisível.

Como se constrói esta invisibilidade?

- Em primeiro lugar, com a formalização legal da estrutura da cidade – o que Rama chamou de Cidade Ordenada – que herdamos desde a própria constituição da cidade de Salvador e que permanece onipresente na reprodução de uma poderosa burocracia, definindo aquilo que a cidade é e o que deve ser e ignorando (ocultando) o que não se ajusta às suas leis;
- Em segundo lugar, mediante a constituição de um saber numeroso porém reducionista sobre a cidade, que obriga a pensar e conceituar Salvador segundo seus critérios letrados em âmbitos teóricos pré-definidos.

Exemplificarei brevemente como funcionam estes dois instrumentos de construção da invisibilidade.

A cidade e a lei

A nossa legislação urbanística em vigor até muito recentemente, a LOUOS – Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo, com quase vinte anos de vida, estrutura-se segundo duas categorias que determinam o uso e a ocupação do solo: os empreendimentos e as atividades. O título II da lei, que trata dos empreendimentos públicos e privados que configuram o uso e a ocupação no solo no Município da Cidade do Salvador, contém dois artigos que versam:

Art. 10 – Para os efeitos desta lei, os empreendimentos públicos e privados, que configuram o uso e a ocupação do solo no Município, encontram-se no Anexo nº 2 que a integra.

¹¹⁴ “Há 20 anos, de um modo geral, as construções limitavam-se à plataforma do tampo da escarpa, sob uma forma linear e preferiam as dorsais das colinas; o povoamento irradiava ao longo dos antigos caminhos e das linhas de transporte coletivos, mais recentes. Desprezava, deste modo, os vales onde, pertinho do centro, pululavam casas de gente pobre e hortas; estas representavam uma solução cômoda, embora precária e insuficiente, do problema de abastecimento em frutas e legumes de uma cidade praticamente sem subúrbio rural imediato. O primeiro vale a se ocupado foi a Baixa dos Sapateiros, aí por 1835.

Nestes últimos anos, o crescimento da população e as novas técnicas de construção e de urbanismo valorizaram os terrenos em declives. As obras públicas multiplicam o valor dos terrenos nos vales, que começam a ser colonizados, principalmente por uma população abastada que expulsa, pouco a pouco, os primeiros ocupantes, isto é, os pobres e as hortas.” (Santos, 1959) p. 56-57.

Art. 11 – Todo e qualquer empreendimento existente ou que venha a ser implantado no Município será obrigatoriamente enquadrado em uma categoria e em uma das respectivas subcategorias do Anexo nº 2.

Assim, o Anexo referido torna-se um inventário de todas as possibilidades de empreendimentos, já que todo e qualquer empreendimento deverá ser “obrigatoriamente” enquadrado segundo sua enumeração.

No título III da lei, acontece a mesma coisa com as atividades:

Art. 12 – Para os efeitos desta lei, as atividades públicas e privadas que configuram o uso e a ocupação do solo no Município encontram-se no Anexo nº 3 que a integra.

Art. 13 – Toda e qualquer atividade realizada, ou que venha a realizar-se no Município, será obrigatoriamente enquadrada em uma categoria e em uma das subcategorias constantes do Anexo nº 3.

Os anexos 2 e 3 passam a ser, pela LOUOS, o elenco total do possível em termos de empreendimentos e atividades que constituam uso e ocupação do solo na cidade.

De início, só a pretensão da existência de semelhante catálogo de empreendimentos e atividades, define que todo o que possa ser feito deve ter sido pensado e devidamente categorizado anteriormente. A imposição de semelhante taxonomia determina a cidade que se constitui como *parto da razão* em oposição à cidade de ruas e casas; à cidade historicamente constituída pela vida concreta das pessoas, inventada a todo momento com situações novas e, necessária e afortunadamente, imprevisíveis.

Esta pretensão classificatória de todo que existe ou que venha a existir poderia ser apenas tola. Mas se a observamos detidamente, encontramos que nestes vastos catálogos de empreendimentos e atividades omitem-se deliberadamente formas de ação de uma cidade que pertence ao mundo das coisas, da realidade da vida urbana.

Existem no Anexo 2 mais de trinta categorias e perto de 300 subcategorias. Desde um barraco ou um mirante até um campo de golfe ou um aeroporto, todos os empreendimentos da Cidade Ordenada encontram-se aqui.

Inútil buscar neste catálogo a laje batida. Bater uma laje não se constitui em empreendimento que configure uso e ocupação do solo.

O Anexo 3, naturalmente, é muito mais extenso: 33 páginas na versão disponibilizada na Internet. Desde fabricação de aeronaves até o comércio de selos (filatélica) passando por “Competição e prática de esportes motorizados terrestres”, todas as atividades da Cidade Ordenada se encontram distribuídas numa listagem extensa e tediosa, ainda que, às vezes, cômica.

Inútil buscar nesta taxonomia das atividades de Salvador um camelô ou uma Baiana do acarajé.

Para efeitos do uso e ocupação do solo, Salvador não tem camelôs, nem baianas do acarajé, nem festa de largo, nem carnaval.

Ambas listagens pretendem ser, obviamente, universais e aplicáveis a qualquer cidade do Brasil, quicá do mundo. Sua intenção é buscar a taxonomia definitiva para todas as cidades que, desde a Utopia de Tomas Moro: *"Aquele que*

conhece uma das cidades conhece-as todas, de tal forma elas são exatamente iguais, exceto no que a natureza do terreno impede".

Pode fazer-se análise semelhante com o Código de obras de Salvador e a sua absoluta inadequação à circunstância habitacional efetiva da imensa maioria de Salvador.¹¹⁵

A cidade letrada

O segundo ponto referido antes como fator de ocultação da cidade real é a constituição de um saber, numeroso porem reducionista, sobre a cidade, que obriga a pensar e conceituar Salvador segundo seus critérios letrados em âmbitos teóricos pré-definidos.

As razões para não deixar de tocar neste segundo ponto são as seguintes: em primeiro lugar, não se pode deixar passar a idéia que a ocultação da cidade real a que nos referimos seja tarefa e intenção únicas e exclusivas de uma burocracia perversa; essa burocracia faz parte de uma lógica que é muito mais ampla, faz parte de uma racionalidade construída fora do âmbito burocrático onde se formaliza; e esta construção tem na universidade instrumento fundamental nessa racionalidade que dá suporte à "Cidade Ordenada".

Immanuel Wallerstein, historiador do capitalismo, comenta a formação desta racionalidade:

"A crença no universalismo tem sido a pedra angular do arco ideológico do capitalismo histórico. O universalismo é uma fé tanto como uma epistemologia. Não só requer respeito, mas também veneração pelo fenômeno escorregadio mas supostamente real da verdade. As universidades tem sido simultaneamente as oficinas da ideologia e os templos da fé. (...)

"Nossa educação coletiva tem-nos ensinado que a busca da verdade é uma virtude desinteressada quando, de fato, é uma racionalização interessada. (...)

"Enquanto que o racismo servia como mecanismo de controle dos produtores diretos a escala mundial, o universalismo servia para dirigir as atividades da burguesia de outros Estados e de diversas capas médias a escala mundial na direção de uns canais que maximizaram a integração dos processos de produção e o bom funcionamento do sistema interestatal, facilitando com isto a acumulação de capital. Isto requeria a criação de um marco cultural burguês a escala mundial que pudesse ser enxertado nas variantes "nacionais". Isto era especialmente importante para a ciência e a tecnologia, mas também no âmbito das idéias políticas e as ciências sociais.

¹¹⁵ Existe uma vasta literatura sobre este assunto que teve desde a década de 1960 uma forte difusão nos meios acadêmicos e administrativos de todo o mundo. John Turner foi, talvez, o mais destacado porta-voz. Cf. (Turner e Fichter, 1976). Os primeiros trabalhos dentro desta linha de ação datam de 1955 quando Eduardo Neira organizou um pequeno grupo de profissionais em apóio às populações de "paracaidistas" em Peru. A característica principal desta produção é a franca oposição aos padrões "oficiais" do urbanismo em voga. Turner, em visita ao Rio de Janeiro fez comentário a respeito da "solução" oficial da ditadura para os problemas de habitação (erradicação de favelas e conjuntos populares) mais ou menos nos seguintes termos: "Me apresentam soluções que são problemas e problemas que são soluções." O desenvolvimento de estas preocupações teóricas pelas agências internacionais de desenvolvimento, notadamente BIRD e BID, constituíram um corpo normativo pragmático de notável cinismo.

O conceito de uma cultura “universal” neutral à que seriam “assimilados” os quadros da divisão mundial do trabalho (...) passou a ser um dos pilares do sistema mundial à medida que este evoluía historicamente. A exaltação do progresso, e, mais tarde, da modernização, resumia este conjunto de idéias, que serviam menos como verdadeiras normas de ação social que como símbolos de um status de obediência e participação nas capas superiores do mundo. A ruptura com as bases religiosas do conhecimento, supostamente limitadas do ponto de vista cultural, em favor de umas bases científicas supostamente trans-culturais, serviu como auto-justificação de uma forma de imperialismo cultural especialmente pernicioso. Dominou em nome da liberação intelectual; se impôs em nome do cepticismo.

O processo de racionalização, central para o capitalismo, tem requerido a criação de uma capa intermédia que inclui aos especialistas de esta racionalização, tais como administradores, técnicos, científicos e educadores. A mesma complexidade não só da tecnologia, mas também do sistema social têm tornado essencial que esta capa seja ampla e se expanda com o tempo. Os fundos utilizados para sustentá-la tem sido obtidos do excedente global, tal como é extraído a través de empresários e Estados. Neste sentido elementar, mas fundamental, estes quadros têm formado parte da burguesia cuja pretensão de participar no reparto do excedente tem recebido uma determinada e precisa forma ideológica com o conceito de capital humano no século XX. Ao ter relativamente pouco capital real que transmitir como herança da sua unidade doméstica, estes quadros têm tratado de garantir a sucessão assegurando aos seus filhos um acesso preferencial aos canais educativos que garantem a posição. Este acesso preferencial tem sido convenientemente apresentado como um logro, supostamente legitimado por uma “igualdade de oportunidades” estritamente definida.

A cultura científica converteu-se assim no código fraternal dos acumuladores de capital de todo o mundo. Em primeiro lugar, serviu para justificar tanto suas próprias atividades como as recompensas diferenciais das que se beneficiavam. Promoveu a inovação tecnológica. Legitimou a rigorosa supressão das barreiras à expansão das eficiências produtivas. Gerou uma forma de progresso que seria benéfica para todos: se não de imediato, a longo prazo.

A cultura científica foi, não obstante, algo mais que uma mera racionalização. Foi uma forma de socialização dos diversos elementos que eram os quadros de todas as estruturas institucionais necessárias. Como linguagem comum aos quadros, mas não diretamente à força de trabalho, converteu-se também num instrumento de coesão de classe para a capa superior que limitava as perspectivas ou a extensão da atividade rebelde por parte dos quadros suscetíveis de cair nesta tentação. Ademais, era um mecanismo flexível para a reprodução desses quadros. Ajustava-se ao conceito conhecido hoje como “meritocracia”, e anteriormente como “la carrière ouverte aux talents”. A cultura científica criou um marco dentro do qual era possível a mobilidade individual sem que o reparto hierárquico da força de trabalho se visse ameaçado. Ao contrário, a meritocracia reforçou a hierarquia. Finalmente, a meritocracia como operação e a cultura científica como ideologia criaram véus que dificultaram a percepção das operações subjacentes do capitalismo histórico. A grande ênfase na racionalidade da atividade científica foi a máscara da irracionalidade da acumulação incessante.” (Wallerstein, 1988).

Seja como formação de quadros, seja como laboratório de um saber racional universal, a universidade cumpre papel fundamental na construção desta máscara que se perpetua.

Rama chamou a esta estrutura de Cidade Letrada.

A “outra cidade”, a cidade dos pobres, a cidade “sub-normal”, a cidade da favela, foi objeto privilegiado dos estudos e pesquisas acadêmicas durante mais de três décadas. Esta vasta produção teve uma base epistemológica quase

unitária. Explicar a favela foi entendê-la como epifenômeno do capitalismo selvagem, estratégia de sobrevivência dos despossuídos, dos espoliados, generalização da renda abaixo dos níveis de reprodução da força de trabalho, produção de sobre-trabalho como forma particular de maisvalia, consequência da terra urbana como mercadoria apropriada pelos especuladores, etc, etc.

O número de publicações, congressos, seminários e, finalmente, de especialistas em “habitação popular”, multiplicou-se de forma significativa.

Quantificou-se detalhadamente a dimensão, a progressão, as taxas de crescimento, os índices e as relações entre os “problemas urbanos” e esta “outra cidade”.

Mas, principalmente, tornou-se um excelente campo de trabalho e, conseqüentemente, de financiamento público, de um número significativo de pesquisadores que seguiram fielmente o que Thomas Kuhn chamou de paradigma.

Independentemente da eventual correção das afirmações destes trabalhos, não se pode negar que a quantidade de conhecimento produzido é desproporcional com a quantidade de papel, tinta e recursos gastos para isto; parte considerável destes trabalhos são meros exercícios de aplicação de fórmulas de âmbitos teóricos pré-determinados a situações específicas.

No entanto, o caráter mais negativo nesta prática não foi o seu custo excessivo e desnecessário, foi o estabelecimento de uma explicação quase única e extremamente reducionista da cidade “informal”. De tal forma que, ao tentar elucidá-la dentro de conceitos pretensamente universais, subtrai-lhe a particularidade, a potencialidade, a dinâmica interna que, freqüentemente, não pode ser explicada pela matriz teórica utilizada.

Se bem é verdade que, num determinado momento, esta visão ilumina a relação estrutural que esta realidade possui com a cidade “formal”, sua generalização coloca um véu de homogeneidade explicada que a torna invisível.

Quando se a quantifica, o absurdo fica domesticado, manejável, moeda de sala de aula, de congresso, de seminário. Mas esconde-se por trás desta matemática um distanciamento confortável. *“Estas estatísticas não fazem mais que distrair a atenção. Começamos a ter em consideração os números em lugar da dor. Calculamos em vez de julgar. Relativizamos em vez de rejeitar”.* (Berger, 1990a).

Este saber “letrado” sobre a cidade “informal” produz um anel de suporte à Cidade Ordenada que compõe a visão “oficial” de cidade. Não é por coincidência que os “pesquisadores” os “especialistas” oriundos destas teses, destas pesquisas, destes congressos e seminários são a “mão-de-obra” privilegiada dos trabalhos de “fundamentação” para os Planos Diretores, para as próximas edições da Cidade Ordenada. É o “capital humano” referido por Wallerstein que encontra nas encomendas específicas para os trabalhos oficiais, a ocasião de re-construir a “cidade letrada”, permanentemente adaptada e adequada às novas “modas” do saber universal.

Isto coloca a necessidade de uma revolução no meio científico, uma chamada a um trabalho intelectual que possa transbordar os limites da cidade letrada, os limites da racionalidade oficial.

David Harvey, inquirido por si próprio sobre o que supõe este trabalho intelectual responde:

“Em primeiro lugar, permitir-se-me-a dizer o que não supõe: Não supõe outra investigação empírica das condições nos guetos. Já possuímos suficiente informação e é um desperdício de energia e de recursos empregar nosso tempo num trabalho deste tipo. De fato, seguir recolhendo mais provas da patente inumanidade do homem resulta incluso contra-revolucionário na medida em que permita ao liberal de bom coração pretender que está contribuindo a uma solução quando de fato não está. Este tipo de empirismo está fora de lugar. Já existe suficiente informação em comunicados de congressos, periódicos, livros, artigos, etc. que nos proporcionam todas as provas que necessitamos. Nosso trabalho não reside nisto. Também não reside no que poderíamos chamar masturbação moral do tipo que acompanha a coleta masoquista de enormes expedientes sobre as injustiças que sofre a população do gueto, com as quais batemos no peito, compadecendo-nos, antes de retirarmo-nos a nosso conforto do lar. Isto também resulta contra-revolucionário já que serve simplesmente para que expiemos nossa culpa sem nos ver nunca obrigados a afrontar as soluções fundamentais, e fazer alguma coisa a respeito. Também não é solução abandonar-nos a esse turismo emocional que nos leva a viver e trabalhar com os pobres “durante algum tempo” com a esperança de que possamos ajudá-los realmente a melhorar a sua sorte. Isto resulta contra-revolucionário também dado que de este modo: que acontece se ajudamos uma comunidade a ganhar um pátio de recreio num verão de trabalho para que encontrem que a escola estraga durante o outono? Estes são os caminhos que não devemos tomar. Servem simplesmente para nos desviar do trabalho essencial que temos a mão.

Este trabalho imediato não é mais que a autoconscientização e uma informada construção de um novo paradigma para um pensamento geográfico social mediante uma funda e profunda crítica de nossas construções analíticas existentes. Isto é aquilo para o qual estamos melhor preparados. Depois de tudo, somos universitários, trabalhando com os instrumentos do comércio acadêmico. Nosso trabalho consiste, por tanto, em mobilizar nossa capacidade de pensar para formular conceitos e categorias, teorias e argumentos, que possamos aplicar no processo de realizar um cambio social humanizador.

Estes conceitos e categorias não podem ser formulados em abstrato. Devem ser forjados de um modo realista com respeito aos acontecimentos e ações tal qual se desenvolvem a nosso redor.

(.....)

Uma revolução no pensamento científico se leva a cabo pondo em ordem conceitos e idéias, categorias e relações, num sistema superior do pensamento, de modo que quando se julga respeito às realidades que requerem explicação, consegue-se que toda oposição a este sistema pareça absurdo. Posto que somos, na maior parte, nossos próprios oponentes neste assunto, muitos de nós encontraremos que um primeiro passo inicial neste caminho consistiria em incomodar-nos, em fazermos-nos parecer absurdos a nós mesmos. Isto não é fácil, especialmente se no encontramos possuídos pelo orgulho intelectual. Além do mais, o surgimento de uma verdadeira revolução no pensamento geográfico está destinado a ser ajustado por um compromisso na prática revolucionária. Certamente, a aceitação geral da teoria revolucionária dependerá da energia posta na prática revolucionária. Aqui existirão muitas e difíceis decisões pessoais para tomar. Decisões que requerem um compromisso “real” opondo-se ao “simplesmente liberal”, já que realmente resulta muito cômodo ser simplesmente liberal. Mas se as condições são tão sérias como muitos de nós achamos, então chegaremos cada vez mais à conclusão de que não se pode perder grande coisa neste tipo de compromisso e que ganharemos quase todo se o fizermos e triunfamos”. (Harvey, 1976).

O Código, oriundo da cidade ideal ou da nova técnica : o urbanismo, como idéia essencial ou exaustivo inventário, desde as *Leyes de Indias* e as *Constituições primeyras do arcebispado da Bahia*, até nossa legislação urbanística, constitui a cidade permitida.

Urbanismo: separar, organizar, futurizar

Toda estrutura metodológica de urbanismo – desde o trabalho escolar aos planos urbanísticos das metrópoles e desde os ensaios críticos aos manuais – incorpora obrigatoriamente dois processos lógicos opostos : a análise e a síntese. Separar e juntar; método assaz semelhante ao do Dr. Frankenstein, embora a criatura do romance de Mary Shelley seja muito mais encantadora.

A análise segue o princípio de Descartes segundo o qual “*dividir no maior número possível de partes cada uma das dificuldades que encontre, parece ser o requisito para resolvê-las da melhor maneira possível*” (Ferrater Mora, 1983) (p. 40). A síntese é o processo que compõe o que previamente estava separado para (re)fazer um todo; freqüentemente complementar à análise.

Este processo de separar e recompor de forma a resolver as dificuldades pode adequar-se corretamente em situações cujos resultados não correspondem ao esperado, como no conserto de uma máquina que não está funcionando e da qual conhecemos todos seus mecanismos.

Mas em realidades extremamente complexas como são as cidades, e de cujo funcionamento temos um conhecimento apenas aproximado, a separação e a recomposição, para ter um efeito, implica em outros procedimentos.

O principal procedimento para que se consiga uma síntese capaz de obter uma realidade “nova”, um resultado esperado, é a organização. No sentido de dar uma ordem à realidade analisada (separada), segundo leis específicas, para a transformar num organismo, em algo orgânico.

É portanto necessário admitir que a cidade real, tal qual existe em determinado momento e lugar, não constitui um todo ou um organismo ou algo orgânico; é necessário admitir nela um caos a organizar ou, ao menos, um caos iminente a precaver.

Baumeister, na sua preocupação com as expansões urbanas do século XIX, alertava para os problemas que poderiam surgir da ocupação desordenada e para a necessidade de um plano capaz de organizar o desenvolvimento das áreas contíguas à cidade alertando que este plano urbano era uma necessidade para a cidade tanto quanto para os indivíduos particulares enquanto proprietários e interessados no uso do seu patrimônio. Três alternativas são levantadas por ele : a) a liberdade de construir dos proprietários ao seu bel prazer, que iria impedindo, gradativamente, a organização do tecido urbano para as necessidades futuras; b) a organização de pequenos planos para atender a um futuro próximo e c) um plano de longo alcance que, de forma geral, estabeleça padrões infra-estruturais e, conseqüentemente, pouca variação de valores para os terrenos, a cumprir-se gradativamente.

“As linhas principais do projeto não devem ter em conta somente o «futuro próximo» mas devem olhar mais longe para ele ser válido tanto para o presente como para um longo tempo posterior e para prever as transformações futuras.” (Sica, 1980), p. 254.

As preocupações de Olmsted e Vaux, apontam para as vantagens de uma grande antecipação, respeito à demanda do público, no plano para a implantação de parques em subúrbios que ainda não possuam valores elevados (Sica, 1980) (p. 242)..

Estas preocupações são típicas de um urbanismo que tem na expansão urbana seu ponto focal. Como foi mencionado anteriormente, dois processos típicos do século XIX as condicionam : a ocupação das áreas de tiro em volta da cidade pré-industrial apinhada e o crescimento demográfico assustador da cidade industrial.

Soma-se a estas preocupações a modificação sem paralelo na história das potencialidades tecnológicas da sociedade industrial e as condições de vida nas cidades.

Assim, Cerdá considerou a cidade de então como “*prisão de alvenaria*” que impedia o verdadeiro desenvolvimento da sociedade industrial. Gaston Bardet caracteriza esta situação como divórcio entre “ser” e “forma” da cidade:

“Mas uma cidade não é, de nenhum modo, um conjunto de casas e ruas; estas não são mais que as carapaças ou os envoltórios de uma sociedade de indivíduos. Uma cidade é uma obra de arte na que têm cooperado gerações da habitantes ao ir-se adaptando, mais ou menos, ao que existia antes deles. Porque se encontra em perpétuo devir, sob o efeito da sucessão infinitamente mutante dos seres que a habitam e a constroem e reconstroem, a cidade não se reduz de modo nenhum ao seu plano, ao seu esquema gráfico, nem ao conjunto de vazios e cheios arquitetônicos que a definem. Esse plano, esses vazios e cheios não são mais que as manifestações exteriores da existência de um ser coletivo, cuja vida é conservada pela substituição de gerações sucessivas. É o conhecimento desse ser coletivo o que importa ante todo.

Em conseqüência, todo o drama do urbanismo atual consiste no divórcio entre as formas urbanas, caducas e pesadas, e o ser urbano em prodigiosa renovação.” (Bardet, 1959), p. 6.

Provavelmente inspirado nesta passagem de Bardet, Celson Ferrari avança mais categoricamente no assunto:

“Planejamento, em essência, em qualquer escalão de governo (municipal, estadual ou federal), visa resolver os problemas de uma sociedade(SER) localizada em determinada área ou espaço (FORMA), numa determinada época (TEMPO)(...)

SER e FORMA (conteúdo e continente) se transformam continuamente no tempo e sem observarem, necessariamente, entre si um sincronismo rígido. De um modo geral, o ser ou conteúdo se transforma mais rapidamente que a forma ou continente. Ex.: O gênero de vida das populações urbanas muda mais depressa que as estruturas urbanas. Especificando mais o exemplo dado : A motorização da população urbana não foi acompanhada, de um modo geral, de uma correspondente ampliação e organização do sistema viário, originando-se desse assincronismo sérios problemas urbanos.”

Surge então, a necessidade do planejamento físico territorial, ou seja, a ordenação dos espaços em que o homem exerce suas atividades, visando eliminar ou atenuar as distorções entre o Ser e a Forma, decorrentes do assincronismo evolutivo de ambos.” (Ferrari, 1986), p. 9.

Celson Ferrari continua dando alguns exemplos dessa assincronia entre *ser e forma* chegando a admitir que o *crescimento demográfico gera falta de habitação e o aparecimento de favelas*.¹¹⁶

É óbvio que há, nesse “assincronismo” um “sonho” da *forma* do novo *ser* assincrônico. Novamente em palavras de Rama, “o *Sonho de outra Ordem*”.

A cidade esquadrejada, separada, analisada é logo classificada segundo categorias específicas da nova ciência. Ainda aqui, a obra de Cerdá constitui um modelo: depois de historiar a urbanização classifica os diversos tipos de cidade existentes e a partir daí, as *Partes principais e acessórias em que deve-se considerar dividido o terreno do assentamento de uma urbe*. A estrutura classificatória da *Teoria* é tão extensa quanto irritante; passa dos grandes elementos constitutivos, as comarcas, os subúrbios e o núcleo, para depois deter-se na longa classificação das vias e os intervalos, que é o nome que Cerdá dá aos quarteirões ou ilhas formadas pelas vias, para, em seguida, relacionar os lotes. Somente depois deste detalhado esmiuçamento da cidade em suas partes – e elas também classificadas segundo todos os critérios imagináveis – Cerdá passa a analisar, com igual fúria classificatória, a “funcionomia” urbana.¹¹⁷

A análise classificatória, freqüentemente, responde a um modelo ideal, uma organização, uma determinação de prioridades. O uso do solo passa a ser importante na medida em que se prioriza o seu caráter de gerador de movimento de pessoas e do transporte ou de uma idéia de zoneamento que organiza as funções da centralidade transformada.

A terceira peça metodológica fundamental no urbanismo é a avaliação. Análise, síntese e avaliação são os grandes passos aos quais pode se reduzir todo processo metodológico da tomada de decisões, do *design* e do urbanismo¹¹⁸.

O passo da avaliação reclama padrões de comparação pois avaliar, dar valor, é, necessariamente, procedimento relacional. A cidade ideal é inerente à avaliação. Esteja ela constituída por uma imagem física de cidade ou por uma “participação da comunidade”, a existência de valores prévios – desde as *Leyes de Indias* aos *patterns* do urbanismo participativo de Alexander (Alexander, Silvestein *et al.*, 1976) (Alexander, 1981) (Alexander, Neis *et al.*, 1987) – é indispensável ao processo avaliativo.

Dentro da geografia humana, na década de 30, Christaller estabelece (e Lösch generaliza) a “teoria do lugar central” como teoria dos centros urbanos numa sucessão hierárquica e hexagonal de centralidades territoriais que vinte anos depois será ampliada ao âmbito intra-urbano (Berry e Garrison, 1968), e

¹¹⁶ É notável como Ferrari consegue com facilidade imaginar um ser sem forma – ou uma forma sem ser – separados por um assincronismo. E ainda mais notável é como neste pequeno interstício de sincronias incorpora a previsão, a antecipação a futurização necessária ao urbanismo.

¹¹⁷ Como não existe taxonomia desprovida de modelo, é evidente em todo o processo classificatório cerdaniano o plano do *Ensanche* de Barcelona. A cada classificação é possível rememorar uma situação específica da sua cidade.

¹¹⁸ Ver a esse respeito: (Broadbent, 1976).

modelado por Lowry para a solução dos problemas de transporte (Novaes, 1982) (p. 165 em diante).

Mas esta é, apenas, a formulação teórica moderna da centralidade, pois a idéia de centro é constitutiva do conceito de cidade interna e externamente. Cidade como pólo de região; centro como pólo da cidade.

Nos deteremos nesta categoria urbanística.

A Cidade como Centro, o Centro como Cidade

Jerusalém, representação da Cidade de Deus na terra, ocupa o centro do mundo na cartografia medieval. A cidade medieval tem sua forma determinada pela centralidade essencial que para Lavedan se manifestava em duas idéias diretrizes : envolvimento e atração – envolvimento em torno a um edifício central e atração deste mesmo edifício – que definem um modelo rádio-concêntrico (Chueca Goitia, 1989) (p. 98).

“o fato essencial do urbanismo medieval é a constituição da cidade de tal maneira que todas as linhas convergem para um centro e que o contorno é usualmente circular : é a isto que os teóricos contemporâneos chamam sistema rádio-concêntrico.”¹¹⁹

A cidade ideal, da Sforzinda de Filarete e Palmanova até a Cidade do Futuro de Fritsch (1896) e à Cidade Jardim de Howard são concepções rádio-concêntricas.

Braudel fala, em relação à cidade, de *“sua situação obrigatória no centro de redes de comunicações mais ou menos longínquas”* (Braudel, 1984a) (p. 420) .

Suquet-Bonnaud (Suquet-Bonnaud, 1966) lembra que os painéis de sinalização apontam para o “Centro da Cidade” em todas as entradas das aglomerações urbanas. Se há um lugar comum a todas as cidades, este é o “Centro”.

Freqüentemente o centro da cidade é a cidade; a idéia de subúrbio o reforça : aquilo que não é central não atinge a categoria do urbano, é sub urbano.

Já nos referimos, no início deste capítulo, a que a visão funcionalista da cidade como centro pode estar associado à visão da sociedade como mercado. O conceito de centralidade como lugar de polarização de uma área periférica constitui, para a teoria do lugar central, uma relação de oferta e demanda de bens e serviços. É, portanto, essencialmente um centro comercial¹²⁰, de fluxo de pessoas que demandam estes bens e serviços e de empregos terciários. O modelo de Lowry, por exemplo, não considera as atividades industriais ou administrativas necessariamente dentro do seu esquema, pois estas independem de um fator de oferta e demanda dado que não atende diretamente à população, nem sua mão-de-obra está vinculada a uma demanda que se confunda com

¹¹⁹ Lavedan, citado em (Mumford, 1991) p.330

¹²⁰ É o chamado comércio de bens de comparação em contraste com o de bens de conveniência. Ver: (Bahia, Governo Do Estado /, 1979) e (Novaes, 1982) .

aquela¹²¹. Esta particularidade estabelece, para o modelo de Lowry, que o centro urbano não está, necessariamente, vinculado nem ao centro administrativo nem à centralidade simbólica¹²².

Abordagem muito mais ampla e compreensiva do Centro oferece Isaias Santos Neto (Santos Neto, 1991). Introduzindo aos códigos da cidade, estabelece três âmbitos de análise para a relação centro-cidade considerados como *informação*, como *sistema de comunicação* e como *história*.

Esta estrutura permite compreender a relação centro cidade em categorias que incluem as funcionais – próprias do urbanismo, da geografia urbana, da economia e da sociologia – sem ficar restrito às mesmas. Por outra parte, ao utilizar análises próprias da significação, permite vislumbrar estas relações desde dentro, das formas de fruição e compreensão do cidadão, e não desde as técnicas específicas das disciplinas.

A partir dos códigos de segregação e aglomeração usados com frequência nos estudos da estrutura urbana, utiliza os conceitos de segregação e aglomeração à idéia de centro :

“Enquanto a noção de segregação remete à percepção de centro de cidade como associação por contigüidade, a noção de aglomeração implica o conceito de centro como associação por similaridade. Este dualismo presta-se à analogia com as formas das cidades pré e pós-industrial : a segregação reúne diferentes e/ou dessemelhantes, e a aglomeração reúne iguais e/ou semelhantes. Nos dois casos há a permanência do aglomerado porque a segregação é também uma forma de aglomeração, embora nem todas as aglomerações sejam modos de segregação. Em ambos, também se verifica um severo sistema de ordem urbana” (Santos Neto, 1991), p. 16.

A noção de “coração da cidade”, por exemplo, que *segrega* o centro como diferente, único e mais importante, possui um caráter hierárquico diverso da noção de centro como “festa” que *aglomera* indivíduos de toda parte da cidade ou fora dela¹²³.

Santos Neto atenta para o caráter teórico do centro como acessível a todos pois o território e os transportes estão desigualmente distribuídos. Aponta assim para a presença do “perto” ou “longe” como constitutivos da relação centro-periferia.

Além desta relação vista como informação, analisa centro-cidade como sistema de comunicação a partir dos significados plasmados nela como produção social.

“Afim, se do lado da organização oficial do espaço urbano há códigos complexos e próprios, de resto, geralmente pouco acessíveis, do lado dos indivíduos que povoam e

¹²¹ É evidente que o modelo de Lowry se refere à cidade de industrialização descentralizada do século XX e não à primeira cidade industrial. Ver a esse respeito: (Smolka, 1986).

¹²² Murillo Marx aponta para o “nomadismo” das repartições públicas na cidade brasileira. *Cidade Brasileira*. p. 75.

¹²³ O centro é lugar de festa. A congregação de pessoas em júbilo (geralmente futebolístico) se dá em áreas centrais. O fanático torcedor do Barcelona festeja nas Ramblas o campeonato de seu clube. É difícil fazer esta constatação em Salvador por razões mais futebolísticas do que urbanísticas. Mas o carnaval da avenida continua firme.

dão aos lugares também há formas essenciais de projetar socialmente a compreensão da cidade ou de interpretar as mudanças nela ocorridas, com suas respectivas percepções, pouco conhecidas e divulgadas, pouco discutidas e, talvez por isso mesmo, nem sempre compreendidas.

(...)

A possibilidade de compreender-se o ambiente urbano como lugar contemporâneo de comunicação impõe saber o papel desempenhado pelo espaço central da cidade neste processo. (...) O centro da cidade, como lugar de fruição e uso, como um valor de cidadania, mal é interpretado.” (Santos Neto, 1991), p. 20.

Lembra também que é no centro que ocorrem manifestações, comícios, passeatas e tudo que necessite de *“palco de e para notícias. É nele, centro, que as condições da estrutura urbana se expõem politicamente”*. (Idem, p. 21)

Mas não é somente como produção social que o centro se constitui como sistema de comunicação.

“Ambos, o centro/espaco (como resultado de operação lógica sobre a estrutura urbana) e o centro/lugar (como resultado de apreensão experiencial), não prescindem de apreensões sígnicas construídas quotidianamente pelos seus usuários ou artificialmente preparadas para serem consumidas como emblema e manifestação de poder.

(...)

É assim que se forma a idéia de centro simbólico como resultado da representação do conjunto de relações urbanas entre os habitantes.” (idem, p. 106)

No final da análise dos códigos da cidade, estuda a relação cidade-centro com história, chega ao conceito de centro histórico não como lugar de edificações e traçado antigo, mas como história de lugar central. Pois, *“Afiml, os centros de cidades têm suas trajetórias marcadas pela idéia de totalidade, isto é, como lugar comum aos habitantes. Vale dizer : toda cidade tem um centro histórico. (...) Salvador tem um centro histórico porque assim é todo centro urbano.” (idem, p. 23-25).*

Santos Neto, com esta afirmação aparentemente inócua, abre a porta para a compreensão da importância do passado – qualquer passado em quantidade de anos – na significação da cidade e do seu centro. Conzen já tinha apontado para esta importância.

“Um ponto final, de caráter geral, diz respeito à distribuição da paisagem urbana histórica. Como muitas cidades necessitaram de algum tempo para desenvolver-se, elas são, neste sentido, todas históricas e não é demasiado dizer que paisagens urbanas com mais de 2.000 anos existem em muitas partes do mundo. Mas uma forte historicidade na paisagem urbana depende não somente da profundidade no tempo, mas também da diversidade e dinamismo de sua história urbana associada, incluindo em particular a força das instituições urbanas e das tradições culturais.” (Conzen, 1981).

A este assunto, embora tratado desde um outro ângulo voltarei nos próximos capítulos.

“The Past in the Future”

“Alberti, descrevendo uma cidade ideal, declara que, se existirem quaisquer ruínas Romanas sobre o sítio, elas devem ser preservadas. Isto deve ser um dos primeiros apelos

registrados pela preservação no campo estritamente < cultural >.” (Summerson, 1963), p. 219.¹²⁴

Assim começa John Summerson o artigo cujo nome cito no cabeçalho desta parte : *The Past in the Future*, título e início que, com o límpido empirismo que lhe é particular, situa a prática da preservação monumental, como uma das primeiras e mais persistentes normas da arquitetura e o urbanismo modernos¹²⁵.

No entanto, esta prática e esta norma foram motivo de um longo debate a partir do qual se depreendeu a idéia de uma contradição essencial entre “progresso” e “conservação”. Lembre-se que Lavedan (Lavedan, 1952), talvez o primeiro historiador do urbanismo, contrapõe duas classes de urbanismo : o urbanismo demolidor e o urbanismo conservador para chegar a uma síntese : o urbanismo construtor.

Mas foi Choay que, num impulso classificador, estabeleceu duas categorias antagônicas que reinaram na academia durante um bom tempo.

“O que é expressão de desordem chama sua antítese, a ordem. Assim vemos opor-se, a essa pseudodesordem da cidade industrial, propostas de ordenamentos urbanos livremente construídas por uma reflexão que se desdobra no imaginário. Por não poder dar uma forma prática ao questionamento da sociedade, a reflexão situa-se na dimensão da utopia ; orienta-se nela segundo as duas direções fundamentais do tempo, o passado e o futuro, para tomar as formas da nostalgia ou do progressismo. “*

**Este conceito não pode mais ser utilizado sem se referir à obra capital de K. MANNHEIM, Idéologie et utopie (1956). Opondo-se a Marx, Mannheim insistiu no caráter ativo da utopia em sua oposição ao status quo social e em seu papel desintegrador. “Consideramos utópicas todas as idéias circunstancialmente transcendentais (e não só as projeções de desejos) que têm de uma forma qualquer, um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente”. Pudemos retomar aqui sua classificação das formas da mentalidade utópica : nosso modelo progressista engloba simultaneamente sua “idéia humanitário-liberal” e uma parte de sua “idéia socialista-comunista”. Além disso, nosso modelo culturalista não pode ser totalmente assimilado à “idéia conservadora” (W. Morris era socialista). “(Choay, 1979), p. 7.*

Para Choay, “a cidade progressista recusa qualquer herança artística do passado, para submeter-se exclusivamente às leis de uma geometria “natural”” enquanto que “o escândalo histórico de que falam os partidários do modelo culturalista é o desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade, sob a pressão desintegradora da industrialização”.

¹²⁴. Esta afirmação já aparecia na famosa obra de Riegl : “Assim, pode-se dizer com toda justiça que a verdadeira conservação de monumentos em sentido moderno começou no Renascimento italiano com o despertar de uma estima consciente pelos monumentos clássicos, assim como com o estabelecimento de disposições legais para sua proteção.” (Riegl, 1987), p. 35..

¹²⁵ O adjetivo “moderno” está utilizado aqui deliberadamente de forma ambígua : por uma parte se refere à “idade moderna” dada geralmente como iniciando no renascimento, mas, por outra, fazendo uma evidente referência à arquitetura moderna – que alguns preferem como modernista – e ao urbanismo moderno que, desde Benevolo, é situado a partir do século XIX. A deliberada ambigüidade reporta à idéia, recorrente nesta tese, que a base da “modernidade” na noção de tempo – e de tempo trata este título – inicia com Santo Agostinho mas adquire a sua versão laica, capitalista e progressista a partir do humanismo.

A partir daí todos os modelos são, para Choay, progressistas ou culturalistas embora “os modelos progressista e culturalista não se apresentam, bem entendido, em todos os autores e em todos os textos, sob uma forma tão rigorosa e contrastante”. (*idem*, p.14)¹²⁶

Há, no entanto, uma importante diferença entre o respeito aos monumentos da renascença italiana e a prática preservadora a partir do final do século XVIII. Enquanto aquela trata da conservação de um passado de referência, como atitude de aprendizado e de testemunho desse passado, o *culto moderno aos monumentos*¹²⁷ vê no passado valores independentes do período em que tenham sido realizados.

Choay (Choay, 1984) destaca que Alberti é incitado pelas obras da antiguidade ao estudo arqueológico de Roma e que é este estudo que o leva ao seu interesse pela arquitetura. *Descriptio urbis Romae* e o *De re aedificatoria* são realizados entre 1443 e 1455 propondo simultaneamente um método de relevamento cartográfico e uma grande regra de conservação dos edifícios antigos inspirado tanto pelo interesse histórico quanto pelo valor estético atribuído à arquitetura greco-romana.

“A estas motivações, Alberti adiciona a piedade que deve, segundo ele, ser devotada a todo belo trabalho humano, e por esta indicação teórica ele antecipa, só no seu tempo, uma atitude na qual, quatro séculos mais tarde, Ruskin se faria o apóstolo.

(...) Veja-se Rafael, encarregado por Leão X da conservação das antiguidades romanas. Estabelecendo o primeiro balanço global do estado da cidade, três quartos de século depois de Alberti, ele distingue com cuidado os edifícios a preservar, «antichi et antichissimi, li quali durano fin'al tempo che Roma fu ruinata», daqueles, desprovidos de qualidade e portanto de interesse, que, em seguida, têm sido erguidos sob a influência «dos Godos e outros bárbaros» até a Renascença da arquitetura. Mas, dentro do tempo onde ele toma medidas de proteção, sobretudo com as inscrições, ele depena alegremente o Coliseu e as termas de Dioclesiano dos seus revestimentos de travertino para a construção de São Pedro.” (Choay, 1984), p. 13.

Fica em destaque a solidão de Alberti e, dentro da sua obra, o caráter excepcional e antecipado da visão “ruskiniana”¹²⁸.

Este valor do antigo pela sua própria antiguidade foi destacado por Riegl (Riegl, 1987) que o somou ao valor histórico e ao valor artístico como componentes do “culto” moderno aos monumentos; se reconhece então, na profundidade no tempo do antigo, um valor monumental. É natural que isto

¹²⁶ O trabalho de Choay, de 1965, teve o mérito de trazer para a cena acadêmica uma polêmica extensa que tinha-se mantido relativamente restrita a áreas especializadas. Mas teve o demérito, como de resto têm a maioria dos esquemas classificatórios, de simplificar a discussão durante muito tempo, levando-a a níveis lastimáveis; qualquer aluno ou professor passou a imaginar qualquer proposta arquitetônica ou urbanística dentro desses modelos e restringir a essa classificação a sua aproximação crítica.

¹²⁷ Aqui o moderno entendido a partir do fim do século XVIII, que equivale à idade contemporânea.

¹²⁸ “me é necessário expressar a seguinte verdade: a conservação dos monumentos do passado não é uma simples questão de conveniência ou de sentimento. Não temos o direito de toca-los. Não nos pertencem. Pertencem em parte aos que os construíram e em parte às gerações que não de vir depois.” (Ruskin, 1988). p. 229

aconteça a partir do século XIX por conta das grandes transformações urbanas decorrentes das revoluções industrial e burguesa.

Segundo Rucker, o mérito da conservação se deve à Revolução Francesa que, num decreto da Convenção nacional no segundo ano da república advertia aos administradores dos departamentos: “*Vos não sois mais que os depositários de um bem que a grande família tem o direito de vos demandar conta. Os bárbaros e os escravos detestam as ciências e destroem os monumento de arte, os homens livres os amam e os conservam*”¹²⁹. É evidente que semelhante advertência decorria da necessidade de pôr um fim às destruições descontroladas do “populacho” sobre as obras do passado consideradas do “*Ancien Régime*”.

Paris herdara do *Ancien Régime* uma sistemática transformação da sua fisionomia de alargamento de ruas em função dos permanentes problemas de circulação. A Revolução não interrompeu este sistema mas, ao contrário, deu-lhe novas forças com a disponibilização de propriedades da igreja que ainda possuía terras não edificadas que o governo infraestruturou para a construção pelos promotores. Ao plano de Wailly sucedeu, sem muitas modificações, o plano dos artistas, que pretendia resolver os problemas de circulação e as novas áreas intra-urbanas confiscadas da igreja (Sutcliffe, 1970).

Este processo de transformação da cidade de Paris, muito anterior às reformas de Haussmann, provoca, já no primeiro quartel do século XIX, revolta intelectual liderada por Victor Hugo que publica em 1825 *Literature et philosophie – Guerre aux demolisseurs*. Hugo voltaria à questão em *Notre Dame de Paris*.

Paralelamente às reformas demolidoras, a república e a burguesia procuram com urgência inserir-se na história nacional; de nada adianta revolucionar mostrando “o novo” se não se identifica o novo poder como herdeiro das glórias nacionais. “*Qualquer um que até este dia tenha alcançado a vitória, marcha acompanhando no cortejo triunfal aos hoje dirigentes que vão sobre os caídos. O botim, como de costume, é levado no cortejo triunfal. Se lhe designa bens culturais.*” (Benjamin, 1991).

Uma rápida olhada sobre a primeira metade do século XIX mostra a importância dada ao patrimônio. Em **1830** Guizot cria a Inspeção Geral dos Monumentos Históricos confiada a Vitel e Mérimée (L); em **1835** cria-se em Bélgica a Comissão Real dos Monumentos (L); em **1837** o governo francês cria uma Comissão de Monumentos Históricos da qual Viollet-le-Duc é inspetor (S); em **1840** um movimento conservacionista alemão completa a Catedral de Colônia (M); no mesmo ano aparece a primeira obra de Viollet-le-Duc e Mérimée publica uma das primeiras listas de monumentos da Europa (monumentos clássicos - renascentistas são listados muito mais tarde) (K); em **1844** aparece a primeira edição do *Dictionnaire administratif et historique des rues et monuments de Paris* dos irmãos Lazare, que tinham sido contratados pela cidade para que atuassem como cronistas e conselheiros em assuntos históricos; também nesse ano se publica *Les rues de Paris : Paris ancien et moderne*, de Louis Lurine dentro de

¹²⁹ Rucker, F. *Les Origines de la conservation des monuments en France*. 1913. Citado em : (De Martino, 1966) .

uma série de publicações sobre a história de Paris; no mesmo ano de 44 o governo compra a coleção de um antiquário junto com a mansão em que estava hospedada, o Hôtel Cluny, na ribeira esquerda (S); em **1849** Albert Lenoir, diretor da compilação da Statistique Monumentale de Paris encarrega a Adolphe Berty um plano arqueológico; Felix Pigeory publica, também em 49 *Les monuments de Paris au dix-neuvième siècle* no qual mantêm a opinião de que “deixando de lado a questão da arte, um monumento nos obriga tão somente em virtude do fato de que tem sobrevivido ao longo dos séculos, por mui inferior qualidade que possa ter”, opinião que contraria a prática corrente da Comissão de Monumentos Históricos e a opinião pessoal de Haussman apontando o “valor antiguidade” (S); coincidentemente é o ano da publicação das *Sete Lâmpadas* de Ruskin; em **1850** se publica *Paris monumentale et historique* de Fanny Richomme e em **1854** Viollet-le-Duc começa a publicar o *Dictionnaire* (S).

Note-se que esta intensa atividade histórica e preservacionista se prende ora ao monumento independente, ora à cidade histórica (Paris), ora à cidade antiga e moderna. Chama a atenção, também, o caráter arqueológico de muitos trabalhos, o que vai se acentuar a partir das obras de Haussmann.

Em **1855** De Guilhermy realiza um trabalho, Itinéraire archeologique du vieux Paris, ao tempo da exposição “com o objetivo de ensinar aos hóspedes da França o que ainda fica do velho Paris após tantas vicissitudes”, e na intenção de colocar os monumentos da França sob tutela de toda Europa; é a partir de **1860** quando começam os grandes trabalhos de Haussmann e a destruição adquire uma dimensão sem precedentes; constituída em canteiro de obras, a cidade transforma-se também em campo de exploração arqueológica e em **1865** o prefeito funda as séries de História Geral de Paris e cria um departamento arqueológico e histórico no Hotel de Ville fazendo as investigações históricas em estreita associação com as escavações municipais. Um ano depois, em **1866** se funda o Museu Histórico de Paris ideado pelo barão de Poisson e no mesmo ano L’Opinion Nationale argumenta que a Cité poderia ter sido saneada sem tanta destruição e deveria preservar-se como relíquia do passado em meio à cidade moderna, inaugurando a crítica a Haussmann e um esboço de idéia de “Centro Histórico”, parte da cidade como conjunto isolado e preservado; em **1868** “Ferragus” no Le Figaro faz eco com a argumentação de L’Opinion mas com maior dureza; ainda assim, Haussmann autoriza em **1869** a destruição de uma parte da recém descoberta arena romana para a construção da Rue Monge, mas a guerra com Prússia (**1870**) e a Comuna de Paris (**1871**) com a intensidade da sua destruição, diminuem a importância desta intervenção haussmanniana (S).

Em **1873** se publica a lista revisada de monumentos protegidos da Comissão de Monumentos Históricos que, pela primeira vez, expressa que um edifício não necessita assinalar a origem ou o completo desenvolvimento de uma escola arquitetônica para merecer ser preservado; a década dos setenta se caracterizará pela generalização destes critérios mais amplos de preservação (S). Paralelamente, em **1874** se organiza a Verein de Berlim, cujas bases foram colocadas por Baumeister, o que é considerado para alguns autores como início do urbanismo alemão e mundial (C). O higienismo, um dos motores e principal justificativa das intervenções demolidoras, passa a entrar em crise em função da

decrecente mortandade e o domínio das epidemias a partir de **1880** ainda que a partir dos 90 a tuberculose comece a assustar novamente a população (S). Um fato de destaque e a assunção da prefeitura de Bruxelas por Charles Buls em **1881**, onde ficaria até 1899; Buls assegura a preservação da Grand-Place e seus arredores imediatos, em risco de ser eliminada pelos traçados viários, tornando-se um alento para os preservacionistas. E em **1885** Charles Garnier, arquiteto da nova Opera escreve : “*Não queremos que o tédio seja o fator dominante de nossa nova e saudável cidade; queremos perspectivas originais, que são incompatíveis com o odioso abuso da linha reta.*” É o começo do questionamento geral das reformas de Haussmann, não num sentido nostálgico, mas dentro de uma visão estética da cidade. A cidade retilínea de grandes perspectivas e fachadas regulares começam a ser criticadas (S). Poucos anos depois, em **1888**, Charles Delon, escritor interessado em assuntos de arquitetura e arqueologia, contrapõe a opinião de que o “pitoresco” é excelente em pintura mas não na cidade onde é necessário viver, inaugurando uma polêmica entre novo/conforto versus antigo/belo (S). **1889** é o ano do centenário da revolução e da exposição de Paris organizada por Alphand (Si) e o ano em que Camillo Sitte publica *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen* em Viena com sucesso imediato.

O Congresso Internacional de Arte Público aprovou em **1890** a seguinte resolução: No futuro, as municipalidades não considerarão como uma de suas principais ocupações criar traçados de ruas geométricas, pois a preservação dos edifícios públicos ou das casas de interesse artístico bastará para justificar irregularidades na direção e a largura de determinadas ruas”. O alinhamento que tinha dominado as reformas haussmanianas tinha finalmente caído em desgraça também na opinião pública em Paris por influência externa (S). O fim do século XIX vai assistir à uma série de publicações de interesse tanto para o urbanismo em geral quanto para a política de preservação : além do de Sitte, já mencionado, o de Joseph Stübben – *Der Städtebau, Handbuch der Architektur* em **1890** (C;Si); em **1893** Charles Buls publica sua *Esthetique des Villes* (C), e em **1898** Ebenezer Howard publica *Tomorrow: A Peacefull Path to Real Reforme* apresentando a Cidade Jardim.

Enquanto isso, em Alemanha, em **1900**, arquitetos e urbanistas realizam congressos sobre o tema da conservação dos monumentos (C).¹³⁰

O século XX nasce com um olhar crítico sobre a rigidez da obra haussmaniana. Bruxelas e Barcelona, com Victor Horta e Gaudi e o modernismo catalão, tinham conseguido cenários urbanos de destaque que deixavam os parisienses com inveja; a cidade luz interpreta então que é sua rígida legislação que impede o gênio que floresce naquelas capitais de segunda ordem e modifica a sua legislação liberalizando o rigor dos limites de altura para que pudessem ser experimentadas as ousadas coberturas barceloninas, em **1902**. O intento não

¹³⁰ As fontes das informações encontram-se ao final de cada uma delas entre parêntesis com as seguintes referências : (S) Sutcliffe, Op. Cit.; (L) Lavedan. Op. Cit. (Si) Sica, P. *História...*; (C) Collins, G. R. e C. C. Collins. *Camillo Sitte y el Nacimiento del Urbanismo Moderno*. Barcelona: Gustavo Gili. 1988; (M) De Martino, U. Op.Cit. p 77. Quase todas as referentes a Paris são da obra de Sutcliffe.

durará muito pois a legislação servirá unicamente para um maior aproveitamento do potencial de construção (S).

Nesse mesmo ano é nomeado em Viena Aloïs Riegl como presidente da Comissão de Monumentos Históricos e encarregado de esboçar uma nova legislação da conservação de monumentos, trabalho a partir do qual publicará em **1903** o seu livro *O Culto Moderno aos Monumentos. Caracteres e Origens*¹³¹. É o ano em que Eugène Henard começa a publicar seus *Études sur les transformations de Paris* e Marcel Poëte é destinado ao Museu Histórico de Paris onde leva a cabo um seminário e história da cidade que culmina numa influente exposição “Evolução de Paris e Arte Urbana” que dá origem ao seu livro; Poëte chega ao planejamento pelo caminho da história da cidade(S).

Semelhante “onda” preservacionista não poderia deixar de levantar opiniões contrárias. Se o século começara sob o símbolo da conservação e da cidade antiga – hoje diríamos pré-industrial – como modelo, logo apareceriam vozes de protesto : em **1909** Joseph Hofmiller manifesta-se rotundamente a favor das demolições : “*Um povo que não ousa destruir tranqüilamente não é digno de construir*” (M).

Em **1911**, no entanto, campanhas públicas para salvar Montmartre tanto da especulação quanto da ação pública apoiadas em campanhas técnicas que seriam utilizadas posteriormente para proteger as zonas históricas e, em particular, o Marais (S). Começa a aparecer com muito mais força a idéia de conjunto urbano como objeto de preservação; se durante o século XIX – com exceção tal vez única no livro e na prática de Charles Buls – a idéia de preservação tinha girado em torno do monumento, da cidade como um todo, da cidade histórica ou dos elementos principais, como em Sitte, no alvorecer do século XX é o conjunto urbano que protagoniza a idéia de preservação. Em Bélgica, em **1912**, a *Commission Royale des Monuments* se transforma na *Commission des Monuments ed des Sites* (L).

Mas é em **1913** quando a cultura urbanística vai assumir explicitamente a questão do centro histórico e da intervenção possível mediante a publicação, em “Nuova Antologia” de dois artigos de Gustavo Giovannoni: “*Vecchie città ed edilizia nuova*” (Giovannoni, 1913) em junho e “*Il ‘diradamento’ edilizio dei vecchi centri*”¹³² logo no mês seguinte.

É importante notar que durante o século XIX, enquanto a questão dos alargamentos e das expansão urbana eram decisões claramente políticas, não haviam sido explicitadas maiores contradições entre a conservação e a destruição; as atividades arqueológicas e a exaltação histórica caminhavam pari passu com os grandes trabalhos. Somente no fim do século, quando o urbanismo passa a constituir-se como disciplina autônoma é quando emerge a explicitação de uma contradição entre o “urbanismo demolidor” e o “urbanismo conservador” .

¹³¹ Esta informação está tomada de: (Riegl, 1984).

¹³² Transcrito In: (Sica, 1980) p. 334-337..

Uma das discussões centrais desta polêmica não é, curiosamente, a questão do processo de valoração do patrimônio – questão, aliás, até hoje muito pouco desenvolvida – mas a preferência por ruas retas ou sinuosas!

Sitte, que apresenta o mais bem sucedido libelo contra o urbanismo em voga à época, fixa seus morteiros na regularidade, na falta de “arte” e diferenciação; e, naturalmente, no traçado reticulado, radial ou geométrico em geral. Fora suas ingênuas análises de cruzamento de ruas, que elimina conflitos eliminando opções, a obra de Sitte constitui uma mescla de caderno de viagens e manual de decoração urbana. A sua preocupação com os valores do passado, como bem apontou Choay (Choay, 2001) é de caráter propedêutico; e é esse, seguramente, o maior mérito de Sitte : fazer da análise morfológica da cidade do passado instrumento de busca e projeto da cidade moderna que critica. Corre o risco, porém, de ver transformada a cidade numa mera bambolina da vida urbana; risco que, sem notar, ele mesmo aponta ao final do seu livro como método para escolha de uma solução “consensual” em Viena :

“Para o profano poderia ser uma árdua determinação, pois se o experimento se malograra com a edificação, resultariam graves danos ao ter que deixar em pé os grandes edifícios. Também isto teria remédio, e queremos lhe dedicar alguma atenção, e não pelo gosto de fazer castelos no ar, senão porque o procedimento que propomos é realmente factível, não só aqui com em todas partes. Poderia-se, com motivo de uma exposição – cujo caráter não ofendesse à próxima Igreja Votiva – erigir o projetado átrio mediante edifícios de madeira, de tal modo terminados, que fossem cópia fiel da projetada construção. Todo o mundo, incluso o profano, poderia julgar do efeito, e a opinião pública estaria capacitada para determinar se se deve ou não começar a edificação definitiva segundo o modelo. O perito, desde logo, já julga o projeto por seu plano.” (Sitte, 1988) p. 349.

As freqüentes referências a Baumeister reforçam a idéia de uma polêmica essencialmente profissional.

A já então grande experiência de “ensanches” na Europa, podia permitir, ao final do século, uma apurada crítica das técnicas de intervenção. Stübben afirmava no seu *Handbuch* que “o sistema viário e as direções de fluxo constituem os elementos básicos dos planos de reconstrução das cidades”¹³³ e, seguramente, este abuso tinha regido a maioria dos planos e das teorias dos oitocentos; o próprio Cerdá interpreta a evolução da cidade como evolução dos modos de transporte e seu estudo é tão fixado neste aspecto que chama os quarteirões de “intervias” – sua cidade se divide em vias e intervias! É impossível imaginar importância maior para o sistema viário.

Buls interpretou com precisão o interesse principal desta racionalização:

“Quando damos uma olhada no plano de uma de nossas grandes cidades, podemos imediatamente distinguir a parte antiga da parte moderna. A primeira está formada por uma rede de ruas que se ramificam, se entrecruzam como as artérias e as veias de um organismo vivo; a segunda, com suas vias paralelas ou perpendiculares, possui o caráter de uma cristalização artificial, seca, matemática.

Se ao menos esta obra desejada tivesse sido concebida racionalmente, seja em vista de favorecer a circulação, ou para obter um efeito pitoresco ou grandioso, mas não é

¹³³ Citado em Collins. Op. Cit. p. 29

nada disso; a única preocupação que tem guiado os autores destes planos tem sido a de combinar o loteamento da forma mais favorável à venda de terrenos.” (Buls, 1893), p. 8-9.

O trabalho de Buls é um pequeno mas verdadeiro tratado de arquitetura urbana. Sua estrutura e conteúdo encontram-se muito próximos do livro de Sitte¹³⁴ mas o fato de falar concretamente de Bruxelas, da qual tem um profundo conhecimento, torna seu trabalho menos esquemático e sua análise morfológica menos formal e menos modelística. Por outra parte, a sua permanente visão de conjunto urbano fazem de *Esthetique des Villes* um estudo da cidade histórica e das formas de intervenção nela, e não um apanhado de espaços isolados do conjunto urbano, mal do qual se ressentem o trabalho de Sitte. Não é por outra coisa que Giovannoni, embora influenciado também por Sitte, toma Buls, tanto no trabalho concreto como no livro, como referência.

A polêmica aberta sobre o Centro Histórico tem origem nas intervenções modernas sobre a cidade antiga e é natural que tenha tido na Itália o seu cenário mais intenso; o enorme patrimônio, o descontrole especulativo e a natural vocação polêmica constituíram o caldo de cultivo para um intenso e prolongado debate.

Os arquitetos e urbanistas, de posse de instrumentos recentemente inaugurados – o urbanismo como disciplina autônoma e a teoria de uma arquitetura nova – disputam, naturalmente, um espaço de intervenção e uma forma de intervenção.

O papel que Giovannoni assume neste cenário é notável : em primeiro lugar, por causa da sua importância no ambiente cultural italiano, ele se constitui numa orientação natural; em segundo lugar porque sua teoria re-coloça a questão da conservação monumental numa visão de conjunto ambiental histórico inaugurando o conceito de Centro Histórico como categoria urbanística; e em terceiro lugar porque propõe um modo de conciliação entre as exigências do transporte, da higiene e das exigências da vida moderna em geral com a cidade herdada do passado : o “*diradamento edilizio*”. Giovannoni abre, assim, sem querer, as duas portas : a da preservação do conjunto histórico como um todo e a intervenção adaptadora por outro. Particularmente perigosa é a sua proposta do *diradamento externo* cuja interpretação dá margem e guarida aos *sventramenti*.

O papel de Giovannoni tem sido criticado por De Martino:

“A teoria e a figura de Giovannoni, não obstante os méritos enunciados acima, são, no entanto, desacreditadas por dois graves erros de valoração.

O primeiro é de natureza cultural. Ao mérito de ter posto numa nova dimensão o problema dos centros históricos, integrando monumentos e ambiente, se contrapõe a lacuna da incompreensão das relações entre os centros históricos e seus acréscimos modernos. Em outros termos, falta uma visão urbanística que, em vez de contrapor a cidade moderna àquela antiga, considerasse as duas como objeto de uma única realidade. Daí resulta que o problema dos centros históricos singulares não tem sido enfrentado unitariamente mas localmente em todo momento e lugar onde viesse a se propor uma

¹³⁴ Collins considera possível que Buls não conhecesse o trabalho de Sitte pois cita Stübben e diversos outros autores e não cita Sitte que somente foi traduzido ao francês em 1902. Collins ainda suspeita que, até essa tradução, Sitte foi pouco conhecido fora do mundo germânico. (Collins e Collins, 1988)

intervenção. À proposta de uma operação qualquer que incidisse sobre o tecido da cidade antiga não tem sido possível contrapor uma visão defensiva unitária, urbanística e funcional do problema, mas somente uma concessão arquitetônica do ambiente, extremamente frágil e fácil de remover. Além do mais, a teria do “diradamento”, por causa de ser aplicada caso a caso, localmente e sem um pressuposto de exame unitário dos velhos quarteirões, há terminado por devir um arma a mais nas mãos dos demolidores.

O segundo ponto é de ordem moral. Apesar de sua inata paixão, quase de apego romântico e afetivo, no confronto dos centros históricos, a voz de Giovannoni levantou-se muito raramente para condenar a destruição do nosso patrimônio artístico, feita sob seu nome ou por fora da sua teoria. A falta de empenho e de decisão na denúncia do delito arquitetônico confina Giovannoni numa posição abstrata e remissiva frente à ação dos arquitetos sem escrúpulos. “(De Martino, 1966), p. 82-83¹³⁵

Um caso a exemplificar a perigosa abertura da teoria do diradamento e o de Marcello Piacentini um dos primeiros a aderir à teoria de Giovannoni e transformado em paradigmático destruidor do patrimônio.

Um forte indício do caráter de disputa profissional da polêmica se encontra nas duas cartas de Atenas. Enquanto na Carta de Atenas sobre a Conservação dos Monumentos de Arte e História de 1931 praticamente se omite a questão dos Centros Históricos e a forma de intervenção nos mesmos, marcando uma posição muito aquém da polêmica em curso desde o início do século na Itália.

“A Conferência recomenda que se respeite na construção dos edifícios o caráter e a fisionomia das cidades, sobre tudo na vizinhança dos monumentos antigos; os arredores dos quais devem ser objeto de cuidados especiais; devendo ser preservados inclusive conjuntos e perspectivas particularmente pitorescas.” (Lopez Jaen, 1987), p. 42.

Já na Carta de Atenas dos CIAM de 1933, somente dois anos depois e dentro de um contexto inteiramente desfavorável à preservação urbana – lembre-se que a conferência dos CIAM tinha sido preparada com uma análise detalhada das deploráveis condições urbanas da cidade europeia, principalmente nos seus centros – se pode observar a influência do debate sobre os Centros Históricos.

“Patrimônio histórico das cidades

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos)

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, manifestado através dos séculos por obras materiais, traçados ou construções, que a dotam de sua personalidade própria e de onde emana pouco a pouco a sua alma. São os testemunhos preciosos do passado que serão respeitados por seu valor histórico ou sentimental em primeiro lugar; em seguida porque alguns possuem uma virtude plástica na qual se há incorporado o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano e aqueles que os guardam ou são encarregados de sua proteção, tem a responsabilidade e a obrigação de fazer todo aquilo que é lícito para transmitir intacta ao séculos futuros esta nobre herança.” (Lopez Jaen, 1987), p. 47.

A esta declaração de intenções acompanha uma série de condições programáticas; serão salvaguardados :

¹³⁵ Embora apropriada, a crítica de De Martino adolece de um certo anacronismo. Muito menos condescendente é Sica que analisa pormenorizadamente a convivência de Giovannoni na destruição patrimonial, sua acomodaticia participação nos processos de reforma urbana e sua assimilação ao fascismo e a um academicismo retrógrado (Sica, 1981b).

- se são a expressão de uma cultura anterior e se respondem a um interesse geral;
- se sua conservação não implica em sacrifício de populações mantidas em condições más;
- se é possível remediar sua presença prejudicial por medidas radicais : por exemplo, o desvio de elementos vitais de circulação ou mesmo o deslocamento de centros considerados até aqui como imutáveis;
- a destruição de tugúrios no entorno dos monumentos históricos fornecerá a ocasião de criar superfícies verdes;
- o emprego de estilos do passado, sob pretexto estético, nas construções novas erigidas nas zonas históricas tem conseqüências nefastas. A manutenção desta prática ou a introdução de tais iniciativas não será tolerada de forma alguma. (idem, p. 48-51).

Não obstante a radicalidade de algumas das condições programáticas, a consideração à cidade histórica da Carta de Atenas dos CIAM traduz muito mais o debate sobre a intervenção nas pré-existências urbanas do que a sua equivalente sobre a Conservação.

A partir do após-guerra da segunda guerra mundial, este debate se aprofunda na medida em que se aprofunda a ação sobre a cidade motivada nem tanto pela reconstrução quanto pela necessidade de repor os esforços abandonados durante os processos bélicos e seus preparos. Por outra parte, a disponibilidade de recursos para a reconstrução e a fragilidade dos meios de controle levaram, e de modo acentuado na Itália, a um processo de desenfreada especulação imobiliária.

A vasta bibliografia e a quantidade de atores deste processo de discussão levaria este assunto a uma outra tese. Tentarei portanto resumir os aspectos que, no meu entender, tornam-se os mais importantes do debate.

Há uma recorrente menção ao seguinte paradoxo da preservação : *as coisas que são preservadas não poderiam ter sido feitas se existisse, à época, o mesmo critério que hoje as preserva*; e um corolário desse paradoxo : somente uma atitude que contrarie a preservação pode igualar o nosso poder criativo ao poder criativo do passado.

O paradoxo decorre de um anacronismo : admitir que se pode julgar coisas do passado com normas do presente ou, simetricamente, admitir que normas do passado possam aplicar-se automaticamente no presente. Anacronismos são fontes férteis de paradoxos porque comparam logicamente o incomparável.

Este tipo de argumento, de forma muito simplificada, ocupou (e talvez ainda ocupa) uma discussão infundável e acalorada no meio arquitetônico e urbanístico que transbordou para o meio intelectual e motivou crescente participação embora com influência discreta na cidade real¹³⁶.

¹³⁶ Não se pode deixar de comentar que a conservação foi, desde um começo, um campo de atuação profissional importante de arquitetos e de urbanistas, um “nicho de mercado” com se diz atualmente, ainda que o maior mercado fosse a expansão e a transformação urbanas ligadas às áreas periféricas e à cidade “caótica” da expansão do século XIX. Conservacionistas e transformadores tinham seus campos de trabalho razoavelmente definidos. É natural que o conflito aparecesse no Centro Histórico que é a fronteira de um e outro campos de atuação. Com alguma

O movimento de arquitetura moderna levantara suspeitas e reações desde o início e que suas vinculações, reais e imaginárias, com a ideologia bolchevique amplificaram esta reação. A preservação monumental com a sua valoração do passado foi uma trincheira importante para toda reação conservadora. É notável que na Alemanha a fonte da preservação esteve profundamente ligada aos movimentos ultra-conservadores e nazistas em franca luta contra o caráter comunizante da arquitetura moderna¹³⁷.

Não foi difícil passar à idéia de uma oposição congênita entre arquitetura moderna e conservação do patrimônio do passado. Finalmente, se argumentou ao fastio, toda época interveio na cidade em harmonia com a arquitetura pré-existente e a riqueza das cidades decorre desta mistura, desta associação de partes de diferentes épocas. Por que seria negada esta possibilidade à arquitetura moderna?¹³⁸

Coube a Benevolo dar uma resposta a esta questão, marcando uma pista essencial no assunto:

“Se por arquitetura moderna se entende um certo repertório de formas diversos daqueles antigos, mas todos destinados a aparecer sobre as páginas dos livros de história da arte, cada uma no próprio capítulo, não se vê realmente a razão pela qual, em verdade, não possamos indiferentemente conviver, na mesma avenida, na mesma praça; e se citamos precisamente a cidade antiga, na qual convivem harmonicamente edifícios medievais, renascentistas e barrocos, e cada época liberalmente modificou e releu os ambientes pré-existentes; assim, por exemplo, Pane (numa participação no congresso de Turim do I.N.U) torna absurdo “ignorar a evidente realidade histórica da estratificação que se realizou no passado, configurando com seu contraste o ambiente que desejamos salvar” e “negar que outro tanto deva acontecer também no presente”.

Mas a comparação não vale, porque entre outrora e hoje há intervindo precisamente uma “ruptura”, que não consiste somente numa mudança de vocabulário nem um cambio da concepção espacial (como defendeu recentemente Cesare Brandi) mas no nascimento da atitude crítica e histórica, na passagem das impostazioni imediatas àquelas mediatas e reflexas; a cultura arquitetônica moderna não é um modo de fazer as casas diversas daquelas de início mas é, sobretudo, um novo modo de por as relações entre arquitetura e a sociedade.

Tudo isto comporta também um novo tipo de relação com o passado (...) e fez surgir o problema – de fato novo e moderno – da conservação dos ambientes antigos. Porque nossas relações com o passado se fundamentam sobre a reflexão crítica e não mais sobre o imediatismo da tradição, tem-se tornado urgentíssimo conservar as testemunhas materiais do passado, porque através destes poderemos reconstruir, ativamente, a continuidade perdida por outra via.” (Benevolo, 1957b).

Ao ressaltar o caráter moderno e ativo¹³⁹ da conservação do patrimônio do passado, Benevolo reafirma o programa inicial do urbanismo caracterizando o caráter anacrônico da polêmica. Mas também traz pistas ao verdadeiro significado

freqüência esta dicotomia refletiu (e provavelmente continua refletindo) os saberes e, principalmente, as ignorâncias de professores de história e professores de projeto.

¹³⁷ Veja-se (Muthesius, 1980), como também (Sica, 1981b).

¹³⁸ Um bom resumo desta discussão encontra-se em : (De Martino, 1966) (Cervellati e Miliari, 1977) (Tafari, 1964).

¹³⁹ Outro artigo do mesmo ano enuncia, no próprio título esta posição: (Benevolo, 1957a) .

instrumental do urbanismo moderno com as suas duas vertentes: a transformadora e a conservacionista : a futurização da cidade implica também a futurização do passado.

Nexo Segundo

Neste capítulo descreveu-se a cidade como uma idéia de dupla representação : a de uma realidade de vivências, constrangimentos físicos, sociais, econômicos, culturais e todas as contingências da vida, e a de uma idéia à margem destas vicissitudes.

Esta dicotomia se faz evidente a partir da formalização, por Agostinho, Cidade de Deus que percorre o ideário medieval e que vai se laicizando a partir do século XI sem deixar de ser ideal. A cidade do Bom Governo dos “espelhos de príncipe” constitui também uma cidade ideal de atributos, normas e figurações que contrastam com a cidade real. Racionalidade que assume na Renascença uma formalização explícita e que se expande no mundo das descobertas como Cidade Ordenada.

A Cidade de Deus está, com precisão, situada ao fim da “canção” que Agostinho usa como metáfora para o tempo da Providência. A cidade ideal é, paralelamente, a imagem futura do tempo do Progresso.

A cidade industrial dará nova forma a esta idealização : o urbanismo que a torna “objeto” desta nova disciplina autônoma que constitui, no seu corpo homogêneo de leis, uma cidade “como deve ser” e critica a cidade que é. Cidade com seu próprio corpo de “sacerdotes” : uma classe nova de detentores de saberes.

Também descreveu-se as peripécias deste fazer urbanístico e da sua disciplina.

A cidade ideal é filha dileta do tempo linear. Impossível imaginá-la a não ser dentro de um tempo que tem um fim, um alvo, um ideal. Ela é, necessariamente, projeção no futuro. Seja Cidade Celestial, seja o Plano Urbanístico. Ela se pauta no tempo de Agostinho e a parábola do cântico; ela se pauta no tempo da Divina Providência ou do Progresso.

Passado e futuro são partes indissociáveis do conceito de cidade. A partir da Renascença, o racionalismo se apropria dos dois : a glória e admiração do passado e a cidade ideal como cidade do futuro. No urbanismo moderno, passado e futuro são os elementos substanciais; mas agora o passado não mais como modelo ou paradigma mas como projeção ao futuro : a relação com o passado a que Benevolo se refere.

O urbanismo é assim, ao serviço do poder, ferramenta privilegiada de domínio sobre o tempo aprisionando passado e presente num futuro por ele controlado.

No capítulo 4, veremos como estes mecanismos se articulam no caso específico da história recente de Salvador no conceito, ele próprio prenhe de significado, da “Nova Bahia”. A idéia de Novo Centro, na criação do Centro Administrativo, como elemento identificador de cidade: se há um “novo centro”,

existe uma “nova cidade”. Na idéia de um passado resgatado da decadência, também como centro: o “Centro Histórico”, agora patrimônio da humanidade e espaço de espetáculo.

O urbanismo passa a ser, então, a linguagem principal do “Bom Governo”, e este urbanismo se materializa numa arquitetura cujas características constituem um claro discurso de pedra: prédios carregados de futuro (a arquitetura institucional) e prédios efêmeros (a arquitetura comercial) como a localização especulativa que fundam; quase epifenômenos da propaganda imobiliária.

Neste capítulo sobre a cidade nos detivemos no urbanismo no seu duplo aspecto de progresso: mudança e conservação; a futurização própria da cidade ideal e a futurização do passado. No capítulo que se segue, esta relação com o “novo”, caracterizado por um inequívoco “pós” a superar o significado de *atual* da palavra “moderno” e a conseqüente relação com o passado, será analisada na arquitetura do final do século XX.

Como elemento privilegiado da lógica da técnica urbanística, já que outorga materialidade aos seus desígnios, a arquitetura será vista, nos seus momentos e “estilos” mais recentes, tanto no discurso que incorpora, os seus “significados”. Mas, é este papel de materializar os discursos do poder a razão da arquitetura? A intenção de responder a esta questão nos levará à questão do significado em arquitetura, discussão que povoou a academia nos anos anteriores ao surgimento do estilo “pós-moderno”. E por esta discussão, nos aproximaremos do caráter essencial desta arte que, como a música, é anterior – e necessária – aos significados.

Questões que re-colocam o problema da crítica arquitetônica no seu duplo aspecto: a arquitetura possuidora de sentido e de significado.

Ainda que, aparentemente, este capítulo 3 se afaste da linha lógica dos dois capítulos anteriores, ele procura superar dois equívocos recorrentes:

- a idéia de que a arquitetura é mera conseqüência das condições de produção do espaço de uma determinada época e, portanto, elemento secundário de, e absolutamente determinado por, uma estrutura sócio-político-econômica-cultural, ou
- a idéia de que a arquitetura, como arte, pode constituir uma história paralela com suas leis de evolução próprias, seus grandes momentos, seus estilos e modas.

E a superação, ainda que provisória, desta falsa dicotomia, será necessária para resgatar a arquitetura, enquanto arte, dos significados “aderidos” que cada época e o poder correspondente lhe atribuem sem deixar de analisar em profundidade o que estes significados representam no discurso do poder.

Nos dois capítulos anteriores os conceitos de Tempo e de Cidade foram diluídos em suas aparentes concreções destacando o seu caráter de operadores culturais, neste próximo capítulo a idéia de Arquitetura será igualmente analisada de forma a evidenciar a sua ambigüidade de sentido e significado.

CAPÍTULO 3. ARQUITETURA

Pós-modernismo: uma página virada?

Harvey, no final do seu livro, comenta com espanto:

“<Sentimos que o pós-modernismo acabou>, disse um grande desenvolvimentista norte-americano ao arquiteto Moshe Safdie (New York Times, 29 de maio de 1988). <Para projetos que vão ficar prontos em cinco anos, estamos considerando agora novas opções arquitetônicas>. Ele disse isso, narrou Safdie, <com a naturalidade de um fabricante de roupas que diz que não quer empatar a linha de produção com capotes azuis porque o vermelho está na moda>”. (Harvey, 1992), p. 323.

E continua sugerindo que “talvez por esta razão” Phillip Johnson tenha colocado seu “peso considerável” em favor do novo movimento do Deconstrutivismo.¹⁴⁰

Aparentemente, nos anos noventa, o pós-modernismo aparecia, em arquitetura, como uma página virada. O movimento que tinha se apresentado como uma linguagem “definitiva”, herdeira de toda a história da arquitetura e livre para qualquer tipo de “citação” ou uso eclético, parecia ter entrado, menos de dez anos depois do seu ápice, em definitivo declínio.

Um efêmero “fin de siècle”

Num belo livro (Lynch, 1975) Kevin Lynch comenta o perigo e inutilidade de fazer predições a longo prazo reproduzindo uma “charge” em que operários de uma demolição lêem, atônitos, uma mensagem dentro da pedra fundamental de um edifício construído em 1952 : “*A vós, filhos da história, que, num dia longínquo nos obscuros e lúgubres túneis do tempo, sereis capazes de romper esta rocha...*” . Reyner Banham (Banham, 1978) utilizou o título de um livro para comentar a mesma inutilidade: “*Megaestruturas: futuro urbano do passado recente*” em que descreve a imaginosa arquitetura da década de sessenta e os seus arroubos de futuridade; e Henry-Russel Hitchcock, que caiu na tentação da predição de longo prazo, no verbete “estilo internacional” (Hatje, 1970) (p. 184), escreve: “*Partindo destas analogias (com o Renascimento) poderia classificar-se o estilo internacional como o período “alto” da arquitetura moderna, capaz de prover a base de desenvolvimento arquitetônico para a próxima geração e, quiçá, para os próximos séculos.*” Seu parceiro de fundação do estilo internacional, Phillip Johnson, o desmentiria pouco tempo depois.

¹⁴⁰ Johnson afirma-se como um profícuo lançador-legitimador de estilos antagônicos.

Sistematicamente, as tentativas de ser “atual” envelhecem com velocidade inusitada. O “estado da arte” é, por definição, frágil e fugidio. E o mundo das idéias, tal vez mais do que outros, tem seus diversos tempos e durações: as vezes longos, as vezes extremamente curtos.

Da mesma forma que novas idéias se pretendem definitivas no tempo, as rupturas com o passado com que se apresentam são igualmente recorrentes; como afirma Ellen Meiksins Wood (Wood, 1999), em referência às reações ao modernismo que começaram desde a primeira guerra mundial, com o livro de Oswald Spengler – *Decadência de Ocidente* – e, depois, no final dos anos cinqüenta, com as declarações de C. Wright Mills: “*Estamos no fim do que é denominado de A Era Moderna*” que “*está sendo sucedida pelo período pós-moderno*”.

Jameson apontou, no início do seu famoso livro (Jameson, 1991), o milenarismo invertido dos últimos tempos que se caracteriza pela substituição das premonições do futuro, catastróficas ou redentoras, pela convicção do final disto ou aquilo: o fim das ideologias, da arte ou das classes sociais ou da história; o fim do leninismo, da social-democracia, do Estado do Bem-estar, etc. etc.

O Pós-modernismo, que pretendeu finalizar o “curto século XX” com broche de ouro colocando um ponto final à longa dominação modernista, agonizou rapidamente após seu apogeu nos anos oitenta assistindo uma vigorosa reação à sua lógica retomar questões “antigas” como que “preparando a mesa” do século que inicia.

O pós-modernismo, apresentado como uma nova forma de pensar, parece ter-se transformado em mais uma das breves novidades que a sociedade moderna mostrou como novas visões de mundo e que foram, apenas, estilos de um processo mercantil de idéias, artes e filosofias: os “ismos”, que transformam rapidamente o pensamento contra a lógica dominante em negócio do onipresente mercado¹⁴¹. Em palavras de Mary McLeod: “*O Pós-modernismo e o deconstrutivismo podem ser vistos como tendo apostado nas áreas da prática cultural que retêm alguma vitalidade em uma sociedade cada vez mais administrada e racionalizada: os pós-modernistas olhando para formas que são anteriores à hegemonia da modernização burocrática; os pós-estruturalistas desafiando os preceitos da própria racionalidade e da ordem. Mas da mesma forma que estas tendências descobriram áreas que ainda não são parte da cultura de consumo, elas tornam sua existência diferente e visível, e assim sujeitas às manipulações do mercado*” (McLeod, 1996).

Uma análise do pensamento e da arquitetura pós-modernos coloca em pauta vários tipos de questões:

¹⁴¹ Não podemos esquecer-nos que Guy Debord suicidou-se pouco depois de ver o “Movimento Situacionista” transformado em motivo de exposição oficial do Estado e do Capital; objeto, ele próprio, da cultura espetacular que pretendeu combater.

- por uma parte torna-se necessário descobrir de que modo e por que a reação ao modernismo, ou ao mundo moderno, manifestou-se com tanta força e obteve tanto sucesso (ao menos na academia e na mídia);
- Em segundo lugar, é importante definir com maior precisão o que abarca o termo pós-modernismo; ou ainda, tentar descrever “os diversos pós-modernismos”, ou as diversas reações ao modernismo.
- por outro lado, de que forma a produção arquitetônica e de crítica arquitetônica adere a este vasto movimento, se é que adere, e com que particularidades.
- Em quarto lugar: o que resta ainda do pós-modernismo? O que se construiu e ainda se constrói com base nesta reação ao modernismo?
- E finalmente: o que o pós-modernismo tem a ver com o hemisfério sul?

A agenda pós-moderna

Tem-se tornado truismo afirmar a relação entre o pensamento pós-modernista e o movimento internacional de restauração direitista liderado pela prolecta dupla Reagan-Thatcher (Fernandez Galiano, 1982). Assim como é também freqüente associar o modernismo com as esperanças revolucionárias de transformação social que foram gradativamente minadas pelo capitalismo consumista, o Estado do Bem-estar e o “aburguesamento” da classe operária, tanto quanto os horrores verdadeiros e inventados do socialismo soviético e sua “nomenklatura”.¹⁴²

Em palavras de Peter Campbell: *“What is postmodernism? There are countless answers to this question. Postmodernism is a state of mind arising out of the post-World War II world. It is an architectural trend. Postmodernism, then, can be described literally - it is the “ism” which follows modernism. Which followed pre-modernism, and so on. But a careful examination of different aspects of postmodernism reveals an incredibly deep, complex set of ideas.”* (Campbell, 2001).

Surge ligado a este aspecto do pensamento pós-modernista¹⁴³ um outro aparentemente paradoxal: a facilidade com que pessoas de pensamentos claramente de direitas, ou de esquerdas, se sentem, sem constrangimento, incluídos no mesmo.

Uma “história” do pós-modernismo ajuda, ainda que não muito, a entender esta situação paradoxal.

Perry Anderson deu-se ao trabalho de compreender estes avatares (Anderson, 1999).

¹⁴² Uma das primeiras coisas que se colocam ante estas verificações é qual a relação de causa e efeito, se é que existe, entre uma e outra questões. Ou seja, saber se a ruína de uma expectativa de transformação social é decorrência de uma forma equivocada de pensamento – o pensamento moderno – ou se, ao contrário aquela ruína torna o pensamento moderno igualmente ruinoso.

¹⁴³ que eu preferiria chamar de “onda” pós-modernista, não somente pelo caráter de moda que seguramente possuiu, mas, principalmente pelo seu caráter heterogêneo

Coube, segundo ele, a Federico de Onís, amigo de Unamuno e Ortega, nos anos 30, falar pela primeira vez de *postmodernismo* como uma tendência de “refluxo conservador” do modernismo à qual se contraporía um *ultramodernismo* que retomaria os impulsos revolucionários do modernismo. Na antologia publicada por Onís e dedicada a Antonio Machado, constavam Lorca, Vallejos, Borges e Neruda.

A idéia de um *pós-modernismo* conservador e um *ultramodernismo* que retomasse o vigor perdido do modernismo, parece uma referência premonitória para as particularidades do pós-modernismo posterior.

Foi com Charles Olson, na década de 50, que “*uma teoria estética ligou-se a uma história profética, com uma agenda que aliava a inovação poética à revolução política na tradição clássica das vanguardas européias do período anterior à guerra.*” (Anderson, 1999) (p. 18).

É no final da década de 50 também que C. Wright Mills usa o termo mas, agora, com o caráter de falência dos sistemas alternativos a liberalismo e socialismo numa visão claramente negativa. Fiedler e Etzioni invertem o emprego do termo dando ao mesmo um caráter positivo e “democrático”.

Ainda segundo Anderson, coube a Ihab Hassan a configuração do pós-moderno como conjunto de atividades, primeiro de caráter artístico, reunindo John Cage, Robert Rauschenberg e Buckminster Fuller ligados a uma quarta figura: Marshall McLuhan. “*Quando, pore, lançou a noção de pós-modernismo, em 1971, Hassan incluiu essa linhagem num espectro bem mais amplo de tendências que ou radicalizavam ou rejeitavam as principais características do modernismo: uma configuração que se estendia às artes visuais, à música, à tecnologia e à sensibilidade em geral.*” (idem, p. 25).

Hassan parece ter ficado preso na contradição apontada com propriedade por Onís quando diferenciava um *ultramodernismo* de um *pós-modernismo*, dando a este último um caráter conservador e involutivo do *élan* modernista. É inegável que Hassan identificava-se com a força do primeiro, e, quando assistiu uma extensa exposição de objetos pós-modernos, *Estilos 85*, escreveu: “*caminhando em meio a essa brilhante miscelânea, hectares de esprit, paródia, ironia, senti o sorriso gelar nos lábios*”, e pouco depois comentara: “*o próprio pós-moderno mudou, dando, a meu ver, a guinada errada. Encurralado entre a truculência ideológica e a ineficácia desmistificadora, preso no seu próprio kitsch, o pós-modernismo tornou-se uma espécie de pilhéria eclética, refinada lascívia de nossos prazeres roubados e descrenças fúteis.*” (idem, p. 29).

Estes mesmos aspectos que fizeram Hassan abandonar o pós-modernismo, parecem ser os que fundamentaram a idéia que tiraria o movimento dos claustros acadêmicos para lhes dar divulgação generalizada. Em 1972, Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour publicaram *Aprendendo com Las Vegas* que se transformou no manifesto arquitetônico da década. Stern e, posteriormente Charles Jencks deram a este novo conformismo o nome de pós-modernismo em 1977 quando da publicação de *Language of Post-modern Architecture*. Sobre isto voltaremos adiante.

Do campo das artes e da sua (difícil) relação com a sociedade, a noção de pós-modernidade não demorou a passar ao campo da filosofia e, especialmente, da epistemologia. Em 1979 Jean-François Lyotard publicou *A Condição Pós-moderna*, tomando o termo diretamente de Hassan.

Na esteira de “*uma sociedade pós-industrial – teorizada por Daniel Bell e Alain Touraine – na qual o conhecimento tornara-se a principal força econômica de produção numa corrente desviada dos Estados nacionais*” surgia para Lyotard a pós-modernidade, pois “*se a sociedade era agora melhor concebida, não como um todo orgânico nem como um campo de conflito dualista (Parsons ou Marx) mas como uma rede de comunicações lingüísticas, a própria linguagem – “todo o vínculo social” – compunha-se de uma multiplicidade de jogos diferentes, cujas regras não se podem medir, e inter-relações agonísticas. Nessas condições, a ciência virou apenas um jogo de linguagem dentre outros: já não podia reivindicar o privilégio imperial sobre outras formas de conhecimento, que pretendia nos tempos modernos. Na verdade, sua pretensão à superioridade como verdade denotativa em relação aos estilos narrativos do conhecimento comum escondia a base de sua própria legitimação, que classicamente residiu em duas formas grandiosas de narrativa. A primeira derivada da Revolução Francesa, colocava a humanidade como agente heróico de sua própria liberação através do avanço do conhecimento; a segunda, descendente do idealismo alemão, via o espírito como progressiva revelação da verdade. Esses foram os grandes mitos justificadores da modernidade.*

O traço definidor da condição pós-moderna, ao contrário, é a perda da credibilidade dessas metanarrativas.” (Anderson, 1999) (p. 32).

Texto de encomenda, *A Condição Pós-Moderna* encara uma pauta ambiciosa: constituir a base teórica, senão para um novo pensamento filosófico, pelo menos para a derrocada das “metanarrativas” do pensamento moderno atendo-se essencialmente ao destino epistemológico das ciências naturais nas quais este tinha fincado suas bases.

A trajetória de Lyotard fala melhor do que ninguém do cerne do seu pensamento: nos anos noventa passaria pela ontologia brevemente na sua caminhada para a astrofísica desde a qual argumentaria que “*o triunfo do capitalismo sobre sistemas rivais foi resultado de um processo de seleção natural que pré-datava a própria vida humana.*” (Anderson, 1999) (p. 40).

A estrutura deste último pensamento de Lyotard, em verdade, foge da discussão do pós-modernismo embora ilustre o caminho tortuoso de um dos seus principais postulantes. A idéia de situar toda a vida social da humanidade dentro de um processo contrário à entropia do sistema: a neguentropia, sobre a qual pareceria não termos nenhum controle (“*O desenvolvimento não é uma invenção dos seres humanos. Os seres humanos é que são uma invenção do desenvolvimento*”¹⁴⁴.) torna-se uma fábula que, segundo o próprio Lyotard, não se

¹⁴⁴ Lyotard, F. *Une fable posmoderne*. 1993, citado em Anderson, op.cit.

transforma em “metanarrativa”¹⁴⁵ porque é “uma história sem historicidade ou esperança”.

Parece ficar claro que a grande “metanarrativa” que Lyotard nega é qualquer espécie de domínio dos seres humanos sobre o seu destino; e nesse sentido encontra ressonância clara com os outros conformismos pós-modernistas. Principalmente os oriundos da crítica arquitetônica como *Learning from Las Vegas*, de Venturi, Izenour e Scott Brown.

De alguma forma, a resposta a este anátema ao modernismo se apresentou no discurso de Habermas, ao receber o prêmio Adorno em 1980 em Frankfurt: *Modernidade : Um projeto incompleto*.

Habermas forneceu – no dizer de Anderson – o pólo negativo para a tensão produtiva que requer o surgimento de uma área intelectual.

Habermas produziu uma resposta à exposição da Bienal de Veneza que dera origem à versão pós-modernista de Jencks (que Lyotard ignorara ao produzir a sua versão da pós-modernidade). Não obstante, a polêmica consolidou-se entre Habermas e Lyotard.

A questão do modernismo como projeto inconcluso re-coloca, de alguma forma, a questão do “pós-modernismo” e do “ultramodernismo” que Onís colocara nas primeiras décadas do século XX e que citamos acima¹⁴⁶. Habermas reconhece o declínio do espírito da modernidade estética com o seu novo sentido do tempo como um presente prenhe de um futuro heróico¹⁴⁷, o envelhecimento das vanguardas, e que a idéia de pós-modernidade ganhara sua força deste declínio.

Habermas via no projeto iluminista da modernidade duas vertentes: uma a diferenciação entre *“ciência, moralidade e arte não mais fundidas numa religião revelada mas como esferas de valor autônomas, cada uma governada por suas próprias normas: verdade, justiça, beleza. A outra era a soltura desses domínios recém-liberados no fluxo subjetivo da vida cotidiana, interagindo para enriquece-la.”* (Anderson, 1999) (p. 43). Teria sido este o programa que perdera o rumo na medida em que cada esfera fora transformando-se em círculos fechados ou especialidade esotérica em vez de penetrar a comunicação diária da vida cotidiana. Este fracasso, segundo Habermas, tinha suas raízes na lógica comercial da modernização capitalista e não no modernismo estético.

¹⁴⁵ a rigor parece apenas uma “metafantasia”

¹⁴⁶ “De lá para cá, o caráter da modernidade envelheceu. Decerto, ainda foi recitada uma vez nos anos 60. Passados os anos 70, temos, no entanto, de admitir que o modernismo hoje já quase não encontra ressonância. Não sem melancolia, um dos partidários da modernidade, Octávio Paz, já então observava : “A vanguarda de 1967 repete os feitos e os gestos daquela de 1917. Vivemos o fim da idéia da arte moderna”. Seguindo as investigações de Peter Bürger, desde então falamos da arte de pós-vanguarda, a qual já não dissimula o fracasso da revolta surrealista. Mas que significa tal fracasso? É o sinal de adeus à modernidade? A pós-vanguarda já significa a passagem à pós-modernidade?” (Habermas, 1992)

¹⁴⁷ Em palavras de P. Anderson

O projeto da modernidade tinha de ser, ainda, realizado. Mas as suas dificuldades favoreceriam o aparecimento de um conservadorismo que Habermas classifica em três categorias: os jovens conservadores, os antigos conservadores e os neoconservadores. Independentemente do acerto em apontar o caráter “conservador” das tendências que negam a modernidade, Habermas encontra dificuldade em apontar os caminhos pelos quais o “projeto moderno” possa ser “acabado”. A relação entre as três esferas autônomas da modernidade – ciência, moralidade e arte – e o fluxo subjetivo da vida cotidiana encontra-se, cada vez mais, fora do alcance da sua teoria. Ao dizer de Anderson: “O resultado é um abismo entre o problema e a solução. O declínio da vitalidade experimental está num dos extremos do discurso, a reanimação do mundo da vida no outro, e praticamente não há conexão fundamentada entre eles.” (Anderson, 1999) (p. 47).

Habermas ainda apresentaria, pouco tempo depois, por ocasião da exposição “A outra tradição – Arquitetura em Munique de 1800 à atualidade” em novembro de 1981, o conhecido texto *Arquitetura Moderna e Pós-Moderna* (Habermas, 1987), em que reafirma os conceitos apresentados anteriormente que trataremos adiante em função da sua relação específica com o pós-modernismo em arquitetura.

O confronto entre Lyotard e Habermas deram o selo filosófico ao campo da pós-modernidade.

A pesar das profundas divergências entre os diversos autores, o pós-modernismo constituiu-se numa cristalização temática sem necessitar de uma integração intelectual nem coerência teórica.

“O campo, no entanto, mostrava outra espécie de unidade: era ideologicamente consistente. A idéia do pós-moderno, da maneira como foi assumida nesta conjuntura, era de uma forma ou outra apanágio da direita. Hassan, exaltando o jogo e a indefinição como marcas do pós-moderno, não fez segredo de sua aversão à sensibilidade que era a antítese delas: o jugo de ferro da esquerda. Jencks celebrou o passamento do moderno como a liberação da opção de consumo, um golpe mortal no planejamento em um mundo onde os pintores podiam comerciar de forma tão livre e global como banqueiros. Para Lyotard, os próprios parâmetros da nova condição foram criados pelo descrédito do socialismo como última narrativa grandiosa – versão última de uma emancipação que não fazia mais sentido. Habermas, ainda numa posição de esquerda, resistindo a um compromisso com o pós-modernismo, mesmo assim atribuiu a idéia à direita, formulando-a como uma representação do neoconservadorismo. Comum a todos era a subscrição dos princípios do que Lyotard – outrora o mais radical – chamou de democracia liberal como o horizonte insuperável da época. Não podia haver nada mais que o capitalismo. O pós-modernismo foi uma sentença contra ilusões alternativas.” (Anderson, 1999), p. 53-54.

Coube a Fredric Jameson (Jameson, 1991), de certa forma tardiamente¹⁴⁸, dar um enfoque histórico a esta categoria que é, essencialmente, histórica.

E assim o explicita:

“... , baste no momento sublinhar uma tese que tenho defendido com maior detalhe noutra lugar: que toda posição pós-modernista no âmbito da cultura – já se trate de

¹⁴⁸ O texto inicial sobre o assunto é de 1982 – *A guinada Cultural* – Conferência proferida no Museu Whitney de Artes Contemporâneas.

apologias ou estigmatizações – é, também e ao mesmo tempo, necessariamente, uma tomada de posição implícita ou explicitamente política sobre a natureza do capitalismo multinacional atual.

(...)

...as páginas que seguem não devem considerar-se como uma descrição estilística nem como a catalogação de um estilo ou movimento cultural entre outros. Pretendi, porém, oferecer uma hipótese de periodização histórica, e isso mesmo num momento em que o conceito mesmo de periodização histórica se apresenta como autenticamente problemático.” (Jameson, 1991), p. 14-15.

É surpreendente como Habermas e Lyotard, oriundos – ainda que distantes – de tradição marxista, não atentassem para tão evidente situação.

O trabalho de Jameson se pauta nos conceitos de Ernest Mandel no seu livro: *Der Spätkapitalismus*,¹⁴⁹ de 1972, a bem sucedida tentativa de explicitação da nova fase do capitalismo dentro da tradição marxista.

Jameson atenta para o fato do modernismo ter-se transformado deixando de provocar algum impacto na sociedade burguesa, o que não é “*senão o resultado da canonização e institucionalização acadêmica do movimento modernista em geral que pode datar-se no final da década de cinqüenta.*” Seguramente esta é a razão principal do surgimento do pós-modernismo. Mas a própria produção pós-modernista contra esta assimilação dos valores já não escandaliza incorporando-se, rapidamente, à cultura oficial da sociedade ocidental. O que aconteceu, segundo Jameson, é que a própria produção estética atual integrou-se na produção de mercadorias em geral: “*a frenética urgência de produzir constantemente novas ondas refrescantes de gêneros de aparência cada vez mais atualizada (desde os vestidos até os aviões), com cifras de negócios sempre crescentes, outorga uma posição e uma função estrutural cada vez mais fundamental à inovação e a experimentação estética.*” (Jameson, 1991) (p. 18). Ato seguido, Jameson aponta para o caráter principal que assume a arquitetura neste aspecto pela sua proximidade natural com a economia mediante concessões do poder público e valores imobiliários. Não é de surpreender, portanto, o “*extraordinário florescimento da arquitetura pós-moderna sustentado no patrocínio das empresas multinacionais, cuja expansão e desenvolvimento são estritamente contemporâneos a ela.*” Concluindo que “*toda esta cultura pós-moderna, que poderíamos chamar dos Estados Unidos, é a expressão interna e superestrutural de toda uma nova onda de dominação militar e econômica norte-americana de dimensões mundiais: e neste sentido, como em toda a história das classes sociais, o que está por trás da cultura é constituído pelo sangue, a tortura, a morte e o horror.*” (idem p. 19).¹⁵⁰

¹⁴⁹ As traduções: *Late Capitalism; Lê troisième âge du Capitalisme; El Capitalismo tardío, Capitalismo avanzado.*

¹⁵⁰ É evidente, nesta última expressão, a semelhança com Benjamin: “*Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os*

Frente a esta análise, Jameson lança o programa do seu livro: *“projetar o conceito de uma nova norma cultural sistêmica e de sua reprodução, com o objetivo de refletir adequadamente sobre as formas mais eficazes que hoje pode adotar uma política cultural radical.”* (Jameson, 1991) (p. 21).

Este programa é colocado, segundo Jameson, em cinco lances:

- No primeiro lance, a partir do próprio título do seu livro, coloca a questão do pós-modernismo ancorada na situação econômica específica da sua época: confere inserção histórica a este aspecto e o define como a “lógica cultural” deste período segundo a análise de Mandel;
- no segundo, mediante uma bela análise de obras do modernismo e do pós-modernismo, chega à morte do sujeito como manifestação do mundo da vida pós-modernista; a “perda de qualquer senso ativo de história, seja como esperança seja como memória” (idem, p. 67) do que resulta uma nova superficialidade: *“Mas tem outras diferenças entre a época modernista e a pós-modernista, entre os sapatos de Van Gogh e os de Andy Warhol, nas que temos de deter-nos brevemente. A primeira e mais evidente é o nascimento de um novo tipo de insipidez ou falta de profundidade, um novo tipo de superficialidade no sentido mais literal, quiçá o supremo rasgo formal de todos os pós-modernismos aos que teremos ocasião de voltar em numerosos contextos distintos.”* (idem, p. 29).
- o terceiro lance corresponde à expansão da pós-modernidade à toda a cultura; até então restrito a campos específicos (Lyotard na ciência, Habermas na filosofia, Jencks na arquitetura...) “a obra de Jameson teve outro escopo – uma majestosa expansão do pós-moderno por praticamente todo o espectro das artes e grande parte do discurso sobre elas”¹⁵¹. A arquitetura ganha, para ele, um papel preponderante (que analisaremos mais tarde), seguida do cinema e da propaganda. Neste lance, em consequência do anterior – a morte do sujeito – Jameson coloca como recurso um parasitismo sobre o velho: o pastiche como “paródia vazia”. *“A desaparecimento do sujeito individual, e sua consequência formal, o desvanecimento gradual do estilo pessoal, têm engendrado a atual prática quase universal do que poderíamos chamar o pastiche”* ou ainda que: *“o colapso da ideologia modernista do estilo (...) tem provocado que os produtores de cultura não tenham já outro lugar ao que voltar-se que não seja o passado: a imitação de estilos caducos, o discurso de todas as máscaras e vozes armazenadas no museu imaginário de uma cultura hoje global.”* (idem, p. 44) Jameson não somente amplia o raio de investigação cultural como detecta características gerais das manifestações neste raio ampliado.

criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie.” (Benjamin, 1986b). Hoje (22/03/2003) durante os estúpidos bombardeios de Bagdá, as palavras de Jameson e Benjamin assumem uma dimensão especial.

¹⁵¹ Anderson, Op. Cit. p. 69.

- O quarto lance de Jameson leva às bases sociais e ao padrão geopolítico do pós-modernismo. As profundas transformações da estrutura das classes sociais davam uma clara indicação para as camadas de empregados e profissionais dos crescentes serviços e setores especulativos do capitalismo avançado. Por cima destas camadas estariam as poderosas estruturas das próprias corporações multinacionais. Por baixo, classes enfraquecidas pelas transformações da estrutura industrial teriam dado passo a identidades segmentadas baseadas principalmente em aspectos sexuais ou étnicos. A arena do pós-modernismo é a escala mundial, e nela, não existe uma estrutura de classe comparável àquela do capitalismo anterior. Não existe um “trabalhador coletivo”, ele ainda tem que surgir. Por outra parte, num lance, no mínimo, curioso, Jameson aponta para a “democratização” da cultura pós-moderna a partir da incorporação de grandes contingentes de pessoas motivada pela globalização. A perda de “profundidade” modernista, decorrente do populismo da cultura pós-moderna, lhe daria um novo poder : “Enquanto no se auge o modernismo nunca passou de um enclave, o pós-modernismo hoje é hegemônico”.
- O último lance de Jameson – que segundo Perry Anderson foi talvez o mais original de todos – se refere à sua tentativa de evitar qualquer juízo moral sobre o pós-modernismo. Apontando a fragilidade das apologias tanto quanto das críticas “ideológicas” ao pós-modernismo, Jameson aponta: *“Mas, se o pós-modernismo é um fenômeno histórico, todo intento de dar conta dele em termos de juízo moral ou moralizante deve identificar-se, em última instância, como erro categorial.”* (*idem*, p. 103). Amparado em citação de Marx, aponta para a urgência de pensar dialeticamente a “evolução” cultural do capitalismo avançado “ao mesmo tempo como catastrófica e como progressista.”

Como aponta Perry Anderson, os termos do debate sobre o pós-modernismo subseqüentes pautam-se na compreensão de Jameson. Harvey, Callinicos e Terry Eagleton contribuíram com produção importante. Entre nós a mais conhecida é o trabalho do primeiro, divulgado na esteira da fama do seu autor no nosso médio acadêmico (Harvey, 1992).

De Lyotard a Jameson, deve ser possível traçar os caminhos e descaminhos do academicismo marxista, e as suas dificuldades, nos países hegemônicos do capitalismo avançado¹⁵², tal vez muito mais do que os caminhos

¹⁵² Alguns breves comentários sobre o assunto: Harvey já tinha apontado em texto relativamente antigo o quanto a questão de uma revolução científica no pensamento geográfico passa por uma profunda modificação no pensamento acadêmico (Harvey, 1976). Mas fica mais claro o complicado caráter de um pensamento revolucionário nas seguintes declarações: *“The problems of “Western Marxism” are well known from discussion by Perri Anderson and Russell Jacoby, and Edward Said has pertinently exposed the dangers of “Traveling theory”. Nonetheless, this new Marxism and postmodernism share the conviction that literature and theory and criticism are not only contemplative, not mere superstructure, but active; they share commitments to human life in history. In short, they share the world.”* (Arac, 1986); *“We are saying That socialism in America had to be seen mostly as an intellectual problem before it could even hope to become a viable movement”*(*Margin of Hope*) Irving Howe; *“No real systemic change in this country will be possible*

da ciência ou da cultura desta fase do capitalismo. Ainda que confesse a minha incompetência para esta análise, devo apontar algumas questões em aberto, no meu entender, na obra de Jameson.

Utilizando os “cinco lances” de Jameson apontados por Perry Anderson e descritos sucintamente acima.

- em relação ao primeiro lance, cabe mencionar que Jameson se coloca claramente dentro de uma “metanarrativa”, em termos de Lyotard, definindo “historicamente” o pós-modernismo como a “lógica cultural do capitalismo avançado”. Cabe perguntar-se o que seria se isso não fosse. Até que ponto esta afirmação acrescenta alguma coisa na compreensão do que seja o pós-modernismo não fica muito claro neste lance;¹⁵³
- em relação à morte da individualidade, representada na diminuição do autor como sujeito (e a participação do espectador em ressonância com ele) fica difícil de entender numa moda ou estilo pós-modernista onde os “autores” passarão a ter uma importância de quase-heróis como nunca (tal vez com exceção de Le Corbusier ou Wright¹⁵⁴) mas agora em número e remuneração sem precedentes. Embora concordando com Jameson que o sujeito, agora, assume uma posição mais “neutra”, isto parece ser, desde Venturi, apenas uma atitude subjetiva de conformismo com o consumismo, a propaganda e outras características do “capitalismo avançado”;
- no tocante ao terceiro lance apontado por Perry Anderson, na verdade é um corolário do primeiro: seria muito difícil argumentar que determinada parte da cultura corresponde ao capitalismo avançado e outra parte não. Mas o que é importante destacar é o que este lance envolve: na medida em que o pós-modernismo não é um estilo, ou uma moda para Jameson, na medida em que é a “lógica cultural” do capitalismo avançado, ele tem de ser aceito

without the minimal first steep of the achievement of a social democratic movement (but) that first steep will not be possible without two other preconditions: ...The creation of a Marxist intelligentsia, and that of a Marxist culture.” (Jameson, F.) ou, ainda, em palavras do próprio Arac: “*We will not transform American life today, or tomorrow, but what we do to change our academics habits and disciplines, the questions we dare to ask or allow our students to pursue, these are political and make a difference, too, for the academy itself is in the world.*” Fica evidente nas declarações a sensação de impossibilidade revolucionária e a tentativa de transformar o marxismo num (lento) processo acadêmico. É provável que decorra desta contingência a exagerada importância dada as questões estritamente acadêmicas, como o dito pensamento pós-modernista.

¹⁵³ A este respeito, cabe destacar o alerta de Aijaz Ahmad : “*Acredito que a lógica do capital é a de destruir a integridade de todos os valores de uso e impor o valor de troca a toda produção de valor. Isto, por seu lado, significa que a lógica cultural do capitalismo consiste em produzir uma cultura uniforme de puro consumo, de puro fetichismo de mercadoria. Não quero dizer que as culturas reais, historicamente constituídas, das sociedades capitalistas sejam assim. O capital jamais consegue resolver as contradições que ele mesmo cria. Mas, de fato, penso que a tendência lógica do capital orienta-se na direção do subconsumo de todos os valores culturais, sob o fetichismo da mercadoria.*” (Ahmad, 1999), p. 118. Jameson parece passar por alto este simples aspecto.

¹⁵⁴ Até a aparição de Phillip Johnson em janeiro de 1979 na capa da revista TIME exibindo a fachada-maquete do AT&T, somente Wright, como arquiteto, tinha ocupado a capa da revista. Buckminster Fuller poderia ser o terceiro, não fosse que sua qualidade de “inventor” supera a de arquiteto.

como único ou, ao menos, como ele mesmo o sugere, hegemônico e isto implica em subestimar qualquer outra manifestação cultural ou inclui-la dentro da pós-modernidade mesmo que forçadamente;

- o quarto lance apontado – em relação às bases sociais e ao padrão geopolítico do pós-modernismo – deve ser analisado desde um ponto de vista de aceitação da globalização como fenômeno homogêneo (ou a cultura como fenômeno exclusivo dos países centrais) já que o que Jameson descreve exclui as grandes parcelas pobres da população das periferias da globalização (a não ser para considerá-las em relação ao número demográfico em oposição às “gerações passadas”). Este lance explica muito mais as dificuldades de ser “marxista” na América do Norte do que propriamente as características do pós-modernismo. A falta de identidade de classe se restringe a este fato: a comparação da poderosa classe operária do primeiro capitalismo dos países centrais em relação a classe operária “robotizada” destes países no capitalismo consumista apontados por Wright Mills, e a crescente variedade de movimentos “fragmentados”, de gênero e raça ou étnicos sempre nos países centrais. Falta nesta análise uma compreensão mínima do significado do racismo ou do sexismo dentro do Capitalismo Histórico.¹⁵⁵ Se compreendermos, com

¹⁵⁵ Isto denota claramente o problema de certa visão marxista acadêmica que freqüentemente subestima a importância de analisar historicamente o capitalismo além do século XIX repetindo, apenas, as análises profundas de Marx aos processos mais recentes. Immanuel Wallerstein, historiador do capitalismo, aponta para esta falha: “São muitos os livros escritos sobre o capitalismo por marxistas e outros autores da esquerda política, mas, a maioria deles, adoece de um destes dois defeitos. Uns são, basicamente, análises lógico-dedutivos que partem de definições do que se pensa que é em essência o capitalismo e examinam logo até que ponto tem-se desenvolvido este em diversos lugares e épocas. Os segundos centram-se nas pressupostas grandes transformações do sistema capitalista a partir de um ponto recente no tempo, e todo o tempo anterior serve de contraste mitológico para considerar a realidade empírica do presente.

O que parece-me urgente, a tarefa à que se tem consagrado em certo sentido a totalidade de minha obra recente, é ver o capitalismo como um sistema histórico, ao longo de toda sua história e na sua realidade concreta e única. Tenho-me fixado, portanto, a tarefa de descrever esta realidade, de delinear com precisão o que sempre tem estado cambiando e o que nunca tem cambiado (de tal forma que poderíamos denominar a realidade inteira sob um só nome).

Acho, como muitos outros, que esta realidade é um todo integrado. Mas muitos dos que mantêm esta opinião a defendem em forma de um ataque a outros por seu suposto “economicismo”, ou seu “idealismo” cultural, ou seu excessivo finca-pé nos fatores políticos e “voluntaristas”. Tais críticas, quase por sua própria natureza, tendem a cair de rebote no vício oposto ao que atacam. Por conseguinte, tenho tratado de apresentar muito claramente a realidade global integrada, tratando sucessivamente sua expressão nos terrenos econômico, político e ideológico-cultural.

Finalmente, permitir-se-me-á dizer umas palavras sobre Karl Marx. Foi uma figura monumental na história intelectual e política moderna. Tem-nos deixado um grande legado, conceitualmente rico e moralmente inspirador. Não obstante, deveríamos tomar seriamente o que disse quando falou que não era marxista, e não tomá-lo como um gracejo.

Marx sabia, coisa que muitos dos que se dizem discípulos seus não sabem, que era um homem do século XIX cuja visão estava inevitavelmente limitada por esta realidade social. Sabia, coisa que muitos não sabem, que uma formulação teórica só é compreensível e utilizável em relação com a formulação alternativa à que aquela ataca explícita ou implicitamente, e que é totalmente

Wallerstein, que o sexismo e o racismo são componentes históricas do capitalismo, a fragmentação a que Jameson se refere não se encontraria em verdadeiras lutas organizadas contra o capitalismo?¹⁵⁶ A esperança no surgimento de um novo “trabalhador coletivo” continua a ter sentido fora do mundo central?

- Quanto ao quinto lance apontado por Perry Anderson, Jameson se coloca perigosamente, embora exatamente às avessas, da visão historicista de Fustel de Coulanges criticada por Benjamin¹⁵⁷. Identificar uma crítica de classe a um julgamento moralista é, no mínimo, afastar-se claramente da análise de Marx. Quanto à ênfase que Jameson dá ao aspecto progressista do capitalismo e, em consequência, à necessidade de avaliar a cultura do capitalismo avançado “*ao mesmo tempo como catastrófica e como progressista*” somente pode ser entendida se vista desde uma crítica de classe; ainda que na ausência do “trabalhador coletivo” que o preocupa.

O trabalho de Jameson não esclarece muito o que é, exatamente, essa cultura hegemônica que vive sob o nome genérico de pós-modernismo. Estender as suas características a toda a lógica cultural parece criar uma lente difusa sobre a visão dos problemas concretos da relação entre a cultura, e a arte em especial, e os epifenômenos do capitalismo dos últimos anos: o avanço generalizado do domínio monopolista da propaganda, a desigualdade crescente, internamente e, principalmente, entre os países centrais e os periféricos.

A “*invenção e o desenho de mapas cognitivos globais, tanto a escala social como espacial*” não parece ser resposta à altura do seu programa: “*projetar o conceito de uma nova norma cultural sistêmica e de sua reprodução, com o*

irrelevante para formulações de outros problemas baseados em outras premissas. Sabia, coisa que muitos não sabem, que existia uma tensão na apresentação de sua obra entre a exposição do capitalismo como um sistema perfeito (o que de fato nunca tinha existido historicamente) e a análise da realidade cotidiana concreta do mundo capitalista.

Utilizemos, pois, seus escritos do único modo sensato: como os de um companheiro de luta que sabia tanto como ele sabia.” (Wallerstein, 1988)

¹⁵⁶ “O sexismo foi o ato de relegar as mulheres à esfera do trabalho improdutivo, duplamente humilhante porquanto o trabalho real que se requeria delas viu-se, em todo caso, intensificado e porquanto o trabalho produtivo converteu-se na economia–mundo capitalista, pela primeira vez na história humana, na base da legitimação do privilégio. Isto constituiu um duplo vínculo impossível de romper dentro do sistema.

O racismo não foi o ódio ou a opressão de um estranho, de alguém alheio ao sistema histórico. Muito pelo contrario: o racismo foi a estratificação da força de trabalho no seio do sistema histórico, cujo objetivo era manter aos grupos oprimidos no seio do sistema e não expulsá-los. Criou a justificação para uma baixa remuneração do trabalho produtivo apesar de sua primazia na definição do direito a uma recompensa.” (Wallerstein, 1988), p. 93-94.

¹⁵⁷ “Fustel de Coulanges recomenda ao historiador interessado em ressuscitar uma época que esqueça tudo o que sabe sobre fases posteriores da história. Impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico. Esse método é a empatia. Sua origem é a inércia do coração, a acedia, que desespera de apropriar-se da verdadeira imagem histórica, em seu relampejar fugaz. (...) A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor.” (Benjamin, 1986b), p.225.

objetivo de refletir adequadamente sobre as formas mais eficazes que hoje pode adotar uma política cultural radical.”

Ficam sem resolver as questões principais: a crítica (de classe) à lógica cultural do capitalismo avançado e a política cultural correspondente a esta crítica em direção à transformação. Ou, em palavras diretas de Hobsbawm:

“(...) A novidade era que a tecnologia encharcara de arte a vida diária privada e pública. Jamais fora tão difícil evitar a experiência estética. A “obra de arte” se perdera na enxurrada de palavras, sons, imagens, no ambiente universal do que um dia se teria chamado arte.

Ainda podia chamar-se? Para os que ligavam para essas coisas, as grandes obras duradouras ainda podiam ser identificadas, embora nas partes desenvolvidas do mundo as obras exclusivamente criadas por um único indivíduo e identificáveis apenas com ele ou ela se tornassem cada vez mais marginais. E o mesmo, com a exceção dos prédios, se dava com as obras individuais de criação ou construção não destinadas a reprodução. Podia-se ainda julgar e classificar pelos padrões que haviam governado a avaliação dessas questões nos grandes dias de civilização burguesa? Sim e não. A mediação do mérito pela cronologia jamais servira às artes: as artes criativas jamais haviam sido melhores apenas por serem velhas, como diziam as vanguardas. O último critério tornou-se absurdo no final do século XX, quando se fundiu com os interesses econômicos de indústrias de consumo, que extraíam seus lucros de um curto ciclo de moda e de vendas em massa instantâneas para uso intensivo mas breve.

Por outro lado, ainda era tão possível quanto necessário aplicar nas artes a distinção entre o sério e o trivial, entre bom e ruim, profissional e amador, e tanto mais porque várias partes interessadas negavam tais distinções, com base em que a única medida do mérito eram as cifras de venda, ou que eram elitistas, ou que, como dizia o pós-modernismo, não se podia fazer qualquer distinção objetiva. Na verdade, só os ideólogos e vendedores sustentavam opiniões tão absurdas em público, e em privado mesmo a maioria destes sabia que distinguia entre bom e ruim. Em 1991, um joalheiro britânico que produzia para o mercado de massa criou um escândalo ao dizer numa conferência de homens de negócios que seus lucros vinham da venda de merda a pessoas que não tinham gosto para nada melhor. Ele, ao contrário dos teóricos pós-modernos, sabia que os julgamentos de qualidade fazem parte da vida.” (Hobsbawm, 1997), p. 502-3.

Arquitetura pós-moderna

O professor Domingos Tavares¹⁵⁸, recentemente, comentou-me ter surpreendido uma determinada audiência ao afirmar que “a arquitetura não fala; ou, se fala, fala baixinho”. Esta é uma longa e antiga questão sobre a qual ainda permanecemos muito longe de um mínimo de consenso. Até porque, não faz muito tempo, as questões semiológicas ficaram tão absolutamente de moda que não foi possível fugir deste tipo de análise em arquitetura e urbanismo.

A reação de surpresa não é de estranhar: pelo menos durante duas décadas, desde o final dos anos sessenta, a academia arquitetônica tem estado particularmente preocupada com a questão do que diz a arquitetura. A partir dos

¹⁵⁸ O professor Domingos Tavares é diretor da Faculdade de Arquitetura do Porto e o comentário foi feito no Rio de Janeiro em dezembro de 2002, durante nossa participação no I Seminário sobre Ensino de Arquitetura da UFRJ.

escritos de Umberto Eco¹⁵⁹, que inundaram as escolas de arquitetura, que coincidem com as simultâneas propostas de Choay e Barthes para o urbanismo (Choay, 1967) (Barthes, 1970), houve uma proliferação de textos e discussões às que não faltou Charles Jencks (Jencks e Baird, 1975). Tentaremos adiante, quando falarmos de arquitetura e significado, fazer uma referência breve sobre estas discussões.

As relações entre o pós-modernismo literário, filosófico ou epistemológico e a arquitetura pós-moderna, colocam novas luzes sobre esta questão.

As contradições entre o pós-modernismo literário e epistemológico e o pós-modernismo – tal qual entendido e divulgado amplamente por Jencks – fica expresso logo no início de uma das edições múltiplas do seu famoso livro:

“Quando escrevi este livro por vez primeira, em 1975 e 1976, a palavra e o conceito de pós-moderno somente tinha sido utilizado com alguma freqüência na crítica literária. Mais tarde vi, com inquietação, que tinha sido utilizado com o significado de “Ultra-moderno”, referindo-se aos romances extremistas de William Burroughs e a uma filosofia nihilista e anti-convencional. Apesar de ser consciente destes escritos de Ihab Hassan e de outros, utilizei o termo para significar o completamente oposto: o final de um extremismo de avant-garde, o regresso parcial à tradição e ao papel central da comunicação com o público – e a arquitetura é a arte pública”. (Jencks, 1986), p. 6.

Fica claro a partir daí que o pós-modernismo arquitetônico para Jencks será claramente diferente, e até oposto, às concepções de outros autores; particularmente as de Jameson.

Já se falou anteriormente dos primeiros lances do pós-modernismo arquitetônico. É corrente afirmar que se encontra nos escritos de Robert Venturi, e particularmente em *Aprendendo com Las Vegas* (Venturi, Izenour et al., 1982), o início do movimento. A crítica que Venturi estabelece ao modernismo aparece já no próprio sub-título do livro: *o simbolismo esquecido da forma arquitetônica*.

Antes da publicação deste seu famoso livro, Venturi, no que entendo ser a sua mais aguda crítica ao modernismo – em realidade ao funcionalismo – afirmara:

“A grande arquitetura funcionalista de começo do século fomentou a primazia do programa, a industrialização e os objetivos sociais. Mas a arquitetura funcionalista foi mais simbólica que funcional. Foi simbolicamente funcional. Representou a função mais do que ser produto desta. Mais que atuar funcionalmente, teve uma aparência funcional.

Isto estava muito bem porque a arquitetura tem sido sempre simbólica e a criatividade dos arquitetos tem consistido mais em adaptar símbolos conhecidos que em inventar formas novas. Também estava bem o conteúdo da arquitetura funcionalista porque a função era um símbolo vital no contexto cultural da década dos vinte.

Mas o simbolismo da arquitetura funcionalista não foi reconhecido. Foi um simbolismo carente de símbolo; a imagem funcional de um edifício foi o resultado da expressão automática e explícita do programa e a estrutura. Ao atribuir importância primordial à função em arquitetura, os funcionalistas modificaram a definição vitruviana segundo a qual “arquitetura é comodidade, solidez e beleza”. Considerava-se que as qualidades estéticas, rara vez mencionadas, provinham da simples solução das exigências

¹⁵⁹ *Opera aperta* de 1962 e, principalmente *La struttura assente: Introduzione alla ricerca semiológica* de 1968.

funcionais, nunca contraditórias, do programa, a estrutura e, numa etapa posterior, do equipamento mecânico. Inclusive o próprio Louis Kahn, quando diz que um arquiteto fica surpreendido pela aparência de um edifício depois de ter resolvido um desenho, poderia ser entendido como um funcionalista determinista. Na arquitetura, a arte tinha que nascer da expressão das formas funcionais originais mais que do significado de uns símbolos decorativos familiares. Mas quando os arquitetos degradaram o elemento estético na tríade vitruviana, reduzindo-o a um sub-produto accidental, converteram sua obra em frágeis tours de force edificadas sobre instáveis bases teóricas.

Os arquitetos funcionalistas renunciaram ao formalismo arquitetônico, ainda que adotaram o vocabulário da arquitetura industrial vernácula, uma gramática de formas e símbolos derivada de uma era industrial idealizada. Esta adaptação não diferia da tradução renascentista que Bramante deu às ordens clássicas da Idade de Ouro de Roma. Mies adaptou as formas da industrialização mais do que as técnicas; Le Corbusier dominou as formas de um cubismo pictórico e sua construção foi tão artesanal como industrial.

Os arquitetos funcionalistas denunciaram os estilos históricos ecléticos, ainda que promoveram um estilo internacional. E ao renunciar a vocabulários formais, caíram nos perigos de um formalismo inconsciente.

Os arquitetos funcionalistas condenaram o ornamento, substituindo-o pela articulação. Na última etapa da arquitetura moderna, a articulação evoluiu para o exibicionismo estrutural e o expressionismo espacial. Quando os arquitetos rejeitaram o uso do ornamento converteram todo o edifício num grande adorno; irônica irresponsabilidade dos funcionalistas.

Os arquitetos funcionalistas promoveram os objetivos visionários e reformistas para a habitação massiva através da planificação social e os processos industriais, mas as formas expressivas da habitação socializada tem-se convertido em símbolos universais da arquitetura coletiva de luxo em praias da moda. A representação simbólica dos objetivos não arquitetônicos do movimento funcionalista pode ter sido subvertida menos facilmente do que foram suas expressões puras e abstratas.

Os arquitetos funcionalistas, na sua busca de uma arquitetura pura e um espaço expressionista abstrato, esqueceram o conteúdo iconográfico da arquitetura do cristianismo primitivo, da bizantina e da gótica. A pintura e a escultura na arquitetura somente se toleraram como articulações abstratas ao serviço do espaço. Até faz pouco tempo, estes arquitetos unicamente tiveram notícia da arquitetura "electrográfica" dos strips comerciais, ao condenar sua invasão urbana qualificando-os de "campos de sucata abandonados da mão de Deus", etc. , os signos arquitetônicos eram tão maus como a decoração arquitetônica. A linguagem comercial como fonte vital para a arquitetura hoje surpreende a nossos funcionalistas tradicionais do mesmo modo que a linguagem industrial chocou aos Academicistas de cinquenta anos atrás. Mas tanto os instrutivos mosaicos e afrescos, e os relevos esculturais que constituíam as Belas Artes do passado, como os persuasivos anúncios comerciais que são uma arte popular de nossos tempos, aportam, cada um por seu lado, dimensões essenciais à arquitetura.

A grande arquitetura pode estar baseada em teorias errôneas; quiçá aconteceu assim na Renascença. Mas acreditamos que o irônico deterioro do Período Heróico do Movimento Moderno e a persistente esterilidade de suas manifestações atuais revelam o conceito falso que certos arquitetos têm da inevitabilidade e inerência tanto do simbolismo e ornamentação, como da função em arquitetura.

Hoje já não definimos a casa como uma máquina para viver mas, ao contrário, podemos definir a arquitetura como um refúgio decorado." (Venturi, 1978).

Estas manifestações, da primeira metade da década dos setenta, anteriores à publicação de *Learning from Las Vegas* mas contemporâneas aos estudos que levaram à mesma, definem com clareza o que se colocou, inicialmente, para a

teoria pós-modernista em arquitetura, que teria seu ano de glória na *Presença do Passado* da Bienal de Veneza de 1980.

Simbolismo, signos arquitetônicos, ornamentação, conteúdo iconográfico, a *linguagem comercial* como fonte vital para a arquitetura; parece que estamos novamente na definição da “arte é pensamento em imagens”, frase que deu início ao famoso trabalho do formalista russo Chklovski no início do século XX (Chklovski, s/d). Mas como o mesmo define, esta visão da arte somente faz sentido para os simbolistas. Mesmo assim, sempre foi difícil – até para eles – conseguir incluir música e arquitetura como artes simbólicas:

“<Sem imagens, não há arte.> <A arte é o pensamento em imagens.> Em nome destas definições, chegou-se a deformações monstruosas, tentou-se compreender a música, a arquitetura, a poesia lírica, como um pensamento em imagens. Depois de um quarto de século de esforços, o acadêmico Obsiniko-Kulikovski viu-se finalmente obrigado a isolar a poesia lírica, a arquitetura e a música, e a ver nisso uma forma singular da arte, a arte sem imagens, a defini-las como artes líricas que se referem directamente às emoções. Assim, surge todo um domínio imenso da arte que não é uma maneira de pensar; uma das artes que figuram neste domínio, a poesia lírica (no sentido restrito da palavra), apresente, contudo, uma semelhança completa com a arte em imagens: ela maneja as palavras da mesma maneira e passamos da arte em imagens à arte desprovida de imagens sem nos apercebermos disso: a percepção que temos destas duas artes é a mesma.” (Chklovski, s/d), p.76.

Voltaremos mais tarde à crítica de Chklovski, mas é importante frisar aqui até que ponto o pensamento da arquitetura pós-modernista assume uma visão de arquitetura como discurso. Assim, reivindica uma arquitetura “compreensível” mediante sua dimensão simbólica¹⁶⁰. “*Na arquitetura (funcionalista), a arte tinha que nascer da expressão das formas funcionais originais mais que do significado de uns símbolos decorativos familiares*”. Nesta linha de pensamento, inaugurada por Venturi, se insere o trabalho de Charles Jencks em defesa de um “Ecletismo radical” (Jencks, 1981).

O trabalho de Jencks data da época da exposição da Bienal de Veneza de 1980: a “Strada Novíssima”, provavelmente um dos poucos momentos de consenso sobre o que foi a arquitetura pós-modernista, e se constitui numa espécie de manifesto do movimento.

Jencks, ao contrário de Jameson, diferencia o pós-modernismo das obras do final do modernismo, especialmente as obras de John Portman, autor do hotel Bonaventura que Jameson considera obra paradigmática do pós-moderno e que Jencks tinha situado no final do modernismo. Para Jencks o pós-modernismo é caracterizado pelo ecletismo radical e suas características próprias:

”Os pós-modernistas, ao contrário, quiseram suas metáforas visuais e, nos casos mais

¹⁶⁰ Parte substancial da crítica “popular” da arte moderna tem-se pautado na “compreensão” da mesma: saber ver um quadro abstrato implicava em “entender” o mesmo, como se fosse uma charada; decifrar seu “discurso”. Não é necessário lembrar as incontáveis charges em que é tratada a “compreensão” ou “incompreensão” de uma obra de arte moderna. É curioso que contra esta “clareza” se insurgiu o simbolismo no final do século XIX, chegando ao hermetismo de Mallarmé, e esta “clareza”, mediante a dimensão simbólica, é exigida na crítica do funcionalismo em arquitetura no final do século XX.

positivos, eles as religaram aos significados puramente arquiteturais. Desta forma César Pelli e Stanley Tigerman tem associado antropomorfismo e expressão formal de uma construção. A “Baleia Azul” do primeiro é assim uma “moldagem arquitetural” e a “Casa Daisy” do segundo alia “o masculino ao feminino” e suas metáforas são reunidas nos elementos das janelas onde os detalhes picarescos chamam tanto a atenção quanto as próprias janelas. Na medida em que já escrevi noutra parte sobre a importância destas mesclas de metáforas sugeridas, sublinharei simplesmente um dos aspectos deste antropomorfismo que qualifico de enfático. O argumento dos pós-modernistas, que é agora largamente partilhado, é que nós transpomos as formas do corpo humano em formas arquiteturais, estabelecendo uma correspondência entre nossa estrutura e aquela de uma construção, sua fachada e nosso aspecto, suas colunas e nosso dorso e nossas pernas, seus ornamentos e as partes de nosso corpo que têm no lugar (as sobancelhas, os lábios, os cabelos por exemplo). A transposição pode ser infantil ou ingênua como é freqüentemente o caso no bangalô popular americano onde esses traços são exagerados; ou bem ela pode ser mais complexa e sublime como numa grande parte da arquitetura clássica e na obra de Michael Graves. De toda forma é uma resposta perfeitamente natural que os modernistas têm escamoteado totalmente (a exceção de Le Corbusier e, as vezes, Alvar Aalto) e que tem sido valorizada pelos pós-modernistas. Estes últimos a tem privilegiado pela razão evidente que ela é universal. Já que nós nos projetamos voluntariamente na arquitetura, este prolongamento poderá ser um elemento de humanização da abstração formal. É, tal vez, o meio mais importante para ganhar a confiança do usuário ou de atrair o olhar do passante. Sentimos imediatamente a relação que existe entre uma construção inanimada e nosso corpo. A arquitetura clássica o teve em conta pela exageração das suas colunas e de suas molduras, pela profusão de cariátides e de estatuas e os pós-modernistas dotaram suas realizações de uma variedade similar de imagens antropomórficas.” (Jencks, 1981).

É difícil encontrar este “universal” antropomórfico, que Jencks afirma, na arquitetura (ainda que nosso meio esteja sendo paulatinamente antropomorfizado). Sabemos que o antropomorfismo é um sistema eficaz para conciliar-nos docilmente com o mundo: a coisa – freqüentemente a mercadoria – é fantasiada com formas humanas para criar uma empatia com o sujeito – freqüentemente o consumidor. A propaganda usa e abusa do meio: caixas de sabão com perninhas e rosto, carros piscando o olho, máquinas de lavar pulando de alegria, etc. fazem parte do nosso cotidiano nos tubos catódico, nos anúncios dos jornais e dos onipresentes outdoors. Mas, além desta função propagandista, esta obsessão antropomórfica cumpriu um papel importante nos EEUU dos anos cinqüenta, principalmente nas mãos de Walt Disney: ela foi a forma de dar uma história heróica ao Novo Continente e a sua recente formação nacional. Os animais, e particularmente os roedores laboriosos como o castor, foram o aprofundamento no tempo (numa história natural antropomórfizada) de um país em busca de passado.

Mas a fórmula de Jencks parece excessivamente fácil: a valoração pela metáfora antropomórfica não pode ir além de um parágrafo extravagante num manifesto. De qualquer modo, mais do que o antropomorfismo, o que se coloca no manifesto de Jencks é a questão da significação e, o que é muito importante, a idéia de “ganhar a confiança do usuário ou atrair o olhar do passante”; neste ponto não há nenhuma diferença com o critério da propaganda que usa o antropomorfismo para “ganhar a confiança do consumidor e atrair o olhar do passante”. Esta manifesta proximidade com a cultura da propaganda reforça “os

persuasivos anúncios comerciais que são uma arte popular de nossos tempos,” tão caros ao Venturi de “Las Vegas”.

A valorização do discurso, da mensagem – ainda que comercial – parece ser a constante dos dois teóricos: humanizar a abstração implica, necessariamente, admitir a abstração como desumana.

Uma obra de arquitetura pós-modernista é, antes de mais nada, um discurso:

“Hollein tem-se aplicado em manter o tecido urbano existente e, por meio de sutis colagens, ele tem integrado a função nova dentro do contexto dado. O bronze polido corta apenas com seus reflexos sobre a neutralidade cinza dos imóveis vizinhos. Ao interior, a fantasia turística e os clichês são uma escusa para o ecletismo que gostaria ainda uma vez mais chamar de radical devido ao fato da sua adequação semântica: os vestígios de colunas de fustes canelados em cromo incitam às viagens a Grécia e a Itália, as excursões no deserto são sugeridas por uma versão em bronze de palmeiras-colunas de Brighton. A Índia por um casco colonial em bronze igualmente; os tickets de teatro por um telão e, por mofa, o lugar onde devemos pagar por todos estes serviços, o caixa, é balizada pela imagem de uma calandra de Rolls Royce. O conjunto é abrigado por sob uma abóbada ligeira de ferro que lembra o edifício dos correios da cidade, uma construção “moderna” suntuosa construída por Otto Wagner em 1906. Esta referência local pondera o exotismo; as imagens modernas fazem contrapontos aos estereótipos e o contexto existente corrige a inserção. Pela precisão da habilidade manual, os clichês realizados não são de mau gosto, os elementos do pastiche que são utilizados para estabelecer uma comunicação direta com a cultura popular são de um nível superior àquelas que podemos esperar.” (Jencks, 1981)

E a crítica arquitetônica, a leitura desse discurso. Discurso que Jencks intenta situar na sua visão da realidade da nossa época:

“No nosso museu imaginário, na nossa cidade museu que recapitula a história do mundo, os estilos têm perdido sua significação primeira e têm, sobretudo, se transformado em gêneros – elementos classificadores de estados de animo e de temas. É um dos pontos importantes do ecletismo radical; ele tem substituído por uma visão semiótica temporal da forma arquitetônica, a visão monolítica do passado, é toda a diferença entre as visões modernas e neogóticas da arquitetura. Sua aproximação do estilo e do significado é relativista, ela é reatada ao contexto da cultura na qual se inscreve. É o que portanto conduzirá, pode ser, a modificar esses estilos e esses significados assim que eles sejam mais separados de sua finalidade primeira ou, ao contrário, assim que tenham necessidade de ser sustentados e legítimos. Os dois conceitos subjacentes são a plenitude e o pluralismo, a idéia que si os homens têm a escolha eles preferirão ter uma variedade de experiências e, com o processo histórico, uma plenitude de valores que engendrarão uma riqueza na qual podemos tomar emprestado. Estes empréstimos arquitetônicos, e aqui estou me repetindo, devem ser reembolsados com juros, e estes juros são a invenção. Em resumo, o conteúdo de nossa arquitetura não está na era do espaço ou dos problemas de energia mais do que na era do maquinismo ou da tecnologia avançada, mas na variedade de experiências culturais, a pluralidade das condições psicológicas, sociais e metafísicas do homem. Para museu nós temos a cidade museu, para um só significado da história nós temos toda a história, para uma só corrente política nós temos a res pública, e para a arquitetura nós desejamos ter um ecletismo que seja radical.” (idem).

Nesta altura, deve-se notar a diferença que existe na posição pós-modernista em arquitetura e na literatura pós-modernista¹⁶¹. Enquanto na arquitetura centra-se o esforço no discurso de fácil leitura e de contato rápido com

¹⁶¹ Já apontadas, como se viu acima, por Jencks.

o público – via antropomorfismo, propaganda ou simbolismo – na literatura o caminho é claramente oposto. Um manual escolar de leitura pós-modernista pode indicar-nos, esquematicamente, que os principais dispositivos narrativos e estilísticos encontrados nos textos pós-modernos são:

- O uso freqüente de cronologia confusa pulando de um tempo a outro assim como passando do pensamento de uma personagem a outra sem aviso;
- A ausência de começo, meio e final; narrativa em aberto sem conclusão satisfatória ou com final referido ao começo em forma circular;
- A dependência da paródia ou sátira, revelando baixa tolerância sobre os aspectos da nossa cultura que freqüentemente evocam reverência;
- O ceticismo sobre a capacidade da arte criar idéias, sobre a capacidade da história revelar a verdade, sobre a capacidade da linguagem conduzir à realidade. Todo este ceticismo leva a uma história fragmentada, aberta e auto-reflexiva que é intelectualmente fascinante mas freqüentemente difícil de apreender na primeira leitura.

Parece, ao menos, curioso que a literatura, arte discursiva por excelência, abdique deliberadamente de sua comunicabilidade (ou procure uma comunicabilidade sob nova estrutura mais intensa e “difícil”¹⁶²) enquanto a arquitetura, abstrata por excelência, reivindique a clareza do discurso e a comunicabilidade com o “usuário” – mediante uma simbologia direta ou mesmo a propaganda – como suas premissas inerentes.

Já Obsiniko-Kulikovski percebia a necessidade de separar música e arquitetura das outras artes (junto com a poesia lírica, como foi visto acima) por referirem-se diretamente às emoções. Isto é, artes que não se expressam por meio de imagens. Fora as associações, muito freqüentes a partir do cinema, da televisão e da propaganda, não resta dúvidas do caráter não representativo ou, mais categoricamente, não significativo da música.

Eugenio Trias escreveu longamente sobre isto (Trias, 1991). Na procura do conceito de limite como um novo modo do pensamento filosófico, um *espaço*

¹⁶² O caráter desta dificuldade está, na verdade, constituído pela ruptura com uma linearidade que se tornou regra na narrativa desde que Aristóteles, 350 anos a.c. escrevera que toda estória tinha um “começo, um meio e um final”. A este respeito, é importante o comentário de Robbe Grillet autor do romance-filme *L'année dernière à Marienbad* de 1961, em relação ao imaginário na sua narrativa: “Duas situações são então possíveis: ou o espectador procurará reconstruir qualquer esquema “cartesiano”, o mais “linear” possível, o mais racional, e este espectador julgará, sem dúvidas, o filme o mais difícil possível senão efetivamente incompreensível; ou, ao contrário, ele se deixará transportar pela extraordinária imagem que terá diante de si, pelas vozes dos atores, pelos rumores, pela música, pelo ritmo da montagem, pela paixão dos protagonistas...”

A este espectador o filme parecerá o mais fácil que tenha visto: um filme que se refere tanto à sua sensibilidade, à sua capacidade de olhar, de escutar, de sentir, de deixar-se comover. A estória contada lhe parecerá a mais realista, a mais verdadeira, aquela que corresponde melhor à sua vida afetiva cotidiana, sem dificuldade ele aceitará desembaraçar-se de idéias preconcebidas, da análise psicológica, dos esquemas mais ou menos grosseiros de interpretação que os romances e o cinema soporífero lhe repetem até a náusea, e que são o pior das abstrações.” Citado In: (Nepoti, 1978), p. 6.

lógico diverso, Trias coloca à prova, metodológica e hermeneuticamente, a capacidade operativa da noção de limite no âmbito da estética e da ontologia. Caminho que lhe remete à análise das artes limítrofes ou fronteiriças: a música e a arquitetura. Voltaremos adiante sobre isto.

É importante lembrar um aspecto já referido do pós-modernismo: a facilidade e tranqüilidade com que pensadores das mais variadas posições políticas sentem-se à vontade dentro da qualificação. Campbell nota, também, que os mesmos critérios de negação do didatismo e de rejeição à verdade conduzem a situações extremamente diferentes em literatura e filosofia. Ele próprio considera que: *“In literature, then, the introverted nature of postmodern thought makes for some of the most beautiful prose ever written. In philosophy, it lends itself to one of the most disturbing and incomprehensible (and disturbingly incomprehensible) trends in social criticism to appear in human history.”* (Campbell, 2001)¹⁶³

Para Jameson, na análise do hotel Bonaventura, permanece a questão da “popularidade”, oposta ao elitismo do modernismo, já que o Bonaventura *“é um edifício popular, visitado entusiasticamente pelos residentes e pelos turistas”*. E ser popular também significa, ainda para Jameson, ser respeitosos com os outros edifícios, renunciar a inserir qualquer nova linguagem utópica (como fizeram as obras mestras e monumentos modernistas) no sistema de signos comerciais da cidade. A coincidência com Venturi e Jencks até aqui é evidente: leitura de significados claros mediante símbolos conhecidos.

Mas o que surpreende Jameson é a característica do edifício pretender-se como um todo quase autônomo, e analisa as suas entradas dentro deste caráter. A rigor, o que ele descreve é a estrutura de Shopping Center que invade o Hotel, como de fato invadirá, gradativamente, aeroportos, estações de metrô, universidades, etc. Esta onipresença do comércio como substituto de toda e qualquer vivência é analisada por Jameson como uma pretensão de autonomia, uma espécie de vontade de independência do mundo da cidade exterior sem desejo de mudança, apenas de isolamento. Poderia pensar-se que esta arquitetura aprende do supermercado e do shopping assim como a cidade de Venturi aprende de Las Vegas.

Estes grandes espaços internos que têm caracterizado a arquitetura americana dos últimos anos, principalmente dos hotéis, fazem do movimento dos seus elevadores panorâmicos e das suas escadas rolantes uma espécie de cidade do futuro em miniatura. A interpretação que Jameson propõe para esta obsessão pelo movimento destes “transportadores de pessoas”, é a seguinte:

“Sabemos, em qualquer caso, que a teoria arquitetônica mais recente começou a utilizar os resultados obtidos noutros contextos pela análise narrativa e que pretende considerar nossos trajetos físicos através destes edifícios como possíveis histórias ou relatos, como trajetórias dinâmicas e paradigmas narrativos que, a nós, seus visitantes, somos exigidos a satisfazer e completar com nossos corpos e movimentos. Em todo caso, o Buenaventura constitui uma superação dialética deste processo: dir-se-ia que as escadas mecânicas e os elevadores substituem a partir de agora o movimento, mas também, e

¹⁶³ É difícil concordar com a análise de Campbell, mas é sintomático como ele pode manifestar grande identificação com a literatura pós-modernista e tamanha aversão à filosofia pós-modernista.

sobretudo, que se autodefinem como os novos signos e emblemas que refletem o movimento propriamente dito (algo que se mostrará de forma mais evidente quando colocemos a pergunta de que é o que fica neste edifício das antigas formas de movimento e, especialmente, do próprio caminhar). O trajeto narrativo encontra-se aqui sublinhado, simbolizado, reificado e substituído por uma máquina transportadora que se converte no significativo alegórico daqueles antigos passeios dos que já nos é impossível desfrutar: o que constitui uma intensificação dialética da autorreferencialidade da cultura moderna, que gira em torno a si mesma e que considera sua própria produção cultural como seu conteúdo.” (Jameson, 1991), p. 93-94.

O passo seguinte de Jameson nesta análise, um tanto forçada, é a descrição da incapacidade de orientação neste espaço pela igualdade das quatro torres de elevadores que, ao chegar ao chão, nos entregam a uma “confusão demolidora”; e esta análise não é em vão: ela pretende dar a base de explicação e o sentido último da sua teoria:

“Chegamos assim, finalmente, à questão fundamental que eu queria assinalar: que esta última transformação do espaço – o hiperespaço pós-moderno – tem conseguido transcender definitivamente a capacidade do corpo humano individual para autolocalizar-se, para organizar perceptivamente o espaço de suas imediações e para cartografar cognitivamente sua posição num mundo exterior representável. Já indiquei que este ameaçador ponto de ruptura entre o corpo e espaço urbano exterior – que é a desorientação primitiva provocada pelo modernismo antigo com as velocidades das naves espaciais às dos automóveis – pode considerar-se como símbolo e analogia do dilema muito mais agudo que reside em nossa incapacidade mental, ao menos até agora, de confeccionar o mapa da grande rede comunicacional descentrada¹⁶⁴, multinacional e global, na qual, como sujeitos individuais, encontramos-nos presos.” (idem, p. 96).

Dizemos anteriormente que os resultados do livro de Jameson são desproporcionais às suas pretensões. A análise da arquitetura a que se propõe, ao estar claramente ao serviço daqueles resultados, aparece forçada e pouco convincente: sabemos que a “desorientação” faz parte da técnica de projeto de shoppings e áreas comerciais na intenção de provocar percursos indesejados potencializando o consumo eventual. No entanto, ainda que tangencialmente, Jameson contradiz a linha principal da análise de Venturi e Jencks quanto à comunicabilidade da arquitetura pós-moderna, embora admita a complacência desta com o sistema de signos comerciais. De alguma forma o espaço descrito por ele do grande interior do hotel Bonaventura de Portman, seu paradigma de espaço pós-modernista, tem pouco a ver com a descrição que faz Jencks da agência de viagens de Hollein. Para Jameson “*Se alguma vez chega a existir uma forma política de pós-modernismo, sua vocação será a invenção e o desenho de mapas cognitivos globais, tanto a escala social como espacial.*” (Jameson, 1991) (p.121).

¹⁶⁴ Jameson cai na tentação de acreditar numa rede verdadeiramente “descentrada”. A este respeito: Pierre Levy foi inquirido por Emir Sader, em programa de televisão alguns poucos anos atrás, sobre a extrema concentração dos acessos da Internet (mais de 95%) a um número insignificante de sites (algo como 2%) ao que respondeu, candidamente, que isto não significava uma centralização pois estes sites correspondiam aos mecanismos de busca (yahoo, altavista, google etc.); seriam, portanto, como o índice de uma enciclopédia. Não pareceu perceber que a única alternativa ao índice de uma enciclopédia – e na falta de ordem alfabética – é o absoluto acaso.

Na falta destes mapas cognitivos, Huyssen tentou, ao menos, mapear o pós-modernismo (Huyssen, 1991). Esta quase-resposta a Jameson, tem por objetivo explícito salvar o pós-modernismo de seus defensores e de seus detratores já que, “*o que não adianta mais é louvar ou ridicularizar o pós-modernismo em seu conjunto.*” Isto, como é óbvio, se, como quer Jameson, o pós-modernismo for discutido antes como condição histórica que como simples estilo. Desta forma Huyssen espera produzir “*algo como um mapa em escala ampla do pós-moderno, que cobre (sic) vários territórios e no qual as diversas práticas artísticas e críticas pós-modernas possam encontrar seu lugar estético e político.*” (idem, p. 23) Parece justo que, se o programa cultural radical proposto por Jameson constituía o desenho de mapas, se comece por mapear o próprio pós-modernismo. No entanto, parece que tanto Jameson como Huyssen, nas suas preocupações com a elaboração de mapas, se inserem numa clara tradição modernista. Mapas, tal qual os conhecemos, nascem nos primórdios da era moderna e passam a constituir-se em peças de grande importância na sociedade moderna. Poder-se-ia supor que uma crítica à cultura moderna poderia ter, justamente, a crítica à construção de mapas ou à necessidade de mapas como um ponto importante. Finalmente, um mapa é um exemplo claro de “metanarrativa” tal como Lyotard a define.¹⁶⁵

A intenção de Huyssen termina numa classificação periódica clássica:

- A exaustão do movimento modernista;
- Pós-modernismo nos anos 60;
- Pós-modernismo nos anos 70 e 80;

E em questões não resolvidas:

- Habermas e a questão do neoconservadorismo;
- Pós-estruturalismo: moderno ou pós-moderno?
- Para onde vai o pós-modernismo?

Finalmente reconhece a dificuldade por que passa qualquer análise – ou mapeamento – do conceito: “*A história cultural dos anos 70 ainda será reescrita, e os vários pós-modernismos em arte, literatura, teatro, arquitetura, cinema, vídeo e música terão que ser discutidos separadamente e em detalhe.*” (idem, p. 77).

Mas o que interessa aqui é que Huyssen não acrescenta praticamente nada de novo à análise da arquitetura pós-modernista a não ser a confirmação das linhas já apontadas acima. Não obstante, o seu mapeamento permite colocar o pós-modernismo referido ao modernismo – e as suas arquiteturas – como Habermas o fizera poucos anos antes (Habermas, 1987), e o pós-estruturalismo

¹⁶⁵ A propósito, e novamente, o livro-filme *L'année dernière à Marienbad* finaliza com a voz de X: “*O parque deste hotel era uma espécie de jardim de estilo francês, sem árvores, sem flores, sem vegetação alguma... A grava, a pedra, a linha reta criavam espaços precisos, superfícies sem mistério. Parecia impossível, a primeira vista, perder-se no seu recinto... a primeira vista... ao longo dos passeios retilíneos, entre as estátuas com gestos congelados e as lajes de granito, pelos que você, agora, perdia-se para sempre, na noite tranqüila, sozinha comigo.*” Ao contrário de Jameson/Huyssen, Robbe Grillet nos convida a perdermo-nos no mapa.

frente ao pós-modernismo, como Mary McLeod o faria alguns anos depois (McLeod, 1996).

Modernismo e Pós-Modernismo

Os textos de Habermas, nesta questão, são sobejamente conhecidos e um deles já foi comentado acima mas, para efeito da análise que nos propomos, faremos um breve resumo das suas colocações no tocante à arquitetura, ou seja da sua conferência de 1981 (Habermas, 1987).

A primeira distinção declarada por Habermas diz respeito àqueles que criticam os inumeráveis desvios da arquitetura moderna desde a visão de um “projeto inacabado” e os que utilizam o prefixo “pós” como gesto de despedida apressada típica de um momento de transição. Caracterizando assim *“o que uns expunham como crítica imanente, para outros é oposição à modernidade; as mesmas razões que animam um partido a dar continuação crítica a uma tradição insubstituível bastam ao outro lado para proclamar uma era pós-moderna.”* Estes próprios oponentes divididos entre os de “impostação conservadora” que misturam ironicamente o espírito do movimento moderno como citação entre outras citações, e os “antimodernistas radicais” que *“querem escapar da violência administrativa e econômica da construção industrial, e visam à des-diferenciação da cultura arquitetônica.”* Para Habermas: *“O que para um lado são problemas de estilo, o outro entende como problemas de descolonização dos mundos da vida destruídos. Assim, aqueles que querem continuar o projeto incompleto de uma modernidade que derrapa se vêem confrontados com diferentes opositores, os quais se unem apenas na determinação em dizer adeus à mesma modernidade.”* (Habermas, 1987) (p. 118).

É consensual a força da arquitetura moderna no seu período “heróico”; o grande estilo, *“o primeiro e único estilo, desde os dias do classicismo”*, que conseguiu manifestar-se internacionalmente como uma grande tradição mas que evidenciou, após a II Guerra mundial, deformações e aberrações, unanimemente reconhecidas, na esteira e no nome do movimento moderno. Mas a questão central que preocupa Habermas é determinar se *“as mencionadas monstruosidades revelam a verdadeira face do moderno, ou são falsificações do seu espírito”*.

A partir daí, o programa de Habermas se constitui numa análise dos seguintes pontos:

- em primeiro lugar, enumerar os problemas que o século XIX colocou à arquitetura;
- em segundo lugar, assinalar as respostas programáticas da nova arquitetura;
- em terceiro lugar, mostrar os tipos de problemas que este programa não poderia resolver;
- em quarto lugar, avaliar a continuação crítica da tradição moderna em oposição aos movimentos escapistas hoje dominantes.

No referente ao primeiro ponto, destaca três desafios mais conhecidos que a revolução industrial e a decorrente transformação social acelerada impuseram à arquitetura e o urbanismo:

- a) as novas demandas decorrentes das novas funções urbanas e da própria urbanização que impõe novas esferas de vida, novos temas e novas formas de enfrentá-las;
- b) os novos materiais caracterizados pelo vidro, ferro em abundância, aço e concreto e novas técnicas de construção (principalmente a pre-fabricação); e
- c) a sujeição da construção aos novos imperativos funcionais e, principalmente, econômicos definidos pela mobilização capitalista da força de trabalho da edificação e do terreno urbano que configuram as condições de vida metropolitanas que redundam em concentração de grandes massas e a especulação da moradia privada resultando na exigência de um tipo de urbanismo que não pode ser comparado ao projeto de expansão da cidade barroca.

Em relação ao segundo ponto, Habermas reconhece que se a arquitetura e o urbanismo moderno conseguiram responder eficientemente às novas demandas e as novos materiais e técnicas, não soube responder aos imperativos funcionais e econômicos da nova estrutura capitalista:

“Embora o movimento moderno reconheça o desafio das carências qualitativamente novas e das novas possibilidades técnicas de criação, e em princípio lhes responda bem, o mesmo não se dá quando em face da dependência sistêmica dos imperativos da administração planejada e do mercado, onde a sua resposta é inerte.” (Habermas, 1987)

O conceito ampliado de arquitetura do movimento moderno, desde William Morris, levando a importantes conexões desde o desenho industrial até o planejamento urbano, levou a aumentar exageradamente a pauta do mesmo. E as utopias de uma forma de vida total pré-concebida, fica fatalmente vazia de vida:

“E isto não apenas por causa da apreciação irremediavelmente subestimada da multiplicidade, complexidade e mutabilidade dos modernos mundos da vida, mas também porque as sociedades modernizadas, com suas conexões sistêmicas, excedem a dimensão que a fantasia do planejador acaso pudesse medir. As manifestações hoje evidentes de crise na arquitetura moderna remontam menos a uma crise dela própria e, mais, ao fato de que ela se deixou voluntariamente sobrecarregar.” (idem).

Mas a visão de um funcionalismo que poderia harmonizar as necessidades com as respostas, menosprezava as relações “funcionais” do ponto de vista sistêmico para a economia e a administração.

“Os problemas do planejamento urbano não são primariamente de organização espacial, mas de insuficiência gestonária, de represamento e orientação de imperativos sistêmicos anônimos, que interferem nos mundos da vida cidadãos e ameaçam-lhe consumir a substância urbana.” (idem, p. 121-122)

Habermas continua colocando a possibilidade de, num mundo abarcável (no passado), a cidade ser representada aos sentidos arquitetonicamente. As funções sociais da vida urbana “podiam ser *traduzidas* em fins, em funções de

utilização temporalmente regulada dos espaços configurados.” Mas a partir do século XIX a cidade se torna “ponto de interseção de relações funcionais de *outra espécie*.” E é inserida em sistemas abstratos que não podem alcançar uma presença esteticamente apreensível. Assim, para ele:

“Os edifícios de escritórios, sem face definida, que dominam o centro, os bancos e os ministérios, os tribunais e as corporações administrativas, as editoras e a imprensa, as burocracias pública e privada, todos enfeixam conexões funcionais, a que entretanto não dão visibilidade.¹⁶⁶ O desenho das marcas comerciais e do reclame luminoso mostra que as diferenciações têm de se realizar em um meio outro, que não o da linguagem formal da arquitetura. (...) Outro indício de que o mundo da vida urbana se encontra cada vez mais mediatizado por conexões sistêmicas não configuráveis é o malogro do mais ambicioso dos projetos da Nova Construção: até hoje, fábricas e conjuntos habitacionais de cunho social não puderam ser integrados à cidade. As aglomerações urbana emanciparam-se do velho conceito de cidade, ao qual no entanto se apega o nosso coração. Este não é um fracasso da arquitetura, moderna ou outra.” (idem, p. 123).

A partir daí, Habermas sente-se a vontade para confirmar: por uma parte, o fracasso rotundo da Nova Construção com a sua arquitetura ao mesmo tempo sobrecarregada e instrumentalizada; mas por outra parte, para analisar as reações a este fracasso numa “tipologia simplificadora” das mesmas:

- em primeiro lugar, o Historicismo, ou um retorno ao ecletismo oitocentista ligado ao modelo neo-conservador;
- em segundo lugar, a separação de forma e função (basicamente a proposta que se deduz da crítica acima referida de Venturi sobre o funcionalismo) que considera que se *“entrega a uma retórica a qual tenta expressar, ainda que cifradamente, as conexões sistêmicas a que a configuração arquitetônica já não tem mais acesso”*;
- finalmente a arquitetura alternativa ou “vitalistas” que tentam conectar a forma arquitetônica a contextos espaciais, culturais e históricos imediatos. Uma arquitetura comunitária que substituiria as conseqüências disfuncionais do planejamento pelo diálogo entre os participantes e a conseqüente concorrência que se forma a partir do mesmo com as esferas do dinheiro e do poder.

Todas estas críticas nos ensinam alguma coisa respeito à arquitetura moderna mas somente se não esquecermos o principal:

“Num momento feliz, a arquitetura moderna permitiu que se unissem livremente o viés estético do construtivismo e a vinculação a finalidades do funcionalismo estrito. A tradição viva depende de momentos como este, do qual vive também o que na perspectiva desta exposição de Munique se apresenta como “a outra” tradição.” (idem, p. 124).

É, ao menos, surpreendente como Habermas restringe a sua análise da arquitetura moderna e a sua relação com as críticas, à época, recentes da mesma, a aspectos estritamente arquitetônicos. Tem razão Perry Anderson quando alerta para a característica a-histórica dos trabalhos de Lyotard e de Habermas:

“As intervenções coincidentes de Lyotard e Habermas pela primeira vez deram ao campo o

¹⁶⁶ Ou que Habermas não consegue ver...

selo da autoridade filosófica. Mas suas próprias contribuições foram estranhamente indecisas. A formação original dos dois pensadores foi marxista, mas é espantoso o pouco que daí trouxeram para suas análises da pós-modernidade. Também não tentaram uma verdadeira interpretação histórica do pós-moderno que fosse capaz de defini-lo no tempo ou no espaço. Em vez disso, apresentaram significantes mais ou menos vazios ou flutuantes como marco do seu aparecimento: a deslegitimação das grandes narrativas (sem data) no caso de Lyotard e, no de Habermas, a colonização do mundo da vida (quando é que ele não foi colonizado?). Paradoxalmente, nos dois casos falta o peso da temporalidade a um conceito por definição temporal.” (Anderson, 1999), p. 52.

Vinte anos depois tal vez seja mais fácil compreender as interfaces de ambos movimentos (modernismo e suas críticas) e a estrutura histórica em que se inserem. Finalmente, a segunda “guerra” do Iraque não nos permite ter dúvidas quanto a estrutura imperial em que o mundo está submerso¹⁶⁷.

Mary McLeod procura, no seu trabalho (McLeod, 1996), retomar a tentativa de vislumbrar as relações entre arquitetura e política e, particularmente, o pós-modernismo e o deconstrutivismo na era Reagan (que Luis Fernandez Galiano tinha apontado sumariamente quase dez anos antes). Não sem dificuldades, obviamente; dificuldades decorrentes da própria indefinição do que seja pós-modernismo e, como ela aponta, pelo *“apressado ciclo de consumo que parece subverter significados políticos com rapidez crescente, levantando questões mais fundamentais sobre a natureza do poder político da arquitetura.”*

A questão do que seja o pós-modernismo em arquitetura leva a uma evidência: une mais aquilo que se rejeita do que se propõe; porém, os temas que têm sido levantados com frequência – estilos históricos, regionalismo, decoração, contextualismo urbano e morfologia, etc. – induzem a pensar que o denominador comum nestas preocupações é a procura de comunicação arquitetural: *o desejo de fazer da arquitetura um veículo de expressão cultural*. McLeod aponta para o manifesto dos editores da *Harvard Architectural Review* que declararam que o pós-modernismo é *“uma tentativa importante para responder ao problema do significado que foi colocado, mas nunca resolvido, pelo movimento moderno”*.

Dado que em outras áreas do conhecimento – como a filosofia, a epistemologia, a crítica literária – o pós-modernismo pós-estruturalista influencia também a arquitetura, este segundo movimento de crítica ao modernismo se caracteriza de forma antagônica ao primeiro: enquanto aquele criticava a arquitetura moderna por ter abandonado a comunicabilidade tornando-se abstrata e inacessível, o segundo grupo celebra esta característica. O território do debate, no entanto, permanece o mesmo: o significado e sua dissolução. McLeod aponta com justeza a dificuldade de enquadrar dentro de um mesmo “Pós-Modernismo” tendências tão antagônicas, e principalmente atenta para o fato de que *“o que é imediatamente aparente em quaisquer dessas concepções de pós-modernismo é que algumas das distinções que podem ser feitas entre modernismo e pós-modernismo em outros campos, não se sustentam em arquitetura”*. A clássica antinomia entre cultura elitista x cultura de massa em que se sustenta parte do

¹⁶⁷ Embora de passagem, não é possível deixar de lembrar as declarações indecentes de Habermas sobre a guerra do Iraque.

discurso pós-modernista em outras áreas, dificilmente se sustenta para a arquitetura em que o modernismo freqüentemente apelou para as demandas sociais e uma arquitetura de massa e que o pós-modernismo arquitetônico, por sua vez, criticou.

Quanto à relação entre arquitetura e política, McLeod levanta, inicialmente, aspectos particulares desta relação: em primeiro lugar a dependência que a arquitetura apresenta, devido ao seu alto custo, em relação aos sistemas econômicos vigentes; em segundo lugar, a sua “obrigatoriedade” em termos de percepção, ao contrário de outras artes, o que a torna eficiente como discurso. Estas duas dimensões políticas da arquitetura, processo de produção e recepção formal, estão relacionadas. A arquitetura do movimento moderno teve francas intervenções na primeira dimensão ao serviço de programas sociais de habitação e planejamento de cidades; quanto à segunda dimensão, à época, não foi considerada importante, embora retrospectivamente não seja difícil entender a profunda relação entre a forma resultante destes programas e o seu conteúdo. A transformação em estilo internacional, que nas décadas de 50 e 60 proliferou nos Estados Unidos, perdendo o apelo social e tornando a sua forma vazia e cansada, provocaram a reação pós-moderna sem diferenciação: *“O que foi considerado errado no movimento moderno foi igualmente sua forma e seu conteúdo político. Juntos eles tinham produzido o fracasso dos complexos de habitação pública e a destruição do centro da cidade”*.

A teoria re-acendeu, a partir dos anos 70, alimentada pela falta de trabalho dos arquitetos que “freqüentemente estavam escrevendo e não construindo”, facilitando o seu papel teórico assim como minimizando o papel social da arquitetura.

“O resultado, hoje bastante familiar, foi o retorno do conceito de arquitetura como arte. O valor da arquitetura não está mais no seu poder social redentor, mas no seu poder comunicativo como objeto cultural. Se esta nova perspectiva reconduziu à parâmetros estéticos tradicionais, ela também refletiu um novo interesse em signos culturais, incentivado pela semiologia e teorias comunicacionais. Significado, não reforma institucional, era agora o objetivo.” (idem) (grifo nosso)

Este movimento foi imediatamente visto pelos críticos de esquerda como complacente abandono da responsabilidade do arquiteto. Mas era exatamente isso – essa “responsabilidade” messiânica – que os críticos do modernismo viam como causa do afastamento do público e a desintegração de qualquer sentido de comunidade urbana.

O debate assentou-se então na relação entre “elitismo” versus “populismo”: ou as massas eram dominadas pela propaganda e o domínio da mídia (necessitando portanto de quem interpretasse as verdadeiras questões), ou elas sabiam o que queriam sem necessidade de interpretação de uma elite crítica.

A respeito, McLeod cita Tomás Maldonado que, no capítulo intitulado “Las Vegas e o abuso Semiológico” escreve: *“Há também um tipo de niilismo cultural que, consciente ou inconscientemente, exalta o status quo. Nós encontramos um exemplo disto entre aqueles que estão cantando canções de elogio para a paisagem de certas cidades americanas, que estão entre as mais brutais, degradadas e corruptas que a sociedade de consumo jamais criou. Las Vegas não*

é uma criação do povo mais para o povo . É um produto final...de mais de cinquenta anos de violência manipuladora mascarada.” Claro exemplo da primeira posição.

Focando o estilo e não as questões sociais e econômicas, rapidamente o pós-modernismo tornou-se o novo estilo dos incorporadores. E o reflorescimento econômico dos anos 80 em Nova York incentivou a produção e reprodução do estilo. Qualquer tensão com as estruturas do poder dominante na arquitetura pós-moderna não reside nas instituições mas no conteúdo das formas. O foco está no conceito comunicativo da arquitetura. A responsabilidade da arquitetura pós-moderna restaria em “comunicar os valores que estão faltando e criticar, ironicamente, aqueles com os quais não concorda”.

Mas, no mínimo, a linguagem arquitetônica (ou aderida à arquitetura?) é ambígua e de leitura pouco clara (voltaremos especificamente à questão).

Ambigüidade que se evidencia num dos temas fundamentais do pós-modernismo: a redescoberta da história. Ainda que todos os arquitetos pós-modernos rejeitaram a fé messiânica no *novo* do movimento moderno, enquanto uns consideravam a história como código consolidado da mensagem arquitetônica – propugnando a preservação social e não a mudança – outros a consideraram como ampla fonte (ainda que principalmente estética) de livre uso para a mudança, para interpretar a complexidade e diversidade do presente. Mas a possível tensão criada no uso livre de elementos históricos como evidência dos paradoxos inerentes e a provisoriade de um determinado momento histórico, torna-se rapidamente em nostalgia ou “simulacro divertido”, aproximando-se tanto ao “cartoom” quanto à citação esotérica. “A história é aleatoriamente pilhada para criar uma aura de profundidade histórica”. Em qualquer caso, “a redescoberta da história tem refletido com facilidade surpreendente os interesses do mercado”. Valores como tradição, família e status social tornam a “História” uma boa mercadoria.

Igualmente ambíguo é o conceito largamente usado contra o “internacionalismo” modernista: o regionalismo. De difícil uso nos Estados Unidos, pela carência de “regiões” culturalmente definidas, ou mesmo internacionalmente, pela indefinição do que sejam as características “regionais” relevantes para a arquitetura (cultura arquitetônica vernacular? Clima? Sítio?).

De forma semelhante, a decoração libertadora da sisudez do modernismo – finalmente *podemos definir a arquitetura como um refúgio decorado* – foi gradativamente transformando-se no uso de enormes pilastras e frontões como clichês universais.

Em relação à cidade, o pensamento pós-modernista parte também de uma crítica radical à cidade do modernismo. Finalmente, em palavras de Portoghese, “A cidade deve ser construída tendo como base modelos de habitação elementares, ruas e praças”. Se bem esta posição se fundamente na crítica das absurdas intervenções da especulação que usaram as formas da arquitetura e urbanismo modernos como “estilo”, e ainda que tenham produzido um “urbanismo melhor” e exacerbado todo tipo de preservação, foi também o caminho para uma re-qualificação da ocupação dos espaços pelas diferentes classes contribuindo ao

sucesso da gentrificação e re-criando um tipo de uniformidade mais insidiosa¹⁶⁸ que culminaria nas onerosas fantasias do “New Urbanism”.

Em vinte anos, o pós-modernismo transformou-se rapidamente de crítica radical do convalido modernismo em afirmação do status quo e mercadoria privilegiada, além de moda renovadora do papel chique dos arquitetos na sociedade e na mídia. É evidente que este processo de mercantilização é constitutivo da sociedade capitalista; como foi citado anteriormente: *“a lógica cultural do capitalismo consiste em produzir uma cultura uniforme de puro consumo, de puro fetichismo de mercadoria”*, em palavras de Aijaz Ahmad¹⁶⁹. Mas não é menos acertada a questão que McLeod coloca:

“Mas é também importante considerar qual o papel que as proposições teóricas e formais do pós-modernismo tiveram nesses processos. Comercialização sugere a importância dos signos culturais: que o consumo de objetos é tão integral para questões de poder como sua produção. Mas ela também sugere um processo que automaticamente vicia a sustentação de qualquer crítica, uma reciclagem de imagens que deixa as forças materiais intocadas. Será que o pós-modernismo, focalizando exclusivamente na imagem, separando o significado de outros assuntos institucionais, mesmo potencialmente estimulando seu desenvolvimento na arquitetura, não poderia ter se prestado facilmente à mercantilização?”. (McLeod, 1996), p. 19.

Pós-Estruturalismo e Deconstrutivismo

Mais afinada com as teorias epistemológicas e da crítica literária pós-modernistas, a nova tendência da arquitetura – o deconstrutivismo – associada tanto à teoria pós-estruturalista quanto às formas construtivistas do início do século XX, é, em parte, uma reação contra o classicismo pós-moderno e a *“sua dimensão conservadora: seu imaginário historicista, seu contextualismo complacente, suas propriedades conciliatórias e afirmativas, sua rejeição à imagem tecnológica e sua repressão ao novo”*. Antagônico ao pós-modernismo em termos de comunicabilidade, este grupo de arquitetos são mais unidos pela crítica do que por eles mesmos. De fato poucos declaram uma sintonia com o pós-estruturalismo a que são freqüentemente associados tanto quanto à herança do primeiro construtivismo russo do início do século XX de quem parecem tirar o principal da sua expressão. Embora neguem qualquer relação com citações históricas, são inegáveis as suas relações formais com o modernismo.¹⁷⁰ Entre eles, há quem reivindique o termo pós-modernista tentando evitar serem vistos como restauradores do modernismo. E, ao gosto de Hal Foster, pode-se falar de dois tipos de pós-modernismo: o *neo-conservador* (historicismo eclético), e o *pós-estruturalista* (descentramento do objeto). Eisenman exemplificando esta última categoria.

¹⁶⁸ Marshall Berman já tinha apontado o caráter segregacionista do “submarino de mamãe Jacobs” referindo-se a *The Death and Life of Great American Cities* no seu livro {BERMAN, 1986 #1653.

¹⁶⁹ Ver nota 153.

¹⁷⁰ É impossível não lembrar os movimentos cíclicos da moda; mas, devido provavelmente à lentidão natural do processo arquitetônico – projeto, construção, ocupação – esta sucessão de movimentos de ruptura e retorno dos estilos arquitetônicos parece a recorrência dos estilistas de moda só que em câmara lenta...

Destaca-se neste movimento a recorrente apelação à falta de significação: seja na “*arquitetura como discurso independente*” de Eisenman ou a “*arquitetura que não signifique nada*” que almeja Tschumi, “*uma arquitetura do significante mais do que do significado, que é puro traço ou jogo de linguagem*”.

E creio que acerta McLeod quando afirma que :

“A estetização da arquitetura deconstrutivista é certamente uma retirada adicional do processo social, mas seria um erro desmerecer suas explorações formais como politicamente neutras ou irrelevantes. Mesmo a abstração artística tem implicações sociais e, dada a aumentada conotação conservadora da figuração pós-moderna, o deconstrutivismo pode bem ser um exemplo onde a abstração reflete ressonâncias progressistas, como o modernismo fez inicialmente. Nem as formas são sempre tão mudas como seus praticantes alegam, algumas vezes, serem.” (McLeod, 1996).

McLeod propõe ainda que, frente às cansadas imagens do classicismo pós-modernista, a arquitetura deconstrutivista apresenta, por enquanto, uma frescura e energia que abarcam o presente e o futuro, e diz que: “*Mesmo quando o imaginário volta a ouvir o construtivismo russo, ele evoca (embora auto-consciente) o sonho revolucionário de um futuro heróico.*” (grifo nosso). E aqui, creio que ela se equivoca. O mais potente traço desta arquitetura não apela para um futuro heróico mas para um presente impossível (que pode confundir-se com aquele); daí que seus projetos mais vigorosos sejam aqueles absolutamente inconstruíveis (penso nas obras deliberadamente sem escala humana de Eisenman ou nas estruturas quase oníricas do Coop Himmelblau) como que denunciando que a arquitetura de nossa época é impossível de ser construída por esta sociedade ou, o que é o mesmo, que a nossa sociedade é impotente para construir a arquitetura de nosso tempo¹⁷¹. Ao contrário, quando ela é ocasionalmente construída, fornece um formidável argumento ao poder constituído (como exemplifica perfeitamente o Museu Guggenheim de Bilbao de Gehry). Da mesma forma, a sua resistência à mercantilização depende, em grande medida, da sua impossibilidade de construção ou, ao menos, de reprodução. E da mesma forma, quando é mercantilizada, torna-se mercadoria exemplar (novamente penso no Guggenheim de Bilbao, seguramente o postal mais celebrado da arquitetura do fim do século).

Quando McLeod aponta que uma das conseqüências do hermetismo formal do deconstrutivismo tem sido a negação do contexto urbano e o foco renovado do edifício como objeto, e que “a fragmentação e a explosão formal desses trabalhos significam que não só eles contrastam radicalmente com o tecido urbano tradicional mas que eles não podem prontamente juntar-se uns com os outros para formar um espaço público definido”, parece não perceber o duplo poder crítico desta posição: por uma parte, estranhando o espaço deste dito “tecido tradicional” tornado mercadoria nostálgica; por outro apontando para a

¹⁷¹ A observação é de Josep Quetglas (verbalmente). Num ingênuo exercício de aula, alunos de Quetglas “descobriram” que o projeto para o Monumento à Resistência em Cuneo de 1962 de Aldo Rossi, era impossível de ser construído; incoerências na representação fazem com que sua geometria não possa realizar-se “realmente”. Casual ou não, a descoberta factual descobre uma outra impossibilidade: a homenagem à Resistência em Cuneo, na Itália de 1962. A observação específica é, também, de Quetglas.

impossibilidade (desde já absolutamente confirmada pela multiplicação *ad nauseam* dos condomínios fechados que deu em chamar-se de privatopia) de um espaço público.

O que surpreende em alguns exemplos desta arquitetura é o caráter verossímil e a sua convincente consistência que torna surpreendente a impossibilidade da sua construção. Daí sua eficiência crítica.

Se comparados com outros momentos em que as obras de alguns arquitetos se caracterizaram pelo caráter utópico e inconstruível dos seus projetos – como é o caso de alguns representantes do que Maki chamou de “megaestruturas” na década de sessenta com destaque no grupo Archigram – estes sim voltados para um futuro entre heróico e utópico, os projetos deste período deconstrutivista chegam a parecer insolitamente correntes. Comparada à “Plug-in City” ou às cidades flutuantes de Soleri, a casa Guardiola de Eisenman se nos apresenta como pertencente a um cotidiano incompreensivelmente não realizado nem realizável¹⁷².

McLeod reclama que a subversão formal em que o deconstrutivismo em arquitetura fixa a sua capacidade crítica restringe a sua atuação:

“Porém, fora da esfera formal, o papel crítico do deconstrutivismo permanece alusivo; na verdade uma das contribuições políticas mais progressistas da teoria pós-estruturalista desapareceu na sua aplicação na arquitetura. Enquanto que a análise crítica literária pós-estruturalista apontou para inconsistências internas e irracionalidades no discurso opressivo e assim trouxe à luz estratégias de racismo, sexismo, colonialismo e outros semelhantes, na arquitetura essas possibilidades críticas são largamente prejudicadas, uma vez mais, pelas dificuldades da analogia lingüística.

Na medida que o significado arquitetural é ambíguo, as conexões entre forma arquitetônica e opressão política são raramente tão auto evidentes como aquelas entre linguagem e opressão política.” (McLeod, 1996).

O que fica evidente na observação de McLeod é a sua compreensão de uma “dificuldade” de discurso da arquitetura frente à literatura. Mas é mais uma dificuldade da crítica arquitetônica – esta sim feita com palavras – em relação à crítica literária. E esta tem ficado excessivamente presa à questão do significado, fácil ou hermético, conservador ou subversivo, dando à arquitetura uma pauta, digamos, literária, não percebendo, freqüentemente, que a arquitetura não é uma arte do signo.

Finalmente, a autora questiona a possibilidade de subversão desde o MoMa:

“Da mesma forma como os impulsos progressistas da crítica pós-moderna foram amplamente engolidos pelo próprio sucesso do movimento, assim também a crítica colocada por essas formas esquisitas ameaça a ser minada pelo seu modismo súbito. O ciclo parece correr ainda mais rápido: proclamação e consumo parecem ser quase

¹⁷² Obviamente a casa Guardiola pode ser construída; mas será um esforço inútil: a eventual construção será a representação (em escala 1:1) do projeto – e processo de projeto – e não ao contrário. No entanto, como foi comentado anteriormente, o sistema que ela supostamente subverte ficará fortalecido com sua construção já que estará mostrando sua onipotência ali onde o projeto parecia pretender ressaltar a impotência de construir. A estratégia subversiva da forma (inconstruível ou sem sentido prático) não é equivocada; é, apenas, frágil.

simultâneos. Quão subversivo pode ser um movimento quando ele ganha sanção simultânea dos dois maiores museus de Nova York? Quão sustentável pode ser qualquer desafio quando as forças que o promoveram (Phillip Johnson, Century Club, Universidade de Princeton, Max Protetch e MoMa) têm similaridades estranhas com aqueles que ajudaram a institucionalizar o que eles propõem criticar – arquitetura pós-moderna? Ironicamente, a retórica da morte do autor parece não enfraquecer o espírito da auto-promoção, propaganda e mercantilização que tornou-se tão essencial para a disseminação do pós-modernismo.” (McLeod, 1996)

Este modismo percebe-se claramente nas escolas de arquitetura e nas revistas especializadas: um grau mínimo de deconstrutivismo parece ser necessário para ganhar o status de arquitetura; as diagonais estão na ordem do dia e os ângulos agudos passaram a ter o prestígio perdido dos ângulos retos¹⁷³.

Mas nada de novo neste processo; ao menos nada que um bom modernista não tivesse percebido:

“Escrever é a incessante interrogação que os signos fazem a um signo: o homem; e a que esse signo faz aos signos: a linguagem. Tarefa interminável e que o romancista deve começar uma e outra vez: para decifrar um hieróglifo vale-se de signos (palavras) que não tardam em configurar outro hieróglifo. A crítica destrói a mentira das palavras com outras palavras que, apenas pronunciadas, congelam-se e se convertem novamente em máscaras. (...) A crítica torna-se criação de um mito e o mito está sempre ameaçado pela crítica”. (Paz, 1967), p. 46.

Arquitetura e política têm seu encontro marcado adiado sistematicamente? A dificuldade de significação, o discurso ambíguo, dificultam a ação – e sua interpretação – política da arquitetura? De alguma maneira é o que se depreende do artigo de McLeod. Mas insistimos: se a arquitetura possui dificuldades intrínsecas para elaborar um discurso que se adapte a um programa ou a uma crítica política (coisa que discutiremos a seguir), não padece da mesma limitação a crítica da arquitetura. E freqüentemente a crítica da arquitetura tem-se conformado em abraçar – ou criticar – os movimentos e modas de arquitetura num mal disfarçado conluio com os escritórios e suas famas. As publicações especializadas vivem em simbiose quase perfeita com a produção arquitetônica. Vende-se o que se publica e publica-se o que se vende¹⁷⁴.

Segundo o conselho de Pierre Vilar, segundo o qual a história deve ensinar-nos, em primeiro lugar, a ler um jornal (Vilar, 1982), parece-me interessante pensar no tipo de análise feito por Liernur dos ecletismos passados.

“2 - Para ocuparmo-nos da identidade e da mistura no campo da história da arquitetura, devemos ter em conta dois problemas teóricos muito discutidos no período considerado: o da caracterização e o do ecletismo.

¹⁷³ Novamente esta situação decorre da deficiência da crítica da arquitetura, aqui manifesta na incompetência dos professores de ver além das revistas especializadas e do já consagrado nos museus de renome internacional. Na falta dos cânones do modernismo, a publicação especializada transforma-se em paradigma. E é desta re-produção que se alimenta a lógica do mercado.

¹⁷⁴ É obvio que existe uma relação entre o que “se vende” e o que se publica na medida em que há uma preferência clara pela publicação de obras construídas; mas, na medida em que boa parte da publicação dos últimos anos tem ficado restrita a projetos e idéias ou, simplesmente, desenhos, a influência das publicações no que se constrói é de crescente importância. Não é pouco freqüente a procura de certas famosas publicações por grandes escritórios de arquitetura e vice-versa.

Recordemos que a noção de "caráter" era central no sistema acadêmico. Tratava-se de um desenvolvimento de idéia vitruviana de decoro, e organizava o cruzamento entre normas gerais de projeto e condições particulares de concepção e realização. A finais do século XIX, o aprofundamento da crise de normativas arquitetônicas e a estética positivista acentuaram o interesse dos arquitetos pelos meios de caracterização. Em 1875 Hypolitte Taine (TAINÉ, Hipolitte. *Philosophie de l'Art*. Paris, 1875) também analisou o conceito de "carattere", mas do ponto de vista "científico", assimilando-o às caracterizações da biologia.

Como o procedimento do sistema acadêmico de composição, a mistura ou combinação, em uma mesma obra, de componentes de origem diversas era concebida também como resposta a essa crise. Tal atitude eclética, pensava-se, permitira a lenta decantação de um "estilo novo" que seria perfeita expressão da era moderna. Existe uma numerosa bibliografia sobre o chamado "ecletismo" (Sobre esta acepção do termo cf. ISAC, Angel. *Ecletismo y Pensamiento arquitectónico em España. Discursos, Revistas, Congresos*. 1846-1919. Granada, 1987; KIDNEY, Walter. *The architecture of choice: Eclecticism in América*. 1880-1930. New York, 1974; WATKIN, David. *Thomas Hope and neo-classical idea*. Londres, 1968; GRISIÉRI, Andrea; GABETTI, Roberto. *Arquitettura dell'eclettismo. Um saggio su G. B. Schellino*, Torino, 1973.), mas em geral se concebe sob esta denominação ou bem o conjunto da produção academicista do século XIX e XX, ou bem a atitude que propiciava o uso de diferentes estilos em diferentes oportunidades. Menos freqüente, ao contrário, são os estudos de longo alcance sobre o tema particular da "mistura" de estilos ou "composição eclética".

À diferença no Art Nouveau ou Jugendstil, "estilos novos" que buscavam formas inéditas singulares por fora do sistema acadêmico, o "estilo da mistura" se apresentava como congenial e universal. Por isto, enquanto os primeiros deram identidade a novos centros político-econômicos emergentes que buscavam liberar-se de antigas hegemonias (A hipótese da relação entre "estilos novos" e centros políticos emergentes foi formulada por SEMBLACH, Klaus Jürgen. *Modernismo. La utopia de la reconciliación*. Köln, 1991.), o segundo foi promovido desde os impérios coloniais por aqueles que achavam necessário construir uma linguagem comum, sincrética e pluri ou transnacional. (J. MOURDANT CROOK, *The dilemma of style, Architectural ideas from the Picturesque to de Post-Modern*. Londres, 1987.)

No primeiro caso deve-se pensar nos exemplos de Bruxelas contraposta a Paris, Barcelona em relação a Madri, Darmstadt frente a Berlim ou Glasgow em oposição a Londres. O debate sobre o ecletismo como "estilo universal" foi impulsionado especialmente pela Grã-Bretanha.

Simultaneamente, a "mistura" foi considerada como a expressão cultural mais apropriada das nações de recente formação e complexa constituição, como a Alemanha ou a Itália (Para o caso da Alemanha cf. MILDE, Kurt. *Neorenaissance in der deutschen Architektur des 19. Jahrhunderts*. Dresden, 1981. Dos numerosos estudos sobre o complexo debate italiano do "Ottocento" em relação com nosso tema, RICCI, Giuliano (ed). *L'Arquitettura nelle accademie riformate*. Milano, 1992). Na Alemanha deve-se recordar, por exemplo, que, como alternativa ao neoclassicismo de Shinkel promovido pelos prussianos ou ao neogótico que se impulsionava desde Colônia, muitos sustentavam que nem numa nem outra destas manifestações estilísticas "puras" era a mais apropriada para representar a nova unidade alemã no Reich. Acreditavam que sua complexa composição cultural seria muito mais adequadamente identificada com o modo particular de constituição do renascimento na zona central - Keidelberg como mais acabado exemplo -, imbricando elementos nórdicos e mediterrâneos.

De modo que aqueles que postulavam a mistura como chave de identificação de um novo estilo para a arquitetura latino-americana não faziam mais que replicar, a seu modo, preocupações que percorriam o mundo. E mesmo quando limitaram seus componentes a conquistador e conquistado também faziam eco ao debate internacional. Porque um dos temas recorrentes nas capitais dos países colonialistas era precisamente a do "caráter" das construções nos territórios recentemente colonizados, para os quais alguns defendiam o pan-ecletismo, e outros, uma contaminação entre arte colonizadora e gosto dos colonizados." (Liernur, 1995).

Ainda que não se acredite que a história se repete, uma vez como tragédia e outra como farsa¹⁷⁵, não parece inútil comparar a longa cita que fiz de Liernur com a forma e situação em que se apresentou o pós-modernismo ou, ao dizer de Jencks, o “ecletismo radical”, no surgimento do inequívoco império americano.

As relações entre a “economia mundo”, isso que depois foi-se generalizando sob o eufemismo de “globalização” e que hoje não é senão deliberado império, e as formas e estilos arquitetônicos têm sido analisados desde meados da década dos setenta por Anthony King (King, 1976). Mas esta análise, ligada à história urbana e à história da cultura, tem tido, lamentavelmente, pouca influência na história e crítica da arquitetura.

Arquitetura e Significado

Vinte ou trinta anos atrás, este subtítulo seria absolutamente normal: mais um entre os inúmeros artigos sobre a relação, então em voga, do significado na arquitetura.

Por que voltar a um assunto que deu tantas – e as vezes tão confusas – páginas com tão poucos resultados? Em primeiro lugar porque é sempre conveniente contrariar as modas que tudo abandonam rapidamente e insistir, retomando criticamente, os temas de um par de dezenas de anos atrás; em segundo lugar porque esta questão da relação entre arquitetura e semiologia ainda está mal resolvida; apenas abandonada. Dado que a discussão a que nos detivemos acima finca pé na questão da mensagem, ou a dimensão simbólica esquecida da arquitetura – em palavras de Venturi – ou da “linguagem” da arquitetura pós-moderna – em palavras de Jencks, acho uma boa oportunidade para lembrar a questão. Além do mais, no início dos noventa, Eugenio Trias retomou, a meu ver de maneira profunda e brilhante, a questão trazendo luz sobre o assunto.

Retomando uma questão

Uma das primeiras intervenções neste sentido foram as obras de Umberto Eco mencionadas acima. Eco aponta que se a semiótica deve ser uma ciência dos sistemas reconhecidos de signos, tem de ser uma ciência que estude *todos* os fenômenos culturais como se fossem sistemas de signos. Na hipótese de que todos os fenômenos culturais são sistemas de signos, ou na de que uma cultura pode-se entender como comunicação, o campo da arquitetura deverá estar, necessariamente, incluído. Mas também reconhece as dificuldades que este campo específico apresenta: aparentemente, a maioria dos objetos arquitetônicos não foram ideados para comunicar mas para *funcionar*, os objetos arquitetônicos

¹⁷⁵ “Hegel diz em alguma parte que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem, digamos, duas vezes. Mas esqueceu de completar: uma vez como tragédia e outra como farsa.” {MARX, s/d #854}, p.9

não *comunicam, funcionam*. Mas apelando para Roland Barthes, alerta que “tão pronto existe uma sociedade, todo uso converte-se em signo de si mesmo”¹⁷⁶.

Numa longa hipótese, Eco imagina o primeiro selvagem a se proteger numa caverna durante uma tormenta e a estabelecer, posteriormente depois da calmaria, uma relação simbólica com essa caverna para deduzir que “*É assim como toma forma uma ‘idéia de caverna’, que é útil sequer como instrumento mnemônico, que lhe permitirá pensar posteriormente na caverna como possível objetivo em caso de chuva. Mas também lhe permite reconhecer em outra caverna a mesma possibilidade de proteção que encontrou a primeira vez. Na segunda caverna que encontre, a idéia de aquela caverna em particular é rapidamente substituída pela idéia de caverna sem mais, é dizer, um modelo, um tipo, algo que não existe concretamente, mas a partir do qual pode reconhecer certo contexto de fenômeno como “caverna” (Eco, 1984), p. 21.*

É, no mínimo, curioso como Eco passa de um primeiro e acidental abrigo na caverna primitiva a um complexo raciocínio de *modelo* ou *tipo*. Veremos adiante, quando analisarmos a noção de artes limítrofes em Trias, o quão complicado este processo pode chegar a ser. A passagem de um mundo assemântico para um mundo significante adquire, tal qual descrita por Eco, um caráter animista, quase um “sopro divino”; pensamento natural para um homem do nosso século mas improvável para um selvagem de algumas dezenas de milhares de anos atrás, *ainda “todo assombro e ferocidade”* segundo palavras de Vico citadas pelo próprio Eco.

Ao longo do raciocínio preciso, que lhe é singular, Eco diferencia entre a significação denotativa – aquela que diz respeito à função da arquitetura (a porta como denotação da função entrar-sair, por exemplo) – e a significação conotativa – onde todos os significados constituídos culturalmente ou historicamente se plasmam em determinada obra ou em determinada parte da obra: seu significado ideológico. O exemplo de determinada cadeira, o trono, determina claramente a distinção: enquanto cadeira *denota* a função de sentar-se; enquanto trono *conota* a estrutura social e política da autoridade; “*<Fazer sentar> é somente uma das funções do trono, é um só dos seus significados, o mais imediato mas não o mais importante*”. (Eco, 1976) (p. 202).

A partir daí, Eco diferencia entre as funções primeiras e funções segundas da arquitetura. A *função primeira* denotada e as *funções segundas* conotadas. É óbvio que estas funções são variáveis, ao longo do tempo, das mais variadas formas: permanecendo as segundas quando já ficaram obsoletas as primeiras, etc.

Ao longo de sessenta páginas bem escritas (como são, de hábito, as suas páginas) Eco estabelece uma consistente descrição semiológica da arquitetura. Dir-se-ia a partir delas que a arquitetura *não escapa à análise semiológica*.

¹⁷⁶ Este pensamento de Barthes resolve a questão da constituição de uma semiologia (ou semiótica como é traduzida nas versões espanholas) como ciência da cultura; mas até aqui, parece ser de pouco interesse para a arquitetura.

Nas conclusões do capítulo correspondente à Semiologia e a Arquitetura, Eco chama a atenção:

“Tudo o que ficou dito levaria a pensar que a Arquitetura se restringe a inventar “palavras” para significarem “funções” que não cabe a ela estabelecer.

Ou então o oposto: que a Arquitetura, tendo individuado fora de si o código das funções a serem promovidas e denotadas, acionará seu sistema de estímulos-significantes e não só obrigará os homens a viver definitivamente de modo diferente como ditará leis para os eventos.

Estamos diante de dois equívocos opostos que levam a dois falseamentos da noção de arquiteto. No primeiro caso, o arquiteto não teria senão que obedecer às decisões sociológicas e “políticas” de quem decide em seu lugar, e ó lhe caberia fornecer as “palavras” adequadas para dizer “coisas” que não lhe pertencem e sobre as quais não pode decidir.

No segundo caso, o arquiteto (e bem sabemos quanto essa ilusão dominou a história da Arquitetura contemporânea) julga-se demiurgo, artífice da história.

A resposta a esses dois equívocos já estava contida em nossa conclusão exposta em C.3.III.4.: cabe ao arquiteto projetar funções primeiras variáveis e funções segundas abertas.

E pontua que o problema torna-se mais claro quando se recorre ao exemplo ilustre de Brasília:

Nascida em circunstâncias excepcionalmente favoráveis para a projeção arquitetônica, isto é, por decisão política, do nada, sem estar submetida a determinações de qualquer natureza, Brasília pôde ser concebida com ao cidade que devia instituir num novo sistema de vida e constituir, ao mesmo tempo, uma mensagem conotativa complexa, capaz de comunicar idéias de vida democrática, de pioneirismo em direção ao interior de um país inexplorado, de auto-identificação triunfal de um país jovem, ainda em busca de uma fisionomia própria.

Brasília devia tornar-se uma cidade de iguais, a cidade do futuro.

Desenhada em foram de avião (ou pássaro), asas abertas sobre o planalto que a hospeda, a nova capital atribuía ao seu corpo central funções primeiras reduzidas em relação às funções segundas: abrigando edifícios públicos, esse corpo central devia, antes de mais nada, conotar valores simbólicos inspirados na vontade de identidade do jovem Brasil. Já as duas alas laterais, reservadas aos edifícios residenciais, deviam permitir a hegemonia das funções primeiras sobre às segundas. Grandes blocos de unidades de habitação, as “Super-Quadras” de inspiração lecorbusieriana, foram planejadas e executadas para possibilitar, tanto ao Ministro quanto ao contínuo (Brasília é uma cidade burocrática) viverem lado a lado, valendo-se dos mesmos serviços que toda unidade ou todo bloco de quatro unidades fornece aos habitantes – do supermercado à igreja, à escola, ao clube, ao hospital, ao posto policial.

(...)

Os arquitetos tinham, portanto, estudado corretamente os sistemas de funções exequíveis numa cidade-modelo do futuro (...) e os haviam traduzido em códigos arquitetônicos, inventando sistemas de significantes oportunamente relacionados som as formas tradicionais (...), para poderem articular suas possibilidades inéditas, informativas mas razoáveis. (...)

Os arquitetos haviam, no entanto, incorrido nos dois erros arrolados no início do parágrafo: tinham aceitado cabalmente as funções identificadas pelo estudo sociológico-político, e se haviam denotado e conotado do modo mais apropriado; e julgavam que, só pelo fato de ter sido construída desse modo, Brasília teria feito a história dobrar-se aos seus fins.

Ora, o que aconteceu foi justamente o contrário: diante da estrutura Brasília, os eventos desenrolaram-se de modo autônomo, e criando outros contextos histórico-sociológicos, deixaram fornecer algumas das funções previstas, dando prioridade de urgência a outras.

- A) Os construtores de Brasília, que deviam habitá-la, eram evidentemente em número superior aos lugares disponíveis. E assim, às margens da cidade, floresceu o Núcleo Bandeirantes, uma esqualida favela, um imenso slum feito de barracas, bares miseráveis, locais característicos, centros de prostituição.*
- B) As superquadras-sul foram construídas primeiro e melhor do que as superquadras-norte; estas foram prontadas mais às pressas e, embora jovens, já mostram os sinais do envelhecimento. Conseqüentemente, os altos funcionários moram mais facilmente na ala sul do que na norte.*
- C) A taxa de imigração superou as previsões, e Brasília, cidade, não pôde conter as pessoas que aí trabalham. Surgiram, assim, as cidades-satélites, que decuplicaram a população em pouquíssimos anos.*
- D) Os grandes representantes das indústrias e empresas particulares, não podendo alojar-se nas superquadras, mas muito menos nas cidades satélites, habitam agora nas avenidas surgidas paralelamente às duas alas de superquadras, feitas de pequeninas vilas, onde permanece evidenciada a privacy do morador em relação à sociabilidade, à comunitariedade da superquadra.*
- E) Para alojarem outros habitantes, foram construídas imensas extensões de minúsculas casinhas às margens da cidade, que amiúde os moradores dos slums preferem não habitar, de medo do alistamento militar.*
- F) A eliminação dos cruzamentos prolongou ulteriormente os percursos viários, agora reservados apenas a quem ande de carro. A distância entre as várias superquadras e entre as superquadras e o corpo central torna a vida de relação bastante difícil, e acentua as diferenças de localização.*

(...)

Em conclusão, Brasília transformou-se, de cidade socialista que devia ser, na própria imagem da diferença social. Funções primeiras transformaram-se em funções segundas, e estas últimas mudaram de significado; a ideologia comunitária, que devia patentear-se através do tecido urbanístico e do aspecto dos edifícios, deu lugar a outras visões da vida associada. E isso sem que o arquiteto nata tenha feito de errado em relação ao projeto inicial. Salvo que o projeto inicial se apoiava num sistema de relações sociais assumido como definitivo de uma vez por todas, e os eventos, mudando, haviam modificado as circunstâncias nas quais a interpretação dos signos arquitetônicos ocorreria, e conseqüentemente, o significado global da cidade como fato de comunicação.

(...)

Ora, ao contrário do sociólogo e do político – que trabalham para modificar o mundo, mas no âmbito de uma curva de tempo controlável – não cabe necessariamente ao arquiteto modificar sozinho o mundo; cumpre-lhe, porém, poder prever, para uma curva de tempo não controlável, o variar dos eventos em torno de sua obra.

Em teoria, e formulando-se a exigência do modo paradoxal, Brasília teria sido uma cidade do futuro se tivesse sido construída sobre rodas, ou com elementos pré-fabricados e desmontáveis, ou ainda segundo formas e orientações suficientemente dúcteis para poderem assumir significados diferentes conforma a situação: foi, ao contrário, construída como um monumento mais perene do que o bronze e está sofrendo lentamente a sorte dos

grandes monumentos do passado, que a história preencherá de outros sentidos, e que serão modificados pelos eventos que eles pretendiam modificar". (Eco, 1976), 245-247.¹⁷⁷

Apesar do irrepreensível domínio da palavra e da concisão com que expõe seus argumentos, não deixa de ser decepcionante a análise "semiológica" que Umberto Eco faz de Brasília.

Fica evidente, a nosso ver, a preocupação de exercitar a sua análise semiológica muito mais preocupado com os rigores a respeito dela do que propriamente com aprofundar na compreensão do espaço urbano e arquitetônico de Brasília. O central do seu argumento não vai muito além do que um motorista de táxi da cidade poderia fazer numa viagem até o aeroporto.

Nisto coincide com um célebre semiótico local: Décio Pignatari, e a pobreza interpretativa dos "caligramas" de Niemeyer por ele elaborados (Pignatari, 1981).

É evidente que nem Umberto Eco nem Décio Pignatari têm sua preocupação central na arquitetura e no enriquecimento da compreensão desta arte, mas no enriquecimento da semiologia ou semiótica que desenvolvem. Como foi dito anteriormente, constatam, apenas, que a arquitetura não foge às suas ciências; no entanto, não esclarecem muito que utilidade isto possa ter.

Seria, portanto, obra dos arquitetos analisar os significados da arquitetura em profundidade, a partir das pistas semiológicas (ou semióticas) apontadas?

A discussão do significado na arquitetura teve uma freguesia próspera no médio acadêmico na década de sessenta, como foi apontado acima, com participação de grandes nomes no livro organizado por Jencks e Baird ¹⁷⁸.

Nesta época, Jencks se aproxima das questões semânticas da arquitetura num caráter classificatório. A partir da suposição de que:

"Se a investigação de como a arquitetura comunica o significado procede de acordo com a lingüística e as tradições do passado, podemos passar a considerar a seguinte série de abstrações. Em primeiro lugar, em qualquer arquitetura usual existe sempre uma forma, uma função e uma técnica." (...) Portanto, se o lingüista trata de descobrir quais são as unidades fundamentais capazes de comunicar significado verbal, encontrando como resultado os fonemas e os morfemas, seria muito apropriado que o estudioso da arquitetura encontrara também certos "formemas, funcionemas e tecnemas", ou unidades fundamentais do significado arquitetônico." (Jencks e Baird, 1975), p. 10.

Apoiado na tríade Vitruviana, que ele próprio reconhece ter tido validade na teoria da arquitetura desde Vitrúvio até Norberg-Schulz, passa a fazer uma deliberada classificação subjetiva de uma série de arquitetos segundo três eixos cartesianos constituídos pela tríade. O passo da "unidade" de linguagem que

¹⁷⁷ Note-se que o último parágrafo constitui um manifesto claro a favor da Megaestrutura em voga à época: teria sido uma cidade do futuro se tivesse sido construída sobre rodas como a "Walking City", ou com elementos pré-fabricados, como o Yamanashi Center de Tange, ou segundo formas dúcteis, como as fantasias de Yona Friedman. O livro de Eco, lembre-se, é de 1968, que Reyner Banham considerou o "mega-ano". (Banham, 1978)

¹⁷⁸ (Jencks e Baird, 1975) O livro possui colaborações de: Charles Jencks, Françoise Choay, Gillo Dorfles, Geoffrey Broadbent, George Baird, Reyner Banham, Martin Pawley, Kenneth Frampton, Aldo van Eick, Paul Parin. Fritz Morgenthaler, Christian Norberg-Schulz, Joseph Rykwert, Alan Colquhoun e Nathan Silver; como pode se ver, um grupo de peso acadêmico inegável.

define cada eixo a “fala” de cada arquiteto, que o situa no “espaço” definido pela tríade, é obscuro, como, aliás, o texto todo do artigo de Jencks (Jencks, 1975) que conclui que *“a única maneira de criar uma matriz nova é mediante a utilização ativa dos códigos, esquemas, convenções, hábitos, aptidões, tradições, associações, clichês e reações convencionais (ainda regras) do passado que guarda nossa memória. Menosprezar qualquer deles não faz mais que diminuir a criação e a liberdade.”* (p. 21)

Muito mais tarde (Jencks, 1984b), Jencks iria apontar que possui opiniões divergentes às de Eco; particularmente sobre o assunto da denotação.¹⁷⁹

A partir da grande quantidade de definições de arquitetura, muitas vezes contraditórias, Jencks aponta para a natural tendência a duvidar da possibilidade de uma semiologia arquitetônica que um cético poderia ter. Como poderia entender-se uma lingüística se os próprios lingüistas discordassem sobre o que é uma linguagem? A partir daí, ele propõe que a arquitetura possui “códigos descontínuos” em função das próprias mudanças sociais; este permanente cambio, no entanto, não impede que possam reunir-se um *conjunto variado de códigos* a partir dos quais seja reconhecível e coerente a prática da arquitetura. Destas considerações, Jencks extrai uma (mais uma) definição de arquitetura, que ele pretende histórica embora a considere também “essencialista”:

“a arquitetura é o uso de significantes formais (materiais e espaços fechados) para articular significados (estilos de vida, valores, funções), fazendo uso de certos médios (estruturais, econômicos, técnicos e mecânicos)”. (Jencks, 1984a), p. 80.

E aponta a dupla vantagem desta nova definição: a incorporação da tríade vitruviana e a possibilidade de adaptação aos cambiantes significados históricos. Mas, se observamos corretamente a definição que nos propõe, veremos que o especificamente arquitetônico de sua definição está entre parêntesis, pois *“o uso de significantes formais para articular significados fazendo uso de certos médios”* é aplicável a toda e qualquer coisa que queira analisar-se como linguagem. Retirando esta regra óbvia, volta-se, rapidamente, à definição vitruviana com muito menos elegância... usar *materiais e espaços fechados* para atender *estilos de vida, valores, funções* mediante *médios estruturais, econômicos, técnicos e mecânicos* – que é o que resta da sua definição fora a regra geral de qualquer linguagem – não se constitui, necessariamente, em prática arquitetônica ou explica muito pouco dela. Jencks parece mostrar que está muito mais preocupado em fazer uma aplicação da análise semiológica (ou lingüística) na arquitetura do que, propriamente, usar este tipo de análise para avançar nas descobertas da disciplina. Mas, ao contrário de Eco, cuja origem é próxima à lingüística, Jencks fala, e vive de falar, de arquitetura. A razão do seu interesse deve encontrar-se dentro de uma visão específica da arquitetura, como se tentará demonstrar.

De forma semelhante a Umberto Eco, Jencks reconhece a existência de dois níveis tanto nos significantes quanto nos significados: uma idéia (de um

¹⁷⁹ Note-se que as diferenças correspondem a artigos que Jencks escreve em 1980 e Eco em 1968.

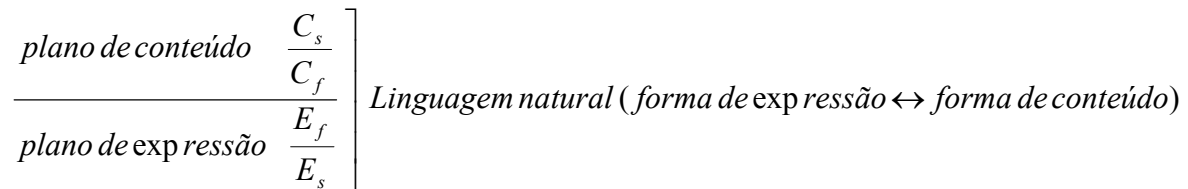
arquitecto) pode ser transmitida com uma intenção semântica (primeiro nível) que carrega outros significados de carácter social ou antropológico (segundo nível).

Atribui a esta distinção entre significação de primeiro e segundo níveis o debate entre os semiólogos sobre se a arquitectura é um sistema semiológico cujo objetivo primordial é comunicar. *“Não há dúvidas que a arquitectura sempre pode significar alguma coisa, mas quiçá não intente, conscientemente, comunicar uma mensagem”* (Jencks, 1984a) (p. 84) Assim, toda arquitectura *intenta*, pelo menos, a significação senão a própria comunicação consciente.

Os sistemas de comunicação transformam-se, no tempo, adotando e re-usando certas formas e posições em relação a outras formas: *“Os sistemas de significação vão estruturando-se, peça por peça, pela introdução de novas formas num campo semântico anterior”* (*idem*, p. 85). Cada nova forma criada se incorpora numa linguagem e se transforma e adapta mudando o seu significado inicial e, inclusive, a sua característica ou tipo de signo. A comparação com o significado de uma certa roupa – o jeans – ao longo do tempo, serve a Jencks para “demonstrar” esta característica¹⁸⁰. Mas, ao contrário de Bonta, que diferencia entre sistemas expressivos e linguagens, Jencks afirma que a arquitectura é primordialmente uma linguagem e não somente um instrumento.

Utilizando-se do esquema de Hjelmslev, que divide o signo em dois planos semelhantes ao de significado/significante, quais sejam: *conteúdo/expressão* que, por sua vez, dividem-se, ambos, em forma e substância.

Este esquema foi usado também por Umberto Eco e Maria Luísa Scalvini (Scalvini, 1984) que estabeleceram uma interessante polémica. O esquema de Hjelmslev se vê na seguinte figura:



Segundo a teoria de Hjelmslev, uma “semiologia conotativa” é uma semiologia não científica cujo plano de expressão é semiológico em si, enquanto uma “meta-semiologia” é uma semiologia científica cujo plano de conteúdo é semiológico em si: por exemplo, a lingüística, cujo plano de conteúdo é a linguagem natural¹⁸¹. A rigor, a teoria admite uma sucessão de linguagens como plano de expressão ou plano de conteúdo. O importante é que no primeiro caso,

¹⁸⁰ Deve destacar-se a recorrência à moda como referencia para a arquitectura; onde se encontra um re-assumido compromisso com a propaganda como “cultura popular” referida por Venturi.

¹⁸¹ “As línguas naturais, no seu uso literário, fornecem um exemplo constante de linguagem conotativa: acontece que, neste uso, o significante é menos a palavra escolhida que o facto de a ter escolhido. O esforço de abstracção que Hjelmslev se impõe tem, por conseguinte, como contrapartida, um considerável alargamento do campo lingüístico, de que toda a semiologia moderna aproveitou”. {DUCROT, 1982 #900, p. 41.

quando o plano de expressão é semiológico, estamos frente a situações como a literatura. Jencks, tratando dos códigos estéticos, coloca a polêmica Eco-Scalvini, da seguinte forma:

“Maria Luisa Scalvini postula a arquitetura (em contraposição, por exemplo, ao edifício) como uma área de semiologia conotativa, onde se incorporam as metas funcionais básicas (a “tectônica”), mas de uma maneira secundária à nova meta primária da significação estética. A semiologia conotativa tem como seu plano de expressão um sistema semiológico em si mesmo, assim seu modelo de arquitetura se mostra na figura:

$$\frac{\text{Nível de conotações (estilo, etc) } C_f \text{] = Arquitetura (incorpora a meta funcional básica)}}{\text{"Tectônico" (função básica) (Primeiro nível) } E \frac{C_f}{E_f}}$$

Agora bem, Umberto Eco tem criticado essa maneira de ver dizendo que a semiologia arquitetônica deve começar desde o primeiro plano, antes de passar aos planos mais complexos da articulação espacial e estética.

“Tomar as funções poéticas da arquitetura como ponto de partida para a semiótica arquitetônica seria o equivalente a começar o estudo da língua inglesa com os sonetos de Shakespeare, sem passar adiante. Seria o equivalente de estudar somente o uso ambíguo (o desvio da norma) de um código ainda desconhecido”(Eco, 1972)

A réplica da Scalvini seria a inversão óbvia dessa crítica: seria ridículo analisar os sonetos de Shakespeare somente com ferramentas lingüísticas: necessita-se instrumental de uma natureza mais complexa ou diferente, como o da crítica literária.

Escolher entre Eco e Scalvini quiçá seja odioso: para estudar a arquitetura se necessitam instrumentos que expliquem primordialmente o nível conotativo, mas também (num grau menor) o nível denotativo.” (Jencks, 1984a), p. 92.

A questão da crítica arquitetônica e da crítica literária foi tratada em profundidade por Tafuri; citando Barthes:

“O crítico desdobra os sentidos, faz flutuar acima da primeira linguagem da obra uma segunda linguagem, ou seja, uma coerência de signos. Trata-se, em suma, de uma espécie de anamorfose, ficando bem claro que, por um lado, a obra nunca se presta a um puro reflexo... e, por outro lado, que a própria anamorfose é uma transformação vigiada, submetida a constrangimentos ópticos: do que ela reflecte, de transformar tudo; transformar apenas seguindo certas leis; transformar sempre no mesmo sentido”¹⁸²

Tafuri aponta que *“a legitimidade desta operação de constante transformação da obra, por parte do crítico, deve-se ao fato de tanto a obra como a crítica utilizarem o mesmo instrumento de comunicação, a linguagem.” (Tafuri, 1979) (p. 141).*

“Para a crítica literária, a utilização da linguagem para explorar um outro modo de usar a linguagem é uma condição imprescindível: a linguagem fala de si mesma e, dado que o seu simbolismo intrínseco – enquanto co-presença de significados e de planos de significados – não admite uma descrição feita do exterior, a-simbólica, a crítica deverá

¹⁸² Barthes, Roland. *Critique et vérité*. Ed. Du Seuil, Paris, 1965. p. 64 .Cit. In: {TAFURI, 1979 #2124}

aceitar a sua realidade, fazer-se multiplicadora dos enunciados ou possíveis da obra, renunciar a uma narração impossível a partir do exterior.

‘Quando Barthes debate Picard, afirmando que não existe crítica que não seja autonomamente simbólica – uma crítica descritiva simboliza a renúncia empenhada à exploração dos significados últimos da linguagem – , põe claramente em evidência a ambigüidade intrínseca da crítica literária: simultaneamente analista da “escrita” e de si mesma como literatura.’ (idem).

Diferente é a situação entre arquitetura e crítica já que não se inscrevem na mesma área lingüística. Sendo possível a multiplicidade de significados, a anamorfose de que fala Barthes, no âmbito de uma operação crítica que utilize os mesmos instrumentos de expressão do que está sendo analisado. No caso da arquitetura, a própria arquitetura. Esta prática coloca a arquitetura como metalinguagem, e corresponde a uma vasta prática arquitetônica que recorre a uma “atitude projetual crítica”.

“Assim, é com a arquitetura que a multiplicação das metáforas deixadas abertas pelas arquiteturas preexistentes se torna plenamente possível. Pode, portanto, dizer-se que qualquer nova obra de arquitetura nasce em relação – de continuidade ou de antítese, é indiferente – com um contexto simbólico criado por obras precedentes, livremente escolhidas pelo arquiteto como horizonte de referência da sua temática, pelo que não tem qualquer importância a continuidade ou o afastamento histórico desse horizonte, relativamente ao presente. Isto vem confirmar o facto de que qualquer arquitectura possui um núcleo crítico em sentido rigoroso. Por sua vez, o que nos interessa é a acentuação de que este núcleo é susceptível, até fazê-lo tornar-se um protagonista da obra em sentido absoluto.” (Tafuri, 1979), p. 141-142.

Mas aponta mais tarde que:

“<A arquitetura que fala da arquitetura> recusa, no fundo, entrar num diálogo profundo com a crítica. E dado que não existe nada de melhor, para anular ou tornar ineficaz um adversário temível, do que absorver até ao fundo as suas técnicas de agressão, eis que a construção da arquitetura como experiência crítica se revela em toda a sua essência: como verdadeiro exorcismo contra uma introspecção autenticamente racional.” (idem, p. 167).

Guardemos a observação tafuriana para uso oportuno.

Voltando a Jencks, ele aponta, com razão, que denotação e conotação, por estarem sujeitos a códigos, têm transformações ao longo do tempo, já que *“o hábito, as respostas feitas e a frequência do uso tendem a converter as conotações em denotações da mesma maneira como transformam as metáforas em clichês”*.

Mas reconhece que a tendência é que a arquitetura dramatize seus códigos estéticos ou níveis secundário e terciários segundo cinco modos principais:

- 1. O fetichismo e auto-reflexão do código estético; onde a expressão finda convertida no plano do conteúdo; uma arquitetura que versa sobre outra arquitetura ou, simplesmente, sobre si mesma.
- 2. A distorção e a ruptura no código estético; dispositivo que corrompe a leitura mediante o uso diferenciado de elementos da linguagem (frisos horizontais na metade de um andar insinuando uma escala diferente), exigindo tempo extra para perceber, condição essencial ao código estético.

- 3. A redundância e a miniaturização no texto estético; processo que articula uma lógica de desenho desde a totalidade até os menores detalhes (“A arquitetura está nos detalhes” diria Mies).¹⁸³
- 4. O caráter hermenêutico, esotérico e, as vezes, completamente *privado* do texto estético. Caráter que, segundo Jencks, funda a “tradição do novo” como mecanismo para produzir impacto: *“toda arquitetura, em parte, envia mensagens novas e inesperadas, num novo código que em certos pontos converte-se em pessoal e variável”*. A dificuldade de decifrar este tipo de texto forma parte do “jogo estético”.
- 5. Por conseqüência, o código estético tem como última característica que está sempre aberto a nova interpretação e é multivalente e pluralista nos seus significados. *“É um axioma que a arquitetura é reinterpretada novamente por cada geração e que a história da arquitetura é uma unidade orgânica de tradições onde a introdução de um novo edifício, movimento, estilo ou conjunto de idéias cambia a relação de todos os edifícios anteriores dessa tradição”*. (Jencks, 1984a) (p. 99).

Em relação a este último aspecto, Jencks aponta a obra de Gaudí como exemplo desta multivalência; mas a exemplificação das diversas interpretações da mesma que dá, oscilam entre o tediosamente corrente (Dragão, ossos, funções) e o absolutamente pessoal (a luta de S. Jorge e o Dragão representando as contradições entre Espanha e Catalunha). Novamente, como em Eco, evidencia-se a grande distância entre a tentativa de elaboração de uma “semiologia arquitetônica” e a qualidade do produto da análise que a exemplifica.

Jencks ainda se refere à especificidade dos códigos e aponta para os códigos de conteúdo, que são aqueles que entendem a arquitetura segundo a importância que possuem para o usuário, e os códigos de expressão em relação à importância que possuem para o arquiteto. Entre os primeiros: um signo do estilo de vida, da atividade construtiva, das idéias e crenças tradicionais, das diversas funções, do significado sócio-antropológico, do caráter de *ícone* social da localização urbana ou, ainda, de motivação psicológica. Entre os segundos, um signo de manipulação espacial, um de cobertura superficial e um de articulação formal. Cobrindo os dois campos de códigos: o signo estético.

O que se propõe em semelhante classificação dos signos é caracterizar uma dicotomia crescente entre o “significado” da arquitetura para os “usuários” e para o grupo restrito dos “arquitetos”. E, por este caminho, como se torna evidente, fazer a crítica aos arquitetos modernos que: *“... desenha seus significados de individualidade num código (ou espaço semântico), que se opõe ao dos habitantes.”*

Concluindo que a arquitetura há de ser polivalente:

¹⁸³ Esta forma de dramatizar os códigos estéticos é recorrente nos mestres da arquitetura moderna; Jencks cita o caso do Johnson Wax Building de Wright com seus insistentes detalhes de tubo de vidro Pirex. Mas ganha forma de manifesto nas obras da “arquitetura fractal” e, principalmente, nas obras de Eisenman deste período, como veremos adiante.

“Igualmente aos edifícios de Gaudí, tem que estar sobre-codificada com vários signos, redundante em significados que são vulgares e elitistas, convencionais e estranhos, literais e metafóricos.

Para finalizar, em tom panfletário:

“Predição é sinônimo de esperança, mas na opinião do autor, atualmente se está num ponto que não difere do que deu origem ao art nouveau. A arquitetura moderna como linguagem vai enriquecendo-se com a arquitetura popular, a vernáculo e a Ersatz.

Tudo pode acontecer, e deve-se procurar que assim seja.” (Jencks, 1984a), p. 126.

É necessário fazer algumas considerações sobre a opinião, e o uso, que Jencks faz da obra de Gaudí. Em primeiro lugar parece que ele situa os méritos da obra do grande mestre em aspectos ecléticos da mesma negligenciando, de forma um tanto irresponsável, aspectos mais importantes da sua genialidade¹⁸⁴. Em segundo lugar, e de alguma forma em consequência deste primeiro equívoco, situando Gaudí no estilo “art-nouveau” e como índice da nova arquitetura que vislumbra : finalmente, Jencks escreve isto nas proximidades da “linguagem da arquitetura pós-moderna”.

A questão do significado na arquitetura, ou a semiologia arquitetônica, levou a uma produção significativa de textos e polêmicas que, insistimos, enriqueceu a idéia da própria semiologia como “lingüística” de todas as linguagens, mas pouco avançou na crítica arquitetônica. O comprometimento de Jencks, que teve papel importante nesta discussão, com o “pós-modernismo” pode ter interrompido um desenvolvimento ulterior da questão.

Por outra parte, como aponta Tafuri: *“O aparecimento, no seio da crítica arquitectónica, do problema da linguagem constitui, portanto, uma resposta precisa à crise da linguagem na arquitectura moderna.”*

“O proliferar dos estudos sobre a semântica e sobre a semiologia da arquitectura não teve apenas origem numa adequação <snob> à vogue lingüística corrente: de resto, qualquer snobismo tem a sua razão de ser nas ocorrências históricas, e os snobismos da cultura arquitectónica não fogem à regra.

Por outro lado, também a tentativa de submeter as <ciências do homem> ao signo unificador da lingüística tem as suas origens na situação histórica actual. Procura-se o que se perdeu, e a necessidade de recorrer a actos reflexos cada vez mais complexos a fim de descobrir o significado das ocorrências ou das coisas, resulta da descoberta de que se vive dentro de signos, de convenções, de mitos que disfarçam de naturais os processos artificiais, que se manifestam como imagens ou ritos inocentes precisamente onde se encontram mais envolvidos, que ocultam cuidadosamente os seus significados.

Donde a procura ansiosa dos <significado> por parte da semiologia; e é a nós que cabe fazer que esta se torne uma ciência nova dotada de uma formidável capacidade de desmistificação, ou que se reduza a uma moda transitória sob a insígnia da evasão.” (Tafuri, 1979), p. 216.

¹⁸⁴ E, nesse sentido, cometendo o mesmo equívoco de jornalistas que, recentemente, apontaram a compulsão decorativa de um favelado brasileiro como “semelhante” à obra de Gaudí; evidenciando, lá e cá, a incapacidade de compreender a verdadeira grandeza dos dois fenômenos. É notável como os aspectos essenciais da obra de Gaudí passam, freqüentemente, desapercibidos em relação à profusão de detalhes da sua obra; uma das características mais notáveis da sua obra é, justamente, não se subsumir nesta profusão nem diluir a sua força expressiva na mesma.

Ao que completa com a afirmação:

“Por seu lado, a arquitectura é criação permanente que se opõe à natureza: a sua história é a experiência da submissão da natureza à actividade construtiva das classes dominantes.

Portanto, a crítica histórica da arquitectura tem como objecto principal a descoberta dos significados dessa actividade construtiva. A aliança entre história e semiologia só é possível partindo desta plataforma. Enquanto <ciência geral dos signos>, a semiologia é um instrumento nas mãos do historiador. Enquanto ideologia, é instrumento de mistificação.” (idem, 232).

Retornar à questão da análise semiológica pode ser mero anacronismo; mas é possível que, frente ao surgimento dos dois movimentos arquitetônicos que nos últimos tempos tomaram lugar de destaque – o pós-modernismo e o deconstrutivismo – relembrar esta questão ajude à compreensão dos mesmos.

Não se pode negar a existência de significados na arquitetura, tanto do ponto de vista denotativo quanto do ponto de vista da conotação, ou as funções primeiras e segundas a que se refere Umberto Eco ou primeiro e segundo níveis segundo Scalvini a partir dos esquemas de Hjelmslev, ou mesmo as variadas categorias de signo e códigos enunciadas por Jencks. Mas é também importante destacar a pouca contribuição que estes significados tem apresentado na análise crítica da arquitetura. Gostaríamos de propor que a palingênese da arquitetura refere-se, sempre, ao seu carácter ambiental pre-significante de que nos fala Trias, embora se desenvolva com significados e discursos decorrentes do uso e dos códigos vigentes em permanente re-novação.

Assim como podemos imaginar passos à frente no esquema de Hjelmslev, tornando cada vez mais complexa a conotação ou as meta-linguagens, pode-se imaginar um passo atrás da língua natural? Existe a possibilidade de pensarmos uma linguagem “antes” da diferenciação entre expressão e conteúdo, ou antes de significado e significante? Se este passo existisse, não poderia ser outro que a fusão entre conteúdo e expressão, e isto, por definição, seria a abolição da linguagem.

Mas é inegável que há um certo “criacionismo” na ideia do início da linguagem a partir de uma separação já tão complexa como significado/significante ou conteúdo/expressão. O momento anterior ao esquema de Hjelmslev deve, ao menos, insinuar-se.¹⁸⁵

É o que nos conduz à ideia de “limite” e aos estudos de Trias.

¹⁸⁵ Y. Katsuki contou-me que, no Japão, para marcar um lugar coloca-se uma pedra sobre outra (jeito da nossa marcação do gol no “baba” de rua). Este também é o gesto para marcar o início de alguma coisa no tempo: dois (ou três) golpes iguais e seguidos. Num ato de irresponsabilidade intelectual, imagino que estes gestos possam significar o momento anterior ao esquema hjelmsleviano; ato que enfatiza, na estrutura “conteúdo/expressão” o (/): a relação entre iguais (duas pedras, dois toques) indispensável para a construção da relação entre desiguais: “conteúdo/expressão” ou “significante/significado”, como veremos em Trias, a seguir.

O limite do significado

Voltando ao comentário do professor Tavares acerca da mudez da arquitetura, ou ao seu “falar baixinho”¹⁸⁶, passemos a considerar as observações feitas por diversos autores e lembradas acima tanto na arquitetura moderna como na pós-moderna e na deconstrutivista, em relação aos seus discursos e significados.

Nos referimos anteriormente ao caráter diferencial que para Obsiniko-Kulikovski possuíam a música e a arquitetura por “falar diretamente às emoções” artes que, para Trias, se situam nos limites da significação. Considero que esta questão deve estar no cerne da crítica da arquitetura principalmente à hora de cobrar dela – crítica – a compreensão da relação entre arquitetura e política.

É evidente que esta questão tropeça com diversos obstáculos dos quais não é o menor o fato de que os arquitetos falam, e as vezes muito; e falam de suas obras e do “significado” que elas possuem. Obviamente, o discurso dos arquitetos possui significados e como tal podem e devem ser analisados dentro das normas da linguagem. Além deste primeiro tropeço, existe um segundo: uma vasta gama de teorias¹⁸⁷ da arquitetura às quais os arquitetos aderem e nas quais inserem sua obra; a arquitetura pós-modernista e a arquitetura deconstrutivista foram generosas em escritos e manifestos, como vimos anteriormente, que justificavam, com freqüência, as opções arquitetônicas e formais dos seus projetos. Mas, para a crítica, é importante definir o âmbito estrito da arquitetura de forma a distinguir entre o campo do discurso do arquiteto e a sua obra.

Trias inicia o seu estudo sobre a lógica do limite como uma lógica sensível, ou lógica das formas sensíveis. Na medida em que esta é determinada pelas artes, Trias percorre o “sistema das artes” indagando o nexos ou gonzo que articula e diferencia as artes entre si. Desta maneira, as formas sensíveis comparecem mediante uma meditação sobre as artes nas quais indaga-se o núcleo através do

¹⁸⁶ A este respeito, pode-se fazer referência à percepção da arquitetura em Benjamin: “Os edifícios comportam uma dupla forma de recepção: pelo uso e pela percepção. Em outras palavras: por meios táteis e óticos. Não podemos compreender a especificidade dessa recepção se a imaginarmos segundo o modelo do recolhimento, atitude habitual do viajante diante de edifícios célebres. Pois não existe nada na recepção tátil que corresponda ao que a contemplação representa na recepção ótica. A recepção tátil se efetua menos pela atenção que pelo hábito. No que diz respeito à arquitetura, o hábito determina em grande medida a própria recepção ótica. Também ela, de início, se realiza mais sob a forma de uma observação casual que de uma atenção concentrada. Essa recepção, concebida segundo o modelo da arquitetura, tem em certas circunstâncias um valor canônico. Pois as tarefas impostas ao aparelho perceptivo do homem, em momentos históricos decisivos, são insolúveis na perspectiva puramente ótica: pela contemplação. Elas se tornam realizáveis gradualmente, pela percepção tátil, através do hábito.” (Benjamin, 1986a), p.193.

¹⁸⁷ Entende-se como teoria aqui um corpo coerente de leis ou princípios que justificam e/ou orientam a produção arquitetônica. Este caráter normativo tem percorrido a arquitetura ao longo da sua existência, embora a história da teoria da arquitetura tenha só ocasionalmente contatos com a história da própria arquitetura. Diferentemente, pode-se pensar numa teoria que consista em reflexão crítica sobre a práxis arquitetônica, portanto não normativa. Esta última deveria ser, no nosso entender, a teoria aplicável a uma crítica da arquitetura.

qual se unificam e distinguem chegando a sua própria identidade e definição. A estética do limite. Estética que recria um velho projeto esquecido: o projeto de gerar uma gênese lógica, ou ideal, das artes que dão forma ao âmbito sensível. *“Intenta-se, pois, colocar, como pergunta, o que seja a arquitetura ou a música, a pintura ou a escultura ou as artes do signo. Intenta-se, portanto, repensar e recriar o que em outros tempos chamava-se o “sistema das artes”.*

E continua Trias:

“Em vez de abordar “conceitos estéticos” (como por exemplo mimese, criação, beleza, expressão, símbolo) vão-se aqui recorrendo os âmbitos de cada uma das artes, especificando o que têm de próprio e de comum, ou gerando, através dessa exploração, um critério novo de distinção, divisão, definição e classificação entre elas. Desse modo quicá se lance luz à vez sobre as questões estéticas e sobre as práticas específicas de cada arte. (...)

Através deste percurso pelo universo das artes intenta-se promover uma gênese ideal, de caráter fenomenológico, do mundo mesmo projetando-se desde seu limite. Este, o limite, comparece, antes de nada, como a condição e o pressuposto mesmo dessa projeção do mundo. E é preciso então destacar aquelas artes, artes fronteiriças, que dão forma e sentido a esse limite. Tais artes são, como se verá a seguir, a arquitetura e a música. Estas se desenvolvem no limite. E desde ele fazem possível que o mundo se mostre como é, como um âmbito suscetível de ser habitado. Outras artes (pintura, escultura, artes do signo) revelam a presença do habitante do mundo, dando-lhe figura e representação”. (Trias, 1991), p. 35-36.

Este caráter de arte limítrofe da arquitetura e da música explicaria aquela condição, vista anteriormente, de “falar diretamente as emoções”, se é que se entende por emoções aquelas sensações espirituais carentes de significado.

Trias acrescenta que este caráter *limítrofe* da arquitetura e da música advertem-se no caráter figurativo-simbólico que lhes é inerente. Mas alerta que *“todo símbolo une (...) uma figura do mundo com o “enigma”.* Ou seja, que o paradoxal do símbolo reside em que “aquilo outro” ao que alude e com o que se relaciona não pode ser determinado com clareza e precisão. *“O conceito de símbolo que, ao longo deste livro, vou construindo nada tem a ver, como pode advertir-se, com as concepções ad usum sobre “a função simbólica” ou coisas do gênero.”* Adverte também que nada tem a ver este conceito de símbolo com as concepções de Jung e seus seguidores, apontando que:

“O agnosticismo em relação com essas “claves” é inerente ao simbólico e é, paradoxalmente, a condição de uma genuína gnosis simbólica. O que pode e deve esclarecer-se é, ao contrário, a dimensão figurativa e formal do símbolo (a irradiação deste no cerco do aparecer). No suposto de que essa figura ou essa forma, em última instância, remete a um “significado” que se fuga no cerco hermético, ou que se perde nos labirintos do Enigma, exigindo, em consequência, a recriação ou variação sem fim (sem origem e sem fim) de dita figura ou forma”. (idem, p.37).

Significa que o conceito de símbolo, em Trias, afasta-se do seu conteúdo lingüístico ou semiológico aproximando-se de uma visão gnoseológica. E isto é particularmente importante aqui na medida em que vai tratar-se de questões de significação na arquitetura. E o conceito de simbolismo para Venturi – em *Aprendendo de Las Vegas* – ou de Jencks, ao descrever o “ecletismo radical” da arquitetura pós-modernista, é estritamente lingüístico.

Colocar em relação arquitetura e música decorre da constatação de ambas chamarem a atenção pela sua natureza “abstrata” e “assemântica”, distinguindo-se com clareza das outras artes que utilizam signos lingüísticos ou imagens com valor de ícones. Música e arquitetura instalam-se no que, freqüentemente, chama-se meio ambiente: “*algo prévio e anterior em relação com o que deve chamar-se propriamente mundo.*”

“Para que exista mundo, experiência do mundo e dos limites do mundo, deve aplainar-se, formar-se e cultivar-se antes, isso que o pressupõe, e ao que costuma chamar-se meio ambiente. A música determina e dá forma ao ambiente, o mesmo que a arquitetura. Esta dá forma ao ambiente que se desdobra como espaço (ou em repouso) enquanto que a música determina a forma ambiental que faz possível toda experiência do movimento e do tempo (e daquilo que no tempo se desdobra, como é a palavra no tempo). Neste sentido tem razão Severino em chamar a música “a casa da linguagem”, pois constitui um habitat que faz possível, como condição prévia a priori, que alguma vez exista esse milagre do ser que é a linguagem. A música é, desde este ponto de vista, nutriz do logos, pensar-dizer, seu meio materno e sua matriz, sua matéria ainda não “signada” por essa circuncisão que institui o signo lingüístico.

Por isso resulta enormemente complexo determinar, neste âmbito pré-lingüístico, onde o <pre> faz referência à fronteira mesma que abre a possibilidade lingüística (e não a uma inocência edênica anterior e <meta-física>), as determinações formais desta linguagem que só metaforicamente pode ser chamada assim, já que é o que faz possível que se abra o âmbito da linguagem, seu a priori fronteiriço.” (Trias, 1991), p. 42. (grifos nossos).

O ambiente parece ser o *habitat* próprio de um habitante “bruto, o animal, a besta”, e esta bestialidade percebe-se nas artes ambientais: do mesmo modo em que a arquitetura tem sua última *ratio* mimética nas covas de roedores, nos formigueiros, nas colméias e ninhos, no parâmetro temporal, a música tem sua última *ratio* mimética no canto dos pássaros e o manifestar-se sonoro de todos os animais. Nem pintura nem escultura, e muito menos as artes da linguagem possuem este pré-requisito mimético “em forma de ação produtiva e pragmática”. Isto irmana arquitetura e música. Ambas tentam dar forma à matéria deste cerco; preparam um *habitat* à figuração icônica ou à significação poética ou conceitual. A diferença de outras artes, a dimensão do habitar coloca-se em primeiro plano na arquitetura e na música.

“A música, da mesma forma que a arquitetura, deve ser habitada. Isso significa que mantêm ambas um nexos imediato e espontâneo com o habitat (Umwelt, ambiente). A música <nos envolve>, como, em geral, toda a sonoridade ambiente, do mesmo modo como <nos envolve> o âmbito que determina a arquitetura. Cria uma segunda natureza (já formada) em relação com a primeira, selvagem e sem cultivar.

Ambas, arquitetura e música, situam-se no interstício mesmo entre natureza e cultura, ou entre matéria e forma, o entre o pré-lingüístico e o logos, elaborando e dando forma a esse interstício fronteiriço “. (idem, p. 47).

O campo de atuação da música como da arquitetura é o corpo do fronteiriço onde intervêm, sempre, no seu pré-consciente; na topologia freudiana deve-se reivindicar o caráter ontológico e liminar deste pré-consciente. Música e arquitetura instalam-se nesta fronteira pré-consciente subliminar em diálogo hermenéutico com o inconsciente e seu obscuro simbolismo. A Arquitetura possui, então, uma ressonância simbólica conduzindo, apenas sugerindo, a um universo de simbolismo inconsciente arcaico onde se adverte a dialética sexual ou de

diferença sexual. Isto se apresenta nas origens arquitetônicas: a torre de Babel “e sua vontade fálica de desafio da gravidade e de alarde em relação com os habitantes do céu (aspecto simbólico que importa quiçá mais que o funcional na própria prática arquitetônica do arranha-céu supostamente <racionalista>”; e, por outro lado e oposto a essa vontade de verticalidade, o modelo matriz e matricial da gruta, a caverna, a cova labiríntica que nos conecta, no subsolo, ao reino dos mortos. É dentro deste âmbito que deve entender-se o símbolo como “quase-referente”, um referente incomensurável que se fecha no cerco hermético.

“De esse referente, tão só subsiste um resto, cuja relação com o referente é indireta. O símbolo jamais denota; unicamente conota. Não designa mas alude. Borra, portanto, a denotação e a designação (de caráter apofântico¹⁸⁸) destacando unicamente, através de uma forma sensível (ou de um dispositivo complexo de caráter formal-sensível), conexões ou associações indiretas, livres, laxas, através das quais certo referente, de caráter enigmático (inconcebível) é aludido. Neste sentido, os dispositivos formais que apresenta a arquitetura (no marco preferentemente espacial) e a música (na ordem preferentemente diacrônica) abrem-se ao universo do sentido, apesar de não serem <significativos> (no modo da designação ou denotação). Este sentido constitui um resto ou um suplemento que dito jogo formal produz e que se convalida no que dito sentido provoca: determinadas emoções ou vínculos com a ordem do desejo (Eros)”. (Trias, 1991), p. 60.

Portanto, a música encontra sua essência e identidade na preparação do terreno do signo lingüístico assim como a arquitetura em relação às artes figurativas (escultura e pintura). Ambas, artes do signo e artes figurativas, deverão recorrer à música e arquitetura “para resolver suas radicais crises de identidade”.

“Neste sentido tanto a música quanto a arquitetura são artes estruturalmente abstratas, enquanto pintura, escultura e poesia e narração podem chegar a o ser em certa constelação histórica (por exemplo, na Modernidade). Mas não o são enquanto a sua estrutura. É mais, quando as <artes apofânticas> tendem à abstração, isso é índice de certa vontade de retraimento para o universo específico da música e da arquitetura. A moderna abstração deve ser interpretada, com efeito, como uma vontade de retrainir a poesia em música e as artes plásticas no domínio formal-simbólico pertinente à arquitetura”. (idem, p. 61).

Artes simbólicas, enquanto que dão forma ao ambiente sonoro-territorial, música e arquitetura utilizam certa gramática ou convenção porquanto sem convenção não há espaço de simbolização. Provocar, despertar ou suscitar determinadas emoções (ou sensações) constitui a importância destas convenções. Despertar que somente é possível enquanto se mantenha o consenso em relação à vigência dessas convenções. “Como tais, são convenções precisamente porque espera-se delas que provoquem tais ou quais emoções”. Emoções que são de tal o qual caráter em virtude da “idéia estética” (referente obscuro de significação).

“As artes ambientais e fronteiriças são, pois, artes não significativas mas que comunicam simbolicamente com o universo da significação. Carecem de significado mas

¹⁸⁸ **Apofântico (Apofântica):** Na lógica aristotélica, o enunciado apofântico é aquele que pode ser dito verdadeiro ou falso por oposição àquele que traduz apenas uma questão ou uma emoção (prece, desejo) ou que corresponde a uma pura designação sobretudo nominal e, portanto, arbitrária. Por exemplo: ‘esta estrela é Alfa-Centauro’ é um juízo apofântico mas “chamemos a esta estrela Alfa-Centauro não é. Só os enunciados apofânticos são susceptíveis de se constituir em juízos lógicos. In: <http://www.eac.fea.usp.br/metodologia/glos1.asp>

transbordam de sentido: *isso as irmana num paradoxo estético. Frente à concreção icônico-figurativa e lingüística parecerão sempre as irmãs abstratas, irmãs separadas (abstração significa separação). Em algum sentido suas figuras são sempre auto-referenciais e diluem o fundem ao rubro vivo esses desdobramentos característicos das artes mundanas (significante/significado). Nessa fusão resplandece a linha ou limite como tal linha ou limite (/). E nesse lugar topológico instalam seus desenhos formais*. (Trias, 1991), p. 73.

O símbolo extrai destas convenções sua capacidade de *sentido* ou *quase-significação* necessária à produção de emoções, estabelecendo sua erótica e sua hedonística ou sua patética.

Em Trias, a concepção do símbolo aproxima-se à concepção gnoseológica do símbolo. E não é estranho, portanto, que assuma importância fundamental nestas convenções a matemática. Arquitetura e música são *artes matemáticas ou bem, matemáticas sensoriais*. A falta de significação supre-se pelo recurso ao número e às relações, o que permite esclarecer, em profundidade, a referência ao símbolo: *algo congenial há entre o numérico e o simbólico*. Arquitetura e música são artes do número, substituem a trama significativa ou icônica pela ordenação numeral. Artes demiúrgicas por excelência pois ordenam o *caos* ou a *chora* segundo proporção e ritmo. São *assemânticas* mas possuem *sentido*; e o sentido emana nelas do jogo complexo de relações de magnitude que introduzem como formalização ordenadora do mundo-ambiente.

“O sentido dessas formas que cultivam e dão forma ao mundo ambiente, ou à conjunção-disjunção, ou ao gonzo entre corpo-e-território, não é um sentido significativo nem icônico-figurativo, mas, como tem-se visto, um sentido que pressupõe certa norma ou convenção que conecta, de forma indireta e laxa, o desenho formal com o universo ambíguo e enigmático do simbólico. Em virtude dessa convenção (sintática e gramatical) os desenhos formais (desenhos arquitetônicos , desenhos musicais) dessas artes provocam e produzem emoções”.(idem, p. 100).

A conceituação que Trias propõe de arquitetura e música determinam, caso concordemos com ela, uma estética específica para estas artes que, obviamente, não argumente uma significação que estas artes não têm. A crítica da arquitetura, dentro desta ótica, deverá levar em consideração muito mais as propostas assemânticas, pre-significantes de determinada arquitetura do que os discursos que arquitetos e críticos da arquitetura construam em torno às suas produções.

É claro que esta concepção não impede perceber que a arquitetura tenha “mensagens aderidas”, mensagens que devem ter a sua crítica própria ou cuja procedência e pertinência a crítica arquitetônica deve inquirir. Uma mensagem comercial numa fachada ou uma fachada com uma mensagem “abstrata” não justificam, imediatamente, um juízo crítico. O caso da arquitetura comercial que se generalizou a partir do final dos anos setenta em Salvador com seus desenhos abstratos, respondem ao critério de “refúgio decorado” ao que Venturi se referia. Seu caráter abstrato não impede seu caráter sígnico ao ser elemento de vinculação da coisa (o edifício que oculta) com o signo da coisa (a propaganda). A desterritorialização a que se aponta neste tipo de edificação, na análise crítica, pretende determinar o caráter próprio desta arquitetura e seu significado social. A partir daí podemos aproximar-nos a uma valoração sobre o seu caráter: “conservador” ou “popular”, etc.

Ao contrário, quando Jencks descreve as palmeiras como referência ao Egito, a calandra de Rolls Royce – no caixa – como referência (irônica) ao dinheiro, etc., na agência de viagens de Hollein, o simbolismo do seu “ecletismo radical” é icônico-figurativo; obter destes aspectos méritos arquitetônicos é, no mínimo, ingênuo.

Da mesma forma, e como já foi alertado acima, é papel da crítica e da história da arquitetura (e da música, obviamente), detectar o **significado** de determinada obra, de determinado autor, etc. tal qual Benjamin o havia sugerido nas Teses:

“O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu interior o tempo, como sementes preciosas, mas insípidas”. (Benjamin, 1986b), p. 231.

Um exemplo deste método é apresentado por Quetglas na sua análise do pavilhão alemão em Barcelona de Mies van der Rohe¹⁸⁹ A crítica e a história, com sua linguagem, podem descrever a forma e circunstância com que a arquitetura estabelece o “ambiente” numa época determinada.

Esta concepção da arquitetura como arte limítrofe, como arte asemântica ou pré-significante, coloca imediatamente em destaque a relevância de duas questões: a primeira diz respeito ao papel da arquitetura na construção de uma determinada cultura num determinado momento histórico – o seu significado histórico; a segunda se refere à possibilidade crítica da arquitetura, à sua capacidade de transformação da sociedade.

¹⁸⁹ Existem várias versões desta análise: (Quetglas, 2001), é a mais recente e a mais completa. Neste trabalho, Quetglas atribui a Roberto Segre a interpretação mais exata do Pavilhão: “Nenhum estudo sobre a obra de Mies deixa de lado a simplicidade de suas formas, a perfeição dos seus detalhes, a fluência do espaço interior, a desmaterialização da estrutura metálica modular, lograda a partir do recobrimento de aço inoxidável. Mas quase todos omitem sua significação ideológico-cultural, no contexto alemão da primavera do ano de 1929. Sua inutilidade funcional, seu “silêncio” expressivo, sua carência de conteúdo humano, seus materiais imperecíveis (em total antítese com o sentido outorgado pelo caráter temporário da exposição) se identificam mais com os símbolos persistentes e premonitórios do militarismo prussiano – caldo de cultivo das hordas hitlerianas que começarão a atuar imediatamente depois da crise mundial do 29 – que com as forças políticas e culturais progressistas, em seu intento de salvar a “frágil” república de Weimar” ao que Quetglas acrescenta: “Acudindo à casa moderna, à representação da Alemanha, o espectador descobre-se participe de uma cenografia que lhe devolve sua imagem convertida em irrecuperável signo de outro, que lhe despoja de lugar próprio e lhe condena a ser errante. Vê o Pavilhão como representação do vazio – sua propriedade – e da riqueza – sua carência, uma paradoxal carência produzida por ele mesmo –.” P. 168

Sentido e Significado

Os textos analisados anteriormente, seja sobre o modernismo, seja sobre o pós-modernismo ou deconstrutivismo, tratam estas duas questões sob diversos ângulos. Não obstante, em geral, cobram da arquitetura uma “posição” frente às questões sociais: um discurso mais ou menos compreensível sobre a sociedade em que se desenvolvem. É que, ao menos desde os primórdios do período moderno, a arquitetura apresentou-se como possuidora de sentido e significado. Formalizou-se como ambiente mas, também, como discurso. Assumiu, desta forma, um caráter aparentemente contraditório: enquanto sentido, configurou o ambiente de transformação da sociedade; enquanto significado, colocou-se ao serviço da lógica capitalista que a produziu.

A permanência histórica da arquitetura, o seu reconhecimento artístico no tempo, encontra-se, além do seu discurso¹⁹⁰, no seu sentido: na consistência da convenção que torna possível o simbolismo obscuro que configura o “novo” ambiente.

Analisarei brevemente os movimentos referidos (modernismo, pós-modernismo e deconstrutivismo) dentro de este pressuposto, no intuito de apontar para o sentido e o discurso que cada um deles apresenta e tentar indicar a consistência das suas permanências.

Esta análise encontra um obstáculo inicial: freqüentemente o sentido que outorga consistência a um determinado tipo de arquitetura transforma-se, ou é utilizado, como discurso – principalmente discurso comercial. É, como vimos anteriormente, o processo de mercantilização a que todos os movimentos arquitetônicos estão sujeitos¹⁹¹ transformando movimentos em estilos ou, como apontaria Jencks, conotações em denotações.

Lipietz pensa que o espaço sócio-econômico concreto pode ser analisado em termos de articulação entre as espacialidades próprias às relações dos diferentes modos de produção; afirmando que esta “espacialidade” corresponde à dimensão espacial da forma da existência material que rege a relação determinada. “Lugares” no espaço correspondem a “lugares” na relação. E cita como exemplo que *“a separação do produtor direto de seus meios de produção” tem uma dimensão espacial evidente, materializada, de um lado, pelas enclosures e de outro, pelo muro das manufaturas*” ou, ainda, que *“a relação operário-patrão na fábrica” tem uma dimensão espacial que regula a coreografia do trabalho...e da greve, como o sabem todos os bons cineastas*” (Lipietz, 1988) (p. 24)..

Mais do que os três desafios postos pela modernidade à arquitetura moderna segundo Habermas – a saber: a) as novas demandas decorrentes das novas funções urbanas e da própria urbanização que impõe novas esferas de vida, novos temas e novas formas de enfrenta-los; b) os novos materiais caracterizados pelo vidro, ferro em abundância, aço e concreto e novas técnicas

¹⁹⁰ Como entender senão a permanência da magnífica Casa do Fascio em Como de Terragni?

¹⁹¹ A esse respeito, é importante destacar o livro de Anatole Kopp: (Kopp, 1990)

de construção (principalmente a pre-fabricação); e c) a sujeição da construção aos novos imperativos funcionais e, principalmente, econômicos definidos pela mobilização capitalista da força de trabalho da edificação e do terreno urbano que configuram as condições de vida metropolitanas que redundam em concentração de grandes massas e a especulação da moradia privada – a revolução industrial impôs um “ambiente” (no sentido referido por Trias) à sociedade cuja forma coube à arquitetura moderna dar. Os sujeitos do capitalismo industrial não circulam por territórios fantasiados de igualdades formais, como o faziam na cidade burguesa do século XIX, mas separados, clara e nitidamente, por *enclosures* e muros. A sociedade capitalista industrial assume o espaço funcional como seu ambiente e, nele, elabora seus discursos e significados. Desde as utopias – de Fourier a Tony Garnier – às críticas – de Chadwick a Engels – passando pela realidade das “Coketowns”, as cidades não mais são lugares de burgueses com operários mas verdadeiras máquinas de produção com espaços para burgueses e operários como escaninhos para porcas e parafusos. Stratemann, Neufert, Griffini, Alexander Klein comportam-se como cuidadosos almoxarifes na busca da “racionalidade” da habitação moderna na busca da “casa mínima” (Griffini, 1950) (Neufert, 1974). E não é de estranhar que não seja a fábrica mas a habitação proletária a transformar-se no tema central deste novo “ambiente” do capitalismo industrial.

E é no campo da habitação onde a arquitetura transforma-se rapidamente em expositor dos discursos e significados das situações específicas. A “Viena Vermelha” e a intensa atividade habitacional no período entre o fim da grande guerra e a ascensão do nazismo, em comparação com a Alemanha de Weimar, serve de exemplo claro entre o sentido e significado destas arquiteturas.¹⁹²

O “plano”, por sua vez, assume a lógica do “lay-out” industrial; e Broadacre City e o Plan Voisin constituem diferentes formas de operacionalidade urbana. Não é de estranhar, portanto, que ambos vejam com desconfiança os “Centros Históricos” em seus modelos; tal qual a cidade antiga que o próprio Tony Garnier tinha afastado convenientemente. Tafuri considera importante sublinhar que “*a oposição entre os dois modelos de Broadacre City e do Plan Voisin, no que se refere ao destino dos centros históricos, se atenua de uma forma notável.*” (Tafuri, 1979) (p. 82).

¹⁹² A propósito desta questão, apontando a arquitetura da “Viena Vermelha” como precursora do “realismo socialista”, comenta Tafuri: “*É no Karl Marx-Hof, onde Ehn realiza a síntese mais completa entre contribuição da vanguarda, ênfase estrutural e valores épicos enfatizados por estilemas tradicionais: o ecletismo de compreender em si à vanguarda, anula-la como tal – enquanto utopia – sujeita-la a um novo “realismo”. Portanto, já não se trata do “vazio” do puro objeto, mas de uma eloquência de imagens capaz de utilizar a linguagem elementar, as decomposições neo-plásticas, as agregações construtivistas, no seio de uma síntese global que reúna, não somente as propostas da vanguarda, mas também o historicismo encravado na tradição burguesa do século XIX.*”

O proletariado, pois, entendido como classe hegemônica de um “novo mundo” que não corte os laços com a grande Kultur burguesa: na obra máxima de Karl Ehn este motivo, profundamente lucaskiano, se traduz diretamente na alusão das formas e em sua montagem.” (Tafuri, s/d).

Além desta lógica de “lay-out”, o plano intenta superar as contradições próprias do sistema capitalista, seja mediante a “reprodutibilidade” do espaço urbano, seja mediante a transformação da habitação em objeto reproduzível (como uma garrafa, diria Le Corbusier). A importância amplificada, tanto ao nível da quantidade de realizações quanto ao nível da importância intelectual, que adquirem a arquitetura e o urbanismo no período de entre guerras decorre deste papel. Papel que declina sensivelmente a partir do após segunda guerra mundial malgrado o esforço dos arquitetos.

Como Tafuri aponta, é principalmente por causa da introdução, a partir da crise de 29, de um novo e decisivo protagonista: *“a reorganização internacional do capital e a afirmação dos sistemas de planificação anticíclica.”* (Tafuri, 1972) (p. 69). Acentuando, ainda, que quase todos os objetivos formulados por Keynes na *General Theory*, podem encontrar-se, em forma de ideologia, na base das poéticas da arquitetura moderna.

“A arquitetura como ideologia do Plano é atropelada pela realidade do Plano, uma vez que este, superado o nível de utopia, tem-se convertido em mecanismo operativo.”

A crise da arquitetura moderna se inicia no preciso momento em que seu destinatário natural – o grande capital industrial – faz sua a ideologia de fundo, deixando de lado a superestrutura. A partir desse momento, a ideologia arquitetônica esgotou seu próprio papel. Sua obstinação por ver realizadas suas próprias hipóteses convertem-se em mola para superar realidades atrasadas ou bem em fastidioso estorvo.

Com esta chave podem interpretar-se as involuções e a angustiada luta consigo mesmo do movimento moderno, desde 1935 até hoje (1969). As premissas mais gerais de racionalização da cidade e do território permanecem sem resposta, atuando somente como estímulo indireto para realizações compatíveis com os objetivos setoriais que vão sendo propostos passo a passo.” (Tafuri, 1972), p. 70.

O papel da arquitetura moderna, tão bem desempenhado no período entre guerras, tal vez não tenha sido tão heróico como muitos dos seus participantes ou seus teóricos gostariam que tivesse sido; e, certamente, não foi responsável das desarticulações da vida moderna como muitos dos seus detratores quiseram. Mas é natural que, da sua crise, surgisse uma nova atitude.

Num texto, ingenuamente irado, Luis Fernandez Galiano apontou para o abandono do “papel da arquitetura” transformada em “arquitetura de papel”. (Fernandez Galiano, 1982).

Não se pode negar que uma das características principais do movimento posterior à crise da arquitetura moderna tem como característica principal o seu caráter de “imagem”. Não importa se esta característica se deve principalmente à crescente importância da imagem na sociedade, decorrente da onipresença dos tubos catódicos na vida das pessoas a partir da década de cinquenta, ou à decrescente importância da arquitetura como ideologia a partir da incursão do “planejamento” em todos os níveis da sociedade capitalista. Seguramente as duas circunstâncias contribuíram de forma decisiva a que o foco da questão arquitetônica se deslocasse da rua ao papel, usando a metáfora de Fernandez Galiano.

Isto ficou evidente no auge do movimento pós-modernista: a exposição de Veneza de 1980 e a “Strada Novissima” com suas fachadas de papel.

O “desenho” assume importância sem precedentes no movimento pós-modernista como um todo: desde os “quadros” de Aldo Rossi (que se realizam, enquanto arquitetura, no próprio papel – ao ponto das construções de alguns dos seus projetos constituírem representações dos seus desenhos e não ao contrário, como é o caso de Cemitério de Módena – dispensando uma realização (e, conseqüentemente, a firmitas vitruviana e, eventualmente, sendo efetivamente inconstruíveis¹⁹³), até o gesto extremo de Venturi de, literalmente, “desenhar” no mundo real no “wireframe” do Washington Court.

A rigor, a maioria das obras que ilustram o livro de Jencks – A linguagem da arquitetura pós-moderna – pode reduzir-se a imagens: desde a Piazza de Moore às fachadas de Graves.

É claro que esta confluência da arquitetura com a publicidade está longe de ser casual ou inconsciente; desde as mensagens “instrutivas” de Las Vegas a comunicabilidade passou a ser uma busca deliberada, senão de todos os arquitetos, dos seus arautos mais engajados.

No lugar de arquitetura como “mass media” – que caracteriza, segundo Colominas (Colominas, 1994),¹⁹⁴ a arquitetura moderna – passou-se aos “mass

¹⁹³ Como é o caso, referido anteriormente, do Monumento à Resistência em Cuneo de 1962

¹⁹⁴ Em oposição a uma visão difundida, em grande parte pelo pós-modernismo, da arquitetura moderna como prática hermética e pouco comunicativa, Colominas aponta para a arquitetura moderna como mídia:

“The conventional view portrays modern architecture as a high artistic practice established in opposition to mass culture and to everyday life. It has focused on the internal life of the supposedly autonomous, self-referential object made available to a detached viewing subject, an art object. In so doing, it has neglected the overwhelming historical evidence of modern architecture's continuous involvement with mass culture. It is actually the emerging systems of communication that came to define twentieth-century culture - the mass media - that are the true site within which modern architecture is produced and with which it directly engages. In fact, one could argue (this is the main argument of this book) that modern architecture only becomes modern with its engagement with the media. Banham noted that the modern movement was the first movement in the history of art based exclusively on “photographic evidence” rather than on personal experience, drawings, or conventional books. While he was referring to the fact that the industrial buildings that became icons for the modern movement were not known to the architects from “direct” experience (only from photographs), the work of these architects themselves has become known almost always through photography and the printed media. This presupposes a transformation of the site of architectural production - no longer exclusively located on the construction site, but more and more displaced into the rather immaterial sites of architectural publications, exhibitions, journals. Paradoxically, those are supposedly much more ephemeral media than the building and yet in many ways are much more permanent: they secure a place for an architecture in history, a historical space designed not just by the historians and critics but also by the architects themselves who deployed these media.”p.14-15

A visão convencional retrata a arquitetura moderna como uma elevada prática artística estabelecida em oposição à cultura de massa e à vida cotidiana. Focado na vida interna do supostamente autônomo, auto referenciado objeto disponível para um sujeito observador independente, um objeto de arte. Assim, tem negligenciado a evidência histórica definitiva do contínuo envolvimento da arquitetura moderna com a cultura de massa. É realmente o emergente sistema de comunicação que vem definir a cultura do século XX – a mass media – que é o verdadeiro lugar dentro do qual a arquitetura moderna é produzida e com o qual se engaja

media” como arquitetura. Esta aparente inversão seria, seguindo o raciocínio de Colominas, uma mudança de intensidade mais do que uma inversão. Mas, mesmo se aceitarmos a importância da sua tese, deve-se reconhecer que durante o período anterior à segunda guerra mundial, a imagem fotográfica ainda era uma representação de coisas distantes mas que não negavam a sua materialidade e a sua ubiqüidade. Situação que começará a transformar-se nos anos sessenta com as “tecnopolis” de Archigram, Yona Friedman, Soleri, Metabolistas e as fantásticas maquetas dos projetos de Kenzo Tange¹⁹⁵.

Mas, se por uma parte a imagem arquitetônica começa a circular com independência do seu lugar, como pura imagem – a pesar das crescentes preocupações com o “genius loci” – por outra, a eliminação do lugar como privilégio na cidade do capital industrial deixa de ser imperativo num mundo crescentemente mediatizado pelo capital financeiro.

“A premissa econômica de toda a operação é claríssima; o plano Obus não se limita a pedir um novo “estatuto do solo” que, vencendo a anarquia paleocapitalista da acumulação da renda do solo, ponha todo o solo à disposição da reorganização unitária e orgânica do que se converte, desta forma, em sistema urbano em sentido próprio.

O objeto industrial não pressupõe nenhuma situação unívoca no espaço. Na base da produção em série está a superação radical de qualquer espaço hierarquizado. O universo tecnológico ignora o aqui e o ali; todo o ambiente humano (puro campo topológico) é a sede natural de suas operações. (...) A plena disponibilidade do solo, na reorganização da cidade, não é já suficiente: é todo o espaço tridimensional que deve ficar disponível para ser conformado segundo um técnicação programada. Claro está que deverão distinguir-se, no seio da unidade-cidade, duas escalas de intervenção, dois ciclos: produção e consumo.” (Tafari, 1972), p. 62-63.

O *Learning from Las Vegas* de Venturi se apresenta como a antítese do plano – que teve, segundo Tafari, no Plano Obus de Le Corbusier “a mais elevada hipótese teórica do urbanismo moderno, não superada ainda nem a nível ideológico nem a nível formal”. (idem).

Não parece haver mais contradição entre a anarquia paleocapitalista de acumulação da renda do solo e o capital industrial no império do capital monopolista; nem mesmo com setores mais obscuros – como o jogo, a

diretamente. De fato, poderia argüir-se (e este é o argumento central deste livro) que a arquitetura moderna somente se torna moderna com este engajamento com a mídia. Banham notou que o movimento moderno foi o primeiro movimento na história da arte baseado exclusivamente em “evidências fotográficas” em vez de em experiência pessoal, desenhos ou livros convencionais. Enquanto se referia ao fato de que os edifícios industriais que viraram ícones para o movimento moderno não eram conhecidos pelos arquitetos mediante uma experiência “direta” (somente por fotografias), o próprio trabalho de esses mesmos arquitetos tornaram-se conhecidos quase sempre mediante a fotografia e a mídia impressa. Isto pressupõe uma transformação do lugar da produção arquitetônica – não situada exclusivamente no distante sítio de construção, mas, mais e mais deslocada dentro do lugar especialmente imaterial das publicações arquitetônicas, exposições, periódicos. Paradoxalmente, estas são, supostamente, uma mídia muito mais efêmera do que o edifício, mas, mesmo assim, de diversas formas, são muito mais permanentes: elas asseguram um lugar na história para uma arquitetura, um espaço histórico determinado não somente por historiadores e críticos mas também pelos próprios arquitetos que desenvolvem estas mídias.

¹⁹⁵ Particularmente as do projeto para a baía de Tóquio e as do concurso para Skopje.

prostituição e a droga – , ao menos contradições que os sistemas de investimento não consigam superar.¹⁹⁶

O mundo da especulação imobiliária – ao qual finalmente a arquitetura e o urbanismo foram relegados a partir do planejamento keynesiano – já tem um conteúdo e uma imagem: o valor localização e a imagem de reconhecimento fácil.

Desarraigar a arquitetura; tal parece ser o sentido da arquitetura pós-modernista e seu epígono: o *New Urbanism*. Subsumir, definitivamente, a vida no controle da TV.¹⁹⁷

Mas esse mundo populista, condescendente e conformista, que se generaliza como ideologia no tubo catódico e se espalha como prática nas classes médias enriquecidas, possui uma contraparte que já não mais pode ser ocultada.

Desde os anos 80, nas cidades da Europa ocidental e dos Estados Unidos, cresce, de forma sem precedentes, a figura do “*homeless*”. Em 1964, por exemplo, pesquisadores podiam encontrar somente um desabrigado dormindo nos quatro maiores parques de Manhattan e um pouco mais de cem na cidade. Nas décadas finais do século, aqueles dormindo nos parques, ruas e terminais de transporte, somente em Manhattan, contavam-se aos milhares (O’flaherty, 1996).¹⁹⁸

O esforço público para evitar esta (oni)presença passa a ser uma preocupação principal das administrações¹⁹⁹ e o sistema carcerário volta a ser utilizado como instrumento de controle, não somente do crime, mas do comportamento num retorno vitoriano.

Mas a principal função do mecanismo de reclusão, agora, não é mais a preocupação de inclusão de “vagabundos” no sistema, como foi no final do século XIX e inícios do XX. Embora se trate, ainda, de “*uma dessas remodelações periódicas da visão dos dominados pelos dominantes que se produzem em função das dificuldades com que tropeça o próprio exercício da dominação*”.

Se, como aponta Topalov (Topalov, 1990) (p. 343), toda uma estrutura científica e administrativa é criada entre os séculos XIX e XX, para evitar que a “questão social” se consolide aparte da estrutura industrial emergente, de forma a poder ser tratada nas suas especificidades científicas e administrativas, o

¹⁹⁶ “*Las Vegas analisa-se aqui exclusivamente como fenômeno de comunicação arquitetônica. Do mesmo modo que a análise da estrutura de uma catedral gótica não tem por que incluir um debate sobre a ética da religião medieval, também não colocamos, aqui, em questão os valores de Las Vegas. A ética da publicidade comercial, dos interesses do jogo e do instinto competitivo não nos interessa aqui, ainda que acreditemos, desde já, que deveria formar parte das tarefas sintéticas e mais amplas do arquiteto, das quais, tal análise não seria senão um aspecto. (...)*

Além do mais, não existe razão pela qual os métodos da persuasão comercial e o skyline dos anúncios que se analisam aqui, não sirvam a um maior progresso cultural”. (Venturi, Izenour et al., 1982) P. 23-26

¹⁹⁷ Ainda que lugar comum, não se pode deixar de lembrar *Seaside* e *O Show de Truman*.

¹⁹⁸ Ele estuda o fenômeno em New York, Newark, Chicago, Toronto, Londres e Hamburgo. Ver resenha em: <<http://www2.h-net.msu.edu/~urban/>>

¹⁹⁹ Mike Davis permite-se comentar, acerca da ausência de *homeless* em Times Square: “What’s Giuliani done, built gás chambers in Queens or something?”

processo de remodelação de dominação constitui-se na incorporação – sempre de forma subalterna – da crescente população dos “pobres”, cujos problemas são, agora, separados em alcoolismo, tuberculose, analfabetismo, aprendizado, habitação, urbanismo ou desemprego. Trata-se, em suma, de um processo de dominação por inclusão, ainda que permaneça intocada, ou minimamente modificada, a relação principal de trabalho na fábrica, convenientemente retirada das “novas ciências”.

A própria definição atual do *homeless* se afasta da idéia com que esta visão do dominado pelo dominador tinha se consolidado: o desabrigado de hoje não é mais um “fora do sistema” mas um elemento dentro do sistema alijado “apenas” da possibilidade de alcançar os bens e serviços de habitação e/ou transporte pelo seus altos custos. Não mais um “rebelde” que se nega ao sistema do trabalho assalariado, mas um excluído do mundo dos direitos desse mesmo sistema.

Mantêm-se, no entanto, a idéia de “classes perigosas” dos antigos bairros operários das grandes cidades, o que *“permitia descrever uma massa humana pouco diferenciada que habitava em espaços urbanos precisos nos que se supunha que se concentravam os flagelos sociais e de onde, em qualquer momento, podia surgir uma ameaça: crimes, epidemias, violência, insurreição.”* (Topalov, 1990).

Agora, estas “classes perigosas” estão em todo lugar; seu caráter de desabrigo impede, ou dificulta, o seu cerco. Razão e mecanismo pelos quais vende-se a segurança como o principal bem urbano: desde o “submarino de mamãe Jacobs”²⁰⁰ a *Celebration*.²⁰¹

A arquitetura moderna, como ideologia, tinha servido à idéia de uma cidade funcional “completa” como unidade de produção – o centro e os diversos subúrbios, ainda que com óbvias diferenciações funcionais, constituem partes articuladas de um “todo” – e à inclusão das classes pobres como operariado, servindo assim ao crescente capitalismo industrial e criando o ambiente onde estas novas relações generalizadas se estabeleceriam. Unidade e inclusão foram as características principais do ambiente em que a arquitetura e o urbanismo modernos fundamentaram sua expressão. Ainda que essa arquitetura e esse urbanismo, com alguma freqüência, servissem de “habitat” para a pequena burguesia ou mesmo para a burguesia endinheirada mais do que para as classes “incluídas”.

As áreas de extrema pobreza e de espoliação excludente ficavam a prudente distância nas colônias e nos países periféricos “atrasados”.

Mas, no final do século XX, esta pobreza emergia nas praças, nas ruas, nos terminais de transporte das grandes cidades dos Estados Unidos e da Europa ocidental e povoava à exaustão as enormes metrópoles do hemisfério sul.

“Urbanistas pós-modernos estão particularmente comprometidos com a existência de uma nova forma urbana. Eles retratam a cidade contemporânea como fragmentada,

²⁰⁰ uso a forma de Marshall Berman.

²⁰¹ Sobre *Celebration*, ver: (Lara, 2001)

partida e precária e, como resultado, menos legível do que sua precursora modernista. Enclaves de finanças globais coexistem com bairros de “Terceiro Mundo”, a periferização tem-se acelerado ainda que a concentração continue, novas comunidades de imigrantes proliferam, e cenários de consumo invadem outrora prósperos sítios de produção. Golpeada por forças globais e não mais protegidas pelo estado nacional, a cidade pós-moderna está em competição com regiões urbanas ao redor do mundo por um capital crescentemente móbil. Os espaços hierárquicos da cidade modernista têm sido substituídos por um pastiche de espaços desarticulados.” (Beauregard e Haila, 2000)²⁰²

Os condomínios fechados, as *gated cities*, multiplicam-se ligados à lógica dos *malls* a ponto de não mais poder perceber-se qualquer vestígio de unidade do conjunto urbano. Instala-se Esquizópolis como padrão urbano. (Santos Neto, 1993).

O desabrigo, que ressalta a ausência, e o fragmento, que evidencia a impossibilidade do todo, protagonizam a cidade da globalização do final do século.²⁰³

Fragmento e ausência que marcam a arquitetura dos últimos anos do milênio.

²⁰² *“Postmodern urbanists are particularly committed to the existence of a new urban form. They portray the contemporary city as fragmented, partitioned, and precarious and, as a result, less legible than its modernist precursor. Enclaves of global finances co-exist with “Third World” neighborhoods, peripheralization has accelerated even as concentration continues, new immigrant communities proliferate, and landscapes of consumption invade once thriving production sites. Buffeted by global forces and no longer protected by the national state, the postmodern city is in competition with urban regions around the world for an increasingly mobile capital. The hierarchical spaces of the modernist city have been replaced by a pastiche of disarticulated spaces.”*

²⁰³ Segundo Aijaz Ahmad: “A palavra “globalização” é altamente ideológica (...) e, como tal, refere-se, na verdade, a algumas coisas bastante diferentes. Em um nível, significa simplesmente que, com o colapso da União Soviética e do sistema de Estados que ela representava, só há atualmente um único sistema, o do capital imperialista, e será melhor que todos aceitem esse fato. Os que louvam a “globalização” não dizem isso de forma assim tão brutal, mas é o que têm em mente. Em segundo, a palavra diz respeito à mobilidade imensa do capital e dos bens; ao papel cada vez maior do comércio de importação/exportação nas contas nacionais; ao poder das comunicações e das tecnologias de transporte – que hoje possuem um alcance global sem paralelo; ao enorme poder do capital financeiro e especulativo sobre e acima do capital industrial, cruzando fronteiras nacionais; à capacidade de bens culturais centralmente produzidos de ladear os sistemas nacionais de educação e informação, através de transmissões a longa distância e das rodovias de informação; à ascensão dos sistemas de produção e administração nos quais o processo de produção em si pode ser fragmentado e localizado em países diferentes e/ou rapidamente transferido de um para outro; e assim por diante. Em terceiro, o termo “globalização” é também um eufemismo para o fato de que um punhado de arranjos institucionais imperialistas – o Banco Mundial, o FMI, o GATT etc. – está agora determinado a formação de políticas nacionais do denominado Terceiro Mundo. Em quarto, a palavra cobre a penetração rápida de todos os tipos de produção do capitalismo – e, portanto, do mercado mundial. O Banco Mundial calculou que, no final do século XX, apenas 12% da produção econômica do mundo estarão fora do mercado capitalista global como tal.” Mas esta globalização não implica em decadência dos estados nacionais, já que são estes que regulam a dificuldade de circulação do trabalho frente à facilidade da mobilidade do capital: “A nação-estado, neste caso, é o princípio articulador entre o capital global e o trabalho nacional.” Apresenta-se assim uma dupla perspectiva: a do capital que circula globalmente e a do trabalho “que em toda parte está em grilhões”. Inclusive como “clandestino” quando, em doses permitidas, migra ilegalmente para o centro. (Ahmad, 1999) p.111-112.

Pode-se imaginar, ainda que provisoriamente, que o sentido da arquitetura que McLeod caracteriza como deconstrutivista²⁰⁴, funda-se no protagonismo destes elementos. Desde as mais evidentes ausências – como na Casa Beires de Siza – até as mais intelectualizadas – como a referência ao Hospital de Veneza no projeto do Seminário Cannaregio de Eisenman; e dos fragmentos das sugestivas “proto-ruínas” de CoopHimmelblau às sofisticadas paredes do Dominus Winery, de Herzog & de Meuron.

É inevitável perguntar-se que relação podem ter tão intelectualizados projetos com os desabrigados. Mas esta pergunta refere-se ao significado e não ao sentido desta arquitetura. Claro que é mais evidente uma relação com o Deconstrutivismo filosófico de Derrida ou, ainda, com o pós-modernismo epistemológico ou da crítica literária. Mas deveríamos então admitir uma arquitetura decorrente de uma filosofia, o que é, no mínimo, ousado. Penso que ambas, Deconstrutivismo e arquitetura, manifestam o sentido da sua época. A própria abundância de “pós”: pós-modernismo, pós-estruturalismo, pós-urbano, pós-fordismo, é um indicativo claro da ausência: de modernismo, estruturalismo, do urbano, etc. A própria negação das “metanarrativas” constitui, antes de uma nova narrativa, a falta de narrativa.

Na radicalidade verbal de Eisenman, a arquitetura afasta-se até das suas mais elementares raízes:

“Durante cinco séculos, as proporções do corpo humano foram uma informação crucial para a arquitetura. Mas devido ao desenvolvimento e mudanças da tecnologia moderna, filosofia e psicanálise, a grande abstração do homem como meio de medidas de todas as coisas e como uma presença originária, já não deve mais se manter, ainda que ela persista na arquitetura de hoje em dia. Para fazer suscitar uma resposta arquitetônica a esses câmbios culturais, este projeto emprega um outro discurso fundado num processo chamado escala-iterada (do inglês scaling).” Citado em (Ostwald, 2001).

Ou ainda, em referência ao “fractal-scaling”:

*“...no rasto de três conceitos desestabilizadores: **descontinuidade**, que se confronta à metafísica da presença; **recursividade**, que confronta origem; e **auto-semelhança**, que confronta representação e o objeto estético” (idem).*

Ausência vitruviana que causa vertigem maior do que os próprios projetos que pretensamente fundamenta.

Nos referimos já, ainda que tangencialmente, à relação entre arquitetura, urbanismo e crítica. Não se oculta, ao longo do texto, a filiação do mesmo. Na tentativa de outorgar um “sentido” as arquiteturas “classificadas” pelos textos colocados inicialmente, percebe-se, indiscutivelmente, o privilégio que se outorga à condição histórica de cada arquitetura ou de cada conjunto de arquiteturas. As três categorias, analisadas anteriormente, foram, muito grosseiramente, preenchidas de um “sentido” que se ancora na fundação de um ambiente sensível de um determinado momento histórico.

²⁰⁴ O uso da categoria deconstrutivista para a arquitetura pós-pós-modernista, constitui, a nosso ver, um equívoco. E é pouco provável que Siza se sinta confortável com semelhante denominação. A utilização aqui decorre do uso de McLeod no texto trabalhado acima.

Isto é, evidentemente, uma rude redução do ponto de vista histórico e crítico da arquitetura. O que se intentou foi dar uma exemplificação do que se entende por “sentido” diverso de “significado”. É claro que a arquitetura fractal, nos seu curto período de existência, foi carregada de significados. Significados que tentaram, sim, uma nova visão de unidade e totalidade dentro da complexidade – princípio da própria geometria fractal de Mandelbrot – mas a arquitetura que produz a partir do seu uso, mais do que evidenciar esta totalidade, mais do que representar a complexidade da realidade e a possível complexidade correlata da arquitetura, expõe, também, fragmentação e a ausência.

Poder-se-á dizer que se entende como fragmento e como ausência uma nova forma de totalidade e uma nova forma de presença não mais compreensíveis pelos códigos anteriores; mas isto é, como vimos, inerente à própria linguagem.

Por outra parte, se consideramos, com Marx, que a arte de cada época somente pode manifestar as condições particulares e “imperfeitas” do modo de produção da sociedade que a produz, e que a questão a detectar é por que, em outra época distinta, “ainda” produz uma “emoção estética”, é tarefa da análise arquitetônica aproximar-se do cerne dessa manifestação.

Recorro à palingênese²⁰⁵ da arquitetura como tentativa de aproximação à segunda questão colocada por Marx: a recorrência da emoção estética em situações distantes das situações efetivamente dadas para a produção de uma arquitetura. Por este caminho podemos aproximar-nos, também, da noção de um “sentido” da arquitetura tal qual Trias o coloca.²⁰⁶

Evidentemente, isto não invalida nem reduz o papel da crítica arquitetônica, nem a simplifica. Ao contrário, penso que a libera de um falso conflito entre a “emoção estética” e a “crítica de classe”.

Arquitetura e Crítica

A crítica de classe a que Tafuri se refere, nos aproxima de uma aparente aporia: opondo-se à arquitetura como crítica e a crítica como projeto, crítica e

²⁰⁵ O conceito de palingênese, dada a sugestiva etimologia, é diverso: varia desde a idéia de vida após a morte e da reencarnação, até o conceito geomórfico, do início do século, na formação granítica, passando pela teoria do eterno retorno e a interpretação da filosofia da história segundo a qual as revoluções se reproduzem em determinada ordem. Charles Bonnet, naturalista suíço do século XVIII, o utilizou no seu livro *La palingénésie philosophique* no qual argumentava a existência de cíclicas catástrofes na Terra com o desaparecimento da maioria dos seres vivos e o ressurgimento das espécies a partir dos seres sobreviventes. O conceito de “repetição, no desenvolvimento de um organismo, de estádios pertencentes a fases anteriores da evolução da espécie” parece próximo àquele de Bonnet. É num sentido próximo a este que usamos aqui o termo: independentemente do nível ao qual possa chegar determinada criação ou processo criativo, passa, de alguma forma, por um desenvolvimento fundador que recria os passos de origem dessa determinada prática (ou arte).

²⁰⁶ Isto pode aproximar, perigosamente, a um “universal” arquitetônico, a uma forma de “definição” da arquitetura; mas, considerando-se a arquitetura (e a cidade) como fato histórico – ou seja, que teve um início e pode vir a ter um final – pode-se, também, considerar esta característica mais como elemento constitutivo.

projeto ficam reféns de uma estrutura social sobre a qual, aparentemente, não têm influência?

Tafuri, em dois trabalhos famosos, o coloca assim:

“Insistimos no conceito a fim de que o livro não possa ser lido de um modo equívoco: falamos de Arquitectura, de toda a arquitectura (como instituição). Isto tem uma consequência, que o edulcorado “marxismo” oficial – de Fischer a Goldmann e Della Volpe –, a escola marcusiana – De Mitscherlich aos seus discípulos –, o sociologismo <vulgar> de Hauser, ou as recentes tentativas dos arquitectos “progressistas” americanos ou europeus tendem diligentemente a ocultar: tal como não é possível fundar uma Economia Política de classe, mas apenas uma crítica de classe da Economia Política, também não é possível “antecipar” uma arquitectura de classe (uma arquitectura “para uma sociedade livre”), mas tão-só introduzir uma crítica de classe da arquitectura.” (Tafuri, 1979), p. 11.

e ainda:

“A nós, antes, interessa-nos perguntar por que, até este momento, a cultura de inspiração marxista tem negado ou ocultado culpavelmente, com extremo cuidado e com uma obstinação digna de melhor causa, esta simples verdade: que do mesmo modo em que não pode existir uma Economia Política de classe, mas somente uma crítica de classe à Economia Política, não pode, tampouco, fundar-se uma estética, uma arte, uma arquitectura de classe, senão somente uma crítica de classe à estética, à arte, à arquitectura, à cidade.” (Tafuri, 1972), p. 77.

Nesta aproximação da estética à arte, à arquitectura, à cidade, pode-se perceber um conflito entre a radicalidade desta posição com outra, bastante difundida, que Harvey, apontando os mitos a serem destruídos e os pontos chave a serem explorados, o expressa assim:

Myth 1- The problems posed by urbanization are essentially a consequence of deeper social processes that can and need to be addressed independently of their geographic setting or spatiotemporal ordering. I would strenuously oppose this to a vision of the urbanizing process as an active moment within the social process. The production of the thing, the city, the built environment, its infrastructures, and its political and social institutions depends on a variegated set of processes. But the production of space and of an urbanized “second nature” has implications for how the social process subsequently works both as a whole and as varied set of segmented streams of social action. The city (and its architecture) is both constituted by and constitutive of social processes.” (Harvey, 1996), p. 224.²⁰⁷

Admitida a hipótese de Harvey, a impossibilidade de uma estética, arte, arquitectura ou cidade de classe, significaria a impossibilidade de qualquer ação de classe nestes campos? Ficaria, segundo Tafuri, a ação de classe restrita à crítica e a luta política?

²⁰⁷ *“Mito 1- O problema posto pela urbanização é essencialmente uma consequência do processo social profundo que pode e necessita ser dirigido independentemente de seu cenário geográfico ou ordem espaço-temporal. Oporei vigorosamente isto a uma visão do processo de urbanização como um momento ativo dentro do processo social. A produção da coisa principal, a cidade, o ambiente construído, sua infraestrutura e suas instituições políticas e sociais dependem de um diversificado conjunto de processos. Mas a produção do espaço e de uma urbanizada “segunda natureza” tem implicações em relação a como o processo social subsequente trabalha tanto como um todo quanto como de variados conjuntos de fluxos de ação social. A cidade (e sua arquitectura) é tanto constituída por como constitutiva do processo social.”*

Quetglas se refere a esta passagem de Tafuri de forma um tanto misteriosa:

“Fui a uma conferência de Alison Smithson, em meus últimos anos de estudante. Há vinte. Na época eu estava convencido que:

«Do mesmo modo que não pode existir uma Economia Política de classe, mas apenas uma crítica de classe à Economia Política, não pode fundar-se uma estética, uma arte, uma arquitetura de classe, mas apenas uma crítica de classe à estética, à arte, à arquitetura, à cidade²».

Nada da arquitetura que via ao meu redor —quer dizer nas revistas— merecia mais interesse que o necessário para a crítica. Fui escutar a Allison Smithson sem saber com o que ia me deparar. E vi pacotes de presente, cometas cabeceando, pirotecnias de papel de seda, fitas verdes e douradas, festas, aniversários, convites, pátios de jogos, bailes, bodas, recortes de papel como de barquinho, casinhas de boneca, campos identificados, alterados e carregados de sentido apenas pela tênue indicação de um gesto de papel, pelos rastros de alguns passos, pela geada. Nunca havia suposto que se podia fazer arquitetura como quem desenha com o dedo na bafurada em um vidro.” (Quetglas, 1997).

Proponho uma interpretação (não autorizada) dessa pequena cita. Vimos em Trias como a arquitetura ganha um sentido pré-significante; interpretei este sentido como uma relação entre iguais anterior à significação que é relação entre desiguais : conteúdo / expressão, relação que “funda o espaço” de qualquer significado posterior. Mas, qual é o sentido num mundo cheio de significados, num mundo que é, antes de tudo, significação?

“Via-me perdido; - diz Berger – o primeiro poder humano – o poder dar nome às coisas – me falhava, ou havia sido sempre uma ilusão minha. Tudo se dissolvia.” Neste dia, por acaso, defrontou-se com a obra de Van Gogh que deu uma forma peculiar de resposta a sua angústia. Resposta que Berger explica da seguinte forma :

“Para um animal, seu entorno e habitat natural são algo dado; para o homem, pese à fé dos empiristas, a realidade não é algo dado: há de se procura-la continuamente, há de se agarra-la; quase me sentiria tentado a dizer que há de se salva-la. Nos ensinam a opor o real ao imaginário, como se o primeiro estivesse sempre a mão, e o segundo afastado de nós. E esta oposição é falsa. Os acontecimentos sempre estão ao alcance das mãos. Mas a coerência desses acontecimentos, que é ao que nos referimos quando falamos de realidade, é uma construção da imaginação. A realidade sempre está lá, e isto é certo tanto para os materialistas como para os idealistas. Para Marx e para Platão. A realidade, independentemente de como a interprete cada um, está ao outro lado de um telão de clichês. Cada cultura produz o seu, em parte, para facilitar suas próprias práticas (para estabelecer hábitos), e, em parte, para consolidar seu próprio poder. A realidade é hostil com os que detêm o poder.

Todos os artistas modernos tem acreditado que suas inovações ofereciam uma visão mais próximas à realidade, uma maneira de fazer a realidade mais evidente. É aqui, e somente aqui, onde o artista moderno e o revolucionário têm-se encontrado as vezes ombro a ombro, ambos inspirados pela idéia de derrubar esse telão de clichês; uns clichês que na época moderna tem chegado a alcançar uma trivialidade e um egoísmo sem precedentes.” (Berger, 1990b), p. 259.

Enquanto a questão colocada por Harvey não aponta para a especificidade da atividade artística mas para o caráter dialético da cidade e sua arquitetura,

constituída por e constitutiva do processo social, o escrito de Quetglas, interpretado segundo o texto de Berger, apontam especificamente como, no caso da arte – pintura ou arquitetura – este processo torna-se constitutivo do processo social.

Quanto à colocação de Tafuri, que, aparentemente estaria em contradição tanto com a colocação de Harvey quanto com a colocação de Quetglas-Berger, penso que deve ser entendida no seu caráter epistemológico. Entendo a colocação de Tafuri como uma impossibilidade de existência de uma arquitetura que não corresponda ao seu tempo; efetivamente, uma arquitetura de classe não possui significado numa estrutura social dominada pelo capitalismo industrial. O próprio Marx tinha comentado, acerca da arte grega, que mais importante que descobrir a relação inevitável da arte grega com seu modo de produção imperfeito, era descobrir por que essa arte ainda nos produzia uma emoção estética, sob um processo social dominado por um outro modo de produção.²⁰⁸

A questão central colocada por Tafuri corresponde ao papel que ele outorga à crítica. Quetglas e Berger, apontam para um sentido, na arquitetura e na arte moderna, adquirido na construção de um quadro que possibilita esta crítica, destruindo o telão de clichês, segundo Berger, ou desenhando com o dedo na névoa do bafo num vidro frio, segundo Quetglas. Crítica ou arte possuem este necessário poder destrutivo do mundo da ilusão do telão de clichês.

“Não obstante, muitos destes artistas – continua Berger – tem degradado o que encontraram do outro lado do telão. A fim de adapta-lo ao seu próprio talento e posição social como artistas. Quando sucede isto, justificam-se com uma das dúzias de variantes da teoria da arte pela arte. Dizem: a realidade é arte. Esperam tirar um benefício artístico da realidade. De ninguém é isto menos correto que de Van Gogh.” (Berger, 1990b).

Arte e crítica possuem o débil poder messiânico das gerações apontado por Benjamin.

²⁰⁸ *“Mas a dificuldade não consiste em compreender que a arte grega e a epopéia estejam vinculadas a certas formas do desenvolvimento social. A dificuldade reside em que ambas nos proporcionam ainda um prazer estético e que ainda têm, para nós, em certo sentido, o valor de normas e modelos inacessíveis.*

Um homem não pode voltar a ser criança, sob risco de cair na puerilidade. Mas, não encontra acaso prazer na ingenuidade da criança, e, quando chegado a um nível superior, não deve aspirar ele próprio a reproduzir a verdade? Na natureza infantil, não vê cada época reviver seu próprio caráter na sua verdade natural? Por que a infância histórica da humanidade, ali onde tem alcançado seu mais belo florescimento; por que essa etapa de desenvolvimento acabado para sempre não exerceria um feitiço eterno? Existem crianças mal educadas e outros que adotam ares de maiores. Muitos povos da Antigüidade pertencem a esta categoria. Os gregos eram crianças normais. O encanto que exerce sobre nós sua arte não está em contradição com o caráter primitivo da sociedade na que cresceu. É, antes, seu produto e, pelo contrário, encontra-se vinculado em forma indissolúvel ao fato de que as condições insuficientemente maduras em que nasceu, únicas nas que poderia ter nascido, não poderão voltar a dar-se.” (Marx, K., 1989a).

Histerese e Histeria

Os conflitos e contradições internas da arquitetura do movimento moderno levaram, gradativamente, a um formalismo halterofilista²⁰⁹ que provocou reações de todo tipo. Vimos anteriormente algumas das mais contundentes. Mas esta reação, oriunda de diversas origens e com propostas igualmente diversas, manteve-se durante muito tempo, e chegou a iludir-se, como movimento independente sem ser capaz de reconhecer-se como fenômeno histerético²¹⁰, embora mantivesse um “pós” – ato falho – no nome. Quase toda sua força decorreu da oposição àquelas manifestações empobrecedoras herdeiras do movimento moderno : seja de um expressionismo exagerado, ou de um funcionalismo simplificador.

Por outra parte, uma reviravolta nos padrões do pensamento ocidental, decorrente, em grande medida, do final da bipolaridade social e política que marcou o período entre a revolução de outubro e a queda do muro de Berlim, encontrou na arquitetura uma expressão que foi, muito mais do que a manifestação do espaço de uma circunstância histórica dada, sintoma histórico da estrutura neurótica do pensamento “global”²¹¹.

Refiro-me à tradução direta da busca de uma nova epistemologia – capaz de sepultar as idéias que tinham caracterizado a situação imediatamente anterior, e especificamente o marxismo e as suas controvérsias – como o pós-modernismo de Lyotard, o deconstrutivismo de Derrida etc., para uma forma arquitetônica de desobediência obrigatória a qualquer valor formal pré-existente²¹². Expressar arquitetonicamente as idéias recentes de um mundo conturbado foi,

²⁰⁹ Esta tendência, que começa a manifestar-se ainda nas últimas obras de alguns “mestres” do movimento moderno, chega ao paroxismo na década de sessenta com a pretensão de estruturas gigantes (ou agigantadas) e de deliberada complexidade dentro do que Maki chamou de “megaestrutura”. A desproporção entre o esforço formal-constutivo e os objetivos alcançados, e, ainda, a grandiosidade dos projetos e a dimensão – as vezes caricatural – das realizações, induziram-me a chamar de “formalismo halterofilista” em comparação com o culturismo que desenvolve uma musculatura excepcional somente para mostrar uma musculatura excepcional.

²¹⁰ Uso a “histerese”, (propriedade apresentada por um sistema cujas propriedades em um dado instante dependem de sua evolução anterior e não apenas dos parâmetros que descrevem o sistema naquele instante) como alegoria ao pós-modernismo.

²¹¹ O conceito de “neurose” está tomado, nesta analogia, tanto em sentido psiquiátrico – afecção psíquica sem lesão do sistema nervoso nem perda do sentido da realidade e consciência, caracterizada por conflitos que levam a distúrbios na conduta social – quanto no sentido psicanalítico – manifestação simbólica (no caso da histeria com sintomas físicos) do conflito entre as tendências dos desejos inconscientes e aquelas que lhe impõem o recalque. A passagem de uma situação de pensamento revolucionário, que dominou parte importante do século XX, a uma situação contra-revolucionária do pensamento único a partir do desmoronamento do mundo soviético, constituiria, nesta analogia, o substrato do conflito entre a tendência do desejo de mudança e o de restauração imperial como recalque.

²¹² Notadamente qualquer noção de estabilidade, ao ponto de ter-se a impressão de que o que se está querendo abolir é a própria lei da gravidade...

freqüentemente, considerado mais importante do que criar a arquitetura desse mundo.²¹³

Borges comparou o *clássico* e o *romântico* como atitudes opostas (tirando toda conotação histórica), caracterizando o romântico como a pretensão incessante de expressão em contraposição ao clássico que “*não desconfia da linguagem, acredita na suficiente virtude de cada um dos seus signos.*” (Borges, 1974d) (p. 217). Analogamente, gostaria de propor a existência de uma arquitetura clássica no movimento moderno.

A inegável correspondência desta arquitetura (do movimento moderno) a processos específicos do modo de produção da cidade, que Tafuri aponta sem erro nem piedade, não conspurca nem diminui seus aspectos e méritos artísticos.

Do intenso movimento de propaganda da arquitetura moderna²¹⁴ se manteve uma prática publicitária que assumiu importância desmesurada a partir do pós-guerra; prática que multiplicou as publicações especializadas ao nível de livros e periódicos. Ávidos por novidades, publicações e arquitetos estimularam-se em causação circular, inventando “ismos” mediante “críticas como projeto” e “projetos como crítica”, em palavras de Tafuri. Dado que o principal desta causação circular foi a novidade – o caráter “revolucionário” ou doutrinário de cada novo “ismo”, em contraposição ao “estilo” anterior, ou ao alvo predileto de todos eles : o movimento moderno – a continuidade desta linguagem “clássica” da arquitetura moderna no período entre a pós-guerra e o fim do século deixou de ser publicada, ou foi pouco publicada e, quando publicada, rapidamente enquadrada em algum “ismo” de plantão²¹⁵. O levantamento deste segmento importante da arquitetura dos últimos trinta anos ainda carece de um trabalho histórico cuidadoso que será, espero, profícuo.

²¹³ Sobre a diferença entre idéias traduzida à arquitetura e idéias arquitetônicas, (Quetglas, 1997), onde diz: “*Para ir direto ao assunto. Neste escrito trato de opor e preferir a arquitetura da imaginação à arquitetura da ilusão ou da fantasia. Num âmbito mais geral: trato de opor imaginação à ilusão. Creio que esta poderia ser uma reação que permitiria distinguir, entre si, obras aparentemente vinculadas ou próximas. Desde esta posição, creio que se compreenderá facilmente que, por exemplo, a arquitetura de Albert Viaplana não é mais que arquitetura da ilusão, enquanto a de Enric Miralles é arquitetura da imaginação. Escrevo agora a respeito disto, para que ao leitor lhe dê vontade de colocar-se a imaginar por sua própria conta, sem se iludir.*” Quetglas aponta, ainda, dentro da contradição entre imaginação x ilusão ou fantasia: “*Apenas a utilizo para fazer ver a dessemelhança do similar, para fazer ver que duas obras aparentemente muito próximas (Picasso-Gris ou Miralles-Viaplana) são diametralmente opostas. Ocorre o mesmo entre Coop Himmelblau e Gehry ou entre Koolhaas e Hadid.*” Esta é a diferença que quero destacar entre intentar expressar, em forma de arquitetura, as idéias recentes e criar a arquitetura do mundo recente.

²¹⁴ Ver a respeito: Colominas, B. *Privacy and Publicity*..

²¹⁵ Tentativas de incluir Siza dentro do “regionalismo crítico” (Frampton, 1985a) ou, ainda, Siza, dentro do “pós-modernismo”; ou a classificação imediata de Rafael Moneo também no regionalismo crítico (Tzonis e Lefaivre, 1985) ou dentro de um “neoclassicismo” ! Ao incluir Niemayer e Reidy no Brasil, Amâncio Williams e Clorindo Testa (do Banco de Londres!) na Argentina e a Cidade Universitária de Raúl Villanueva em Caracas, Frampton deixa claro que, para ele, “Regionalismo” é qualquer arquitetura (preferentemente famosa e, eventualmente, boa) que se faça numa determinada região (preferentemente periférica).

Tem-se falado, ultimamente, de uma arquitetura “silenciosa”²¹⁶, e temos visto, com maior assiduidade, nas publicações especializadas e em algumas conferências, o resultado do exercício profissional despido de efeitos cenográficos impressionantes. O que nos faz lembrar as palavras de Pietilä de mais de duas décadas atrás :

*“Para criar um sentido de unidade temos necessidade de edifícios ativos e de edifícios passivos. Temos necessidade da idéia de uma “forma silenciosa” como intervalo musical. No meu parecer, a arquitetura ocidental tem marchado muito velozmente para a audaz era da tecnocultura; agora deveria fazer uma pausa. A ideação e a renovação arquitetônicas deveriam retroceder e analisar as décadas passadas, avaliando os instrumentos e os médios, antes de empreender o passo sucessivo. Presumo que seria preferível um aspecto estilístico mais coerente neste excesso de multiplicidade visual; entre nossos extremos de monotonia e exageração, existe ainda uma zona intermédia de “normalidade”.” (Pietilä, 1980)*²¹⁷

Normalidade que, no seu rigor, re-coloca, ainda, os desafios permanentes – ou, em palavras de Quetglas, in-atuais – da arquitetura moderna.

Nexo Terceiro

Neste capítulo tratou-se das características que a arquitetura assumiu no final do século a partir da presumida constatação da morte do modernismo. Foi apontado o caráter do pós-modernismo nas suas diversas vertentes: epistemológicas, de crítica literária e, em particular, o pós-modernismo em arquitetura que, desde a própria definição de Jencks, se coloca quase que antagonicamente à concepção pós-moderna nas outras áreas do pensamento.

Destacou-se a importância que assume a arquitetura dentro deste contexto pós-moderno pela sua proximidade natural com a economia mediante concessões do poder público e os valores imobiliários. Desta forma, a arquitetura pós-moderna se constitui rapidamente na linguagem das empresas.

A arquitetura pós-moderna tornou-se rapidamente na linguagem corrente dos negócios imobiliários na esteira da sua fácil compreensão veiculada pelo “simbolismo esquecido” pela arquitetura moderna. Em palavras de Venturi, “*hoje já*

²¹⁶ “A resposta arquitetônica ao caos do mundo contemporâneo mais promissora e relevante neste final de milênio é representada pelo que poderia ser chamado de arquiteturas silenciosas. A alusão ao silêncio se explica de duas maneiras. Por um lado, pelo fato de que essas arquiteturas rechaçam a concepção artística promovida pela pseudo-cultura mediática atual, que resulta em uma agressão histórica aos sentidos e, ao contrário, afirmam uma concepção de arte contemplativa em que a introspecção é o modo pelo qual nos enfrentamos com o mundo artificial e natural. Entendendo que o meio urbano já possui um excesso de formas e estímulos visuais, opta-se por uma arquitetura em que a simplicidade resulta em uma grande intensidade formal, e um conseqüente aumento de legibilidade. A falsa simplicidade dessa produção afasta aqueles que buscam gratificação imediata dos sentidos e gratifica a persistência dos que se permitem um envolvimento emocional mais prolongado com a arquitetura. Por outro lado, esse modo de projetar não trata a arquitetura como veículo de afirmação individual ou de realização de obsessões pessoais, retirando-a, ainda que em poucos casos, da esfera do espetáculo para retorná-la ao campo da cultura.” (Mahfuz, 2001).

²¹⁷ Devo a lembrança da cita de Pietilä a Susana Olmos.

não definimos a casa como uma máquina de viver mas, ao contrário, podemos definir a arquitetura como um refúgio decorado". Identifica, assim, a arquitetura à embalagem e à propaganda, elevada, desde *Aprendendo de Las Vegas*, a cultura popular.

Também se viu no presente capítulo como o *Learning from Las Vegas* se apresenta como a antítese do Plano, no sentido de superar as contradições entre a anarquia paleocapitalista de acumulação de renda do solo e o capital industrial. O mundo da especulação imobiliária, que foi o destino da arquitetura e do urbanismo a partir do planejamento keynesiano, já tem um conteúdo e uma imagem: o valor localização e a imagem de reconhecimento fácil.

Veremos no capítulo IV, a seguir, como esta concepção de arquitetura como epifenômeno da propaganda constitui a arquitetura comercial da "Nova Bahia". Se verá também como, ainda que tardiamente, a programação institucional recorre a linguagem arquitetônica próxima do modernismo dos anos sessenta, carregada de insinuações de futuro.

O "plano", ainda que sem plano, do Centro Administrativo e a arquitetura institucional articulam-se, como se verá, com a lógica do *strip* e a arquitetura comercial na "Nova Bahia", na formação de uma dinastia.

A cidade ideal e o urbanismo, dos quais falamos no capítulo 2, perdem sua racionalidade para transformar-se em imagens televisivas que outorgam velocidade vertiginosa a migração do valor locacional potencializando os negócios imobiliários. O resultado é a fragmentação, o isolamento, a impossibilidade do espaço público, a proliferação de guetos nas favelas e nos condomínios fechados: esquizópolis.

As relações entre arquitetura e política que perpassaram o capítulo que se finaliza, retornarão no estudo do capítulo seguinte como tema de análise na Salvador das décadas finais do passado século.

CAPÍTULO 4. TEMPO, CIDADE E ARQUITETURA NA “NOVA BAHIA”

*“Yet I’m no art historian. I am too impatient,
and I live too much in the present.”*

*John Berger (Berger e Andreadakis,
1996)*

Nos capítulos anteriores analisamos três conceitos de níveis diferentes cujo significado escapa à compreensão imediata pois constituem símbolos conceituais de alto nível de síntese. Conceitos que em palavras de Santo Agostinho *se não me perguntam sei o que é, mas se quem me pergunta quer uma explicação, não sei*. Esses capítulos foram o exercício de dissolução das certezas que os conceitos trazem quando *ninguém me pergunta o que é* de modo a que as categorias que representam fiquem permanentemente fragilizadas na construção da análise concreta, como se fará a seguir.

Este capítulo parte de um exercício de análise que pretende, num único discurso, estabelecer as relações entre a prática de poder, as transformações na cidade e a arquitetura realizada em Salvador durante o período dos últimos trinta anos.

Já fora reclamada a tendência da história urbana privilegiar aspectos sociais e econômicos em detrimento das questões políticas e a necessidade de recolocar as relações de poder como foco importante da disciplina na esteira das transformações políticas da Europa. (Lees, 1994).

Por outra parte a história urbana e a história da arquitetura teimam em manter-se afastadas. Igualmente a análise e a crítica da produção do espaço urbano tem-se detido a prudente distância da análise e da crítica da arquitetura, desde os escritos de Tafuri (Tafuri, 1972).

A presente análise nasce da intenção de encurtar a distância entre estes campos que epistemologicamente deveriam ser, e foram, muito próximos e que entretanto, permanecem quase isolados.

Mas também se alimenta de uma dupla indignação: a generalização de uma arquitetura e um espaço urbano de péssima qualidade e o silêncio e a pobreza crítica sobre o mesmo.

Efetivamente, o que deu-se em chamar de “Nova Bahia”, com ampla divulgação na mídia, inclusive na institucional, e que quer-se constituir na paisagem oficial da Salvador de fim do século, apresenta uma dupla pobreza: a da sua qualidade e a da reflexão sobre a mesma. Uma e outra relacionadas ao grau de indigência do saber arquitetônico.

É verdade que esta situação não é privilégio nosso; o império do mercado tem minado insistentemente a qualidade da crítica arquitetônica: é bom aquilo que

se publica. E se publica, literalmente, tudo e qualquer coisa. Tanto quanto proliferam as publicações “especializadas”.

Neste sentido o que vai ser exposto tem dupla pretensão: a primeira é esboçar uma explicação, ou uma “quase explicação” como quer Apel (Apel, 1991), ao processo político-urbano-arquitetônico dos últimos anos de Salvador, e uma segunda pretensão é re-convocar o saber arquitetônico a um papel mais amplo na análise crítica da sociedade na esteira da tradição inaugurada por Tafuri (Tafuri, 1972).

Este capítulo se insere dentro do eixo maior de análise que trata do Tempo e da Cidade como operadores culturais e instrumentos de dominação; a recorrência a conceitos referentes a estas categorias: novo – futuro - passado, devem-se a este eixo de abordagem maior. Espero que esta extração, necessária pela extensão deste capítulo, não afete a sua compreensão.

Por fim, entendo que este, como todo corte analítico, nasce incompleto e lacunar. Tal vez seja o preço que pagamos por não termos avançado numa linguagem própria para a descrição e análise das ciências humanas (Elias, 1982).

E reconheço, com Wrigley, que devemos desconfiar de um modelo que explique demasiado (Wrigley, 1978).

A Formação da Rede Urbana Brasileira

No Brasil, num primeiro momento, a política urbanizadora teve um caráter nitidamente defensivo; de controle territorial sobre a colônia. Defesa mais dos ataques europeus, inicialmente franceses e holandeses depois, do que de ataques autóctones (Reis Filho, 1968).

Mas esta primeira onda urbanizadora deixou uma estrutura urbana que desenvolveu também um caráter de apoio aos ciclos econômicos pelos que atravessou a colônia. Assim, o Brasil formou uma rede urbana semelhante à rede urbana da América hispana, embora tenha mantido uma unidade territorial que esta não teve. O que se deve, obviamente, ao caráter distinto das duas empresas coloniais (Chaunu, 1984).

Desde o início, a rede urbana brasileira constituiu-se de forma dispersa. Ainda que somente na borda atlântica, nos primeiros séculos a necessidade de defender uma extensa costa dos ataques de potências concorrentes exigiu de Portugal a implantação de um sistema de cidades ao longo de quase todo seu litoral. Esta característica influenciou a estrutura urbana ao longo de toda sua história na medida em que os diversos ciclos econômicos encontraram uma cidade propícia para o seu desenvolvimento. Desta forma, durante todo o longo período pré-industrial, a economia primário-exportadora não fixou numa única cidade as suas relações com os centros que dominavam a exportação. Ao contrário da estrutura macrocefálica relativamente freqüente nas economias primário-exportadoras, Brasil desenvolveu uma rede urbana que equivale, em número e tamanho de cidades, à toda a rede urbana hispano-americana (Faria, 1976).

Este fenômeno explica a mudança, ao longo da história, da hegemonia urbana (Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo) e, em parte, a migração da capital política (Bahia, Rio de Janeiro e Brasília).

Auge e crise num produto de exportação foi sempre sucedido de outro produto que o substituíra, deslocando geograficamente o eixo dinâmico da economia exportadora e provocando migração de população no sentido do mesmo.

Desta forma, o estudo do sistema urbano brasileiro exige a compreensão de algumas características dos ciclos de exportação.

As atividades econômicas de exportação adotavam processos produtivos altamente intensivos em trabalho. Em consequência, a expansão das atividades exportadoras implicava o recrutamento de grandes contingentes de mão-de-obra, acarretando o crescimento da população, que atingia seus valores mais altos nos momentos de apogeu. Por outro lado, esse tipo de atividade econômica, mesmo quando de natureza eminentemente rural (como no caso do açúcar ou do café) ou de tipo disperso e predatório (como no caso da borracha), exigia o surgimento de centros urbanos para onde a produção convergia e a partir de onde o produto era exportado.

.....

Passado o auge desse ciclo exportador seguia-se o declínio ou a estagnação. Em ambos casos o resultado sempre foi a queda nos requerimentos de mão-de-obra. Essa mão-de-obra liberada ou deixada desocupada no setor exportador, que perdia dinamismo, parecer ter-se dedicado à lavoura e pecuária de subsistência, espalhando-se pelo território. (Faria, 1976), p. 95.

Assim, o ciclo inicial da colônia, fundamentado na economia escravista de agricultura tropical, nos séculos XVI e XVII, formou a rede do Nordeste com a hegemonia de Salvador, capital da colônia desde 1549 até 1763, transferida a capital para o Rio de Janeiro. Transferência decorrente do ciclo de economia escravista mineira no século XVIII, que além de criar um novo pólo em Vila Rica (atual Ouro Preto), beneficiou as vantagens de exportação via Rio de Janeiro assim como potencializou toda a rede do sul do país que vivia em regime de subsistência, como fornecedora para o novo polo. Novamente, à regressão econômica sucedeu uma expansão da área de subsistência. A decadência da economia mineira deixou um excedente de mão-de-obra próximo da capital que veio favorecer o crescimento da economia cafeeira que nos fins do século XVIII e durante todo o século XIX iria assumir o comando da economia nacional, desenvolvendo os núcleos urbanos do sul. A possibilidade de viabilização de imigração de mão-de-obra européia em grande escala no final do século, permitiu a expansão da economia cafeeira em São Paulo e o conseqüente fortalecimento da sua rede urbana. Outros ciclos de menor importância, como o da borracha na Amazônia, desenvolveria núcleos como Manaus e Belém, concomitantemente ao desenvolvimento das redes subsidiárias dos ciclos principais (Furtado, 1986).

A rede urbana brasileira se manteve desta forma durante a colônia com uma série de centros que polarizaram diacronicamente os ciclos econômicos ligados à exportação, repetindo em micro-escala os tentáculos da economia européia. Os vínculos entre estes pólos, não muito fortes, foram realizados pelos próprios caminhos da exportação. Fora isto, um tênue fluxo da pecuária de interior

unia as zonas de subsistência do Nordeste com as de Minas Gerais e do Sul, pelo Rio São Francisco.

No fim do século XIX a rede urbana brasileira era já suficientemente extensa e complexa de forma a incentivar uma integração do espaço econômico como o desenvolvimento de indústrias locais (principalmente siderúrgicas, têxteis e alimentícias) que contribuíram para a criação de um significativo número de cidades intermediárias. Na virada do século, ainda que a população urbana ainda fosse pequena em relação à população rural (16 % em 1920) Brasil possuía uma rede urbana que, embora fragmentada, constituía um arcabouço urbano de certa envergadura (Faria, 1976).

Este sistema pode ser comparado, em tamanho e importância, ao sistema urbano da América espanhola, ainda que constituído num único território nacional.

As Transformações no século XX

O sistema urbano chega ao século XX com uma característica diferenciadora em relação aos países com economias ditas “em desenvolvimento”. Enquanto estes tendem a uma primazia marcante das suas cidades capitais, o Brasil apresenta uma rede urbana de tipo mais “log-normal”, o que se entende pela própria migração dos ciclos, e a inércia dos centros e as transformações econômicas subsequentes.

Entre 1920 a 1970, a urbanização brasileira assume uma dinâmica intensa transformando o país rural dos séculos anteriores no país essencialmente urbano dos nossos dias. Faria aponta as seguintes causas como dignas de destaque para esta acelerada urbanização:

“1. A dispersão da população por um território de dimensões bastante amplas. Esse fator desempenhou e desempenhará importante papel na dispersão do sistema urbano, na medida em que se dá a crescente integração do mercado.

2. A expansão do sistema industrial, diretamente criando novas possibilidades de emprego e indiretamente exigindo a expansão do sistema urbano pelo território para prover a economia de novos centros distributivos capazes de levar a produção industrial à população dispersa pelo território.

3. As transformações da agricultura, seja em virtude de sua modernização e crescente integração ao mercado, seja em virtude da ocupação da fronteira agrícola. Em ambos os casos, a agricultura contribuiu para aumentar a base urbana do país, exigindo novas funções urbanas e/ou a dispersão das já existentes pelo território.

4. A criação e/ou desenvolvimento de cidades em resposta à instalação de novas atividades econômicas ligadas a recursos naturais específicos como o petróleo, o manganês e a bauxita, entre outros.

5. A expansão das atividades governamentais e a ampliação do escopo territorial de sua ação.”

A explicação de Faria, embora correta em termos gerais, dá a impressão de um movimento homogêneo e constante no processo, o que, no nosso entender, é incorreto para a compreensão das transformações nas estruturas intra e interurbanas. De fato o processo de industrialização tem seu começo no final do século XIX, mas a indústria somente assumirá o comando da economia no Brasil a

partir do final da segunda guerra mundial. A hegemonia do sistema mercantil permanece até 1930, quando a crise internacional e o oligopsônio quebram a economia cafeeira. Efetivamente, estes dois períodos devem ser entendidos como o fim e o início de duas fases na transformação do sistema econômico hegemônico brasileiro.

A industrialização até os anos 30, se dá de forma subordinada à economia mercantil que domina o processo de reprodução capitalista no Brasil. E a partir dos anos cinquenta, essa reprodução estará passando, gradativamente, ao setor industrial. Esta troca de comando na hegemonia econômica brasileira terá profundos reflexos na configuração da estrutura nacional da rede urbana e na correspondente estrutura intra-urbana dos núcleos urbanos principais.

O processo de formação de uma economia industrial de “filiais” de empresas estrangeiras, na esteira da internacionalização industrial capitalista na Europa depois da guerra, conforma no Brasil, como em alguns outros países da América Latina, um tipo especial de desenvolvimento capitalista, o “Capitalismo Associado” (Lessa e Daim, 1983). Estrutura, cuja descrição em detalhes não cabe aqui, que estabelece um pacto entre o Capital das filiais das empresas internacionais e os capitais locais, regulamentados pelo Estado.

Tal como Lessa o descreve, este sistema de industrialização, entregue às filiais de empresas estrangeiras, deve preservar “...a ampla participação do capital nacional na repartição horizontal de lucros” que está, segundo a sua opinião, “ligada à reiteração dos padrões ‘pervertidos’ de valorização.”

Efetivamente, impossibilitado o capital nacional de atuar nos setores de ponta da industrialização, pertencente exclusivamente às filiais das empresas multinacionais, é garantido ao mesmo áreas de valorização que permitam lucros ao menos equivalentes àqueles auferidos no setor industrial. Esta limitação garante ao capital nacional setores importantes como o sistema bancário ao tempo em que se favorece todo tipo de valorização sobre o território, seja urbano ou rural.

Citando Lessa:

“Os capitais nacionais tendem a obter massas de lucros que ultrapassam sistematicamente as oportunidades de valorização de suas órbitas. Buscam sempre a forma de ativos –de natureza diversa- como reserva de valor, e exigem permissividade e estímulo da política econômica em direção a esse tipo de movimento. Há uma obliquidade patrimonialista e uma hipertrofia de operações especulativas ligadas à constituição, transformação e circulação destes ativos. Qualquer pessoa que tenha manuseado séries históricas de preços das terras urbanas e rurais na América Latina conhece o fenômeno de uma evolução que supera a taxa de inflação e não mantém relação com eventuais alugueis ou rendas. Observando os capitalismo associados mais avançados, é possível registrar o alto nível de criatividade das formas especulativas. Cremos que isso é constitutivo e estrutural no capitalismo associado.” (Lessa e Daim, 1983).

Nesta ótica, a partir do processo de efetiva industrialização, entendida como motor principal da reprodução de capital, a estrutura territorial passa a ter um novo conteúdo de valorização do capital em mãos do setor nacional. Esta compreensão explicaria, por uma parte, o sucesso do processo de implantação rodoviária no período, e por outra, daria um novo significado a implantação de

uma nova capital em Brasília; mas, principalmente, explica o sucesso do circuito imobiliário urbano durante trinta anos, e a influência deste no processo de estruturação das cidades brasileiras (Lessa, 1980(?)).

De fato, dos objetivos e resultados do Plano de Metas (iniciado em fins de 1956), que significou “a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país” (Lessa, 1983) (p. 27), as metas rodoviárias são superadas e ampliadas sucessivamente. E mais, a construção da nova capital, Brasília, tornou-se um dos mais importantes aspectos do Plano de Metas, tanto pela grande quantidade de recursos comprometidos e nos aspectos de promoção política como, principalmente, pela ampliação do espaço econômico do sistema, devido à montagem do sistema de interligações rodoviárias “que veio a rasgar grandes extensões do território nacional (idem, p. 53).

Esta “fluidificação” do espaço nacional via o sistema rodoviário e a implantação da nova capital, correspondem a uma nova estruturação da rede urbana preexistente. Necessárias para a distribuição da crescente variedade e quantidade de produtos industriais, as cidades são também lugar privilegiado para a formação de “rendas de monopólio” (Harvey, 1974); favorecendo portanto a realização da reprodução capitalista de ambos setores, filiais industriais e capital nacional, não é de surpreender que o crescimento urbano nos antigos e em novos núcleos tenha conhecido no período (1950-80) auge fora do comum.

O sistema urbano, outrora constituído por vários pólos estendendo seus tentáculos sobre territórios de influência maiores ou menores mas quase sempre relativamente isolados de outros centros, transforma-se gradativamente numa única estrutura em rede que possui, em forma de quase-centro, um adensamento significativo no Centro-Sul do país.

A estrutura *Rank-Size* da rede, na medida em que começa a apresentar sintomas de primazia a nível nacional, apresenta uma falsa log-normalidade nos Estados anteriormente dominados por um centro primaz. É que, rompido o isolamento decorrente dos diversos ciclos históricos mediante a integração rodoviária, uma série de cidades médias passam a adquirir importância distributiva em relação à nova centralidade nacional.

O caso de Salvador de Bahia

É natural portanto que cidades intermediárias que dependiam do sistema radio-concêntrico do território polarizado por antigas capitais, tenham caído rapidamente de importância na medida em que aquelas que cumprem papel de destaque na organização do espaço do estágio industrial tenham assumido papel de destaque na mesma velocidade. Tal é o caso de todo o elenco de cidades do Recôncavo Baiano, assim como do crescimento de cidades vinculadas aos eixos distributivos nacionais, como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, etc.

Salvador, como veremos, não foge às influências do novo modelo.

A formação da cidade histórica

Ligada às exigências de defesa dos ataques externos e autóctones a cidade procurou na colina da Sé, no promontório da escarpa da falha de Salvador, o sítio adequado para esta situação de defesa, mas também de contemplação dos caminhos que a conduziam à Europa de origem ou a África do seqüestro e ao hinterland de toda sua riqueza: o açúcar do Recôncavo.

E voltada para o mar, encarapitada no alto da escarpa ou espalhada nos bairros peninsulares da prolongação da praia, permaneceu a Bahia até bem entrado o século XX. Até que o comando industrial da economia brasileira, com rodas de borracha, a virasse pelo avesso como a uma meia, transformando a baía de Todos os Santos que era o seu nexos com o principal de seu território, do resto do Brasil e do mundo, num obstáculo à articulação com os caminhos nacionais em explosão a partir da década de 60.

Filha do ciclo do açúcar, desde a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763, Salvador passa por uma lenta porém permanente decadência relativa às demais cidades brasileiras: no início do século XIX, ainda mantém a sua primeira situação no ranking nacional, mas em 1872, apesar de ter triplicado a sua população, já é a segunda cidade mais populosa do Brasil por trás de Rio de Janeiro. No nascimento do século XX já é a terceira, em 1940 a quarta, em 60 a quinta e em 80 sua região metropolitana é a sexta colocada.

A pesar disto Salvador no último século mais do que decuplicou a sua população dentro do enorme movimento de urbanização que o Brasil, e de resto toda a América Latina, viveu no período. Sua perda de posição relativa não indica uma dinâmica populacional tênue, mas a relativa diminuição de sua dinâmica econômica no contexto nacional. Salvador, como bem observou Milton Santos em 1958, cresce pela falta de dinamismo do seu território e não ao contrario, tornando-se, ainda em palavras de Milton, num caso de economia especulativa pura (Santos, 1959).

A cidade especulativa

Distante do processo de industrialização e as suas atividades econômicas ligadas ao setor mercantil em decadência, a especulação imobiliária em Salvador passa a ser um traço principal.

Não se pretende que este traço, que assume uma importância significativa em todo o mundo urbano a partir do momento em que a cidade se constitui como o "locus" privilegiado da atividade econômica da humanidade, seja característica exclusiva de Salvador. Pretende-se afirmar que este processo geral da cidade capitalista industrial, assume em Salvador características particulares devidas a uma questão quantitativa que se manifesta segundo qualidades diferentes.

Em outras palavras: Salvador "depende", mais do que outras cidades, do seu setor imobiliário especulativo. Ou então, este setor assume uma importância maior, proporcionalmente a outros setores, do que na maioria de outras cidades. Inclusive no contexto brasileiro Salvador possui uma mais marcada dependência do circuito imobiliário, nos processos de acumulação capitalista.

Obviamente, sendo assim, o seu setor público é profundamente vinculado aos humores deste setor imobiliário. E freqüentemente mais do que aos humores, aos seus interesses.

A cidade e suas dificuldades

A situação geográfica e topográfica de Salvador é concretamente uma restrição permanente ao seu desenvolvimento. Cidade de dois andares: a cidade alta e a cidade baixa, o seu desenvolvimento viu-se sempre condicionado por um território de difícil aproveitamento. A escarpa da falha de Salvador desde o início estabeleceu a necessidade de transpor a diferença de cotas entre o porto, no bairro da praia, e a parte alta da cidade onde se mantinham todas as atividades administrativas. O que foi bom para a defesa não sempre foi satisfatório para o seu crescimento (Ab'saber, 1960).

O próprio porto teve problemas crônicos de funcionamento somente resolvidos no começo do século XX mediante a construção de um aterro que formou o espaço onde hoje se encontra o bairro do Comercio, o centro financeiro da cidade e da região quase que exclusivo até pouco tempo atrás. É seguramente a criação deste aterro a que permitiu a diminuição da pressão imobiliária sobre os terrenos da cidade antiga permitindo a permanência até os nossos dias de parte significativa da cidade colonial, principalmente na parte superior da escarpa.

Na cidade alta, os profundos e recortados vales que conformam todo o território da cidade foram configurando ao longo do crescimento de Salvador uma tipologia de ocupação que pode ser chamada *de adição*, na medida que cresce em função do aumento de uma infra estrutura que se desenvolve ao longo das cumeadas, deixando os vales desocupados inicialmente e ocupados por populações pobres imediatamente depois.

Esta segregação "em altura", os mais ricos nas cumeadas e os mais pobres nos vales, é decorrente também de uma carência de atividades econômicas e demanda de mão-de-obra concentradas estando as populações pobres freqüentemente relacionadas às mais ricas em forma de prestação de serviços domésticos. É o que Milton Santos iria chamar, ainda na década de 50, de uma estrutura imatura de segregação (Santos, 1959). Obviamente a conformação de bairros mais ricos e outros menos, ou seja, a formação de um mercado segmentado de solo urbano, ou de localização, já está bastante definida a partir da metade deste século, mas a presença de uma segregação "por cotas" ainda é quase que onipresente no início da década de 60.

A Nova Bahia

Uma dedicatória e um prefácio

Consta na dedicatória:

"Ao Joaquim Martins Leal Ferreira, filho do verdadeiro criador da idéia de uma NOVA BAHIA (vide prefácio do CHICO BARBOSA), com um abraço cordial de / F. Peres 8-1-75"

Trata-se do livro *Memória da Sé* de Fernando da Rocha Peres (Peres, 1974), achado na estante de um sebo – esses indiscretos expositores do alheio.

O conteúdo e o ano de publicação do livro são pistas importantes para a compreensão do que se entende por uma “NOVA BAHIA”; e o prefácio, datado de 8 de abril de 1974 e assinado por Francisco de Assis Barbosa, pode ser considerado como panfleto, um dos tantos recorrentes, da Nova Bahia.

Barbosa inicia com um epígrafe de Rodrigo M. F. de Andrade *“Por civismo, acima de todos os demais sentimentos, é que nos deveremos empenhar pela defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. / Aquilo que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional [...] é o documento de identidade da nação. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos”* (Barbosa, 1974) (p. 13-14). Não cabem dúvidas que o discurso será “preservacionista”, “conservacionista”, como, de início, o título do livro nos alerta ao falar da memória da Sé, a igreja derrubada em 1933 por “exigências” da circulação do bonde.

Barbosa se dedica, durante boa parte do prefácio, a mostrar o seu conhecimento do processo de transformação das cidades brasileiras no século XIX e início do XX, indo desde as reformas do Conde dos Arcos no Pará e na Bahia e passando pela menção obrigatória de Pereira Passos no Rio de Janeiro e de Seabra na Bahia: o primeiro a insinuar a derrubada da Sé.

Por este caminho chega Barbosa à primeira metade do século XX em Salvador para descobrir as “origens” de uma Nova Bahia.

“Outro aspecto deste livro-libelo que não pode ser esquecido; se a princípio, o ardor reformista de Seabra reuniu adeptos, entre personalidades da intelligentsia, à hora em que se consumou a demolição, entre jovens e velhos, firmava-se a opinião de que a Sé devia ser conservada. Dentre os jovens, Pedro Calmon, Wanderley Pinho, Hermes Lima; dentre os mais velhos, Bernardino de Souza, Teodoro Sampaio, Xavier Marques, Pirajá da Silva. Quantos mais? Do grande médico e cientista que se chamou Manuel Augusto Pirajá da Silva veio a palavra de um sábio, que mais tarde se realizaria, infelizmente depois de consumada a perda da velha Sé: a idéia do planejamento da Bahia Nova.

Parece que a expressão Bahia Nova ou Nova Bahia foi cunhada pelo mestre baiano, (...), em artigo publicado no jornal A Tarde, nos idos de 1928, a que se reporta Fernando da Rocha Peres:

‘Aos remodeladores, não seria preferível traçar na vastidão das terras brasileiras, próximas a esta capital, uma Bahia Nova, de avenidas e alamedas retas, numeradas, com todos os requisitos aconselhados pela higiene moderna e arquitetura futurista? Será possível que as nossas aspirações urbanistas só se restringem ad aeternum ao quarteirão da Sé, forçadamente implantado no cimo desta colina de granito? Será remodelado e urbanizado o resto da cidade? Porque não respeitar aquele recanto sagrado da nossa história?’ (Barbosa, 1974), p. 18-19.

Barbosa continua comentando as derrubadas do Rio de Janeiro posteriores à derrubada da Sé: o edifício da sede da Academia Imperial de Belas Artes, e a derrubada de várias igrejas para a construção da Avenida Presidente Vargas, para destacar que:

“À mesma época em que o Rio de Janeiro era fustigado pelo “urbanismo demolidor”, uma nova mentalidade, construtiva e não demolidora, começou a surgir na

Bahia, no início da década de 1940, (...), quando o prefeito do Salvador(...), teve a boa lembrança de convocar (...), Mário Leal Ferreira, para elaborar um plano urbanístico para a cidade. Nasceria afinal a Bahia Nova, entrevista em 1928 por Pirajá da Silva?

Certo é que alguma coisa bem diferente de tudo quanto tinha sido tentado até então, não só na Bahia, como em todo o Brasil, em matéria de urbanismo, eclodiu como por encanto dos estudos de Leal Ferreira e de seus companheiros que formaram em 1942, a brilhante equipe do E.P.U.C.S. – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador. Foi o “ponto de partida”, pelo menos, de tudo que se fez posteriormente.” (idem)

Este “ponto de partida” parece ser citação de pronunciamento de Mário Kertesz, então secretário de Planejamento do Estado. Ponto de partida, ainda nas palavras do secretário, “no sentido de pensar, definir e planejar o funcionamento e o crescimento da cidade de Salvador conforme técnicas modernas de urbanização”.

Barbosa estabelece uma duvidosa relação entre o EPUCS e as teorias que, desde o início do prefácio, destaca como “novas” ou “construtoras” em contrapartida com o “urbanismo demolidor”²¹⁸; cita as transferências de cidades capitais: Maceió, Teresina, Aracajú e, referindo-se às reformas do Rio de Janeiro à época de Rodrigues Alves, comenta: “Com o saneamento e modernização da antiga corte, transformada em capital federal, tornou-se impraticável o projeto da mudança da sede do governo para o interior do país, sonho de José Bonifácio,” destacando que o “espírito mudancista” se concentraria e esgotaria na transferência da capital mineira para Belo Horizonte. Espírito mudancista que “Só se vai repetir bem mais tarde, na esteira da revolução de 1930, primeiro com a construção de Goiânia (1933-1942) e depois com Brasília (1957-1960), marco da história contemporânea, que tem sido chamada de integração nacional.”

Barbosa faz, assim, uma curiosa leitura do plano do EPUCS: “A parte antiga seria preservada; a nova surgiria com a abertura de avenidas nos vales, que cercavam a histórica cidade, praticamente desabitados.” Desconhece portanto a tendência fortemente centrípeta do Plano do EPUCS; o que faz pensar que apenas o conhece nos seus aspectos mais superficiais. Mas a sua leitura torta é necessária à lógica que defende:

“Tudo isso porém só se concretiza vinte anos depois do desaparecimento de Mário Leal Ferreira, precisamente em 1967, no início da administração de Antônio Carlos Magalhães à frente da Prefeitura(...). Em pouco tempo estavam concluídas as grandes avenidas, ligadas entre si por túneis e viadutos, criando assim as condições necessárias para a ocupação de áreas que abriam os caminhos da expansão metropolitana. De repente, apareciam os contornos da Nova Bahia ou Bahia Nova.

O grande mérito do prefeito Antônio Carlos Magalhães, e depois do governador Antônio Carlos Magalhães, foi o de tornar uma realidade os estudos de Mário Leal Ferreira e seus continuadores, Diógenes Rebouças e Admar Guimarães, dando pronta execução aos projetos engavetados do EPUCS, num momento em que a região metropolitana de Salvador já se ressentia dos efeitos do impacto produzido pela implantação do gigantesco complexo industrial da Petrobrás, da década de 1950. Foi da urgência em resolver esse grave problema, sem sacrificar a cidade velha, mas sim pensando em defendê-la e preservá-la, que o governo de Luís Viana Filho cuidou não só de estimular o entusiasmo e

²¹⁸ parece óbvia a influência de Lavedan: “urbanismo conservador”, “urbanismo demolidor” e “urbanismo construtor”.

a capacidade de trabalho do prefeito Antônio Carlos Magalhães, como de construir com presteza, nas proximidades do Salvador, o Centro Industrial de Aratu.

A substituição de Luís Viana Filho por Antônio Carlos Magalhães no governo do Estado não permitiu qualquer solução de continuidade à obra encetada, que se vai configurando, em poucos anos, como uma das maiores e mais importantes realizações urbanísticas jamais tentadas no Brasil, em estilo e técnica bem diversas, e por isso mesmo mais eficazes, do que se fez com as nossas primeiras grandes cidades industriais, Rio de Janeiro e São Paulo, (...). A Bahia (...) vive agora, na segunda metade do século XX, em ritmo acelerado, o processo de transfiguração em grande metrópole, em função do petróleo.

A partir de 1967, em apenas sete anos, sobretudo após a inauguração dos prédios do Centro Administrativo, que, será bom acentuar, nada tem a ver com os primitivos estudos do EPUCS, a fisionomia da área metropolitana do Salvador adquiriu uma característica singular, e certamente inédita, mesmo em relação a Brasília e suas cidades satélites. O Centro Administrativo não será apenas a concentração dos serviços burocráticos do Estado, mas a fixação de um pólo para a construção da novíssima Salvador. Com o propósito firmemente respeitado de conservar a área da cidade levantada nos séculos XVI a XIX, embora um tanto desfigurada pelo “urbanismo demolidor”, num período que se estende de 1912 até a criação do EPUCS, e com o renascimento dos projetos de Mário Leal Ferreira, o governo de Antônio Carlos Magalhães imprimiu um novo modelo de reforma urbana para todo o país, aperfeiçoando e dinamizando a experiência renovadora de Brasília.

Esse novo modelo de reforma urbana – conciliando progresso e tradição – é que precisa ser objeto de um estudo em profundidade, mais amplo do que o procedido há alguns anos sobre a evolução urbana de São Paulo. (...) Só que um trabalho de tal envergadura não deve ficar limitado ao aspecto documental, já de si relevante, e sim coroado pela análise sociológica da evolução urbana da grande e bela cidade de Tomé de Souza, sem esquecer o capítulo da luta entre os tradicionalistas, preservadores da memória nacional, e os urbanistas demolidores, destruidores da Sé.” (Barbosa, 1974).

É certo que a base do plano de obras do prefeito ACM foi a idéia das avenidas de vale do EPUCS; da mesma forma que a legislação que regeu durante este período decorreu também dos estudos e algumas propostas do plano da década de 40. Mas a razão que incorpora o EPUCS no discurso de Barbosa parece ter uma outra origem: necessitando relacionar a preservação do patrimônio a uma idéia prospectiva – a Nova Bahia – era necessário buscar apoio no plano urbanístico imediatamente anterior.

O aparentemente paradoxal no discurso de Barbosa é sua dupla direção: tratando-se de um prefácio a um trabalho de caráter conservacionista, “tradicionalista” segundo suas próprias palavras, seu discurso está cheio do “novo”; tratando-se de um texto sobre o “patrimônio”, o objetivo é sempre a cidade nova e não a velha. Paradoxo aparente pois os dois discursos. o discurso do patrimônio e o discurso do novo, como se tentará enfatizar adiante, fazem parte de um único projeto dinástico para a Bahia, o de Antônio Carlos Magalhães.

Somente ao fim do prefácio Barbosa faz menção a atuação do governador nas questões de preservação do patrimônio:

“Ao patrocinar a publicação de Memória da Sé, de Fernando da Rocha Peres, o governador Antônio Carlos Magalhães demonstra decisão e sensibilidade para uma tarefa desse porte, do mais alto interesse cultural, inclusive para a memória da sua própria obra de administrador, realmente notável, obra para edificação dos pósteros, como se dizia nos tempos de antanho. A preocupação com a intangibilidade das relíquias históricas e

arquitetônicas da velha Salvador, não será demais insistir, dignifica o governador, que deu à capital da Bahia a infra-estrutura que permite conservá-la, inclusive como atração turística. A construção dos grandes hotéis, a restauração da Câmara Municipal e a recuperação do Pelourinho são iniciativas que se harmonizam e se complementam dentro do planejamento global da expansão metropolitana.

A reforma urbana do Salvador, direi mesmo a restauração da Bahia e da sua área metropolitana, que se estende na verdade até Feira de Sant'Ana, a partir de 1967, numa obra de amor e pertinácia, compensaria por si só o duro labor e o esforço patriótico de Rodrigo de Melo Franco de Andrade (...)"(Barbosa, 1974)

Barbosa fecha o prefácio, tal como o abre, com uma cita de Rodrigo de Melo Franco Andrade, paladino da defesa do patrimônio.

O apelo final à restauração da Bahia, deixa no ar de forma explícita o sentido prospectivo que o autor dá à obra do governador e como esta se encaixa na “tradição” de uma Bahia gloriosa de outrora. O governador, restaurador, é visto como herdeiro dos grandes baianos citados ao longo do prefácio, desde o próprio Tomé de Souza.

Barbosa e Peres, como fica claro na dedicatória, participam do projeto: Patrimônio e Nova Bahia. Ou, dito nas palavras da propaganda política: “A Bahia constrói o seu futuro sem destruir o seu passado”.

“AQUI A BAHIA CONSTROI O SEU FUTURO SEM DESTRUIR O SEU PASSADO”

O EPUCS²¹⁹

É definitivamente equivocado pensar que o plano do EPUCS, fora do discurso, tenha alguma relação com a “Nova Bahia” a que Barbosa se refere e que se transformou, a partir da década de 70, na denominação da cidade que “mistura o novo com o antigo” e que, na verdade, não mistura – separa – o que se diz “novo” sem o ser e o “antigo” cada vez mais falso.

Como foi comentado acima, o EPUCS propôs uma estrutura urbana para Salvador extremamente centrípeta; a trajetória intelectual de Mário Leal Ferreira, as prováveis influências internacionais, notadamente a sua viagem aos Estados Unidos e os seus estudos em Harvard, conduziram a uma tentativa de estruturação da cidade dentro dos modelos em voga: a cidade rádio-concêntrica que tinha sido tentada: por uma parte, a nível de modelos teóricos, no final do século XIX (Ernst Bruch, Theodor Fritsch, “Arminius” etc.)²²⁰ (Fig. 1) com unidades de vizinhança periféricas propondo uma “descentralização” de atendimento a estas unidades que reforça o caráter central do núcleo original; e por outra nas realizações do início do século XX nos Estados Unidos, onde se destaca o plano metropolitano para Chicago de Burnham.

²¹⁹ O urbanismo em Salvador durante o século XX tem sido estudado sistematicamente por Heliodório Sampaio; estudo que culminou com a publicação da sua tese doutoral. (Sampaio, 1999).

²²⁰ Sica tem destacado o caráter “conservador-reformista” destas propostas. (Sica, 1981b) .

Nas figuras 2 a 4 pode-se ver o brilhante esforço de Mário Leal Ferreira para ajustar o modelo à difícil topografia do sítio de Salvador. Mas nada há nem no modelo nem no seu desenvolvimento, que leve a supor alguma mudança do Centro. Este caráter centrípeta, na época, ultrapassava a visão urbana e se expandia para o território de todo o estado: o plano rodoviário do Estado da Bahia de 1954 mostra claramente a estruturação segundo um “*sistema de transporte com base em von Thünen para um ‘Estado Isolado’.*” (Silva, 1982) (Fig. 5) É óbvio que o isolamento terrestre, à época, situa o porto, tanto na cidade como no território, como centro das atividades, conformando historicamente o que Milton Santos, poucos anos mais tarde, descreveria na sua tese doutoral (Santos, 1959) (fig.6).

Esta visão centrípeta do EPUCS, perdurará na legislação até o Código de urbanismo e obras do Município do Salvador estabelecido pela lei nº 2403, sancionada pelo prefeito Cleriston Andrade²²¹ em 23 de agosto de 1972. O zoneamento previsto pela lei divide o município em 21 setores e não deixa dúvidas quanto à centralidade: “Um setor Central (S.C.)/ Um Setor Portuário (S.P.)/ Dois Setores Comerciais (S.Co.)/ Um Setor Industrial (S.I.)/ Três Setores de Transição (S.T.)/ Dois Setores de Recuperação (S.Re.) e Onze Setores Residenciais (S.R.)” (Salvador, 1972). Vinte e cinco anos depois e com a população praticamente triplicada, o Código repete o zoneamento do EPUCS quase exatamente, exceção das zonas de recuperação, e o número de setores residenciais. O setor central, no entanto, permanece com uma redação extraída do EPUCS:

“O Setor Central (S.C.) abrange a colina Histórica da Sé, as sedes dos Governos Estadual e Municipal, os principais órgãos dos serviços públicos e destina-se às atividades comerciais de alto padrão, estabelecimentos bancários, escritórios de profissões liberais, museus, hospedagens, recreação e moda.” (Salvador, 1972), p. 5.

Para o mesmo setor o EPUCS dava a seguinte redação:

“O SETOR CENTRAL (SC), que compreende em seu âmbito a colina histórica da Sé, destina-se a conter, como Centro Cívico e Administrativo da Cidade, as sedes dos altos Poderes do Estado, do Governo Municipal, dos principais órgãos dos Serviços Públicos, das associações civis ou religiosas de interesse geral e das instituições culturais – Museus, Bibliotecas, Arquivos, Imprensa -, a Estação Central de Tráfego da rede urbana de ferro-carril e ônibus, e, dentro de limites que serão estabelecidos no planejamento local, os escritórios de profissões liberais e os estabelecimentos de alto padrão, do comércio retalhista, de prestação de serviços de das indústrias de hospedagem, recreação, conforto e moda.” (Salvador, 1976), p. 93.

Aparentemente nada teria mudado na cidade desde fins da década de 40 a início dos anos 70; mas as transformações já eram profundas. Não somente pela dimensão que assumia a cidade com mais de um milhão de habitantes, mas também pelas mudanças nacionais. O conceito de indústria do EPUCS, dista muito do conceito de indústria estabelecido pela política da SUDENE: dos

²²¹ Cleriston Andrade foi pessoa de absoluta confiança do então Governador Antônio Carlos Magalhães e indicado pelo mesmo como seu substituto quando no fim do seu segundo mandato de governador (1979-1983); indicação que levou a ruptura política com Mário Kertez, prefeito (indicado) de então. Um acidente aéreo impediu Andrade de substituir Magalhães, recaindo a escolha em João Durval.

incentivos fiscais e da lógica de implantação de Distritos Industriais como forma de acrescentar vantagens locacionais àquelas oferecidas pelo sistema SUDENE-BNB.

Portanto, cinco anos antes do Código Urbanístico de Salvador ser sancionado, o Estado da Bahia promovia a criação do Centro Industrial de Aratú, nos municípios de Simões Filho e Candeias, ao norte do município da capital.

O plano diretor do CIA

O plano diretor do CIA, embora com um escopo estritamente industrial, e com a dimensão megalomaniaca própria da época, inicia um processo de planejamento de caráter pragmático que atende políticas (no caso uma política de captação de incentivos) de forma a viabilizar as obras necessárias para sua execução. No entanto, o grupo encarregado da elaboração do plano diretor do CIA, dada a necessidade promocional que o empreendimento exigia, contratou o Arq. Sérgio Bernardes, de grande notabilidade na época, para a sua realização²²².

O plano diretor do CIA (Bahia, 1967) extrapola o seu escopo e se propõe: por uma parte, estruturar a área metropolitana de Salvador – a área do CIA é imensa, ocupando ela própria parte significativa do que futuramente seria a Região Metropolitana de Salvador (Fig. 7); por outra, transformar a cidade de Salvador num núcleo “histórico” da nova configuração metropolitana. Nesta abordagem de Salvador, embora de forma exclusivamente gráfica, aparecem de forma embrionária duas idéias que iriam transformar a estrutura urbana de Salvador: a de uma via paralela à Av. Oceânica, a Via Cidade de Salvador, e um novo Centro para “Governo Estadual, Municipal e Cúria” nas imediações do entroncamento da BR 324.

A estrutura de Salvador proposta pelo Plano Diretor do CIA (67), corresponde ainda a um modelo radio-concêntrico cujo centro não é mais o porto (pois o porto industrial é transferido para o porto de Aratu) mas o acesso rodoviário. O intento de Sérgio Bernardes nestes riscos, é adaptar a cidade a uma nova realidade de transportes, o rodoviarismo posterior ao Plano de Metas (a atual BR 116, antiga Rio-Bahia, tinha sido inaugurado apenas 4 anos antes) e aos sonhos industriais do modelo dos Polos de Desenvolvimento (Figs. 8 a 15).

Há nesta concepção uma noção embrionária da articulação do “passado” com o “futuro” em termos do “novo”: nas palavras de introdução do Plano Diretor do CIA²²³, Antônio Lomanto Junior, governador do Estado, escreve: *“Nossa Velha Cidade do Salvador voltará a ser a grande metrópole regional, preservada nos seus encantos e tradições, enriquecida como centro de negócios e engrandecida*

²²² Ao que me consta, Diógenes Rebouças teria dado a sugestão da contratação de Sérgio Bernardes, mas, segundo suas palavras, somente ao final do plano para dar uma forma impressionante e uma notoriedade na mídia. O contrato, no entanto, foi feito desde o começo, dando ao plano um caráter megalomaniaco adicional próprio das propostas que Sérgio Bernardes divulgava à época no Rio de Janeiro.

²²³ curiosamente manuscritas sobre uma fotografia da península de Salvador.

como sede cultural.” O discurso do Plano situa-se assim numa visão prospectiva de transformação conservacionista ou, digamos, restauradora.

É difícil dimensionar a influência efetiva que o Plano Diretor do CIA tenha exercido nas ações posteriores sobre a cidade. O volume do plano, brilhantemente diagramado por Rubens Martins, é impressionante: dois volumes formato A1 ricamente encadernados, com uma vasta informação de base e uma informação técnico-projetual exageradamente rica²²⁴. Mas as propostas a que nos referimos fazem parte apenas do volume dos Anexos nos 44 diagramas iniciais e algumas plantas consideradas como “Plano Complementar”. É verdade que o Plano do CIA se constituiu num modelo para os planos dos diversos Distritos Industriais executados posteriormente no interior do Estado, mas parece ter tido relativamente pouca repercussão no planejamento interno da Cidade. No entanto, estabeleceu uma clara articulação metropolitana ou, melhor dizendo, periurbana. A implantação em 1967, ainda durante a execução do Plano, da via CIA-Aeroporto, determinou esta articulação no território periurbano; não pela sua utilidade, já que durante um bom tempo somente serviu para levar executivos do sul do país do aeroporto até as obras do CIA sendo seguramente uma das vias mais inúteis do Estado, mas pela valorização de um território ainda distante contornando o município de Salvador. A implantação da CEASA nesta via, no início da década seguinte, que constituiu o golpe de graça para o abastecimento alimentar pela baía de Todos os Santos, reforçou esta estruturação perimetral.

Nem a Via Recôncavo nem as vias internas à cidade propostas pelo Plano do CIA chegaram a ser feitas. Somente a infraestruturação interna ao Distrito industrial e a ligação com o aeroporto.

A avenida Paralela

O crescimento, que já se manifestava claramente no final da década de 60, no sentido de um subúrbio de classe alta e média alta ao longo do litoral oceânico, levantou, nos meios técnicos da Prefeitura Municipal de Salvador, a necessidade de criação de uma via paralela à Av. Octávio Mangabeira Mangabeira, única ligação urbana com o aeroporto a beira mar, a uma distância variável no sopé dos morros que contornam a estreita área da planície marítima. Embora ainda persistisse a idéia de que a cidade era regida por um Plano derivado dos estudos do EPUCS, a cidade tentava articular-se à nova realidade de crescimento periférico e adensamento verticalizado, com projetos realizados nos seus órgãos de planejamento. Esta avenida paralela foi um destes estudos e chegou a determinar, em loteamentos distantes, faixas de domínio para a sua realização.

A realização desta via não chegou a ser feita nunca; ao menos totalmente. Mas a idéia de uma Via Paralela, teve aceitação imediata com traçado inteiramente diferente. Embora não nos tenhamos detido particularmente na pesquisa da origem do novo traçado da Paralela, não é conhecido no meio técnico, nenhuma autoria específica. Provavelmente foi nos gabinetes do DMER – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem, que surgiu a idéia de uma

²²⁴ Embora extremamente desigual.

avenida paralela à Octávio Mangabeira a uma distância maior (uma média de 2,5 a 3 Km). Certamente não participou esta idéia de nenhum planejamento conhecido: seu traçado deixa isto absolutamente claro. Contrariando totalmente a estrutura dendriforme que dirige seus vales para a planície marítima, a avenida ricocheteia na topografia. Onde não corta, aterriza; sua implantação promove profundas transformações na geomorfologia da área (Fig. 16).

Esta estrutura viária, composta principalmente do acesso rodoviário principal, BR324, chegando do norte até os limites do urbano e articulando como o sistema de vias de vale herdado do EPUCS, na sua nova concepção expansionista, mais a penetração no território totalmente desabitado da Av. Paralela, habilita, ainda que precariamente, um território de superfície cinco vezes superior à cidade existente que, por sua parte, estava longe de ter preenchido os seus grandes vazios dos vales recém abertos às rodas.

O Centro Administrativo da Bahia, o Iguatemi e o Novo Centro

Neste processo se dá um novo salto territorial significativo mediante a criação, a partir de 1971, de um novo centro simbólico da cidade: o Centro Administrativo da Bahia, num lugar ermo e distante, pretendendo reproduzir o espírito de Brasília à escala da cidade, o Governo de Estado quer situar ali todo o seu aparelho administrativo até então sediado no centro da cidade. Parte-se a centralidade em dois: a centralidade tradicional e a centralidade administrativa (Fig. 17).

A idéia contida em forma de utopia no plano diretor do CIA, em que o novo centro administrativo se situava tangenciando o perímetro da cidade, a uns 5 km do centro tradicional, transformou-se em estranha realização quatro anos depois. Só que, desta vez, a mais de 10 km do centro tradicional.

O Centro Histórico, que tinha começado a sua degradação e abandono lentamente desde o início do século, com as funções centrais migrando em direção do bairro do Comércio, da rua Chile e, depois, da Av. Sete, entra em processo acelerado de deterioração física e social apesar de constar na placa de inauguração do CAB que *"Aqui a Bahia constrói o seu futuro sem destruir o seu passado"*.

A migração da área central parece ser traço congênito de Salvador – assim parece insinuar Isaias Neto:

"Houve deficiências técnicas na montagem da configuração física desde o modelo do EPUCS até suas alterações entre 1963 e 1972. Embora mantendo a idéia básica do desenho radioconcêntrico – o "espírito da lei", como se costumava dizer, mas não efetivando as propostas do zoneamento e do sistema viário, os derivados do plano sempre ameaçaram a centralidade histórica de Salvador. Não conseguimos sequer resolver as questões de descentralização e da conurbação como traços que remontam às suas origens (como por exemplo: Cidade Alta e Cidade Baixa, Vila de Itapuã, Vila do Rio Vermelho e Vila Velha (hoje bairro da Barra)).

Foi exatamente o gesto político acobertando uma opção técnica insustentável, como ação de governo, que transformou o desajuste característico da cidade em ruptura, como se vê na justificativa da construção do Centro Administrativo da Bahia implantado a cerca de quinze quilômetros do centro da cidade:

“A ação do planejador vê-se necessariamente limitada quando o processo de formação metropolitana atinge o marco de gigantismo, da macrocefalia urbana. Cabe-lhes menos, então, criar do que remediar os fatos consumados, que por vezes assumem a aparência de uma irreversibilidade insanável. Em alguns casos, pode ainda o planejamento prevenir, orientar e disciplinar; (...) A construção do Centro Administrativo da Bahia é uma solução peculiar, condizente com as características especiais do desenvolvimento urbano de Salvador. Surge o CAB como a fixação de um novo pólo urbano, que atrairá e centralizará os serviços de administração pública, levando-os para fora e para o norte da cidade antiga. Não necessariamente uma nova cidade, mas uma influência polarizadora, que orientará a expansão urbana em escala metropolitana, daí devendo resultar o zoneamento residencial, comercial e industrial e a preservação de extensas áreas verdes. Decorrência não menos importante deste novo pólo será, para o presente e futuro, a criação de condições para resguardar o valioso acervo histórico e artístico da Cidade do Salvador.

*(...) Face à necessidade de garantir uma expansão urbana ordenada e disciplinada, corrigindo as distorções que já se manifestam e preparando a cidade para as novas exigências previsíveis a curto e médio prazos, a solução adotada foi fixar um novo pólo urbano fora do atual perímetro da cidade, com força de atração suficiente para provocar o deslocamento de parcela considerável das atividades atualmente concentradas no antigo núcleo de Salvador. Para levar a efeito esta solução, optou-se pela centralização e transferência dos serviços da administração pública para área estrategicamente definida. (KERTÉSZ, Mário. O planejador e o Centro Administrativo da Bahia. In: *Planejamento*. Salvador: 2 (4) jul/ago 1974. p.335)“(Santos Neto, 1991), p. 66-67.*

A autoria técnica da localização do CAB é também incerta. Não houve plano nem estudo, ao menos conhecido, para esta localização. Mas a lógica, explicitada pelo então Secretário de Planejamento e Tecnologia do Estado da Bahia, Mário Kertész, é evidente: estão criadas as condições para uma dupla centralidade: permitindo o primeiro Shopping Center, o Iguatemi, viabilizado pela infraestrutura ampliada do Centro Administrativo (Fig.18).

Em palavras de um recente panegírico ao recorrente governador Antônio Carlos Magalhães:

“Já sabemos que a abertura das avenidas de Vale permitiu densificar a malha urbana existente e criar novos núcleos residenciais e de serviços. Vejamos agora como nasceu e se desenvolveu o novo centro da Salvador moderna.

Com a inauguração, em 1968 da Avenida Antônio Carlos Magalhães e do trecho da Paralela que mais tarde seria chamado de Tancredo Neves, a Construtora Norberto Odebrecht decide comprar uma fazenda junto ao Rio Camurugipe e lançar o Caminho das Árvores, um loteamento para residências unifamiliares. Mas, quem iria morar nesse deserto? Era preciso chamar a para perto uma atividade que trouxesse o desenvolvimento da área. A opção que aparentemente daria o resultado mais rápido seria a construção de um novo estádio. Para isto, pederia-se (sic) a interveniência de um clube que emprestaria seu nome para a promoção do empreendimento e venderia cadeiras cativas. Todavia, o esquema sendo de difícil efetivação, a construtora renuncia ao projeto de estádio. Entretanto, o contexto do empreendimento tinha mudado; construía-se a Avenida Paralela e o novo governo do Estado começava a implantação de seu Centro Administrativo às suas margens. Com essa decisão arrojada ficava claro que o futuro da cidade residia na sua expansão para o norte e que a área adquirida pela construtora se aproximaria do centro geográfico da nova urbe. É também o raciocínio que tinha feito o urbanista Lúcio Costa que, como consultor de uma grande empresa, procurava a melhor localização para a instalação de um centro comercial. Da conjunção desses interesses nasce o projeto

Shopping Iguatemi. Assim, está armado o esquema (sic!) que dará nascimento ao novo núcleo urbano. A Norberto Odebrecht vende a preço reduzido o terreno necessário à construção do shopping e o Estado cede ao consórcio Sinart, composto das empresas Odebrecht e Correia Ribeiro, o direito de administração da rodoviária, inclusive as lojas, por vinte anos (...) contra sua construção. A Correia Ribeiro pôde instalar um supermercado de sua rede Unimar na rodoviária e a Odebrecht valoriza suas terras oferecendo um fluxo contínuo de eventuais compradores ao shopping. Deste modo, está quebrado o isolamento do loteamento Caminho das Árvores que se elitiza pelo fato de ter acesso direto a um núcleo de comércio moderno e bastante diversificado. Animado pelo sucesso de sua transação relativa à rodoviária, o Estado decide instalar seu Departamento de Trânsito exatamente ao lado, aproveitando da sobra do terreno.” (Scheinowitz, 1998), p.40-41.

Constrói-se assim um Novo Centro como centralidade de classe, permanecendo o centro convencional, gradativamente, como centro dos pobres.²²⁵

Esta polarização pode ver-se perfeitamente, dez anos depois, na preferência das viagens por transporte coletivo e por transporte particular, centralizadas por um e outro centros de classe²²⁶ (Figs. 19 e 20).

Planejamento Urbano da “Nova Bahia”

O plano do EPUCS, nunca totalmente acabado, mas transformado em legislação anos depois da interrupção dos trabalhos em 1948, manteve-se como o único plano compreensivo da cidade durante quase trinta anos. Mas a cidade à qual ele se referia, estava definitivamente desbordada no início da década de 70. Somente em 74 se retoma o estudo integral da cidade de forma sistemática com o Estudo de Uso do Solo e Transporte (EUST) (Bahia, Governo Do Estado, 1979) contratado pela CONDER (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador).

É interessante notar que todas as medidas estruturantes do espaço da Cidade, já foram tomadas neste intervalo: Polo Industrial a 15 km ao norte enfatizando o crescimento pela BR324 (a partir de 1967); Avenida Paralela abrindo uma verdadeira picada urbanizante na mata; implantação do Centro Administrativo (1971); novo polo industrial em Camaçari, a 40 km ao norte abrigando o Polo Petroquímico (plano 1973-implantação1975) (Bahia, 1974)²²⁷; Shopping Center Iguatemi (1975), no nascimento da Av. Paralela e no

²²⁵ Chamei anos atrás esta constituição urbana bicentrada de Salvador de “esquizópolis”; acho que esta denominação esconde uma visão idealizada da cidade anterior a esta partição das funções centrais. A idéia de uma cidade “única” antes desta divisão de centros de classe é, no mínimo, altamente discutível. Por outra parte, Milton Santos já alertava, em 1958, sobre a divisão espacial do comércio para os pobres e para os ricos.

²²⁶ Ver pesquisa de tráfego elaborada pela CONDER-GEIPOT em 1985, as figuras apresentadas foram mapeada por alunos da FAUFBA.

²²⁷ Não nos referimos especificamente a este plano do Complexo Petroquímico de Camaçari COPEC, pois sua influência sobre a cidade não acrescenta muito mais do que o CIA. No entanto, a via Parafuso, ligando este centro industrial à via CIA- Aeroporto, trouxe um fluxo considerável de empregos bem remunerados a optar por moradias no extremo do litoral oceânico. Cinquenta por cento das viagens de ônibus oriundas dos empregos no Polo, accediam a Salvador por este caminho, ou seja pelo lado do aeroporto.

entroncamento com o sistema de avenidas de vale e o sistema rodoviário da BR, e a transferência da Estação Rodoviária próximo ao Shopping Center Iguatemi.

É interessante notar também que este estudo de uso do solo e transportes surge concomitantemente (e de certa forma concorrentemente) ao projeto do Anel Ferroviário Metropolitano, uma verdadeira miragem ferroviária que envolvia toda esta vasta região ainda de incerta ocupação, entre CIA, Salvador, CAB e os Subúrbios Ferroviários. Os efeitos deste Anel Ferroviário foram somente indiretos. Pouco ou nada avançou a idéia apesar de ter sido desenvolvido o projeto básico do mesmo num número assustador de cadernos. Não obstante, no EUST, estudo que fundamentou (?) as ações urbanísticas imediatas, a hipótese do Anel Ferroviário foi levada em consideração. Note-se também que ambas atitudes, do Anel e do EUST, são desenvolvidas por organismos do Governo Estadual (CONDER, da Secretaria do Planejamento, e a Secretaria dos Transportes) enquanto a Prefeitura Municipal de Salvador começava a preparar-se para a elaboração de um plano urbanístico integral para a cidade: o PLANDURB.

O EUST e o PLANDURB

A contratação do EUST coube a um consorcio constituído pela PLANAVE, firma do Rio de Janeiro, e a COLIN BUCHANAN, renomada empresa inglesa. Os estudos, em termos de transporte, se constituíram na aplicação do modelo de Lowry²²⁸. A data base do estudo foi o ano de 1975 com projeções para o ano 2000.

Na sua apresentação ficam claros intenção e limitações do estudo:

“O estudo procurou focar a RMS como uma unidade sócio-econômica metropolitana, além de analisar integradamente todos os sistemas e subsistemas que compõem, dinamicamente, esta unidade, de modo a reproduzir seu comportamento, através de técnicas de simulação, quer em termos atuais, quer em termos futuros, dentro daquilo que se pretende seja o desenvolvimento integradamente planejado da Região.

Quando do início dos trabalhos, uma análise preliminar da dinâmica do crescimento da RMS, e sua influência objetiva sobre os fatores sócio-econômicos e locacionais da Região, ditou a adoção de uma metodologia orientada no sentido de elaborar uma estratégia de desenvolvimento voltada, primeiramente, para uma visão prospectiva de longo prazo, fornecendo um arcabouço geral que servisse como orientador dos detalhamentos a serem feitos, posteriormente, para menores horizontes de projeto, dentro de um processo iterativo, ao contrário de uma elaboração cronologicamente linear.” [BAHIA, 1971]

Numa análise essencialmente descritiva (Lowry falaria de uma “metrópole instantânea”), os elementos estruturais herdados da fase imediatamente anterior cujos propósitos são, na melhor das hipóteses, desassociados de uma visão geral do desenvolvimento urbano, passam a encaixar-se como dados determinantes das “simulações” *“quer em termos atuais, quer em termos futuros”*. Por outra parte, *“uma análise preliminar da dinâmica do crescimento da RMS”*, que portanto

²²⁸ Cabe de início questionar a possibilidade de aplicação deste modelo numa realidade onde tanto a oferta de solo quanto a de emprego é tão pouco elástica como em Salvador. De toda forma, os documentos do EUST, são suficientemente obscuros em relação as questões metodológicas como para aprofundar as formas de aplicação do modelo (Novaes, 1982).

não faz parte do plano, *“ditou a adoção de uma metodologia orientada no sentido de elaborar uma estratégia de desenvolvimento voltada, primeiramente, para uma visão prospectiva de longo prazo”*.

O EUST cumpre, graciosamente e com a ajuda da então hermética linguagem computacional, o cometido de transformar uma série de ações, inequivocamente ligadas à valorização e especulação do território urbano, no retrato “científico” da situação atual de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo.

Efetivamente, em relação aos centros e subcentros, o EUST projeta para o ano 2000 um número de empregos nestas áreas que o centro tradicional não comportaria. A partir dessa determinação passa a escolher a localização para o sub-centro mais adequado para abrigar este tipo de atividades.

“Foram estudadas várias localizações possíveis, mas a zona 11 (Iguatemi) foi considerada a mais promissora, devido a suas excelentes comunicações, inclusive a estação rodoviária, sua proximidade ao CAB, e a existência, já atualmente, de um complexo comercial dinâmico, dispondo ainda de solo adequado e disponível para esse tipo de desenvolvimento.” (Bahia, G. D. E. C.-C. D. D. D. R. M. D. S., 1979), p. 97.

O PLANDURB, plano que a Prefeitura Municipal de Salvador começa a elaborar, com uma longa fase inicial de estudos e publicações (quiçá a sua maior contribuição à cidade), pouco tempo depois do EUST. E este estudo faz parte do elenco de informações principais para a elaboração de alternativas para o “modelo físico-territorial”:

“As alternativas de estrutura urbana utilizam como campo de insumo três blocos de informações:

- os estudos que compõem o elenco de investigações do PLANDURB*
- o Estudo de Uso do Solo e Transportes para a RMS, realizado pela CONDER com a consultoria da PLANAVE & COLIN BUCHANAN (sic)*
- os grandes Projetos de outros níveis de governo que atuam sobre a estrutura urbana de Salvador” (Salvador, s/d-a).*

Novamente a Colin Buchanan and Partners, aparece como fiador da qualidade técnico-científica do plano. De fato o plano possui horizonte temporal em 1990, e inclui nos critérios de avaliação a aplicação de teste de transportes para a alternativa selecionada. O PLANDURB contratou também a Colin Buchanan para este teste, agora mediante a INCREMENTA, mas com os mesmos técnicos com que a PLANAVE realizara o EUST. Não é improvável que este teste tenha sido uma re-rodagem do modelo do EUST, com horizonte intermediário e uma que outra modificação nas alocações.

Fora alguns critérios de alocação de densidades e tipologia edificatória, principalmente na orla marítima, onde o PLANDURB pretende incorporar conceitos não sistêmicos mas de “morfologia urbana” com duvidoso rigor metodológico, o sistema de definição de formas de ocupação do território é semelhante ao do EUST.

O PLANDURB, toma como “dados de planejamento”, toda a série de ações “fora do planejamento” fomentadoras da expansão urbana e da valorização do solo urbano, mencionadas aqui anteriormente. Abdica assim de qualquer correção

do percurso e transforma o plano numa justificativa “a posteriori” das ações referidas (Fig. 21).

“- os Sub-Centros definidos a partir das nucleações existentes (Barra, Calçada e Liberdade). Comprometido com a estrutura urbana historicamente construída até aqui, possuem situações geográficas desfavoráveis quanto ao futuro crescimento da cidade, perdendo vantagens locais à medida que a cidade cresça no sentido norte-nordeste. Assim, quanto maior a expansão horizontal do território urbano, maiores serão as distâncias a serem percorridas pelos habitantes futuros das novas áreas, implicando em perda de acessibilidade a tais sub-centros.

- os novos Sub-Centros a serem implementados no futuro, têm situações mais vantajosas quando acontecem próximos aos principais canais de transportes visto que nos nós de tais eixos se criam fatores locais e de acessibilidade para a dinamização das atividades terciárias

- o Centro Tradicional, tal como os Sub-Centros de Barra, Calçada e Liberdade, possui uma situação geográfica desfavorável em relação ao território de expansão futura da cidade, sendo desvantajoso um desenvolvimento, a exemplo da alternativa Crescimento Condensado, que implique em ampliar excessivamente a concentração de atividades na área (empregos), agravando os problemas de circulação, estacionamento, terminais de transportes (carga e passageiros), poluição sonora e do ar

- a expansão horizontal do Centro principal, implícita ao crescimento condensado, por sobre os bairros residenciais que lhe são periféricos, notadamente Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Pelourinho, etc., implica em perda de qualidade ambiental para os habitantes destas áreas, além de congestionar estruturas viárias de capacidade limitada e pôr em risco o próprio patrimônio histórico e cultural existente, por inadequação de algumas atividades aos tipos arquitetônicos mais significativos

- a localização do Sub-Centro do Camurujibe (é o nome dado no PLANDURB a área do Shopping Center Iguatemi) é identificada como favorável não só para absorver atividades típicas de um sub-centro, como uma opção de melhorar as próprias condições de acessibilidade ao Centro Tradicional e principal, não só descongestionando-o de atividades futuras, como suscitando soluções conjuntas em termos de transportes, estacionamento e terminais. Não cabem, pois, as situações extremadas das alternativas Crescimento Condensado e Corredores Longitudinais. (Salvador, s/d-b)

As conclusões do PLANDURB parecem mais a argumentação do slogan “A Bahia constroi o seu futuro....” A idéia poderia assemelhar-se à lógica dos *Centri Direzionali* na Itália, mas reparando-se que a distância entre o Centro Tradicional e o Sub-Centro Camurujibe (Iguatemi), é de 6 km em linha reta, e deste para o CAB outros tantos, compreende-se imediatamente a dificuldade de articulação entre ambos.

“Centro Tradicional – o mesmo deve manter sua atual posição hierárquica no sistema urbano, com área de influência que extrapola o local, porém com nível de expansão e desenvolvimento controlado, notadamente buscando uma estratégia voltada para assegurar a manutenção das economias de aglomeração acumulada ao longo da história da cidade, evitando os perigos de deterioração da área através de processo de esvaziamento precoce(sic), superocupação do solo e inadequação de usos nas áreas gerais; e estratégia visa:

.....

- adequar o seu tamanho às possibilidades futuras de uma acessibilidade satisfatória, articulando-o ao Centro do Camurujibe de modo a criar um sistema do tipo “vasos comunicantes”, viabilizado por soluções integradas de transporte, estacionamentos periféricos e o corredor de atividades ao longo do eixo Barroquinha, Sete Portas, Barros Reis até o Camurujibe (Iguatemi). (Salvador, s/d-b).

O caráter de “vasos comunicantes” entre um e outro Centros (a área do Iguatemi passa a esta altura do plano a categoria de Centro), somente pode ser pensado mediante um eficiente sistema de transporte de massa que permita superar a longa distância entre eles.

O slogan político do lançamento do CAB: “*Aqui a Bahia constroi o seu futuro sem destruir o seu passado*”, ganha no EUST e no PLANDURB a sua versão pseudo-técnico-científica.

Pedra fundamental e projetos do maior empreendimento de valorização imobiliária desde o declínio do BNH.

A migração do valor de localização

Supõe-se que a migração do valor de localização seja estrutural na cidade capitalista e dependa, pelo menos, de duas razões: em primeiro lugar da in- adaptação ou obsolescência de determinadas áreas em relação às novas exigências ou escalas de funções específicas; em segundo lugar da necessidade de produzir o que Harvey (Harvey, 1974) chama de uma “ilha de escassez” de localização para cada segmento, e que é a base do mercado imobiliário. Toda localização com certa vantagem ou hierarquia, não somente cresce em função do crescimento da demanda correspondente, como migra, constituindo uma demanda adicional mediante uma degradação e sucateamento “criados”. Pretende-se dizer com isto que o processo de crescimento da centralidade, ou dos altos valores de localização, principalmente aqueles vinculados a atividades comerciais, não corresponde ao crescimento destas atividades mas que se dá acompanhado de uma migração que deixa trás de si uma área degradada ou, ao menos, “fora de moda”. Este mecanismo seria uma tática de produção de valores imobiliários “adicional” àqueles decorrentes do crescimento das atividades.

Sucintamente, estuda-se a seguir como se dá esta migração em Salvador, algumas de suas causas e conseqüências.

A velocidade da migração

Como tem sido amplamente divulgado, o governo do Estado da Bahia está empenhado nos últimos anos na “recuperação” do Centro Histórico de Salvador, mediante um intensivo processo de substituição de funções e restauração de edifícios de forma indiscriminada²²⁹. Embora dificultoso, não existem dúvidas do empenho em transformar o Centro Histórico num centro de atividades vinculadas à recreação, principalmente a etílico-musical, e ao turismo.

Investimentos municipais de tentativa de resgate de identidade tem acompanhado estes esforços por uma revalorização da área central.

²²⁹ A qualidade dos trabalhos seja do ponto de vista do restauro das edificações ou da paisagem urbana histórica não estão dentro da preocupação desta tese.

No governo municipal de Mário Kertez, realizou-se o Palácio Thomé de Souza: um dos pouquíssimos investimentos públicos na área central de Salvador; pode-se, à época, interpretar esta ação associada à "oposição" que o então prefeito teria com o esquema político de Antônio Carlos Magalhães²³⁰. Mas, crescentemente, a política municipal retorna todos seus investimentos para a área Central num inequívoco esforço complementar às inversões no Pelourinho.

O que outrora foi "construir o futuro sem destruir o passado" retirando funções do centro, hoje inverte a lógica "refuncionalizando" o Centro Histórico com as mesmas funções que 25 anos atrás tentou-se retirar dele.

Em menos de meio século, a localização "central" por excelência, saiu do Centro em direção da rua Chile, pela avenida Sete de Setembro para a Piedade, foi para a Barra, bairro de classe alta na época, depois para o Shopping Center Iguatemi na distante Pituba, voltou para a Barra agora em Shopping Center, retornou para a Piedade novamente como Shopping Center, espalhou-se ao longo de avenidas nas imediações dos Shoppings da Pituba no Candeal e no antigo hipódromo (Cidadela e Tancredo Neves), e agora está tentando retornar para o Centro Histórico²³¹ (Fig. 18).

Este movimento deixa atrás de si um processo cada vez mais rápido de degradação, de sucateamento. Em Salvador, um comerciante bem localizado, ao longo de sua vida, teve, pelo menos, cinco localizações para sua loja, e outras tantas localizações deterioradas. Obviamente, este é um tributo que toda a sociedade paga aos setores imobiliários especulativos. É um custo social, ou um prejuízo socializado, em benefício da especulação.

Migração locacional e transportes

Por mais que os setores de controle do mercado imobiliário queiram modificar a valorização da localização, esta tem alguns pontos de rigidez. O primeiro é a própria inércia da função instalada, o volume dos investimentos realizados numa determinada área constituem um freio para a migração das funções que se situam nela; outro fator preponderante para a localização é, seguramente, a sua acessibilidade. Daí que, independente de outras questões, o funcionamento de um sistema de transportes é importante para a definição dos valores de localização de uma cidade, e a sua inércia para a velocidade de migração destes valores. Baste como exemplo a forma como o hábito do uso do transporte individual transtornou os valores de localização nas áreas convencionais, carentes de estacionamento, e possibilitou a lógica dos Shoppings Center.

Em relação ao transporte coletivo, quanto mais rígida seja a sua localização e sua eficiência, ele será um elemento de rigidez dos valores de localização na medida em que mantém relativamente fixa a acessibilidade.

²³⁰ Decorrente do conflito político anteriormente citado (nota 220)

²³¹ A localização nem sempre é para a mesma classe de demanda, mas freqüentemente exige dos lojistas a abertura de sucursais em mais de um Shopping ou em mais de uma localização.

Sistemas de grande rigidez, como o metrô ou os sistemas ferroviários em geral, ou ainda os sistemas em que o equipamento fixo seja consideravelmente importante, como o trolebus ou mesmo os sistemas de canaleta fixa (como a RIT de Curitiba), ou ainda sistemas com estações ao longo do seu percurso, criam pontos de rigidez que mantêm por um lapso maior de tempo a acessibilidade das áreas servidas por eles e, principalmente, do ponto de confluência dos mesmos.

Pois é que Salvador não tem nenhum sistema de transporte coletivo efetivamente fixo. Poderia dizer-se que o sistema de transporte de Salvador pode ser mudado de um dia a outro por telefone. Não somente por causa do seu equipamento móvel, que é na sua totalidade o ônibus de motor de combustão interna e roda de borracha, ou seja, apto a transitar em qualquer rua da cidade, mas, principalmente, por causa da ausência quase absoluta de equipamentos fixos como canaletas, estações etc... A maior instalação de transporte fixa é a estação da Lapa, na Piedade, que deu viabilidade e estabilidade ao Shopping Piedade e ao Shopping Lapa, seu vizinho.

É a única cidade deste porte que não possui, ainda, sistemas de transporte de alta capacidade (e portanto mais rígidos), no Brasil.

O Transporte de Massa

A partir de 1980, o planejamento de transportes em Salvador passa a exigir um sistema de Transporte de Massa. Afastada a idéia de um Anel Ferroviário Metropolitano, mas já com a cidade espalhada até os limites do município e invadindo os municípios vizinhos mais próximos, como é o caso de Lauro de Freitas que teve no período 70-80 o maior crescimento percentual da RMS por causa desta invasão, a questão de transportes não pode mais fugir à evidência de um sistema mais eficiente que o de ônibus. Além do mais, a integração desejada dos Centros tradicional e Iguatemi, somente pode se concretizar mediante um sistema de alta capacidade.

As concentrações ao norte da cidade, promovidas numa fase inicial pelo sistema financeiro de habitação oficial e sua política de terrenos baratos, induziu uma ocupação dita “espontânea” de grande intensidade superando as possibilidades da BR para atender o fluxo de passageiros.

A rigor, a cidade possui em 1980 apenas quatro vias de expansão: a Av. Suburbana, nos Subúrbios Ferroviários, a BR324, ao norte; a Av. Paralela, a noroeste, e a Av. litorânea: Otávio Mangabeira. Situação, aliás, que se prolonga até hoje. A concentração linear de este sistema, aliado à falta de infraestrutura viária alternativa e/ou complementar, torna os percursos muito longos e encarece, social e economicamente, o transporte coletivo. Contribui, é certo, para esta situação, a própria configuração peninsular do território da cidade; mas é a carência de infraestrutura viária o maior impedimento para a ocupação dos interstícios e a maior fluidez dos transportes no sistema.

As propostas do próprio EUST para o sistema viário e de transportes para o ano 2000, podem ser vistas hoje como utopias, já que quase nada do proposto conseguiu realização.

Por outra parte, no início da década de 80, todas as cidades de grande porte do Brasil já possuíam ou iniciavam um sistema de grande capacidade para os seus problemas de transporte, criando-se, assim, uma cultura de transporte de massa que orientava os ânimos da tecnocracia de Brasília e contagiava os ânimos locais.

Nos anos 1979/80 o Relatório do GT da associação de CONDER (Governo do Estado), GEIPOT (Governo Federal) e PMS (Prefeitura Municipal de Salvador), apresenta a “Análise de Alternativas para o transporte de Alta Capacidade de Salvador”. O seus horizontes são 1985 e 2000; a análise estuda os corredores: Brasilgás-Retiro, Retiro- França, CAB-Retiro, Rótula do Abacaxi-Aquidabã, e Acesso Norte-Lapa. Sendo Retiro, Rótula do Abacaxi e Acesso Norte, áreas próximas no entroncamento entre a BR324, a Av. Paralela e o sistema de Avenidas de Vale da urbanização contínua, entenda-se que os trechos correspondem à ligação com a urbanização ao Norte pela BR324 ao Centro tradicional, representado pelos terminais de França, Aquidabã e Lapa, e ao complexo da Av. Paralela representado pelo CAB. O corredor Brasilgás-Retiro-França, ou seja área ao norte da BR324-Centro, foi o que apresentou maior viabilidade econômica, mas é sugerido como de maior prioridade a linha CAB-Retiro-França. Isto evidentemente atende as expectativas do PLANDURB e a sua teoria de “vasos comunicantes”. As tecnologias sugeridas vão de ônibus e troleibus convencionais e articulados em canaleta ao VLT (Veículo Leve sobre Trilhos, ou “bonde moderno”).

Em 1983, a CONDER publica o Estudo Básico do Transporte de Massa de Salvador no qual não há modificações significativas nem nos traçados nem nas alternativas tecnológicas. Apenas mudam todos os nomes dos trechos e se suprime a chegada até o CAB, finalizando este trecho na Rodoviária (o que equivale a dizer Iguatemi). Este estudo faz referência específica às orientações do EUST, do PLANDURB e do PMD (Plano Metropolitano de Desenvolvimento).

Em 1985, a mesma CONDER evolui para o Transporte de Massa de Salvador, já com algumas mudanças significativas. Em primeiro lugar são simplificados os trechos em duas linhas que se articulam na altura do Retiro. Embora não exista grande diferença quanto às linhas anteriores, este traçado ultrapassa a chegada ao Centro Tradicional e chega até o Campo Grande, servindo também como transporte para a zona sul da cidade tradicional. Os trechos são Cajazeira (pouco além de Brasilgás)-Retiro, e Campo Grande-Rodoviária (passando pelo Centro Tradicional). Mas o que mais muda neste projeto é a ousadia de propor um Metrô efetivamente urbano neste último trecho com parte significativa em túnel sob a cidade (4,15 Km). O trecho Cajazeira-Retiro se constitui de um sistema de canaleta segregada compatível com Metrô de superfície numa segunda instância cuja transformação coloca muitas interrogações. A CONDER chegou a elaborar o projeto executivo deste último corredor. O próprio plano admite uma variante ou Proposta Alternativa com sistema leve rodoviário.

Em 1987, a CONDER apresenta o Plano de Transportes da Região Metropolitana de Salvador, que pretende constituir-se em “consolidação final de

todos os Estudos e Projetos desenvolvidos nos últimos anos, tanto pela Conder quanto pelos outros órgãos federais, estaduais e municipais que atuam nesta área”. Este plano não chega a consolidar as propostas anteriores nem acrescentar nada novo. Muito menos esclarecer a política de transportes efetiva para a Região nem para Salvador.

A Prefeitura Municipal de Salvador, em 1990, lança um projeto, que se afasta dos sistemas elaborados pela CONDER, que se caracteriza por um sistema de VLT em vias segregadas pelas avenidas de vale que se articula a um sistema de transporte específico para a área central. O sistema se converge claramente para o Centro tradicional embora se estenda por “vias troncais orientadas pelos eixos da expansão ocupacional da cidade, representativos das linhas de desejo das viagens com origem/destino no centro histórico-comercial de Salvador”. Algumas obras relativas ao tráfego de veículos particulares necessárias à segregação das canaletas, assim como algumas canaletas, foram realizadas. O sistema no entanto, atualmente, funciona com ônibus convencional e parcialmente.

Prefeitura Municipal de Salvador e CONDER, finalmente, elaboraram em 1988 projeto básico de um sistema metropolitano, cujo projeto está sendo desenvolvido atualmente. Este projeto se compõe de uma linha Pirajá-Lapa, ou seja desde a concentração ao norte da BR324, até o centro pelo terminal da Lapa. Neste sentido se constitui de uma associação entre os estudos primitivos da CONDER e o último estudo da Prefeitura. Mas em termos de tecnologia a sua proposta é de Metrô de superfície com um sistema de Transporte Leve sobre Trilhos: veículos movidos eletricamente que trafegam em vias segregadas. Semelhantemente ao estudo da Prefeitura de 1990, este projeto admite a centralidade do Centro Tradicional como a que concentra o maior número de viagens na hora pico. A importância dada ao Centro do Iguatemi, parece ter desaparecido do discurso e dos números; efetivamente a linha de maior número, além da já apontada, é a que liga o Subúrbio ao Centro tradicional: “a Área Central de Salvador é o lugar para onde converge o maior número de viagens na hora de pico. Para lá se destinam cerca de 27% do total de viagens, refletindo a concentração, naquele lugar, da oferta de empregos de Salvador”.

Cumpra assim vinte anos o planejamento do Transporte de Massa de Salvador. Diferenças de projeto, traçado e tecnologia não chegam a esconder a evidência crescente das demandas de transporte coletivo para a área Central, que como vimos anteriormente, se concentram desde 85 nela, enquanto a área do Iguatemi concentra as linhas de desejo das viagens em transporte individual. A teoria dos “vasos comunicantes” parece ter perdido força; ou a migração da centralidade já esgotou a capacidade de valorização da área.

De fato, as vantagens locais de sistema viário abundante e estacionamento farto, desapareceram nesta “nova bahia”. O crescimento do vetor da Paralela e o próprio centro do Iguatemi convergem para a mesma articulação e a obstrui. Além do mais, a capacidade de valorização imobiliária desta área parece ter chegado ao fim, ou próximo do fim.

Paralelamente a esta revalorização do Centro Tradicional no discurso do Transporte de Massa, a Prefeitura começa a pensar a questão do estacionamento nas áreas centrais sob um novo prisma: privilégios para a construção de edifício de garagens e estudos para estacionamento subterrâneos, começam a ganhar importância. Não é por acaso que a nova gestão municipal retomou algumas áreas do centro tradicional da ocupação dos vendedores ambulantes, e iniciou uma série de projetos de qualificação do espaço urbano nas áreas centrais.

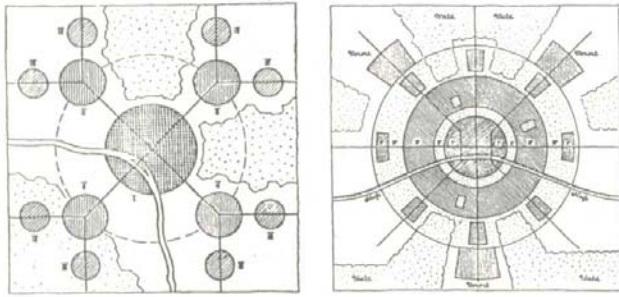


Fig. 1 Modelos de Bruch e de “Arminius” segundo Eberstadt. (Sica)

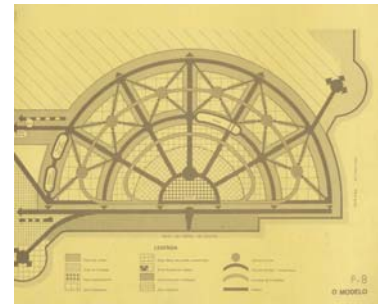


Fig. 2 Modelo do EPUCS



Fig. 3 Maquete comparando o modelo do EPUCS e o modelo de Fritsch. (Liliane Araújo)



fig. 4 EPUCS, Interpretação no modelo.



Fig.5 Mapa Rodoviário 1954 (Silva)

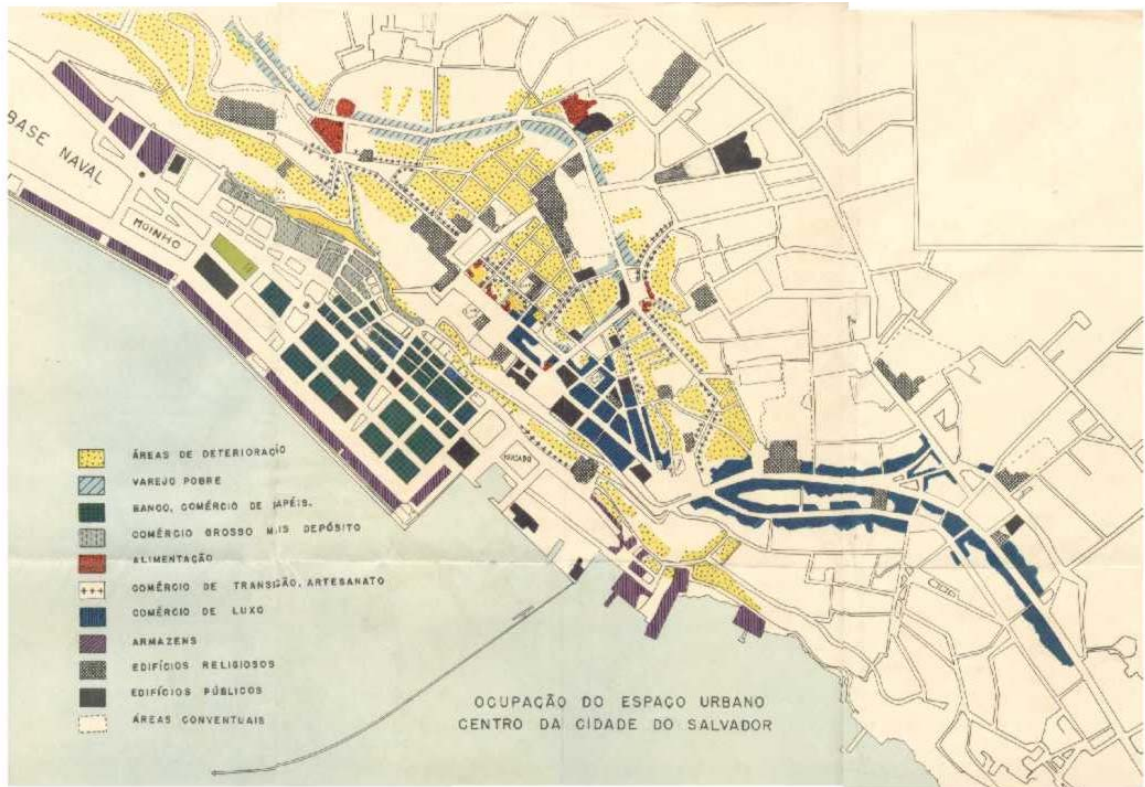


Fig. 6 O Centro da Cidade do Salvador em 1958, segundo o trabalho de Milton Santos: as áreas de deterioração envolvidas por um centro tripartido: o comércio de papeis e os bancos na cidade baixa, o comércio de luxo na cidade alta desde a praça da Sé em direção ao sul pela avenida Sete de Setembro e Rua Carlos Gomes, e o comércio pobre ao longo da Baixa dos Sapateiros.

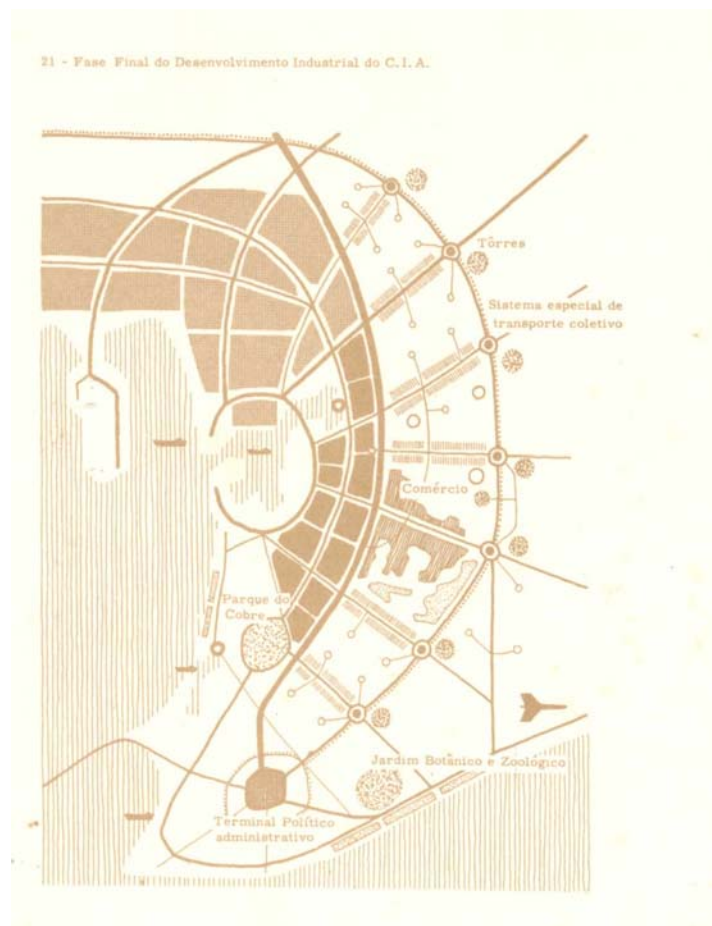


Fig. 7 O Centro Industrial de Aratu na sua fase final de implantação

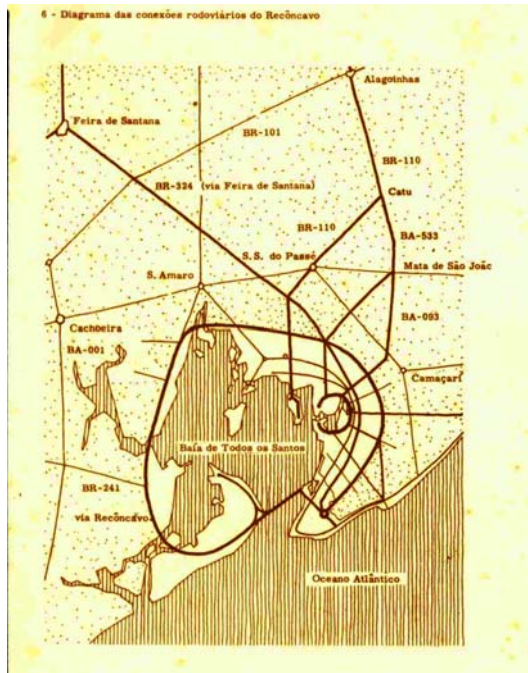


Fig. 8. rodovias na região (CIA-67)

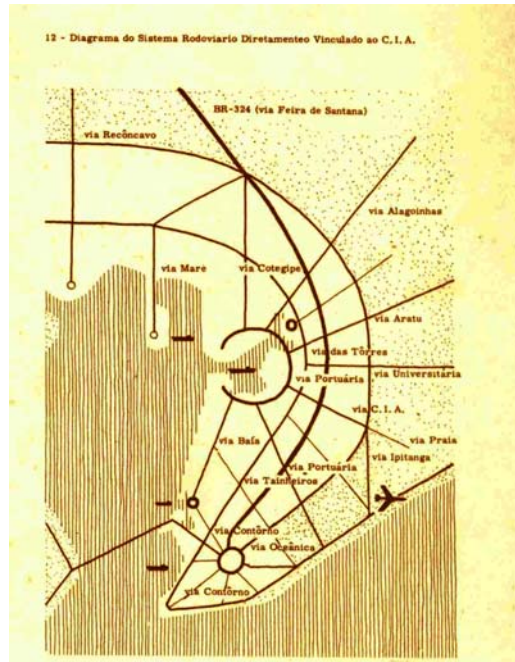


Fig. 9. Acessos rodoviários a Salvador (CIA - 67)

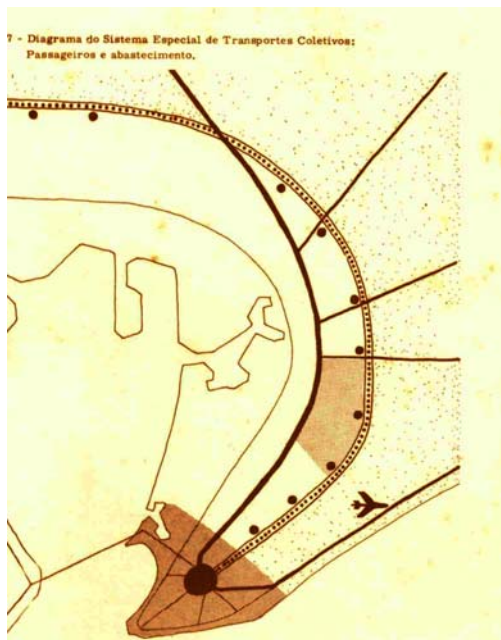


Fig. 10. Transportes coletivos (CIA-67)

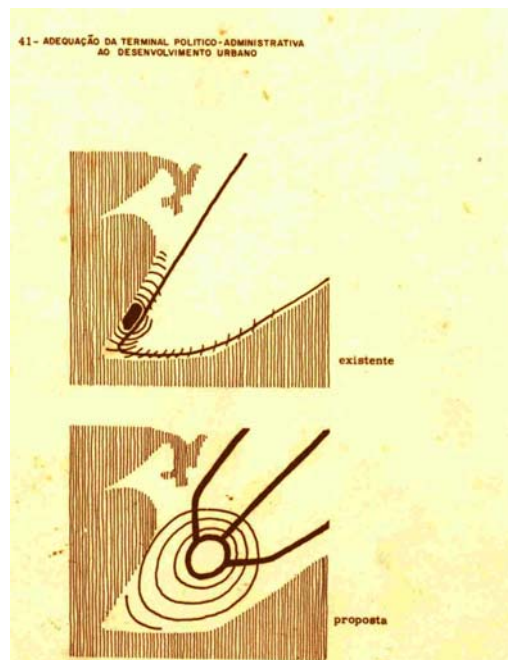


Fig. 11. Mudança do Centro Administrativo (CIA-

O plano diretor do CIA, ao defrontar-se com a realidade da crescente importância do transporte rodoviário, decorrente da tendência nacional mas também da própria abordagem de “distritos industriais periféricos” à cidade, produz devaneios urbanísticos em Sérgio Bernardes que levam a uma proposta de transformação estrutural e, por primeira vez, a mencionar a mudança do Centro Administrativo, como “ADEQUAÇÃO DA TERMINAL POLÍTICO - ADMINISTRATIVA AO DESENVOLVIMENTO URBANO” (sic).



Fig. 12 Diagrama de desenvolvimento urbano (CIA-67)

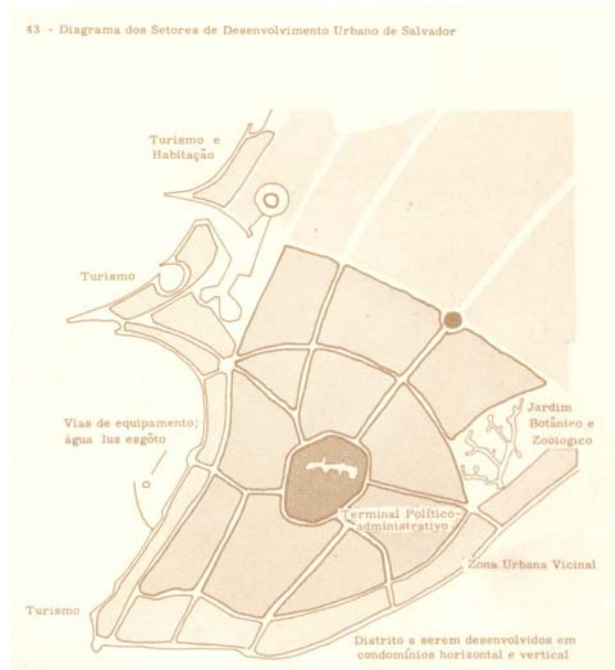


Fig. 13 Setores de desenvolvimento urbano (CIA-67)

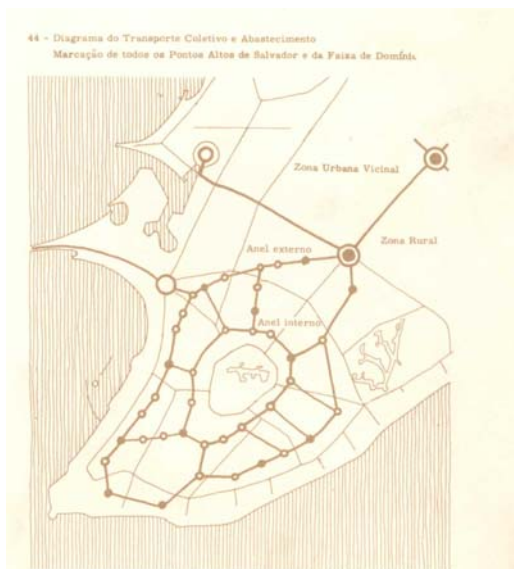


Fig. 14 Transporte coletivo e abastecimento (CIA-67)



Fig. 15 Enfoque regional do CIA (1967)

A nova centralidade proposta pelo plano do CIA, pretende formar uma nova estrutura radio-concêntrica para a cidade atual de Salvador, que se articula com o próprio CIA e com a região do Recôncavo mediante uma estrutura urbana linear que contorna por fora todo o anel industrial segundo o que chama de “zona urbana vicinal”.



Fig. 16 A avenida Paralela ainda com os testemunhos de cortes e aterros sucessivos.

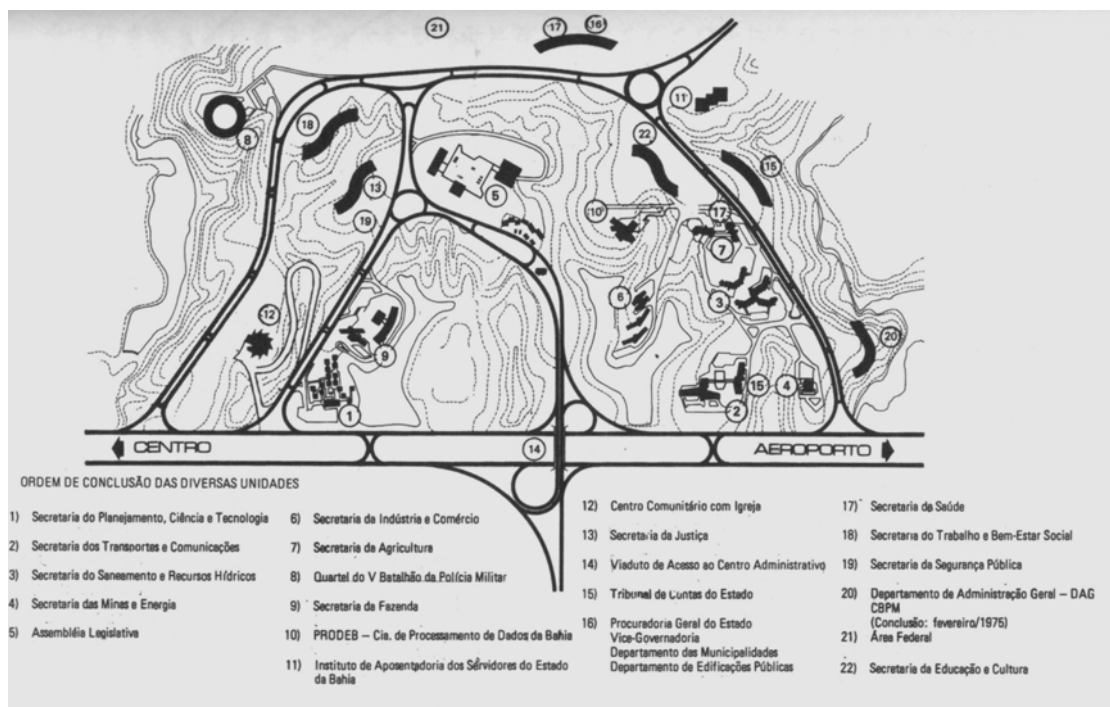


Fig. 17 O CAB – Centro Administrativo da Bahia, em configuração recente.



Fig. 18 A migração do centro urbano nas últimas quatro décadas: em branco a migração institucional, em cinza a migração do comércio.

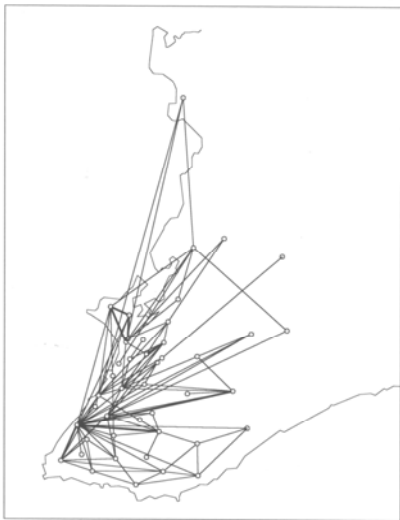


Fig. 19 Desejo de viagens transp. coletivo - 1985



Fig. 20 Desejo de viagens transp. particular 1985

Fig. 21 Nucleação de Atividades do PLANDURB. Embora se trate de atividades de comércio e serviços, é estranha omissão do Centro Administrativo da Bahia.

A arquitetura institucional

O Centro Administrativo

O Centro Administrativo da Bahia – CAB, se instala numa série de platôs construídos. A topografia original, característica do “mar de morros” da península de Salvador, é trabalhada por bulldozers e motoscrapers até sua total desfiguração. Constrói-se uma série de patamares variando entre as cotas 45 e 65 ampliando-se os pequenos cumes dos morros (Fig.22, 24 e 25). Nestes patamares, separados pelos antigos vales agora aterrados, são instalados os diferentes edifícios das Secretarias de Estado.

Esta configuração do terreno em que se implanta o CAB, constitui uma nova forma de ocupação na cidade: nem a ocupação de cumeadas que caracterizou o longo período desde a fundação da cidade nem a ocupação decorrente da habilitação dos vales a partir das propostas do EPUCS nem sequer as ocupações das baixadas litorâneas, possuem qualquer parecido com esta ocupação. A dimensão do empreendimento deu esta possibilidade arrasadora (do ponto de vista da paisagem, muito próxima do “urbanismo demolidor” a que se refere Peres no seu livro).

A ocupação dos edifícios se deu de formas diferenciadas. Pode-se distinguir três fases morfológicamente diferenciadas (Fig. 23). A primeira fase se constitui por um único edifício que tem características inteiramente diversas àquelas das edificações das fases sucessivas; é o edifício da Secretaria de Planejamento, instalada logo no início das obras do CAB já que coube a esta Secretaria, sob o comando de Mário Kertez, o encargo da implantação do CAB. A segunda fase está constituída por uma série de edifícios que abrigam outras tantas Secretarias de Estado, espalhadas aleatoriamente nos platôs interligadas por um sistema viário no que sobrou das cumeadas e que está formado por um arco de contorno que constitui, com a Av. Paralela, um anel, e um eixo curvo de acesso central a partir do viaduto sobre a mesma. A terceira fase corresponde aos edifícios projetados por João Filgueiras Lima – o Lelé, e abarca o edifício monumento da entrada, a capela marginal e as “plataformas”.

O caráter das três fases é bastante diferente embora, como veremos adiante, unidos por um único discurso central.

Módulos: a insinuação de uma linguagem

A Secretaria de Planejamento é um projeto modular; sugere uma linguagem que se articula com a paisagem natural e que se estende casualmente em pequenas doses de acordo com as necessidades que possam ir acontecendo ao longo do tempo. Seu aspecto é quase rural, o que convém ao momento em que se instala. De fato, à época, o sítio do CAB era um extenso vazio urbano coberto por

uma intensa vegetação e uma modulada topografia. Os módulos insinuam uma possibilidade de articulação com a paisagem sem conflitos (Fig. 26).

As diversas unidades que compõem a Secretaria abrigam-se em pequenos edifícios que se adaptam aos desníveis e se articulam por senderos e escadas organizados em volta de uma caixa d'água e um ambiente de jardim. A linguagem dos edifícios é única com exceção do prédio que abriga o gabinete do Secretário, ele mesmo uma edificação relativamente simples.

Independentemente da péssima resolução dos seus espaços internos, o conjunto apresenta uma articulação de espaços adequados ao clima e ao ambiente; seu aspecto lembra a arquitetura de campus universitário, o que, aliás, corresponde ao caráter "científico" da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, SEPLANTEC, como chamava-se então a Secretaria (Fig. 27).

Embora falsa, a sua linguagem repete elementos de concreto que pareceriam ter sido pensados como elementos pre-moldados (Fig. 28).

Nesta primeira fase o projeto foi idealizado fora da prática que iria comandar a construção da fase seguinte; consta que o projeto foi elaborado pela arquiteta Arilda Cardoso, que não pertenceu ao grupo de arquitetos-funcionários do Estado e da Prefeitura, que constituíram o núcleo de projeto do CAB posteriormente.

A linguagem insinuada neste prédio não teve continuação; é único exemplar no conjunto de edificações do CAB. Mas parece importante destacar a sua presença, não pela sua qualidade arquitetônica, mas pelo que insinua de compreensão de um sistema arquitetônico para um Centro Administrativo.

Uma oportunidade profissional: burocratas à prancheta

A idéia de construir, num breve período de tempo, um empreendimento da natureza e volume do CAB, exigiu um modelo operacional próprio: por uma parte uma figura de comando expedita e eficiente capaz de enfrentar diversas frentes de trabalho simultaneamente. A Secretaria de Planejamento dispunha o perfil de eficiência requerido para tal fim. O jovem secretário de planejamento, Mario Kertez, compunha a figura distante da burocracia convencional. A política adotada para a realização dos projetos foi pautada na otimização dos recursos humanos empregados nos órgãos públicos: Prefeitura e Estado. Sob a batuta administrativa de Claudio Krutman, montou-se um escritório com um conjunto de arquitetos²³² que, instalados inicialmente num barracão de obras a margem da Av. Paralela, então apenas uma picada no meio do mato, começaram os trabalhos necessariamente diurnos, pois não havia, ainda, energia elétrica na área.

É inegável o impacto que semelhante oportunidade despertou no grupo de arquitetos. Por afinidades ou por discussão de equipes, foram formando-se os autores de cada Secretaria ou de cada conjunto de edifícios ou, ainda, de cada edifício.

²³² Seguramente a memória será incompleta, mas são alguns nomes: Wilson Andrade, Ari Magalhães, Ari Pena Costa, Firmo Azevedo, Regis Couto, James Farias.

Seguiu-se portanto um verdadeiro derrame de autorias. Cada obra foi encarada como exemplar: a liberdade formal que o terreno incomensurável permitia aliada à carga simbólica de um Centro Administrativo novo em que “a Bahia constroi o seu futuro...”, despertou nos arquitetos apelos formais arquetípicos.

Esta segunda fase está portanto marcada pelos paradigmas mais longínquos e mais próximos: da Mesopotâmia e Egito à Brasília.

Por um lado a recorrência à forma tronco piramidal é sintomática: a Assembléia Legislativa é, nesse sentido, reiterativa (Fig. 29 e 30); mas é acompanhada por outras construções como o prédio da Secretaria dos Transportes (Fig. 31), que forma um conjunto com os outros dois prédios: o que abriga o DERBA, e o que abrigava o Consórcio Rodoviário (Fig 32).

Este conjunto dos transportes possui uma particularidade entre as obras realizadas no CAB; é o único em que a articulação dos prédios compõe um espaço externo limitado e configurado de forma autônoma, isto é, sem ser a grande vastidão dos patamares ampliados. O auditório enterrado, a frente do edifício da Secretaria, compõe uma praça levemente elevada do espaço central formado pelas três unidades. Neste sentido, pela uma única vez nesta fase do CAB, surge o gesto de configurar um desenho urbano com alguma lógica formal e funcional (Figs. 33 e 34). A linguagem dos prédios guarda uma estreita relação entre si, em grande parte devido ao uso parco dos materiais, somente concreto, vidro e brise-soleil, com alguns panos mínimos de paredes brancas, assim como a leve angulação das suas fachadas tanto nos blocos como nos seus mezaninos.

Obviamente ha uma relação neste conjunto com o prédio da Assembleia Legislativa: ambos apresentam um caráter monolítico, próprio do uso e abuso do concreto aparente em estruturas, no mínimo, exageradas. Observe-se os balanços, sucessivos no caso da Assembleia, no primeiro pavimento no caso da Secretaria dos transportes; os largos guardacorpos de concreto, eliminando quase a existência de paredes; dir-se-ia que o seu principal caráter é a indestrutibilidade; assumindo por vezes um certo caráter de casamata. Dentro desta mesma linguagem pode-se citar o prédio da Secretaria da Fazenda, como corresponde, mais pragmático (Fig. 35).

Desde o ponto de vista do desenho urbano, a característica geral, nesta segunda fase de construção do CAB, é a lógica da terraplanagem. Como se pode observar nas figuras 22 a 25, a distribuição das edificações é francamente desarticulada. Neste aspecto, a área do CAB ainda é um grande descampado com prédios esparsos e carros estacionados.

Outras unidades começam a apresentar outros elementos de linguagem: certa articulação formal e algumas características que retomam uma insinuação, se não modular, de crescimento posterior possível; dir-se-ia que sua forma não é

fechada mas se insinua “em processo”. O prédio mais significativo dentro desta linguagem é o que abriga a Secretaria de Recursos Hídricos²³³ (Fig. 36).

Menos “aberto” que o edifício de Recursos Hídricos, a Secretaria de Agricultura (Fig. 37) apresente uma movimentação formal que atende ao mesmo princípio da anterior, embora sua concepção em altura faça menos legível esta suposta “adaptabilidade”.

Esta “liberdade formal” que parece uma reação à “dureza” dos primeiros prédios (Transportes, Assembleia, Fazenda) e que de alguma forma se aproxima da primeira fase, a Secretaria de Planejamento, não consegue superar as determinações gerais desta fase: distribuição aleatória nos platôs criados, isolamento formal frente ao sítio, materiais e usos estereotipados: concreto, vidro, brise-soleil e, com a exceção já notada, a aparente indestrutibilidade.

As outras edificações, por serem menores, como Prodeb, Secretaria de Indústria e Comércio, Minas e Energia, etc. nada tem a acrescentar ao já mencionado. Um único prédio de maior altura, o que abriga o IAPSEB, seja pela sua situação marginal, seja pela convencionalidade do seu partido, nada acrescenta ao conjunto.

Um conjunto significativo de arquitetos, abandonando suas origens burocráticas, seu dia a dia, parecem ter saciado a sua vontade autoral e inserido os seus traços na “construção do futuro” da Bahia.

Mas a paisagem continua, malgrado o esforço por criar extensos gramados entre as edificações, longe de se caracterizar como uma estrutura urbana. Os apelos a Brasília ficaram somente na vontade de comprometer Lúcio Costa com o traçado, ou a sua filha como projetos próximos²³⁴. O CAB, permanece, nesta fase, absolutamente carente de uma expressão espacial, um desenho urbano, uma retórica sequer, que não seja o seu permanente apelo ao “futuro”.

Um esforço final: a idéia de um sistema único

Provavelmente cientes de que o processo de autorias diversas estava levando a uma dispersão significativa do aspecto geral do CAB, no final do governo, pretendeu-se um sistema definitivo para a implantação do Centro. A contratação de Lelé parece ter decorrido desta lógica. De fato, um único escritório com uma comprovada eficiência e uma notável fama nacional, parecia vir de encontro à necessidade de um esforço final para “fechar” o Centro Administrativo.

Surge desta concepção a terceira fase da construção de CAB. A lógica deste empreendimento é evidente: uma sistema arquitetônico que dê abrigo a todas as demandas ainda não atendidas num processo construtivo racional que permita uma permanente adaptação às novas demandas. Um sistema de pre-moldados que permita uma economia de recursos e uma linguagem homogênea.

²³³ É também o menos “sólido” entre todos os prédios do CAB; frente aos outros chega a parecer provisório.

²³⁴ Um estudo sobre o Parque de Pituvaçu foi encomendado, mais tarde, a firma Costa e Sobral.

Surgiram assim as “plataformas” nome com que se apelidou os sinuosos edifícios que, a partir de então, iriam finalizar a configuração do novo centro administrativo.

A preocupação inicial desta terceira fase de construção, parece partir de uma concepção de desenho urbano diferente da até então levada a cabo: as plataformas não se implantam, necessariamente, nos platôs fabricados; elas vão aos limites da área terraplenada procurando os contornos originais da topografia e, de alguma forma, tentando-se adaptar aos mesmos. Neste sentido, parece haver uma procura de: por uma parte reconhecer o sítio e suas particularidades, e por outra de limitar o espaço do CAB insinuando um limite, com estas plataformas. Paralelamente, os trabalhos se iniciam com uma obra de caráter absolutamente monumental que pretende se constituir em portal do Centro: a Balança (Fig 38).

De forma muito ténue, quase imperceptível, podemos sentir alguma semelhança com os conceitos de “City Wall” e “City Gate” que Kenzo Tange tinha proposto em 1965 no concurso para Skopje, na Iugoslávia.

Plataformas e balança intentam formar, na dispersão do CAB, uma lógica de desenho urbano que permita perceber o conjunto de edifícios como um todo. A eficácia da tentativa é duvidosa quando se olha para o conjunto, embora seja clara nas proximidades das plataformas (Figs. 39 e 40).

É importante notar que começa nesta fase uma nova monumentalidade, ou uma nova linguagem monumental. Há claramente um abandono dos arquétipos das fases anteriores sem, no entanto, haver indícios de abandono da monumentalidade. O edifício “portal” assume uma monumentalidade manifesta na sua curiosa concepção estrutural. As plataformas são, a pesar da sua sinuosidade elegante, igualmente monumentais na sua estrutura: uma estrutura de ponte suporta o edifício, as vezes de um único andar. Não se entende bem o por que desse esforço estrutural, razão pela qual apelidei na época este tipo de arquitetura de halterofilista²³⁵.

O grau de complexidade desta arquitetura em relação à arquitetura das fases anteriores é notável, e alguns dos seus efeitos cenográficos também.

A impressão que deixam as plataformas a todo momento é a de uma adaptabilidade inquestionável; elas próprias tem a fisionomia do inacabado, daquilo que pode, a qualquer momento, continuar aumentando. Ainda que muito tenuemente, lembra as arquiteturas “em processo” da teoria metabolista do fim dos anos sessenta²³⁶ (Figs. 41 e 42).

É difícil, historicamente, avaliar a eficácia do sistema para abrigar nas plataformas as secretarias restantes; a interrupção deliberada da sua construção durante o período governamental seguinte²³⁷ fez os custos subirem

²³⁵ Na idéia de que faz esforço pelo simples desejo de fazer esforço; sem nenhuma outra utilidade.

²³⁶ Notadamente a expressão de “estante” ou “prateleira” característica do Yamanashi Communication Center em Kofu de Kenzo Tange.

²³⁷ A partir de 1975 e até 1979, o governo do Estado esteve sob o mando de Roberto Santos, que não deu continuidade aos trabalhos iniciados.

significativamente, sem se saber se por causa do próprio processo ou pela interrupção das obras; provavelmente as duas causas contribuíram.

É inegável que as plataformas pagam um tributo formal à época em que foram realizadas; ainda que tardiamente, a sua linguagem associa-se àquele período da arquitetura que Fumihiko Maki chamou de “megaestrutura” e a que Rainer Banham se referiu como “*futuro urbano do passado recente*” (Banham, 1978) embora sem nenhum dos atributos conceituais próprios dela.

Em todo caso, as plataformas estão aparentemente dispostas a qualquer tipo de crescimento e/ou modificação: por uma parte porque parecem poder situar-se ao longo de toda a encosta que bordeja o CAB, por outra porque seu perfil se apresenta sempre como incompleto, esperando uma “fácil” ampliação vertical (ao menos até os três andares que constituem sua maior altura).

O plano urbano do CAB continua, apesar das plataformas e da balança, tão carente de “legibilidade” ou “imageabilidade” com na sua segunda fase. A semelhança das plataformas não ajuda à orientação do usuário.

Concretamente, no Centro Administrativo da Bahia, ainda existe uma ausência significativa: a própria sede do Governo e do Poder. O CAB não abriga o Governador do Estado.

O CAB não tem palácio²³⁸.

O DESENBANCO

Poucos anos depois da inauguração do CAB, em 1978 e no Novo Centro, na atual Avenida Tancredo Neves, então início da Avenida Paralela, construía-se a sede do DESENBANCO, Banco de desenvolvimento do Estado da Bahia, simultaneamente a implantação dos primeiros Centros Empresariais e próxima do Shopping Center Iguatemi.

Embora de autoria diferente a dos edifícios das três fases que foram mencionadas para o CAB²³⁹, o prédio do DESENBANCO conflui na sua linguagem com aqueles.

²³⁸ É sintomático que um esforço público da dimensão do CAB tenha omitido coisa tão elementar quanto um Palácio de Governo. A Bahia tem dois: o Palácio Rio Branco, onde fica o Memorial dos Governadores, na praça municipal, e o Palácio da Aclamação, próximo ao Campo Grande, este último utilizado para algumas solenidades; hoje o primeiro é sede da BAHIATURSA. Ambos são impróprios para o exercício efetivo do governo, mas as repartições próprias do Governador do Estado tem deambulado pela cidade ao sabor das mais diversas situações. Existe uma Governadoria numa das plataformas do CAB; maior anonimato seria difícil de conceber. Não que a cultura local menospreze o aspecto simbólico do espaço do palácio; ao contrário, guerras e conflitos de palácios povoam a história recente da cidade. Roberto Santos governou no Palácio dos Governadores, Antônio Carlos Magalhães, no seu segundo mandato no DESENBANCO, enquanto o Palácio dos Governadores hospedava o prefeito de Salvador: Mário Kertez; o desentendimento político entre governador e prefeito fez com que aquele cedesse o Palácio dos Governadores à BAHIATURSA, transferindo a sede da prefeitura ao Solar Boa Vista, antigo manicômio judicial Juliano Moreira. No regresso a Prefeitura, por via do voto, Mário Kertez fez o Palácio Thomé de Souza enfrentado ao Palácio dos Governadores e, literalmente, apontando na sua direção.

O prédio do DESENBANCO é um dos primeiros edifícios a serem instalados no Novo Centro e a sua arquitetura é quase que uma imitação dos padrões do Centro Administrativo. Não por causa dos seus arquitetos, que já pertencem a estirpe dos responsáveis pela arquitetura de iniciativa privada que virá a instalar-se imediatamente depois nestas imediações, mas pela linguagem de concreto, própria à idéia de perenidade, os grandes balanços, a suntuosidade dos seus acessos e a sua forma articulada e modular, sugestiva de possibilidade de adaptações permanentes às novas exigências do futuro, como também pelos vastos estacionamentos em contraste com os centros urbanos congestionados²⁴⁰ (Figs. 43 a 46). Este prédio é significativo: pertence à lógica dos seus semelhantes do CAB, mas já se encontra no novo centro comercial, nas proximidades do Iguatemi; abriga um banco oficial, mas a sua arquitetura é de autoria de um escritório que tem nos empreendimentos imobiliários particulares o seu principal mercado. A estética do institucional frente ao comercial transcende portanto o gosto dos arquitetos ou a localização e vizinhança: parece depender do papel atribuído a uma e outra arquiteturas.

Curiosamente, longe do CAB, longe do Centro tradicional, este edifício é o espaço que melhor define o local do Poder.

O jornal A TARDE tinha-se instalado desde 1975 em área vizinha ao DESENBANCO, e a Construtora NORBERTO ODEBRECHT instalou-se ao lado em 1981. Não demorou muito para que a maledicência popular chama-se o local de "Triângulo das Bermudas".

Posteriormente instalou-se nas imediações a CASA DO COMÉRCIO, sede da Associação Comercial, com a sua arquitetura pirotécnica. Novamente aqui cabe às instituições, mesmo que não governamentais, sustentar a imagem de perenidade da localização emergente: fingir que a mudança do centro urbano decorre de necessidade de modernidade. A linguagem da sua arquitetura se pretende inaugural: sua aparência tecnológica constitui o apelo à modernidade de um "high tech" tupiniquim²⁴¹.

²³⁹ O projeto do prédio do DESENBANCO é de autoria de Fernando Peixoto e Ivan Smarsevsky.

²⁴⁰ A referência a "centros urbanos" é por causa das cidades "alta" e "baixa" que a rigor constituíram um único centro urbano juntamente com a Baixa dos Sapateiros. Ver Milton Santos Op. Cit.

²⁴¹ A rigor, o prédio não passa de uma caricatura (foi chamado de "transformer", um brinquedo de plástico de moda à época), mas cumpre o cânone principal do movimento que se intitulou "high tech": supervalorizar a tecnologia corrente de forma a assumir o discurso arquitetônico (vejam-se alguns dos edifícios paradigmáticos do movimento: o Instituto do Mundo Árabe, de Jean Nouvel, e a maioria das obras de Norman Foster, particularmente a torre de Collserola).



Fig. 24 Os Platôs ampliados do CAB. Em primeiro plano a Secretária de Planejamento



Fig. 25 O plano do CAB, vendo-se, ao fundo, a configuração original de morros e vales.



Fig. 26 A Secretaria de Planejamento: módulos que pretendem adaptar-se ao terreno



106
Fig. 27 Vista da SEPLANTEC, desde os módulos

Os módulos da SEPLANTEC, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia lembram o caráter dos Campi universitários. As características da própria Secretaria induzem a este caráter. A densidade de ocupação insinua um Centro Administrativo preocupado com uma escala própria para o trabalho centrado na concentração e produção dos funcionários. Percebe-se uma insinuação, inteiramente falsa, de construção pre-moldada.

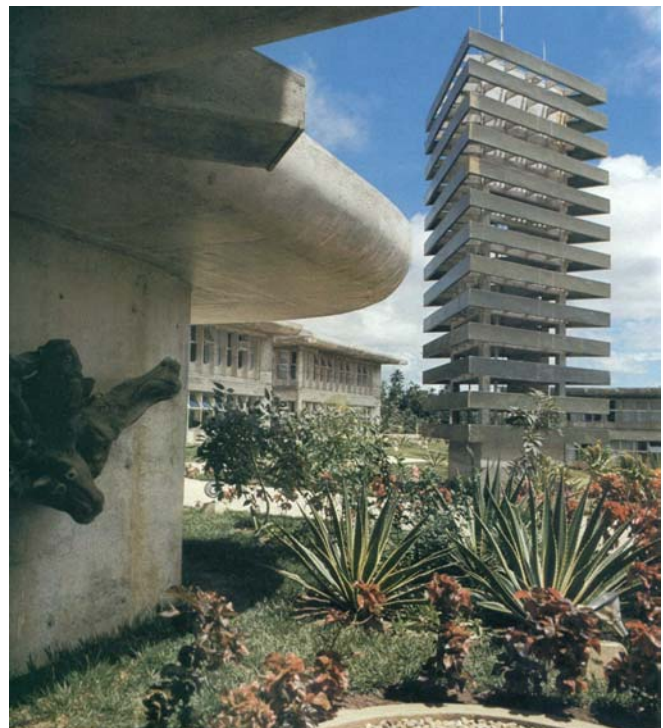


Fig. 28 Vista da SEPLANTEC



Fig. 29. A pirâmide do hall da Assembléia Legislativa.



Fig. 30. Vista exterior da Assembléia Legislativa

A forma tronco piramidal do hall da Assembléia Legislativa, reiterada na forma dos guarda-corpos de concreto que constituem o corpo exterior do edifício.

O baixo relevo da pirâmide central reforça o caráter arquetípico do edifício, embora, à distância, seja percebido como um edifício a mais apenas, como se pode ver na Fig. 21.

A forma piramidal repete-se no edifício da Secretaria dos Transportes, que domina o conjunto formado pela mesma, o prédio do DERBA e o do Consórcio Rodoviário. Aparece aqui a linguagem de brise-soleil, mais como recurso formal que como solução aos problemas climáticos.



Fig. 31 Secretaria dos Transportes



Fig. 32 Conjunto da Secretaria dos Transportes: Prédio da Secretaria e do DERBA.

O Conjunto da Secretaria dos Transportes é o único exemplo no CAB em que existe uma preocupação de organização do espaço formado pelos três edifícios. A formação de uma praça entre a Secretaria, o DERBA e o Consórcio Rodoviário insinua espaços que se constituíam como correntes, à época, em centros administrativos. Expressão tardiamente tributária do modernismo, manifesta a melhor articulação de desenho urbano nesta fase.



Fig. 33 Situação do conjunto dos Transportes



Fig. 34 O Conjunto dos transportes com o edifício do Consórcio em construção (1975). O auditório subterrâneo forma a praça central.



Fig. 35 Secretaria da Fazenda



Fig. 36 Secretaria de Recursos Hídricos



Fig. 37 Secretaria de Agricultura

Uma manifesta articulação formal dos prédios mais recentes desta segunda fase, insinuam uma arquitetura “em processo”, ainda que esta característica seja somente formal.

Apesar de uma aparente liberdade formal maior, a articulação com o entorno continua dentro da lógica da terraplanagem: os movimentos da volumetria não correspondem nem à função nem a uma adaptação ao sítio; este totalmente transfigurado pela lógica de “tabula”



Fig. 38 A Balança: porta de entrada simbólica do CAB



Fig. 39 Plataforma



Fig. 40 Plataforma insinuando um limite ao espaço do CAB



Fig. 41. Detalhe da Plataforma; note-se a desproporção entre a estrutura de suporte e o andar suportado. A impressão do inacabado como estética de uma arquitetura "em processo".



Fig. 42 Vista de uma Plataforma. A estrutura de viaduto supõe uma carga adicional futura.



Fig. 43 O prédio do DESENBANCO. A forma articulada e os materiais: semelhança com a arquitetura do CAB



Fig. 44 Implantação "livre" no terreno



Fig. 45 Detalhe da entrada. Grandes balanços.

A estrutura articulada do prédio do DESENBANCO. Vidro e concreto e estrutura com grandes balanços lembram a linguagem das obras do CAB. O edifício não faz parte da estrutura urbana mas se insere dentro do seu próprio jardim, com generoso estacionamento próprio, tal qual os prédios do Centro Administrativo.



Fig. 46 Vista do prédio do DESENBANCO

A arquitetura comercial

Simultaneamente a todo este processo arquitetônico institucional, que envolve pouco mais de um lustro mas que movimenta uma quantidade significativa de recursos econômicos e humanos, transforma a paisagem e estabelece um novo cenário à percepção corrente da arquitetura e da cidade, desenvolve-se em Salvador uma nova dinâmica da arquitetura comercial.

Durante décadas, a arquitetura comercial –entenda-se àquela não residencial– ficou relativamente restrita ao bairro do Comércio, com ampla reserva de solo decorrente dos aterros do início do século, e na expansão dos “alargamentos” da cidade Alta: a Rua Chile e a Avenida Sete de Setembro. As suas linguagens foram significativamente marcadas pelas diversas épocas de ocupação.

As obras realizadas durante o governo de Seabra²⁴² orientaram a linguagem arquitetônica das obras do período, tal como se pode observar, ainda, em prédios comerciais da rua Chile.

O primeiro momento destas transformações tem o caráter eclético característico da época²⁴³ e se situa no trecho entre a Sé e a Piedade já que, devido às naturais interrupções do período bélico, a ampliação do porto somente é finalizada em 1930.

O bairro do Comércio se desenvolve já em pleno vigor do Estilo Internacional²⁴⁴ que domina praticamente toda a produção arquitetônica da área.

Até aqui, tanto no início da transformação quanto no período seguinte, a linguagem arquitetônica das obras institucionais e as de caráter comercial guardava estreita ligação. Baste como exemplo a reforma do Palácio Rio Branco com as construções vizinhas para as primeiras décadas, como o edifício dos Correios e a arquitetura corrente no Comércio nas décadas mais próximas. Ainda que um número razoável de obras de marcada influência neoclássica tenham se realizado nas novas áreas da cidade Baixa, elas se encontram tanto nas edificações de caráter institucional quanto naquelas de caráter comercial.

Duas características dever ressaltar-se neste período no tocante à relação entre arquitetura institucional e arquitetura comercial: em primeiro lugar ambas se desenvolvem num mesmo âmbito, Rua Chile e Avenida Sete de Setembro na cidade Alta, e no Comércio; em segundo lugar, compartilham a mesma linguagem

²⁴² Biblioteca Pública, Instituto Geográfico e Histórico, Tesouro, Palácio da Aclamação, e reconstruídos: Academia de Medicina e Palácio Rio Branco. (Azevedo, Berenstein *et al.*, 1992)

²⁴³ Ver a respeito: (Liernur, 1995)

²⁴⁴ Evito deliberadamente chamar de Movimento Modernista, embora existam algumas obras que obedecem regularmente os seus preceitos.

arquitetônica, ainda que, grosso modo, em três modos diversos: eclético, neoclássico e moderno²⁴⁵.

A partir dos anos sessenta, com a abertura de Avenidas de Vale em quantidade significativa, abrem-se novas fronteiras para a localização comercial. Vias de ligação entre pontos razoavelmente ocupados que atravessam áreas totalmente desocupadas (ou ocupadas por habitações de baixa renda que são freqüentemente expulsas), tornam-se, naturalmente, em localizações privilegiadas para a implantação de equipamentos de atendimento ao público: comércio, geralmente especializado, e serviços, também com um considerável grau de especialização.

As Avenidas de Vale

As Concentrações Lineares de Usos Múltiplos, que junto ao Centro Principal e aos Sub-centros, constituem as áreas de nucleação de atividades de Comércio e Serviço previsto pelo PLANDURB em 1985²⁴⁶, começam a definir-se logo após da construção das vias expressas, sejam elas de vale ou não.

Esta configuração urbana tergiversa absolutamente a concepção do antigo EPUCS, já que aquele previa as vias de vale como Park-ways de ligação rápida entre as diversas unidades (os trevos) com seus centros de bairro, ou sub-centros, nas cumeadas.

As novas localizações nos longos vales ofereciam tudo aquilo que o centro começava a negar: fácil acesso motorizado desde as áreas habitacionais, estacionamento, empreendimentos semelhantes.

O desenrolar deste atrativo é especialmente perverso: os primeiros investimentos gozam, efetivamente, de facilidade de acesso e de estacionamento abundante... porque são os primeiros. Mas na medida em que as áreas vão completando a sua ocupação, a própria atração por viagens e demanda por mais estacionamentos reproduzem rapidamente as carências que serviram para o seu sucesso. Abre-se o caminho para uma outra área...

Nasce nestas áreas um novo tipo de arquitetura comercial.

Um prédio exemplar

Aproximadamente em 1976, apareceu um pequeno edifício surpreendente (Fig.47): seus autores pareciam abdicar de tudo que faz referência à arquitetura : cheios e vazios, volumetria, claros escuros, escala, estrutura, cor, material... tudo está deliberadamente oculto detrás de uma lâmina aluminizada que mais parecia um sofisticado tapume do que o revestimento dum edifício. Impossível decifrar o que palpita por trás deste invólucro, a suspeita é da existência duma grande casa

²⁴⁵ Obviamente esta simplificação é justificável somente pela tangencialidade que assume a questão no nosso tema.

²⁴⁶ A rigor o PLANDURB foi sancionado como lei em 1985, mas os seus estudos pertencem à década anterior. A LOUOS, Lei de Ordenamento de Uso e Ocupação do Solo, foi sancionada um ano antes em 1984.

de máquinas de um potente ar condicionado de algum edifício invisível, ou de um imenso estacionamento subterrâneo, ou qualquer outra construção para funções particularmente incomodas.

Nada há no exterior do edifício que o identifique com nada; somente um número de dimensão exagerada, o 20, se ostenta neste retângulo neutro cinza metálico. A única expressão que possui este edifício é a sua localização –sua única mensagem. A localização (o número 20 é o seu endereço) é assumida deliberadamente aqui como único valor exterior; a outra fase da moeda: o metro quadrado, único valor interior.

Valor localização e valor de construção são despidoradamente separados por uma lâmina de alumínio.

O caráter paradigmático do edifício é a capacidade de síntese que apresenta. Esta identificação, o número 20, faz parte de um elemento que não está aqui, que não pertence à arquitetura mas a veiculação do endereço, por publicidade, catálogo telefônico ou mala direta. O edifício perde significado em si, enquanto construção, e passa a ser parte de um outro discurso sem o qual não faz sentido: o discurso da propaganda. Neste edifício paradigmático, a arquitetura ganha a abstração de uma caixa postal: vira número.

Perde sua relação com a cidade e o entorno enquanto coisa concreta e se refere à cidade enquanto endereço, mas, mais do que isso, sua relação com o usuário, permanente e eventual, é meramente de contato, de encontro. Seu apelo é: sou fácil de achar.

Não se pode atribuir este edifício a uma característica particular de projetar de um escritório de arquitetura; seus arquitetos são os mesmos que projetaram o edifício do DESENBANCO²⁴⁷, e quase simultaneamente. Sua forma não parece vir de um capricho de desenho, ou de uma descoberta estética determinada. Vem de uma aguda percepção do que realmente interessa nesta produção.

A especulação imobiliária, neste prédio, tem achado a sua linguagem mais apropriada, não pode ser mais crua e explícita. Desde então, daí por diante, o que está por trás da aparência externa é indiferente. Somente o aspecto exterior e o seu apelo, já sem nenhuma referência a qualquer atividade humana, seja na construção seja no uso, protagoniza esta prática que passa a configurar, crescentemente, a paisagem construída dos novos bairros.

Daí o seu sucesso comercial. Daí a sua repetição indiscriminada no que será o Novo Centro.

O Novo Centro

O encontro entre as avenidas Antônio Carlos Magalhães e Paralela (posteriormente Av. Tancredo Neves), com o Shopping Center Iguatemi no vértice, começa a formar o Novo Centro de Salvador. As iniciativas institucionais “pari passu” com os conjuntos empresariais.

²⁴⁷ Fernando Peixoto e Ivan Smarsewsky

Se Venturi, não sem um complacente conformismo, aprendia de Las Vegas, os arquitetos da especulação em Salvador aprendem da prateleira do supermercado, com o expositor de mercadorias²⁴⁸ (Fig. 48).

Tal qual o sabão em pó que se compra toda semana, sempre com seu apelo de: "agora em nova embalagem!", estes prédios pretendem a cada instante a nova embalagem para o "metro-quadrado-localização", a nova mercadoria efêmera, dir-se-ia descartável.

Sua linguagem se confunde com a linguagem publicitária do "outdoor", sua estética com a do posto de gasolina. A paisagem urbana que configura produz uma única sensação ao transeunte: uma vez vista já se a conhece definitivamente.

A divisão entre público e privado que a arquitetura corrente dos séculos XVIII e XIX estabeleceu no apogeu da cidade burguesa criando o império da fachada como constitutiva do mundo de suposta "igualdade" do coletivo confrontado ao mundo individual, doméstico, onde se esconde a desigualdade no privado, é retomada aqui, mas dentro deste interior não se encontra o valor do "amateur" que substitui o valor de uso como quer Benjamin; não há pegadas, não há traços do ser privado pois este não mais se encontra; este interior é o lugar do in-usuário anônimo separado pela fachada do in-cidadão que circula embotado; que, igualmente ao in-habitante de que nos fala Quetglas, é "*...quem habita sem possuir, sem estar, sem fazer, sem poder, aquele que não vive sua presença mas que representa sua vida*" (Quetglas, 1994).

O aço, o vidro e o concreto que tornaram difícil a marca das pegadas (Benjamin, Walter, 1973), terminaram por transparência ou reflexo perdendo sua própria identidade, resta o tapume que, como a embalagem, já não guarda mais nenhuma relação a não ser consigo e com sua lógica.

Não se pode conceber nada mais pobre do que este aspecto que nenhuma situação particular modifica, nem o uso, nem a hora do dia, nem a perspectiva, nem o sol, nem a chuva; as vezes sequer a noite²⁴⁹.

A qualidade da construção é inenarrável: o que há por trás destes coloridos tapumes é a mais medíocre construção de sistema, e de sistemas dos mais ordinários.

A lógica da re-produção

A especulação em Salvador chega a impor uma velocidade frenética à migração dos valores imobiliários²⁵⁰. Esta efêmera vida do valor localização impõe

²⁴⁸ Não se pode negligenciar a influência da estética do "strip" nestes dois corredores que formam o Novo Centro. Nem a lógica do "galpão decorado" como definição de arquitetura de Venturi. É oportuno lembrar a importância de reconhecer e distinguir o caráter crítico do caráter normativo dos textos de arquitetura.

²⁴⁹ Um fotógrafo, contratado por um promotor destes prédios para fazer o registro fotográfico necessário à promoção do seu lançamento, depois de longa observação e ante o espanto do promotor afirmou: "*Doutor, aqui só dá uma foto...*"

²⁵⁰ Notadamente nos mercados dos únicos setores não atingidos, ou atingidos em menor grau, pelo empobrecimento dos últimos anos. Em anos anteriores, na década de 70, época de "milagre",

uma linguagem que absorva esta prematura degradação reduzindo os prazos de amortização do empreendimento a muito menos do que os prazos convencionais. Surge uma paisagem urbana de embalagens. Obviamente que o valor não está na "plasticidade" destas embalagens; basta olhar para elas... O valor se encontra exclusivamente na localização: sua situação nas "ilhas de escassez" de que nos fala Harvey. A forma e cor das embalagens respondem à lógica da propaganda: o simples reconhecimento; a identificação da coisa com o signo da coisa: o edifício com o anúncio no jornal.

A mesma relação que rege a propaganda: estabelece uma identidade fácil entre a coisa e o símbolo da coisa reiterado pela mídia. Então a coisa se transforma em símbolo da mensagem da mídia: a Coca Cola concreta que bebemos refresca, se refresca, porque remete à paisagem polar, ao gelo, à praia e ao mergulho que estão na mídia.

A coisa passa a ser epifenómeno da veiculação. A Coca Cola uma lembrança da visão prazerosa da praia, do gelo, da festa. O edifício parte da perspectiva no jornal e na TV.

Quando se reivindica a revalorização da cor nesta arquitetura como mérito; quando se pretende achar valores culturais nesta "re-descoberta" cromática, se esquece que esta mesma arquitetura foi durante anos branca e preta. O edifício 20 anteriormente citado e tantos outros da mesma época, assim como o estilo levemente "mediterrâneo" que praticaram os membros do mesmo grupo de arquitetos durante anos, são testemunhas. Não mudaram os arquitetos nem a força cultural da "baianidade" os transformou à sua revelia; mudou a mídia. A veiculação ficou colorida. O caderno imobiliário do jornal A Tarde junto à vulgarização da TV a cores.

Assim como na sua fase anterior não podia ser colorida sob pena de perder a sua única qualidade: o reconhecimento entre a coisa e o símbolo da coisa, nesta nova fase não pode dispensar a poderosa força da cor da mídia.

Entenda-se: esta é uma arquitetura de play-back; não há janela aberta, vidraça quebrada, luz acesa, moça debruçada, capaz de fazer com que ela se diferencie um milímetro daquilo que foi veiculado. Não há posição do sol, céu nublado, nem aquela luz de ouro com que o entardecer nos brinda nesta abençoada terra, que mude a sua fisionomia. Ela é sempre igual, indiferente à vida pois ganha sua existência no play-back, o anúncio, a TV.

Em trinta anos a localização comercial privilegiada da Bahia migrou por todo seu território.

Somos a capital brasileira condenada ao pior transporte coletivo pois qualquer investimento fixo nesta área tornaria mais rígida a acessibilidade e, conseqüentemente, a migração locacional perderia velocidade. E isto diminuiria a dinâmica dos negócios imobiliários. A duração média de uma boa localização em

este processo de acelerada migração de valores imobiliários vivenciou-se no segmento habitacional de classe média. Na atualidade se concentra na produção de solo para comércio e serviços.

Salvador mal ultrapassa a dezena de anos. A qualidade e a feição da arquitetura ganha assim a efemeridade que a aproxima do outdoor.

A lógica do aspecto continua aquela de 1976: *sou fácil de achar*. O edifício de faixas amarelas; ou aquele rosa com faixas pretas; o da coluna vermelha...

Pode-se perguntar por que perder o tempo falando desta expressão direta de um fenômeno centenário em ritmo acelerado. Certamente não é para descobrir o que esta arquitetura é, pois isto se aprende nas academias da mídia e nas agências de propaganda. Parece no entanto importante pôr em evidência o que esta arquitetura não é.

Ela não é o novo, discurso com que se apresenta, mas a velha tática da publicidade de um produto efêmero: o espaço descartável da especulação.

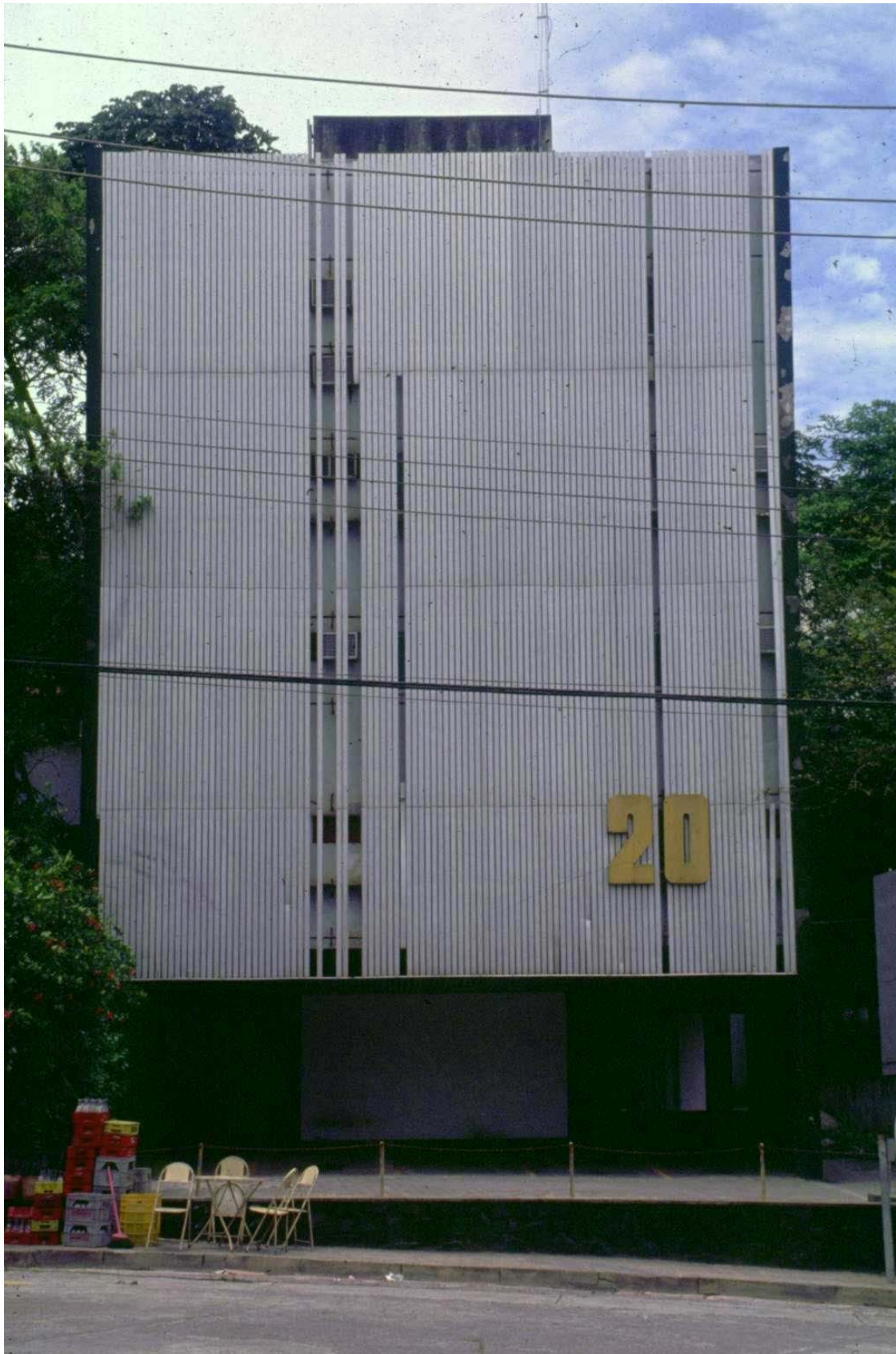


Fig. 47. Edifício 20 próximo a Avenida Garibaldi. Aspecto recente (1995), na atualidade a “fachada” foi modificada.

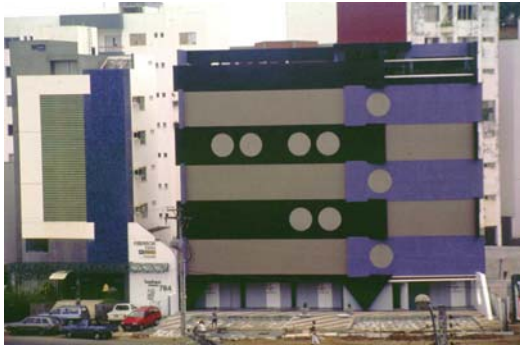


Fig 48. Imagens da arquitetura comercial das avenidas de vale e do Novo Centro (Avenidas Antônio Carlos Magalhães e Tancredo Neves)

O “Novo” Centro Histórico

“Aqui”, no novo Centro Administrativo e nas imediações do Iguatemi e da Avenida Paralela, “a Bahia constrói o seu futuro”. Sem destruir, lá, no Centro Histórico, o “seu passado”, onde o Estado investe numa restauração espetacular sem precedentes. Espetacular pois toma à restauração como espetáculo, como cenário turístico e festivo. Não lugar de vida cidadã mas de consumo de “ambiente histórico”. Festa onde se confunde o clichê da Bahia histórica com o ambiente da telenovela de época ou regional²⁵¹. O Centro Histórico, outrora rico de personagens, reuniões, situações humanas, se “postaliza”, vira caricatura de si próprio. Retorna a um improvável estado pretérito “todo pintado”. Congela-se e esteriliza-se como convêm a uma mercadoria de consumo rápido.

Esta maquiagem mortuária é amplamente difundida como o “novo Centro Histórico”, o passado “dignificado”, resgatado da degradação. Seu autor, novamente, o recorrente Antônio Carlos Magalhães.

Se a incursão dinástica no futuro tinha sido um sucesso tanto político como – principalmente – imobiliário, a incursão no passado não podia ser inferior em dividendos políticos, embora sua sustentação imobiliária seja de longo prazo.

A intervenção no Centro Histórico é um planejado processo que pode ser dividido em quatro fases: a institucionalização do C. H. como espaço isolado da cidade; a estigmatização do C. H. ; o planejamento “salvador” e a intervenção espetacular. Estas fases podem ser sucintamente descritas a partir do noticiário apologético cuidadosamente selecionado pelo IPAC, órgão estadual encarregado das ações no C.H., cujo sumário se transcreve:

- Pelourinho: um Núcleo Piloto
- Pelourinho: um gueto no coração da cidade
- Pelourinho: a difícil e lenta metamorfose
- Pelourinho: o arruinamento aqui e ali, por agentes naturais e humanos
- Pelourinho: além fronteiras, as intervenções na cidade e no interior
- Pelourinho: um canteiro de obras sob ritmo acelerado
- Pelourinho: artes e artistas, eventos, lazer e serviços

A categoria “centro histórico” obsoleta e degradada, esvaziada de funções, estigmatizada sistematicamente pela ação e o noticiário policiais, é finalmente resgatada e transformada em recurso turístico, em lugar de diversão e lazer, em ponto de ação dos artistas, em canteiro de obras.

A futurização do passado em forma de novo centro histórico.

²⁵¹ Não é por acaso a aparição de certas linguagens tipicamente rurais em algumas soluções arquitetônicas – como porteiros de entrada – no restauro de algumas áreas, ou a fusão de pátios do interior do quarteirão como “arraiais” . À época faziam sucesso telenovelas ligadas ao interior brasileiro e baiano.

Salvador é, desde sempre, possuidora de uma paisagem em que sítio e ação humana formam uma amálgama indescritível. Paisagem, cidade e arquitetura estabeleceram, até recentemente, um diálogo fértil e criativo: a cada desafio, uma solução que enriqueceu o todo. Lugar generoso o suficiente para abrigar não uma mas duas cidades: a Salvador da Baía de Todos os Santos e a Roma Negra – a cidade Nagô de Pierre Verger.

Pôde resistir as carências e a pobreza com razoável dignidade. Não tem resistido, no entanto, a voracidade da especulação. Como Milton Santos pressentira, Salvador tornou-se produto de “especulação pura” ou “exutório de capitais” (Santos, 1959).

Suas elites, sagazes na compreensão dos tempos de “capitalismo associado” (Lessa e Daim, 1983), souberam traçar e implantar um projeto dinástico. As conseqüências são uma paisagem, uma cidade e uma arquitetura ao serviço da irracionalidade da acumulação crescente (Wallerstein, 1988). A Bahia constrói o seu (deles) futuro sem destruir o seu (também deles) passado, na idéia de um impossível “novo” que se situa num plano, num permanente futuro. Nas palavras de Rama: : *“...em vez de representar a coisa já existente mediante signos, estes se encarregam de representar o sonho da coisa, tão ardentemente desejada nessa época de utopias, abrindo o caminho a essa futuridade que governaria os tempos modernos e alcançaria uma apoteose quase delirante nos tempos contemporâneos. O sonho de uma ordem servia para perpetuar o poder e conservar a estrutura sócio-econômica e cultural que esse poder garantia. E, além disso, se impunha a qualquer discurso opositor desse poder, obrigando-o a transitar, previamente, pelo sonho de outra ordem”* (Rama, 1985).

A partir do EPUCS, a cidade transborda; nos megalomaniacos distritos industriais da periferia metropolitana, na Paralela, no CAB, impulsando os negócios imobiliários numa centralidade itinerante de velocidade devastadora. Paisagem, cidade e arquitetura operam subordinadas a esta lógica: ora na feição de perenidade, ora na descartável embalagem do valor-localização.

Um Parêntese

Num remanso da Avenida Paralela, quase junto ao CAB mas oculto e silencioso, entre cajueiros, coqueiros e mangueiras, reminiscências de antigos pomares distantes acessíveis pelas profundezas do Cabula, ergue-se um breve redemoinho de concreto; quiçá para lembrar que desde sempre e à margem dos discursos que se lhe aderem existe uma forma de nomear o sítio, de inaugurá-lo antes dos significados: Arquitetura.

(*Um documento dinástico*)

"O governo do espetáculo, que atualmente detém todos os meios de falsificação do conjunto da produção assim como da percepção, é amo absoluto das lembranças, ao igual que é dono incontrolado dos projetos que conformam o mais longínquo futuro. Reina em solitário em todas partes e executa seus juízos sumários." (Debord, 1990), p. 21²⁵²

Um Catálogo de Obras

"A Bahia constrói o seu futuro sem destruir o seu passado" ; a frase começa na placa de construção do Centro Administrativo da Bahia (*"Aqui a Bahia constrói...."*), se transforma em placa comemorativa da primeira obra inaugurada no mesmo Centro : a *Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia*, (*"este é o marco inicial de uma obra que o amanhã dirá da sua grandeza e os baianos terão orgulho de sua realização. /pois é a garantia da conquista do futuro com a mesma dignidade de quem soube preservar o passado."* /Antonio Carlos Magalhães /15 de março de 1973) e, finalmente, torna-se título de uma publicação do Governo do Estado da Bahia, uma espécie de catálogo de obras, ao finalizar o mandato de Antônio Carlos Magalhães, em 1975, onde coloca, em forma de fotografias e números, as realizações de seu governo.

A idéia central da frase é uma idéia urbanística : atender às novas demandas centrais da cidade, sem destruir seu patrimônio urbano herdado do passado. Na sua lógica fundem-se duas categorias fortes do urbanismo contemporâneo : o Centro e o Centro Histórico. As dificuldades do antigo centro, principalmente as relativas à circulação dominada crescentemente pelo transporte individual e os conseqüentes engarrafamentos, não mais enfrentados pelas intervenções cirúrgicas que destroem o patrimônio herdado, mas pelo deslocamento das funções centrais (neste caso as funções administrativas de governo) para um novo centro, preservando o antigo dentro de uma nova categoria : o Centro Histórico.

Mas a idéia pretende também estabelecer uma "Nova Bahia", uma nova tradição, uma dinastia : construir o futuro sem destruir o passado é um ato imperial que aniquila as vicissitudes do imprevisto ou as ações de outras vontades e se apropria do que foi da forma que acaba de ser fundada : a preservação. A referida publicação não faz menção à origem urbanística da sentença. Usa a ambigüidade de Bahia, que tanto designa a cidade de Salvador como o Estado que comanda, para passar de um conceito urbanístico a seu conteúdo político geral.

Desta forma, o governador Antônio Carlos Magalhães se declara herdeiro de uma tradição de progresso que vem desde os começos do século em intermitentes impulsos de modernização, e se situa como realizador de uma suposta esperada transformação. Que esta realização se dê dentro da estrutura do governo ditatorial produto de um golpe de estado de extrema direita ao qual Antônio Carlos Magalhães serviu fielmente, não chega a ser surpreendente. Ao

²⁵². Na versão espanhola citada: "...que actualmente detecta..." parece haver um erro tipográfico pois deveria ser "que actualmente detenta..." que é como foi traduzido ao português .

contrário, já como prefeito da cidade, suas ações administrativas correspondiam perfeitamente aos novos ajustes estruturais da economia introduzidos, ou aceleradamente consolidados, pelo golpe militar de 1964.

Como vimos, segundo Chico Barbosa, na introdução ao livro de Peres, o Prefeito-Governador teria levado os estudos do EPUCS, e a Nova Bahia, do papel à rua, do sonho à realidade.

“O grande mérito do prefeito Antonio Carlos Magalhães, e depois do governador Antônio Carlos Magalhães, foi o de tornar uma realidade os estudos de Mário Leal Ferreira e seus continuadores, Diógenes Rebouças e Admar Guimarães, dando pronta execução aos projetos engavetados do E.P.U.C.S.”, etc. (Barbosa, 1974)

E não somente se instaura definitivamente uma tradição de “Nova Bahia” mas também se insere esta tradição dentro do novo Brasil que Juscelino Kubitschek, em seus 50 anos em 5, acaba de realizar :

“(...) e com o renascimento dos projetos de Mário Leal Ferreira, o governo de Antônio Carlos Magalhães imprimiu um novo modelo de reforma urbana para todo o país, aperfeiçoando e dinamizando a experiência renovadora de Brasília.(idem) ²⁵³

O tom apologético de Barbosa não esconde uma clara admiração por Antônio Carlos Magalhães, ou um desavergonhado servilismo, ou ainda as duas coisas elogiando *“esse novo modelo de reforma urbana - conciliando progresso e tradição - ...”*

A segunda sentença do catálogo :

“EM QUATRO ANOS, A BAHIA FEZ MUITA COISA QUE NÃO CONSEGUIU EM QUATRO SÉCULOS”

faz referência aos quatro anos de governo de Magalhães em relação aos pouco mais de quatrocentos de vida da cidade de Salvador.

A clara alusão à fusão dos *“Cinquenta anos em cinco”* do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek com os quatro séculos de existência de Salvador deixam, novamente, claro o espírito da publicação que festeja os quatro anos do governo Magalhães. Unir o Brasil da modernidade, representado pela figura de JK e seu Plano de Metas (do qual a fundação de Brasília foi um dos ponto de “germinação” (Lafer, 1975), ao Estado de Bahia e às obras de Magalhães, significa apropriar-se de uma tradição desenvolvimentista juntamente com a totalidade da história de Salvador (os quatro séculos).

Os pontos de destaque desta apropriação, no catálogo, são igualmente próximos a este espírito : Pólo Petroquímico em Camaçari, o novo porto de Aratú, o Centro Administrativo, pólos regionais de desenvolvimento, serviço de saneamento de Salvador, dinamização do Centro Industrial de Aratú (herdado de governos anteriores) e supostos recordes nas metas de eletrificação, obras viárias, construção de escolas, postos de saúde e serviços d’água.

²⁵³ A referência à J. K. é omitida tanto no discurso oficial quanto no panegírico de Barbosa em função das incompatibilidade daquele com o governo da ditadura.

O Centro Administrativo retoma, no texto, o caráter de “ponto de germinação” e de ordenador do espaço urbano ao que fazia referência a placa inicial de implantação :

"Outro aspecto importante que preside o desenvolvimento da Bahia é a defesa do seu patrimônio cultural e paisagístico. A semelhança do Centro Industrial de Aratú, o Polo Petroquímico de Camaçari, os Distritos Industriais, muito especialmente, o moderno Centro Administrativo construído em Salvador, são soluções projetadas para evitar estrangulamento urbano e permitir o desenvolvimento ordenado da Região Metropolitana de Salvador. No caso particular do Centro Administrativo da Bahia, além da concentração dos órgãos do poder público estadual, o projeto visa orientar e disciplinar o crescimento da capital, preservando o seu irreprodutível acervo cultural e paisagístico.

A manutenção, intacta, da fisionomia arquitetônica e das extraordinárias belezas naturais de Salvador e de outras cidades tradicionais, aonde se destaca o esforço governamental na recuperação de todo o Conjunto do Pelourinho, das cidades históricas de Cachoeira e Porto Seguro, e o efetivo apoio à indústria do turismo, são componentes culturais inseparáveis de uma filosofia de desenvolvimento global." (Bahia, 1975?)

As associações entre o Centro Administrativo da Bahia e Brasília são mais do que casuais ou que a simples interpretação propagandística num catálogo de obras de governo. Desde o início da construção se pretende a participação de Lúcio Costa na elaboração do Centro Administrativo e a equipe de realização do “Plano Diretor” do mesmo, em algum momento, consultou o mestre ²⁵⁴. Não consta referência de alguma relação entre Lúcio Costa e o projeto do CAB.

O Registro das obras: fotos e maquetes

Uma das obras mais importantes, das elencadas no catálogo é, coerentemente, representada pela fotografia de duas maquetes do Pólo Petroquímico de Camaçari que abrem as primeiras páginas gráficas. Construir o futuro implica em ter uma imagem total desse futuro. Assim como para Angel Rama o Plano definia, na fundação da cidade latino americana, “o sonho de uma ordem” (Rama, 1985), a maquete representa igualmente o compromisso com o futuro em sua totalidade. O Pólo Petroquímico de Camaçari estava, efetivamente, em fase avançada de execução e várias de suas indústrias em funcionamento, mas a carga do projeto, de “parto da inteligência” das maquetes reproduziam, melhor que a realidade, o poder instaurador de um tempo apoderado : Bahia constrói, efetivamente, seu futuro sem destruir seu passado. A verossimilhança da maquete, sem ocultar sua condição de coisa imaginada, sonhada, é portanto, indispensável : dá corpo sensível à futuridade.

Barthes destacou que toda fotografia é co-natural com seu referente; apontando em que se diferencia o Referente da fotografia do de outros sistemas de representação, chamando de “Referente fotográfico” não à coisa *facultativamente real* a qual remete uma imagem ou um signo, mas à coisa

²⁵⁴ A empresa C&S Planejamento Urbano Ltda., de propriedade de Maria Elisa Costa e Eduardo Sobral, filha e genro de Lucio Costa, realizou el proyecto de un parcelamiento próximo del área del CAB: Loteamento Patamares (Costa, 1995) e chegou a propor uma idéia para o Parque do Pituaçu, contiguo ao loteamento e ao Centro Administrativo.

necessariamente real que tem sido colocada frente à lente da câmara sem a qual não haveria fotografia.

“A Pintura, por sua parte, pode fingir a realidade sem a ter visto. O discurso combina uns signos que têm, desde logo, uns referentes, mas ditos referentes podem ser, e freqüentemente são, “quimeras”. Contrariamente a estas imitações, nunca posso negar na Fotografia que a coisa tenha estado ali. Há uma dupla posição conjunta : de realidade e de passado. E posto que tal imperativo somente existe por si mesmo, devemos considerá-lo por redução com a essência mesma, o noema da Fotografia. O que intencionalizo numa foto (...) não é nem a Arte, nem a Comunicação, é a Referência, que é a ordem fundadora da Fotografia.

O nome do noema da Fotografia será pois: “Isto há sido”,...” (Barthes, 1989), p. 136.

Esta colocação de Barthes é bem difundida :

“Antes de ser uma reprodução da realidade, (que é seu uso social mais difundido), a fotografia é um registro de tal situação luminosa em tal lugar e em tal momento, e que conheça ou não a história da fotografia e de sua invenção, qualquer espectador (eu diria: qualquer espectador legítimo) de fotografia sabe disso. Para voltar agora à questão do tempo, o saber sobre a gênese fotográfica é essencial. Uma importante corrente na reflexão teórica sobre a fotografia dos últimos anos (balizada pelos trabalhos de Henri Van Lier, de Philippe Dubois, de Jean-Marie Schaeffer) sustentou amplamente a idéia de que a fotografia mantém, com a realidade de que teve origem, uma relação que é menos da ordem do signo do que do índice (no sentido de Charles Sanders Peirce, isto é, no sentido em que o índice resulta de uma relação natural com seu referente). Em particular, para esses teóricos uma fotografia é índice também no plano temporal : em uma foto o tempo está incluído, encerrado, a foto embalsama o passado “como moscas no âmbar” (Peter Wollen), “continua eternamente a nos apontar (com o indicador) o que foi e não é mais” (Christian Metz). (Aumont, 1995), p. 166-167²⁵⁵

Mas quando se fotografa um plano, um “sonho de ordem”, o referente passa a ser a ordem sonhada. A maquete, como representação icônica do plano, quando fotografada, funde os conceitos de “quimera” e “realidade” e de “há sido” e “será”. Não nos referimos à extraordinária potencialidade propagandística das maquetes de que Huyssen nos lembra²⁵⁶ mas das características que Berger aponta referindo-se à publicidade:

“A publicidade fala no futuro, mas, no entanto, a realização desse futuro é continuamente adiada. Como consegue então a publicidade continuar a merecer

²⁵⁵ Sontag discute a imparcialidade da fotografia: “O fotógrafo era considerado um observador arguto mas imparcial : um escritor e não um poeta. Mas , como rapidamente se descobriu que ninguém tira a mesma fotografia da mesma coisa, a suposição de que as câmaras proporcionavam uma imagem impessoal e objetiva deu lugar à verificação de que as fotografias são uma evidência, não só do que ali está mas do que alguém vê, não só um registro mas uma avaliação do mundo.” (Sontag, 1986) p. 84

²⁵⁶ “Como tantas vezes, em questões de política midiática, os nazistas tiveram a intuição correta ao distribuírem em massa imagens das maquetes de Speer em forma de cartão postal. O efeito monumental da arquitetura podia ser obtido com a mesma facilidade, e quem sabe ainda melhor, por uma imagem totalizante, em grande-angular. Nem precisa construir a coisa real. Isso não foi bem uma estratégia, mas funcionou. Anos depois à guerra, muitos alemães ainda acreditavam que os projetos de Speer para Berlim tinham sido realmente construídos e depois destruídos nas fases finais da guerra.” (Huyssen, 2000) p. 64. O que demonstra a potencialidade de convicção da fotografia de maquete; mas neste caso é um equívoco - confunde-se a maquete como realidade - ou uma mentira.

credibilidade - ou a usufruir da credibilidade suficiente para exercer tanta influência? Continua a tê-la porque a veracidade da publicidade se afere, não pela realização das promessas que faz, mas pela correspondência entre as suas fantasias e as fantasias do espectador-comprador. O seu verdadeiro ponto de aplicação não é a realidade, é o devaneio, o sonhar-acordado” (Berger, Blomberg et al., 1987), p. 150.

A maquete como sonho e a fotografia dela e de outras obras, como testemunho de sua realização, mais futura que passada, dão profundidade no tempo futuro, o que seria impossível pela simples mostra de uma fotografia aérea.

“Em publicidade, por definição, não há acontecimentos. O seu campo de ação estende-se tanto mais quanto nada esteja a acontecer.”

(...)

“A publicidade, situada num futuro continuamente adiado, exclui o presente e elimina portanto todo o devir, todo o desenvolvimento. Nela a experiência é impossível. Tudo o que acontece, acontece fora dela.” (idem, p. 157)

Mas a publicidade é sempre uma imagem-texto; a conjunção de uma situação que “há sido” e um texto que induz a um futuro : “pode ser com você”. No catálogo, esta relação entre “realidade” e “sonho ou devaneio” se dá pela conjunção da foto = realidade, acontecido, e maquete = sonho, será.

O Polo Petroquímico de Camaçari se apresenta então como obra de futuro e, no caso de Magalhães, de retorno. Quem, em efeito, constrói seu futuro é a dinastia desta recorrente figura política.²⁵⁷

Esta mesma relação de realização e projeto : foto do construído e maquete, volta a dar-se no catálogo quando mostra o Centro Administrativo, que sob o título de “A nova fronteira de Salvador” ocupa as últimas vinte páginas – das pouco mais de cem – do catálogo que finaliza com quatro páginas de fotos aéreas de vias expressas em clara alusão às “avenidas de vale” do plano do EPUCS de Mário Leal Ferreira de quem se faz a seguinte referência :

“Quando assumiu a Prefeitura, uma das principais preocupações de Antônio Carlos Magalhães era realizar o plano da Avenidas de Vales, concebido pela visão profética do engenheiro Mário Leal Ferreira, na década de 40 e desde então inexplicavelmente engavetado. As novas avenidas, associadas a viadutos, túneis e outras grandes obras - descongestionaram o então caótico trânsito de Salvador, encurtaram distâncias, dinamizaram sua vida, incorporaram novas e importantes áreas para o seu crescimento.” (Bahia, 1975?).

A arquitetura do CAB está extensamente representada por fotografias de todos os edifícios que abrigam as funções administrativas. As maquetes mostram as obras, algumas já iniciadas, que constituem a segunda fase de construção do Centro, projetadas por João Filgueiras Lima, o “Lelé” . Seu caráter é diferente da arquitetura anterior, é como se se houvesse chegado a uma etapa de maturidade maior; e essa maturidade se representa dentro do âmbito do projeto, da maquete.

²⁵⁷ Prefeito municipal de Salvador por indicação do governo ditatorial no período 1967-71, governador do Estado de Bahia, igualmente por indicação da ditadura em 1971-75 e em 79-83 e governador por eleição em 91-95; ademais de outros cargos de confiança de governos militares e subseqüentes. Atualmente senador pela segunda vez. Desde 1971, somente dois períodos não estiveram ligados à influência direta de Magalhães : o governador Roberto Santos, indicado pela ditadura, e Waldir Pires, eleito para o período 1987-91.

É uma promessa, mais uma promessa realizada pela verossimilhança da maquete.

A relação construído-projeto, fotografia do edifício e foto da maquete, como representação da futuridade na que se insere a dinastia, reforça-se na dupla representação da capela do CAB que se apresenta simultaneamente como maquete e como edifício construído criando a sensação de vaga situação temporal necessária à exclusão do presente de que nos fala Berger. A página oposta mostra uma vista aérea do quartel de polícia, em forma de anel, cuja geometria elementar e juventude de construção, o transformam em algo muito próximo às maquetes vizinhas trasladando o espectador passo a passo ao mundo do projeto. O catálogo começa e finaliza a mostra de obras e realizações com esta relação entre projeto e construção, realidade e sonho, que caracterizam a idéia de uma “Nova época” de uma “Nova Bahia” fundada por uma dinastia para o futuro.

O Retrato do Poder

Falei que o catálogo inicia e finaliza com o Pólo Petroquímico e com o Centro Administrativo, como obras que se caracterizam como pilares do governo Magalhães. No intervalo, as ações setoriais aproximadamente correspondentes às Secretarias de Estado; um pouco para agradar aos secretários, membros potenciais da dinastia, mas em grande medida para confirmar a pauta do governo. Aqui as obras não são nem localizadas nem hierarquizadas. Tanto vale a fotografia de uma pequena gema preciosa significando as riquezas minerais do Estado como uma estrada, como a simples manutenção de uma rede de energia elétrica. O passado que não se destrói está representado pelas clássicas vistas dos cartões postais : igrejas, fortes, centros históricos, ligados, como recurso, ao turismo. Aqui não há maquetes pois não há projeto; uma sala de cirurgia num hospital, uma sala de aulas, um policial em sua moto, representam saúde, educação, segurança. O carnaval, a alegria popular. Nada identifica “esta” administração mas “a” administração.

Não é casual que a adjetivação de “novo”, o que se pretende fundacional, identificador da dinastia, se restrinja ao Pólo Petroquímico : “O NOVO COMPONENTE DO PROGRESSO”, aos distritos industriais do interior : “OS NOVOS POLOS DINAMICOS DO PROGRESSO”, e ao Centro Administrativo: “A NOVA FRONTEIRA DE SALVADOR”. E estas obras abrem e fecham o catálogo.

Bem entendido, abrem e fecham o elenco de obras, porque o catálogo abre e fecha com retratos; retratos do poder, retratos dinásticos.

No retrato que abre o catálogo, Magalhães mira ao longe, quiçá ao futuro que a Bahia constrói, por sobre nossos ombros. Apesar dos detalhes de sua pele, dos seus cabelos, do seu bigode, parece distante, intangível.

"Anteriormente a aparência dos reis e dos imperadores impressionara de modo semelhante, mas as suas imagens eram, por comparação, relativamente impessoais. Aqui (no quadro “os embaixadores” de Holbein), o que existe de novo e desconcertante é a presença individualizada, que pretende sugerir distanciamento. O individualismo, em última análise, estabelece a igualdade; ora a igualdade deve tornar-se inconcebível.

De novo o conflito surge no método pictural. A verossimilhança superficial da pintura a óleo tende a levar o espectador a assumir o que está perto - aquilo em que pode tocar -, qualquer objecto que esteja no primeiro plano do quadro. Se o objecto é uma pessoa, essa proximidade implica uma relativa intimidade.

No entanto, o retrato oficial pintado deve insistir numa distância formal. É este o motivo - e não a falta de habilidade do pintor - que explica a dureza e a rigidez do retrato tradicional em geral. O artificialismo está profundamente inserido nos seus próprios termos visuais, pois o assunto tem de ser visto simultaneamente de perto e de longe. A analogia é como a de espécimes vistos ao microscópio. Podemos vê-los, estudá-los, mas é impensável imaginá-los a olhar para nós do mesmo modo que olhamos para eles.

O retrato oficial, ao contrário do auto-retrato e do retrato particular do amigo do pintor, nunca resolveu este problema. Porém no decurso da tradição, a representação do rosto do modelo tornou-se cada vez mais generalizada.

As características do rosto tornaram-se a máscara que condizia com o vestuário. Hoje em dia, pode ver-se a última etapa deste processo no aspecto abonecado da apresentação na televisão da generalidade dos políticos.” (Berger, Blomberg et al., 1987), p. 101-102.

Berger parece falar-nos do retrato de Magalhães. Não somente não nos olha, como parece mirar coisas que somente ele pode ver. Seu rosto manifesta a segurança daquilo que vê; e não fica ao observador do retrato outra atitude que a confiança em seu guia.

O retrato que fecha o catálogo é a confirmação desta liderança. Magalhães é retratado aqui junto a pessoas humildes.

Aqui juntam-se as relações do colonizador e colonizado (Magalhães é notavelmente mais branco que as pessoas que o rodeiam) freqüentes na pintura a óleo que Berger descreve; com a relação de obséquio, em particular a “fita do Bonfim” à qual Magalhães estende a mão. Mas também a presença dos pobres manifesta-se segundo um aspecto de felicidade e confiança :

“Estas pessoas são pobres. Os pobres vêem-se nas ruas, ou no campo. Todavia, pinturas de pobres dentro de casa são reconfortantes. Aqui, os pobres representados sorriem, enquanto mostram o que tem para vender (as “fitas de Bonfim” na fotografia). Sorriem mostrando os dentes, o que nunca acontece nos sorrisos dos ricos. Sorriem para os abastados, para caírem em graça, mas também na perspectiva de uma venda, ou de um emprego. Estes quadros estabelecem duas coisas: que os pobres são felizes e que os abastados são uma fonte de esperança para o mundo.” (idem, p. 108).

Nas pequenas fotografias que se situam ao lado da fotografia principal, cenas de Magalhães em inaugurações e comícios. Atitude de exercício do poder que liga todas as fotografias do catálogo, onde se mostraram não somente obras e serviços que constituem a pauta (gigantesca) do governo, como as obras que ele próprio, Magalhães, se apropria como especificamente sua – o Pólo Petroquímico – ou impõe a partir da sua vontade : o Centro Administrativo.

Na última fotografia, na margem inferior direita, numa pequena reprodução quase imperceptível, como uma pequena estampa, Magalhães se encontra emoldurado por grinaldas de flores, um metro mais alto que o resto das pessoas como num andor em procissão, em posição beatífica.

As fotografias cumpriram sua missão : identificar o “autor” com a obra realizada. Mas o catálogo não pretende ser um informe de obras, uma “prestação

de contas” de um governo finalizado. O catálogo se pretende como documento de um projeto iniciado : Bahia (isto é, a Nova Bahia) constrói seu futuro sem destruir o seu passado. As maquetes ainda estão necessitando um construtor que as realize. Novamente ele, Magalhães, ou alguém que siga “seu” caminho : alguém da dinastia. Ou, no pior dos casos, alguém que se oponha, e se exponha portanto, ao projeto.²⁵⁸

Se as fotografias fossem, ou pudessem ser, interpretadas como mera reportagem gráfica de um período de governo, o catálogo não ultrapassaria o caráter de informe. É necessário, portanto, que as fotos de Magalhães se transformem, sem lugar a dúvidas, em retratos. Registros artísticos e, portanto, duradouros, incorporados à história. Tarefa difícil num mundo de imagens trivializadas.

As formas com as quais se obtêm este efeito no catálogo são duas : a primeira é o caráter de catálogo da publicação, a quase total ausência de textos, a boa qualidade das fotografias e da impressão, o índice final. Se a publicação é um catálogo, a referência aos elementos que se mencionam e se especificam no índice é, portanto, fidedigna. Transcende o registro fortuito da reportagem e refere-se a uma exposição em que cada peça é uma obra digna de registro para sempre. A segunda forma de obter a transcendência das fotos transformando-as em retratos é mais direta e definitiva : é o registro, no catálogo, do mural de Carlos Bastos na Assembléia Legislativa onde Magalhães é retratado efetivamente. Este retrato do retrato incorpora a Magalhães mais profundamente que na superfície das páginas do catálogo; o inclui ao nível das coisas que registra e na materialidade do registro; na própria exposição da qual o catálogo é, apenas, uma mostra.

O mural de Carlos Bastos é uma grande alegoria da Nova Bahia : retrata a “Procissão dos Navegantes” que a cada ano da início ao calendário baiano. No centro do mural a galeota “Gratidão do Povo” levando o “Senhor dos Navegantes” e a todos os grandes senhores da Bahia. No centro de todos : Magalhães. O mesmo escorço, a mesma vestimenta, a mesma gravata que na fotografia que abre o catálogo. A mesma mirada distante, só que, agora, compartilhada com os outros “grandes” que estão na galeota. Todo o que Berger re-descobre na pintura a óleo, seguindo Lévi-Strauss, essa tradição que associa possuir com modo de ver (Berger, Blomberg *et al.*, 1987) (p. 87), encontra-se neste mural quase de forma caricatural.

Ao fundo, o frontispício da cidade de Salvador, ele próprio um símbolo, com todos os símbolos da tradição baiana girando em torno da procissão. *Sem destruir o seu passado.*

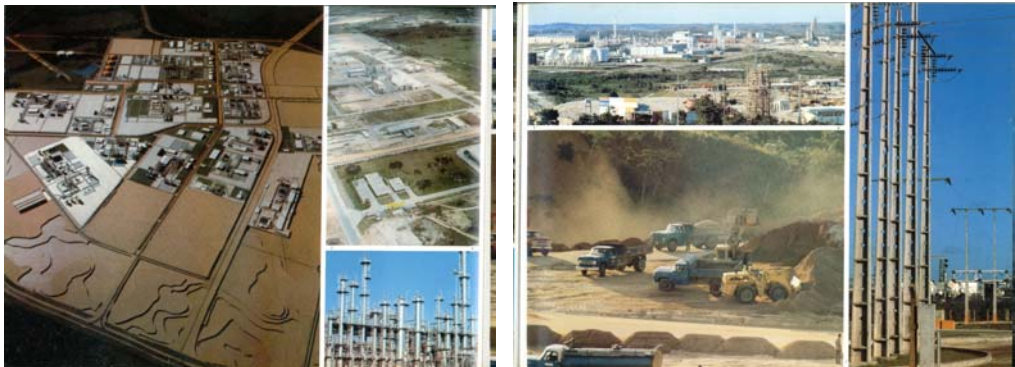
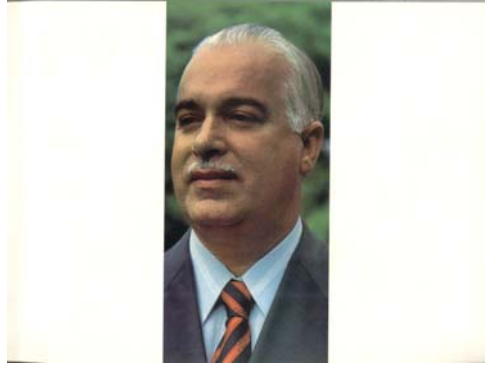
²⁵⁸ Resultou indiferente, para o projeto dinástico de Magalhães, um ou outro caminhos. Roberto Santos, o governador que o sucedeu, interrompeu as obras do CAB, não pode fazer o mesmo com o Pólo Petroquímico pois os interesses que o governavam transcendiam o âmbito da província. Mas a tentativa de romper a dinastia não se concretizou e Magalhães retornou novamente ao governo no período seguinte, retomando seu projeto.

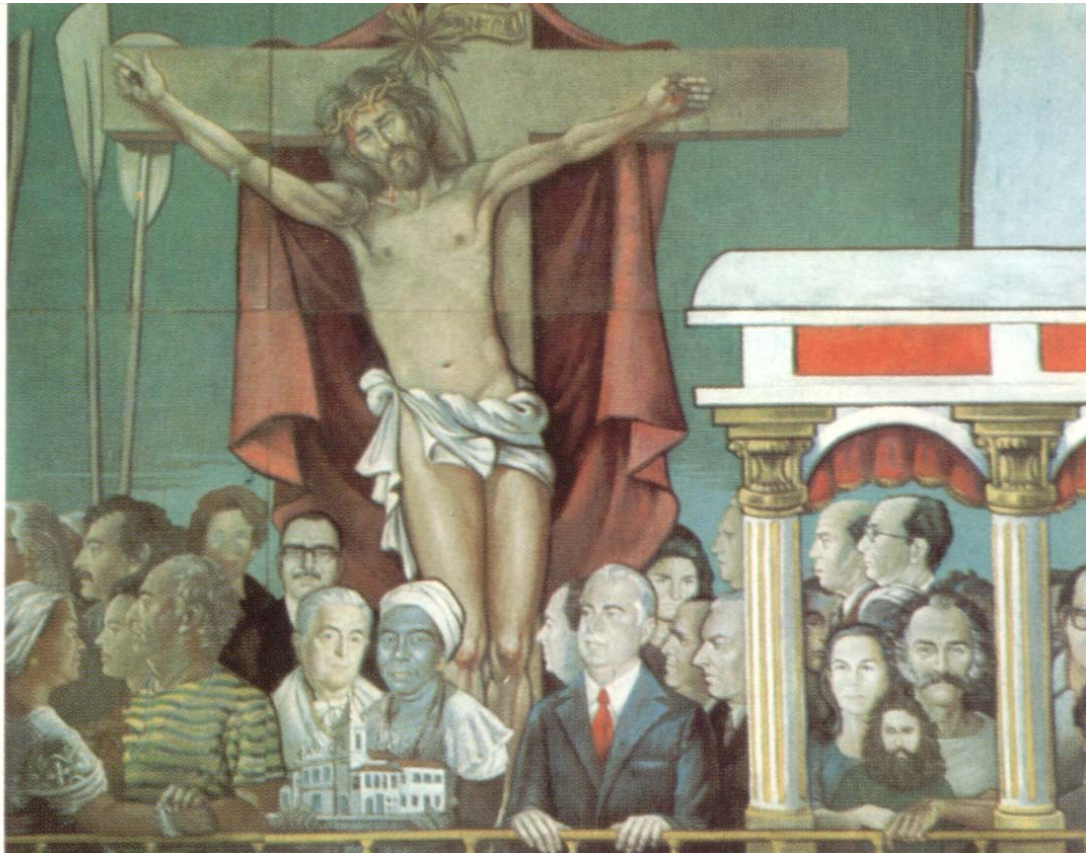
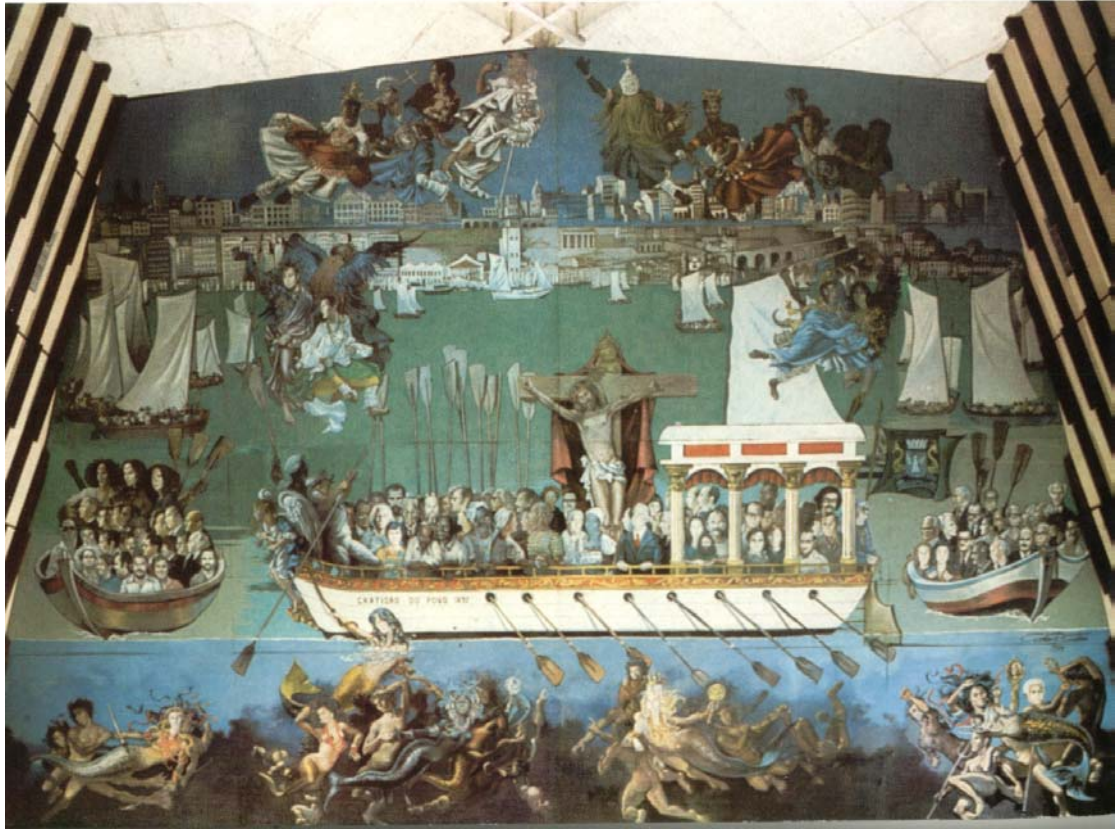
Neste mural Magalhães situa-se no centro da tradição cíclica e no centro histórico da cidade. Ao lado do próprio "Senhor dos Navegantes" representado por Jesus na cruz ²⁵⁹. Ninguém é mais importante do que ele com seu terno azul, sua cabeça branca e sua gravata vermelha.

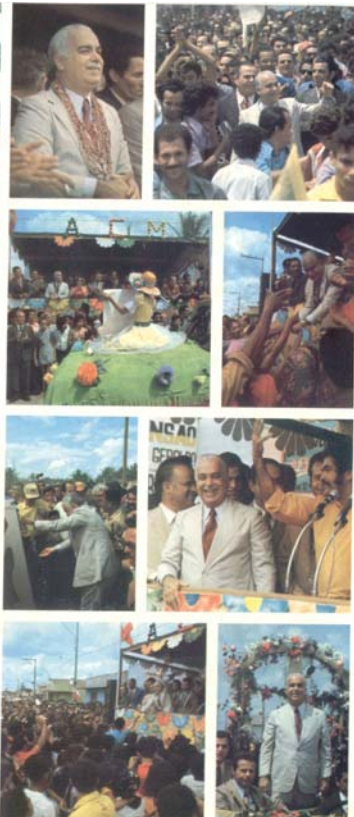
Para que não existam dúvidas sobre quem desempenha o papel de protagonista desta cena, o catálogo reproduz um detalhe, como nos catálogos dos museus, onde a fisionomia do governador pode observar-se detidamente.

Completa-se a idéia da construção de "seu" futuro sem destruir "seu" passado. Magalhães tem-se imiscuído em ambos e construído "sua" dinastia.

²⁵⁹ E aquí, talvez, o único ato falho : Magalhães está a Sua esquerda.

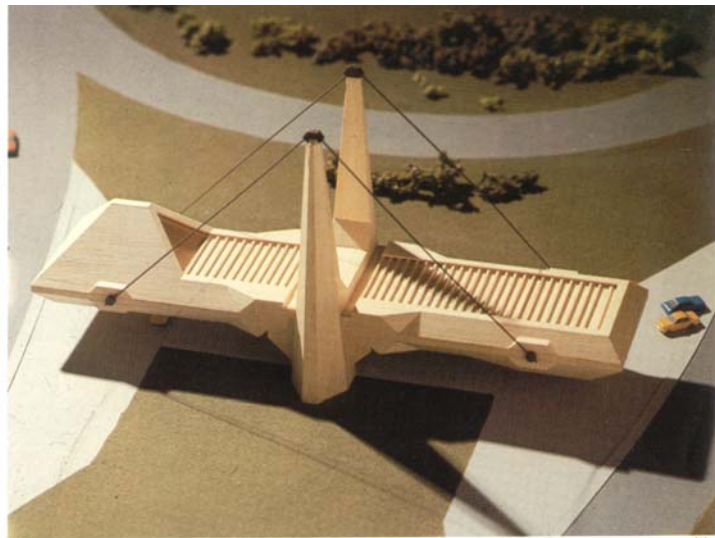






202

203



204

205



Uma analogia distante no tempo

As analogias são perigosas. Não obstante, ao longo deste trabalho nos referimos com frequência à idéia do “bom governo” e ao seu papel na construção da duplicidade da cidade : cidade real – cidade ideal.

Esta idéia do “bom governo” está representada, como já foi mencionado antes, por uma série de afrescos de Ambrógio Lorenzetti na Siena do século XIV, no alvorecer do renascimento.

Tratando-se de imagens, como se trata o documento dinástico acima referido, pareceu-nos importante incorporá-las junto a estas.

Uma análise iconográfica comparada entre documentos separados por mais de seiscentos anos exigiria um cuidadoso ajuste do significado das imagens no século XIV e nos nossos dias, o que está fora do escopo deste trabalho e da minha competência. Mas há algumas analogias que devem ser lembradas. A primeira é que os afrescos de Lorenzetti estão situados na casa dos nove, ou seja, no espaço do comando político de Siena onde o acesso devia ser relativamente restrito; a publicação a que nos referimos teve, também, uma difusão restrita aos órgãos do governo e às pessoas a ele ligada; não foi um documento de propaganda de grande difusão, inclusive houve uma certa “demanda” maior do que a oferta e técnicos e burocratas solicitavam o catálogo e agradeciam quando conseguiam um. Quer dizer, os afrescos do “bom governo” e o documento dinástico são, em grande medida, dirigidos a uma classe de técnicos e intelectuais que circulam pelo governo. Quase uma forma de auto-celebração: “eu participei disto” e auto-convencimento.

A estrutura do afresco “os efeitos do bom governo” podem ser comparados com o documento “A BAHIA CONSTROI...” como um todo pois aquele possui um caráter panorâmico semelhante a este.

Mais sugestiva é a comparação entre as imagens do bom governo e as imagens do afresco da Assembléia Legislativa.

De qualquer forma, são apresentados a seguir, como mera ilustração sugestiva de possíveis comparações que deixo a cargo exclusivo do leitor.



EFEITOS DO BOM GOVERNO
Ambrogio Lorenzetti



O BOM GOVERNO
Ambrogio Lorenzetti

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir tem duas acepções : por uma parte significa terminar, finalizar uma coisa qualquer; por outra, resultar, ter algum resultado como consequência de algo.

Um processo tão demorado e imperfeito como o que produziu esta tese tem as duas dificuldades : custa a finalizar tanto quanto custou a sua elaboração – o processo deixa um volume imenso de coisas a dizer e não expressas que, a todo momento, reclamam seu lugar no discurso. Quanto a ser resultado de alguma coisa a dificuldade é maior; texto fragmentário por escolha, mosaico que pretendeu abdicar de um “todo” pré-determinado para privilegiar as partes e suas possíveis articulações, deverá ter tido, a cada momento, conclusões parciais e provisórias. A conclusão “final”, portanto, corre o risco de ser mera compilação de conclusões anteriores, resumo ou, o que é pior, dar uma interpretação “definitiva” àquelas e “fechar” as suas possibilidades numa única conclusão.

Este trabalho é, desde o início, programático e deve, por justiça e coerência, finalizar programático.

Seu programa é questionar conceitos que se nos apresentam como representações de coisas e que são, ao contrário, representações de concepções de mundo, cosmologias ocultas em palavras de uso corrente. É portanto um programa de liberação : uma tentativa de ajudar a pensar mais livremente, pois *símbolos conceituais de alto nível de síntese*, em palavras de Elias, só podem ser modificados desde um alto grau de poder; são, mais do que outros, instrumentos de dominação.²⁶⁰

A maior aspiração desta tese é ter contribuído à dissolução, ainda que parcial, dos conceitos do título : tempo, cidade e arquitetura. Dissolução que permita re-construir as representações das “realidades” a que se referem. Em outras palavras, ajudar a re-nomear o instante, a duração, o passado e o presente e a sua relação, des-futurizar a vida; pois o câmbio, a mudança, o novo – que é nossa condição biológica de sobrevivência no mundo – não está, não pode estar no futuro que, em palavras de Santo Agostinho “*existe enquanto esperança, em forma de espera*”; fé na Divina Providência ou fé no Progresso. Deter o tempo, atirando na torre dos relógios, como conta Benjamin, segurando a bola embaixo do braço, como fez Obdulio Varela; interromper o fluxo linear e homogêneo do domínio, romper o oráculo.

Romper, igualmente, com a cidade ideal que vive onipresente no conceito de cidade para poder nomear o espaço da vida das pessoas em toda sua

²⁶⁰ Pense-se, simplesmente, na facilidade com que o governo faz se pôr o sol uma hora mais tarde no verão ou como se estabelece a data de entregar nossa declaração do imposto ou, ainda, como se modifica o tempo necessário à nossa aposentadoria. O tempo é facilmente modelável desde o governo.

variedade e riqueza. Pensar nos interstícios desses conceitos de forma a recuperar a condição humana essencial que é a de dar nome às coisas.

Quanto à arquitetura, liberá-la das modas, das teorias de ocasião, dos “ismos”, dos estilos, dos significados a-priori, para lhe repor o caráter constituinte do espaço de uma época.

Se este é o programa desta tese, ainda que não se apresentem conclusões, deverão apresentar-se diversas considerações finais em diversos níveis.

1º Nível

Trata da necessidade de uma revolução na concepção cotidiana do tempo que se manifeste como possibilidade de compreender o passado em aberto, como “uma única catástrofe” que implica em abolir a concepção “progressista” que impregna o cotidiano e visualizar as estruturas temporais que se manifestam nos interstícios da temporalidade linear e homogênea.

Vimos no capítulo 1 que conceitos com alto nível de síntese constituem instrumentos poderosos para o domínio da relação do homem com a sociedade e com a natureza não humana. Esta constituição de um saber que, ao dizer de Santo Agostinho, “*se alguém quer explicação, não sei*”, coloca-nos num grau de dependência deste alto nível de síntese do qual somos prisioneiros. Estes conceitos passam a ser operadores culturais, ao serviço da estrutura de poder desta mesma cultura. Não podemos modelar noções cuja explicação desconhecemos.

Noções como irreversibilidade, simultaneidade, futuro, e tantas outras relacionadas ao conceito de tempo, estão prenhes de intenções e poderes. Irreversibilidade para quem? Obviamente para os ganhadores. Simultaneidade para quem? Obviamente para os mercados. Futuro para quem? Obviamente para os juros.... e assim por diante.

Este tipo de tempo que regula o nosso mundo de trabalho enquanto produtores, regula também o nosso mundo de descanso enquanto consumidores.

A ruptura desse tempo “homogêneo e vazio”, proposta como inadiável por Benjamin, é função da “revolução”. Esgarçar sua trama, tarefa impostergável do trabalho intelectual.

A percepção de um “tempo presentificado” (jetztzeit) como proposto por Benjamin nas teses, exige uma construção crítica e um esforço intelectual permanentes. Cada situação, das mais banais às mais complexas e importantes, é suscetível de uma análise que revele a sua concepção de tempo e a servidão que contêm.

2º Nível

Implica na construção de uma epistemologia fundamentada naquela concepção temporal. Uma epistemologia que se manifesta “CONTRA TODA ESPERANÇA” pela luta imediata contra o estado de coisas que está ali.

Reivindica a transformação da vida acadêmica na construção daquilo que Harvey considerou como uma verdadeira revolução científica.

Epistemologia que denuncia o urbanismo enquanto ferramenta de manutenção da estrutura urbana segundo ideais pré-estabelecidos e que obriga qualquer mudança a passar por outros ideais pré-estabelecidos.

Não há, portanto, outro caminho epistemológico que a história para as ciências sociais críticas. A história que, segundo Pierre Vilar, deve servir para ensinar-nos a ler o jornal; não como processo de conhecer o passado para compreender o presente mas de compreender o passado para conhecer o presente. Usar o método crítico da história para ler o jornal e assistir à televisão e a todos os infundáveis meios de propaganda, ao telão de clichês a que se refere Berger. Se alguma ciência existe que tenha a cidade como objeto, algum urbanismo digno de chamar-se ciência, esta deve ser a história urbana entendida como compreensão e superação das estruturas que amarram a mudança necessária. No sentido de Appel para quem o modelo para uma compreensão filosófica de todo tipo de ciências sociais críticas, cuja relação com a praxis da vida não radica na manipulação da sociedade mas na provocação da auto-reflexão pública e na emancipação dos homens como sujeitos. Uma ciência que tome como modelo a psicanálise.

3º Nível

Trata sobre a necessidade do desmascaramento da cidade ordenada e da cidade letrada e a averiguação permanente da cidade real sem filtro do modelo da cidade ideal. O que implica em impregnar-se dos diversos tempos, das diversas concepções de mundo que a compõem.

Desfazer a invisibilidade à qual a cidade ordenada e a cidade letrada condenam toda atividade que não se encontra nos seus códigos e suas racionalidades.

É o que intentamos fazer, em outro trabalho, onde se tratou de evidenciar uma outra cidade nos interstícios da cidade ordenada em Salvador que cito como exemplo.

“A cultura nagô se fundamenta na concepção de um mundo constituído por dois elementos: o Orun e o Àiyé, cuja relação se estabelece através do Axé; ao que voltaremos mais adiante.

O conceito de cidade na cultura Nàgô parte desta concepção de mundo. A sua gênese encontra-se no mercado. É a atividade que dá origem ao lugar.

"O MERCADO SE CONSTITUI NO CENTRO URBANO E SUA EXISTÊNCIA PROMOVE DIVERSAS VIAS DE ACESSO". (LUZ, 1995)

Logo após a formação do mercado, na cidade se instala um assento coletivo de adoração ao orixá patrono e às demais entidades que o acompanham: o ojubo.

(...)

A ação, a atividade definida pelo mercado, e a ligação com uma adoração que define a cadeia de ligação com o Orun, o além, o espaço sobrenatural :

(...)

Ou seja, a cidade pertence à categoria da ação mais do que à categoria das substâncias. Entendida como função -o mercado- mas também como axé, que "É a força que assegura a existência dinâmica, que permite o acontecer e o devir."

Todo lugar ganha significado a partir de uma atividade ou função e de uma devoção: o axé que estabelece a necessária articulação entre o orun e o àiyé, sem o qual tudo ficaria paralisado.

É isto que faz de uma Baiana de Acarajé algo tão diferente de uma vendedora de comida, como recentemente notou Pierre Verger. Em qualquer lugar do mundo uma baiana do acarajé seria apenas uma negra vendendo comida; em Salvador é uma senhora que representa uma ligação dinâmica do universo. Vista pelo filtro da cultura a que pertence, a baiana reproduz, a cada dia na instalação do seu tabuleiro, o conceito de cidade: começa uma função com a devoção da comida do orixá e, por este axé, reinicia dinamicamente o aiyé.

(...)

A chegada da baiana com seus implementos, sempre acompanhada de ajudantes, a organização do fogo, da frigideira, a colocação do azeite, a mistura da massa, a arrumação do tabuleiro, os primeiros fregueses a chegar e a situar-se em volta, esperando a produção, sempre antecedida da comida do orixá, é a palingênese da cidade nagô.

Esta cidade pontua todo o território de Salvador.

A re-instalação da cidade a cada momento mediante uma ação, a necessária intervenção do axé, como devoção e ato de vontade de realizar o mundo, supera a visão de um tempo circular automático. O tempo subjacente à concepção urbana nagô é um tempo "presentificado" pelo axé. A sua condição dinâmica." (Cordiviola e Virgens, 1996)

Deve-se lembrar que Pierre Verger chamou Salvador de Roma Negra.

Esta situação específica de Salvador constitui uma evidência que facilita a visualização da estrutura de domínio. Como se viu no capítulo 2, dentro da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo, a venda de acarajé da baiana não existe enquanto atividade.

Mas não é a particularidade de Salvador e da Roma Negra que determina esta superposição; falou-se também de uma cidade em permanente construção cujo tempo não é plasmado no produto habitação/cidade mas no verbo construir : a favela que escapa também dos códigos e racionalidades da cidade ordenada e da cidade letrada.

4º Nível

No estudo de caso da Nova Bahia se expõe que o governo de Antonio Carlos Magalhães constituiu um projeto dinástico, e que todo governo pode e geralmente constitui ou tenta constituir projetos deste tipo : estruturas de manutenção indefinida no poder. E que a arma principal da construção destas dinastias está na concepção linear do tempo histórico que lhes permite imiscuir-se com facilidade no passado e no futuro das representações coletivas dominadas : cidade, estado, país, democracia, cultura ocidental. Do prefeito/governador Antonio Carlos Magalhães ao Bush imperador.

Um passado "fechado" e um futuro "construído" são facilmente apropriáveis pelo plantonista do poder pois se constitui numa "história" da qual pode se considerar "herdeiro". O poder pode se auto-definir como o último elo de uma corrente de vencedores que constituem a história da representação coletiva.

“– *Estás louco, meu filho! Meter-se com aquela gente; são todos uma corja de bandidos e trapaceiros, um Falconeri deve estar conosco, do lado do rei.*

Os olhos voltaram a sorrir,

– Do lado do rei, com certeza, mas de que rei?

O rapaz teve um daqueles seus acessos de serenidade que o tornavam impenetrável e querido.

– Se nós não estivermos lá, eles fazem uma república. Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude. Expliquei-me bem?” (Tomasi Di Lampedusa, 1960), p. 33

O famoso diálogo de Tancredi com o príncipe Salina, o *gattopardo*, descreve como se costura esta corrente de vencedores.

E quando é criticado por Tumeo pelo pedido em casamento de seu sobrinho Tancredi a Angêlica, a filha de Calogero, o *Gattopardo* pensa:

“E Tumeo tinha razão: era a tradição que falava através dele francamente. Apesar de tudo era estúpido: aquele casamento não era o fim de ninguém mas o princípio de tudo. Estava na linha das melhores tradições.” (Idem, p. 110)

5º Nível

Nesta construção da corrente de poder o urbanismo é arma privilegiada da constituição dinástica mediante o domínio de duas categorias : a construção do novo e a conservação (futurização) do antigo – o novo centro e o centro histórico como obras do “bom governo”.

Além da constituição de uma cidade ordenada segundo os ideais construídos numa racionalidade controlada por uma classe de intelectuais ao serviço do governo, o urbanismo cria categorias disciplinares que “espacializam” o tempo segundo o passado e o futuro. O slogan que serve de mote a esta tese o mostra descarnadamente : construir o futuro sem destruir o passado é a essência do processo de “engate” dinástico na história.

É evidente que nem só o urbanismo funciona como instrumento de inserção da classe do poder na história – viu-se como a propaganda, e a arte mural, cumprem o mesmo papel com eficiência – nem o urbanismo tem nisso o seu único papel. Não se descartam as fortes articulações que desde o governo e com auxílio do urbanismo os grupos no poder constituem poderosas estruturas econômicas fundamentadas na especulação e no favorecimento.

Tentamos mostrar que o urbanismo dá visibilidade ao futuro que não existe e valor ao passado que ele próprio desvalorizou criando assim raízes no tempo linear.

Os planos se apresentam como instrumentos de racionalização – a priori ou a posteriori – dos projetos de constituição efetiva do “novo” e do “antigo”.

Reitera-se, neste nível, o apontado no segundo nível: uma nova epistemologia da ciência do urbano como crítica à representação da cidade e do urbanismo.

6° Nível

Mostrou-se também que a arquitetura é ferramenta fundamental na materialização do rol do urbanismo na medida em que lhe outorga materialidade mediante seus significados temporais: como monumento do novo, do permanente, do efêmero e do antigo.

Mostrou-se como uma determinada arquitetura institucional possui um caráter como significado de futuro ainda que de formas inteiramente diversas : pela aparência modular, que insinua a sua completude posterior, pelo aspecto indestrutível dos seus materiais – o concreto em abuso –, nas formas arquetípicas do duradouro, como as pirâmides, ou na flexibilidade tecnológica. Viu-se também como, em contraste, a arquitetura comercial abdica de todas suas formas de expressão escondendo-se por trás de uma roupagem que a identifique com a efêmera propaganda no jornal e com o (também efêmero) espaço localização que lhe dá valor.

Esta dupla linguagem (e aqui a palavra linguagem está usada no seu senso estrito pois de significado se trata) não corresponde a diferentes falas ou “linguagens de autor”, já que os mesmos autores transitam nas duas linguagens, mas a uma lógica externa à produção : o caráter da obra pública e o caráter do edifício comercial como marca significante.

Desta forma podem, com seus significados, compor com perfeição o discurso do urbanismo: o Centro Administrativo é um discurso indiscutível de futuridade já não mais pelo slogan político que o funda mas pela solidez do seu caráter.

7° Nível

Mas a arquitetura, como se mostrou no seu capítulo, adquire sentido independente do seu significado ou independentemente de ter um significado.

Concordamos com Berger e com Quetglas que a arquitetura e a arte em geral, na medida em que manifesta a produção do mundo no seu tempo, estranha o telão de clichês em que se constitui a sociedade da propaganda e da mídia, coincidindo aqui – e somente aqui – com o papel do revolucionário.

É este caráter, essencialmente crítico, essencialmente destrutivo e desmistificador, e portanto fundacional, que outorga sentido à arquitetura.

E daí?*

No prólogo de um livro de 1932, Borges escreve: “*Vida e morte faltaram na minha vida. Dessa indigência, meu laborioso amor por estas minúcias.*” (Borges, 1974e) (p. 177)

* Aproveito a pergunta realizada no exame de qualificação pelo Dr. Isaias para dar nome a este final.

Sinto-me inclinado a fazer uma analogia com a frase de Borges e esta tese: a vida e a morte que faltam na academia (ou mesmo a falta de obras de arquitetura na minha vida profissional) teriam me levado ao laborioso amor por estas minúcias.

Mas creio que é injusto. Anos atrás, numa das poucas palestras que já dei, um aluno me perguntou: “o que é para você uma boa arquitetura?”. Na surpresa, quase que por instinto, respondi: “aquela que muda minha forma de ver o mundo”. Tinha em mente a cripta da Igreja da Colônia Güell de Gaudí. Desde então – e já vão muitos anos disso – estudo e reflito sobre o que é uma boa arquitetura, ou mais simplesmente, em que consiste a arte da arquitetura.

A academia, na sua parte mais profunda, isto é, o aluno, traz recorrentemente as perguntas que teimamos em esquecer para sobreviver num cotidiano de mal disfarçada mediocridade.

A longa viagem desta tese foi o exercício demorado de fazer perguntas sobre coisas das quais, no cotidiano, não temos dúvidas: tempo, cidade, arquitetura.

Não consegui respostas nem as quero; porem, mais de quinze anos depois de iniciar o percurso, os conceitos de tempo, cidade e arquitetura me soam mais maleáveis, menos rígidos e “evidentes”. Sinto-me mais a vontade entre eles: mais ignorante e, portanto, com menos medo.

A construção desta ignorância, que não é, necessariamente, o mesmo que a destruição de um “saber” anterior, me permite colocar questões simples como: *“Pai, me explica para que serve a história”* que serviu a Marc Bloch para iniciar seu belo livro inacabado.

Pensamos com ferramentas mentais herdadas de uma cultura longamente sedimentada; Febvre chamou isso de “outillage mental”²⁶¹; é impossível pensar fora deste condicionamento, mas temos a possibilidade de interferir neste ferramental modificando-o, usando-o pelo avesso, construindo pequenas novas ferramentas.

Para isso é necessário conhecer bem as ferramentas existentes e o seu uso; o uso próprio e o alheio. Compreender os mecanismos pelos quais estes instrumentos nos aprisionam a uma visão de mundo e como esta visão nos situa em posição de dependência.

Esta nova ignorância não é não saber, mas saber das armadilhas do saber.

Me explico: sem esta ignorância sobre o tempo (*o que é, então o tempo?*), sobre a cidade, sobre a arquitetura, o slogan *Aqui a Bahia constrói o seu futuro sem destruir o seu passado* é uma afirmação singela de progresso e preservação. Desde a ignorância – insisto, a nova ignorância – destes conceitos-chave a frase torna-se assustadora: o futuro se transforma em oráculo, o passado em jardim alheio onde é “proibido pisar na grama” e, conseqüentemente, o presente em pura

²⁶¹ E aplicou este conceito no seu famoso livro: (Febvre, 1988)

impotência; passamos a ser espectadores da nossa própria existência regida pelo inexorável tempo linear e homogêneo e o(s) seu(s) dono(s): a dinastia.

Mas é possível pegar a bola embaixo do braço, como fez Obdúlio Varela naquela fatídica partida de futebol, e deter o tempo. Parar o seu tirânico fluxo dominado.

Pois o novo não pode estar no futuro se o futuro é o *presente das coisas futuras em forma de espera*, o já sabido. O novo só pode estar no presente, no tempo *presentificado*; contra toda esperança, pois a esperança é a hipoteca desse presente.

E daí? O que tem isto a ver com uma tese de doutorado? O que significam trezentas páginas – quase um milhão de caracteres – apenas concatenados? São mais um perdido volume num dos infinitos hexágonos da probabilística biblioteca de Babel ou *uma mera formalidade*?

De significar alguma coisa, esta tese traduz um longo esforço de busca em torno da nossa forma de ver e de pensar – nosso “outillage mental” – para corroer os clichês pelos quais é filtrada a nossa percepção/compreensão do mundo. Parafraçando Febvre: *não pelo gosto gratuito do paradoxal e do novo: mas porque eu sou professor, simplesmente, e o professor não é aquele que sabe. É aquele que busca*²⁶².

É freqüente pensar que o papel do intelectual, do cientista, do professor, tem no mito de Prometeu o modelo; aquele que rouba o fogo dos deuses para dar aos homens: um transmissor, um mensageiro clandestino do fogo (do saber).

Penso que o mito de Sísifo é mais adequado.

De maneira semelhante a Prometeu, Sísifo encarnava, na mitologia grega, a astúcia e a rebeldia do homem frente aos desígnios divinos. Mas o castigo final de Zeus a Sísifo, recorrente como o que fora infligido a Prometeu, foi empurrar eternamente, ladeira acima, uma pedra que, ao atingir o topo da colina, rolava novamente até o vale para recomeçar a tarefa. É provável que essa punição final reafirme a concepção grega do inferno como lugar onde se realizam trabalhos infrutíferos.

Num famoso e belo texto Albert Camus viu, no mito de Sísifo, a condição humana.

“Os deuses tinham condenado Sísifo a empurrar sem descanso um rochedo até ao cume de uma montanha, de onde a pedra caía de novo, em conseqüência do seu peso. Tinham pensado, com alguma razão, que não há castigo mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança.

A acreditar em Homero, Sísifo era o mais ajuizado e mais prudente dos mortais. No entanto, segundo outra tradição, tinha tendências para a profissão de bandido. Não vejo nisto a menor contradição. As opiniões diferem sobre os motivos que lhe valeram ser

²⁶² “Non par goût gratuit du paradoxal et du nouveau: parce que je suis historien, simplement, et que l'historien n'est pas celui qui sait. Il est celui qui cherche.” (Febvre, 1988). p. 11.

trabalhador inútil dos infernos. Censura-se-lhe, de início, certa leviandade para com os deuses. Revelou os segredos deles. Egina, filha de Asopo, foi raptada por Júpiter. O pai espantou-se com esse desaparecimento e queixou-se dele a Sísifo. Este, que estava ao corrente do rapto, propôs a Asopo contar-lhe o que sabia, com a condição de ele dar água à cidadela de Corinto. Aos raios celestes, preferiu a bênção da água. Por tal foi castigado nos infernos. Homero conta-nos também que Sísifo havia acorrentado a Morte. Plutão não pôde suportar o espetáculo do seu império deserto e silencioso. Enviou os deuses da guerra, que soltou a Morte das mãos do seu vencedor.

Diz-se ainda que, estando Sísifo quase a morrer, quis, imprudentemente, pôr à prova o amor de sua mulher. Ordenou-lhe que lançasse o seu corpo, sem sepultura, para o meio da praça pública. Sísifo encontrou-se nos infernos. E aí, irritado com uma obediência tão contrária ao amor humano, obteve de Plutão licença para voltar à terra e castigar a mulher. Mas, quando viu de novo o rosto deste mundo, sentiu inebriadamente a água e o sol, as pedras quentes e o mar, não quis regressar à sombra infernal. Os chamamentos, as cóleras e os avisos de nada serviram. Ainda viveu muitos anos diante da curva do golfo, do mar resplandecente e dos sorrisos da terra. Mercúrio veio pegar no audacioso pela gola e, roubando-o às alegrias, levou-o à força para os infernos, onde o seu rochedo já estava pronto.

Já todos compreenderam que Sísifo é o herói absurdo. É-o tanto pelas suas paixões como pelo seu tormento. O seu desprezo pelos deuses, o seu ódio à morte e a sua paixão pela vida valeram-lhe esse suplício indizível em que o seu ser se emprega em nada terminar. É o preço que é necessário pagar pelas paixões desta terra. Não nos dizem nada sobre Sísifo nos infernos. Os mitos são feitos para que a imaginação os anime. Neste, vê-se simplesmente todo o esforço de um corpo tenso, que se esforça por erguer a enorme pedra, rolá-la e ajudá-la a levar a cabo uma subida cem vezes recomeçada; vê-se o rosto crispado, a face colada à pedra, o socorro de um ombro que recebe o choque dessa massa coberta de barro, de um pé que a escora, os braços que de novo empurram, a segurança bem humana de duas mãos cheias de terra. No termo desse longo esforço, medido pelo espaço sem céu e pelo tempo sem profundidade, a finalidade está atingida. Sísifo vê então a pedra resvalar em poucos instantes para esse mundo inferior de onde será preciso trazê-la de novo para os cimos. E desce outra vez à planície.

É durante este regresso, esta pausa, que Sísifo me interessa. Um rosto que sofre tão perto das pedras já é, ele próprio, pedra! Vejo esse homem descer outra vez, com um andar pesado mais igual, para o tormento cujo fim nunca conhecerá. Essa hora que é como uma respiração e que regressa com tanta certeza como a sua desgraça, essa hora é a da consciência. Em cada um desses instantes em que ele abandona os cumes e se enterra a pouco e pouco nos covis dos deuses, Sísifo é superior ao seu destino. É mais forte do que o seu rochedo.

Se este mito é trágico, é porque o seu herói é consciente. Onde estaria, com efeito, a sua tortura se a cada passo a esperança de conseguir o ajudasse? O operário de hoje trabalha todos os dias da sua vida nas mesmas tarefas, e esse destino não é menos absurdo. Mas só é trágico nos raros momentos em que ele se torna consciente. Sísifo, proletário dos deuses, impotente e revoltado, conhece toda a extensão da sua miserável condição: é nela que ele pensa durante a sua descida. A clarividência que devia fazer o seu tormento consome ao mesmo tempo a sua vitória. Não há destino que não se transcenda pelo desprezo.

Se a descida se faz assim, em certos dias, na dor, pode também fazer-se na alegria. Esta palavra não é de mais. Ainda imagino Sísifo voltando para o seu rochedo, e a dor estava no começo. Quando as imagens da terra se apegam de mais à lembrança, quando o chamamento da felicidade se torna demasiado premente, acontece que a tristeza se ergue no coração do homem: é a vitória do rochedo, é o próprio rochedo. O imenso infortúnio é pesado de mais para se poder carregar. São as nossas noites de Gethsemani. Mas as verdades esmagadoras morrem quando são reconhecidas. Assim, Édipo obedece de início ao destino, sem o saber. A partir do momento em que sabe, a sua tragédia

começa. Mas no mesmo instante, cego e desesperado, ele reconhece que o único elo que o prende ao mundo é a mão fresca de uma jovem. Uma frase desmedida ressoa então: "Apesar de tantas provações, a minha idade avançada e a grandeza da minha alma fazem-me achar que tudo está bem." O Édipo de Sófocles, como o Kirilov de Dostoievsky, dá assim a fórmula da vitória absurda. A sabedoria antiga identifica-se com o heroísmo moderno.

Não descobrimos o absurdo sem nos sentirmos tentados a escrever um manual qualquer da felicidade. "O quê, por caminhos tão estreitos?..." Mas só há um mundo. A felicidade e o absurdo são dois filhos da mesma terra. São inseparáveis. O erro seria dizer que a felicidade nasce forçosamente da descoberta absurda. Acontece também que o sentimento do absurdo nasce da felicidade. "Acho que tudo está bem", diz Édipo e essa frase é sagrada. Ressoa no universo altivo e limitado do homem. Ensina que nem tudo está, que nem tudo foi esgotado. Expulsa deste mundo um deus que nele entrara com a insatisfação e o gosto das dores inúteis. Faz do destino uma questão do homem, que deve ser tratado entre homens. Toda a alegria silenciosa de Sísifo aqui reside. O seu destino pertence-lhe. O seu rochedo é a sua coisa. Da mesma maneira, quando o homem absurdo contempla o seu tormento, faz calar todos os ídolos. No universo subitamente entregue ao seu silêncio, erguem-se as mil vizinhas maravilhosas da terra. Chamamentos inconscientes e secretos, convites de todos os rostos, são o reverso necessário e o preço da vitória. Não há sol sem sombra e é preciso conhecer a noite. O homem absurdo diz sim e o seu esforço nunca mais cessará. Se há um destino pessoal, não há destino superior ou, pelo menos, só há um que ele julga fatal e desprezível. Quanto ao resto, ele sabe-se senhor dos seus dias. Nesse instante sutil em que o homem se volta para a sua vida, Sísifo, regressando ao seu rochedo, contempla essa seqüência de ações sem elo que se torna o seu destino, criado por ele, unido sob o olhar da sua memória, e selado em breve pela sua morte. Assim, persuadido da origem bem humana de tudo o que é humano, cego que deseja ver e que sabe que a noite não tem fim, está sempre em marcha. O rochedo ainda rola.

Deixo Sísifo no sopé da montanha! Encontramos sempre o nosso fardo. Mas Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e levanta os rochedos. Ele também julga que tudo está bem. Esse universo enfim sem dono não lhe parece estéril nem fútil. Cada grão dessa pedra, cada estilhaço mineral dessa montanha cheia de noite, forma por si só um mundo. A própria luta para atingir os píncaros basta para encher um coração de homem. É preciso imaginar Sísifo feliz."

E daí?

Depois de mais de quinze anos de carregar ladeira acima a pedra que produziu esta tese, certamente sem o esforço e dedicação de Sísifo, sinto que a pedra rola novamente às profundezas para começar novamente a tarefa.

O melhor de finalizar é poder começar novamente. Pois o nosso alvo não é chegar ao cume da montanha – esse é o alvo dos Deuses – mas o processo sem fim de carregar a pedra.

Assim o entendeu Sócrates.

Existiu professor maior do que ele?

BIBLIOGRAFIA

Referência Bibliográfica

- Ab'saber, A. N. "O sitio da cidade do Salvador". In: V.V.A.A. (Ed.). Cidade do Salvador. Aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960, p.10-14
- Achebe, C. Todo se derrumba. Madrid: Alfaguara. 1986. 198 p.
- Agostinho De Hipona, A. S. As Confissões. São Paulo: Nova Cultural. 1999. 416 p.
- Agostinho, S. A Cidade de Deus (Contra os Pagãos) Parte I. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, v.Parte I. 2003a. 414 p
- _____. A Cidade de Deus (Contra os Pagãos) Parte II. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, v.Parte II. 2003b. 589 p.
- Ahmad, A. "Problemas de classe e cultura". In: E. M. Wood e J. B. Foster (Ed.). Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.107-122
- Alexander, C. El Modo Intemporal de Construir. Barcelona: Gustavo Gili. 1981. 414 p.
- Alexander, C., H. Neis, et al. A New Theory of Urban Design. New York/Oxford: Oxford University Press. 1987. 251 p.
- Alexander, C., M. Silvestein, et al. Urbanismo y Participación. El Caso de la Universidad de Oregón. Barcelona: Gustavo Gili. 1976. 119 p.
- Alvarez De Toledo, L. I. No fuimos nosotros (Derrotero de Poniente) (Del trafico transoceanico precolombino a la conquista y colonización de América). Niza (Francia): La Tribune des Alpes Maritimes. 1992. 243 p.
- Amzalak, M. B. "Contabilidade e História Econômica". In: R. Gama (Ed.). História da Técnica e da Tecnologia. Textos Básicos. São Paulo: T. A. Queiroz/Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, p.28-34
- Anderson, P. As Origens da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999. 165 p.
- Apel, K. O. "El "apriori" de la comunicación y la fundamentación de las ciencias del espíritu". In: J. M. Mardones (Ed.). Filosofía de las ciencias humanas y sociales: Materiales para una fundamentación científica. Barcelona: Editorial Anthropos, 1991, p.372-382

- Arac, J. "Introduction". In: J. Arac (Ed.). *Postmodernism and Politics*. Manchester: Manchester University Press, 1986, p.ix-xliii. (Theory and History of Literature)
- Aranha, M. L. D. A. e M. H. P. Martins. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna. 1986
- Aumont, J. *A Imagem*. Campinas SP: Papirus. 1995. 317 p.
- Azevedo, P. O. D., E. Berenstein, et al. "La ciudad de Salvador de Bahia". In: V.V.A.A. (Ed.). *La Ciudad Iberoamericana*. Valencia: Generalitat Valenciana. Comissio per al V Centenari del descobriment d'America, 1992, p.97-118
- Bachelard, G. *L'intuition de l'instant*. Paris: Éditions Stock. 1992. 152 p. (Philosophie)
- Bahia, G. D. E. *Plano Diretor do Centro Industrial de Aratu*. Salvador: Secretaria da Industria e do Comercio - C.I.A. 1967
- _____. *Bahia constroi o seu futuro sem destruir o seu passado*. Salvador: Governo do Estado da Bahia. 1975?
- _____. *EUST-Estudo de Uso do Solo e Transportes: Volume III Geração de Planos Alternativos*. Salvador: CONDER - Companhia de desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. 1979
- _____. *EUST-Estudo de Uso do Solo e Transportes: Volume V Sistemas de Transportes*. Salvador: CONDER. 1979. 244 p.
- Bahia, G. D. E. C.-C. D. D. D. R. M. D. S. *EUST-Estudo de Uso do Solo e Transportes: Volume IV Avaliação das Alternatias e Estratégia Indicada*. Salvador: CONDER, v.IV. 1979. 127 p.
- Bahia, G. D. E. S. D. M. E. E. *Plano Director do Complexo Petroquímico de Camaçari*. Salvador. 1974
- Banham, R. *Megaestruturas. Futuro Urbano del Pasado Reciente*. Barcelona: Gustavo Gili. 1978. 224 p.
- Barbosa, F. D. A. Prefácio. In: F. D. R. Peres (Ed.). *Memória da Sé*: Edições Macunaíma, 1974, p.13-24
- Bardet, G. *El Urbanismo*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires. 1959. 78 p. (Colección Cuadernos)
- Barthes, R. "Sémiologie et Urbanisme". *L'Architecture d'Aujurd'hui*. Paris: 11-13 p. 1970.
- _____. *La Cámara Lúcida: Nota sobre la fotografia*. Barcelona: Paidós. 1989. 207 p.
- Beauregard, R. A. e A. Haila. "The Unavoidable Continuities of the City". In: P. Marcuse e R. V. Kempen (Ed.). *Globalizing Cities: A New Spatial Order?* Oxford: Blackwell Publishers, 2000, p.22-36

- Beckmann, J. "A Contabilidade Italiana". In: R. Gama (Ed.). História da Técnica e da Tecnologia. Textos Básicos. São Paulo: T. A. Queiroz/Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, p.23-27
- Benevolo, L. "L'esigenza di conservare gli ambienti antichi non significa bloccare ogni iniziativa. Per conservare bisogna modificare la realtà." L'Architettura: 182-184 p. 1957a.
- _____. "Lettere alla rivista. (Ancora su'antico e moderno)". "Comunità" 1957b.
- _____. História de la Arquitectura Moderna. Barcelona: Gustavo Gili. 1974. 944 p.
- _____. As Origens da Urbanística Moderna. Lisboa: Editorial Presença. 1981. 167 p. p.
- _____. História da Cidade. São Paulo: Perspectiva. 1983. 728 p.
- Benjamin, W. "Sombras Breves". In: W. Benjamin (Ed.). Discursos interrumpidos I. Madrid: Taurus Ediciones, 1973, p.141-154
- _____. "Tesis de Filosofia de la Historia". In: (Ed.). Discursos Interrumpidos I. Madrid: Taurus, 1973
- _____. Origem do drama barroco alemão. São Paulo: Brasiliense. 1984. 277 p.
- _____. "Teses sobre Filosofia da História". In: F. R. Kothe (Ed.). Walter Benjamin. São Paulo: Atica, 1985
- _____. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade Técnica". In: W. Benjamin (Ed.). Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986a
- _____. "Sobre o Conceito da História". In: W. Benjamin (Ed.). Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986b
- _____. "Teses" Sobre o Conceito da História. J. Quetglas. Barcelona 1991.
- Berger, J. El sentido de la vista. Madrid: Alianza Editorial S. A. 1990a. 278 p. (Alianza Forma)
- _____. "La producción del mundo". In: J. Berger (Ed.). El sentido de la vista. Madrid: Alianza Editorial S. A., 1990b, p.257-261
- Berger, J. e K. B. Andreadakis. Titian. Nymph and Shepherd. Munich/New York: Prestel. 1996. 119 p.
- Berger, J., S. Blomberg, et al. Modos de ver. Lisboa: Edições 70, Lda. 1987. 167 p. (Arte & Comunicação)
- Berry, B. J. L. e W. Garrison. "Ultimos desarrollos de la teoría del Central-Place". In: B. Secchi (Ed.). Análisis de las Estructuras Territoriales. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1968, p.144-159. (Colección Ciencia Económica)

- Blanes, J. S. Ramon Llull i l'origen de la cartografia mallorquina. Barcelona: Rafael Dalmau Editor. 1969. 72 p. (Episodis de la Historia)
- Bloch, M. Introducción a la Historia. Madrid: Fondo de Cultura Economica. 1952
- Borges, J. L. "El Aleph". In: J. L. Borges (Ed.). Obras Completas. Buenos Aires: Emecé, 1974a, p.617-628
- _____. "História de la Eternidad". In: J. L. Borges (Ed.). Obras Completas. Buenos Aires: Emecé Editores, 1974b, p.353-367
- _____. "La Doctrina de los Ciclos". In: J. L. Borges (Ed.). Obras Completas. Buenos Aires: Emecé, 1974c, p.385-392
- _____. "La Postulación de la Realidad". In: J. L. Borges (Ed.). Obras Completas. Buenos Aires: Emecé, 1974d, p.217-221
- _____. Obras Completas. Buenos Aires: Emecé. 1974e. 1162 p.
- Braudel, F. Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII. Madrid: Alianza Editorial. 1984a. 1736 p.
- _____. Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII. Tomo I.- Las estructuras de lo cotidiano: lo posible y lo imposible. Madrid: Alianza Editorial, v.1. 1984b. 547 p.
- _____. Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII. Tomo II.- Los juegos del Intercambio. Madrid: Alianza Editorial, v. 2. 1984c. 592 p.
- _____. Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII. Tomo III, - El Tiempo del mundo. Madrid: Alianza Editorial, v. 3. 1984d. 597 p.
- Broadbent, G. Diseño arquitectónico. Arquitectura y Ciencias Humanas. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1976. 464 p.
- Buls, C. Esthétique des Villes. Bruxelles: Imprimerie Bruylant-Christophe. 1893. 41 p.
- Bury, J. La Idea del Progreso. Madrid: Alianza Editorial. 1971
- Campbell, P. A critique of Postmodern Philosophy. 2001.
- Cerda, I. Teoría general de la Urbanización y aplicación de sus principios y doctrinas a la Reforma y Ensanche de Barcelona. Barcelona: Instituto de Estudios Fiscales. 1968
- Cervellati, P. L. e M. Miliari. I Centri Storici. Firenze: Guarnaldi Editore. 1977. 119 p. (Le Guide Guiraldi - Guide bibliografiche su temi e problemi di cultura contemporane)
- Chaunu, P. Conquista y explotación de los nuevos mundos (siglo XVI). Barcelona: Editorial Labor. 1984. 368 p. (Nueva Clío: La Historia y sus problemas)

- _____. "Historia cuantitativa o historia serial". In: P. Chaunu (Ed.). Historia cuantitativa, historia serial. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p.28-39. (Sección de Obras de Historia)
- Childe, G. "The Urban Revolution". Town Planning Review, n.21, p.4-7. 1955.
- Chklovski, V. "A Arte como Processo". In: T. Todorov (Ed.). Teoria da Literatura I: Textos dos Formalistas Russos Apresentados por Tzvetan Teodorov. Lisboa: Edições 70, s/d
- Choay, F. "Sémiologie et urbanisme". l'Architecture d'aujourd'hui. Paris: 8-10 p. 1967.
- _____. O Urbanismo: Utopias e Realidades. Uma antologia. São Paulo: Editora Perspectiva. 1979. 333 p. (Estudos)
- _____. "A propos de culte et de monuments". In: A. Riegl (Ed.). Le Culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse. Paris: Editions du Seuil, 1984
- _____. A Regra e o Modelo. Sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Editora Perspectiva. 1985. 333 p. (Estudos)
- _____. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade:UNESP. 2001. 282 p.
- Chueca Goitia, F. Breve historia del urbanismo. Madrid: Alianza Editorial. 1989. 242 p. (El libro de bolsillo)
- Collins, G. R. e C. C. Collins. Camillo Sitte y el Nacimiento del Urbanismo Moderno. Barcelona: Gustavo Gili. 1988
- Colominas, B. Privacy and Publicity. Modern Architectur as Mass Media. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press. 1994. 389 p.
- Conzen, M. R. G. "Geography and townscape conservation". In: J. W. R. Whitehand (Ed.). The Urban Landscape: historical development and management. Papers by R. G. Conzen. London: Academic Press, 1981, p.75-86. (institute of British Geographers, Special Publication, N° 13)
- Cordiviola, A. R. "Trégua no Pelourinho. Uma tentativa de interpretação estrutural da degradação do Centro Histórico de Salvador". Informe Conjuntural. 6: 189-198 p. 1986.
- _____. "Un partido de fútbol". Historia. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya - Departament de Composició Arquitectónica -Programa de Máster Art, arquitectura, ciutat.: 14-17 p. 1992.
- Cordiviola, A. R. e M. Virgens. Cidade, Festa, Carnaval: Salvador e a cidade nagô. Anybody. Buenos Aires. junho 1996, 1996. p.
- Costa, L. Lúcio Costa: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes. 1995. 608 p.
- Costa, R. D. "Um espelho de príncipes artístico e profano: a representação das virtudes do Bom Governo e os vícios do Mau Governo nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti (c. 1290-1348?)

- análise iconográfica". Utopía y Praxis Latinoamericana - Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social. Maracaibo (Venezuela): Universidad del Zulia, n.22, septiembre de 2003. 2003.
- Cuadrado, A. P. "Notas Complementarias". In: V.V.A.A. (Ed.). Exposición de Cartografía Mallorquina. EUROCATO VIII. Palma de Mallorca (?): Servicio Cartográfico del Ejército, 1990, p.87-96
- Cuevas, R. N. D. L. "Historia de la cartografía española". In: I. C. D. Catalunya e U. A. D. Barcelona (Ed.). La cartografía de la Península Ibérica i la seva extensió al continent Americà. Barcelona: Institut Cartogràfic de Catalunya, 1991, p.153-224
- De Martino, U. "Cento anni di dibattito nel risanamento de centri storici: note bibliografiche". Rasegna dell'Instituto di Architettura e Urbanistica,: 75-116 p. 1966.
- De Seta, C. e J. Le Goff, Eds. La città e le mura. Grande Opere. Roma-Bari: Editori Laterza, p.439, Grande Opereed. 1989.
- De Vries, J. La urbanización de Europa 1500-1800. Barcelona: Editorial Crítica. 1987. 501 p.
- Debord, G. La sociedad del espectáculo y otros textos situacionistas. Buenos Aires: Ediciones de la Flor. 1974. 178 p.
- _____. Comentarios sobre la sociedad del espectáculo. Barcelona: Editorial Anagrama. 1990. 109 p.
- Deleuze, G. La Imagen-Tiempo- Estudios sobre Cine - 2. Barcelona/Buenos Aires: Paidós. 1987. 391 p.
- Dosse, F. La Historia en Migajas. De "Annales" a la "nueva historia". Valencia: Edicions Alfons el Magnànim. 1988
- Eco, U. A Estrutura Ausente: Introdução à Pesquisa Semiológica. São Paulo: Perspectiva. 1976. 426 p.
- _____. "Función y Signo: La Semiótica de la Arquitectura". In: G. Broadbent, R. Bunt, *et al* (Ed.). El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico. México: Limusa, 1984, p.19-78
- Elias, N. Sociología fundamental. Barcelona: Gedisa. 1982. 216 p. (Serie Mediaciones)
- _____. La soledad de los moribundos. México/Madrid: Fondo de Cultura Económica. 1987. 111 p.
- _____. Sobre el Tiempo. Mexico/Madrid: Fondo de Cultura Económica. 1989
- _____. A sociedade dos individuos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994. 201 p.
- Engels, F. El problema de la vivienda y las grandes ciudades. Barcelona: Gustavo Gili. 1974. 129 p. (Colección Ciencia Urbanística)

- Faria, V. "O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes". Estudos CEBRAP. São Paulo: Edições CEBRAP/Editora Brasileira de Ciências Ltd.: 91-116 p. 1976.
- Febvre, L. Combates por la Historia. Barcelona: Ariel. 1986
- _____. Le problème de l'incroyance au 16^e siècle: la religion de Rabelais. Paris: Albin Michel. 1988
- Fernandes, F., Ed. MARX, ENGELS: História. São Paulo: Atica, p.496ed. 1983.
- Fernandez Galiano, L. "Arquitetura de papel, papel de la arquitectura". Summarios. Buenos Aires: Ediciones Summa S.A.: 2-4 p. 1982.
- Ferrari, C. Curso de Planejamento Municipal Integrado: Urbanismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1986. 631 p. (Arte, Arquitetura, Urbanismo)
- Ferrater Mora, J. Diccionario de Filosofía de Bolsillo. Madrid: Alianza Editorial. 1983. 789 p.
- Frampton, K. "El Regionalismo Crítico: arquitectura moderna e identidad cultural". A&V: monografias de arquitectura y vivienda. 1985: 20-25 p. 1985a.
- _____. Modern Architecture: A critical history. Londres/New York: Thames and Hudson. 1985b. 360 p. (World of Art)
- Furtado, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional. 1986. 248 p.
- Fustel De Coulanges, N. D. La ciudad antigua. Barcelona: Ediciones Península. 1984. 395 p. (Serie Universitaria)
- Gagnebin, J. M. História e Narração en Walter Benjamin. São Paulo - Campinas: Editora Perspectiva - FAPESP - Editora da Universidade Estadual de Campinas. 1994. 131 p. (Estudos)
- George, P. Geografía Urbana. Barcelona: Editorial Ariel. 1982. 281 p.
- Giovannoni, G. "Vecchie città ed edilizia nuova". Nuova Antologia: 449-472 p. 1913.
- _____. Vecchie Città ed Edilizia Nuova. Milano: CittàStudiEdizioni. 1995. 305 p.
- Griffini, E. A. Construcción Racional de la Casa. Barcelona: Hoepli. 1950. 297 p.
- Habermas, J. "Modernidade - um projeto inacabado". In: O. B. F. Arantes e P. E. Arantes (Ed.). Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas. São Paulo: Brasiliense, 1992, p.99-124
- Habermas, J. "Arquitetura Moderna e Pós-Moderna". Novos Estudos Cebrap: 115-124 p. 1987.

- Harvey, D. "Class-Monopoly Rent, Finance Capital and the Urban Revolution". *Regional Studies*; v.8, n.3/4, p.239-255. 1974.
- _____. "Teoría revolucionaria y contrarrevolucionaria en Geografía y el problema de la formación del ghetto". *Geo-Crítica- Cuadernos críticos de Geografía Humana*. Barcelona: Ediciones de la Universidad de Barcelona: 7-22 p. 1976.
- _____. *A Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola. 1992. 349 p.
- _____. "On Architects, Bees, and Possible Urban Worlds". In: C. C. Davidson (Ed.). *Anywise*. New York/Cambridge/London: Anyone Corporation/The MIT Press, 1996, p.216-227
- Haslam, G. "The Duchy of Cornwall Map fragment". In: M. Pelletier (Ed.). *Géographie du monde au moyen âge et à la renaissance*. Paris: Éditions du C.T.H.S. (Comité des Travaux Historiques et Scientifiques), 1989, p.33-44
- Hatje, G. *Diccionario Ilustrado da Arquitectura Contemporánea*. Barcelona: Gustavo Gili. 1970. 354 p.
- Hawking, S. W. *Historia del Tiempo. Del Big Bang a los agujeros negros*. Barcelona: Ed. Crítica. 1988
- Hobsbawm, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997. 598 p.
- Hohenberg, P. M. e L. H. Lees. *La Città Europea dal Medioevo a Oggi*. Roma/Bari. 1987
- Hopper, D. H. *Technology, Theology, and the Idea of Progress*. Louisville, KY: Westminster/John Knox Press. 1991. 153 p p.
- Huysen, A. "Mapeando o Pós-Moderno". In: H. Hollanda (Ed.). *Pós Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991
- _____. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000. 116 p.
- Jameson, F. *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica. 1991. 121 p. (Paidós Studio)
- Jencks, C. "Semiologia y Arquitectura". In: C. Jencks e G. Baird (Ed.). *El Significado en Arquitectura*. Madrid: Hermann Blume, 1975, p.2-21
- _____. "Vers un éclectisme radical". In: V.V.A.A. (Ed.). *La Presence de l'histoire: L'après modernisme*. Paris: L'Equerre, 1981, p.47-56
- _____. "El Signo Arquitectónico". In: G. Broadbent, R. Bunt, et al (Ed.). *El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico*. México: Limusa, 1984a, p.79-128

- _____. "Introducción a la parte I". In: G. Broadbent, R. Bunt, et al (Ed.). El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico. México: Limusa, 1984b, p.15-18
- _____. El Lenguaje de la Arquitectura Posmoderna. Barcelona: Gustavo Gili. 1986. 168 p.
- Jencks, C. e G. Baird, Eds. El Significado en Arquitectura. Madrid: Hermann Blume, p.323ed. 1975.
- King, A. D. Colonial Urban Development: Culture, Social Power and Environment. London: Rutledge & Kegan Paul. 1976
- Kopp, A. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo. 1990. 253 p.
- Kruft, H.-W. Historia de la teoría de la arquitectura. Madrid: Alianza Editorial S.A., v.1. Desde la Antigüedad hasta el siglo XVIII. 1990. 909 p. (Alianza Forma)
- Lacaze, J.-P. Os métodos do urbanismo. Campinas SP: Papirus. 1993. 132 p.
- Lafer, B. M., Ed. Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, p.187, 3ª ed. 1975.
- Lajugie, J. Los Sistemas Económicos. Buenos Aires: EUDEBA. 1960. 140 p.
- Langlois, C. V. e C. Seignobos. Introducción a los Estudios Históricos. Madrid: Daniel Jorro Ed. 1913
- Lara, F. "Vizinhos do Pateta". Portal Vitruvius 2001.
- Lavedan, P. Histoire de l'urbanisme. Paris. 1930
- _____. Histoire de l'Urbanisme: époque contemporaine. Paris: Henry Laurens. 1952
- Le Goff, J. Tiempo, Trabajo y Cultura en el Occidente Medieval. Madrid: Taurus. 1983
- _____. La Bolsa y la Vida. Economía y religión en la Edad Media. Barcelona: Ed. Gedisa. 1987
- _____. Histoire et Mémoire. Paris: Gallimard. 1988
- _____. Por amor às Cidades. São Paulo: Editora da UNESP. 1998. 160 p.
- Leão, E. C. "Fé Cristã e História". In: S. Agostinho (Ed.). A Cidade de Deus (Contra os Paçãos) Parte I. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, v.Parte I, 2003, p.17-21
- Lecoq, D. "La 'Mappemonde' du *De Arca Noe Mystica* de Hugues de Saint-Victor (1128-1129)". In: M. Pelletier (Ed.). Géographie du monde au moyen âge et à la renaissance. Paris: Éditions du C.T.H.S. (Comité des Travaux Historiques et Scientifiques), 1989, p.9-32
- Lees, L. H. "The challenge of political change: urban history in the 1990s". Urban History, v.21, n.1, April 1994, p.7-19. 1994.

Lessa, C. A crise urbana e o circuito imobiliário. Seminário del P.E.H.-Plano Estadual de habitação. Salvador, 1980(?). p.

_____. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Editora Brasiliense. 1983. 173 p.

Lessa, C. e S. Daim. "Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento". In: L. G. D. M. Belluzzo e R. Coutinho (Ed.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaios sobre a crise. São Paulo: Editora Brasiliense, v.1, 1983, p.214-228

Levi-Strauss, C. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1985. 456 p.

Liernur, J. F. . "La mascara bajo la mascara: mestizaje y modernización en la arquitectura latinoamericana del temprano siglo XX". Seminário DOCOMOMO Brasil. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1995. 29 p.

Lipietz, A. O Capital e seu Espaço. São Paulo: Nobel. 1988. 210 p.

Lopez Jaen, J. Normativa Internacional. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid. 1987. 109 p. (Curso de Rehabilitación)

Luz, M. A. Do tronco ao OPA EXIN: Memória e dinâmica da tradição Africana-Brasileira. Salvador: Edições SECNEB. 1993. 216 p.

_____. Agadá. Dinâmica da Civilização Africano-Brasileira. Salvador: SECNEB-Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil / Centro Editorial e Didático da UFBA. 1995. 726 p.

Lynch, K. De qué tiempo es este lugar? Barcelona: Gustavo Gili. 1975. 292 p.

_____. A Imagem da Cidade. Lisboa: Edições 70. 1982. 207 p.

Mahfuz, E. D. C. "Entre os cenários e o silêncio. Respostas arquitetônicas ao caos do mundo contemporâneo". Vitruvius: texto especial 109 p. 2001.

Marx, K. El Capital. Mexico: Siglo XXI Editores. 1975/1981

_____. Miséria da Filosofia. Lisboa: Editorial Estampa. 1978. 235 p.

_____. Contribución a la crítica de la Economía Política. Moscú: Editorial Progreso. 1989a. 238 p.

_____. Manuscritos Económicos y Filosóficos de 1844. Moscú: Editorial Progreso. 1989b. 152 p.

Marx, K. e F. Engels. A ideologia alemã. In: F. Fernandes (Ed.). Marx-Engels: historia. São Paulo: Editora Atica, 1983, p.182-214

Marx, M. Cidade Brasileira. São Paulo: Edições Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo. 1980. 151 p.

- _____. *Nosso chão : do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo. 1989. 219 p. (Espaço & Desenho)
- Mcleod, M. "Do Pós Modernismo ao Deconstrutivismo: Arquitetura e Política na Era Reagan". Salvador: FAUFBA 1996.
- Mumford, L. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes. 1991. 741 p.
- Muthesius, S. "The Origins of the German Conservation movement". In: R. Kain (Ed.). *Planning for Conservation: an international perspective*. London: Mansell, 1980
- Nepoti, R. *Alain Robbe-Grillet*. Firenze: La Nuova Italia. 1978
- Neufert, E. *Arte de Projetar em Arquitetura*. São Paulo: Gustavo Gili do Brasil. 1974. 432 p.
- Nietzsche, F. "De l'utilité et des Inconvénients de l'histoire pour la vie." In: F. Nietzsche (Ed.). *Considérations inactuelles*. Paris: Gallimard, 1990
- Novaes, A. G. *Modelos em planejamento urbano, regional e de transportes*. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda. 1982. 290 p.
- O'flaherty, B. *Making Room: The Economics of Homelessness*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1996
- Ostwald, M. J. "Fracatal Architecture": Late Twentieth Century Connections Between Architecture and Fractal Geometry". *Nexus Network Journal*, v.3, n.1, Winter 2001. 2001.
- Palen, J. J. *O mundo urbano*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. s.f. 529 p.
- Paz, O. *Corriente Alterna*. Mexico: Siglo XXI. 1967. 223 p.
- Peres, F. D. R. *Memória da Sé*. Bahia: Edições Macunaíma. 1974. 255 p.
- Pevsner, N. *The Sources of Modern Architecture and Design*. Londres/New York: Thames and Hudson. 1986. 216 p. (World of Art)
- Pierotti, P. *Urbanistica: storia e prassi*. Firenze: Marchi & Bertolli editori. 1972. 323 p.
- Pietilä, R. "Entrevista a Carmine Benincasa". *Summarios* 1980.
- Pignatari, D. *Semiótica da Arte e da Arquitetura*. São Paulo: Cultrix. 1981. 144 p.
- Pirenne, H. *Las ciudades de la Edad Media*. Madrid: Alianza Editorial. 1972. 167 p. (Colección de Bolsillo)
- Popper, K. R. *La miseria del historicismo*. Madrid: Alianza/Taurus. 1973. 181 p.
- Prigogine, I. e I. Stengers. *Entre o tempo e a eternidade*. Lisboa: Gradiva Publicações. 1990. 267 p.

- _____. *A nova aliança. Metamorfose da ciência.* Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1991. 247 p.
- Quetglas, J. "Marx en Detroit, Tronti en Venecia". In: G. Ciucci, F. Dal Co, et al (Ed.). *La Ciudad Americana: de la guerra civil al New Deal.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975, p.VII-XV. (Biblioteca de Arquitectura)
- _____. "Nubes, Angeles, Ciudades". *Apuntes, ETSAB, Barcelona,* v.4. 1989.
- _____. *Habitar.* Barcelona: 8 p. 1994.
- _____. "Não te Iludas". *(Sic) Arquitetura Revista* 1997.
- _____. *El Horror Cirstalizado: Imágenes del Pabellón de Alemania de Mies van der Rohe.* Barcelona: Actar. 2001
- Rama, A. *A cidade das letras.* São Paulo: Editora Brasiliense. 1985. 157 p.
- Reis Filho, N. G. *Contribuição ao estudo da Evolução urbana do Brasil. (1500/1720).* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1968. 235 p.
- Riegl, A. *Le Culte Moderne des Monuments : Son Essence et sa Genèse.* Paris: Éditions du Seuil. 1984. 124 p.
- _____. *El Culto Moderno a los Monumentos: caracteres y origen.* Madrid: Visor. 1987. 99 p. (La Balsa de la Medusa)
- Roncayolo, M. "Cidade". In: R. Romano (Ed.). *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, v.8 - Região, 1986, p.396-487
- Rouanet, S. P. "Apresentação". In: W. Benjamin (Ed.). *Origem do drama barroco alemão.* São Paulo: Brasiliense, 1984, p.11-47
- Ruskin, J. *Las siete lámparas de la arquitectura.* Barcelona: Editorial Alta Fulla. 1988. 252 p.
- Salvador, P. M. *Lei N. 2403 - Código de Urbanismo e obras do Município do Salvador.* Salvador 1972.
- Salvador, P. M. D. C. D. *PLANDURB. Modelo Físico Territorial/Avaliação de Alternativas de Estrutura Urbana/Estrutura Urbana para Salvador 1990/Sistema de Transporte Proposto.* Orgão Central de Planejamento. Salvador. s/d-a
- _____. *PLANDURB. Modelo Físico Territorial/Quadro Geral de Objetivos/Metodologia.* Orgão Central de Planejamento. Salvador. s/d-b
- Salvador, P. M. O. C. D. P. *EPUCS - Uma experiência de Planejamento Urbano.* Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador. 1976. 181 p.

- Sampaio, A. H. L. Formas Urbanas: Cidade Real & Cidade Ideal; Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora/PPGAU, FAUFBA. 1999. 432 p.
- Santos, D. M. D. Axé Opô Afonjá. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. 1962. 109 p.
- Santos, M. O centro da cidade do Salvador. Estudo de geografia urbana. Salvador: Livraria Progresso Editora. 1959. 200 p.
- Santos Neto, I. D. C. Centralidade urbana. Espaço & Lugar. Esta questão na cidade do Salvador. (Tese de doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 1991.
- _____. "Esquizópolis". Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP: 37-44 p. 1993.
- Scalvini, M. L. "Lingüística estructural y la semiótica de la literatura: Modelos optativos de crítica arquitectónica". In: G. Broadbent, R. Bunt, et al (Ed.). El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico. México: Limusa, 1984, p.421-432
- Scheinowitz, A. S. O Macroplanejamento da Aglomeração de Salvador. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia - EGBA. 1998. 314 p.
- Sica, P. Antologia di urbanistica dal Settecento ad oggi. Roma-Bari: Editori Laterza. 1980. 649 p.
- _____. Historia del Urbanismo. El Siglo XIX. (2vol.). Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local. 1981a
- _____. Historia del Urbanismo. El siglo XX. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local. 1981b
- Silva, S. C., Bandeira De Mello E. "Cartografia da acessibilidade e da interação no Estado da Bahia". Geografia, v.7, n.13-14, p.51-73. 1982.
- Sitte, C. "Construcción de Ciudades según Principios Artísticos" (1889) Trad. Canosa(1926). In: G. R. Collins e C. C. Collins (Ed.). Camillo Sitte y el Nacimiento del Urbanismo Moderno. Barcelona: Gustavo Gili, 1988
- Sklovskij, V. "L'arte come procedimento". In: T. Todorov (Ed.). I formalisti Russi. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1968, p.73-94
- Smolka, M. "Estruturação intra-urbana e desenvolvimento industrial capitalista". Cadernos PUR/UFRJ. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro: 67-99 p. 1986.
- Sontag, S. Ensaio sobre Fotografia. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1986. 178 p.
- Soriano, O. Artistas, locos y criminales. Madrid: Mondadori España. 1990

- Summerson, J. "The Past in the Future". In: J. Summerson (Ed.). Heavenly Mansions and other essays on architecture. New York: The Norton Library, 1963, p.219-242
- Suquet-Bonnaud, A. Le Problème des Centres de Villes a l'Étranger. Paris: Editions l'Information du Batiment - Société d'Édition d'Enseignement Supérieur. 1966. 127 p.
- Sutcliffe, A. Ocaso y Fracaso del Centro de Paris. Barcelona: Gustavo Gili. 1970 (Colección Ciencia Urbanística)
- _____. The Rise of the Modern Urban Planning, 1800-1914. London: Mansell. 1980
- Tafuri, M. "Il problema dei centri storici all'interno della nuova dimensione cittadina". In: V.V.A.A. (Ed.). La Città Territorio - Problema della nuova dimensioni. Un esperimento didattico sul centro direzionale de Centocelle in Roma.... Bari: Leonardo da Vinci Editrice, 1964
- _____. "Para una crítica de la ideología arquitectónica". In: M. Tafuri, M. Cacciari, et al (Ed.). De la vanguardia a la metropoli. Crítica radical a la arquitectura. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1972, p.13-78. (Colección Architecture y Crítica)
- _____. La Arquitectura del Humanismo. Madrid: Xarait Ediciones. 1978. 143 p.
- _____. Teorias e História da Arquitectura. Lisboa: Presença/Martins Fontes. 1979. 286 p.
- _____. "Strategie di sviluppo urbano nell'Italia del Rinascimento". Zodiac. 1: 12-43 p. 1989.
- _____. Austromarxismo y Ciudad: "Das Rote Wien". Barcelona: Ed. ETSAB. s/d. 84 p.
- Tavares, D. Miguel Ângelo: A Aprendizagem da Arquitectura. Porto: FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 2002. 115 p. (Seis Lições)
- Tomasi Di Lampedusa, G. O Leopardo. São Paulo: Difel- Difusão Europeia do Livro. 1960
- Topalov, C. "De la 'cuestión social' a los 'problemas urbanos': los reformadores y la población de las metrópolis a principios del siglo XX". Revista Internacional de ciencias sociales. Barcelona: UNESCO/Hogar del Libro. XLII: 337-354 p. 1990.
- _____. "Da questão social aos problemas urbanos : os reformadores e a população da metrópoles em princípios do século XX". In: L. C. Queiroz Ribeiro e R. Pechman (Ed.). Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.23-52
- Trias, E. Lógica del Límite. Barcelona: Ediciones Destino. 1991. 548 p.
- Turner, J. F. C. e R. Fichter, Eds. Libertad para Construir: el proceso habitacional controlado por el usuario. México: Siglo Veintiuno Editores, p.283ed. 1976.
- Tzonis, A. e L. Lefaivre. "El Regionalismo Crítico y la arquitectura española actual". A&V: monografías de arquitectura y vivienda. 1985: 4-19 p. 1985.

- Venturi, R. "Functionalism, yes, but..." Colección Summarios. III: 4 p. 1978.
- Venturi, R., S. Izenour, et al. Apreniendo de Las Vegas: el simbolismo olvidado de la forma arquitectónica. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1982. 228 p. (Colección Punto y Línea)
- Vilar, P. Iniciación al vocabulario del análisis histórico. Barcelona: Editorial Crítica. 1982. 315 p.
- Wallerstein, I. El capitalismo histórico. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores. 1988. 101 p. (Sociología y Política)
- Whittick, A. Enciclopedia de la Planificación Urbana. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local. 1975. 1405 p.
- Wiener, N. Cibernética: o el control y la comunicación en animales y máquinas. Barcelona: Tusquets Editores. 1985. 266 p. (Metatemáticas)
- Wolf, A. "News on the Ebstorf World Map: date, origin, authorship". In: M. Pelletier (Ed.). Géographie du monde au moyen âge et à la renaissance. Paris: Éditions du C.T.H.S. (Comité des Travaux Historiques et Scientifiques), 1989, p.51-68
- Wood, E. M. "O que é a agenda 'pós-moderna'?" In: E. M. Wood e J. B. Foster (Ed.). Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.7-22
- Woodward, D. "Medieval world maps". In: M. Pelletier (Ed.). Géographie du monde au moyen âge et à la renaissance. Paris: Éditions du C.T.H.S. (Comité des Travaux Historiques et Scientifiques), 1989, p.7-8
- Wrigley, E. A. "A Simple Model of London's importance in changing English society and economy". In: P. Abrams e E. A. Wrigley (Ed.). Towns in Societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1978
- Zevi, B. Saber Ver la Arquitectura. Buenos Aires: Editorial Poseidon. 1951. 175 p.

Bibliografia não referida na tese

- Abercrombie, P. *Planeamiento de la Ciudad y del Campo*. Madrid: Espasa-Calpe, S. A. 1936. 280 p.
- Adorno, T. W. *Teoria Estética*. Madrid: Taurus Ediciones. 1980. 479 p.
- Ahmad, A. "Cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais". In: E. M. Wood e J. B. Foster (Ed.). *Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.59-73
- _____. *Linhagens do Presente: Ensaio*. São Paulo: Boitempo. 2002. 287 p.
- Alba, A. F. *Neoclasicismo y Postmodernidad. En torno a la última Arquitectura*. Madrid: Hermann Blume. 1983. 168 p.
- _____. *La Metrópoli vacía. Aurora y crepúsculo de la arquitectura en la ciudad moderna*. Barcelona: Editorial Anthropos. 1990. 206 p.
- Alegria, M. F. e J. C. Garcia. "Etapas de evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)". In: I. C. D. Catalunya e U. A. D. Barcelona (Ed.). *La cartografía de la Península Ibérica i la seva extensió al continent Americà*. Barcelona: Institut Cartogràfic de Catalunya, 1991, p.225-279
- Alexander, C., S. Hisrew, et al. "Viviendas Generadas por 'Patterns'". In: D. Lewis (Ed.). *El Crecimiento de las Ciudades*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972, p.108-139
- Alexander, C., S. Ishikawa, et al. "Serie de patterns que generan centros de servicios múltiples". In: D. Kennedy e M. I. Kennedy (Ed.). *La ciudad interior*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978, p.137-177. (Colección Ciencia Urbanística)
- Alquier, F. "Contribución al estudio de la renta del suelo urbano". Unidad de Estudio, División de Arquitectura, Universidad del Valle. Cali, Colombia. 1971
- Anca. *Per una Revisione Critica del Problema dei Centri Storici - Atti dei Seminariod'estudio dell'ANCSA, Gubbio, 5-6 Settembre*: ASSOCIAZIONE NAZIONALE CENTRI STORICO - ARTISTICI. 1970
- Andrade, R. D. M. F. D. *Rodrigo e seus tempos. Coletânea de textos sobre artes e letras*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura. Fundação Nacional Pró-Memória. 1986. 355 p.
- Añon, J., R. Martinez, et al. "La renovación urbana como objetivo". In: F. Pol (Ed.). *Arquitectura y urbanismo en las ciudades históricas*. Madrid: Universidad Internacional Menéndez Pelayo/Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, 1988, p.54-63
- Apel, K.-O. *La transformación de la filosofía I : Análisis del lenguaje, semiótica y hermenéutica*. Madrid: Taurus Ediciones. 1985. 375 p.
- _____. *La transformación de la filosofía II : El a priori de la comunidad de comunicación*. Madrid: Taurus Ediciones. 1985. 429 p.
- Aquino, R. "Teses ditas do Centro da Cidade do Salvador". In: G. D. E. D. Bahia e P. D. C. D. Salvador (Ed.). *1º Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-FPACBA/Orgão Central de Planejamento - OCEPLAN, 1977, p.59-64
- Arac, J., Ed. *Postmodernism and Politics*. Theory and History of Literature. Manchester: Manchester University Press, p.171, Theory and History of Literatureed. 1986.
- Arantes, A. A., Ed. *Produzindo o Passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense, p.255ed. 1984.
- Arantes, A. A., W. Bolle, et al. "Cultura, Patrimônio e Preservação - Mesa Redonda". In: A. A. Arantes (Ed.). *Produzindo o passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.79-96
- Argan, G. C. *Historia del arte como historia de la ciudad*. Barcelona: Editorial Laia. 1984. 267 p.

- Ashworth, G. J. e J. E. Tunbridge. The Tourist-Historic City. London - New York: Belhaven Press. 1990. 283 p.
- Attali, J. Historias del Tiempo. México: Fondo de Cultura Económica. 1985
- Aujac, G. "L'île de Thulée, de Pithéas à Ptolémée". In: M. Pelletier (Ed.). Géographie du monde au moyen âge et à la renaissance. Paris: Éditions du C.T.H.S. (Comité des Travaux Historiques et Scientifiques), 1989, p.181-190
- Aymonino, C. Orígenes y Desarrollo de la Ciudad Moderna. Barcelona: Gustavo Gili. 1972. 329 p. (Colección Ciencia Urbanística)
- _____. Lo studio dei fenomeni urbani. Roma: Officina Edizioni. 1977. 228. il. p. (Collana di Architettura)
- _____. O Significado das Cidades. Lisboa: Presença. 1984. 243 p.
- Azevedo, A. D. "Fisionomia da cidade do Salvador". In: V.V.A.A. (Ed.). Cidade do Salvador. Aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960, p.50-54
- Azevedo, E. B. D., Ed. Requalificação Urbana e Cultura da Cidade. Salvador: FAUFBA - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, p.227ed. 2003.
- Azevedo, P. O. D. "O Caso Pelourinho". In: A. A. Arantes (Ed.). Produzindo o passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.219-255
- Azevedo, T. D. "A cidade do Salvador no começo do século XIX". In: V.V.A.A. (Ed.). Cidade do Salvador. Aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960, p.70-75
- _____. Povoamento da cidade do Salvador. Salvador: Editora Itapuã. 1969. 428 p.
- _____. "Cidade e Cultura - O caso de Salvador". In: G. D. E. D. Bahia e P. D. C. D. Salvador (Ed.). 1º Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-FPACBA/Orgão Central de Planejamento - OCEPLAN, 1977, p.41-58
- Bahia, G. D. E.-C. D. D. R. M. D. S.-C. Proposta de Valorização do Centro Histórico de Salvador. Salvador. 1978. 50 p.
- Bahia, G. D. E. C. D. D. R. M. D. S.-C. F. D. P. A. E. C. D. B.-F. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico da RMS-1977/78: Projeto Plano Diretor do Pelourinho - PLANDIP. CONDER/FPACBA. 1977
- Bahia, G. D. E. D. e P. D. C. D. Salvador, Eds. 1º Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-FPACBA/Orgão Central de Planejamento - OCEPLAN, p.231ed. 1977.
- Bahia, G. D. E. S. D. P. C. E. T.-C. C. D. D. R. M. D. S. Transporte de Massa de Salvador. Relatório Síntese. 1985
- _____. Transporte de Massa de Salvador. Estudo Básico 1985. Salvador. 1986
- Bahia, G. D. E. S. D. S. E. D. U.-C., Ed. A Grande Salvador/Pose e Uso da Terra. Salvador: CEDURB, Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbanaed. 1978.
- Bahia, G. D. E.-S. D. T. E. B. S.-F. Diagnóstico Habitacional da RMS. Salvador: SETRABES-FUNDESCO. 1978
- Barat, J. Introdução aos Problemas Urbanos Brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1979. 249 p.
- Baratelli, A. Città e architettura in Brasile. Firenze: Alinea editrice. 1990. 149 p.
- Barber, P. "Old encounters news: the Aslake World Map". In: M. Pelletier (Ed.). Géographie du monde au moyen âge et à la renaissance. Paris: Éditions du C.T.H.S. (Comité des Travaux Historiques et Scientifiques), 1989, p.69-88
- Bardet, G., Ed. Pierre sur Pierre. Construction du Nouvel Urbanisme. Paris: Éditions L.C.B. Section Bâtiment, p.289ed. 1945?
- Barone, A. C. C. Team 10: Arquitetura como Crítica. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2002. 199 p.

- Bastide, R. "Rio de Janeiro e São Paulo em contraste". In: F. Fernandez (Ed.). Comunidade e Sociedade no Brasil. Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p.252-259. (Biblioteca Universitária-Ciências Sociais)
- _____. Brasil, terra de contrastes. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL/ Difusão Editorial. 1980. 283 p.
- Bastide, R. e F. Fernandes. "A estratificação racial na sociedade de castas". In: F. Fernandez (Ed.). Comunidade e Sociedade no Brasil. Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p.364-374. (Biblioteca Universitária-Ciências Sociais)
- Beaujeu-Garnier, J. Geografia Urbana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1983. 446 p.
- Benevolo, L. A Cidade e o Arquiteto. Método e História na Arquitetura. São Paulo: Perspectiva. 1984. 144 p.
- _____. O Último Capítulo da Arquitetura Moderna. Lisboa: Edições Setenta/Martins Fontes. 1985. 235 p.
- Benincasa, C. "Entrevista a Reima e Raili Pietilä". Summarios. VIII: 145-151 p. 1980.
- Benjamin, W. "N [Re the Theory of Knowledge, Theory of Progress]". In: G. Smith (Ed.). Benjamin. Philosophy, Aesthetics, History. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1983/1989, p.43-83
- _____. "Paris, capital do século XIX". Espaço & Debates. Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo: NERU- Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. ano IV: 5-13 p. 1984.
- _____. "A Paris do Segundo Imperio em Baudelaire". In: F. R. Kothe (Ed.). Walter Benjamin. São Paulo: Atica, 1985
- _____. "Paris, Capital do século XIX". In: F. R. Kothe (Ed.). Walter Benjamin. São Paulo: Atica, 1985
- _____. "Parque Central". In: F. R. Kothe (Ed.). Walter Benjamin. São Paulo: Atica, 1985
- _____. "Sobre a atual posição social do escritor francês". In: F. R. Kothe (Ed.). Walter Benjamin. São Paulo: Atica, 1985
- _____. "Brinquedo e brincadeira. Observações sobre uma obra monumental". In: W. Benjamin (Ed.). Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. "A crise do romance. Sobre Alexanderplatz, de Doblin". In: W. Benjamin (Ed.). Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie. Escritos Escolhidos. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo. 1986. 204 p.
- _____. "A doutrina das semelhanças". In: W. Benjamin (Ed.). Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. "Franz Kafka. A propósito do décimo aniversário de sua morte". In: W. Benjamin (Ed.). Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. "História cultural do brinquedo". In: W. Benjamin (Ed.). Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. "A imagem de Proust". In: W. Benjamin (Ed.). Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. "Livros infantis antigos e esquecidos". In: W. Benjamin (Ed.). Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. Ed. Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, p.256ed. 1986.
- _____. "Melancolia de esquerda. A propósito do livro de poemas de Erich Kästner". In: W. Benjamin (Ed.). Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986

- _____. "O autor como produtor". In: W. Benjamin (Ed.). *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. "O surrealismo. O último instantâneo da inteligência europeia". In: W. Benjamin (Ed.). *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. "Pequena história da fotografia". In: W. Benjamin (Ed.). *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. "Que é o teatro épico? Um estudo sobre Brecht". In: W. Benjamin (Ed.). *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. "Robert Walser". In: W. Benjamin (Ed.). *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- _____. "Teorias do Fascismo Alemão. Sobre a coletânea Guerra e Guerreiros, editada por Ernst Jünger". In: W. Benjamin (Ed.). *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- Berger, J. *Y nuestros rostros, mi vida, breves como fotos*. Madrid: Hermann Blume. 1986. 106 p.
- _____. *Mirar*. Madrid: Hermann Blume. 1987. 176 p. (Arte. Perspectivas)
- Beringuier, C., M. Castells, et al., Eds. *Urbanismo y Práctica política*. Realidad Geográfica. Barcelona: Libros de la Frontera, p.164, Realidad Geográficaed. 1974.
- Berman, M. *Tudo que é sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Companhia das Letras. 1986. 360 p.
- Berndt, H., A. Lorenzer, et al., Eds. *La arquitectura como ideología*. Colección Arquitectura Contemporánea. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, p.143, Colección Arquitectura Contemporáneaed. 1974.
- Blanc-Pamard, C. e J.-P. Raison. "Paisagem". In: R. Romano (Ed.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, v.8 - Região, 1986, p.138-160
- Blau, J. "La estructura del significado en arquitectura". In: G. Broadbent, R. Bunt, et al (Ed.). *El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico*. México: Limusa, 1984, p.343-380
- Bloch, M. *La société féodale. La formation des liens de dépendance*. Paris: Editions Albin Michel. 1939
- Bolle, W. "Cultura, patrimônio e preservação" Texto I. In: A. A. Arantes (Ed.). *Produzindo o Pasado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.11-23
- _____. "A cidade sem nenhum caráter. Leitura da Paulicéia desvairada de Mário de Andrade". *Espaço & Debates. Revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo: NERU- Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. ano IX: 14-27 p. 1989.
- Bonta, J. "Notas para una teoría del significado en diseño". In: G. Broadbent, R. Bunt, et al (Ed.). *El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico*. México: Limusa, 1984, p.285-320
- Borges, J. L. "El idioma analítico de John Wilkins". In: J. L. Borges (Ed.). *Obras Completas*. Buenos Aires: Emecé, 1974, p.706-709
- Borja, J. "As Cidades e o Planejamento Estratégico: uma reflexão Européia e Latino-Americana." In: T. Fischer (Ed.). *Gestão Contemporânea: Cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996, p.79-99
- Bosi, V. "Núcleos históricos: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pro-Memória -SPHAN: 134-146 p. 1986.
- Bourdé, G. e H. Martin. *Les écoles historiques*. Paris: Éditions du Seuil. 1983. 418 p.
- Brandão, M. D. A. "Planejar o Núcleo Histórico". In: G. D. E. D. Bahia e P. D. C. D. Salvador (Ed.). *1º Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-FPACBA/Orgão Central de Planejamento - OCEPLAN, 1977, p.65-76
- _____. "A Miragem: notas sobre a ideologia do planejamento urbano". *Planejamento*. Salvador: Fundação de Pesquisas - CPE. 6: 7-14 p. 1978.
- _____. "Origens da expansão periférica de Salvador". *Planejamento*. Salvador: Fundação de Pesquisas - CPE. 6: 155-172 p. 1978.

- _____. "O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador". In: L. D. P. Valladares (Ed.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980
- Brandão, M. D. D. A. "Estrutura física, organização social, e dinâmica do crescimento de Salvador". In: V.V.A.A. (Ed.). *Cidade do Salvador. Aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960, p.98-112
- Brandi, C. *Teoría de la Restauración*. Madrid: Alianza Editorial. 1988
- Braudel, F. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura Económica. 1953/87. 858+945 p.
- _____. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema. 1985
- _____. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença. 1985
- Broadbent, G. "El Significado en Arquitectura". In: C. Jencks e G. Baird (Ed.). *El Significado en Arquitectura*. Madrid: Hermann Blume, 1975, p.`51-83
- _____. *Diseño arquitectónico. Arquitectura y Ciencias Humanas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1976. 464 p.
- _____. "Neo-Clasicismo". *Summarios*. Buenos Aires: Ediciones Summa S.A.: 4-36 p. 1982.
- _____. "El diseño arquitectónico como sistema de signos icónicos". In: G. Broadbent, R. Bunt, et al (Ed.). *El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico*. México: Limusa, 1984, p.321-342
- _____. "Las Estructuras Profundas de la Arquitectura". In: G. Broadbent, R. Bunt, et al (Ed.). *El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico*. México: Limusa, 1984, p.129-178
- Broadbent, G., R. Bunt, et al., Eds. *El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico*. México: Limusa, p.459ed. 1984.
- Browne C., E. e G. Geise G. "¿Planificación para los planificadores o para el cambio social?" In: M. Castells (Ed.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973, p.315-338. (Colección Ciencia Urbanística)
- Brownell, B. A. "Urban planning, the planning profession, and the motor vehicle in early twentieth-century America". In: G. E. Cherry (Ed.). *Shaping an Urban World*. London: Mansell, 1980, p.59-78
- Bruant, C. "Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada". In: L. C. Queiroz Ribeiro e R. Pechman (Ed.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.167-202
- Brun, B., P. Lemonnier, et al. "Ambiente". In: R. Romano (Ed.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, v.8 - Região, 1986, p.11-36
- Bruschi, S. "La Disciplina Jurídica en el Centro Histórico". In: F. Ciardini e P. Falini (Ed.). *Los Centros Históricos. Política Urbanística y Programas de Actuación*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983
- Bullrich, F. "Ciudades creadas en el siglo XX. Brasilia". In: R. Segre (Ed.). *América Latina en su Arquitectura*. México: Siglo XXI editores, 1981, p.129-140. ("América LATina en su Cultura")
- Bunt, R. "Introducción a la parte III ". In: G. Broadbent, R. Bunt, et al (Ed.). *El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico*. México: Limusa, 1984, p.381-386
- _____. "La incompatibilidad entre la lingüística y la estética". In: G. Broadbent, R. Bunt, et al (Ed.). *El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico*. México: Limusa, 1984, p.433-450
- Cacciari, M. "Dialéctica de lo negativo en la época de la Metrópoli". In: M. Tafuri, M. Cacciari, et al (Ed.). *De la vanguardia a la metropoli. Crítica radical a la arquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1972, p.79-152. (Colección Architecture y Crítica)
- Calabi, D. e F. Indovina. "Sull'uso capitalistico del territorio". In: G. Lusso (Ed.). *Economia e territorio*. Milano: Franco Angeli Editore, 1974, p.205-222
- Capel, H. "Introducción". In: C. Beringuier, Castells, Manuel; Remy, Jean & Mingasson, Christian (Ed.). *Urbanismo y Práctica política*. Barcelona: Libros de la Frontera, 1974, p.7-30. (Realidad Geográfica)
- _____. *Capitalismo y morfología urbana en España*. Barcelona: Libros La Frontera. 1975

- Capel Saez, H. *Estudios sobre el sistema urbano*. Barcelona: Ediciones de la Universidad de Barcelona. 1974. 203 p.
- Capitel, A. *Metamorfosis de monumentos y Teorías de la Restauración*. Madrid: Alianza. 1988
- Cardoso, A. L. "Construindo a utopia: Lúcio Costa e o pensamento urbanístico no Brasil". *Espaço & Debates. Revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo: NERU- Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. ano IX: 76-91 p. 1989.
- _____. "O urbanismo de Lúcio Costa: contribuição brasileira ao concerto das nações". In: L. C. Queiroz Ribeiro e R. Pechman (Ed.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.95-122
- Cardoso, F. H. "La ciudad y la política". In: M. Scheingart (Ed.). *Urbanización y dependencia en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1973, p.176-205
- _____. "Aspectos políticos do planejamento". In: B. M. Lafer (Ed.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p.161-184
- Carneiro, E. *Ursa Maior*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Conselho Editorial da UFBA. Centro de Estudos Afro Orientais. 1980
- _____. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1988. 268 p. (Brasiliense)
- _____. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1991. 145 p.
- Carnoy, M. *Estado e teoria política*. Campinas-SP: Papirus. 1986. 339 p.
- Carvalho, A. D. D. S. "O Crescimento recente da cidade do Salvador". In: V.V.A.A. (Ed.). *Cidade do Salvador. Aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960, p.78-89
- Castells, M., Ed. *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Colección Ciencia Urbanística. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, p.464, Colección Ciencia Urbanísticaed. 1973.
- _____. "La urbanización dependiente en América Latina". In: M. Castells (Ed.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973, p.7-26. (Colección Ciencia Urbanística)
- _____. *Problemas de investigación en sociología urbana*. Madrid/Buenos Aires. 1975. 278 p.
- _____. *A Questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983
- Castro, S. R. D. "Tombamento e proteção aos bens culturais". In: A. Pessoa (Ed.). *Direito do Urbanismo. Uma visão sócio-jurídica*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/ Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1981, p.167-188
- _____. *O Estado na preservação de bens culturais : o tombamento*. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1991. 161 p.
- Catalunya, I. C. D. e U. A. D. Barcelona, Eds. *La cartografia de la Península Ibèrica i la seva extensió al continent Americà*. Barcelona: Institut Cartogràfic de Catalunya, p.279ed. 1991.
- Cerasi, M. *El espacio colectivo de la ciudad*. Vilassar de Mar - Barcelona: Oikos-Tau. 1990. 184 p. (Colección de Urbanismo Oikos-Tau)
- Cervellati, P. L. "El Proyecto de la Conservación". In: F. Ciardini e P. Falini (Ed.). *Los Centros Históricos. Política Urbanística y Programas de Actuación*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983
- _____. *La Città Bella. Il recupero dell'ambiente urbano*. Bologna: Società Editrice Il Mulino. 1991. 104 p. (Contemporanea. Fatti, idee, cultura, costume, nel mondo degli Anni Ottanta)
- Cervellati, P. L. e R. Scannavini. *Bolonia. Política y metodología de la restauración de Centros Históricos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1976. 124 p. (Materiales de la Ciudad)
- Cervellati, P. L., R. Scannavini, et al. *La Nouvelle Culture Urbaine. Bologne face a son patrimoine*. Paris: Editions du Seuil. 1981
- Ceschi, C. *Teoria e Storia del Restauro*. Roma: Mario Bulzoni Editore. 1970
- Chadwick, G. *Una visión sistémica del planeamiento*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. 1973. 360 p. (Colección Ciencia Urbanística)

- Chapuy, P. M. B. "France". In: R. H. Williams (Ed.). *Planning in Europe. Urban and Regional Planning in the EEC*. London: George Allen & Unwin, 1984, p.37-48. (Urban and Regional Studies)
- Chaunu, P. *La expansión europea (siglos XIII al XV)*. Barcelona: Editorial Labor. 1982. 339 p. (Nueva Clío: La Historia y sus problemas)
- _____. *La civilisation de l'Europe classique*. Paris: Les Éditions Arthaud. 1984. 509 p.
- _____. *História da América Latina*. São Paulo: Bertrand Brasil. s.f. 126 p.
- Cherry, G. E., Ed. *Shaping an Urban World*. 'Planning and the environment in the modern world'. London: Mansell Publishing, p.259, 'Planning and the environment in the modern world'ed. 1980.
- _____. *Cities and plans. The shaping of urban Britain in the nineteenth and twentieth centuries*. Londres: Edward Arnold. 1988. 210 p.
- Ciardini, F. e P. Falini . Eds. *Los Centros Históricos. Política Urbanística y Programas de Actuación*. Barcelona: Gustavo Gili. ed. 1983.
- Ciucci, G., F. Dal Co, et al., Eds. *La ciudad americana. De la guerra civil al New Deal*. Barcelona: Gustavo Gili, p.528ed. 1975.
- Civita, M. *Conservare per Sopravvivere. Conservazione in Baeza*. Baeza: Universidad Internacional "Antonio Machado"de Baeza. 1984
- Clementi, A. e F. Perego, Eds. *Eupolis. La riqualificazione delle città in Europa. Periferie oggi*. Biblioteca di Cultura Moderna. Roma-Bari: Gius, Laterza & Figli, v.I., p.605, Biblioteca di Cultura Moderna ed. 1990.
- _____. Eds. *Eupolis. La riqualificazione delle città in Europa.Periferie in cantiere*. Biblioteca di Cultura Moderna. Roma-Bari: Gius, Laterza & Figli, v.II., p.707, Biblioteca di Cultura Modernaed. 1990.
- Cordiviola, A. R. *Mídia, Arquitetura, Cidade: Salvador "Fin de Siècle"*. 3º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Carlos, S.P., 1994. p.
- _____. "Salvador e a Cidade Central". *Análise e Dados*. 8: 70-74 p. 1998.
- _____. *Notas sobre o Saber Projetar. Vitruvius 2001*.
- _____. "Quem faz Salvador uma Cidade Invisível?" In: A. M. D. C. E. A. Luz (Ed.). *Quem Faz Salvador?* Salvador: UFBA, 2002, p.35-40
- _____. "Mundo, Redes, Trabalho e Festas". In: E. B. D. Azevedo (Ed.). *Requalificação Urbana e Cultura da Cidade*. Salvador: FAUFBA - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 2003, p.89-92
- Cordiviola, A. R., C. Garcia, et al. "La formación de Nou Barris, Dinámica y explosión de la construcción residencial en la periferia barcelonesa, 1897-1935". In: A. Barcelona (Ed.). *III Congrés d'història de Barcelona: ponències i comunicacions : La ciutat i el seu territori, dos mil anys d'història. Balanc historiogràfic d'una decada*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, v.2, 1993, p.559-572
- Cordiviola, A. R., C. Garcia Soler, et al. *Treball de precatalogació del districte de Nou Barris per a la revisió del catàleg del patrimoni arquitectònic històric-artístic de la ciutat de Barcelona*. Barcelona 1992.
- Cordiviola, A. R. e M. Virgens. "City and Fiesta: The Carnival of Salvador and the Nagô City. In: C. C. Davidson (Ed.). *Anybody*. New York/Cambridge/London: The MIT Press, 1997, p.64-73
- Cordiviola, A. R. e C. Zollinger. "Politics, Space and Transportation: History of Space Structure Logic in a Dependent City - Interurban and Intraurban Nets in Salvador". Intenational Workshop: Concepts and Paradigms of Urban Management in the Context of Developing Countries. Venice: N-AERUS. MARCH 11-12 1999, 1999. p.
- Costa, L. "Relatorio do Plano Piloto de Brasília". *Cadernos de Arquitetura*. Brasília: IAB-DF: 4-22 p. 1969.
- Culot, M. "Canibalismo ¿La comida echada a perder?" *Arquitectura*. Madrid: 64-66 p. 1978.

- _____. "La vuelta atrás, una aventura de creación". In: F. Pol (Ed.). *Arquitectura y urbanismo en las ciudades históricas*. Madrid: Universidad Internacional Menéndez Pelayo/Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, 1988, p.16-23
- Cunningham, S. M. "Brazilian cities old and new: growth and planning experiences". In: G. E. Cherry (Ed.). *Shaping an Urban World*. London: Mansell, 1980, p.181-202
- Dal Co, F. "Futurismo y Vanguardia en la ideología de la arquitectura soviética de los años veinte". In: M. Tafuri, M. Cacciari, et al (Ed.). *De la vanguardia a la metrópoli. Crítica radical a la arquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1972, p.153-205. (Colección Architecture y Crítica)
- _____. "De los parques a la región: ideología progresista y reforma de la ciudad americana". In: G. Ciucci, F. Dal Co, et al (Ed.). *La Ciudad Americana: de la guerra civil al New Deal*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975, p.139-293. (Biblioteca de Arquitectura)
- De Fusco, R. "Hipótesis para el Signo Arquitectónico". *Summarios*. V: 324-328 p. 1979.
- De Paula, A. S. J. "Neoclasicismo en América latina". *Summarios*. Buenos Aires: Ediciones Summa S.A.: 12-23 p. 1982.
- De Soto, H. *O Mistério do Capital*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2001. 306 p.
- De Souza, A. L. "A data da fundação da cidade". In: V.V.A.A. (Ed.). *Cidade do Salvador. Aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960, p.30-33
- Dos Santos, C. N. F. "Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo". *Projeto*: 59-63 p. 1986.
- Ducrot, O. e T. Todorov. *Diccionario das Ciências da Linguagem*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1982
- Eagleton, T. "De onde vêm os pós-modernistas?" In: E. M. Wood e J. B. Foster (Ed.). *Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.23-32
- Edel, M. *La teoría marxista de la renta: Aplicaciones urbanas s/d*.
- Eisenman, P. *Eisenman Architects: Selected and Current Works*. Victoria: Images Publishing. 1995. 256 p. (The Master Architect Series)
- _____. "Eleven Points on Knowledge and Wisdom". In: C. C. Davidson (Ed.). *Anywise*. New York/Cambridge/London: Anyone Corporation/The MIT Press, 1996, p.48-55
- Elias, N. *La Sociedad Cortesana*. Mexico: Fondo de Cultura Económica. 1982
- _____. *Humana conditio. Consideraciones en torno a la evolución de la humanidad en el cuadragésimo aniversario del fin de una guerra (8 de mayo de 1985)*. Barcelona: Ediciones Península. 1988. 149 p.
- _____. *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. México: Fondo de Cultura Económica. 1989. 581 p.
- _____. *Mozart. Sociología de um génio*. Barcelona: Ediciones Península. 1991. 155 p.
- Engels, F. *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado: En relación con las investigaciones de L.H. Morgan*. Moscú: Editorial Progreso. 1953. 215 p.
- Fathy, H. *Construindo com o Povo. Arquitetura para os pobres*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 182. 235+il. p.
- Febvre, L. "Les lumières de Clio". In: L. E. A. Febvre (Ed.). *Le Nouveau Monde et l'Europe*. Genève: Éditions de la Baconnière. Neuchatel, 1954, p.11-30. (Rencontres Internationales de Genève)
- _____. *Michelet et la Renaissance*. Paris: Flammarion. 1992. 400 p.
- Fernandes, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975. 157 p.
- _____. "Introdução". In: F. Fernandes (Ed.). *MARX, ENGELS: História*. São Paulo: Atica, 1983, p.9-145
- Fernandez Duran, R. *Transporte, espacio y capital*. Madrid: Editorial Nuestra Cultura. 1980. 405 p.

- Ferrater Mora, J. *Visões da História*. Porto: RÉ S - Editora. s. d. 157 p.
- Feyerabend, P. *Adios a la razón*. Madrid: Editorial Tecnos. 1984. 195 p.
- Fischer, T., F. Heber, et al. "Centro Histórico de Salvador: a Gestão em Parceria de Novos Tempos e Novos Espaços". In: T. Fischer (Ed.). *Gestão Contemporânea: Cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.165-182
- Folin, M., Ed. *La ciudad del capital y otros escritos*. Colección Ciencia Urbanística. Barcelona: Ediciones Gustavo Gili, p.244, Colección Ciencia Urbanísticaed. 1976.
- Foster, J. B. "Em defesa da História". In: E. M. Wood e J. B. Foster (Ed.). *Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.196-206
- Foucault, M. "Genealogia e poder. Curso do Collège de France , 7 de janeiro de 1976". In: R. Machado (Ed.). *FOUCAULT, Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p.167-177
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1986
- _____. *Las Palabras y las Cosas. Una arqueología de las ciencias humanas*. México: Siglo XXI. 1988
- _____. "Tecnologías del yo". In: M. Foucault (Ed.). *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica , S. A./I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1990, p.45-94. (Pensamiento contemporaneo)
- Fourquet, F. e L. Murad. *Los equipamientos del poder. Ciudades, territorios y equipamientos colectivos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1978. 188 p. (Colección Punto y Linea)
- Gama, R., Ed. *Ciência e Técnica. (Antologia de textos históricos)*. São Paulo: T. A. Queiroz, editor, Ltda., p.143ed. 1993.
- García Calvo, A. *Actualidades*. Madrid: Lucina. 1980. 389 p.
- _____. *Familia: la idea y los sentimientos*. Madrid: Editorial Lucina. 1982. 63 p.
- _____. *Historia contra tradición. Tradición contra historia*. Madrid: Lucina. 1983. 59 p.
- _____. *De la felicidad*. Madrid: Lucina. 1989. 60, apéndice "Alabanza de lo bueno" p.
- _____. *El amor y los dos sexos. Del tiempo de amor y olvido*. Zamora: Editorial Lucina. 1991. 91 p.
- _____. *Noticias de abajo*. Madrid: Lucina. 1991. 190 p.
- _____. *Análisis de la Sociedad del Bienestar*. Zamora: Editorial Lucina. 1993. 159 p.
- _____. *Contra el Tiempo*. Zamora: Editorial Lucina. 1993. 303 p.
- Garroni, E. "El "lenguaje" de la arquitectura". In: G. Broadbent, R. Bunt, et al (Ed.). *El Lenguaje de la Arquitectura: Un análisis semiótico*. México: Limusa, 1984, p.391-420
- Geddes, P. *Cidades em evolução*. São Paulo: Papyrus Editora. 1994. 274 p. (Oficio de Arte e Forma)
- Ginzburg, C. "Indicios. Raíces de un paradigma de referencias indiciales". In: C. Ginsburg (Ed.). *Mitos, Emblemas, Indicios. Morfología e historia*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1989, p.138-175
- _____. *Relações de Força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. 192 p.
- Gombrich, E. "¿Por que conservar los edificios historicos?" *Composición Arquitectónica*. Bilbao: 116-138 p. 1989.
- Gonçalves, J. R. S. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN. 1996. 152 p.
- Gordilho, W. V. "O sítio urbano - Seu desenvolvimento." In: G. D. E. S. D. S. E. D. U.-C. Bahia (Ed.). *A Grande Salvador: Posse e uso da terra*. Salvador: CEDURB, Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978
- Gorio, F. "Crítica dell'idea di 'centro storico'". *Rassegna di Architettura e Urbanistica*., Roma. Anno XVI: 55-70. p. 1980.

- Gottmann, J. "A dinâmica das grandes cidades e políticas de planejamento". In: V.V.A.A. (Ed.). SIMPOSIO SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO. Rio de Janeiro: BNH-Banco Nacional de Habitação; Secretaria de Divulgação, 1974, p.123-126
- Guimarães, A. "A Carta de Atenas; comentários a propósito de Salvador". Planejamento. Salvador: Fundação de Pesquisas - CPE. 6: 193-218 p. 1978.
- Guimarães, A. e D. Rebouças. "Diretrizes, elaboração e conclusões do Plano de Urbanismo da cidade de Salvador". Planejamento. Salvador: Fundação de Pesquisas - CPE. 6: 179-192 p. 1978.
- Gutierrez, R. Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica. Madrid: Ediciones Cátedra. 1983. 776 p.
- Habermas, J. Conhecimento e Interesse. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1987. 367 p.
- Hage Sobrinho, J. "Palestra sobre o Centro de Salvador". In: G. D. E. D. Bahia e P. D. C. D. Salvador (Ed.). 1º Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-FPACBA/Orgão Central de Planejamento - OCEPLAN, 1977, p.27-40
- Haggett, P. Análisis Locacional en la Geografía Humana. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1976. 434 p. (Colección Ciencia Urbanística)
- Hardoy, J. "A cidade latino-americana: a vigência dos centros históricos". Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 129-133 p. 1986.
- Hardoy, J. E. e R. Morse, Eds. Repensando la ciudad de América Latina. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, p.219ed. 1988.
- Hardoy, J. E. e R. P. Morse, Eds. Nuevas perspectivas en los estudios sobre historia urbana latinoamericana. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, p.332ed. 1989.
- Harvey, D. The limits to capital. Oxford: Basil Blackwell. 1984. 478 p.
- _____. Consciousness and the Urban Experience. London: Basil Blackwell, v.1. 1985. 293 p.
- _____. The urbanization of capital. London: Basil Blackwell, v.2. 1985. 239 p.
- _____. Urbanismo y desigualdad social. Madrid: Siglo XXI. 1989. 340 p.
- _____. Los límites del Capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica. 1990. 469 p. (Economía Contemporánea)
- Hayden, D. The Power of Place. Urban Landscapes as Public History. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press. 1995. 296 p.
- Herrmann, W. Laugier and eighteenth century French Theory. London: A. Zwemmer Ltd. 1985. 270 p. (Studies in Architectur)
- Hirsch, W. Z. Análisis de Economía Urbana. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local. 1977. 623 p.
- Holston, J. The modernist city: an anthropological critique of Brasilia. Chicago / London: The University of Chicago Press. 1989. 369 p.
- _____. A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras. 1993. 362 p.
- Hugo, V. Nuestra Señora de Paris. Madrid: Alianza Ed. 1980
- Hume, D. Tratado de la naturaleza humana. Ensayo para introducir el método del razonamiento experimental en los asuntos morales. Libro primero: del Entendimiento. Madrid: CALPE, v.I. 1923. 424 p.
- _____. Tratado de la naturaleza humana. Ensayo para introducir el método del razonamiento experimental en los asuntos morales. Libro segundo: de las Pasiones. Madrid: CALPE, v.II. 1923. 266 p.
- _____. Tratado de la naturaleza humana. Ensayo para introducir el método del razonamiento experimental en los asuntos morales. Libro tercero: de la Moral. Madrid: CALPE, v.I. 1923. 256 p.
- Jacobs, J. The Death and Life or Great American Cities. New York: Random House - Vintage Books. 1961. 458 p.

- Jameson, F. "Cinco teses sobre o marxismo atualmente existente". In: E. M. Wood e J. B. Foster (Ed.). *Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.187-195
- Kain, R. *Planning for Conservation: an international perspective*. London: Mansell. 1980
- Kennedy, D. e M. I. Kennedy, Eds. *La ciudad interior*. Colección Ciencia Urbanística. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, p.227, Colección Ciencia Urbanísticaed. 1978.
- King, A. D. *Global cities: Post-imperialism and the Internationalization of London*. London: Routledge. 1990
- _____. Ed. *Culture, globalization and the world-system*. London: Macmillan/Departament of Art and Art History State University of New York at Binghamton, p.186ed. 1991.
- _____. *Urbanism, Colonialism, and the World-Economy. Cultural and Spatial Foundations of the World Urban System*. London/New York: Routledge. 1991. 185 p.
- Kowarick, L. *A espolição urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. 205 p.
- Kuhn, T. S. *La estructura de las revoluciones científicas*. México/Madrid: Fondo de Cultura Económica. 1971. 320 p.
- Larrain, J. *A reconstruction of Historical Materialism*. London: George Allen & Unwin. 1986. 138 p. (Controversies in Sociology)
- Le Goff, J. "La Nueva Historia". In: J. Le Goff, R. Chartier, et al (Ed.). *La Nueva Historia*. Bilbao: Mensajero, 1988
- _____. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes. 1992. 235 p.
- Le Goff, J. e P. Nora, Eds. *Faire de l'Histoire. I Nouveaux problèmes*. Paris: Gallimard, v.1, p.311ed. 1974.
- _____. Eds. *Faire de l'Histoire. II Nouvelles approches*. Paris: Gallimard, v.2, p.335ed. 1974.
- _____. Eds. *Faire de l'Histoire. III Nouveaux objets*. Paris: Gallimard, v.3, p.376ed. 1974.
- Ledrut, R. *Sociologia Urbana*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local. 1976. 243 p. (Colección "Nuevo Urbanismo")
- Lefebvre, H. *Espacio y política. El derecho a la ciudad II*. Barcelona: Ediciones Península. 1976. 159 p
- _____. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Ediciones Península/Ediciones 62. 1978. 171 p.
- _____. *La Revolución Urbana*. Madrid: Alianza Editorial: 199 p. 1983.
- Lopez Sanchez, P. *El Centro Histórico: un lugar para el conflicto*. Barcelona: Geocrítica, Edicions de la Universitat de Barcelona. 1986
- Lorenzer, A. "Urbanismo: ¿Funcionalismo y montaje social? La función sociopsicológica de la arquitectura." In: H. Berndt, A. Lorenzer, et al (Ed.). *La arquitectura como ideología*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974, p.49-96
- Losano, M. G. *Histórias de Autômatos: Da Grécia Antiga à Belle Époque*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992. 147 p.
- Low-Beer, J. D. "Renda da terra - Algumas noções básicas para a compreensão do caso urbano". *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU-Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. III: 31-41 p. 1983.
- Lowder, S. *Inside Third World Cities*. London/Sidney: Croom Helm. 1986. 292 p.
- Lusso, G., Ed. *Economia e territorio*. Collana di studi urbani e regionali. Milano: Franco Angeli Editore, p.222, Collana di studi urbani e regionali. 1974.
- Luz, M. A. *Cultura negra e ideologia do Recalque*. Salvador: Edições SECNEB. 1993
- _____. *Agadá. Dinâmica da Civilização Africano-Brasileira*. Salvador: SECNEB-Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil / Centro Editorial e Didático da UFBA. 1995. 726 p.
- Lynch, K. *Planificación del Sitio*. Barcelona: Gustavo Gili. 1980. 324 p.
- _____. *City Sense and City Design. Writings and Projects of Kevin Lynch*. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press. 1990. 853 p.
- Lyotard, J.-F. *La condición postmoderna. Informe sobre el saber*. Madrid: Ediciones Cátedra. 1989. 119 p.

- Mancini, M. P. e L. Mariani. Centri Storici minori: indagine metodologica. Roma: Bulzoni editore. 1981
- Manieri Elia, M. William Morris y la ideología de la arquitectura moderna. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1977. 197 p.
- Manieri-Elia, M. "Por una ciudad 'imperial': Daniel Burnham y el movimiento City Beautiful". In: G. Ciucci, F. Dal Co, et al (Ed.). La Ciudad Americana: de la guerra civil al New Deal. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975, p.1-137. (Biblioteca de Arquitectura)
- Marcuse, P. e R. V. Kempen, Eds. Globalizing Cities: A New Spatial Order? Oxford: Blackwell Publishers, p.318ed. 2000.
- Mardones, J. M. Filosofía de las ciencias humanas y sociales: Materiales para una fundamentación científica. Barcelona: Editorial Anthropos. 1991. 415 p. (Autores, textos y temas. Ciencias Sociales)
- Marx, K. El dieciocho Brumario de Luis Bonaparte. Moscú: Editorial Progreso. s/d. 126 p.
- Marx, K. e F. Engels. Manifiesto del Partido Comunista. Roma: Newton Compton editori. 1994. 95 p.
- Monclus, F. J. Transportation infrastructures and urban growth in U.S.A. Recent literature and new perspectives. Barcelona s.f.
- Monod, J. O Acaso e a Necessidade. Ensaio sobre a filosofia natural da biologia moderna. Petrópolis RJ: Editora Vozes. 1989. 220 p.
- More, T. Utopia: Publicações Europa-América. s.d. 141 p.
- Negri, A. Dominio y Sabotaje. Barcelona: Iniciativas Editoriales. 1979. 123 p.
- _____. Macchina Tempo. 1982
- Nietzsche, F. Así habló Zaratustra. Barcelona: Editorial Bruguera. 1984. 378 p.
- _____. Vontade de Potencia. Rio de Janeiro: Livrarias Ediouro/Editora Tecnoprint. s.d. 330 p.
- Norberg-Schulz, C. "El significado en Arquitectura". In: C. Jencks e G. Baird (Ed.). El Significado en Arquitectura. Madrid: Hermann Blume, 1975
- _____. Genius Loci. Paessagio Ambiente Architettura. Milano: Gruppo Editoriale Electa. 1986
- Panella, R. "Centro Historico y Centro Ciudad". In: F. Ciardini e P. Falini (Ed.). Los Centros Históricos. Política Urbanística y Programas de Actuación. Barcelona: Gustavo Gili, 1983
- Pelletier, M., Ed. Géographie du monde au moyen âge et à la renaissance. Paris: Éditions du C.T.H.S. (Comité des Travaux Historiques et Scientifiques), p.236ed. 1989.
- Perloff, H. S., T. Berg, et al. La ciudad central y su desarrollo. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local. 1978. 557 p.
- Perrot, D. e R. Preiswerk. Etnocentrismo e historia (América indígena, Africa y Asia en la visión distorsionada de la cultura occidental). México: Editorial Nueva Imagen. 1979. 397 p.
- Perulli, P., Ed. Globale/Locale: Il Contributo delle scienze sociali. Milano: FrancoAngeli, p.158ed. 1993.
- Piccinato, G. "El Problema del Centro Historico". In: F. Ciardini e P. Falini (Ed.). Los Centros Históricos. Política Urbanística y Programas de Actuación. Barcelona: Gustavo Gili, 1983
- Plekhanov, G. A concepção materialista da História. Da filosofia da história; da concepção materialista da História. O papel do indivíduo na História. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980. 112 p.
- Prado Junior, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense Limitada. 1949. 332 p. (Coleção Grandes Estudos Brasileenses)
- Queiroz Ribeiro, L. C. e R. Pechman, Eds. Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.447ed. 1996.
- Quetglas, J. La danza y la procesión. Sobre la forma del tiempo en la arquitectura de Rafael Moneo. Barcelona. 1994. 18 p.
- Randle, P. H. Evolución Urbanística. Una teoría de la ciudad en la historia. Buenos Aires: EUDEBA Editorial Universitaria de Buenos Aires. 1972. 173 p. (Ciencias del Entorno)
- Ranke, L. V. Pueblos y Estados en la historia moderna. Mexico: Fondo de Cultura Económica. 1941

- Reis Filho, N. G. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva. 1978. 211 p.
- _____. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado/Fapesp. 2000. 411 p.
- Reis, J. J. e F. D. S. Gomes, Eds. Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, p.509ed. 1996.
- Resende, V. Planejamento urbano e ideologia. Quatro planos para a cidade de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1982
- Rey Pastor, J. e E. G. Camarero. La cartografía mallorquina. Madrid: Departamento de Historia y Filosofía de la Ciencia "Instituto Luis Vives". Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 1960. 207 p.
- Ribeiro, D. O Processo Civilizatório. Petrópolis: Vozes. 1985. 257 p.
- Rigotti, G. Urbanística. La Técnica. Torino: Unione Tipografica - Editrice Torinese. 1947. 841 p.
- _____. Urbanística. La Composizione. Torino: Unione Tipografica - Editrice Torinese. 1952. 618 p.
- Robbe-Grillet, A. L'anné dernière a Marienbad. Paris: Les éditions de Minuit. 1961. 172 p.
- Rodrigues, N. Os Africanos no Brasil. São Paulo / Brasília: Editora Nacional / Editora Universidade de Brasília. 1988. 283 p.
- Rykwert, J. La idea de ciudad. Antropología de la forma urbana en el Mundo Antiguo. Madrid: Hermann Blume. 1985. 271 p. (Biblioteca Básica de Arquitectura)
- Salvador, P. M. O. C. D. P. G. D. E. S.-E. Encostas. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador. 1981
- Sant'anna, M. O centro histórico e o centro da cidade de Salvador: uma discussão dessas noções através das legislações urbanística e de proteção. Salvador: 13 + mapas p. 1993.
- Santos, C. R. D., M. C. D. S. Pereira, et al. Le Corbusier e o Brasil. São Paulo: Tessela; Projeto Editora. 1987. 320 p.
- Santos, D. M. D. Contos de Nagô. Rio de Janeiro: Edições GRD. 1963. 113 p.
- _____. Contos crioulos da Bahia. Narrados por Mestre Didi. Petrópolis: Editora Vozes. 1976. 73 p.
- Santos, J. E. D. Os Nagô e a morte. Pãde, Àsèsè e o Culto Égun na Bahia. Petrópolis: Vozes. 1986. 240 p.
- Santos, M. Pobreza urbana. São Paulo: Editora Hucitec. 1979. 119 p.
- _____. Espaço e Método. São Paulo: Nobel. 1985. 88 p.
- _____. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel. 1987. 142 p.
- Santos, P. F. Formação de Cidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001
- Schteingart, M., Ed. Urbanización y dependencia en América Latina. Buenos Aires: Ediciones SIAP, p.372ed. 1973.
- Secchi, B., Ed. Análisis de las Estructuras Territoriales. Colección Ciencia Económica. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, p.476, Colección Ciencia Económicaed. 1968.
- Segre, R., Ed. América Latina en su Arquitectura. México: Siglo XXI editores, p.317, 3ª ed. 1981.
- Segre, R. e R. Lopez Rangel. Ambiente y Sociedad en América Latina Contemporanea. La Habana: Casa de las Américas. 1986. 190. il. p. (Colección Nuestros Países: Serie Estudios)
- Sica, P. Historia del Urbanismo. El Siglo XVIII. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local. 1982
- Simas Filho, A., M. D. S. T. Martinez, et al. "Evolução Urbana da cidade do Salvador." In: G. D. E. S. D. S. E. D. U.-C. Bahia (Ed.). A Grande Salvador: Posse e uso da terra. Salvador: CEDURB, Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978
- Sjoberg, G. "The Preindustrial City". In: S. F. Fava (Ed.). Urbanism in World Perspective: a Reader. New York: Thomas Y, Crowell Company, 1968, p.115-125
- _____. "Origem e evolução das cidades". In: V.V.A.A (Ed.). Cidades: A urbanização da humanidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p.36-51

- Smolka, M. O Espaço do Espaço na teoria Económica. Rio de Janeiro: PUR-UFRJ (Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional-Universidade Federal do Rio de Janeiro). 1982 (Série Estudos e Debates, 6)
- _____. "Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: o caso do Rio de Janeiro". Espaço & Debates. São Paulo: NERU-Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. VII: 39-50 p. 1987.
- Sodré, M. O Terreiro e a Cidade: A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes. 1988. 165 p.
- Summerson, J. Heavenly Mansions and other essays on architecture. New York: The Norton Library. 1963. 253 p.
- Sutcliffe, A. The History of Urban and Regional Planning. An annotated bibliography. London: Mansell. 1981
- _____. Towards the Planned City. Germany, Britain, the United States and France, 1780-1914. Oxford: Basil Blackwell. 1981
- Tafari, M., M. Cacciari, et al., Eds. De la vanguardia a la metropoli. Crítica radical a la arquitectura. Colección Architecture y Crítica. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, p.205. il., Colección Architecture y Críticaed. 1972.
- Tavares, L. H. D. História da Bahia. São Paulo: Editora Atica. 1987. 206 p.
- Teixeira, C. Bahia em tempo de provincia. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1986. 210 p.
- Universidade Federal Da Bahia, F. D. A. C. D. E. D. A. N. B. Evolução física de Salvador.V.I. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 1979
- _____. Evolução física de Salvador.V.II. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 1979
- V.V.A.A. Curso de Rehabilitación: La Valoración. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, v.3. 1985. 59 p. (Curso de Rehabilitación)
- _____. Curso de Rehabilitación: La Teoria. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, v.1. 1986. 295 p. (Curso de Rehabilitación)
- _____. Ed. La Ciudad Iberoamericana. Valencia: Generalitat Valenciana. Comissio per al V Centenari del descobriment d'America, p.185ed. 1992.
- Vasconcelos, E. A. Transporte Urbano nos Países em Desenvolvimento. São Paulo: Annablume. 2000. 282 p.
- _____. Transporte Urbano, Espaço e Equidade: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume. 2001. 212 p.
- Velho, O. G., Ed. O Fenômeno Urbano. Biblioteca de Ciencias Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.133, Biblioteca de Ciencias Sociais, 4ª ed. 1979.
- Verger, P. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benim e a Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Editora Corrupio. 1987. 718 p.
- Vilar, P. Economia, Derecho, Historia. Conceptos y realidades. Barcelona: Ariel. 1983
- _____. "Historia marxista, historia en construcción. Ensayo de diálogo con Althusser". In: P. Vilar (Ed.). Economia, Derecho, Historia. Barcelona: Editorial Ariel, 1983, p.174-228
- Villaça, F. Uso do solo urbano. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. 1978. 71 p.
- _____. "A Terra como capital (ou a Terra-localização)". Espaço & Debates. São Paulo: NERU-Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. V: 5-14 p. 1985.
- Whitehand, J. W. R. The Changing Face of Cities: A Study of Development Cycles and Urban Form. Oxford/New York: Basil Blakwell. 1987. 189 p.
- Wieczorek, D. Camillo Sitte et les débuts de l'urbanisme moderne. Bruxelles: Pierre Mardaga éditeur. 1981. 222 p.
- Wiener, N. Cibernética e sociedade. O uso humano de seres humanos. São Paulo: Editôra Cultrix. 1973. 190 p.

- Williams, R. H., Ed. Planning in Europe. Urban and Regional Planning in the EEC. Urban and Regional Studies. London: George Allen & Unwin, p.190, Urban and Regional Studiesed. 1984.
- Wingo, L. Transporte y Suelo Urbano. Vilassar de Mar: Oikos-tau. 1972
- Wittgenstein, L. Tractatus logico-philosophicus. Madrid: Alianza Editorial. 1987. 215 p. (Alianza Universidad)
- _____. Investigaciones Filosóficas. Barcelona: Instituto de Investigaciones Filosóficas-UNAM/Editorial Crítica. 1988. 549 p. (Clásicos)
- Wood, E. M. e J. B. Foster, Eds. Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.216ed. 1999.
- Zevi, B. Architettura in Nuce: una definizione di architettura. Madrid: Aguilar. 1969

ANEXO 1

“Teses”

Sobre o conceito da história

I

É sabido que teria existido um autômato construído de tal forma que contestara cada movimento de um jogador de xadrez com um contra-movimento que lhe assegurava a vitória da partida. Um boneco com indumentária turca, cachimbo d'água na boca, sentado ante o tabuleiro que repousava sobre uma mesa espaçosa. Através de um sistema de espelhos provocava-se a ilusão de que essa mesa fosse transparente por todos os lados. Em verdade, sentava-se dentro um anão corcunda, mestre no jogo de xadrez e que dirigia a mão do boneco com cordas. Pode imaginar-se na filosofia um equivalente a tal aparato. Sempre deve ganhar o boneco, ao que chamam “materialismo histórico”. Pode medir-se sem mais com qualquer um, se incorpora ao seu serviço a teologia que, como é sabido, é hoje pequena e feia, e não pode, de nenhum modo, deixar-se ver.

I

Conta-se que teria existido um autômato, construído de tal forma que parara qualquer movimento de um jogador de xadrez, que devia ganhar necessariamente cada partida. O jogador automático teria sido um boneco adornado com roupas turcas, instalado numa poltrona, a boca adornada com um narghileh. O tabuleiro ocupava uma mesa dotada de uma instalação interior que um jogo de espelhos sabiamente montados tornava invisível aos espectadores. O interior da mesa estava, em verdade, ocupado por um anão corcunda manejando a mão do boneco com ajuda de cordões. Esse anão avia chegado a ser mestre no jogo de xadrez. Nada impede imaginar uma espécie de aparato filosófico similar. O jogador que deve ganhar infalivelmente será esse outro boneco que leva o nome de “materialismo histórico”. Não terá que temer nenhum adversário, se se assegura os serviços da teologia, essa velha enrugada e de má fama que seguramente não tem nada melhor que fazer que abrigar-se onde ninguém a suponha.

II

“Às propriedades mais características da alma humana – diz Lotze – pertence, ...junto a tanto egoísmo no particular, a falta geral de inveja de cada presente para seu porvir”. Esta reflexão conduz a que a representação da felicidade que tecemos esteja tingida até o tutano pelo tempo, onde deve estar recolhido o transcurso de nossa própria existência. Felicidade, cuja inveja poderia acordar em nós, somente existe no ar que temos respirado, com pessoas com as que teríamos podido falar, com mulheres que houvessem podido entregar-se a nós. Noutras palavras, na representação da felicidade ressoa inalienável a de redenção. Com a representação do passado, que faz da história seu objeto, ocorre o mesmo. O passado leva consigo um índice secreto, mediante o qual se remitirá também à redenção. Não nos roça a nós mesmos um fôlego do ar que foi para os anteriores? Nas vozes com as que regalamos nossos ouvidos, não há um eco de já emudecidos? As mulheres que cortejamos, não têm irmãs que não tenham já conhecido? Se isto é assim, então é que há uma cita secreta entre as estirpes sidas e a nossa. Então é que temos sido esperados sobre a terra. Então é que tem-se nos concedido, como a cada estirpe que nos precedeu, uma *débil* força messiânica, sobra a qual o passado tem direito. Tal demanda não pode despachar-se sem mais. O materialista histórico o sabe.

II

“Entre os rasgos mais remarcáveis da natureza humana ta, diz Lotze, uma falta geral de inveja por parte dos vivos para sua posteridade. E isso pese a tanto egoísmo em cada ser humano”. Esta notável reflexão deixa sentir bem quanto a idéia de felicidade que levamos em nós está impregnada pela cor do tempo que tem-nos tocado para nossa própria vida. Uma felicidade suscetível de ser objeto de nossa inveja não existirá senão num ar que já terá sido respirado por

nós; não existirá senão em companhia de gente que teria podido dirigir-nos a palavra, a nós; não existirá, finalmente, senão graças a mulheres cujos favores teriam podido satisfazer-nos, a nós. O que se diz? Que a idéia de felicidade encerra, ineludivelmente, a de salvação. A mesma coisa acontece com a idéia do “passado”. A imagem da salvação é sua chave. Não é em torno de nós mesmos que flutua algo do ar respirado, em outro tempo, pelos defuntos? Não é a voz de nossos amigos que enfeitiça as vezes um eco das vozes de quem nos precedeu sobre a terra? E a beleza das mulheres de outra idade, deixa de parecer-se à de nossa amigas? Corresponde-nos, pois, darmos conta de que o passado reclama uma redenção, da qual quiçá uma muito ínfima parte encontra-se em nosso poder. Há uma cita misteriosa entre as gerações defuntas e aquela da que nós mesmos fazemos parte. Temos sido esperados sobre a terra. Porque nos está entregue, a nós como a cada geração que nos precedeu, uma parcela de poder messiânico. O passado a reclama, tem direito sobre ela. Não há modo de evitar sua chamada. O historiador materialista sabe algo disso.

III

O cronista que reconta os acontecimentos sem diferenciar grandes e pequenos, rende assim justiça à verdade, em que nada do que alguma vez houvesse acontecido dera-se por perdido para a história. Claro está que somente à humanidade redimida lhe sobrevêm o seu passado. Isto quer dizer : somente à humanidade redimida tem-se lhe tornado citável seu passado em todos seus momentos. Cada um dos seus instantes vivido torna-se uma citation à l'ordre du jour – dia que é, justamente, o do juízo final.

III

O cronista que narra os acontecimentos sem nunca querer distinguir os pequenos dos grandes tem em conta essa verdade maior, de que nada que alguma vez se produziu deverá ficar perdido para a história. É verdade que a posse íntegra do passado está reservada a uma humanidade restituída e salva. Somente essa humanidade restabelecida poderá evocar não importa que instante do seu passado. Todo instante vivido lhe estará presente numa cita à ordem do dia – dia que não é outro que o dia do juízo final.

IV

Procurai primeiro alimento e roupa, assim o Reino de Deus os sobrevirá por si mesmo.
Hegel, 1807

A luta de classes, que a um historiador educado em Marx sempre lhe está frente à vista, é uma luta por as coisas bastas e materiais, sem as que não há nenhuma fina e espiritual. Não obstante, estas últimas estão na luta de classes em outro lugar que na representação de um botim que cabe ao vencedor. Nessa luta estão vivas como confiança, como valentia, como humor, como astúcia, como determinação, e atuam para atrás na distância do tempo. Porão continuamente de novo em questão cada vitória que houvesse sobrevivendo aos dominadores. Assim como as flores voltam sua cabeça para o sol, o que tem sido aspira, em virtude de um heliotropismo de tipo secreto, a orientar-se para o sol que está em eclosão no céu da história. O materialista histórico deve entender acerca desta transformação, a mais inadvertida de todas.

IV

A luta de classes, que não cessa de estar-lhe presente ao historiador formado pelo pensamento de Karl Marx, é uma competição em torno dessas coisas brutas e materiais a falta das quais as coisas finas e elevadas não subsistem muito. Seria um erro, não obstante, acreditar que estas últimas não estariam presentes na luta de classes senão como botim que irá ao vencedor. Não é assim, porque se afirmam, precisamente, no coração dessa mesma competição. Metem-se ali em forma de fé, de valor, de astúcia, de perseverança e de decisão. E a radiação dessas forças, longe de ficar absorvida pela própria luta, prolonga-se nas profundidades do passado humano. Toda vitória que alguma vez tenha sido lograda e festejada pelos poderosos – não hão acabado de pô-la em questão. Como as flores voltando-se para o sol, as coisas acabadas voltam-se, movidas por um heliotropismo misterioso, para esse outro sol que está surgindo no horizonte histórico. Nada menos ostentoso que esse câmbio. Mas tampouco nada mais importante.

V

A verdadeira imagem do passado passa *em ponta de pé*. O passado só é captável como imagem que, no momento de sua cognoscibilidade, relampeja para não voltar a ver-se. “A verdade não nos fugirá” – essa máxima, que procede de Gottfried Keller, designa com precisão, na imagem historicista da história, o lugar onde será atravessada pelo materialismo histórico. Porque é uma imagem irrefutável do passado a que ameaça com desaparecer com cada presente que não se reconheceu mencionado nela.

V

A imagem autêntica do passado não aparece senão num relâmpago. Imagem que não surge senão para eclipsar-se para sempre desde o instante seguinte. A verdade imóvel, que não faz senão esperar ao investigador, não se corresponde em nada a esse conceito da verdade em matéria de história. Apóia-se muito mais no verso de Dante que diz : É uma imagem única e insubstituível do passado, a que se desvanece com cada presente que não tem sabido reconhecer-se afetado por ela.

VI

Articular historicamente os restos do passado não significa o reconhecer “tal como ocorreu”. Significa apropriar-se de uma lembrança tal como relampeja no instante de um perigo. Ao materialismo histórico importa-lhe captar uma imagem do passado tal como se lhe instala inalterada ao sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto ao fundo da tradição como a seus receptores. Para ambos é uno e o mesmo : entregar-se como ferramenta da classe dirigente. Em cada época deverá voltar-se a intentar subtrair o legado ao conformismo que está a ponto de submeter-lo, para derrotar-lhe. O Messias não vêm somente como o redentor; vem como o vencedor do Anticristo. Somente possui o talento para atizar no passado a faísca da esperança *aquele* escritor de história em quem está imbuído : inclusive os mortos não estarão a seguro frente ao inimigo, se vence. E esse inimigo não há deixado de vencer.

VI

“Descrever o passado tal com tem sido”, essa é, segundo Ranke, a tarefa do historiador. É uma definição completamente quimérica. O conhecimento do passado se pareceria, pelo contrário, ao ato pelo qual ao homem, no momento de um súbito perigo, se lhe apresentara uma lembrança que o salva. O materialista histórico está ocupado por completo em captar uma imagem do passado como se lhe apresentará ao sujeito, imprevista e no mesmo instante de um supremo perigo. Perigo que ameaça tanto aos dados da tradição como aos homens para os quais estão destinados. Apresenta-se a ambos com único e o mesmo : quer dizer com perigo de coloca-los ao serviço da opressão. Cada época deverá enfrentar-se de novo a esta dura tarefa : liberar do conformismo uma tradição que está sendo violada por ele. Lembremos-nos que o messias não vem somente como redentor mas também como o vencedor do Anticristo. Somente um historiador que tenha compreendido que um inimigo vitorioso não vai nem a deter-se ante os mortos – somente esse historiador saberá fazer acudir ao coração mesmo dos acontecimentos acabador a faísca da esperança. Enquanto isso, e até este momento, o inimigo ainda não tem deixado de triunfar.

VII

*Tomai em conta a obscuridade e o grade frio
neste vale que ressoa de pranto.
Brecht. Die Dreigroschenoper*

Fustel de Coulanges aconselha ao historiador que quiser reviver uma época, que deve tirar da cabeça todo o que souber do curso posterior da história. Melhor não pode significar-se o procedimento com o que tem rompido o materialista histórico. É um procedimento de consenso (Einfühlung). Sua origem é a preguiça do coração, a *acedia*, que se desalenta de apoderar-se da autêntica imagem histórica, que relampeja fugidia. Entre os teólogos da idade média era considerada como a origem da tristeza. Flaubert, que travou conhecimento com ela, escreve : “Peu de gens devineront combien il a fallu être triste pour ressusciter Carthage”. A natureza dessa

tristeza se esclarecerá se colocarmos a pergunta de em quem faz consenso, propriamente, o escritor da história do historicismo. A resposta soa, fatalmente : no vencedor. Mas os sucessivos dominadores são os herdeiros de todos os que alguma vez venceram. O consenso no vencedor, portanto, redundará a favor de cada dominador sucessivo. Com isto está dito o suficiente para o materialista histórico. Qualquer um que até este dia tenha alcançado a vitória, marcha acompanhando no cortejo triunfal aos hoje dirigentes que vão sobre os caídos. O botim, como de costume, é levado no cortejo triunfal. Designa-se lhe bens culturais. No materialista histórico deverão contar como resultado, sem remédio, de uma extração na que ele não pode pensar sem espanto. Deve-lhe sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que a tem criado, mas também aos servos sem nome seus contemporâneos. Não há jamais um documento de cultura que não seja, simultaneamente, um documento de barbárie. E, assim como não está livre de barbárie, tampouco o está o processo de legado no qual aquele tem caído de um a outro. Por isso, o materialista histórico aparta-se dele na medida do possível. Considera seu dever escovar a história a contrapelo.

VII

Aos historiadores desejosos de penetrar até o coração mesmo de uma época passada, Fustel de Coulanges recomendou-lhes um dia fazer como se não soubessem nada de todo o que houvesse ocorrido depois dela. Esse é umito exatamente o método que se encontra no oposto do materialismo histórico. Equivale a uma identificação afetiva (Einfühlung) com uma época dada. Tem como origem a preguiça de um coração que renuncia a captar a imagem autêntica do passado – imagem fugidia e transitória como um raio. Esta preguiça de coração atraiu durante muito tempo aos teólogos da idade média que, tratando-a com o nome de acedia como um dos sete pecados mortais, reconheceram nela a fonte da tristeza mortal. Flaubert parece a ter conhecido bem, ele que chegou a escrever : “Pouca gente adivinhará o triste que tem que haver-se estado para ressuscitar Cartago”. Esta tristeza nos deixará, quiçá, seu segredo à luz da seguinte pergunta : Com quem é que, finalmente, deverão identificar-se os mestres do historicismo? A resposta será, indiscutivelmente : com o vencedor. Mas esses que, num momento dado, têm o poder, são os herdeiros de todos os que alguma vez, seja quando for, recolheram a vitória. O historiador, identificando-se com o vencedor, servirá assim irremediavelmente aos detentores do poder atual. Isto já lhe dirá suficiente ao historiador materialista. Qualquer um que, até este dia, tenha alcançado a vitória, formará parte do grande cortejo triunfal que passa por cima daqueles que cobrem o chão. O botim, exposto, como é de costume, nesse cortejo tem o nome de herança cultural da humanidade. Esta herança encontrará na pessoa do historiador materialista um experto algo distante. Ele, ao pensar na procedência de tal herança, não poderá defender-se de um estremecimento. Porque toda ela é devida, não somente à labor dos gênios e dos grandes investigadores, mas também à servidão obscura dos seus congêneres. Toda ela não testemunha cultura sem testemunhar, ao mesmo tempo, barbárie. Esta barbárie está desentranhada inclusive no modo como, no curso das idades, essa herança devia cair da mãos de um vencedor a mãos de outro. O historiador materialista estará levado, antes bem, a despegar-se dela. Está encarregado de escovar a contrapelo o pelo demasiado brilhante da história.

VIII

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” no que vivemos é a regra. Devemos ir para um conceito da história que o expresse. Teremos então ante a vista um verdadeiro estado de exceção; e com isso nossa posição na luta contra o fascismo melhorará. Essa oportunidade repousa em que seus adversários o combatem em nome do progresso, como de uma norma histórica. O estupor ante o fato de que as coisas que vivemos no século vinte sejam “ainda” possíveis, não é nada filosófico. Não está ao início de um conhecimento, senão que a idéia da história da que procede já não se sustenta.

IX

*Mi ala está lista ao impulso
Com gosto voltava atrás
Pois ainda que eu seguisse sendo tempo vivo*

Teria pouca sorte.

*Gerhard Scholem, *Gruß von Angelus**

Há uma imagem de Klee que se chama *Angelus Novus*. Nela está representado um anjo, que parece como se estivesse a ponto de afastar-se de algo que mira fixamente com espanto. Seus olhos estão desorbitados, sua boca segue aberta e suas asas estão desdobradas. O anjo da história deve ter este aspecto. Tem o rosto voltado para o passado. Onde ante nós aparece uma cadeia de acontecimentos, ali *ele* vê uma única catástrofe, que amontoa incessantemente ruína sobre ruína e as joga aos seus pés. Bem quisera deter-se, acordar os mortos e recompor o destruído. Mas desde o paraíso sopra uma tempestade que está emaranhada nas suas asas e é tão forte que o anjo não as pode dobrar. Essa tempestade o leva irrefreavelmente para o porvir, ao que dá as costas, enquanto o monte de ruínas cresce ante ele até o céu. O que chamamos o progresso é essa tempestade.

IX

*Há um quadro de Klee denominado *Angelus Novus*. Nele se vê um anjo que tem o aspecto de afastar-se de alguma coisa à qual sua mirada parece ficar encalhada. Seus olhos estão desorbitados, sua boca está aberta e suas asas estão desdobradas. Tal deverá ser o aspecto que apresente o Anjo da História. Seu rosto está voltado para o passado. Ali onde, para nossa própria vista, parece escalonar-se uma seqüência de acontecimentos, não há senão um só que se oferece a sua mirada : uma catástrofe sem modulação nem trégua, amontoando os escombros e projetando-os eternamente ante seus pés. O Anjo bem quisera inclinar-se sobre esse desastre, limpar as feridas e ressuscitar os mortos. Mas levantou-se uma tempestade, vindo do Paraíso, enchendo as asas desdobradas do Anjo; e já não consegue redobra-las. Essa tempestade o conduz para o porvir, ao qual o Anjo não deixa de voltar as costas enquanto que os escombros, à sua frente, sobem ao céu. Damos o nome de Progresso a essa tempestade.*

X

Os objetos que a regra conventual indicava aos irmãos para a meditação tinham a função de fazer-los apartar do mundano e suas misérias. O processo de pensamento que aqui perseguimos tem surgido de uma determinação similar. Intenta – num momento em que jazem pelo chão os políticos dos que confiavam os adversários do fascismo, e que reforçam sua derrota com a traição a sua própria causa – desamararrar aos filhos do século políticos das redes nas que os tinham enganchados. A consideração parte de que a cega fé daqueles políticos no progresso, sua confiança em sua “base de massas” e, por último, seu servil enquadramento num aparelho incontrolável, eram três aspectos da mesma coisa. Intenta dar uma expressão de quanto lhe *custa* a nosso pensamento habitual uma idéia da história que deixe qualquer cumplicidade com essa à qual seguem aferrados aqueles políticos.

X

Nos claustros, propõe-se à atenção dos irmãos noviços temas de meditação, que deverão os afastar do século e de suas tentações. As reflexões que propomos aqui tem sido fixadas com um objetivo similar. Com os políticos que eram a esperança dos adversários do fascismo jazendo pelo chão e confirmando a derrota traíndo a causa que não faz muito tempo era a sua – estas reflexões dirigem-se aos filhos do século que tem ficado desenganados pelas promessas que prodigalizavam esses homens de boa vontade. Por nossa parte, partimos da convicção de que os vícios de origem da política de esquerda continuam. E desses vícios denunciemos ante todo três : a confiança cega no progresso; uma confiança cega na força, na justeza e na instantaneidade das reações que se formam no seio das massas; uma confiança cega no partido. Deveriam sacudir-se seriamente os costumes mais queridos por nossos espíritos. É somente a esse preço que se conceberá um conceito da história que não se preste a nenhuma cumplicidade com as idéias daqueles que, inclusive a esta hora, não tem apreendido nada.

XI

O conformismo, que desde o princípio tem encontrado arraigo na social-democracia, não impregnam somente sua tática política, mas também, suas idéias econômicas. É uma causa do seu posterior colapso. Não há nada que tenha corrompido tanto aos trabalhadores alemães, cõo a opinião de que *eles* nadaram a favor da corrente. Tomavam o desenvolvimento técnico como o curso da corrente com a que acreditavam nadar. Daí até a ilusão de que o trabalho da fábrica que estivesse na direção do progresso técnico fosse já uma ação política, somente há um passo. A velha moral protestante de oficina festejava em forma secularizada sua ressurreição entre os trabalhadores alemães. O programa de Gotha já leva consigo traços desta confusão. Define o trabalho como “a fonte de toda riqueza e de toda cultura”. Pressentindo o mal, Marx lhe opôs que a pessoa que não possuísse outra propriedade que sua força de trabalho, “deve ser o escravo de outras pessoas que...se fizeram proprietários”. Sem afetar-se, a confusão segue expandindo-se e pouco depois Josef Dietzgen proclamava : “A terra prometida do tempo mais novo chama-se trabalho...Na...melhora...do trabalho consiste a riqueza que agora pode cumprir o que até aqui nenhum redentor tem cumprido”. Este conceito marxista vulgar do que o trabalho é, não se detêm demasiado na pergunta de como seu produto impacta aos trabalhadores, enquanto estes não podem dispor dele. Somente quer ter em conta o progresso do domínio sobre a natureza, não os passos atrás da sociedade. Mostra já os rasgos tecnocráticos que mais tarde encontrarão no fascismo. A eles pertence um conceito de natureza que se descola, de um modo que anuncia o insalubre, do próprio das utopias socialistas pré 48 (Vormärz). O trabalho, tal como está agora entendido, leva à exploração da natureza, que se opõe, com ingênua complacência, à exploração do proletariado. Comparadas com esta concepção positivista, as fantasições que tem dado tanta tela para ridicularizar a um Fourier revelam seu sentido surpreendentemente sadio. Segundo Fourier, o trabalho social bem disposto deveria ter como conseqüência que quatro luas iluminassem a noite terrestre, que o gelo se retiraria dos pólos, que a água do mar não soubesse salgada, e que os animais, selvagens se colocaram ao serviço do homem. Todo isto ilustra um trabalho que, longe de explorara a natureza, é capaz de a dar a luz desde as criações possíveis que dormem no seu seio. Ao conceito corrompido do trabalho pertence, como seu complemento, a natureza que, como tem expressado Dietzgen, “está ai de graça”.

XII

Necessitamos história, mas a necessitamos de outro modo que a necessita o ocioso mimado no jardim do conhecimento.

Nietzsche, Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben

O sujeito do reconhecimento histórico é a própria classe combatente e explorada. Em Marx aparece com a última submetida, como a classe vingadora que leva até o fim a obra de liberação em nome de gerações de vencidos. Esta consciência, que tornou-se a afirmar por pouco tempo no “Spartacus”, resultava-lhe desde sempre uma afronta à social-democracia. No curso de três décadas quase conseguiu apagar o nome de um Blanqui, cujo som cristalino fez estremecer-se o século passado. Satisfazia-se em atribuir-lhe à classe operária o papel de redentora das futuras gerações. Com isso cortou o tendão da sua melhor força. A classe desaprendeu nessa escola tanto o ódio como a vontade de sacrifício. Pois ambos nutrem-se da imagem dos antepassados submetidos, não do ideal dos netos liberados.

XII

Nos faz falta a história; mas nos faz falta de outra forma que a esse que, folgando, vaga pelos jardins da erudição.

Nietzsche, Du profit à tirer de l'étude de l'histoire et des dangers qu'elle comporte.

O artesanato do conhecimento histórico é, com exclusão de qualquer outro, a classe oprimida que luta. Em Marx figura como a última das oprimidas, como a classe vingadora que, em nome de quantas gerações vencidas, levará a cabo a grande obra de liberação. Esta concepção que, por um momento, deverá reviver nas revoltas do “Spartacus”, nunca tinha sido vista com bons olhos pelo partido socialista. Conseguiu, em algumas dezenas de anos, afogar o nome de um Blanqui,

cujo som de bronze tinha sacudido, como um sino, ao século dezenove. Choveu-lhe ao partido socialista conceder ao proletariado o papel de um libertador das gerações futuras. Devia assim privar a esta classe da sua mola mais preciosa. É por ele que tem-se embotado, irremediável ainda que lentamente, tanto sua força de odiar como sua presteza ao sacrifício. Porque o que alimentará esta força, o que manterá esta presteza, é a imagem dos ancestrais encadeados, não a de uma posteridade libertada. A nossa geração pagam-lhe por o saber, porque a única imagem que vai deixar é a de uma geração vencida. Esse será o seu legado aos que venham.

XIII

Acaso não se tornam nossas coisas mais claras
cada dia, e o povo mais sábio cada dia?
Josef Dietzgen, Sozialdemokratische Philosophie

A teoria social-democrática, e ainda mais a sua prática, estava determinada por um conceito do progresso que não se adequava à realidade, mas que tinha uma pretensão dogmática. O progresso, tal como se pinta na cabeça do social-democrata, foi, primeiro, um progresso da própria humanidade (não somente de suas capacidades e conhecimentos). Foi, em segundo lugar, incalculável (correspondente a um interminável aperfeiçoamento da humanidade). Vale, em terceiro lugar, como irrefreável em essência (como recorrendo espontaneamente uma cinta reta ou em espiral). Cada um destes predicados é controvertido, e a cada um poderia acompanhar-lhe a crítica. Mas, se esta procede com firmeza, deve deixar para atrás todos estes predicados e dirigir-se para algo que lhe é comum. A idéia de um progresso do gênero humano na história não é separável da idéia de uma marcha recorrendo um tempo homogêneo e vazio. A crítica da idéia dessa marcha deve tomar, sobre tudo, a base da crítica à idéia do progresso.

XIV

Origem é a meta
Karl Kraus, Worte in Versen

A história é objeto de uma construção cujo lugar não forma o tempo homogêneo e vazio, mas o ocupado tempo presentificado (Jetztzeit). Assim, para Robespierre, a antiga Roma foi um passado carregado de tempo presentificado, que ele fazia saltar fora do contínuo da história. A revolução francesa se pensava a si mesma como uma Roma regressada. Citava a antiga Roma exatamente como a moda cita uma roupa antiga. Mas acontece numa arena na qual manda a classe dominante. Esse mesmo salto sob o céu livre da história é o dialético, que Marx há tomado pela revolução.

XV

A consciência de fazer saltar o continuum da história é propriamente das classes revolucionárias no instante da sua ação. A Grande Revolução introduziu um novo calendário. O dia com que inicia um calendário serve como um atalho histórico. E é no fundo o mesmo dia que regressa sempre, em forma de dias de festa, dias de comemoração. Pois os calendários contam o tempo não com relógios. São monumentos de uma consciência histórica cujos rastros silenciosos não tem voltado a aparecer mais em Europa desde faz cem anos. Ainda na Revolução de Julho ocorreu um incidente no qual essa consciência alcançava seu modelo. Quando chegou o anoitecer do primeiro dia de luta, em vários lugares de Paris independentes entre si e ao mesmo tempo, se disparou contra as torres de relógio. Uma testemunha, que deve quiçá suas profecias à rima, escreveu então:

Qui le croirait! On dit qu'irrités contre l'heure
De nouveaux Josués, au pied de chaque tour,
Tiraient sur les cadrans pour arrêter le jour

XV

As classes revolucionárias têm, no momento de sua entrada em cena, uma consciência mais ou menos neta de socavar, com sua ação, o tempo homogêneo da história. A Revolução Francesa decretou um novo calendário. O dia que inaugura uma nova cronologia tem o dom de integrar o tempo que lhe precedeu. Constitui uma espécie de atalho histórico (eine Art historischen

Zeitraffer). É também esse dia o primeiro de uma cronologia, o que está evocado e inclusive figurado nos dias feriados que, todos eles, são tanto dias iniciais como dias de recordação. Os calendários não contam, pois, em absoluto, o tempo ao modo dos relógios. São os monumentos de uma consciência histórica que, desde faz aproximadamente um século, tem-se tornado estranha em Europa. A última, a Revolução de Julho, conheceu um acidente onde parece ter traspassado essa consciência. Passado o primeiro dia de combate, ocorreu que, caindo a escuridão, a massa, em diferentes bairros da cidade e ao mesmo tempo, começou a maltratar os relógios. Uma testemunha, cuja clarividência pudera ser devida ao azar das rimas, escreveu: “Qui le croirait. On dit qu’irrités contre l’heure / De nouveaux Josués, au pied de chaque tour / Tiraient sur les cadrans pour arrêter le jour”.

XVI

O materialista histórico não pode renunciar a um conceito do presente que não é acaso mas no qual o tempo responde e tem chegado a parar-se. Pois esse conceito define precisamente o presente no qual ele em pessoa escreve a história. O historicismo dispõe a “eterna” imagem do passado, o materialista histórico uma experiência com ele, que é única. Deixa aos outros que se esvaíam com a puta “era uma vez” no bordel do historicismo. Permanece dono de suas forças: bastante homem como para fazer saltar o continuum da história.

XVII

O historicismo culmina em linha reta na história universal. Dele se diferencia a escritura materialista da história metodicamente, quiçá mais claramente que de qualquer outro. A primeira não tem armadura teórica. Seu procedimento é aditivo “mobiliza a massa dos fatos para recheiar o tempo homogêneo e vazio. A escrita materialista da história, por sua vez, dispõe em sua base um princípio construtivo. Ao pensar não pertence somente o movimento dos pensamentos mas também sua detenção. Onde o pensar observa subitamente uma constelação carregada de tensões em detenção, aí lhe dá um golpe pelo qual a cristaliza como mônada. O materialista histórico vai a um objeto unicamente e só entanto que se lhe apresenta como mônada. Nessa estrutura reconhece o signo de uma detenção messiânica do acontecer, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária na luta pelo passado oprimido. A colhe em verdade para fazer saltar uma época determinada fora do curso homogêneo da história; assim, salta uma vida determinada fora da época, uma obra determinada fora da obra de uma vida. O resultado do seu proceder é que fica conservada e recolhida, na obra, a obra completa de toda uma vida (*Lebenswerk*), na obra completa de toda uma vida, a época e, na época, o curso geral da história. O fruto nutriente do historicamente captado tem em seu interior, como semente preciosa mas carente de sabor, o tempo.

XVIII

É na história universal onde o historicismo encontra sua realização cumprida. Nada mais oposto ao conceito da história que pertence ao materialista histórico. A história universal carece da armadura teórica. Procede por via de adição. Mobilizando a massa inumerável das coisas que têm passado, trata de preencher o vazio desse recipiente que está constituído pelo tempo homogêneo. Completamente distinto o materialismo histórico. Dispõe, por sua parte, de um princípio de construção. O ato de pensar não se funda somente no movimento dos pensamentos, mas também no seu bloqueio. Suponhamos bloqueado subitamente o movimento do pensamento – então produzir-se-á numa constelação sobrecarregada de tensões uma espécie de choque em retrocesso; uma sacudida que determinará à imagem, à constelação que a padeça, organizar-se de imprevisito, constituir-se em mônada em seu interior. O historiador materialista não se aproxima a qualquer realidade histórico senão a condição de que lhe apresenta sob a espécie de mônada. Esta estrutura se lhe apresenta como signo de um bloqueio messiânico, das coisas acabadas; dito de outro modo, com uma situação revolucionária na luta pela liberação do passado oprimido. O historiador materialista, captando essa oportunidade, chegará a fazer estalar a continuidade histórica para desprender dela uma época dada; chegará a fazer estalar, igualmente, a continuidade de uma época para desprender dela uma vida individual; chagará, por fim, a fazer estalar essa vida individual para desprender dela um fato ou uma obra dada. Conseguirá assim chegar a fazer ver como a vida inteira de um indivíduo cabe numa de suas obras, um dos seus

feitos; como nessa vida cabe uma época inteira; e como nessa época cabe o conjunto da história humana. Os frutos nutrientes da árvore do conhecimento são, pois, os que levam guardada em sua polpa, como uma semente preciosa mas desprovida de gosto, o Tempo histórico.

XVIII

“Os preocupantes cinquenta milênios do homo sapiens, tem dito um biólogo muito recente, equivalem em relação com a história da vida orgânica sobre a terra, a algo assim com dois segundos ao término de um dia de vinte e quatro horas. A história da humanidade civilizada acabaria sendo, levada a esta escala, um quinto do último segundo da última hora”. O tempo presentificado que, como modelo do messiânico, resume numa enorme abreviação a história de toda a humanidade, corresponde à figura que faz no universo a história da humanidade.

XVIII

“Os pobres quinhentos séculos do Homo Sapiens, tem-nos dito recentemente um biólogo, representam no conjunto dos períodos terrestres algo assim como dois segundos ao final de uma jornada de vinte e quatro horas. Enquanto à história propriamente dita do homem civilizado, caberia por inteiro num quinto do último segundo da última hora”. O “presente”, modelo dos tempos messiânicos, recolhendo em si, com um atalho formidável, a história de toda a humanidade, corresponde muito exatamente ao lugar que ocupa esta história no seio do universo.

(APÉNDICE)

A

O historicismo se contenta com estabelecer um nexos causal entre diversos momentos da história. Mas nenhum acontecimento, por originário, converte-se em histórico. O será, postumamente, através de acontecimentos que podem estar separados dele através de milênios. O historiador, que parte daí, deixa de fazer correr entre seus dedos como um rosário o curso dos acontecimentos. Capta a constelação na que sua própria época tem entrado com outra anterior completamente determinada. Funda assim um conceito de presente como o “tempo presentificado” no qual tem, soltas, farpas do messiânico.

B

É certo que o tempo dos oráculos, que lhe extraíam o que guardava no seu seio, não era nem homogêneo nem tampouco vazio. Quem tenha isto à vista chegará, quiçá, a um conceito de como na lembrança está contido o tempo completo : vem a ser o mesmo. É sabido que aos judeus estava-lhes proibido investigar o futuro. A Thora e a oração educam, ao contrário, na lembrança. Isto exorciza-lhes o futuro, ao que se submetem aqueles que se refugiam nos auspícios do oráculo. Mas não por isso o futuro foi para os judeus um tempo homogêneo e vazio. Pois, nele, cada segundo era a pequena comporta pela que pode entrar o messias.